

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento

PERCEPÇÕES DE CONFLITO E VIOLÊNCIA CONJUGAL

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Doutor em Psicologia pela Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, sob a orientação da Professora Doutora Maria Emília Costa.

Cidália Maria Neves Duarte

2005

PERCEPÇÕES DE CONFLITO E VIOLÊNCIA CONJUGAL

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Doutor em Psicologia pela Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, sob a orientação da Professora Doutora Maria Emília Costa.

Resumo

Este trabalho centra-se em duas dimensões das relações conjugais: o conflito e a violência conjugal. Sendo este um domínio de investigação relativamente recente, constatamos que as abordagens conceptuais e metodológicas ainda emergem. Assim, optamos por não nos focalizar em nenhuma perspectiva particular, apresentando antes os modelos teóricos que nos parecem mais significativos na explicação da génese do conflito e violência conjugais, nomeadamente, os socio-estruturais (perspectivas feministas, diferenças de género, aprendizagem social), tipologias do casamento (e.g. Fitzpatrick, 1988; Gottman, 1994), e os modelos sistémicos. A teoria da Vinculação é apresentada considerando a relevância dos resultados dos estudos, para a compreensão do fenómeno.

Especificamente, com base numa metodologia quantitativa, o estudo propõe-se analisar: a) as variáveis e dinâmicas relacionais subjacentes ao conflito e à violência conjugal, analisando as diferentes estratégias de resolução de conflito e de violência usados por casais; (b) estudar o papel que as variáveis género, nível sócio – económico e cultural, idade, parentalidade, religiosidade, duração da relação, padrões conjugais e estilos de vinculação possuem nessas mesmas estratégias; (c) as (des)continuidades entre os dois membros do casal no que concerne aquelas estratégias e comportamentos. Junto de 250 casais foram utilizados: o *Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe* (QPVM; Matos e Costa, 2001); o *Questionário de Vinculação Amorosa* (QVA; Matos e Costa, 2001); o *Inventory of Specific Relationship Standards-III* (ISRS; Baucom, Epstein, Rankin & Burnett, 1993) *Conflict Resolution Inventory* (IRC; Kurdek, 1994), e a *Non-Physical Abuse of Partner Scale* e a *Partner Abuse Scale* (NPAPS/PASPH; Garner & Hudson, 1997).

A validação dos diversos instrumentos incluiu a análise das propriedades psicométricas da estrutura factorial através da análise factorial confirmatória. Dos resultados, destacamos que as mulheres se percebem a si mesmas como mais envolvidas nos conflitos (assim sendo percebidas pelos homens) enquanto os homens se percebem a si próprios como mais retirantes (sendo da mesma forma reconhecidos pelas mulheres); o mais frequente estilo de vinculação nas relações românticas é o seguro, sendo associado a utilização de estratégias construtivas de resolução de conflitos; as mulheres percebem os seus companheiros como mais violentos em associação com o álcool e, finalmente, a centralidade dos padrões conjugais tende a diminuir com o tempo de relação, sugerindo que o tempo seja um importante pacificador das relações de intimidade.

Abstract

The present study concentrates on two dimensions of marital relationships: marital conflict and violence. Since research in this area is relatively recent, conceptual and methodological approaches are still emerging. Therefore, we choose not to emphasize a particular perspective, reviewing the various models that explain the origins of marital conflict and violence, including socio-structural perspectives (feminist perspectives, gender differences), marriage typologies (e.g. Fitzpatrick, 1988; Gottman, 1994), and systemic models. The contributions of attachment theory are also referred given the research results within conflicting and violent couples that show its relevance for this phenomena

The study aims to analyze a) relational dynamics underlying marital conflict and violence, namely different conflict resolution strategies and violent behaviors; b) the role of variables such as gender, socio-economic level, age, parenting, religiosity, length of marriage, marital patterns and attachment styles in those strategies and behaviors; © the (dis)continuities between the two members of the couple regarding those strategies and behaviors. 250 couples were observed with the following questionnaires: *Questionnaire of Father and Mother Attachment* (QPVM; Matos e Costa, 2001); *Questionnaire of Love Attachment* (QVA; Matos e Costa, 2001); the *Inventory of Specific Relationship Standards-III* (ISRS; Baucom, Epstein, Rankin & Burnett, 1993), the *Conflict Resolution Inventory* (IRC; Kurdek, 1994), the *Non-Physical Abuse of Partner Scale* and the *Partner Abuse Scale* (NPAPS/PASPH; Garner & Hudson, 1997).

The validation of the various questionnaires included the analysis of their psychometric properties and factorial structure using confirmatory factor analysis. Results show that women see themselves (and are perceived by men) as more engaged in conflict, while men see themselves (and are perceived by women) as more using withdrawal as a strategy for dealing with conflict. The most frequent attachment style in loving relationship is the secure, which is associated with positive strategies for solving conflicts. Women perceive their companions as more violent in association with alcohol. The centrality of marital patterns tends to dilute with length of marriage, suggesting that time is a relevant relationship pacifier.

Résumé

Cette étude se centre en deux dimensions concernant les relations conjugales: conflit et violence. On constate, parce que ce domaine d'investigation est relativement récent, que les abordages conceptuels et méthodologiques émergent encore. Donc, on a choisi de ne rehausser aucune perspective en particulier, présentant plutôt les plusieurs modèles théoriques qui semblent plus significatifs selon les explications sur l'origine du conflit et de la violence conjugale, englobant les perspectives socio-structurales (perspectives féministes, différences de genre, apprentissage social), typologies des mariages (e.g. Fitzpatrick, 1988; Gottman, 1994, et les modèles systémiques. La théorie de l'attachement est aussi présentée, étant donné l'importance des résultats des études pour la compréhension du phénomène.

Basé sur une méthodologie quantitative, cette étude se propose d'analyser: a) les dynamiques relationnelles sous-jacentes au conflit et à la violence conjugale, à savoir les différentes stratégies utilisées par le couple pour résoudre le conflit et la violence conjugale; b) le rôle qui assument en ces stratégies des variables comme le genre, niveau socio-économique, âge, parentalité, religiosité, durée de la relation, types de comportements conjugaux et prototypes d'attachement; c) les (dis)continuités entre les deux éléments du couple concernant ces stratégies et comportements. 250 couples ont été observés avec les questionnaires: *Questionnaire d'Attachement à la Mère et au Père* (QPVM; Matos e Costa, 2001); *Questionnaire d'Attachement Amoureux* (QVA; Matos e Costa, 2001); *L'Inventaire des Standards Spécifiques des Relations-III* (ISRS; Baucom, Epstein, Rankin & Burnett, 1993); *L'Inventaire de Résolution du Conflit* (IRC; Kurdek, 1994); *L' Echelle d'Abus Non-Physique du Partenaire* et *L' Echelle d'Abus Physique du Partenaire* (NPAPS/PASPH; Garner & Hudson, 1997).

La validation des plusieurs instruments comprend l'analyse des propriétés psychométriques de la structure factorielle en utilisant l'analyse factorielle confirmatoire. Les résultats démontrent que les femmes se voient à elles mêmes (et sont vues par les hommes) plus engagées dans les conflits, pendant que les hommes se voient à eux mêmes (et sont vus par les femmes) comme plus utilisateurs de stratégies de retraite face aux conflits. Le style de attachement plus fréquent dans les relations romantiques est le secure, qui s'associe à des stratégies positives de résolution de conflits. Les femmes voient ses partenaires comme plus violents en association avec l'alcool. La centralité des prototypes conjugaux a une tendance à diminuer avec le temps de la relation, ce qui suggère que le temps se révèle un important pacificateur des relations intimes.

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Emília Costa, antes de mais, pela infinita paciência em me orientar e ser referência segura nos momentos de desespero e angústia. Acima de tudo porque o faz com amizade e carinho inexcedíveis, que sabe serem a essência da vida. Porque como poucos, consegue ir ao âmago do ser humano, como pessoa, professora e terapeuta constituindo-se numa referência pessoal e profissional impar no exercício da Psicologia, conferindo-lhe identidade. Porque constitui, sempre, um desafio e um privilégio ouvi-la simplificar o que é complexo, arriscando um saber fazer generativo com sensibilidade, questionamento e humildade únicas, que estão para além das teorias, que não vêm nos livros e que são apanágio dos verdadeiros professores.

Às Professoras Doutoradas Isabel Menezes e Paula Mena Matos, de quem tenho o enorme privilégio de poder afirmar ser amiga e colega, e que desempenham um papel central na minha vida como pessoa e como profissional. Às quais agradeço, justamente, os exemplos de absoluto profissionalismo, de desafio e estímulo constantes face às minhas recorrentes dúvidas sobre questões de investigação e pela oportunidade de me terem confiado tarefas desafiantes. À Professora Doutora Paula Mena Matos agradeço, ainda, a oportunidade da discussão de casos, por vezes com perspectivas diferentes mas complementares, o sentido de humor e jeito discretos de prestar atenção, que a tornaram num porto seguro. Finalmente, à Professora Doutora Isabel Menezes, agradeço e reconheço, o apoio único e incondicional, o brilho, a força, o incomparável sentido de humor, porque, inevitavelmente, tem estado e estará sempre presente.

À Dra. Graça Silva, minha amiga, porque possuímos valores semelhantes, e porque com o seu humanismo e, simultaneamente, lado pragmático me fez voltar, repetidas vezes, às questões essenciais. Agradeço também, pelo apoio entusiástico nas pesquisas bibliográficas tendo, aliás, dado o “pontapé de saída”, e pela boa disposição permanente e contagiante.

Ao Dr. Rui Alves, pelo prazer partilhado da docência em anos recentes, pelo incentivo amigável, sereno e constante, em última instância, pela amizade.

Ao Professor Doutor Joaquim Luís Coimbra, pelo carinho e postura humanistas demonstrado de modo permanente ao longo de todo o meu percurso académico e profissional, através da oportunidade de aprendizagens únicas, no decurso das suas aulas, algumas das quais tive o privilégio de partilhar.

À minha colega Dra. Raquel Barbosa, pela disponibilidade permanentemente dispensada para a realização de alguns procedimentos estatísticos e apoio em actividades pontuais de docência, pelo incentivo, constante e discreto; ao Dr. Carlos Gonçalves, colega de longa duração do tempo da intervenção comunitária, pelo percurso partilhado, tanto em termos profissionais como pessoais.

Ao Dr. Hugo Cruz, um duplo agradecimento pelo apoio na administração de questionários a casais e por ser o meu companheiro nos últimos anos na aliciante tarefa da intervenção em terapia conjugal, pela cumplicidade terapêutica revelada em aprendizagens mútuas com os “nossos casais” e, ainda, por estar sempre disponível a partilhar outras aprendizagens.

À Dra Tânia Gouveia, pelo apoio nas tarefas logísticas deste trabalho, sobretudo pela introdução de todos os dados, pelo sentido de humor inteligente manifestado nas conversas acerca da investigação e do exercício da psicologia, pela capacidade de se questionar, pelo modo, sempre discreto, quase a querer passar despercebido, de saber estar sempre tão presente.

À “quase Dra.” Joana Dolgner, pela infinita paciência de aceder com bom humor, genuinidade e carinho a todos os pedidos, nem sempre bem formulados, confusos e imprecisos que foram apanágio destes últimos meses.

À Luísa Santos, pela permanente boa disposição aquando da marcação das consultas dos “meus” casais e pela prontidão com que amigavelmente atende os meus (e de todos) pedidos. Pela paciência... Ainda, às Dras Ema Loja e Mariana Martins pelo incentivo constante e apoio concedidos em tarefas pontuais.

Finalmente, ao Dr. António Santos Pereira com quem tive a oportunidade de trabalhar, pela simplicidade e brilhantismo das suas (nossas) aulas e, inevitavelmente, pelo incomparável e desconcertante sentido de humor acerca de tudo mas, principalmente, do que é sério e, por vezes, excessivamente pesado.

E, ainda, obviamente à minha família dos quais revelaria alguns nomes: a madrinha Mariana, a Mariazinha, o Zé Luís pela presença definitiva na minha formação pessoal, pelo exemplo de carinho e amor; do mesmo modo, ao Eugénio, à Guida, à Sofia; e, aos amigos, sendo que os aqui designados representam as suas famílias que são, também, a minha família: especialmente à Fátima Menezes. Margarida Reis, Carmo, Paulo, Teresa, Domingos, Jorge, Alberto...

Naturalmente, porque me (re)conduzem, sempre, ao que é verdadeiramente importante:

Aos meus pais

Ao Zé, à Ana e à Sara

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: O CONFLITO NA CONJUGALIDADE	5
1. As alterações sociais do casamento	6
2. Satisfação conjugal	8
3. O processo de formação do casal	10
3.1. Os afectos e a conjugalidade	11
3.2. Famílias de origem e apoio social	17
4. A emergência dos conflitos nas relações conjugais	18
5. As variáveis cognitivas e o conflito conjugal	26
6. Tipologias de Reacção ao Conflito	31
6.1. Tipologia de Fitzpatrick (1988)	32
6.2. A teoria da Acomodação (Rusbult, 1987; Rusbult, Yovetich & Verette, 1996; Verette, Whitney, Slovick & Lipkus, 1991)	34
6.3. Modelo de “Boa Comunicação” e Modelo “Adequado de Gestão de Conflitos”(Fletcher et al, 1999)	37
6.4. Tipologia de Canary e Cupach (1988)	44
6.5. Modelo da Cascata para a Ruptura Conjugal	45
6.6. O Padrão Exigência- Retirada ou Ataque - Evitamento	52
7. O poder e o conflito na relação conjugal	59
7.1. As estratégias de influência	61
7.2. Distribuição de responsabilidades	65
7.3. As diferenças de género na reacção ao conflito	67
8. Comunicação e Conflito Conjugal	75
9. Constrangimentos ao estudo do conflito conjugal	82
Em síntese...	87

CAPÍTULO 2: A VIOLÊNCIA NA CONJUGALIDADE	91
1. Introdução	92
2. Definições e clarificação de conceitos	98
3. Teorias centradas no perfil individual do agressor e da vítima	103
4. As atribuições de agressores e de vítimas	110
5. Diferenças de género e violência conjugal	114
5.1. As perspectivas sociológicas	117
5.2. A vítima e as suas reacções	123
6. Da inevitabilidade dos conflitos à emergência de violência: que regularidades?	128
7. Constrangimentos da investigação e da intervenção em violência conjugal	136
Em Síntese...	145
CAPÍTULO 3: VINCULAÇÃO, CONFLITO E VIOLÊNCIA NA CONJUGALIDADE	149
1. As teorias da conjugalidade	150
2. As perspectivas psicodinâmicas	153
3. Teorias da Aprendizagem Social	155
4. A teoria da Vinculação	159
5. Modelos sistémicos de análise da conjugalidade	189
Em Síntese...	193
CAPÍTULO 4: METODOLOGIA DO ESTUDO	197
1. Objectivos do estudo e questões de investigação	198
2. Caracterização do processo de recolha de dados	216
3. A Amostra	219
Em Síntese...	221

CAPÍTULO 5: ANÁLISE DA QUALIDADE PSICOMÉTRICA DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO 223

- | | |
|---|-----|
| 1. O Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe (QVPM; Matos & Costa, 2001b, versão revista) | 225 |
| a) AFC para a vinculação à mãe | 227 |
| b) AFC para a vinculação ao pai | 229 |
| 2. O Questionário de Vinculação Amorosa (QVA; Matos & Costa, 2001a, versão revista) | 231 |
| 3. O Conflict Resolution Inventory (IRC; Kurdek, 1994) | 239 |
| a) percepções das estratégias de resolução de conflito próprias | 241 |
| b) percepções das estratégias de resolução de conflito do outro | 243 |
| 4. Non-Physical Abuse of Partner Scale e Partner Abuse Scale (NPAPS/PASPH; Garner & Hudson, 1997) – Escala da Violência | 245 |
| 5. Inventory of Specific Relationship Standards-III (ISRS; Baucom, Epstein, Rankin & Burnett, 1993) | 252 |
| Em Síntese ... | 262 |

CAPÍTULO 6: PERCEPÇÕES DE VINCULAÇÃO, DO CONFLITO, DA VIOLÊNCIA E DOS PADRÕES CONJUGAIS: DIFERENÇAS INTER E INTRA-SUJEITOS 263

- | | |
|---|-----|
| 1. Caracterização da amostra nas diferentes dimensões do estudo | 265 |
| 2. Diferenças em função do género, da idade e do nível sócio-económico-cultural | 267 |
| a) diferenças na vinculação aos pais | 267 |
| b) diferenças na vinculação ao par amoroso | 268 |
| c) diferenças nas estratégias de resolução de conflitos | 269 |
| d) diferenças nos comportamentos de violência percebida | 271 |
| e) diferenças nos padrões conjugais | 272 |
| 3. Diferenças em função da parentalidade e da religiosidade | 274 |
| a) diferenças na vinculação aos pais | 274 |

b) diferenças na vinculação ao par amoroso	274
c) diferenças nas estratégias de resolução de conflitos	275
d) diferenças nos comportamentos de violência	275
e) diferenças nos padrões conjugais	276
4. Diferenças em função do tempo de duração do casamento	277
a) diferenças na vinculação aos pais	277
b) diferenças na vinculação ao par amoroso	277
c) diferenças nas estratégias de resolução de conflitos	277
d) diferenças nos comportamentos de violência	278
e) diferenças nos padrões conjugais	278
5. Diferenças intra-sujeito nas percepções das estratégias de resolução de conflitos próprias e do outro	280
6. Análise de clusters para a vinculação ao par amoroso	283
6.1. Diferenças em função dos padrões de vinculação romântica	285
a) na vinculação aos pais	285
b) nas estratégias de resolução do conflito	287
c) diferenças na violência	290
d) diferenças nos padrões conjugais	291
e) diferenças na satisfação conjugal	292
7. Análise de clusters para as percepções da violência do companheiro	293
7.1. Que variáveis contribuem mais para explicar as diferenças entre grupos de indivíduos com companheiros mais ou menos violentos?	295
Em Síntese	299
CAPÍTULO 7: PERCEPÇÕES DA VINCULAÇÃO, DO CONFLITO, DA VIOLÊNCIA E DOS PADRÕES CONJUGAIS: DIFERENÇAS INTRA-CASAL	301
1. Continuidades e discontinuidades intra-casal	302
a) diferenças na vinculação aos pais	303

b) diferenças na vinculação ao par amoroso	305
c) diferenças nas estratégias de resolução de conflitos	306
d) diferenças nos comportamentos de violência percebida	308
e) diferenças nos padrões conjugais	309
2. Grupos de casais para a vinculação ao par amoroso	313
a) diferenças na vinculação ao pai e à mãe	314
b) diferenças relativamente às estratégias de conflito	317
c) diferenças relativamente à violência	321
d) diferenças quanto aos padrões conjugais	323
3. Grupos de casais para as percepções de violência	324
a) diferenças na vinculação ao pai e à mãe	325
b) diferenças na vinculação ao par amoroso	327
c) estratégias de resolução de conflitos	328
d) padrões conjugais	331
4. Correlações entre as díades	333
a) vinculação aos pais	333
b) vinculação ao par amoroso	335
c) percepções das estratégias de conflito próprias	336
d) padrões conjugais	337
5. Que variáveis contribuem mais para explicar as diferenças entre casais mais ou menos violentos?	339
Em Síntese	345
CAPÍTULO 8: DISCUSSÃO DE RESULTADOS	347
a) Percepções de Vinculação aos Pais	348
b) Percepções de Vinculação ao Par Amoroso	354
c) Percepções de Estratégias de Resolução de Conflito	357
d) Percepções de Violência	363
e) Percepções de Padrões Conjugais	366
f) Papel da Religião, Parentalidade e Tempo da Relação	369
Em Síntese	371

CONCLUSÕES	373
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	378
ANEXOS	423

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1	Características da amostra face ao género, número e idade dos filhos	220
Quadro 4.2	Características da amostra	221
Quadro 5.1	Dimensões e itens constituintes do QVPM	226
Quadro 5.2	Dimensões e itens constituintes do QVA	233
Quadro 5.3	Dimensões e itens constituintes do CRI	239
Quadro 5.4	Dimensões e itens constituintes da Escala da Violência	247
Quadro 5.5	Dimensões e itens constituintes da Escala da Violência	249
Quadro 6.1	Valores mini. e máximo, média e desvio padrão diferentes dimensões do estudo (N=500)	266
Quadro 6.2	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as dimensões da vinculação aos pais	267
Quadro 6.3	Médias e erros padrão para a vinculação aos pais em que há diferenças	268
Quadro 6.4	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as dimensões da vinculação ao par amoroso	268
Quadro 6.5	Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação ao par amoroso em que há diferenças	269
Quadro 6.6	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflitos próprias e do outro	270
Quadro 6.7	Médias e erros padrão para as dimensões das estratégias de resolução de conflito em que há diferenças	270
Quadro 6.8	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os comportamentos de violência	271
Quadro 6.9	Médias e erros padrão para os comportamentos de violência em que há diferenças	271
Quadro 6.10	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais	272
Quadro 6.11	Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças	272
Quadro 6.12	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para a satisfação com os padrões conjugais	273
Quadro 6.13	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para a perturbação com os padrões conjugais	273
Quadro 6.14	Médias e erros padrão para a perturbação com os padrões conjugais em que há diferenças	274
Quadro 6.15	Testes dos efeitos principais e de interacção inter-sujeitos para a vinculação ao par amoroso	275
Quadro 6.16	Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação ao par amoroso em que há diferenças	275
Quadro 6.17	Testes dos efeitos principais e de interacção inter-sujeitos para os padrões conjugais	276
Quadro 6.18	Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças	276

Quadro 6.19	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de resolução de conflitos	278
Quadro 6.20	Médias e erros padrão para as estratégias de resolução de conflitos em que há diferenças	278
Quadro 6.21	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais	279
Quadro 6.22	Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças	279
Quadro 6.23	Notas z para os clusters da vinculação ao par amoroso	284
Quadro 6.24	Distribuição dos clusters da vinculação romântica em função do gênero	285
Quadro 6.25	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para a vinculação aos pais	286
Quadro 6.26	Médias e erros padrão estilos de vinculação aos pais em que há diferenças	287
Quadro 6.27	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos estratégias de conflito próprias	288
Quadro 6.28	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos estratégias de conflito próprias	288
Quadro 6.29	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos estratégias de conflito do outro	289
Quadro 6.30	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos estratégias de conflito do outro	290
Quadro 6.31	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos comportamentos de violência	291
Quadro 6.32	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos comportamentos de violência	291
Quadro 6.33	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais	292
Quadro 6.34	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais	292
Quadro 6.35	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos satisfação com os padrões conjugais	293
Quadro 6.36	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para a satisfação com os padrões conjugais	293
Quadro 6.37	Notas z para os clusters da percepção de violência do companheiro	294
Quadro 6.38	Distribuição dos clusters da vinculação romântica em função do gênero	294
Quadro 6.39	Médias e desvios padrão para as diferentes dimensões em função dos clusters de violência do companheiro	296
Quadro 6.40	Funções discriminantes canônicas	297
Quadro 6.41	Coeficientes discriminantes estandardizados	297
Quadro 6.42	Matriz estrutural	298
Quadro 6.43	Médias dos grupos (centroides) nas duas funções	298
Quadro 7.1	Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação aos pais em que há diferenças	304
Quadro 7.2	Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação ao par amoroso em que há diferenças	305
Quadro 7.3	Médias e erros padrão para as dimensões das estratégias de resolução de conflito em que há diferenças	307
Quadro 7.4	Médias e erros padrão para os comportamentos de violência em que há diferenças	308
Quadro 7.5	Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças	310
Quadro 7.6	Médias e erros padrão para a satisfação com os padrões conjugais em que há diferenças	311
Quadro 7.7	Médias e erros padrão para a perturbação com os padrões conjugais em que há diferenças	312
Quadro 7.8	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as dimensões da vinculação aos pais	314

Quadro 7.9	Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação aos pais em que há diferenças	315
Quadro 7.10	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflitos próprias	318
Quadro 7.11	Médias e erros padrão para as estratégias de resolução de conflito próprias em que há diferenças	318
Quadro 7.12	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflitos do outro	319
Quadro 7.13	Médias e erros padrão para as estratégias de resolução de conflito do outro em que há diferenças	320
Quadro 7.14	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as dimensões da violência	321
Quadro 7.15	Médias e erros padrão para as dimensões da violência em que há diferenças	321
Quadro 7.16	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais	323
Quadro 7.17	Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças	323
Quadro 7.18	Distribuição dos casais do estudo em função das percepções de violência do cônjuge (N=250)	325
Quadro 7.19	Testes dos efeitos principais inter-casais para as dimensões da vinculação aos pais	325
Quadro 7.20	Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação aos pais em que há diferenças	326
Quadro 7.21	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as dimensões da vinculação ao par amoroso	327
Quadro 7.22	Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação ao par amoroso em que há diferenças	327
Quadro 7.23	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflitos próprias	328
Quadro 7.24	Médias e erros padrão para as estratégias de resolução de conflito próprias em que há diferenças	329
Quadro 7.25	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflitos próprias e do outro	330
Quadro 7.26	Médias e erros padrão para as dimensões das estratégias de resolução de conflito em que há diferenças	330
Quadro 7.27	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais	331
Quadro 7.28	Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças	331
Quadro 7.29	Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para a satisfação e a perturbação com os padrões conjugais	332
Quadro 7.30	Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças	332
Quadro 7.31	Correlações de Pearson nas díades entre a percepção da violência e a vinculação ao pai	334
Quadro 7.32	Correlações de Pearson nas díades entre a percepção da violência e a vinculação à mãe	335
Quadro 7.33	Correlações de Pearson nas díades entre a percepção da violência e vinculação ao par amoroso	336
Quadro 7.34	Correlações de Pearson nas díades entre a percepção da violência e as estratégias de conflito (Eu)	337

Quadro 7.35	Correlações de Pearson nas díades entre a percepção da violência e os padrões conjugais	338
Quadro 7.36	Médias e desvios padrões para as várias dimensões nos vários clusters da violência (N=250)	339
Quadro 7.37	Médias e desvios padrões para as várias dimensões nos vários clusters da violência (N=250)	341
Quadro 7.38	Funções discriminantes canônicas	341
Quadro 7.39	Coefficientes discriminantes estandarizados	342
Quadro 7.40	Matriz estrutural	343
Quadro 7.41	Médias dos grupos (centroides) nas duas funções	344

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 5.1	Análise factorial confirmatória para a sub-escala inibição da exploração e investimento à mãe, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	228
Figura 5.2	Análise factorial confirmatória para a sub-escala qualidade do laço emocional à mãe, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	228
Figura 5.3	Análise factorial confirmatória para a sub-escala ansiedade de separação à mãe, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	229
Figura 5.4	Análise factorial confirmatória para a sub-escala inibição da exploração e investimento ao pai, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	230
Figura 5.5	Análise factorial confirmatória para a sub-escala qualidade do laço emocional ao pai, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	230
Figura 5.6	Análise factorial confirmatória para a sub-escala ansiedade de separação ao pai, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	231
Figura 5.7	Análise factorial confirmatória para a sub-escala confiança, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	235
Figura 5.8	Análise factorial confirmatória para a sub-escala dependência, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	236
Figura 5.9	Análise factorial confirmatória para a sub-escala ambivalência, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	237
Figura 5.10	Análise factorial confirmatória para a sub-escala evitamento, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	237
Figura 5.11	Análise factorial confirmatória para a vinculação ao par amoroso, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	238
Figura 5.12	Análise factorial confirmatória para o envolvimento negativo no conflito, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	241
Figura 5.13	Análise factorial confirmatória para a resolução positiva de problemas, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	241
Figura 5.14	Análise factorial confirmatória para a retirada, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	242
Figura 5.15	Análise factorial confirmatória para a submissão, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	242
Figura 5.16	Análise factorial confirmatória para o envolvimento no conflito pelo outro, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	243
Figura 5.17	Análise factorial confirmatória para a resolução positiva de problemas pelo outro, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	243
Figura 5.18	Análise factorial confirmatória para a retirada pelo outro, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	244
Figura 5.19	Análise factorial confirmatória para a submissão pelo outro, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	244
Figura 5.20	Análise factorial confirmatória para a violência física, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	250

Figura 5.21	Análise factorial confirmatória para a violência associada ao álcool, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	251
Figura 5.22	Análise factorial confirmatória para a violência não física, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	251
Figura 5.23	Análise factorial confirmatória para sub-escala fronteiras, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	256
Figura 5.24	Análise factorial confirmatória para sub-escala controlo, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	257
Figura 5.25	Análise factorial confirmatória para sub-escala investimento instrumental, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	258
Figura 5.26	Análise factorial confirmatória para sub-escala investimento expressivo, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	258
Figura 5.27	Análise factorial confirmatória para as sub-escalas dos padrões conjugais, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	259
Figura 5.28	Análise factorial confirmatória para sub-escala controlo e dimensão perturbação, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	260
Figura 5.29	Análise factorial confirmatória para sub-escala fronteiras e dimensão perturbação, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	260
Figura 5.30	Análise factorial confirmatória para sub-escala investimento expressivo e dimensão perturbação, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	261
Figura 5.31	Análise factorial confirmatória para sub-escala investimento instrumental e dimensão perturbação, com os valores das saturações e os índices de ajustamento	261

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 6.1	Médias do envolvimento no conflito do eu e do outro para homens e mulheres	280
Gráfico 6.2	Médias da resolução positiva de problemas do eu e do outro para homens e mulheres	281
Gráfico 6.3	Médias da resolução positiva de problemas do eu e do outro para os diferentes NSEC	281
Gráfico 6.4	Médias da retirada do eu e do outro para homens e mulheres	282
Gráfico 6.5	Médias da submissão pelo eu e pelo outro	282
Gráfico 6.6	Clusters da vinculação ao par amoroso	284
Gráfico 6.7	Distribuição dos clusters pelas duas funções discriminantes canónicas	299
Gráfico 7.1	Médias intra-casal para as dimensões da vinculação ao par amoroso	306
Gráfico 7.2	Médias intra-casal para as dimensões violência percebida	309
Gráfico 7.3	Médias intra-casal para as dimensões dos padrões conjugais	312
Gráfico 7.4	Médias intra-casal para a satisfação com os padrões conjugais	313
Gráfico 7.5	Médias intra-casal para a perturbação com os padrões conjugais	313
Gráfico 7.6	Distribuição dos clusters pelas duas funções discriminantes canónicas	344

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, falamos sobre um dos contextos relacionais tidos como mais significativos para os seres humanos: a conjugalidade, elegendo duas das suas dimensões mais íntimas: as percepções de conflito e de violência.

As mudanças ocorridas no século passado ao nível histórico e social produziram mudanças significativas no seio da família e, conseqüentemente, na forma de encarar as relações conjugais. Desde logo, a aceção de que os fundamentos do casamento repousam no amor, pelo menos nas sociedades ocidentais que são aquelas que, no nosso caso, efectivamente estudamos, aportou novos olhares sobre as relações conjugais e tornou as pessoas mais exigentes com as relações, libertando-as de constrangimentos meramente contratuais e emergindo-as no complexo mundo dos afectos e das emoções. Ao mesmo tempo, e porventura devido às diferenças significativas com que são encaradas as expectativas face ao casamento, assiste-se, cada vez mais, à dissolução das relações e à emergência de novas formas de viver a conjugalidade e *em* família. Ainda assim, contrariando visões fatalistas e pessimistas que temem o desmoronar definitivo da família, para a maior parte dos indivíduos o casamento ou a união com outro continua a ser idealizado como um projecto de vida central para as suas vidas.

Por isto, podemos dizer que, apesar das mudanças estruturais a que tem sido sujeita, a família permanece como a grande responsável pelo desenvolvimento psicológico dos indivíduos, que se pressupõe saudável e harmonioso. Talvez porque esta seja a imagem de marca das famílias, seja particularmente difícil abordar duas dimensões carregadas de negatividade do relacionamento conjugal e, na medida em que este acontece por amor, parece paradoxal a existência de comportamentos violentos no seio do mesmo. Contudo, o estudo das relações familiares e conjugais teve os seus primórdios na análise das razões que conduziram à disfuncionalidade e ruptura familiares emergindo, neste contexto, a maior parte das teorias acerca da conjugalidade e de dimensões específicas das mesmas, sendo de realçar o progressivo ênfase em teorias de complexidade crescente como é o caso das sistémicas. Esta

mudança é consonante com a transição a que se tem assistido na Psicologia em que após a centralidade no estudo das características individuais do ser humano se assiste ao reconhecimento ou à emergência dos processos relacionais e se reconhece também a relevância das relações para a construção da identidade e para conferir sentido à acção individual.

Com efeito, no decurso deste trabalho teremos oportunidade de nos apercebermos da diversidade de modelos desenvolvidos e dos distintos enfoques concedidos às dinâmicas conjugais, bem como os significados atribuídos às mesmas. Nem sempre o relacionamento do casal, ou as suas dinâmicas internas, vão no sentido da funcionalidade dado que o desenvolvimento dos cônjuges pode não ocorrer de maneira congruente, isto é, nem sempre os processos de desenvolvimento são convergentes ou ocorrem no mesmo sentido e no mesmo tempo, para cada membro do casal. Por isto, e não exclusivamente, os conflitos emergem naturalmente, nas relações conjugais (porque são apanágio das relações humanas), mesmo naquelas que não tendem para a dissolução e, apesar do enforque permanentemente negativo atribuído aos conflitos veremos como existem alguns mitos acerca de aspectos relacionais do casamento. No caso da violência conjugal, a questão toma contornos de maior complexidade, como veremos.

Finalmente, constataremos que não existe uma teoria particular para explicar um ou outro fenómeno mas antes um conjunto de abordagens muito diversas, sendo, aliás, amplamente criticado o facto do estudo destas dimensões se fazer de modo quase ateorético (não esqueçamos que as terapias familiares e conjugais se iniciaram pela pratica, construindo-se as teorias *a posteriori*), deste modo, não tomamos como ponto de partida para este trabalho nenhuma perspectiva em particular, embora concedamos particular atenção a algumas em detrimento de outras, por considerarmos serem mais abrangentes e perspectivarem os temas em análise de modo desenvolvimental. No fundo, procuramos situar-nos numa perspectiva construtivista e ecológica do desenvolvimento humano, daqui decorrendo a necessidade de atender a processos individuais de construção do conhecimento, a processos relacionais, sociais e necessariamente contextuais do desenvolvimento das pessoas e dos fenómenos que no decurso das suas

interacções emergem, como são o caso das dimensões que constituem o objecto deste estudo.

Assim sendo, o primeiro capítulo deste trabalho inicia-se com uma introdução alargada sobre as questões centrais que afectam os relacionamentos conjugais, por se tratarem de aspectos necessariamente transversais aos outros temas assinalados neste trabalho, assumindo-se como uma espécie de grelha de leitura dos mesmos. Seguimos com a apresentação dos conceitos adjacentes ao conflito conjugal, e das variáveis que mais frequentemente lhe estão associadas. Apresentamos um conjunto de tipologias que procuram descrever e interpretar as estratégias de resolução de conflitos e terminamos com a alusão às dificuldades de investigação neste domínio.

O segundo capítulo versa sobre violência conjugal e acerca dele começaremos por expor as dificuldades, confusões conceptuais e polémicas que habitualmente povoam este domínio de investigação da psicologia. Consideramos, desde logo, essencial definir o âmbito do trabalho, nesta dimensão específica, uma vez que tratando-se de um assunto carregado de polémica, a clarificação acerca do tipo de violência que constitui objecto do nosso estudo advém obrigatória. Seguidamente, apresentamos as variáveis que têm estado na base do estudo dos comportamentos e atitudes conducentes à violência entre casais, desde a consideração de variáveis individuais até modelos sistémicos de análise do fenómeno. Finalmente, procuramos relatar pontos de convergência entre conflito e violência para reflectir sobre o processo de escalada que eventualmente os associa. Terminamos com as dificuldades de investigação e questões de intervenção junto destes casais, mas também no que concerne aos casais em que o conflito, e não necessariamente a violência, é tido como problemático, e das ilações que lhe estão associadas, nomeadamente no domínio ético.

No terceiro capítulo fazemos uma breve alusão a algumas teorias psicológicas da conjugalidade mas, essencialmente, apresentamos os estudos que com base na teoria da vinculação têm sido um contributo importante para a compreensão do conflito e violência conjugais. Destacamos, ainda, a necessidade de se adoptarem modelos sistémicos de análise deste tipo de problemas, assinalando a alteração de paradigma subjacente ao estudo do casamento: a deslocação da ênfase dos processos intrapsíquicos, para a

ênfase em processos relacionais e em processos sistémicos. Esta opção deve-se ainda ao facto de termos elegido os estilos de vinculação (Bartholomew, 1991) como uma das dimensões centrais do nosso estudo.

Do quarto ao oitavo capítulos, apresentamos e discutimos os dados referentes à parte empírica deste trabalho realizado junto de uma amostra de casais portugueses com o objectivo de abordar e aprofundar algumas das questões enunciadas no decurso da revisão da literatura, no domínio das percepções de conflito e violência conjugais. Concretamente, o quarto capítulo visa apresentar os grandes objectivos do estudo, bem como as questões de investigação subjacentes à sua emergência e que serviram de base à constituição das hipóteses colocadas. Seguem-se a descrição do processo de recolha de dados e as informações relativas à amostra em que o estudo incidiu. No quinto capítulo descrevemos os instrumentos utilizados, no sentido de avaliar a sua utilidade, validade e fiabilidade para o estudo de algumas dimensões das relações conjugais e, portanto, para serem usados junto de indivíduos adultos, de expressão portuguesa. No capítulo seguinte, o sexto, analisamos, para a amostra total, as diferenças inter-sujeito nas várias dimensões do estudo, a saber: a vinculação aos pais e ao par amoroso, as estratégias de resolução de conflitos, os comportamentos de violência e os padrões da relação. Consideraremos, ainda, as diferenças intra-sujeito nas percepções das estratégias de conflito utilizadas pelo próprio e pelo companheiro. No sétimo capítulo, uma vez concluída no capítulo anterior a exploração das diferenças inter-sujeito, consideramos as continuidades e descontinuidades intra-casal relativamente às dimensões centrais no nosso estudo.

Finalizamos, no oitavo e último capítulo, com a discussão dos principais resultados do estudo à luz dos principais contributos da investigação sobre estas matérias, entre outras explicações que nos pareçam igualmente verosímeis e consistentes. As principais conclusões do trabalho procuram apontar algumas críticas ao mesmo e destacar algumas questões e reflexões que nos parecem determinantes para a continuidade da investigação neste domínio, assim como para a intervenção junto de casais, seja por parte de terapeutas, como de outros agentes comunitários interventivos neste domínio.

Capítulo **1**

O CONFLITO NA CONJUGALIDADE

Capítulo 1

O conflito na conjugalidade

Este capítulo é exclusivamente dedicado à apresentação dos principais modelos e consequentes investigações desenvolvidos no âmbito do estudo do conflito nas relações conjugais, em função da revisão da literatura efectuada. Na medida em que o conflito e a violência conjugais nos remetem para o estudo de outras variáveis da conjugalidade e, em última análise, para esta, optamos por iniciar este capítulo com a referência, necessariamente breve, a alguns conceitos – que nos parecem mais significativos – sobre o casamento e sobre aquilo que ele significa na actualidade. Contudo, não é nosso objectivo fazer uma reflexão profunda sobre cada um destes aspectos esperando, ainda assim, que eles sejam úteis para a leitura das questões prioritariamente investigadas nos domínios do conflito e da violência dado que, como veremos, aí são recorrentemente referenciados, como veremos ao longo deste trabalho. Seguidamente faremos a apresentação dos modelos e investigações directamente relacionados com o conflito conjugal, terminando com uma breve identificação das dificuldades de investigação e suas implicações para finalizar com a síntese dos principais aspectos referidos neste capítulo.

1. As alterações sociais do casamento

Para falarmos de percepções de conflito e violência conjugal temos necessariamente que abordar algumas das questões que se colocam na actualidade à vivência da conjugalidade. O enfoque concedido, nas últimas décadas, por inúmeras áreas da investigação, entre as quais a psicologia, aos casais, relaciona-se, desde logo, com uma série de mudanças sócio-estruturais e políticas ocorridas no século passado que conduziram à alteração do paradigma conjugal até então dominante. Se antes, o casamento significava um contrato formal entre famílias e grupos sociais, com o intuito de fazer prevalecer objectivos económicos e políticos, recentemente, as suas bases são

o amor e os afectos entre duas pessoas, o que veio consubstanciar um conjunto de alterações no relacionamento entre os cônjuges e uma visão da instituição casamento em moldes completamente inusitados à distância de apenas algumas décadas.

Estas mudanças fizeram com que se alterassem as expectativas dos cônjuges (mas não exclusivamente) face à relação. Esta passou a ser idealizada e nela cada indivíduo espera ver cumpridos os seus desejos de ser amado e de amar, de ser compreendido, desígnios que vão além da mera tarefa de reprodução que assistia à instituição casamento. Assim, os cônjuges tornam-se mais exigentes com a relação mas também se tornam conscientes de que estão inseridos em relações de maior complexidade na medida em que o percurso da conjugalidade é feito a dois mas não perdendo a individualidade de cada um. Devido a estas e outras vicissitudes o casamento passou a ser no âmbito da Psicologia um tema preferencial de estudo, ainda que no começo marcado pela negatividade

Com efeito, ao mesmo tempo, que se assistia a estas modificações, uma certa visão de caos associou-se ao conceito de família devido à constatação perturbadora do aumento do número de divórcios no mundo ocidental (percentagem próxima ou superior a 50%) fazendo emergir, recorrentemente, alguns discursos cépticos acerca da continuidade das instituições família e casamento. Contudo, o celibato parece não ser uma alternativa ou sequer uma opção na medida em que a maior parte das pessoas, mesmo em segundas núpcias, pretende voltar a envolver-se em relações de intimidade monogâmicas¹

Uma revisão mais aturada deste tema conduz-nos a perspectivas diferentes (desde antropológicas, sociológicas, psicológicas) mas complementares e que confirmam as transformações pelas quais as relações entre homens e mulheres, e conceitos como os de amor, sexualidade, casamento e família têm percorrido (Badinter, 1989; Attias-Donfut *et al*, 2001).

¹ Tal é confirmado pelas taxas de recasamentos ou pela taxa de casamentos, dado que na população mundial se estima que 90% das pessoas se casa pelo menos uma vez na vida. Clarifiquemos, ainda, que neste trabalho falamos de relações heterossexuais monogâmicas, até porque no mundo ocidental a poligamia não é um valor socialmente aceite.

A noção de diversidade cultural, bem como a noção de que as famílias são sistemas abertos, que se desenvolvem ao longo do tempo, abre o sub sistema conjugal a um leque diversificado de realidades e vivências, com diferentes interações a diferentes níveis, conduzindo a que cada indivíduo e cada casal, seja influenciado pela sua cultura e pela sua família de origem, em função de processos de socialização reconstruindo e alterando diversas heranças na sua relação conjugal. Assim, em vez de casamento devemos antes dizer casamentos, na medida em que a sua expressão social varia em função da cultura e do momento histórico considerado.

2. Satisfação conjugal

Apesar das mudanças a que as relações conjugais têm sido votadas e dos indicadores que apontam, por vezes, para a sua dissolução, o casamento continua a ser sinónimo de bem-estar para a maior parte dos indivíduos². São diversas as definições de satisfação conjugal, e, ainda assim, não é fácil escolher uma, na medida em que tal conceito (ou vivência) é resultante de uma imensa variedade de factores que concorrem para a sua emergência. Deste modo, a satisfação conjugal deverá ser percebida através de uma perspectiva sistémica em que confluem factores cognitivos, afectivos e operativos na interacção com variáveis pessoais e contextuais (Narciso & Costa, 2002). Está assim presente uma visão dialéctica da vivência da conjugalidade, marcada por momentos distintos de afectividade positiva e negativa, onde a satisfação e a insatisfação não são pólos opostos mas antes

² Se o que mantém as relações de casamento, nos nossos dias, é o amor também podemos inferir que aquilo que é procurado pelas pessoas nos relacionamentos amorosos é a felicidade conjugal. A revisão da literatura acerca da conjugalidade remete-nos para os conceitos de felicidade conjugal, ajustamento, satisfação e qualidade são tidas na literatura como sinónimos, ou quase, uma vez que não existe uma distinção clara dos conceitos. Desta forma, optamos pela sua utilização de acordo, o mais possível, com a terminologia usada pelos autores a que nos referimos mas, de qualquer modo, com a mesma significação.

posições marcadas por continuidades e descontinuidades temporais e do percurso de cada casal (Erbert & Duck, 1997). Curiosamente, muita da investigação realizada acerca das relações conjugais tanto faz apelo à satisfação conjugal como à insatisfação conjugal, para chegar às mesmas conclusões. Constatamos, portanto, que as relações entre satisfação conjugal, insatisfação, conflito, desacordos, e até violência, são visíveis e infindáveis. Ou seja, no domínio da investigação das relações conjugais falar de satisfação também é falar de insatisfação e o inverso também se confirma.

Diversos são, pois, os estudos que reportam serem as pessoas casadas as que apresentam maiores níveis de felicidade (satisfação com a vida, sentimentos positivos, maior bem estar psicológico e físico – existem menos depressões, menos doenças, menos internamentos, menos mortalidade, comparativamente à população não casada. E, ainda, que além destas variáveis de índole psicológica e física, o casamento protege também ao nível estrutural na medida em que o apoio social, contextual e comunitário das pessoas casadas é superior (em indicadores tão pragmáticos como o do apoio económico) (Perrone & Worthington, Jr, 2001). Obviamente que é discutível a separação destas variáveis na medida em que cada uma delas suporta e fortalece as restantes, a título exemplificativo, há estudos recentes que apontam para o cônjuge como o elemento mais significativo do apoio social ao parceiro (Brunstein *et al*, 1996). Curiosamente, (ou nem tanto à medida que aprofundamos as miríades de variáveis em questão), verificamos que o casamento parece ser mais proveitoso para os homens do que para as mulheres (Glenn, 2001; Steil, 1997).

Existe, portanto, um amplo conjunto de variáveis determinantes da satisfação conjugal desde os processos interpessoais da relação até ao apoio social (Bradbury, Fincham & Beach, 2000) o que torna possível afirmar que a satisfação conjugal é devedora do suporte emocional, da partilha de interesses, da intimidade, do compromisso na relação, da ligação do sub-sistema conjugal com outros sub-sistemas, entre tantos outros, mas, também, da capacidade dos cônjuges enfrentarem e lidarem com os conflitos, sendo consensual que se os mesmos são encarados de forma construtiva a relação sai enriquecida e, se

encarados de modo destrutivo, a relação sai prejudicada e prevalece o sentimento de insatisfação (Fowers & Olson, 1993; Greeff & Bruyne, 2000).

Contudo, se o casamento pode ser fonte de bem-estar também é fonte de conflito, insegurança, stress, doença, em suma de mal-estar psicológico e físico. A maior parte das relações passa por períodos de significativa tormenta, deste modo, ao casamento podem estar adjacentes adjectivos como estagnação, impasse, deterioração, dissolução. A investigação revela que a insatisfação conjugal covaria entre perturbações individuais e comportamentais nas relações íntimas. E que a insatisfação conjugal e conflitos não solucionados, particularmente a comunicação negativa, está relacionada com efeitos adversos na saúde física (cardiovascular, endócrina, sistema imunitário) do indivíduo. A destacar, ainda, o facto de estes efeitos não recaírem exclusivamente sobre os adultos mas também sobre as crianças, nomeadamente, a existência de depressão, dificuldades de relacionamento, dificuldades académicas, e uma tendência de diminuição da longevidade nos descendentes de casais disfuncionais (Gottman, 1999; Kiecolt-Glaser & Newton, 2001; Snyder, Castellani & Whisman, 2005).

3. O processo de formação do casal

Ainda assim, o que leva, então, duas pessoas a querer unir as suas vidas num projecto comum? Seguramente que a resposta a esta questão não é simples e existe uma diversidade de razões para que as pessoas se envolvam nesta relação, tida como a mais significativa na idade adulta, independentemente do tipo de contrato celebrado.

De um modo geral, podemos dizer que, actualmente, quando duas pessoas se conhecem e se apaixonam, independentemente das definições de amor consideradas, formam um casal, constroem um “nós” e/ou uma identidade partilhada, processo este que não deixa de ser pautado por imensas conflituosidades internas e/ou externas a cada um dos elementos do casal, e ao casal. Com efeito, são diversos os factores que interferem ao longo do

tempo na construção do “nós”: desde características pessoais, relacionais, emergência de situações conflituosas, acontecimentos de vida, normativos e não normativos (porventura mais determinantes), ou seja, o processo de co-construção do “nós” é determinado pelas capacidades pessoais, relacionais, contextuais e comunitárias dos cônjuges (Alarcão, 2002; Costa, 1994; Relvas, 1996). Por isto, *“todo o casal se faz de três elementos: eu, tu e nós”* (Caillé, 2002, p.65) e cada elemento do casal possui uma identidade e vida própria que a transição para o casamento não pode fazer desaparecer. Deste modo, os conceitos de autonomia, partilha e negociação passam a ser conceitos – chave, entre outros, no processo de construção e desenvolvimento do casal, tendo que ser considerados, inevitavelmente, como alicerces estruturais do percurso – trajecto de vida comum – que o casal, “o nós”, percorre ao longo do seu projecto de vida a dois.

Vejamos, pois, algumas das mais prementes variáveis:

3.1.Os afectos e a conjugalidade

Existem inúmeras definições de amor bem como de outros sentimentos que a ele estejam associados. De qualquer modo, a literatura é consensual em considerar que é o amor que une as pessoas e é pela sua ausência que muitas relações se dissolvem. É, portanto, o amor que preside às relações conjugais embora nem sempre assim tivesse acontecido. Ainda assim, o estudo do amor, tem sido relativamente esquecido na investigação em Psicologia, sendo apenas a partir da década de setenta que ele toma um carácter mais sistemático. A sua conceptualização, por outro lado, tem sido imensa existindo dezenas de teorias sobre o amor, algumas com cariz mais filosófico e divergindo também na sua operacionalização.

Por outro lado, este sentimento é muitas vezes evocado e associado a outros conceitos que não sendo sentimentos, são inerentes à natureza de um e de outro, como são o caso da intimidade e do compromisso. Ou seja, movemo-nos num terreno pleno de complexidades em que muitas vezes o amor é

emoção, ou sentimento, ou paixão, ou ambos, sendo seguramente uma configuração de sentimentos (Narciso, 2001/2002, p.49) que pode vestir diversas formas no percurso relacional em função do tempo e da história idiossincrática *daquela* relação, e tendo a sua expressão contornos distintos, tonalidades ora mais fortes (como a paixão inicial) ora mais ténues, mas nunca deixando à deriva o “*absoluto do casa*” (Caillé, 1991). Por isto, o amor é relacional e necessariamente imbuído de processos cognitivos, de posturas sobre a vida, de filosofias de vida, ...é porventura muito mais, é o que por vezes é indizível³.

Deste modo, o amor é *apaixonado* quando existe “*um estado de intenso desejo de união com o outro*” (Hatfield, 1988,p. 191; é *companheiro* quando envolve “*amizade, compreensão e preocupação com o bem estar do outro*” (Hatfield, 1988, p.191); é romântico quando existe “*uma apaixonada vinculação espiritual-emocional-sexual entre duas pessoas*” (Branden, 1988, p.220), numa imensidão de definições em função dos modelos teóricos que as sustentam e que não cabe aqui continuar a referir. Contudo, falar de amor, ainda que com contornos de almejada cientificidade, deixa sempre a sensação de que procurar uma definição perfeita e suficientemente abrangente será sempre uma tarefa eterna e impossível! Felizmente, aliás, porque os afectos humanos não são compatíveis com regras ou definições espartanas.

Além de diversas, as teorias psicológicas acerca do amor diferem na forma de o avaliar: ora o consideram um constructo estático, ora dinâmico e uni ou multidimensional. Abstemo-nos de referir as teorias⁴, apenas destacando os Estilos ou Padrões de Vinculação Hazan & Shaver, 1987; Bartholomew, 1991) e o Modelo de Gottman (1994) que ainda que sejam por nós utilizados como referências para a análise das relações conjugais no que concerne aos

³ De resto, o amor é um processo que se vai aprendendo deste que nascemos, na família e, posteriormente, no decurso do processo de desenvolvimento através da emergência de “*novos encontros de amor*” (Costa, 1998).

⁴ Amor apaixonado, amor companheiro (Berscheid e Walster, 1974); amor como emoção (Solomon, 1981); teoria triangular do amor e amor ao longo da vida (Sternberg, 1986, 1994, amor romântico (Branden, 1988); e estilos de amor Lee, 1977) são alguns dos inúmeros exemplos (*in* Blanchard-Fields, Chen & Hebert, 1997).

conflitos e à violência, serão posteriormente desenvolvidos e, nesse contexto, teremos oportunidade de voltar a falar, de novo e inevitavelmente, de amor.

Associados ao amor, coexistem inúmeros e diversos conceitos e ainda que não existindo uma definição objectiva do que é o amor, existem conceptualizações do mesmo que nos merecem destaque. Concretamente, relembremos a teoria triangular do amor de Sternberg (1986) na medida em que esta perspectiva assume a existência de três dimensões ou vértices como fazendo parte da relação amorosa, a saber: a intimidade, a paixão e o compromisso (ou decisão)⁵. A referência a Sternberg surge justamente para falar de diferentes conceitos associados ao amor, dos quais destacaríamos, como Narciso (2001/2002) o de intimidade na medida em que ela será a “*essência da relação*” e, por isso, compreensivelmente, um dos conceitos mais estudados nas relações românticas.

Das diversas definições de intimidade proporíamos a sua analogia com “...um tecido relacional entretecido por dois fios nucleares – *partilha e auto-revelação* - os quais se ligam a outros fios – *apoio emocional, confiança, mutualidade, interdependência e sexualidade*” (*ibd.*,p. 93), chegando, mais uma vez, a uma definição que implica outros conceitos, realçando a complexidade natural deste tema.

A intimidade, contudo, só se define num processo construído a dois dando forma ao “nós” relacional ao longo do tempo da relação e não existe sem um conjunto de processos adjacentes. Falamos da *auto-revelação*, processo de se dar a conhecer um ao outro (*self-disclosure*), inicialmente pontuado por informações mais pragmáticas para passar para as revelações mais pessoais e íntimas como história de vida, valores, sonhos; da *partilha* que significa o dar-se um ao outro em termos psicológicos mas também na comunhão de bens de cuidados, de apoio no sentido pragmático do termo; do *apoio emocional*, que significa sentir-se compreendido, aceite, valorizado, respeitado e protegido; da *confiança*, ou seja, a capacidade de acreditar no outro e ter expectativas face a um futuro que se prevê comum; da *mutualidade* que consiste no sentido do

⁵ Com base nestas três componentes, que não precisam existir em simultâneo, o autor propõe oito tipos de amor o que expressa bem a ideia da complexidade de tentar definir este conceito e da infinidade de formas de ser vivido.

reconhecimento de que a história que se vai construindo é a dois, é partilhada e tem carácter de comutabilidade (assim como de igualdade e equidade na relação) e, finalmente, da *interdependência* que representa a capacidade de dosear independência e autonomia (questão de resto muito investigada no domínio das relações conjugais, e especificamente associada ao conflito e violência, como veremos).

Obviamente que a construção da intimidade do casal só é possível a partir das histórias individuais de cada cônjuge, sendo estas, construídas e reconstruídas no percurso histórico de cada indivíduo ao longo de um processo desenvolvimental que vai do nascimento à morte, onde se pressupõe que sejam ultrapassados uma série de estádios de desenvolvimento e tomando novos contornos com o tempo e com as relações (Costa, 2005).

Por tudo isto, o conceito de intimidade é, a nosso ver, um dos pilares, senão o cerne da conjugalidade, mas é também o mais controverso e complexo ainda que seja dos que melhor define a satisfação conjugal. Por isso, é interessante constatar que este conceito poderá não ter o mesmo sentido para homens e mulheres: para eles significa proximidade, partilha de actividades, e sexualidade e, para elas, tem um significado de diálogo, revelação de sentimentos e opiniões pessoais, expressão de afecto e compreensão recíproca. De resto, a intimidade tem sido, justamente, estudada para compreender alguns dos conflitos entre cônjuges (Christensen & Shenk, 1991; Duck & Wright, 1993; Markman & Kraft, 1989).

Mas, ao falarmos de intimidade, falamos de autonomia porque a satisfação da necessidade de se sentir ligado (vinculação) e cuidado pelo outro implica que se respeita a sua autonomia, ou seja, *“...o encontro entre dois selves com uma história de vida própria implica de ambas as partes a consciência da sua individualidade e da do outro...”* (Costa, 2005, p. 10). Deste modo, contrariamente às relações de vinculação na infância, na idade adulta a reciprocidade das funções de vinculação é essencial a um equilíbrio entre proximidade e distância (Berman & Sperling, 1994). *“É preciso ter cada vez mais confiança em si à medida que se desenvolve um amor partilhado, já que*

dois seres só se tornam um quando se mantêm dois” (Andreas-Salomé, 1990; in Alarcão, 2002, p.72).

Ainda que com um enfoque distinto, a dicotomia autonomia/proximidade tem sido das mais estudadas nas relações conjugais e pode ser resumida à questão de como conseguir manter a individualidade numa relação a dois. Sobretudo, como fazê-lo em relações criticadas por muitos, como aprofundaremos, de pouco igualitárias numa época em que, paradoxalmente, se valoriza a independência e a realização pessoal. Ou seja, como conseguem os casais conciliar diferentes papéis dentro e fora do casamento. Esta é esta é uma questão central da conjugalidade e, independentemente da nossa cultura ser intrinsecamente afectada pela noção de género e de o poder nas relações repousar neste paradigma (Blanton & Vandergriff-Avery, 2001), cremos que as expectativas face às relações conjugais têm vindo a alterar-se substancialmente e não apenas no sentido de uma maior exigência quanto às questões afectivo-emocionais, mas também no que concerne à conciliação de papéis diferenciados, tanto por parte dos homens como das mulheres em ordem a que as relações conjugais sejam percebidas como mais satisfatórias por ambos os parceiros (Steil, 1997). Apesar disto, reconhecemos que esta é uma das questões mais em foco nas investigações sobre casais, das mais transversais a todos os domínios específicos em análise da vida conjugal, como constataremos, e das mais controversas. A ideia global é a de que, a questão da conciliação de papéis ainda se coloca de forma menos pacífica para as mulheres do que para os homens. Mais comumente se fala de conflito de papéis relativamente a mulheres do que a homens que, quando conseguem harmonizar diferentes papéis, são avaliados positivamente. As mulheres, por seu lado, são quase sempre percebidas pelos outros como estando ansiosas e em conflito, ou com elas próprias ou com um meio que, por vezes, não é muito complacente, com praticas igualitárias.

Finalmente, apesar das dificuldades inerentes à vivência da conjugalidade, o *querer* permanecer numa dada relação depende, antes de mais e acima de tudo, da vontade dos cônjuges. Introduzimos, desta forma, outra dicotomia recorrentemente estudada, a do compromisso vs. investimento.

Este querer estar significa o sentido de compromisso na relação que se distingue do ser na relação que designaria a componente de investimento. Esta diferenciação entre conceitos investe-se de alguma complexidade (a que não fazemos aqui referência). Contudo, poderemos ver que existem casais mais ou menos envolvidos na relação e outros em que apenas a dimensão do compromisso (que pode ser meramente formal e social) está presente. Ao examinarmos as diferentes tipologias de casamento, fica patente que a relação entre estes conceitos do ser e do estar na relação são essenciais para compreender as *nuances* e particularidades dos relacionamentos conjugais (Costa, 2005). Por outro lado, acreditamos que esta dicotomia pode acrescentar um enfoque útil à leitura das situações de conflito e de violência conjugais no sentido de melhor compreender a sua génese e processo.

Falar de afectos sem finalmente falar de sexualidade não faria sentido já que se trata, naturalmente, de uma dimensão fundamental das relações românticas ou amorosas sendo as dificuldades a ela associada cada vez mais relacionadas com problemas de intimidade e de amor na relação. Como refere Fletcher “... a actividade sexual pode ser elevada a uma mais intensa e exaltada expressão quando integrada com níveis elevados de compromisso e intimidade. O acto de proporcionar prazer sexual, pode tornar-se tão importante como recebê-lo” (Fletcher, 2002, p.215). Contudo, os homens parecem ser capazes, mais do que as mulheres, de separar a sexualidade das dimensões referidas. Contudo, estudos vão assinalando resultados vários nem sempre no sentido dos estereótipos e assinalando essencialmente que a sexualidade evolui ao longo do ciclo de vida do indivíduo e do casal.

Finalmente, veremos como os afectos têm um papel determinante na forma de resolução de conflitos de casais satisfeitos, papel reconhecido por diversos estudos. Destaquemos apenas, o modelo de Gottman e Silver (1999/2000) que através da metáfora da “conta bancária” reconhecem da existência, nos casais satisfeitos, de um conjunto de afectos e experiências emocionais vividos a dois e que servem como um escudo que é usado em momentos de desacordo e conflituosidade. Voltaremos a este modelo, pela sua relevância.

3.2. Famílias de origem e apoio social

Referíamos ainda há pouco que existem dimensões da vida conjugal que são influenciadas pelo meio ou, se preferirmos, pelos contextos mais ou menos amplos em que o casal se movimenta na medida em que ele não se constitui como uma célula isolada do mundo que o rodeia. Nomeadamente, quando dissemos que o contexto familiar e/ou social pode ser mais ou menos complacente com práticas igualitárias entre homens e mulheres. Ou seja, na constituição de uma nova família, os cônjuges transportam consigo, por um lado, aspectos inerentes à sua história pessoal, história esta que decorreu numa determinada família e cujos efeitos se repercutem para além do tempo que a ela é confinado e, por outro, as suas relações com o meio circundante e especificamente com as famílias de origem do sub-sistema conjugal possui uma preponderância significativa no seio do relacionamento intra casal.

De resto, muitos dos conflitos que emergem no casamento relacionam-se com a dificuldade em gerir diferentes ideias de família, além da tarefa árdua de gerir o tipo de relação que a nova família, por ora formada, tem de estabelecer com as famílias de origem que possibilitaram a sua criação, com a família alargada e com o desempenho de outros papéis familiares e sociais que se impõem naturalmente aos cônjuges.

Por tudo isto, o estudo da família de origem revela-se fundamental para a compreensão do modo de transmissão de diversos padrões de funcionamento para os indivíduos em gerações posteriores e que, como sabemos, pode ter efeitos nas mais diversas áreas da nossa vida, com efeito, não nascemos do vazio, mas antes de um pai e mãe e, assim, de uma relação que mais ou menos intencionalmente foi construída. A qualidade do relacionamento da família de origem tem sido estudada à luz de diversos modelos teóricos e no que concerne aos casais, em ordem a perceber os efeitos na descendência e na forma como tal interfere na génese do seu próprio casamento.

No entanto, fruto das modificações sociais do último século, o casal tende a estar mais dependente de si mesmo e o apoio anteriormente concedido pela

família de origem é, nos nossos tempos, menos presente ou contínuo ou mesmo inexistente. Veremos, como, além do cônjuge, a família de origem constitui, por um lado, a maior fonte de apoio para os casais mas, por outro, a gestão da relação do casal com as mesmas é muitas vezes percebida por um ou por ambos os cônjuges como causas de conflito relacional.

Finalmente, a questão do apoio social em termos mais vastos é também de relevância notável na medida em a gestão diária de diferentes papéis, nomeadamente o da parentalidade, parece fazer emergir desacordos entre os cônjuges que facilmente poderiam ser solucionados através de apoios consistentes. Do mesmo modo, quando existem situações mais delicadas (como as de violência) daremos conta de que prevalece uma sensação de vazio no que concerne a apoios contextuais e comunitários. Veremos, pois, como o apoio social tem cada vez mais tomado um papel de destaque nos estudos sobre conjugalidade, na medida em que se constata da sua influência positiva nas tomadas de decisão dos cônjuges (Amato, 2000; Story *et al*, 2004).

4. A emergência dos conflitos nas relações conjugais

O conflito é inevitável e abarca todos os domínios da vida podendo assumir-se que ele é inerente à espécie humana, independentemente da cultura ou do momento histórico considerado. No trabalho, em casa, nos mais diversos contextos sociais, os conflitos são a prova irrefutável de que as pessoas são diferentes e têm diferentes (e por vezes opostos) objectivos, interesses, desejos, responsabilidades, percepções, ideias e, podendo as suas imensas manifestações ocupar uma grande parte da nossa vida relacional e afectar-nos profundamente como indivíduos, como parceiros e como participantes na sociedade (Davis, Copobianco & Kraus, 2004).

Nas famílias, especificamente, os conflitos podem ocorrer entre os diversos subsistemas e dentro deles, entre irmãos, pais e filhos, família alargada..., contudo, a maior parte da investigação tem-se devotado ao conflito nas relações românticas, sejam de namoro ou conjugais, emergindo, cada vez

mais estudos em que se analisam as relações homossexuais (Kurdek, 1999). Dada a sua complexidade, o conflito, tem tido a atenção de diversas disciplinas ao ponto de algumas das observações acerca do conflito conjugal, familiar ou de relações de namoro terem sido generalizadas a outros tipos de relacionamento e, alguns dos conceitos que estes domínios utilizam foram aportados de outras áreas de investigação do conflito que não a da Psicologia da Família (Cupach, 2000).

Apesar do conflito ser um elemento natural da vida humana, paradoxalmente, na maior parte das situações, não estamos preparados para lidar com ele. Uma brevíssima associação livre sobre o que o conceito de conflito nos suscita levar-nos-ia a palavras carregadas de negatividade; mágoa, medo, luta de poder, escalada, e, raramente, associamos conflito a oportunidade, a melhor comunicação, criatividade, aprendizagem, descoberta e inovação. Contudo, sem conflito, sem diferentes pontos de vista, sem divergências não haveria nem inovação, nem novas descobertas (Gold, 1992).

Várias são as definições de conflito⁶. Pode, por exemplo, ser definido como o processo que se inicia quando uma das partes envolvidas percebe que a outra parte está frustrada com algo, quando a acção de um interfere com as acções do outro, quando são manifestadas diferenças latentes que interferem com interesses e necessidades individuais (Donahue & Kolt, 1995; *in* Greeff & Bruyne, 2000). Neste trabalho, salientamos, necessariamente, a dimensão interpessoal do conflito na medida em que *“não é possível conceber uma relação entre pessoas (de amizade, de casamento, familiares ou outras) em que não haja divergências. Pensar diferente e sentir diferente é inerente às relações humanas e potencialmente fonte do seu enriquecimento. Discutir*

⁶ Embora o conflito possa ser definido de diversas maneiras e tenha sido igualmente definido em diversas áreas disciplinares, tratamos aqui dos conflitos que ocorrem quando existem *“incompatibilities or antagonism of ideas, desires, and actions between the two partners”* (Rubin *et al*, 1995, p.64), também no domínio social se entende conflito como uma divergência de interesses percebida, ou a crença de que as aspirações das partes envolvidas não podem ser alcançadas simultaneamente.

essas diferenças, aduzir argumentos, mostrar que não pensamos da mesma forma é absolutamente saudável' (Costa, 1998, p.34/35).

Como constatamos, as relações românticas têm na intimidade um dos seus fundamentos e centralidades (Fitzsimons & Bargh, 2003), apesar disso é consensual reconhecer que os conflitos estão presentes nas relações conjugais dependendo da forma como os casais lidam com eles constituir-se como construtivos ou destrutivos para a relação). A maior parte dos autores, aliás, defende que, independentemente da natureza dos conflitos e dos seus conteúdos, é a forma como os casais lidam com os conflitos que os diferencia entre casais satisfeitos e casais insatisfeitos (Markman, Renik, Floyd, Stanley, & Clements, 1993; Weiss & Heyman, 1997).

Deste modo, a relação entre os conceitos de intimidade e conflito é fundamental, ainda que este seja preferencialmente estudado e tido como um forte indicador do funcionamento conjugal e que pareçam ter significados opostos para as relações: a intimidade seria um incentivo e o conflito uma ameaça (Fincham & Beach, 1999). Contudo, um estudo recente de Laurenceau, Troy e Carver (2005)⁷ postula que sentimentos de excitação devem derivar de experiências de intimidade (mas não da ausência de conflito) e sentimentos de ansiedade devem derivar de experiências de conflito (mas não de níveis baixos de intimidade), formulação que associa profundamente os dois conceitos, quase afirmando que um não existe sem o outro, e introduz uma perspectiva inovadora para a investigação.

Nos casais, os conflitos podem ocorrer por causalidades muito diversas ainda que alguns conteúdos pareçam estar mais relacionados com o surgimento de conflitos do que outros, a saber: críticas, injustiças, situações de rejeição e de aborrecimento ou tensão acumulados entre os cônjuges são

⁷ O estudo é realizado com namorados e pretende analisar as flutuações diárias entre afecto positivo e ansiedade e os níveis de intimidade e conflito percebidos pelos casais durante 10 dias. Os resultados revelaram que quanto mais a pessoa estava perto de altos níveis de intimidade, e maior a percepção de movimento para a intimidade, mais elevados eram os valores de afecto positivo. Quanto mais próximo do conflito, e maior a percepção de movimento para o conflito, maiores eram os níveis de ansiedade.

alguns deles. Com efeito, as investigações, ainda que escassas a este nível, revelam serem determinados ambientes de crítica, de injustiça e de mal-estar acumulado, que transportam um potencial de conflitos para a relação e apontam também para diferentes tipos de discordância: nos objectivos de vida, nos valores, na atribuição de tarefas (as questões associadas ao trabalho quotidiano e doméstico bem como o exercício das funções de parentalidade), de meios, comunicacionais, entre outros, como sendo os mais determinantes para a ocorrência de conflitos conjugais (Gulotta, 1985; *in* Storaasli & Markman, 1990).

A investigação faz ainda referência a ciúmes (Epstein *et al*, 1993), a relações anteriores ou a eventual envolvimento extraconjugal, (Metts, 1994), autonomia vs. independência, ou proximidade vs. distância (Epstein *et al*, 1993; Heavey, Christensen & Malamuth, 1995), mentiras, confiança defraudada e falta de apoio por parte do cônjuge (Jacobson & Christensen, 1996), além de outros temas como as finanças, a família de origem, a comunicação, sexo e afectividade, crianças, tempos livres, amigos e lazer, de resto frequentemente avaliadas nos questionários sobre conjugalidade (Baucom, & Epstein, 1993; Olson, 1981).⁸

O tipo de conteúdos que gera os conflitos parece alterar-se com a transição do período de namoro para o casamento. Deste modo, antes do casamento, parecem ser os domínios exteriores à relação como as famílias de origem, os amigos, religião e ciúmes os maiores causadores de divergência, ao passo que após o casamento a sexualidade, a comunicação e os tempos

⁸ Tradicionalmente, os conflitos relacionais têm sido avaliados sob três formas: *episódico* – refere-se a quando os casais ou indivíduos enfrentam um conflito pontualmente; *relacionalmente* – perceber como os casais insatisfeitos lidam diferenciadamente com o conflito por oposição aos satisfeitos; e *desenvolvidamente* – avaliar as mudanças que se operam no modo de lidar com os conflitos ao longo do tempo. Johnson & Roloff (2000) propõem mais uma forma de estudo – *serial* – que significa atender a um aspecto particular ao longo do tempo e perceber como a forma de lidar com ele é afectado e afecta outros elementos.

livres⁹ com o companheiro, enquanto dimensões mais interiores da relação, constituem-se como determinantes para o aparecimento de conflitos. No entanto, comunicação, sexualidade e intimidade são temas, dialecticamente, associados na vida dos casais e, compreensivelmente, associados a eventuais formas desadaptadas de lidar com o conflito (Storaasli & Markman, 1990).

Se os conflitos são, então, inevitáveis entre os casais e se a forma como eles são encarados influi na satisfação conjugal importa, justamente, realçar a panóplia de variáveis que interferem neste processo. Assim, referimo-nos a características individuais como as atribuições que cada parceiro faz das intenções e comportamentos do outro, aos modos de interacção dos cônjuges, ao momento particular da relação, ao tipo e severidade do conflito, ao papel das emoções, às especificidades da comunicação¹⁰, ao poder na relação, às teorias locais da relação, entre outras, sendo estas suficientes para expressar que apenas uma visão sistémica do conflito nos pode ajudar a compreender a forma como ele emerge e se processa¹¹.

Ou seja, se a maior parte das investigações parte da premissa de que os conflitos conjugais por si só não são negativos ou destrutivos desde que os elementos do casal possam, queiram e saibam lidar, construtivamente, com os

⁹ Um estudo antigo de Broderick & O`Leary, (1986) destaca justamente a importância do tempo que o casal passa em conjunto, quer se trate de tempo livre ou de interacções diárias, e da sua contribuição positiva para os afectos.

¹⁰ Com efeito, também os pensamentos e sentimentos que estão associados aos conflitos e a maneira como eles são comunicados (o digital e o analógico, as formas de transmitir esses mesmos pensamentos e sentimentos) ao parceiro são elementos determinantes para o sucesso ou insucesso das relações (Fletcher, Thomas & Durrant, 1999; Gottman & Silver, 1999).

¹¹ Parece-nos fundamental referir que os casais lidam simultaneamente com variados temas a diferentes níveis de abstracção e com diversos graus de conhecimento ou consciência. Muitas vezes os conteúdos e a relação (ou os processos) são confundidos pelos parceiros emergindo assim maior complexidade em lidar com os conflitos. Consequentemente, os parceiros podem estar em conflito um com o outro, mas não necessariamente acerca dos mesmos temas. Ou seja, eles podem estar a discutir em conjunto mas não sobre o mesmo conflito ou discutem conjuntamente mas não têm o mesmo conflito!

mesmos, a maneira de encarar o conflito torna-se num factor essencial à compreensão do bem-estar relacional. Por outro lado, de um ou outro modo, inevitavelmente, todo o conflito tem um fim, mas, no seu decurso ocorrem processos distintos: desde submissão por parte de um cônjuge, afastamento mais ou menos duradouro, procura de soluções alternativas, cedências e a procura de acordos¹², entre outras. Entramos, assim no domínio das estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos casais, sendo a opção por uma ou outra marcada pelas variáveis assinaladas.

De um modo geral, os estudos realçam que os conflitos são construtivos quando estão associados a estratégias de resolução dos mesmos como a empatia, a escuta activa, a possibilidade de chegar a acordos, cedências, aceitação e humor, sorrisos, atenção ao outro, comportamentos não verbais positivos (Gottman, 1991; Weiss & Heyman, 1997). Pode dizer-se que estes casais utilizam formas de resolução de conflitos positivas como sejam a flexibilidade e a cooperação, e que, em situações de divergência, tendem a centrar-se nas necessidades da relação e não apenas nas de um dos membros do casal (Baccocchi, 1997; Hocker & Wilmot, 1995; *in* Greeff & Bruyne, 2000).

Opostamente, encarar destrutivamente o conflito, caracteriza-se por espirais de manipulação, ameaça e coerção, retaliação, inflexibilidade, rigidez, evitamento, um padrão competitivo de dominância e subordinação acompanhados de comunicação verbal e não verbal negativas e uma centralidade nas necessidades do próprio em detrimento das necessidades da relação (Greeff & Bruyne, 2000).

Como repetidas vezes constatamos, falar de conflito conjugal remete-nos para os conceitos de insatisfação conjugal mas também de satisfação conjugal, apontando a literatura que o modo como os casais lidam com os conflitos é um dos melhores (senão o melhor) preditor de sucesso e satisfação conjugal (Cihan & Bradbury, 1997; Fletcher, Simpson & Thomas, 2000; Gottman & Silver, 1999). Desta forma, as estratégias de resolução de conflitos

¹² A procura de acordos é um processo complexo e idiossincrático para cada casal e está associada a mutualidade, compromisso e flexibilidade de modo a que ambos os cônjuges usem estes “condimentos” de forma criativa (Hatfield & Rapson, 1993).

usadas pelos casais diferem em função da satisfação/insatisfação conjugal e existe entre estes dois conceitos uma circularidade dialéctica e sistémica, por vezes, impossível de destrinçar. Assim, genericamente, parece que menor satisfação conjugal se associa a gravidade de conflitos e a estratégias aversivas de resolução dos mesmos (Baucom & Epstein, 1991; Bouchard *et al*, 1998; Fletcher *et al*, 1999; Halford, Kelly & Markman, 1997); e, por outro lado, que casais satisfeitos são justamente aqueles que manifestam compreensão mútua, não culpabilizam ou rejeitam excessivamente o parceiro nem expressam de forma agressiva diversos sentimentos e pensamentos (Arellano & Markman, 1995; Pash & Bradbury, 1998).

Relembre-se que as estratégias de resolução de conflitos se referem aos comportamentos e atitudes passíveis de resolver o conflito o que inclui tudo aquilo que os parceiros fazem ou não fazem em resposta ao desacordo percebido desde discussões criativas, humor, até batalhas violentas para alcançar o poder e o controlo do outro. As estratégias de conflito referem-se ainda ao curso (processo) do conflito ao longo do tempo e ainda que saibamos que existem estratégias que reduzem o conflito ou contribuam para a sua resolução, e que outras promovam a sua escalada e antagonizam os parceiros (Markman *et al*, 1993), estamos longe de perceber as escolhas de umas ou de outras por parte dos parceiros. Klein e Johnson (1997) põem a tónica na questão da *escolha da estratégia* que consideram crucial para perceber o fenómeno de um ponto de vista ecológico: assim a questão fundamental será a de perceber o que leva os casais a escolherem esta ou aquela estratégia de resolução de conflitos. Os mesmos autores, aliás, consideram que os parceiros têm efectivamente uma escolha na forma como decidem responder ao conflito, ou seja, assumem que se trata de um acto consciente, ainda que confinado por balizas que se relacionam com o desenvolvimento dos parceiros, da situação, mas nunca é algo inevitável e independente do livre arbítrio.

Faz-se desta forma apelo aos factores situacionais, significando o termo situacional o contexto de um modo geral, além de atender a questões centrais como sejam os efeitos da socialização e questões de personalidade, destacando a importância de utilizar na escolha de estratégias de resolução de

conflitos, diferentes níveis de análise. Dito de outro modo, a um nível micro, os factores situacionais dizem respeito à estrutura do conflito entre os parceiros e ao comportamento dos mesmos. Ao nível macro, os factores situacionais podem incluir as características daquela relação e a influência de outros factores (Klein & Johnson; 1997).

No estudo dos estilos de conflito, destaca-se o *dual-concern-model* baseado na ideia de que o modo como as pessoas encaram o conflito possui necessariamente duas dimensões: a preocupação com os meus objectivos e a preocupação com os objectivos do outro. O *dual-concern model* tem sido muito utilizado para analisar as escolhas de determinadas estratégias no domínio dos conflitos familiares e de casal. Distingue quatro estratégias de conflito básicas: *competir* (significa isso mesmo ser competitivo e agressivo); *resolver problemas* (ser cooperativo, criativo, conversar verdadeiramente); *condescender* (ser conciliador, ceder) e *passividade* (ser passivo, evitar confrontação), tendo estas estratégias sido observadas em diversas áreas disciplinares incluindo casais em conflito ou desacordo. Este modelo clássico atribui a escolha das estratégias à mistura ou combinação das motivações altruístas e egoístas dos membros do casal. Segundo os autores a adopção deste modelo significa que, face a um desacordo, os parceiros não têm apenas uma única escolha (ou penso nos meus interesses ou nos do outro) mas estão em causa estratégias que podem compatibilizar interesses, em benefício mútuo (Pruitt & Carnavale, 1993).

Constata-se, deste modo, a existência de um leque muito vasto de respostas ao conflito dadas por casais satisfeitos com relações duradouras (Christensen & Heavey, 1990). Aliás, a resolução de conflitos pode ter um papel determinante na promoção da compatibilidade nas relações românticas na medida em que as medidas por ora utilizadas referem que a capacidade de resolução de conflitos prediz satisfação conjugal. Contudo, Cramer (2000) critica o facto de a maior parte dos estudos referirem apenas a forma como os parceiros lidam com os conflitos e não terem em conta a sua severidade quando, a associação negativa entre formas de resolução de conflitos e

satisfação conjugal pode dever-se à severidade e não tanto, ou exclusivamente, ao processo negativo de lidar com os conflitos.

Apesar desta e de outras críticas possíveis no que se refere ao estudo do conflito nas relações conjugais, prossigamos com a análise de algumas das variáveis tidas como mais determinantes para a compreensão do mesmo.

5. As variáveis cognitivas e o conflito conjugal

As perspectivas sócio-cognitivas partem da premissa básica de que os comportamentos relacionais são mediados pelas cognições, ou seja, os comportamentos interpessoais tomam significado através do trabalho cognitivo dos seus agentes. Deste modo, as pessoas desenvolvem cognições acerca da natureza do mundo, incluindo a forma como o vêem e a forma como consideram que ele deveria ser. Trata-se de estruturas cognitivas, estruturas de conhecimento ou “*esquemas*” que mais não são do que representações internas dos objectos, de acontecimentos, em suma, da vida... (Nisbett & Ross, 1980; Seiler, 1984; *in* Baucom, Epstein, Sayers & Sher, 1989). Do mesmo modo, nas relações de intimidade estas estruturas são essenciais para que os parceiros compreendam e interajam adaptativamente à complexidade das suas vidas. Justamente na interacção conjugal Baucom e colaboradores (1989) destacam os tipos de cognições:

- *Assumpções*: os indivíduos desenvolvem hipóteses sobre um conjunto de características que um determinado papel deve ter (por exemplo o de esposa), o conjunto das *assumpções* focadas nas características das pessoas denomina-se *persona* e as focadas nos acontecimentos são os *scripts* (este termo é comumente usado para designar standards e expectativas). Os *scripts* relevantes para as relações envolvem as sequências de acontecimentos que tipicamente ocorrem entre cônjuges. A *persona* pode influenciar outras cognições (por exemplo a *assumpção* de que “os homens só se interessam por sexo” pode interferir nas atribuições da mulher face ao marido e contribuir para o desajustamento conjugal...)

- *Standards*: envolve as características que o indivíduo acredita que o parceiro e a relação devem ter. Diríamos que eles são moral e eticamente uma espécie de guias para o relacionamento (valores) ainda que problemáticos se demasiado rígidos e extremados se se tornam uma centralidade na vida das pessoas em detrimento de tudo o resto (perfeccionismo exacerbado, por exemplo).

- *Percepções*: são inferências que se fazem do comportamento do outro, podem contribuir para o desajustamento conjugal porque podem ser distorcidas, as percepções são processos activos de selecção da informação tornando-a compreensível para o sujeito. O viés perceptivo é muito comum na medida em que cada sujeito (e, numa relação, cada parceiro) julga que a sua percepção corresponde à única informação disponível no momento e parte portanto do princípio que está correcta!).

- *Atribuições*: são as explicações causais para os acontecimentos pessoais ou relacionais. Como é sabido, muita investigação tem sido desenvolvida com base neste constructo sobretudo através das suas dimensões (global - específica; estável - instável; interno - externo; conceito de abandono aprendido) e a partir dela alguns desenvolvimentos teóricos são de destacar como é o caso do modelo de desânimo aprendido que referiremos quando se falar da permanência das mulheres em relações violentas.

- *Expectativas*: Bandura e Rotter (1986) foram pioneiros no domínio da teoria da aprendizagem social e desenvolveram este conceito que significa a antecipação de prováveis consequências do nosso comportamento e o modo como se deve alterar de acordo com as mesmas. Por exemplo, um dos cônjuges pode antecipar que ser assertivo licitará no outro a crítica, podendo, então, optar por escolher uma resposta submissa. As expectativas podem referir-se a uma situação particular ou a domínios mais genéricos da vida.

Desta forma, os indivíduos desenvolvem estruturas cognitivas que representam regularidades nos seus relacionamentos, sendo a organização parcimoniosa desses factores feita em duas categorias: (i) representações do self e (ii) representações do parceiro (Kurdek, 2003a). Diversas são as designações e interpretações destas estruturas cognitivas e do seu papel na

relação. Para Baldwin (1992) estes esquemas relacionais ou *scripts* são estruturas onde se representam o *self* e o outro, e os padrões relacionais, são uma espécie de mapas que permitem a navegação na relação, permitindo, a integração de informações congruentes com o mesmo e ignorando informações que não correspondam ao mapa. Este modelo de processamento de informação, enfatiza a componente motivacional no que concerne à experiência subjectiva de se estar numa relação, ou seja, os parceiros geralmente tendem a confirmar as suas expectativas relacionais e a evitar ameaças que tendam a desestabilizar a relação. Assim, alguma tendência para evitar os problemas seria explicada pela defesa da relação ou pelo medo da sua desestabilização (in Simpson, Rholes & Philips, 1995).

Os esquemas relacionais são, no fundo, as representações que a maior parte dos indivíduos possui acerca da relação. Por exemplo, no que concerne ao casamento, a representação mais comum consiste em considerá-lo uma relação de proximidade e exclusividade baseada na verdade, carinho, comunicação, conforto e segurança com e face ao outro. Estão implícitos nesta representação a importância dos ideais, das percepções e da avaliação das relações (Fletcher, Simpson, Thomas & Giles, 1999).

Neste sentido, alguns estudos têm-se focalizado na forma como os cônjuges processam informação sobre o companheiro e sobre a relação, sendo de enfatizar que os poucos resultados sugerem que os parceiros respondem a questões sobre o cônjuge e sobre a relação em função do sentimento dominante face aos mesmos, existindo uma associação entre satisfação conjugal e parceiros com representações mais positivas de si e do outro (Whisman & Delinsky, 2002). Coerentemente, outras investigações revelam que parceiros que apresentam desajustamento conjugal são mais propensos de terem visões ou percepções negativas deles e dos companheiros, por exemplo, percepcionarem que ambos têm sintomas de depressão (Kurdek, 2003b).

Estas observações parecem, ainda, ser confirmadas em contexto terapêutico onde se constata serem os casais insatisfeitos os que mais fazem apelo às memórias, atitudes e informações negativas dos parceiros (Baucom &

Epstein, 1990) contrariamente a casais satisfeitos em que acontece, justamente, o oposto, revelando que crenças, atribuições e expectativas negativas são negativamente associadas com satisfação conjugal (Baucom *et al*, 1989; Gottman, 1994).

Assim, as investigações parecem confirmar a relação entre menor satisfação conjugal e atribuição dos problemas a causas estáveis e internas do parceiro (Bradbury & Fincham, 1992; Fincham & Grych, 1991; Sayers & Baucom, 1995) e, ainda, que as teorias locais da relação – aquilo em que se acredita da e na relação - influenciam o modo como se investe na mesma, e como se luta pelo seu crescimento apesar dos problemas que possam surgir (Carrère, Buehlman, Gottman, Coan & Ruckstuhl, 2000; Knee, Patrick, Victor & Neighbors, 2004).

Neste contexto, um estudo de Fitness e Fletcher (1993) realizado com casais, pretendia avaliar o papel das emoções nas situações de conflito tendo os resultados revelado o ódio e a raiva como as emoções negativas mais próximas do conflito sugerindo, ainda, que os parceiros com menor poder na relação, menor poder de auto-controlo e que percebem muitos obstáculos na relação, são aqueles que mais atribuem a si mesmos sentimentos de raiva e se envolvem em relações insatisfatórias (podendo envolver abuso físico e emocional).

Para concretizar ainda mais estas questões, vejamos outro estudo, desta vez de Coyne, Tohmson e Palmer (2002) realizado junto de 63 casais e em que se procurou analisar a associação entre depressão, conflito e satisfação conjugal. Os resultados revelaram que mulheres deprimidas usam a auto-culpabilização e o desespero mais do que as não deprimidas; que nas mulheres a atribuição de culpa ao parceiro é influenciada pela associação entre discordância conjugal e pela disposição após as discussões e que, nos maridos, o desespero medeia a relação entre desconforto conjugal e depressão. Note-se que embora os autores do estudo não façam essa distinção a culpa (de si e do outro) e o desespero (de si e do outro) também são sentimentos, e não fica claro se os podemos entender como cognições ou como sentimentos ou, ainda, se é possível distingui-los desta forma, ou seja,

constata-se que para conceitos iguais os processos subjacentes podem ser diferentes ou coincidentes, ou que, no mínimo, interagem entre si. Será que os seres humanos têm esta capacidade de discernimento quando envolvidas em teias relacionais?

Deste modo, a culpa e o desespero são dois tipos de cognições que incrementam a vulnerabilidade à depressão. Com efeito, uma das principais características da discordância conjugal é a culpa atribuída directamente ao parceiro pelos problemas da relação ou o uso da auto-culpabilização e, por outro lado, o desespero significa o reconhecimento de que as situações não podem melhorar (Bradbury & Fincham, 1990).

Não esqueçamos, no entanto, que generalizações do tipo “casamentos de pessoas deprimidas são casamentos insatisfeitos e conflituosos” são necessariamente simplistas na medida em que casamentos disfuncionais, em si mesmos, reduzem as oportunidades de os parceiros se envolverem em actividades de prazer, conduzindo as pessoas deprimidas a uma situação ainda mais gravosa (Bradbury & Fincham, 2000; Whisman & Delinsky, 2002). Assim, esta tendência culpabilizante na presença de eventos negativos parece estar associada a depressão e hostilidade, ou seja, os cônjuges que se envolvem em maiores sentimentos de culpa (própria ou mútua) - sobretudo se essa culpa é para o próprio uma característica de personalidade – apresentam um maior risco de depressão, maior tendência de evitamento nas interacções e menores capacidades de resolução de problemas. Paralelamente, o desespero está associado à expectativa de que os acontecimentos negativos, como os conflitos conjugais, ocorrem e não é possível fazer com que as situações melhorem sendo esta uma característica que potencia a presença de depressão. Finalmente, um estudo de Sayers, Kohn, Fresco, Bellack e Sarwer (2001) demonstrou justamente uma associação entre conflito conjugal e a presença de traços depressivos em ambos os cônjuges e as cognições acima referidas, constatando-se da circularidade de influências entre diferentes tipos de variáveis (*in* Metz & Epstein, 2002).

Assim sendo, as situações potencialmente conflituosas são um contexto ideal para analisar as relações entre confiança e processos atribucionais no

casal devendo considerar-se nas atribuições o significado que os parceiros concedem às situações de conflito (Miller & Rempel, 2004).

Finalmente, vejamos como as percepções da relação desempenham um papel crucial na relação conjugal. Num estudo efectuado por Showers e Zeigler-Hill (2004) pretendeu-se averiguar o papel do conhecimento do companheiro amoroso e a evolução da relação ao longo de um ano tendo-se concluído que o conhecimento que se tem do companheiro (ou as representações mentais) se vai alterando com o tempo, sendo que aquelas que permanecem estáveis, ainda que não satisfatórias (desde que as percepções sejam verdadeiras), podem criar um efeito protector (ou contra) as preocupações acerca da relação, mesmo sob condições de conflito elevado. Refira-se que este estudo é efectuado com jovens namorados e, portanto, o peso institucional e quotidiano do casamento não está aqui presente.

No mesmo sentido da avaliação do efeito das percepções no casamento, Neff e Karney, (2003) efectuaram um estudo junto de 82 casais ao longo de três anos e verificaram que a tendência para percepcionar os aspectos positivos da relação como os mais importantes contribui para um aumento da satisfação e estabilidade relacional. Ao mesmo tempo, estes casais possuíam a capacidade de alterar percepções acerca de assuntos ou temas específicos, sobretudo, encarando-os como passíveis de mudança com o tempo, destruindo desta forma o seu potencial efeito negativo para a relação.

Finalmente, parece que nestes casais, as relações românticas são percepcionadas pelos cônjuges como uma oportunidade de gerir semelhanças e diferenças, e encarados como diferenças, os conflitos constituem uma oportunidade de crescimento pessoal e desafio comunicacional para ambos os cônjuges (Baxter & West, 2003).

6. Tipologias de Reacção ao Conflito

O tipo de resposta dada a situações de conflito é dependente de uma panóplia de variáveis: desde individuais, relacionais, contextuais e

desenvolvimentais, na medida em que o processo histórico de desenvolvimento de cada individuo e de cada relação molda as estratégias que vão sendo utilizadas no lidar com as situações conflituosas, contribuindo para a complexidade do tema. Na análise desta questão, ainda assim, julgamos que os diversos modelos de reacção ao conflito que seguidamente apresentamos têm contribuído para uma melhor compreensão dos processos subjacentes aos conflitos conjugais.

6.1. Tipologia de Fitzpatrick (1988)

Fitzpatrick (1988) apresenta-nos uma teoria tipológica que procura analisar e aceder ao modo como as pessoas reagem em situações de conflito no seio de relações íntimas. Este modelo apresenta quatro estratégias de reacção ao conflito – *evitamento*, *acomodação ou cedência*, *colaboração* e *competição* – definidas em função de duas componentes principais: a *assertividade*, entendida como um conjunto de atitudes e comportamentos que servem a satisfação das próprias preocupações ou necessidades e a *cooperação*, entendida como as atitudes e comportamentos que são direccionados para o parceiro no sentido da satisfação das suas preocupações e necessidades.

Assim, o *evitamento* do conflito é não assertivo e não cooperativo na medida em que se pauta pelo evitar ou pelo abandono da situação através da negação, explícita ou implícita, do tema, de comentários de gozo ou de brincadeira, de afirmações teóricas abstractas e não contextualizadas. A *acomodação* ou *cedência* é não assertiva mas é cooperativa na medida em que pressupõe a cedência em benefício do outro, em detrimento das suas próprias necessidades e preocupações. Contudo, a cedência pode ocorrer porque um dos cônjuges decide que aquele aspecto “*afinal não era assim tão importante*” para ele ou simplesmente “*por amor*”..., ou outros processos. Por seu lado, a *colaboração* pressupõe assertividade e cooperação em níveis elevados. Nestas situações ambos os parceiros procuram soluções que

agradem a ambos e têm que estar presentes estratégias positivas como é o caso do compromisso, procura de informações relevantes para a resolução do problema, informações sobre sentimentos, pensamentos, causas, experiências passadas relevantes para a análise da situação em causa; feitos num ambiente de não hostilidade, de flexibilidade e aceitação de críticas, de compreensão, apoio e aceitação do outro, de partilha, de aceitação de responsabilidades, de mutualidade.

Finalmente, a última estratégia desta tipologia – a *competição* – implica alta assertividade mas baixa cooperação. Com esta estratégia, os cônjuges tendem a impor as suas soluções, um ao outro. Pressupõe-se a utilização de estratégias como a rejeição de opiniões do parceiro feitas de modo mais ou menos subtil, a avaliação negativa do parceiro, as ameaças, as exigências, a persuasão mais ou menos discreta para que o outro mude o seu comportamento, o sarcasmo e a ironia depreciativa, a atribuição de pensamentos e responsabilidades exclusivas ao parceiro; numa ampla variedade de estratégias que visam atingir os objectivos do próprio.

Desta forma, Fitzpatrick e colaboradores (1988) sugerem que na segunda parte do século XX, fruto de um conjunto diversificado de mudanças, se pode constatar da existência de diversos tipos de casais. Apresentam assim a seguinte tipologia: os casais *tradicionais* que se caracterizam pela sujeição de ambos os esposos às convenções de género, gozam de interdependência e pouco espaço pessoal; os casais *independentes*, caracterizam-se por uma igualdade de valores e crenças, desejo de conexão psicológica e por vezes autonomia e negociam acerca de quase tudo; os casais *separados* parecem ser emocionalmente divorciados e confiam no casamento como forma de manter uma ideologia tradicional sem interdependência afectiva; os *mistos* representam casais em que existem parceiros de diferentes protótipos, ou seja que aderem a diferentes modelos de casamento prevalecendo a “dupla” marido do tipo separado e mulher do tipo tradicional.

Curiosamente, este modelo aproxima-se de alguns conceitos de um modelo antigo, mas clássico, apresentado por Thomas (1976; *in* Greeff & Bruyne, 2000) e que destacava duas dimensões nos comportamentos em

situações de conflito: *assertividade* (atender aos seus interesses) e *cooperação* (atender aos interesses do outro). Com base nelas, aquele autor estabeleceu cinco estilos de lidar com o conflito: *competição*; o comportamento é assertivo e não cooperativo, associado a um padrão relacional do tipo vencedor-perdedor; *colaboração*, comportamento assertivo e cooperativo associado com o confronto de desacordos para encontrar soluções; *compromisso*, que está entre a assertividade e cooperatividade e é associado a propostas intermédias; *evitamento*; comportamentos não assertivos e não cooperativos e é associado com retirada e falhanço; *acomodação* que é não assertivo e cooperativo, é visto para acalmar o outro e procurar harmonia. Na maioria das situações, todos os estilos, com excepção do colaborativo, são correlacionados negativamente com satisfação conjugal. No fundo, apesar de se terem alguns processos, parece que as tipologias não variam de modo significativo (Thomas & Kilmann, 1978; *in* Greeff & Bruyne, 2000).

6.2. A teoria da Acomodação (Rusbult, 1987; Rusbult, Yovetich & Verette, 1996; Verette, Whitney, Slovick & Lipkus, 1991)

De acordo com Rusbult *et al* (1991, 1996) todas as pessoas tendem a assumir, ainda que pontualmente, comportamentos mais negativos quando estão envolvidas em relações de proximidade (que são relações de intimidade) contrariamente ao que acontece nas relações interpessoais em que um certo carácter de distanciamento tende a prevalecer. Para estes autores é justamente o modo como, nas relações de intimidade, se reage aos comportamentos potencialmente destrutivos do parceiro que marca a diferença entre relações satisfeitas e relações não satisfeitas. A esta capacidade de responder a um comportamento negativo do parceiro com um comportamento construtivo, os autores propõem o termo e/ou conceito de “acomodação”¹³ Ainda que o termo em si faça apelo, em termos de senso comum, a uma

¹³ Note-se que Gottman, Markman & Notarius tinham proposto em 1977 o conceito de “*editing*” para significar o mesmo.

conotação de conformismo negativa, neste caso, significa, justamente, a capacidade de reagir de forma construtiva e adaptada inibindo os impulsos do companheiro e alterando-os.

Os mesmos autores propõem um modelo ou tipologia que traduz um conjunto de comportamentos sistemáticos, identificando quatro categorias básicas de resposta, analisadas ao longo de duas dimensões: construtividade vs. destrutividade (Rusbult *et al*, 1991; Rusbult, Yovetich & Verette, 1996;).

As estratégias propostas são as seguintes: (i) *saída* que inclui comportamentos de destruição activa da relação como o ameaçar sair da relação ou efectivamente abandoná-la, abusar activamente (e intencionalmente?) do parceiro, gritar, abusar (comportamentos tidos como de violência física e/ou psicológica); (ii) *resolver/voz*, inclui estratégias activas que procuram a solução do conflito como as de tentar discutir os problemas, sugerir alternativas e soluções, procurar ajuda externa (seja de familiares, amigos ou técnicos), ou ainda, tentar alterar mudanças em si próprio e no cônjuge; (iii) *lealdade*, manifestada pela manutenção do compromisso com esperança em que a situação melhore, muitas vezes com recurso a crenças religiosas, mas sem nada fazer no sentido objectivo da resolução do conflito e, finalmente, (iv) a *negligência* que consiste em evitar o conflito, ignorar o parceiro, criticá-lo por questões irrelevantes sem sugerir soluções alternativas, envolver-se com terceiros ou outras situações potencialmente destrutivas e frustrantes para o parceiro e, eventualmente, para o próprio.

Rusbult (1987, 1991) refere que estes diferentes tipos de resposta se situam ao longo de um contínuo, isto é, o mesmo indivíduo pode em momentos, situações, relações e contextos diferentes apresentar diferentes modos de resposta. A dimensão *construtivo* vs. *destrutivo* diz respeito aos efeitos que as estratégias possuem na relação e não no cônjuge. Exemplificando, quando um dos cônjuges, por exemplo, resolve divorciar-se esta estratégia tem um impacto negativo na relação embora para o próprio esta possa ser uma estratégia construtiva e, a segunda dimensão, *activo* vs. *passivo*, refere-se ao impacto que a resposta tem no problema, isto é, quando um dos cônjuges resolve sair de casa para evitar uma discussão, embora a

estratégia, em si mesma, seja activa, tem para a resolução do problema em causa uma conotação passiva.

Desta forma, pessoas mais centradas em si próprias e nos seus desejos (egocentrismo), a acomodação parece ser menor, isto é, existem menos respostas construtivas; contrariamente, a acomodação aumenta quando associada a maior satisfação conjugal, a compromisso e investimento, e à assumpção da relação como central para o bem-estar pessoal e a características orientadas para a relação (Attridge, Berscheid & Simpson, 1995; Rusbult *et al*, 1991).

Em suma, os estudos de Rusbult e colegas (1993, 2000) revelam que: casais insatisfeitos apresentam mais comportamentos negativos de resolução de problemas, o evitar de respostas destrutivas parece ser mais importante e determinante do que o maximizar das respostas construtivas, casais menos satisfeitos demonstram comportamentos verbais e não verbais negativos, apresentam maior criticismo, rejeição e hostilidade e envolvem-se em menor grau em actividades recreativas e de lazer, quando os parceiros se envolvem num ciclo destrutivo com respostas negativas de um para o outro, o seu bem-estar reduz-se dramaticamente (ou seja, entra no processo de escalada). Contrariamente, casais cujos parceiros são capazes de se acomodar aos actos negativos um do outro não respondendo do mesmo modo e, portanto, não entrando no processo de escalada, promovem a estabilidade futura do casal (note-se que, com outro modelo teórico, Gottman (1994) chega às mesmas conclusões...). Assim, a acomodação pode ser conceptualizada como uma estratégia de manutenção relacional (Pasley *et al*, 2001)¹⁴. Finalmente, parece que as mulheres têm mais probabilidade de dar respostas de “lealdade” ou de “voz” e, nos homens, são mais prováveis respostas de tipo “negligência” e

¹⁴ Um estudo de Fincham, Beach & Davila (2003) considera o perdão como uma estratégia possível de resolução de conflitos assemelhando o seu papel nas relações íntimas ao de acomodação proposto de Rusbult. Os resultados indicam que a retaliação e o evitamento por parte dos homens e a falta de benevolência por parte das mulheres estão fortemente relacionados com interacções conjugais problemáticas.

“saída” o que parece ser consensual com outros estudos anteriores (Cancian, 1987; Hendrick, 1981).

Kurdek (1993) considera que o modelo da acomodação se baseia nos princípios da interdependência e, neste sentido, é esperado que os casais insatisfeitos exibam menor capacidade em resolver problemas, menos interesses em comum e se envolvam mais comumente em comunicação negativa, sendo também mais reactivos a acontecimentos recentes e exibindo mais reciprocidade negativa¹⁵. No que concerne a variáveis individuais, parecem existir membros nestes casais com traços de neuroticismo e fraca capacidade de controlo de impulsos.

6.3. Modelo de “Boa Comunicação” e Modelo “Adequado de Gestão de Conflitos”(Fletcher et al, 1999)

Reconhecendo que a investigação neste domínio é controversa e associada a inúmeras variáveis, estes autores postulam um modelo baseado no reconhecimento de que as cognições e emoções que os cônjuges partilham ou revelam um ao outro são traduzidas em comportamentos. Desta forma, Fletcher (2002) no modelo da “boa comunicação” refere que aquilo que distingue casais satisfeitos, felizes e estáveis de outros, em situações de conflito, é a capacidade que os membros do casal possuem ou não de lidar activa e intencionalmente com as suas emoções e cognições negativas, melhor dizendo, é a capacidade de as exprimir de um modo positivo e diplomático (do nosso ponto de vista, esta capacidade de exprimir sentimentos negativos de forma construtiva é um factor de maturidade psicológica). De resto, esta posição é consolidada pela investigação que revela que os casais satisfeitos expressam os seus pensamentos e sentimentos negativos aberta e francamente aquando da resolução de problemas (Fletcher, Thomas & Durant, 1999). Dito de outro modo, este modelo afirma a necessidade de os conflitos

¹⁵ O conceito de reciprocidade negativa é, como veremos, associado ou tido como sinónimo do de escalada.

serem encarados pelos casais em detrimento de outras opções possíveis como seria o caso da retirada, de que, ainda, falaremos.

Por outro lado, adoptando o conceito de acomodação de Rusbult (1991) o modelo “*adequado de gestão dos conflitos*” (Fletcher, 1999) postula que a expressão aberta e franca de sentimentos e pensamentos negativos pode ser prejudicial às relações conjugais e que a forma de se adequar ao conflito passa pelo processo de acomodação ao comportamento do parceiro através da adopção de um conjunto diverso de estratégias como o ignorar o conflito ou responder positivamente em detrimento da manifestação de desacordos. Portanto, o mesmo autor postula que baixos níveis de acomodação estão associados ao aumento de conflitos, acusações recriminatórias por parte dos cônjuges e consequente instabilidade e insatisfação conjugal. Com efeito, são diversas as investigações que demonstram uma associação entre níveis elevados de crítica e comunicação agressiva e insatisfação conjugal.

Desta forma, níveis elevados de acomodação¹⁶ associam-se a estabilidade, satisfação e compromisso conjugal na medida em que nestas relações os cônjuges manifestam a capacidade de ignorar o comportamento negativo do parceiro e a potenciar respostas positivas face aos mesmos. Contudo, níveis exagerados de acomodação parecem significar excesso de auto-sacrifício¹⁷ face ao parceiro o que parece ser, também, prejudicial para o relacionamento conjugal. Ainda neste modelo da “*boa gestão do conflito*” Fletcher (1999) relembra que as relações conjugais são pontuadas por problemas insolúveis (Gottman fala-nos a este propósito de impasses) com os quais os mesmos casais terão de aprender a conviver em vez de entrarem numa luta inglória e obsessiva para a sua resolução, processo potencialmente destrutivo para as relações (Rusbult, Arriaga & Agnew, 2000).

¹⁶ Note-se que neste modelo se adopta a noção de acomodação de Rusbult (1987, 1991).

¹⁷ Curiosamente, noutro estudo de Van Lange, Drigotas, Rusbult, Arriaga, Witcher e Cox (1997) a capacidade de sacrifício por parte dos cônjuges parece estar associada a um funcionamento mais ajustado dos casais e à sua capacidade de persistência na prossecução de objectivos comuns. São também casais mais investidos na relação.

Fletcher (1999) sugere-nos, ainda, que o *Modelo Adequado de Comunicação* esteja profundamente ligado ao modelo que temos vindo a descrever dada a importância, que postula, de se comunicarem sentimentos e pensamentos negativos em relações bem sucedidas. Ou seja, em relações conjugais satisfatórias e estáveis os cônjuges tendem a enfrentar os seus conflitos de modo activo e construtivo revelando aquilo que efectivamente sentem. Por isso, estudos demonstram que casais que ao longo do tempo, são capazes de expressar as suas zangas e desavenças, podem considerar-se casais satisfeitos, contrariamente a outros em que se associa o evitamento e abandono em situações de conflito a baixos níveis de satisfação conjugal. No entanto, se os níveis de confrontação são demasiado elevados pode ocorrer, do mesmo modo que com baixos níveis, disfuncionalidade conjugal (Bouchard *et al*, 1998; Fletcher *et al*, 1999).

Finalmente, para melhor compreendermos os resultados dos estudos adjacentes aos modelos teóricos expostos, Fletcher (1999) reconhece a necessidade da distinção entre *acomodação cognitiva* e *acomodação comportamental* sendo a primeira tanto mais elevada se a leitura que o parceiro faz dos comportamentos negativos do outro lhe provocar cognições e emoções positivas. No caso da acomodação comportamental, ela é mais elevada quando o cônjuge não expressa as emoções e cognições negativas subsequentes ao comportamento negativo do parceiro. Uma elevada acomodação cognitiva potencia uma acomodação comportamental mais elevada, uma vez que aquela atenua o impacto do comportamento negativo do parceiro. Os autores defendem que uma percepção positiva da qualidade da relação e níveis baixos de atribuição de culpa ao parceiro “*ajudam a criar um clima psicológico que encoraja um estilo mais aberto e íntimo de comunicação de pensamentos e emoções negativas em interações de resolução de problemas*” e que, provavelmente, níveis baixos de percepção positiva da relação, e níveis elevados de atribuição de culpa ao parceiro, tenderão a fomentar “*um estado cognitivo/afectivo de resignação triste e a crença de que nada se ganha em dizer ao parceiro o que realmente se pensa*” (Fletcher *et al*, 1999, p. 726).

Ainda na continuidade da análise proporcionada por estes dois modelos, é interessante notar que mais do que as formas de reacção e de resolução dos conflitos, e ainda mais do que os estilos de comunicação conjugal, o que verdadeiramente interessa destacar é a eventual compatibilidade entre modelos de gestão de conflito entre os cônjuges. Desta forma, relações mais duradouras, estáveis e satisfeitas aparecem associadas a parceiros que possuem o mesmo modelo – o da “*boa comunicação*” ou o da “*boa gestão do conflito*” – o que é consonante com outros estudos sobre o impacto negativo do padrão de pedido/evitamento ou ataque/retirada nas relações conjugais (Christensen & Heavey, 1990; Heavey *et al*, 1995), situações nas quais, como veremos e discutiremos, homens e mulheres parecem reagir segundo modelos opostos.

Por outro lado, e apesar de aparentemente contraditórios, estes modelos podem coexistir, contudo, é indispensável atender aos significados que são atribuídos pelos indivíduos aos seus comportamentos e aos comportamentos do parceiro. Daí, inequivocamente, a dificuldade imensa em estudar conflito (e violência) nas relações íntimas justamente porque estão sempre impregnadas de significados idiossincráticos que estão para além do observável e visível.

No decurso deste modelo, parece verificar-se o peso dos estereótipos de género uma vez que os maridos se manifestam mais felizes se as esposas seguem o modelo da “*boa gestão do conflito*” e as mulheres, por seu lado, manifestam-se mais felizes se os maridos seguem o modelo da “*boa comunicação*” (Acitelli & Young, 1996; Cross & Levant, 1997; Fletcher *et al*, 1999; Gottman *et al*, 1999). Aprofundaremos esta questão aquando da análise das diferenças de género.

Ainda acerca da compatibilidade vs incompatibilidade de modelos entre cônjuges, Fletcher (2002), sugere-nos uma tipologia que elege a comunicação como um factor central da relação conjugal. Assim, o autor sugere a existência de *casais em relação de “boa comunicação”*, descritos como casais em que intencionalmente se confere à comunicação um papel de relevo e em que ela serve para se reflectir sobre a relação, que encaram os conflitos abertamente e expressam carinho e amor um ao outro. Estas relações parecem ser apanágio

de indivíduos com bons níveis de educação e valores liberais. Por seu lado, os *casais em relação de “boa gestão do conflito”*, caracterizam-se por parceiros que se revelam mutuamente afectuosos ainda que o façam de modo estereotipado, quase que preestabelecido, tendendo a evitar conflitos e que não disponibilizam muito tempo à relação, sendo, por norma, constituídos por indivíduos tradicionais e rígidos. Finalmente, o autor descreve-nos *casais em relação volátil*, ou seja, casais em que os afectos são expressos de forma livre e espontânea, em que todo e qualquer assunto, por mais irrelevante que seja merece ser imediatamente discutido (procuram activamente o questionamento), sendo casais que, por norma, têm maior probabilidade de se envolverem em comportamentos fisicamente violentos.

Curiosamente, também a partir do modo como os cônjuges se baseiam em diferentes estilos de comunicação para lidar com os conflitos, Gottman (1993b), fala-nos de três tipos de relações estáveis: “*casais evitantes*” que minimizam os conflitos, “*casais voláteis*” que desejam os conflitos, imiscuindo-se neles e procurando alterar as opiniões do parceiro e “*casais validantes*” que ainda que tentem evitar os conflitos não se escudam a enfrentar as questões mais prementes do seu relacionamento. O mesmo autor encontra ainda dois tipos de relações instáveis, ambas pautadas por interacções negativas entre os membros do casal: os “*casais desligados/hostis*” em que o envolvimento em críticas mútuas ocorre frequentemente ainda que estejam emocionalmente desligados e os “*casais hostis*” em que a crítica mútua e directa predomina.

Mais uma vez, o género parece ser determinante nesta questão. Com efeito, a felicidade conjugal das mulheres parece não aumentar com a acomodação comportamental dos maridos enquanto que os homens aparentam maior felicidade quando as suas companheiras expressam pensamentos e sentimentos negativos de uma forma positiva. Assim, parecem ser as mulheres que, preferencialmente, têm a capacidade de apaziguar as relações, o que se reverte num forte preditor da qualidade da relação (Gottman, Coan, Carrere & Swanson, 1998; Fletcher *et al*, 1999).

Os estudos despoletados na continuidade destes modelos (sobretudo os de Fletcher) são extraordinariamente interessantes no sentido de contribuírem

para a compreensão dos processos decorrentes do conflito conjugal. Deste modo, entre outras variáveis, as percepções e as emoções envolvidas no relacionamento conjugal representam um papel de relevo na percepção da sua qualidade e acerca da forma como se pensa e reage aos conflitos (Levinger & Millinger, 1981; Bradbury & Fincham, 1989; Turgeon, Julien, & Dion, 1998; *in* Ridley & Surra, 2001).

Justamente acerca do papel das percepções, num estudo realizado com 173 casais intactos, Ridley e Surra (2001) concluem que os casais aprovam um conjunto diversificado de respostas ao conflito; que dentro de cada casal as respostas ao conflito reflectem o perfil do casal (simétrico ou assimétrico) revelando uma associação entre o perfil dos casais e a percepção individual de qualidade conjugal. Estes resultados são consonantes com a perspectiva de que parceiros em relações de proximidade se influenciam reciprocamente e as respostas ao conflito são dadas em ordem à redução de incompatibilidades e emoções negativas na relação. Estes casais criam uma espécie de “estrutura de interdependência” (Kelley & Thibaut, 1987; *in* Ridley & Surra, 2001) ou padrão estável de mudança, trata-se de uma espécie de capacidade de “olhar para dentro”. Encontraram, portanto, dois tipos de perfis conjugais simétricos: *casais envolvidos*¹⁸ em que maridos e mulheres, ainda que aprovando algumas respostas negativas ao conflito, aprovam e usam mais respostas positivas e estratégias de resolução de problemas orientadas para o conflito considerando a sua relação satisfatória; e os *casais distanciados*, em que os parceiros aprovam um conjunto vasto de respostas negativas, como a agressão, e consideram a sua relação insatisfeita.

Convém que nos demoremos um pouco mais nos perfis assimétricos encontrados, referindo que a interdependência também explica as respostas complementares dos cônjuges em conflito. Assim, não é difícil perceber uma situação em que um dos cônjuges tenta manter o outro no diálogo e este tenta a retirada, o afastamento. Segundo alguns estudos, como adiante teremos oportunidade de verificar, esta última estratégia é típica dos homens, ainda que

¹⁸ Os autores falam de “*engaging couples*” e, reconhecendo o risco da tradução, julgamos que o sentido permanece.

outros estudos como o de Ridley e Surra (2001), digam que ambos os sexos podem optar por esta resposta. Voltaremos a esta questão. Neste cenário, quem opta pela retirada pode fazê-lo em ordem a acalmar-se, a controlar o conflito ou porque emocionalmente já está fora da relação.

Outro tipo de perfil assimétrico é aquele em que um dos cônjuges cede ao outro, seja para o acalmar seja por acomodação. Gottman (1994), por exemplo, sugere que as mulheres optam por estas respostas porque precisam de “ler” as atitudes dos seus companheiros em ordem a prevenir a escalada. Como referem Rusbult e colegas (1991), um dos cônjuges pode escolher uma resposta positiva para reduzir a tensão adjacente ao comportamento do parceiro (conceito de acomodação). Um parceiro pode, pois, aprender que através da sua resposta pode acalmar as atitudes do outro. Finalmente, um terceiro cenário que ajuda a compreender os perfis assimétricos sugere que as relações conjugais reflectem que a vida conjugal não é estática, antes pelo contrário, é construída de momentos distintos pontuados por períodos melhores e outros piores sendo, justamente, nos piores períodos que um dos cônjuges pode ter que aprender a atenuar as incompatibilidades conjugais em ordem a estabilizar a relação.

Outro estudo recente de Richard, Butler e Cross (2003), sugere que no decurso das interacções conflituosas entre os casais, as memórias da relação são sempre evocadas através do processo de regulação das emoções. Os autores chamam a atenção para o facto de que, ainda que a literatura proclame os benefícios de se enfrentarem os desacordos para as relações, emocionalmente, não é fácil a nenhum dos parceiros expressar o que sente ao outro. E que, independentemente dos temas geradores de conflito no casal serem profundos ou mundanos serão, sempre, pautados por sentimentos intensos e diversos.

Desta forma, se numa situação conflituosa, for possível evocar memórias agradáveis da relação (trazendo à mente gestos, palavras acontecimentos em que o parceiro “estava lá” para o outro) as emoções associadas geram um estado de espírito positivo e tenderão a fazer decrescer a tensão permitindo a adopção de perspectivas e significados mais razoáveis e

impedindo a entrada em situações potencialmente negativas e agressivas (Jackson, Hoekstra, Scott, Sanbom, Karafa & Brandenburg, 2000; Richards *et al*, 2003). Por outro lado, quando o processo de regulação das emoções é evocado *a posteriori*, assim que um evento desagradável se revela, surge a *supressão expressiva* ou seja, os parceiros estão demasiado atentos ao seu estado de aparência e querendo parecer neutrais suprimem expressões, caretas, olhares carregados que queiram significar o contrário mas acabam, justamente, por fazer o que mais querem evitar (Gross & Levenson, 1983; *in* Richard *et al*, 2003). Em suma, estas duas estratégias têm um impacto diferente nos recursos atencionais disponíveis para os cônjuges durante as situações de conflito, assim: (i) a *supressão expressiva* faz decrescer a atenção que os parceiros conferem aos conflitos, degradando a memória do que é dito; (ii) a *evocação de memórias positivas* faz aumentar a extensão da atenção que os parceiros conferem às conversas conduzindo ao efectivo e construtivo envolvimento dos parceiros nas situações de conflito.

Parece, assim, que indivíduos que não conseguem evocar situações agradáveis do passado, consciente ou inconscientemente, preenchem essas lacunas, através da reconstrução de cenários negativos e em que não é valorizado o processo de mudança relacional no decurso do tempo, nem o estado actual da relação (Holmberg & Veroff, 2000).

6.4. Tipologia de Canary & Cupach (1988)

Outras tipologias existem, ainda que menos relevantes, das quais destacaríamos a de Canary, Cupach e Messman (1995) Estes autores identificam, fundamentalmente, três tipos de estratégias em situação de conflito, a saber: *integrativas*, *distributivas* e *evitantes*. As primeiras são mais frequentes em casais satisfeitos e incluem estratégias como a partilha, a colaboração, a negociação e a mutualidade. As estratégias *distributivas* referem-se ao uso da crítica descontextualizada, sarcasmo e outras manifestações agressivas, finalmente, as estratégias *evitantes* referem-se ao

desvio ao conflito ou aos temas que estão na sua gênese, à negação do conflito, ou a centrar-se nas formas de discussão do conflito em detrimento dos seus conteúdos. Digamos que não é, pois, surpreendente que as estratégias integrativas se relacionem positivamente com a resolução de conflitos, maiores níveis de intimidade com o parceiro e de satisfação com a relação.

Neste âmbito, num estudo realizado pelos mesmos autores com 100 casais, pretendeu-se perceber as diferenças de género e o tipo de estratégias de resolução de conflito utilizadas considerando as *integrativas* (cooperativas e directas); *distributivas* (competitivas e directas) e *evitamento* (tácticas indirectas). Os casais foram avaliados em dois momentos distintos e a única diferença significativa encontrada foi a de que as mulheres usaram mais tácticas distributivas nos dois momentos de análise, enquanto os homens usaram significativamente mais tácticas integrativas e de evitamento. E, ainda, mais surpreendente foi constatar que as mulheres associavam a competência dos maridos ao uso de estratégias integrativas e evitantes, e eles perceberam a competência das esposas em função do seu uso de estratégias integrativas. Canary & Emmers-Sommer (1997) numa revisão de mais de três dezenas de estudos sobre os estilos de lidar com o conflito constata também uma maior tendência dos homens para usar tácticas ou estratégias competitivas e as mulheres usam mais tácticas de compromisso. Contudo, sobre diferenças de género falaremos mais tarde.

6.5. Modelo da Cascata para a Ruptura Conjugal

Ao longo de uma série de anos de trabalho com casais Gottman, (1994) desenvolve dois modelos que podemos considerar profundamente relacionados, um que lhe permitiu descrever e distinguir casais felizes - Modelo de Sucesso Conjugal de Gotman e Silver (2000), e outro que descreve os casais infelizes - o Modelo da Cascata para a Ruptura Conjugal - que identifica um conjunto de variáveis que podem predizer a dissolução da relação.

Gottman e Silver (2000) consideram que existem nos casais felizes duas particularidades assinaláveis: por um lado, entre os cônjuges existe um sentimento de profunda amizade e respeito mútuos, de busca do conhecimento íntimo, da procura da partilha de pequenos momentos expressos no dia a dia através da afectividade e, por outro lado, estes casais conseguem que no seu relacionamento os sentimentos e pensamentos negativos não ofusquem ou anulem os positivos, por isso, estes casais são definidos pelos autores como sendo emocionalmente inteligentes.

Desta forma, contrariamente aos casais que caminham face à dissolução das suas relações, os casamentos felizes e emocionalmente inteligentes, regem-se por Sete Princípios ainda que nem sempre sejam activados de forma consciente pelos cônjuges. Vejamos, a descrição que Gottman faz de cada um deles:

- *Enriquecer o mapa de afecto do casal*: estes casais conhecem efectiva e intimamente o universo do seu cônjuge, conhecem os seus pensamentos e sentimentos acerca das coisas, conhecem o seu quotidiano mas também a sua história passada, mesmo a que não foi vivida em comum, interessam-se por ela, são casais que reservam um lugar de destaque para a sua vida a dois sendo, por isto, mais capazes de enfrentar os desacordos e acontecimentos de vida stressantes e/ou não normativos, bem como os normativos, obviamente.

- *Cultivar a ternura e a estima recíprocas*: na medida em que esta é a melhor forma de bloquear o caminho para a ruptura. Curiosamente embora Gottman não explicita claramente como se operacionalizam estes processos, deduzimos do seu modelo que são essenciais na dinâmica relacional conjugal os pequenos nada como o conferir atenção ao outro, não deixar passar pormenores significativos, ter dias ou momentos carinhosos ¹⁹ em que se faz alguma coisa pelo parceiro (põe exempli telefonar durante o dia,...).

- *Virar-se um para o outro em vez de se afastar* - “os casais que têm o hábito de se virarem um para o outro aumentam o crédito da sua conta-poupança (...) aqueles que deverão enfrentar um conflito, ou numa das crises

¹⁹ Gottman reconhece a importância dos momentos de afecto positivo ao longo do dia para a satisfação conjugal, sendo que este afecto positivo deve ser cultivado ao longo do tempo. Fredrikson (2001) chama-lhes “*caring days*” (in Drive & Gottman, 2004)

da vida (...) podem assim manter uma percepção positiva mútua sobre a relação, mesmo durante os períodos difíceis” (Gottman, 2000, p.94). Esta metáfora com a conta bancária é significativa da importância dos pormenores insignificantes da vida quotidiana e da sua relevância em termos relacionais.

- *Deixar-se influenciar pelo parceiro* – nas relações felizes o poder é partilhado e os desacordos são enfrentados construtivamente, assim, tem que existir um padrão de influência mútuos nestes casais. Os estudos realizados por Gottman (2001) referem que homens que se deixam influenciar pelas suas mulheres são mais felizes e têm menor probabilidade de se separar.

- *Resolver os problemas solúveis*: para que os problemas sejam resolvidos é necessário um processo que inclua a capacidade de iniciar as discussões calmamente, ser capaz de fazer compromissos (e cedências), ter tolerância com os erros do outro, estar atento aos sinais fisiológicos em ordem a conseguir parar a discussão perante os primeiros sinais desproporcionados de stress e ainda, aceitar e propor tentativas de reconciliação. Obviamente que falamos de problemas específicos e que sejam passíveis de ter solução porque para outros Gottman propõe o princípio seguinte

- *Ultrapassar os impasses* – os impasses são os problemas insolúveis e perante estes o objectivo não é o de os resolver mas antes o de viver com eles sem mágoas e ressentimentos, dialogando sobre eles e assumindo-os. Naturalmente que este tipo de problema/impasse pode estar associado a conflitos mais profundos ou a situações mais intensas e que provocam maior sofrimento no casal. Este autor considera que os impasses são os sonhos de cada um dos parceiros que não estão a ser satisfeitos ou respeitados pelo outro ou pela relação. Os sonhos podem ser mais ou menos profundos ou concretos e significam aspirações, expectativas, desejos que cada cônjuge possui às quais confere um sentido particular para a sua vida. Ultrapassar o impasse significa identificar o sonho que está escondido atrás do conflito e para isso cada cônjuge tem que ser capaz de o desvendar, de o partilhar.

- *Caminhar no mesmo sentido*: significa a partilha de um projecto comum, mas projecto entendido ao nível espiritual, com sentimentos que dizem respeito à filosofia de vida dos cônjuges, é uma “cultura de casa” (*ibid.*, p. 253).

Em suma, estes casais caracterizam-se pela capacidade de reconhecer que o amor não é feito apenas a partir de grandes momentos e de sentimentos mais intensos como a paixão, mas antes de pequenos detalhes, de subtilezas, de uma vivência comum partilhada que permita a existência de uma atmosfera de positividade. A amizade representa aqui o papel de grande defensora desta positividade. Simultaneamente, esta conceptualização assume a existência de pensamentos e sentimentos negativos e de desacordos em casais felizes e infelizes, ou seja, todos os casais têm momentos de satisfação e insatisfação, felicidade, infelicidade, desacordos, problemas... inevitáveis à vida e à conjugalidade

Este clima de positividade leva a que os casais satisfeitos tendam a utilizar estratégias de resolução de conflitos positivas como a empatia, a escuta activa, possibilidade de chegar a acordos, cedências, aceitação e humor que, por si mesmas, contribuem para o crescimento da relação, incrementam o sentido de liberdade pessoal, a sensação de amar e de ser amado e a capacidade de resolução de conflitos (Gottman & Silver, 2000). Parece estabelecer-se, pois, uma espécie de “ciclo vicioso positivo” nestes casais em que se presente uma capacidade de aprendizagem por parte daqueles que utilizam estas estratégias de resolução positiva do conflito (Hatfield & Hopson, 1993).

De qualquer modo, a resolução positiva de conflitos está associada à capacidade de chegar a acordos reconhecendo-se a dificuldade deste desiderato para alguns casais na medida em que se exige por parte de ambos os cônjuges a capacidade de ceder em situações diversas e, eventualmente alternadas, seja no tempo, seja no que concerne aos conteúdos das situações conflituosas, donde a relevância da capacidade de negociar assumindo que não há, em quaisquer circunstâncias, vencedores e vencidos e que cada solução encontrada encerra, para um e para o outro, custos e benefícios, mas, em última análise, traz mais-valias para o casal.²⁰ Este processo só é possível

²⁰ O próprio Gottman fala-nos da metáfora da “conta bancária” em que cada cônjuge deposita afecto e carinho e que vem no sentido de outras metáforas como a dos “*caring days*” de que falaámos.

desde que exista uma clara e objectiva definição dos problemas o que implica uma atitude de flexibilidade por parte dos elementos do casal em tudo oposta a uma postura egocêntrica.

Contrariamente aos casais felizes, os infelizes caracterizam-se por evidenciar um conjunto de sinais, concretamente nas situações de conflito, que evidenciam uma possível dissolução futura da relação, sinais que Gottman sintetiza no seu modelo “*Cascata para a Ruptura Conjugal*”:

- São casais que no início de uma discussão revelam imediatamente níveis elevados de *crítica*, de *sarcasmos*, de afirmações de *menosprezo*, num tom ameaçador e negativo face ao outro.

- Estão presentes os *quatro cavaleiros* - que se referem a quatro formas específicas de interacção negativa entre o casal: *a crítica global*, que se destina sempre à personalidade do cônjuge e não a situações específicas; *o menosprezo*, sob a forma de sarcasmo ou cinismo diminuindo o outro e envenenando a relação; *as atitudes defensivas*, que são tomadas por aquele que se sente agredido e que instigam no outro a escalada do conflito, por norma, através de censura dissimulada e, finalmente, *a fuga* que consiste no abandono recorrente das situações por um dos cônjuges, o que significa para o outro também o abandono da relação.

- O *afoamento* – significa o início progressivo de um processo de desinvestimento afectivo da relação, marcado justamente pelos níveis crescentes de negatividade e hostilidade para que os quatro cavaleiros concorrem²¹.

²¹ Em 1994, Gottman já define conflito hostil ou adverso como um modelo de interacção negativa nos casais que inclui argumentação “quente” frequente, insultos, chamar nomes, incapacidade para ouvir, fraco envolvimento emocional e finalmente um ratio de comportamentos positivos inferiores aos negativos (*in* Tophan & Holman, 2005) O autor considera a identificação das variáveis que estão na génese destes comportamentos como uma ajuda substancial para os casais em ordem, a que eles possam ultrapassá-los, considerando ainda serem necessários mais estudos nesta área específica da intervenção.

- *A linguagem corporal*²² – Gottman destaca as alterações fisiológicas patentes em situações de conflito dos casais como constituindo um bom indicador da perturbação provocada nos cônjuges. Estas alterações físicas são evidenciadas por sinais diversos como o ritmo cardíaco, alterações de tensão arterial, alterações hormonais, e têm implicações a nível cognitivo fazendo diminuir a capacidade para o envolvimento construtivo nas discussões. Deste modo, o leque de respostas possível ou de estratégias utilizadas face à situação de conflito fica limitado e, muitas vezes, consiste apenas no silêncio, no abandono da situação ou no envolvimento na mesma mas com contornos negativos (usando o menosprezo, a crítica...).

- *As más recordações* – Nas relações marcadas por este clima de negatividade a percepção que os cônjuges possam ter relativamente ao seu passado comum, ao início da sua história relacional torna-se, compreensivelmente, negativo. Gottman refere neste sentido que é possível identificar casais que se encaminham para a ruptura conjugal pela forma como eles narram a história da sua relação

- *O insucesso das tentativas de reconciliação* – Neste clima relacional as tentativas de inverter o percurso escolhido por parte de um dos cônjuges ou por ambos revelam-se infrutíferos, isto é, na presença dos quatro cavaleiros, Gottman considera que a ruptura conjugal é a saída possível na esmagadora maioria dos casos (80 a 90%).

Deste modo, contrariamente aos casais satisfeitos, as estratégias de resolução de conflito negativas ou aversivas utilizadas preferencialmente pelos casais insatisfeitos, contêm uma intenção de auto-protecção por parte do sujeito e despoletam ciclos interactivos rígidos e fechados na medida em que solicitam por parte do parceiro respostas ou atitudes e comportamentos complementares e simétricos: controlo, cedência e distanciamento ou indiferença. Nestes casais ocorre, então, indiferença, rancor, aborrecimento, apatia, tristeza, lutas de poder, sentimentos de desafeição ao outro, de rejeição

²² Veremos que o sentido das diferenças entre os sexos, provocado pelas alterações fisiológicas, não tem sido consensual. Contudo, é claro que tanto a nível físico e psíquico, ambos os cônjuges são afectados pelas discussões hostis.

(Hatfield & Rapson, 1993; Kayser, 1993). Já vimos que as pessoas podem proteger-se de diversas formas nas reacções à situação conflituosa: evitar o conflito cedendo; submetendo-se porque negam as suas próprias vontades, desejos e valores com medo de ser rejeitado pelo outro; impondo o seu controlo obrigando o outro, pelo medo ou culpa, a obedecer às suas vontades e desejos; mostrando indiferença como forma de ignorar o conflito e afastar-se da situação. Note-se que o limiar da diferença entre estes comportamentos e o uso de violência psicológica são extraordinariamente ténues²³.

Por outro lado, a revisão dos estudos torna visível que os casais insatisfeitos se envolvem particularmente em sequências negativas e rígidas de comunicação (Gottman, 1994; Griffin, 1993), ou seja estes parceiros tem maior probabilidade de emitir mensagens negativas e de se envolver em ameaças, manipulações diversas.

Baseado na observação de casais em conflito Gottman (1994) propõe a existência de três tipos de casais funcionais e dois tipos disfuncionais. Assim, os três primeiros vêm de encontro à tipologia sugerida por Kirkpatrick: *casais validantes* – são como os tradicionais no que concerne às emoções mas neutrais quando lidam com o conflito; *casais voláteis* - que fazem lembrar os independentes na forma de se envolverem nos assuntos do outro; *casais que minimizam o conflito* que lembram os separados na distância emocional que conseguem manter nestas situações problemáticas. Segundo Gottman, os restantes casais são disfuncionais e tal manifesta-se no uso de defensibilidade, retirada/evitamento e desprezo (seriam sobretudo os casais mistos). Assim, as diferenças de género estão patentes nos casamentos de tipo tradicional e separado e emergem com especial significado nos casais mistos do tipo tradicional/separado (o que está aparentemente de acordo ao padrão exigência-retirada de que falaremos seguidamente)

²³ Já em 1989, Gottman e Krokoff referiam que só o envolvimento positivo no conflito tem consequências positivas no relacionamento conjugal porque o conflito que apela a evitamento, defensividade e subordinação têm efeitos longitudinais disfuncionais para as relações conjugais, podendo causar violência psicológica e até física, com grande sofrimento para estes casais.

Curiosamente, Kayser (1993) considera igualmente que a inabilidade em resolver conflitos é o maior contributo para o crescimento do processo de desafeição numa relação (a par da falta de mutualidade e da insatisfação de necessidades íntimas). Por norma, esta incapacidade é reveladora de problemas de comunicação e de atitudes como o evitamento ou retirada das situações de conflito, nomeadamente porque gera frustração no outro parceiro ou são conotados como uma espécie de punição pelo parceiro que não se retira dos conflitos.

Sobre estas especificidades falamos no padrão seguinte.

6.6. O Padrão Exigência- Retirada ou Ataque - Evitamento

Falar de conflito no relacionamento conjugal sem falar do padrão exigência-retirada ou ataque-evitamento²⁴ é absolutamente impossível. Com efeito, este é um “modelo clássico” na tentativa de compreensão das diferenças entre homens e mulheres e, em última instância, dos casais no modo de lidar com os conflitos. Um dos estudos pioneiros sobre casamento data de 1938 (*in*, Tannen, 1990) e já reconhecia que as mulheres se queixavam mais do que os seus maridos sendo estes emocionalmente e fisicamente mais evitantes nas discussões. Em 1985, Margolin & Fernandez também lhe fazem referência e, nos nossos dias, a investigação dos conflitos na conjugalidade tem, igualmente, destacado o mesmo padrão; que tem sido avaliado sobretudo através de questionários de auto-relato (Eldridge & Christensen, 2002; Heavey, Christensen & Malamuth, 1995; Verhofstadt, Buysse, Clerq e Goodwin, 2005).

O padrão aqui discutido não se trata exactamente de um modelo ou tipologia (por isso, inicialmente, o colocamos entre aspas), contudo, acaba por tentar explicar um conjunto de regularidades nas reacções conjugais ao

²⁴ Estas duas terminologias são utilizadas na literatura, indiscriminadamente. Tentaremos usá-las em consonância com os estudos e autores a que, a cada passo, fazemos referência. De qualquer forma, a sua utilização é pontuada por críticas conceptuais a que faremos referência (Roberts, 2000).

conflito, ainda que não absolutamente consensuais, investindo na dimensão relacional e nas variáveis individuais dos cônjuges, ambas influenciadas por factores de origem sócio-estrutural e outras. Desta forma, este padrão vem aportando, cada vez mais, uma lógica sistémica consubstanciada em diversos estudos e, por isso, optamos por apresentá-lo juntamente com outras tipologias. Por outro lado, estivemos indecisos quanto à opção estrutural de o inserir neste capítulo. Com efeito, esta “tipologia” parece ter sido criada em consequência da análise das diferenças de género nas relações conjugais. Poderíamos, deste modo, falar deste padrão no mesmo tópico. Apesar disto, consideramos que o facto de ser mencionado previamente constitui uma grelha de leitura mais fácil aos estudos que depois irão sendo apresentados e, ainda, porque, esta foi uma forma de lhe conferir organização na medida em que as diferenças de género constituem uma variável permanente e transversal no estudo da conjugalidade como, de resto, tem ficado bem patente.

O padrão exigência-retirada ou ataque-evitamento de que falamos é descrito em diversos estudos que avaliam o modo de resposta dos cônjuges aos conflitos (Acitelli & Young, 1996; Christensen & Shenk; 1991; Cross & Levant, 1997; Heavey *et al*, 1995) e consiste no *pedir-evitar* ou *atacar-retirar* e refere-se às situações em que um dos cônjuges pressiona com pedidos, exigências e queixas e, o outro, se retira da situação. Colocado perante a pressão do pedido ou do ataque o cônjuge evitante sente-se compelido, ainda mais, a fugir ou retirar para evitar os riscos de discussão, o primeiro, por seu lado, sente maior necessidade de pressionar a discussão, entrando-se num ciclo vicioso malévolos para a relação conjugal.

Se a maior parte dos estudos constata que as mulheres assumem o papel de exigir/comandar e os homens o papel de se retirar ou evitar o conflito, tal não invalida que algumas investigações (eg. Heavey *et al*, 1995) refiram que tal não acontece sempre, mas apenas quando os temas que estão na génese da discussão são tidos como temas do interesse preferencial das mulheres. Assim, quando o casal discute um tema referido ou preferido pelo homem, as diferenças referentes ao padrão supra mencionado desaparecem (*ibid*). Ou seja, as diferenças que possam existir estão para além do papel da mulher e

do marido mas também dependem da estrutura do conflito e ainda que em alguns casais este padrão pode ser encarado como um padrão de comunicação cíclico, ou seja em função de diferentes factores, a assumpção de um ou outro papel pode alterar-se para ambos os cônjuges.

Existem dois modelos que, sendo indissociáveis, contribuem para clarificar a natureza deste padrão: o *modelo de influência do self* que defende que as pessoas que querem maior proximidade na relação tendem a exigir, e os que querem mais independência, a afastar-se ou retirar-se, e o *modelo da influência relacional* que considera a felicidade e interacção conjugais como resultado de um fenómeno diádico em vez de um somatório de características individuais de um e outro cônjuge. Assim, ainda que escassos, existem estudos que revelam que o padrão homem exigente/mulher evitante pode ser positivamente referido tal como o padrão mulher exigente/homem evitante, o que sugere que existem casais em que ambos os parceiros são, recorrentemente, exigentes e evitantes em situações diferentes, ou seja, a posição de cada um pode e deve alterar-se em função de outras variáveis (Caughlin & Vangelisti, 2000).

Destas variáveis, os mesmos autores, destacam as seguintes:

- *A orientação face ao conflito*: que incluem o poder argumentativo, o locus de controlo e a flexibilidade. Com efeito, indivíduos mais argumentativos têm maior propensão para se envolverem em discussões verbais acerca de temas e são mais capazes de enfrentar os conflitos (o que parece acontecer com as mulheres). No que concerne ao locus de controlo (que se refere às atribuições causais acerca dos sucessos e falhanços pessoais e da relação, há estudos reveladores de que aqueles que possuem um locus de controlo face ao conflito externo tendem a usar estratégias evitantes (Weiner, 1980; *in* Canary & Emmers-Sommer, 1997). Por seu lado, a flexibilidade influencia também o grau de envolvimento dos parceiros no padrão de exigência/evitamento na medida em que o cônjuge que reconhece no seu parceiro características de enorme inflexibilidade tenderá a desistir de provocar mudanças no parceiro e na relação.

- *O desejo de proximidade vs desejo de independência*: tema recorrente das relações íntimas e em que se reconhece uma imensa variabilidade individual. Contudo, a literatura sugere uma associação entre o desejo de maior proximidade e o padrão exigência/retirada (Christensen *et al*, 1991). O estudo de Caughlin e Vangelisti (2000) sugere que o padrão em causa está associado a pelo menos três outras dimensões da personalidade: neuroticismo (definida como traço de ansiedade, instabilidade emocional ou afetividade negativa), amabilidade (tida como compreensão amistosa, orientação social/emocional) e extroversão (sociabilidade). Deste modo, os autores reconhecem a necessidade de ter em conta ambos os modelos, do self e relacional, na medida em que existem características individuais e características que decorrem do processo relacional do casal.

Estas constatações questionam sobre a existência de uma relação entre evitamento, grau, temática e tipo de conflito. A investigação sugere uma associação negativa entre qualidade relacional e evitamento do conflito quando este é mundano ou trivial, donde, menos ameaçador para a relação e, uma associação positiva quando ele é ameaçador, significativo e os temas são mais intensos (Heavey *et al*, 1995).

Num estudo que procurava comparar a socialização dos papéis de género e a estrutura do conflito face às escolhas de determinadas estratégias, Christensen e Heavey (1990) não encontraram diferenças entre homens e mulheres quando no padrão exigir/retirar é o homem o queixoso, quando é a mulher no papel de queixosa ou exigente, então as diferenças acentuam-se. No mesmo sentido, Klein e Johnson (1997) refere que em setenta por cento dos casais, de um estudo seu, eram as mulheres a exigir e a confrontar a necessidade de mudança em algum domínio das suas vidas e os maridos a resistirem no sentido de não alterar o seu estatuto. Estes resultados consubstanciam a ideia de que este padrão é em parte determinado pelo processo de socialização. A assimetria no conflito sugere a escolha de diferentes estratégias para lidar com ele.

Este padrão tem sido associado à percepção negativa dos conflitos por parte dos cônjuges, a insatisfação conjugal e a percursos de ruptura conjugal.

Neste âmbito, note-se o estudo de Heavey e colegas (1995), particularmente interessante na medida em que faz parte de um conjunto escassíssimo de investigações que contrariam a tendência de género no padrão supracitado. Com efeito, os resultados indicam que casais em que o cônjuge masculino se retira ou evita o conflito e em que a mulher exige e pressiona, são casais com maior probabilidade de apresentar problemas a longo termo, sobretudo porque a satisfação conjugal das mulheres decresce. Contudo, quando se altera o padrão, e é o homem a pedir e a mulher a evitar, ou a retirar-se das situações de conflito, pode prever-se um aumento da satisfação conjugal das mulheres com o decorrer do tempo. Provavelmente, tal quer significar, para as mulheres, que quando o marido solicita o seu envolvimento no conflito está a participar activamente na sua resolução (e mesmo que aquela participação não tenha sido propriamente positiva, a intenção é apreciada pelo cônjuge feminino). Em casais abusivos, contudo, este padrão homem que pede/mulher que evita está infelizmente presente quando o homem apresenta comportamentos violentos. Obviamente que são indícios que necessitam de mais estudos para aprofundar a natureza deste processo (Babcock, Watz, Jacobson & Gottman, 1993).

Outros investigadores, ainda, se têm debruçado sobre o que causará esta assimetria na interacção e o porquê da sua associação ao género, questão que iremos aprofundar seguidamente. Por agora interessa-nos destacar que esta variável se associa a outras, nomeadamente relacionadas com o próprio conflito. Concretamente, Christensen e Heavey (1993)²⁵ consideram que para responder a esta questão central importa dirimir entre *estrutura* e *processo* do conflito. A estrutura do conflito refere-se às diferenças entre as pessoas (por

²⁵ Este estudo decorreu junto de 31 casais com filhos com idades entre 7 e 12 anos, em que se discutem as mudanças na parentalidade. Os resultados revelam que a natureza da interacção entre cônjuges depende fortemente do tema em debate parecendo que de modo geral, os maridos e esposas são mais exigentes quando os seus temas estão em debate e mais retirantes quando se trata dos temas do parceiro! Contudo, este estudo é demasiado centrado nos temas referentes à educação das crianças, culturalmente associados ao domínio das mulheres e portanto é compreensível que elas se empenhem mais nas mudanças, ou seja existe uma disparidade no tipo de envolvimento dos parceiros em função dos temas escolhidos.

exemplo, de interesses) que conduzem ao problema; o processo refere-se à interacção que ocorre entre os parceiros no sentido de solucionar ou não o conflito. Por outro lado, os conflitos podem ser simétricos ou assimétricos em função da dependência que provocam em cada um dos cônjuges. Por exemplo, quando o conflito provoca dependência assimétrica, percebe-se que o parceiro que pode alcançar os seus objectivos sem o outro tenha maior probabilidade de se afastar ou não envolver nos conflitos.

Finalmente, parece que os estudos sobre o padrão exigência-evitamento produzem resultados que, por si só, geram imenso conflito! Segundo Roberts (2000), estas inconsistências podem ser atribuídas a operacionalizações divergentes do conceito de evitamento, medido através de atitudes ou comportamentos como o silêncio, escuta e aquiescimento, não envolvimento, não responder, mudar de assunto, gozar ou fazer comentários evasivos; para outros, é um contínuo que vai de emocionalmente investido até ao desinteresse e inacção face ao parceiro. Paralelamente, não existe uma distinção clara entre o conceito de evitamento e de afecto negativo. Acrescentem-se, ainda, as dificuldades em aceder aos distintos significados que as pessoas concedem a estes conceitos e terminologias²⁶, quando solicitadas a responder aos questionários. Roberts (*ibid.*) constata, por exemplo, a existência de significados divergentes entre *retirada* e *evitamento com raiva porque* este último pode ser precipitado pela percepção por parte de um dos parceiros da eminência do ataque do cônjuge enquanto que o simples evitamento do conflito pode ser visto como uma estratégia proactiva de desviar o ataque do outro ou simplesmente, esquecer o parceiro ou a conversação ou ambos.

Contudo, estes estudos aportam uma questão interessante acerca da estrutura dos conflitos no padrão exigência - retirada: quando os parceiros discutem o seu próprio tema tornam-se mais exigentes do que quando discutem o tema do parceiro (Biernat & Wortman, 1991). Já vimos como a

²⁶ Tal acontece, apesar das vantagens dos self-report face às tradicionais situações em que os conflitos conjugais são estudados com “o *paradigma standard*” (Roberts, 2000, p.231) caracterizado por se pedir ao casal para discutir durante um determinado período de tempo um potencial ou actual conflito do seu relacionamento para ser gravado.

explicação estrutural se adequa a este padrão na medida em que muitas vezes aquele que exige é o que tem menos poder e, paralelamente, a retirada é usada estrategicamente como poder de manter determinado *status quo* (Christensen & Heavey, 1990). Ou seja, se os homens têm maiores benefícios do casamento, tentam evitar o envolvimento nas mudanças solicitadas pelo parceiro. (Sagrestano, Heavey & Christensen, 1995). Como estes mesmos autores referem, esta polarização entre homens e mulheres quando são discutidos os temas que as mulheres pretendem alterar, reflecte um efeito social (mantido e desenvolvido ao longo do tempo) e diferenças individuais (por exemplo nas expectativas face à relação), (Caughlin & Vangelisti, 2000; Cristensen & Heavey, 1990; Sagrestano *et al*, 1995).

Introduzamos também o conceito de *reciprocidade negativa (escalada)* que é outra estratégia de resolução de conflitos, quase considerada uma imagem de marca dos conflitos conjugais. Significa uma tendência crescente para responder à comunicação negativa do parceiro de modo também negativo (Epstein, Baucom & Rankin, 1993)²⁷. Casais insatisfeitos tendem a utilizar com maior frequência este tipo de comunicação demonstrando a dificuldade em fazer parar uma espiral de acusações e sentimentos de rancor e zanga. Este tipo de comunicação também faz parte da vida relacional dos casais satisfeitos, contudo, estes, parecem ser capazes de lhe pôr término contrariamente aos outros²⁸ (nomeadamente aqueles em que pode existir violência física) (*ibd.*).

Contudo, ainda que a reciprocidade negativa seja tida como uma abordagem negativa do conflito, o envolvimento no mesmo pode ser extremamente positivo para a satisfação conjugal a longo termo. Sabemos que a capacidade de envolvimento no conflito, por exemplo, por parte dos homens é percebido pelas mulheres como sinal de que eles se querem envolver e ter maior proximidade e intimidade. Ao membro do casal que é queixoso restam outras alternativas: sair da relação ou intimidar o parceiro afirmando

²⁷ Ou seja, o processo exactamente oposto ao descrito pelo modelo de acomodação de Rusbult

²⁸ Gottman explica nos seus modelos que seguidamente apresentaremos, porque os casais satisfeitos parecem ficar imunes à comunicação negativa.

que o vai fazer. Mas, para alguém que esteja muito envolvido na relação estas são saídas impensáveis, nomeadamente para as mulheres que estão ética, pessoal e estruturalmente mais envolvidas nas relações (Johnson & Kapinus, 1995).

A algumas particularidades relacionadas com o que temos vindo a discutir acerca do padrão exigência-retirada, voltamos necessariamente no ponto seguinte.

7. O poder e o conflito na relação conjugal

O poder²⁹ é seguramente uma das características indissociáveis das relações humanas e especificamente das relações íntimas, inclusivamente as conjugais. Aliás, a luta pelo poder é de igual modo comum a todas as relações. A forma como o poder está distribuído na conjugalidade tem sido alvo de estudo nas décadas recentes nomeadamente no que concerne ao uso de estratégias de influência, distribuição de poder e às diferenças de género (Larson, Hammond & Harper, 1998).

O poder pode ser assumido com base nos estereótipos de género na medida em que estes se socorrem de diferenças assinaláveis de poder, na nossa sociedade. Com efeito, tradicionalmente, os homens detêm um maior controlo em áreas consideradas mais valorizadas pela sociedade, desta forma são-lhes concedidas mais oportunidades e dado que as expectativas são superiores espera-se que eles sejam mais competentes (Fiske & Stevens, 1998). Não tem sido fácil alterar este padrão, independentemente das mudanças sociais a que temos assistido nas últimas décadas. Estas diferenças de estatuto tendem a ser perpetuadas numa assimetria de poder e prestígio e a

²⁹ A noção de poder é na nossa cultura intrinsecamente afectada pelo género ao ponto de Blanton e Vandergriff-Avery, (200, p.137) referirem que “*just as one cannot not communicate, one also cannot do gender*” e que, ignorando o género enquanto construção psicossocial que organiza as nossas vidas familiares e sociais, estaríamos a despolitizar os conflitos entre os cônjuges.

permanecer desvalorizados os traços ditos femininos (emotividade) contrariamente aos masculinos (competência). Ou seja, falamos do clássico duplo padrão largamente difundido para explicar as relações entre homens e mulheres.

As dimensões do poder e da influência mútuas são essenciais para se compreenderem as dinâmicas relacionais. Alguns autores denominam o poder exercido na relação por *controle relacional* (Szinovacz, 1987). Com efeito, numa determinada relação o comportamento de cada pessoa influencia o comportamento do outro. As trocas comunicacionais que servem para definir a relação designam-se de manobras comunicacionais e nelas podemos incluir pedidos, ordens, sugestões, instruções, informações, etc. (Gulota, 1976). Permanente e continuamente os casais negociam, de forma mais ou menos explícita, as questões do domínio, submissão, entre outras, definindo deste modo a natureza da relação.

O poder tem também sido conceptualizado em três domínios distintos, a saber: *as bases do poder*, refere-se aos contributos económicos e pessoais como situação económica, compromisso, desejo de intimidade; *os processos do poder*, referem-se às estratégias de interacção como persuasão, modo de resolução de problemas, exigências utilizados de modo a controlar a relação e, finalmente, o *poder final* que se refere àquele que tem a última palavra, ou seja qual dos cônjuges determina o resultado final, a forma de resolver os problemas e/ou a tomada de decisões, (fortemente associado à parentalidade e à distribuição de tarefas domésticas) (Byrne & Carr, 2000). No entanto, de um modo mais pragmático, o poder associa-se a recursos embora estes tenham um carácter de subjectividade (dinheiro, amor, prestígio, são alguns exemplos).³⁰

De uma forma geral, parece que os homens utilizam preferencialmente poder de recompensa e coercivo enquanto as mulheres usam mais poder de referência (Steil, 1997). Finalmente, os autores consideram que os homens

³⁰ Relativamente aos recursos ou bases de poder a tipologia de French e Raven (1988) continua clássica: recompensa, coercivo, legítimo, perito, referente e informacional são diversos tipos de poder e diversos estudos têm revelado que entre os casais o poder coercivo é o que se associa a resultados mais negativos e o referente aos resultados mais positivos (*in* Byrne & Carr, 2000)

recorrem a um maior número de bases de poder, contudo tal não significa que as mulheres não tenham poder, correcto será dizer que denotam falta de autoridade e exercem o poder através de estratégias de influência junto dos homens. Relativamente ao poder exercido através da influência, parece que as mulheres são mais facilmente influenciáveis que os homens porventura devido à posição de subordinadas que habitualmente têm desempenhado nas relações (Eagly, 1998).

7.1. As estratégias de influência

O poder está, então, associado à quantidade de recursos que determinada pessoa possui e ligados ao tipo de influência que determinado indivíduo consegue exercer. Se os recursos são concretos (estatuto, dinheiro, conhecimento) a pessoa exerce maior influência e exerce-a directamente porque detém um poder que é socialmente valorizado aumentando-lhe a auto-confiança através de estratégias como o uso da lógica, afecto e atracção, entre outras. Pelo contrário, os que não têm acesso a recursos concretos apresentam menor auto-confiança e utilizam estratégias de influência indirectas como insinuar, chorar, mostrar desespero, afastar-se ou intimidar (Instone, Major & Bunker, 1983).

A investigação revela que existem diferenças significativas no que concerne à utilização de diferentes estratégias parecendo que, a longo prazo, indivíduos que utilizam modos de influência pessoais e indirectos, apresentam menores níveis de auto-estima, dependência e maior probabilidade de se situarem numa posição de subordinação (Doyle & Paludi, 1995). No que se refere a casais e, independentemente do tipo de relação, a utilização de estratégias directas e bilaterais tem uma relação significativa com satisfação e altos níveis de intimidade relacional enquanto as estratégias unilaterais, manipulativas e indirectas estão associadas a níveis baixos de intimidade e maior insatisfação conjugal (Aida & Falbo, 1991; Steil, 1997).

Dizer que os casais demonstram um equilíbrio na relação no que concerne ao poder não significa, ainda assim, que ambos os cônjuges tenham igual voz em todas as matérias. Com efeito, o poder pode ser exercido de forma tradicional, de acordo com as linhas de actuação clássicas (os homens na gestão financeira e as mulheres na gestão doméstica) o que reflecte uma disparidade de poder objectivo, sobretudo para as mulheres (Sprecher & Felmler, 1997).

Por isso, Gray-Little e Burks (1983) falam-nos de dois tipos de relação igualitária: *sincrática* e *autonómica*, a primeira descreve uma relação em que ambos os cônjuges exercem poder e tomam decisões, conjuntamente, em todas as áreas das suas vidas. Já na relação autonómica, o poder é exercido em áreas separadas. Ainda os mesmos autores, ao fazerem uma revisão de estudos notam que quando as mulheres têm maior poder há menor satisfação conjugal talvez porque este tipo de relação não tenha a aprovação cultural conduzindo a que estes sujeitos se vejam afastados da norma³¹.

É um facto que em numerosas investigações o poder nas relações conjugais aparece associado à emergência de conflito. Deste modo, em casais onde existe igual poder estão mais associados ao aparecimento de conflitos do que relações em que o poder é desigual para ambos os cônjuges (Brandon, 1996). Outros estudos, contudo, revelam que a desigualdade de poder pode promover conflitos violentos, nomeadamente tal pode acontecer em relações abusivas amorosas (Thompson & Walker, 1989).

A desigualdade de poder pode também estar na origem da escolha de uma ou outra estratégia para a resolução dos conflitos. Por exemplo, mulheres que possuem um estatuto na relação de subordinação tenderão ou a evitar o conflito ou a utilizar as emoções como resposta. Acresce ainda o facto de, provavelmente por razões de índole cultural, as mulheres serem tidas como as

³¹ Uma investigação de Thompson & Walker (1989) revela a existência de uma relação curvilínea entre salário auferido pelas mulheres e o seu poder na relação conjugal, ou seja, à medida que o salário das mulheres cresce aumenta o seu poder na relação até ao momento em que auferem salários iguais porque a partir do momento em que têm salários superiores o seu poder decresce

responsáveis pela manutenção das relações, facto que presumivelmente explica o aumento da sua ansiedade (se comparadas com os seus companheiros), e ainda o facto de, insistentemente, serem elas a levantar a maior parte das questões ou problemas justamente com a intenção de os solucionar, dado que cuidar das relações é uma tarefa que, supostamente, lhes cabe (Cancian, 1987; Hendrick, 1981).

As *tarefas domésticas* são, também, frequentemente, associadas ao poder na relação conjugal. Com efeito, diversos estudos revelam ser este o domínio que, conjuntamente com o da parentalidade, parece ser da alçada primordial das mulheres (Steil, 1997) e mesmo em relações igualitárias e equitativas o nascimento dos filhos faz reactivar uma lógica tradicionalista. Peplau (1983; *in* Steil, 1997) distingue três tipos de casais: *tradicionais* em que a dominância compete ao marido no que concerne ao processo de tomada de decisões e em que a atribuição de responsabilidades se processa de acordo com o género; *igualitários*, onde encontramos casais em que, tanto a tomada de decisões como a atribuição de responsabilidades são equitativos e, finalmente, os *modernos*; caracterizados por relações que representam uma forma intermédia das anteriores. Outra tipologia fala-nos de casais *tradicionais* em que a responsabilidade doméstica é exercida pela mulher; casais *participantes* em que ambos os elementos trabalham e partilham responsabilidades ainda que as domésticas permaneçam das mulheres e, por último, casais *com papéis partilhados* formados por casais onde ambos os parceiros tudo partilham (Gilbert, 1985; *in* Steil, 1997).

Também Scanzoni, Polonko, Teachman e Thompson (1989), falam acerca de três modos diversos de viver o casamento nos dias de hoje. Distinguem, então, *parceiros iguais*, *tipo senio-junior* e *parceiros complementares* tendo como dimensão principal de análise e diferenciação o estatuto e poder económico dos cônjuges. Assim, no primeiro tipo de relação existe uma co-responsabilidade em todos os domínios da vida conjugal ainda que os salários possam ser desiguais; o segundo define-se pela secundarização das mulheres face aos seus maridos porque consideram o próprio emprego menos importante e, o último tipo, refere-se aos casais em

que os homens são os únicos sustentos da casa porque as mulheres não trabalham. De qualquer modo, a satisfação conjugal parece estar associada à equitatividade e à equidade das relações bem como a maior compromisso, bem-estar pessoal, maior satisfação sexual e intimidade (Larson, *et al*, 1998; Steil, 1997).

A tomada de decisão dentro do casal é influenciada por outros factores, designadamente o prestígio profissional e económico sendo que, como referimos, tendencialmente, este é superior nos homens. Saliente-se que as mulheres, de um modo geral, ainda valorizam mais a carreira profissional dos maridos do que a sua e mesmo aquelas que valorizam a sua carreira tendem a atribuir-lhe menor relevância quando se tornam mães; ainda que auferam um salário de nível superior e sejam diminutas as suas responsabilidades domésticas. Ou seja, se de um modo geral a salário mais elevado corresponde uma diminuição do trabalho doméstico para as mulheres que advêm mães isso deixa de se verificar (Henggeler *et al*, 1988; Steil, 1997).

Ainda no que concerne à tomada de decisão, verifica-se que o domínio das mulheres parece ser menos frequente e surge associado a menor satisfação conjugal em ambos os cônjuges. Também os homens expressam menor satisfação conjugal quando as esposas apresentam maior poder de decisão ou quando é mais elevado nos homens por oposição ao que ocorre quando os homens percebem que têm relações com poder equitativo (Gottman, 1998; Henggeler *et al*, 1988; Hinde, 1984; Steil, 1997). Mais, numa revisão efectuada por Gray-Little & Burks (1983, *in* Steil, 1997) de doze estudos, os autores fazem notar que os cônjuges que se percebem em relações em que as tomadas de decisão são feitas por ambos, são os mais satisfeitos com a sua relação.

Este equilíbrio na tomada de decisões parece estar também associado a uma comunicação positiva e construtiva nos casais, comunicação pautada por empatia, escuta activa, assertividade, respeito pela opinião do outro. Finalmente, parece que aqueles que se consideram a si próprios como os que detêm mais poder na relação se auto avaliam mais favoravelmente do que ao

parceiro mas apresentam menor satisfação sexual e estão menos satisfeitos com a sua relação. (Kipnis *et al*, 1976, 1979; *in* Steil, 1997).

7.2. Distribuição de responsabilidades

Tradicionalmente, este continua a ser um factor gerador de potencial conflito, constatando-se serem as mulheres quem mais assume as responsabilidades domésticas e parentais e os homens mais responsáveis pela gestão financeira (Greenstein, 1996; Regan & Spretcher, 1995; Zvonkovic, Greaves, Schmiege e Hall, 1996). Ainda assim, a tendência nos últimos anos tem sido a de uma alteração neste registo verificando-se cada vez mais uma maior predominância de casais em que a gestão das responsabilidades é mais igualitária (Leslie & Anderson, 1988; Regan & Sprecher, 1995; Twiggs, McQuillan & Ferree, 1999). Em muitos casos, cada vez mais frequentes, assiste-se mesmo a uma inversão de papéis na assumpção dos papéis ditos tradicionais, sendo que a participação masculina em todos os domínios, tem aumentado em sobretudo para aqueles homens que possuem maior nível de escolaridade e filhos pequenos (Steil, 1997).

Contudo, acerca da distribuição de responsabilidades, os estudos não são exactamente consensuais no que se refere à distribuição de trabalho doméstico e à percepção de satisfação conjugal. Para alguns autores (Clark & Reis, 1988; Fowers, 1998; Larson *et al*, 1998; Steil, 1997) tal também se deve à confusão existente entre os conceitos de equidade e de equitatividade. Enquanto o primeiro tem que ver com uma percepção pessoal de justiça, o segundo é um conceito objectivo que define igualdade entre os parceiros nas contribuições associadas aos papéis de género. Esta é outra questão de especial interesse uma vez que a literatura revela que as pessoas, de um modo geral, preferem comportar-se de acordo com os estereótipos de género. Deste modo, quer homens quer mulheres parecem valorizar nos homens atributos ditos “masculinos” como uma profissão bem remunerada e, nas mulheres, atributos ditos “femininos” como por exemplo a responsabilidade pelos

cuidados parentais e pela prestação de cuidados, de um modo geral (Regan & Sprecher, 1992; Voydanoff & Donneelly, 1999).

Também num estudo realizado junto de casais em que se procurava perceber a influência da equidade na intimidade conjugal, Larson e colegas (1998) concluem que a injustiça é associada para as mulheres a valores baixos de intimidade mas que esta relação não acontece para os homens, embora relacionamentos onde existe equidade sejam considerados mais satisfatórios.

No entanto, encontramos estudos em que este padrão não é tão visível na medida em que as mulheres não valorizam o aumento da responsabilidade dos maridos nas tarefas domésticas a não ser que estas sejam tradicionalmente encaradas como tarefas “tipicamente femininas” (casos de limpar a casa e cozinhar) (Benin & Agostinelli, 1988). Nestas situações, o aumento da satisfação conjugal das mulheres pode dever-se ao facto de considerarem que este tipo de envolvimento dos seus parceiros é efectivamente justo e revela apoio emocional e partilha, contrariamente ao envolvimento em tarefas como ir às compras tidas como passíveis de serem realizadas pelos homens, mas com uma vertente de “ajuda” em detrimento de uma percepção de justiça (Blair & Johnson, 1992).

As percepções das mulheres relativamente à divisão do trabalho doméstico têm sido confirmadas em bastantes estudos como um bom preditor de conflito conjugal, nomeadamente em estudos em que se verifica que as mulheres experimentam menor satisfação conjugal devido ao acréscimo das responsabilidades domésticas sobretudo após o nascimento dos filhos. Parece então que, tendencialmente, as mulheres valorizam a participação dos homens na realização das tarefas domésticas e parentais e que tal vai de encontro às suas expectativas. Por seu lado, para os homens a questão parece ter outros contornos e o peso da responsabilidade que eventualmente desempenhem nas tarefas domésticas é independente da sua satisfação conjugal³² (Acitelli & Antonucci, 1994; Leslie & Anderson, 1988; Pina & Bengtson, 1993; Steil, 1997).

³² A gestão desta dupla carreira tem sido uma das áreas de conflito conjugal mais estudadas recentemente pelas implicações que tem na partilha de actividades e numa diferente gestão de papéis familiares e pessoais entre e para os cônjuges. Quando tal não

Finalmente, vários estudos confirmam uma forte associação entre satisfação conjugal e a percepção de justiça na atribuição de responsabilidades das tarefas domésticas e parentais, (Blair & Johnson, 1992; Pina & Bengtson, 1993; Voydanoff & Donnelly, 1999); e, ainda, que mulheres que expressam o desejo de que os maridos participem mais no trabalho doméstico, se sentem menos satisfeitas com o casamento e que são, igualmente, mais deprimidas (Byrne & Carr, 2000).

7.3. As diferenças de género na reacção ao conflito

A questão do género parece ser indiscutível quando se fala de conjugalidade e ainda que sejam usadas idiossincraticamente pelos casais tal significa que eles se envolvem ao longo do tempo numa espécie de coreografia que mantém a dinâmica e o papel destas identidades de género, e que tem implícitas negociações na relação. O interessante é que estas coreografias pertencem a cada casal, são idiossincráticas, complexas e por vezes incoerentes (Paslet, Kerpelman & Gilbert, 2001) e existe uma variabilidade enorme nas suas performances. Para estes autores é indiscutível que a forma como os casais assumem os estereótipos de género é influenciado por um diverso conjunto de factores donde destacam a influência da família de origem, interacção conjugal, estatuto económico e nível de educação, interfaces trabalho-família, entre outros.³³

acontece podem surgir para as mulheres alienação da família e exaustão emocional (Sénécal, Vallerand & Guay, 2001).

³³ Num estudo de Tannen (1990) a frequência e conteúdos dos conflitos não sofrem alterações significativas em função da orientação sexual dos casais, seja homo ou heterossexual. Aquilo que mais os diferencia parece ser a forma como comunicam acerca dos problemas, com os homens a considerar essencial do processo de comunicação a recolha de informação e, as mulheres, a privilegiarem do mesmo processo as linhas emocionais e a possibilidade de interacção. Estes resultados também se podem explicar através de processos de socialização dos géneros diferenciados.

As diferenças ao nível de gestão dos conflitos parecem, existir, desde logo, ao nível fisiológico: os homens demonstram uma maior activação fisiológica (taquicardia, pressão sanguínea, suor...) do que as mulheres em situações de conflito e, além disso, permanecem mais tempo activados. Dai serem compreensíveis as estratégias de evitamento e de retirada em situações conflituosas o que se poderia explicar como uma forma de auto-defesa tendo por função a diminuição da ansiedade que tais situações acarretam. (Gottman & Levenson, 1999; Levenson, Carstensen & Gottman, 1994). De qualquer forma, é inegável o papel que estas respostas dos homens têm enquanto factor preditor da insatisfação conjugal ao longo do tempo. Sobretudo no que às mulheres diz respeito, a diminuição das respostas de retirada e evitamento ao conflito por parte dos maridos parece estar fortemente associada a um incremento na sua satisfação conjugal (Griffin, 1993; Gottman & Levenson, 1999).

Vimos que a tendência dos indivíduos se centrarem em focos mais individuais vs sociais está habitualmente ligada ao género, ou seja, que os homens são geralmente associados a independência, autonomia e objectivos pessoais e as mulheres focadas no interpessoal, na responsabilidade e realização dos desejos dos outros. Contudo, actualmente, existe um grande consenso acerca de considerar que estas duas orientações são excessivamente polarizadas ou dicotómicas e que, o que realmente ocorre é que ambos os géneros se balanceiam na integração destes dois conceitos (Neff & Harter, 2002). Ou seja, vários estudos revelam que homens e mulheres apresentam um estilo mútuo entre conexão e autonomia e que estes indivíduos parecem ser mais ajustados psicologicamente sobretudo no que concerne ao seu verdadeiro *self* comparados com aqueles que se situam em extremos mais opostos.

Uma manifestação central destes “novos” conceitos pode ser observada nas estratégias de resolução de conflitos entre casais e entre as necessidades e desejos de cada parceiro. Assim, o foco na mutualidade nas relações envolve a tendência para o compromisso em situações de conflito porque as necessidades de cada parceiro são valorizadas. Um enfoque exagerado em

autonomia implica uma centralidade em si mesmo e, portanto, conduz a estratégias de resolução de conflito que priorizam as necessidades do seu *self* e não as do outro. Um enfoque excessivo em conexão implica a prioridade concedida aos desejos do outro e a desvalorização dos próprios desejos e necessidades em casos de conflito interpessoal.

Esta constante subordinação aos desejos dos outros tem levantado uma questão interessante por parte de alguns estudiosos (Miller, 1986; Jordan 1991; *in* Neff & Harter, 2002): será que as mulheres que tendem a focar-se nas necessidades dos outros no seio das relações encaram este comportamento como a expressão do seu verdadeiro *self*, isto é, a manifestação de uma orientação em que o auto-sacrifício é natural e desejado? Ou, pelo contrário, estes actos são encarados como uma forma de evitar o conflito na relação, isto é, estas acções não reflectem assim os seus verdadeiros sentimentos e pensamentos?

De resto, também as correntes feministas se debruçam sobre estas questões, desde as correntes ditas de “essencialismo” (Bohan, 1993; Tavis, 1997; *in* Neff & Harter, 2003) que consideram estas diferenças de género como atributos estáveis e inerentes a homens e mulheres àquelas que consideram que, numa perspectiva de construtivismo social, os comportamentos de orientação para os outros das mulheres não reflectem sempre uma orientação do seu verdadeiro *self* mas antes são atitudes tomadas e adoptadas por razões externas e muito pragmáticas. Nesta última perspectiva, então, podemos esperar que muitas mulheres experimentem a subordinação das suas necessidades e desejos como um comportamento de “*falso-self*” (Wainryb & Turiel, 1994; *in* Neff & Harter, 2003). Mais uma vez, contudo, parece-nos, evidente que existem factores sociais e educacionais associados a estas atitudes tomadas, neste caso, por parte das mulheres mas que afectam ambos os géneros.

Deste modo, ainda Neff e Harter (2003) chamam a atenção para a relevância da distinção entre comportamento “autêntico” vs “não-autêntico” como tendo implicações no funcionamento psicológico das mulheres, dos homens e dos casais. De resto, muitos clínicos têm encontrado ligações entre a

não autenticidade ou comportamento de “falso-self” e sentimentos de depressão e baixa auto estima. No que às estratégias de resolução de conflitos concerne, os interaccionistas simbólicos já haviam constatado o papel de relevo que a opinião dos outros tem no *self*, referindo que quando um parceiro não valoriza as opiniões do outro incita a que este tenha comportamentos não autênticos em ordem a não provocar a desaprovação (Mead 1934, *in* Neff & Harper, 2003).

Espera-se, assim, que homens e mulheres com um estilo de envolvimento relacional mútuo se envolvam nos conflitos através do compromisso. Isto é, aqueles que se comprometem autenticamente apresentam razões que reflectem a reciprocidade e preocupam-se com as suas razões, com as do outro, em suma, com o “nós” relacional; ao passo que, aqueles que o fazem de modo artificial, apresentam comportamentos que tendem a evitar o conflito na relação. Parece existir, deste modo, uma associação entre a validação concedida pelo parceiro em termos da tolerância e do respeito pelos pontos de vista e opiniões do outro e a capacidade para resolver os conflitos autenticamente (Rolloff & Cloven, 1990; Neff & Harter, 2003)

Assim, em situações de conflito e, sobretudo em casais insatisfeitos, a investigação tem sido consensual ao ponto de quase se poderem replicar resultados: os homens procuram reduzir o conflito ou abandonar a situação conflituosa, são menos competentes ao lidar com os conflitos ainda que menos negativos; por seu lado, as mulheres, apesar de mais negativas e hostis, lidam melhor com os conflitos e procuram envolver-se neles bem como prossegui-los, se for caso disso (Griffin, 1993; Levenson, Carstensen, Gottman, 1994; Sagrestano, Heavy & Christensen, 1998; Turgeon, Julien & Dion, 1998)³⁴.

³⁴ Em diversos estudos junto de mulheres de classe média constata-se que insatisfação com a divisão de trabalho, factores sociais como o estatuto, ter uma família extensa, ser mulher jovem e trabalho pesado fora de casa estão positivamente correlacionados com a emergência de conflito conjugal (Catardi & Reardon, 1996; Haddock, Zimmerman e MacPhee, 2000; Stohs, 1995). Portanto, o facto de se ser homem ou mulher não é indiferente às reacções aos conflitos ainda que estas diferenças se inscrevam numa teia complexa de factores.

As respostas mais comuns dos homens ao conflito – abandono e evitamento – têm, também, sido alvo de alguns estudos recentes. Justamente num deles realizado por Turgeon e colaboradores (1998) procurava estudar-se a associação entre este tipo de resposta dos homens com a tendência para a prossecução dos conflitos por parte das mulheres e de ambos com os afectos. Os autores concluíram que os resultados confirmam a tendência apresentada; que é o comportamento das mulheres em prosseguirem o conflito que conduz ao abandono do mesmo por parte dos maridos; que esta atitude dos maridos não conduz automaticamente as mulheres à prossecução dos conflitos (contrariamente ao concluído de estudos anteriores) e; que maridos satisfeitos reagem diferenciadamente de maridos insatisfeitos no que concerne à prossecução dos conflitos por parte das suas esposas. Isto é, maridos satisfeitos exprimem e assumem o seu ponto de vista, não acatando imediatamente as críticas e exigências das companheiras, desta forma, estes maridos optam por não abandonar o conflito, pelo contrário, imiscuem-se nele contribuindo assim para sua resolução (o que não aconteceria se a opção tivesse sido a da retirada).

O estado da relação no momento da avaliação das reacções às situações conflituosas são um factor que parece influenciar as respostas dadas às mesmas. Assim, Gottman, Markman & Notarius (1977) ao estudarem casais no decurso de uma discussão sugerem que, nos casais satisfeitos, são as mulheres que interrompem as trocas negativas e que, nos casais insatisfeitos, as mulheres se abstêm de tecer comentários positivos no decurso de interacções comunicacionais negativas. Outros estudos confirmam que em situações de insatisfação conjugal, as mulheres apresentam comunicação mais negativa que os seus maridos (Arellano & Markman, 1995; Walsh, Baucom, Tyler & Sayers, 1993), resultados consonantes com os trabalhos de Rusbult e colaboradores.

Contudo a questão de como o género influencia o modo como se lida com o conflito não é pacífica na literatura da especialidade. Alguns estudos revelam que níveis elevados de *instrumentalidade* nas mulheres faz crescer a probabilidade de conflito conjugal enquanto que níveis elevados de

instrumentalidade nos homens faz diminuir a mesma probabilidade de ocorrência de conflito. (Bradbury, Campbell & Fincham, 1995). Outro estudo, contudo, aponta para altos níveis de expressividade nos maridos associado a uma comunicação positiva em que as sequências de comunicação negativa não só eram menos frequentes como mais curtas e ainda que, quanto mais expressiva for a mulher maior a dificuldade em finalizar as sequências comunicacionais negativas (Sayers & Baucom, 1991).

Novos questionamentos têm sido colocados, recentemente, a este propósito, que estão para além das meras diferenças de género. Nomeadamente, Rusbult e colegas (1991) demonstram os modos como a satisfação e investimento na relação e a qualidade das alternativas contribuem para o envolvimento na relação. Por isso, Knee, Patrick, Victor e Neighbors (2004) consideram que um dos factores que modera a extensão de uma variável negativa (por exemplo, o desagrado com o companheiro) é o significado conferido a essa variável. Conclui também que quanto mais o indivíduo investe na relação (mais recursos disponibiliza para ela), mais propenso está a sentir-se comprometido e a permanecer nela, ainda que os parceiros sejam influenciados diferenciadamente pelas suas experiências relacionais passadas. Por exemplo, há pessoas que consideram que confrontar-se e trabalhar nos problemas da relação é um sinal de envolvimento na mesma, ao passo que outras, provavelmente, interpretam o mesmo tipo de atitudes como sinal de que a relação está ferida e não tem futuro ou continuidade.

Da mesma forma, os parceiros podem sentir-se um pouco melhor no seu relacionamento após o conflito porque no decorrer do processo da sua resolução sentiram um maior envolvimento do parceiro na relação (entra aqui também a carga mais positiva ou negativa concedida aos conflitos). Mais estudos são necessários para perceber porque determinados casais permanecem unidos e satisfeitos apesar da existência de circunstâncias e acontecimentos adversos (problemas, discórdias...). Segundo Knee e colegas (2004) este processo está ligado às teorias implícitas da relação, caracterizadas por eles como o acreditar numa relação romântica e sobretudo

no crescimento da relação. Tal significa acreditar que as relações crescem ao longo do tempo e que a emergência de problemas são a oportunidade ou a chave para construir uma relação mais sólida (*ibd.*).

Heavey e colegas (1993), por seu lado, referem que em casais insatisfeitos os comportamentos de retirada dos maridos são preditos de comportamentos hostis nas esposas; contudo, outros estudos constatam que nem sempre a abertura e o lidar com o conflito são sinais de satisfação conjugal, nem a agressividade é necessariamente associada a insatisfação conjugal (Rands *et al*, 1981; *in* Greeff & Bruyne, 2000). Crohan (2001) revela que tal pode dever-se ao grau de discrepância entre cônjuges no que se refere às suas crenças acerca do conflito. Contudo, quando ambos os parceiros acreditam que se pode e deve lidar com o conflito as suas relações revelam-se mais satisfatórias, sobretudo para aqueles que acreditam que os conflitos não devem ser evitados. Ocorre ainda que a maior parte dos estudos em que os casais se assumem como insatisfeitos provêm de relações em que as mulheres se envolvem nos conflitos e os homens optam pela retirada (Heavey *et al*, 1993; Korobik, Baril & Watson, 1993; *in* Greeff & Bruyne, 2000).

Independentemente da existência de estudos com resultados absolutamente opostos, parece consensual que os desencontros entre maridos e mulheres são frequentes muitas vezes porque existem diferentes atribuições relacionadas com os conflitos (Bradbury *et al*, 1995). Lavin (1987), faz notar, no seu estudo, que os homens tendiam a atribuir os seus comportamentos, quer fossem positivos ou negativos, a traços internos e estáveis e os das mulheres a traços internos e instáveis. Ou seja, ao justificarem os seus comportamentos devido a traços de personalidade imutáveis os maridos auferem mais poder na relação porque podem exigir mudanças às suas mulheres, cujos comportamentos são mutáveis, mas não podem ser instigados a mudar.

Com efeito muitos estudos apelam às diferenças entre homens e mulheres no que concerne à forma como lidam com os conflitos, contudo, Carstensen, Gottman e Levinson (1995) referem que a maior parte destas investigações tem sido feita com casais jovens, por isso, talvez seja arriscado fazer generalizações que podem ser abusivas. Mais aprofundamentos são

necessários para perceber se casais mais velhos apresentam os mesmos resultados. Por outro lado, ainda há que considerar que as formas de envolvimento e resolução nos conflitos podem variar de cultura para cultura, o que não deve ser desvirtuado (Greeff & Bruyne, 2000).

Finalmente, um estudo longitudinal efectuado por Gottman & Levenson (1999a,b) procurou analisar as interações de casais em situações de discussão conjugal. Neste estudo, os resultados apontam para a existência de um padrão recorrente tanto para mulheres como para homens no que concerne aos problemas conjugais elegidos por ambos bem como na forma de lidarem com os mesmos. Concretizando, a expressão de afectividade, quer seja negativa ou positiva, permanece estável com o tempo e as diferenças de género revelam que as mulheres são mais estáveis do que os maridos na expressão dos seus afectos, nomeadamente queixas, e que os homens apresentam maior estabilidade que as mulheres na expressão de disputa, tensão e desprezo. Parece, pois, que nos casais existem problemas eternos e, sempre, um determinado clima de afectividade à volta do qual eles giram.

Da análise dos diferentes estudos, independentemente dos seus autores privilegiarem, implícita ou explicitamente, um ou outro modelo teórico, resta, porém, a certeza de que falar hoje em dia de conjugalidade significa falar de diferença. Por um lado, porque as mudanças sociais a que temos assistido têm sido imensas e com efeitos concretos na forma de vivenciar as relações românticas e familiares. Por outro, estas mudanças não afectam de igual modo todas os quadrantes sociais e culturas e, por isso, afirmamos que vivemos numa época em que uma imensa diversidade de famílias, logo de formas de viver o casamento, coexiste. Apesar disto, cremos que as diferenças de género que repousam em preconceitos e estereótipos criados ao longo de séculos não foram, ainda, totalmente esbatidos e continuam a ser as causas das diferenças de género tão fortemente proclamadas.

8. Comunicação e Conflito Conjugal

A satisfação conjugal está positivamente relacionada com a capacidade para lidar com os conflitos e com a qualidade da sua comunicação (Markman, 1990), bem como com a presença de outros indicadores como compromisso, investimento e intimidade (Acitelli, 1996; Narciso, 1994). Contudo, a comunicação interpessoal desempenha também um papel fulcral neste processo e se, habitualmente, esse processo não é simples, em relações íntimas pode ser pautada por dificuldades acrescidas. Recordemos, apenas, que o primeiro axioma ³⁵ da comunicação humana é o de que “é impossível não comunicar” donde, pode considerar-se que tudo é comunicar, que na comunicação humana estão presentes as dimensões digital e analógica, as intenções mais ou menos visíveis dos emissores, os efeitos perversos da comunicação paradoxal (por vezes benéficos se usados no contexto clínico), entre uma teia de outras variáveis possíveis de assinalar e que demonstram, sem dúvida, a complexidade deste processo, no entanto, é necessário que os casais sejam capazes de metacomunicar sobre as suas relações porque, no processo comunicacional, além de sentimentos e conteúdos diz-se, sempre, qualquer coisa sobre o interlocutor (metacomunicação); deste modo, pode acontecer que os parceiros pretendam discutir conteúdos mas, no fundo, estão a definir a relação.

Justamente, alguns estudiosos reconhecem que uma das dificuldades em aceder ao conflito conjugal está na comunicação na medida em que o desenvolvimento do conflito é pontuado por pensamentos subjectivos, por palavras, gestos e sinais ambíguos que requerem interpretação. Desta forma, apreciar a complexidade e subtileza da comunicação em situações de conflito é

³⁵ O segundo axioma defende que toda a comunicação tem dois níveis, o conteúdo e a relação; o terceiro axioma postula que os desacordos entre parceiros tanto existem ao nível dos conteúdos, dos processos ou mesmo da forma como as sequências comunicacionais ou de acontecimentos ocorrem; o quarto axioma postula que comunicamos através de dois tipos de códigos, um, objectivo e racional e, o outro, afectivo e do lado do imagético; o quinto axioma, finalmente, refere-se às trocas, simétricas ou complementares.

indispensável. Numa determinada situação cada pessoa extrai, deduz ou distorce conclusões acerca da fonte do conflito, dos acontecimentos que conduziram ao conflito e do significado dos seus comportamentos interaccionais. Aliás, em certos casos a comunicação pode contribuir para a divergência de perspectivas. Contudo, falar acerca do conflito tem sempre o potencial de trazer mais perspectivas, tornar explícitas as percepções e assumpções, ainda que existam excepções em que a comunicação reforça pensamentos divergentes (Sillars, 1998; Sillars, Leonard & Roberts, 2002).

Os autores sintetizam as principais dificuldades de comunicação em situações de conflito conjugal do seguinte modo:

- A tremenda selectividade ou atenção necessária para se analisar (e viver) a comunicação interpessoal. Como referem Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) pioneiros no estudo da comunicação humana, é plausível que dois parceiros mesmo que intensamente envolvidos em comunicar um com o outro, estejam frequentemente pensando em assuntos diferentes. Ou seja, as pessoas atendem a diferentes potenciais objectos no decorrer da comunicação o que poderá explicar porque tiram distintas conclusões de uma mesma interacção (*ibid.*).

- Os participantes na comunicação têm necessidade de compreender o curso da mesma, ou seja, perceber de modo pragmático as intenções do outro: se o parceiro procura informação, se critica, se quer mudar o tópico da conversação, Quanto mais estas inferências são concretas e objectivas menos atribuições abstractas e ambíguas se formam e menos inferências subjectivas se tiram para ambos os cônjuges.

- No sentido de manter o respeito na interacção muitas das inferências daquilo que é dito são julgamentos rápidos que são expressos sem questionamento prévio, ou seja, de modo tão rotineiro e automático, que são imediatamente sentidos como observações. Raramente, com efeito, um indivíduo pode adoptar uma posição reflexiva e questionante no decurso da comunicação. Deste modo, as atribuições decorrentes podem conter a relação paradoxal entre uma certa ambiguidade da comunicação e uma certa subjectividade inferencial.

- Por último, a natureza desordeira da comunicação humana durante a situação conflituosa convida ainda mais a uma percepção selectiva. Com efeito, a ambiguidade, desorganização e confusão são características básicas do conflito resultantes de diversos factores: (i) a fonte de conflito pode ser difícil de identificar, porque os relacionamentos conflituosos envolvem diferentes temas e diferentes níveis de abstracção (desacordos fundamentais em domínios mais abstractos como a igualdade, o afecto vs domínios concretos da conjugalidade como a gestão da casa, o dinheiro...); (ii) os desacordos centrais provocam conflitos em muitas áreas específicas e as discussões possibilitam o salto de uma área ou tema problemático para outra ou, outras vezes propiciam o foco numa delas; (iii) o processo de comunicação é muitas vezes caracterizado por uma oscilação vacilante entre tendências evitantes e de comprometimento. Deste modo, o conflito relacional constitui-se num campo extraordinariamente complexo, que naturalmente incrementa a possibilidade de cada individuo participante atender preferencialmente a uns aspectos em detrimento de outros.

- Constata-se, também, a existência de imensos factores contextuais, sejam distais ou proximais, podem inibir ou afectar o processo de interacção conflitual. Fincham e colaboradores (1990) e Forgas (1996) destacam o afecto e o stress como dois factores com um peso considerável. A atmosfera afectiva pode fazer com que um dado parceiro recorra preferencialmente às memórias negativas do parceiro e da relação, por exemplo, contudo estes diversos *scripts* do casal são automaticamente processados no decurso das interacções conflituosas

Outra confusão comunicacional muito frequente prende-se com a confusão entre conteúdos e processos: Satir (1965) dá provavelmente a melhor destas definições e distinções: conteúdo é aquilo que é discutido enquanto o processo é a forma como se discute. Acontece, com efeito, que alguns casais têm conflitos acerca dos processos, outros acerca dos conteúdos e outros têm conflito acerca de ambos – seja sequencialmente ou simultaneamente. Alguns ainda ficam confusos acerca do que estão a discutir, assim um dos parceiros pode estar a tentar resolver algo acerca de um conteúdo, enquanto o outro

tenta resolver algo acerca do processo. Desta forma, os dois comunicam sobre diferentes facetas do seu conflito, e talvez apenas um deles ou mesmo nenhum se aperceba desta disparidade ou incongruência. Muitas vezes, ainda, um dos parceiros pode interromper o conteúdo de uma discussão para se queixar acerca do processo (“*não é o que disseste mas como disseste!*”) – mudando, desta forma, o assunto daquilo que estava a ser falado para a forma como estava a ser dito/comunicado. Isto ocorre frequentemente entre casais, e a segunda questão pode gerar tanta discussão que pode não se voltar à questão inicial. Esta sequência pode ser inconsciente ou consciente no sentido estratégico de evitar um determinado assunto que este parceiro não quer ver discutido.

A este propósito, os mesmos Sillars e colegas (2002) efectuaram um estudo junto de casais, tendo os resultados revelado que, tanto homens como mulheres abusivos, consideram a sua comunicação de modo mais favorável que a dos parceiros e, nas relações não agressivas, as estratégias de comunicação atribuídas a ambos eram mais semelhantes e mais congruentes. Parece então que a qualquer momento, no decurso de uma interacção comunicacional conflituosa, existe uma panóplia de factores pessoais, relacionais e contextuais que interferem na resposta de cada um dos parceiros. Constatam ainda que, em relações mais perturbadas e em conflitos mais sérios e profundos, os parceiros podem atribuir significados antagónicos significativamente e subjectivamente divergentes, contribuindo para a escalada e entrincheiramento do conflito.

A comunicação é pois uma das chaves mestras na resolução positiva e construtiva dos desacordos. Desta forma, comunicação positiva é marcada pela presença de: validação e suporte, afecto positivo (também manifestado por comportamentos não-verbais como a qualidade e o tom de voz, a expressão facial e a posição corporal), capacidade de resolver problemas da comunicação. A comunicação negativa entre cônjuges, por seu lado, é caracterizada pela presença de: níveis de tensão, hostilidade, antagonismo, dominância, negação, retirada ou evitamento e afecto negativo (Cox, Drigotas, Lange & Rusbult, 1997). Ainda assim, os mesmos autores destacam que as

estratégias de resolução de conflito construtivas não são possíveis sem se atender a determinados princípios da comunicação e, conseqüentemente, do relacionamento humano entre as quais, essencialmente as seguintes: (i) escuta activa que implica empatia, linguagem corporal adequada, reflexões e sumarizações e (ii) criatividade, flexibilidade e abertura de pensamento para além do uso do humor e diminuição da critica exacerbada, muitas vezes exageradamente usada em domínios que nem se relacionam com os temas em discussão³⁶.

Constatamos, pois, que comunicar sobre os conflitos é algo que pode, em si mesmo, gerar conflitos, ou seja o conflito pode aparecer sobre como comunicar sobre os desacordos: um dos elementos pode, por exemplo, não querer falar, o outro quer; um pode falar de forma racional e o outro pode expressar sentimentos de raiva, zanga ou outros... Neste processo interferem os estereótipos de género na medida em que os homens tenderão a pensar sozinhos sobre os problemas, de forma a não deixar transparecer inseguranças e receios e, as mulheres, também por questões culturais, tendem a discutir os problemas, mesmo que para tal seja necessário a interferência de terceiros no intuito de procurar consensos, acordos (como vimos no modelo da acomodação de Rusbult, 1987, 1991). Segundo outros estudos, este sentimento de ser ouvida é suficiente para as mulheres independentemente de depois se agirem ou não, o que parece não acontecer para os homens (Buss, 1991; Philpot, Brooks, Lusterman & Nutt, 1997). Obviamente que são colocadas dúvidas, pelo menos pela nossa parte, a estas formulações, por um lado, seriam necessários mais estudos para aprofundar a questão, por outro, sabemos como estas constatações devem ser relativizadas no que concerne às generalizações que a partir delas podem ser feitas.

³⁶ Existem múltiplos modelos de resolução de conflitos (mesmo em termos organizacionais) que se baseiam nestes princípios da comunicação e que destacam que em situações de conflito ambas as partes precisam ser ao mesmo tempo firmes e flexíveis, será esta visão possível para os casais? E será desejável? Existe nestas questões uma margem de subjectividade da qual, felizmente, nunca nos poderemos abstrair (Carnevale & Pruitt, 1992).

Um estudo de Sagrestano e colegas (1998) revela que rapazes e raparigas diferem entre si quanto ao objectivo crucial da linguagem. Assim, parece que raparigas usam a linguagem para obter confirmação e reforço íntimo, sobretudo em grupos pequenos, enquanto que os rapazes fazem uso da linguagem para proteger o seu nível de interdependência e negociar o seu status. Os mesmos autores referem que não só usam a linguagem diferenciadamente como interpretam as conversações de modo diverso. Aquilo que parece ofensivo para uns é lógico para os outros, facto, por si só, gerador de conflito, sendo necessário que ambos os sexos reconheçam estes diferentes estilos. Contudo, estes estudos não foram realizados com adultos e as generalizações para esta faixa etária podem ser abusivas, além de que outros contestem que homens e mulheres usem a linguagem de modo diferente, sugerindo antes que estas diferenças são transitórias, não existem em função do género mas antes devido a situações e interacções divergentes que encorajam determinado tipo de comportamentos em detrimento de outros (Crawford, Houts, Huston & George, 1995). Naturalmente, que também nesta matéria está presente a influência das questões culturais na medida em que as diferenças de género não nascem do vazio conceptual, antes são fomentadas por praticas diferenciadas face a rapazes e raparigas, desde o seu nascimento no decurso desenvolvimental do seu processo de socialização.

De uma forma geral, vimos anteriormente, que os padrões comunicacionais podem ser: *simétricos*, relações em que existe uma troca recíproca de comportamentos semelhantes; *complementares*; quando a interacção revela a oposição de comportamentos e, *transitórios*; relações em que há combinação de comportamentos de submissão com comportamentos de igualdade mantendo um clima de neutralidade no controlo relacional. No que se refere aos dois primeiros padrões há a assinalar os riscos de disfuncionalidade nos processos de escalada simétrica e de complementaridade rígida que conduzem à ruptura relacional. (Watzlawick *et al*, 1967; Zietlow & Vanlear, 1991) Estas manobras comunicacionais são constantes nas relações conjugais ainda que marcadas pela necessidade constante de reequilíbrios e redefinições.

A questão central da comunicação humana consiste em sentir-se compreendido. Existem inúmeras razões pelas quais sentir-se compreendido pelo parceiro está associado com altos níveis de satisfação conjugal, desde logo porque as pessoas parecem sentir-se atraídas por quem valida o seu *self* (Swann, De La Ronde & Hixon, 1994; *in* Weger, 2005) até ao facto de, ser-se aceite e compreendido ser uma característica das relações de intimidade e de a verdade desenvolvida no seio de relações de intimidade ser o resultado de uma verificação mútua das identidades dos cônjuges feita pelos próprios. Na medida em que o *self* é construído na interação com os outros, as relações românticas são bastante sensíveis à necessidade da verificação do *self* e, no caso de relações duradouras, o conhecimento do outro, o sentir-se compreendido e aceite valorizam como pessoa cada cônjuge (Christensen & Shenk, 1991; Weger, 2003)

Este processo de validação do *self* e de aceitação do outro nem sempre é bem expresso, sendo muitas vezes pontuado por uma espécie de “comunicação desconfirmatória” (Cissna & Sieburg, 1981; *in* Weger, 2005). Os autores referem, então, três tipos de comunicação desconfirmatória através das quais se pode transmitir ao outro mensagens distintas. Vejamos: (i) *indiferença*, inclui distância e fraco envolvimento com o parceiro através de evitar contacto ocular e/ou outro tipo de contacto físico, respostas irrelevantes ou que apenas tocam em aspectos tangenciais relativamente ao assunto em causa, uso de linguagem impessoal;...(ii) *impenetrabilidade*, marcada por uma falta de compreensão das percepções e perspectivas do outro através de comportamentos como a negação das experiências do outro (“*tu não sentes de facto assim...*”) ou negando o direito do outro a essas experiências (“*como podes sentir-te zangada quando fazes a mesma coisa?*”) e, finalmente, mensagens que significam (iii) *desqualificação*, em que se rejeita as qualificações do outro para ser um participante válido impedindo-o de participar na discussão ou considerando-o pouco claro, ambíguo e incongruente.

Os cônjuges podem confirmar o *self* um do outro mesmo em situações de conflito se cada parceiro comunicar de um modo que expresse aceitação e compreensão acerca das posições do outro como alternativas

válidas mesmo que hajam desacordos acerca de factos específicos, crenças, ...Um exemplo de comunicação desconfirmatória existe nos conflitos em que o padrão exigência/afastamento é recorrente através de mensagens de indiferença e impenetrabilidade (evitar tópicos da discussão, evitar o envolvimento no conflito, minimizar a sua importância. Assim, o afastamento dos conflitos mais não quer dizer do que o afastamento do parceiro e a incompreensão dos seus desejos, necessidades e motivações pelos quais quer prosseguir na discussão. Considerando este padrão de exigência/afastamento como uma forma de comunicação desconfirmatória, vários estudos, confirmam a associação entre aquela estratégia de resolução de conflitos e a insatisfação conjugal e ainda como um padrão que é bom preditor de separação futura (Gottman & Levenson, 2002 a,b; Heavey *et al*, 1995).

9. Constrangimentos ao estudo do conflito conjugal

O estudo da conjugalidade e especificamente o do conflito conjugal é afectado por um conjunto de constrangimentos que temos necessariamente que referir na medida em que podem desempenhar um papel preponderante nos resultados e conclusões encontrados.

Comos recorrentemente temos assinalado, o estudo do conflito conjugal tem sido efectuado sem modelos teóricos explicativos assinaláveis parecendo que nos movemos num terreno movediço ou, no mínimo, caracterizado por um imenso emaranhado conceptual. Basicamente, existem investigações que têm constatado um conjunto de respostas ou de padrões que variam entre casais, privilegiando alguns estudos perspectivas mais individuais (por exemplo, encontrando razões para as diferenças de lidar com o conflito sobretudo nas variáveis dos indivíduos e menos nas da relação) e, outros, valorizando preferencialmente as variáveis da interacção procurando explicá-las com base num ou mais modelos (por exemplo, nas diferenças de género e/ou nas teorias da aprendizagem social). Tanto nuns como noutros casos, não existem

modelos teóricos consistentes mas apenas o enfoque num conjunto de variáveis mais ou menos alargado.

Se tivéssemos que fazer uma síntese destes “modelos teóricos” (ou antes da ausência deles) diríamos que existem cinco comportamentos básicos de reacção ao conflito que têm sido estudados e descritos pela investigação, e que variam ao longo de duas dimensões – o conceito do *self* e o conceito do outro (e, por vezes, ainda, o conceito da relação). Os cinco comportamentos são *agressão ou coerção; resolução de problemas; condescender; evitamento e compromisso*. Além destes, alguns autores salientam o padrão exigência/retirada como um outro tipo de estratégia que deve ser tida em conta. Donde, verificamos que o estudo do conflito conjugal se faz à custa de uma prática ateorética o que vem sendo criticado recentemente por diversos estudiosos que consideram, de resto, que esta deve ser uma preocupação permanente neste domínio. (Noller, Feeney & Sheehan, 1997 ; Noller, Beach & Osgarby, 2000).

Desta forma, permanecemos relativamente ignorantes acerca de muitas das variáveis que estão na génese dos conflitos e, sobretudo ao processo que as associa e como os mesmos conduzem à deterioração ou crescimento das relações conjugais (Fincham & Beach, 1999). Para Ridley e Surra (2001) a idiosincrasia do tema em causa, o imenso número de variáveis e factores que lhe estão associados e o seu carácter de privacidade, são constrangimentos que tornam particularmente difícil a investigação neste domínio (o que de resto também acontece relativamente às percepções de violência). Vejamos alguns dos constrangimentos mais comumente referenciados na literatura:

- O conflito é um processo complexo com, pelo menos, quatro dimensões interrelacionadas: *resultado do conflito* (a natureza da resolução, como aproximou ou não emocionalmente os cônjuges); as *orientações do conflito* (refere-se às atitudes, orientações, tolerância e aceitação do conflito nas relações); o *conflito de interesses* (quando opiniões, perspectivas, objectivos são incompatíveis com os do parceiro), as *respostas ao conflito* (tácticas, estratégias de resolução dos conflitos, formas de lidar com os conflitos de interesse....Inclui os comportamentos que podem manter, escalar

ou resolver o conflito); reconhecendo-se a complexidade na análise destas interacções conflituosas e, sobretudo relevando que a esmagadora maioria dos estudos não as tem em causa ou apenas consegue aproximar-se do estudo de algumas delas. Assim, parece que estudar os conflitos conjugais na sua globalidade, pelo menos com os desenhos metodológicos actuais, parece ser tarefa impossível

- Consequentemente, muitas são as críticas plausíveis à investigação, nomeadamente a artificialidade dos estudos: os estudos exploram comportamentos após uma situação de conflito provocada e apresentada aos casais (com intervalos de tempo curtos de 10 a 20 minutos, em média) em situações fictícias nas quais se avaliam os problemas dos casais; contudo, os problemas reais são bem distintos, muitos deles podem nem envolver desacordos (podem emergir, por exemplo de medos não expressos como o “*tenho medo que ele não goste de mim...*”) e, na vida diária, os cônjuges reagem de forma diferente e muitas vezes sobrelevando o conflito (ou porque o esquecem ou porque perdoam...). Por outro lado, é a literatura neste domínio que reconhece e enfatiza a importância da verbalização e das trocas verbais, no entanto sabemos que a comunicação humana é mais extensa e complexa, e, não raras vezes, os conflitos não se expressam desta forma mas antes através do silêncio, do afastamento, (podendo tratar-se de estratégias intencionais) (Buisse, De Clerq, Verhofstadt, Heene, Roeyers & Van Oost 2000). Parece-nos que aquilo que estes autores pretendem destacar é o facto de que a investigação que habitualmente tem por foco de análise as trocas verbais entre cônjuges não se compadece minimamente com a realidade do dia a dia dos casais.

- Outra crítica, refere que os investigadores têm estudado o conflito relacional de várias perspectivas, partindo de um leque diversificado de conceptualizações e de apenas dois procedimentos metodológicos essenciais: observação de comportamentos e instrumentos de auto-relato.³⁷ Ambos os

³⁷ E, ainda, a maioria das investigações têm carácter laboratorial, agrupando muitas vezes os parceiros por sexo e não por pares/casais pelo que se destaca a eventual veleidade na generalização de resultados (Ridley & Surra, 2001).

métodos têm provado da sua exequibilidade embora com vantagens e desvantagens cada um deles (Canary, Cupach & Messman, 1995). Constatase também o facto de raramente nas investigações se estudarem casais que estejam no mesmo momento das suas relações e que depois sejam alvo de estudos longitudinais, para assim acompanhar a qualidade da trajectória conjugal. Critica-se, também, o facto das investigações terem preferencialmente em conta, somente, os primeiros quatro anos de casamento, embora tal se compreenda na medida em que é após este período de tempo que ocorre um terço dos divórcios³⁸ (Kurdek, 1998).

- Recentemente Kurdek (2003b) chama a atenção para a existência de um possível viés nos resultados dos estudos, sobretudo no que respeita às conclusões que deles possam emergir para as mulheres. O autor considera que as posições sociais, tradicionalmente atribuídas às mulheres pela sociedade, as tem tornado, ao longo de séculos, numa espécie de “especialistas das relações”, ou seja, a sua identidade é baseada em termos das suas relações de intimidade. Tal facto, poderá explicar porque são as representações negativas das mulheres, de si ou do outro, que melhor predizem o desajustamento conjugal comparativamente às representações negativas do *self* e do outro dos seus maridos. (Sabatelli & Bartle-Haring, 2003). Estes autores consideram, portanto, que as formas de avaliação

³⁸ A maior parte dos estudos situam, tanto para homens como para mulheres, o início do declínio da qualidade conjugal por volta dos dois ou dois anos e meio após o enlace, eventualmente porque sorrateiramente o período de lua-de-mel foi-se desvanecendo, coincidindo com o início de mudanças exigidas aos cônjuges no confronto com a realidade, no sentido de adquirirem novos papéis (parentalidade, pex), estabelecer novas rotinas e confrontar-se com a irrefutabilidade da existência de conflitos conjugais a que se deve fazer face (Goldberger & Veroff, 1995). Este artigo tece ainda comentários sobre o trabalhar com casais jovens na medida em que a maior parte da dissolução dos casamentos ocorre a partir dos 4, 5 anos de relação. Esta seria pois uma forma de perceber quais os factores que desde a origem do relacionamento podem predizer o divórcio. Contudo, estes casais tendem a ter ainda poucos conflitos ou a serem pouco severos talvez porque o período de lua-de-mel ainda permaneça.

acabam por introduzir variáveis parasitas que conduzem a resultados redundantes.

- Outro problema com que nos defrontamos na revisão da literatura, ainda que menos assinalado, é o de alguma confusão conceptual, com o uso de constructos similares com significações distintas. No estudo do conflito, estas confusões não constituem novidade, já em 1988, Margolin chamava a atenção para o facto de se usar *conflito* de modo impreciso em situações em que se deveria dizer *conflito destrutivo* porque o conflito, por si só, não devia, pelo menos para os investigadores, aportar, *a priori*, uma conotação negativa (Brooks-Gunn & Cox, 1999). Com efeito, já passaram muitos anos desde que Deutsch (1969) distingue conflito destrutivo de conflito construtivo. O primeiro é descrito como um processo interpessoal em que se assiste a uma escalada da desconfiança até à existência de ameaças e estratégias coercivas. Conflito construtivo, por seu lado, caracteriza-se pelo enfoque no tema e pelo envolvimento mútuos na negociação e resolução do problema. No decorrer da apresentação dos modelos de reacção ao conflito, assinalar-se-ão outras confusões conceptuais (*ibd.*).

- Devido ao enfoque no conflito dentro do casal, Pasch e Bradbury, (1998) criticam o facto de se negligenciarem outras dimensões, nomeadamente o modo como o conflito interage com outras competências e domínios da vida conjugal. Concretamente, a forma como os cônjuges solicitam apoio um ao outro tem particular interesse porque vários dados revelam que entre as pessoas casadas, o cônjuge é habitualmente visto como uma fonte fundamental de apoio social. Aliás, o suporte ou apoio entre cônjuges é encarado como a primeira componente das relações de intimidade para alguns autores e esposos que denotam valores elevados de suporte dos seus parceiros mostram-se mais satisfeitos nas suas relações (Markman, 1992). Finalmente, critica-se o facto de a maior parte dos estudos se centrar na forma como os cônjuges resolvem os conflitos e menos sobre o que o provoca, no entanto, estes conteúdos podem estar associados a questões ou impasses profundos na história dos casais (ou de um dos seus elementos) e sem o

acesso a eles, dificilmente os conflitos serão resolvidos ou sequer ultrapassados.

Em Síntese...

Em conclusão, relembramos algumas das questões que nos parecem mais relevantes da revisão efectuada acerca dos estudos no domínio do conflito conjugal:

- Os conflitos por si sós, não são bons ou maus. As primeiras teorizações do conflito convergiam em considerá-lo negativo, como sinónimo de rigidez e inclusivamente de antecederem a violência, assim, os conflitos seriam sempre a evitar. Recentemente, acentuam-se as visões construtivas do conflito na medida em que a sua emergência constituem a natural existência de diferenças e de desacordos entre as pessoas. No casal, eles podem ser um sinal de que são necessários reajustamentos na relação em ordem a aumentar a coesão e intimidade conjugais (Feldman & Ridkey, 2000).

- Assim, se os conflitos ou desacordos são absolutamente normais nas relações conjugais, sendo a questão fulcral antes como conseguem construtivamente resolver as suas diferenças, seja porque mutuamente decidem instigar mudanças, seja porque decidem que alguns aspectos são imutáveis mas aceitáveis (Epstein, Baucom & Rankin, 1993; Gottman, 1999; Jacobson & Christensen, 1996; *in* Metz & Epstein, 2002).

- Os casais que resolvem os seus conflitos com satisfação mútua tendem a apresentar maior satisfação conjugal do que aqueles em que tal não ocorre. Ou seja, casais que encontram conjuntamente maneiras de se adaptar e lidar com os conflitos são mais satisfeitos (Christensen & Shenk, 1991, Baucom, Epstein, Daiuto, Careles & Burnett, 1996).

- As cognições, bem como as crenças e as teorias próprias, de cada cônjuge acerca da sua relação influenciam o seu grau de satisfação ou insatisfação e a forma como comunicam com os seus parceiros (Epstein & Baucom, 1993; Fincham, Harold & Gano-Ohilips, 2000). Mais especificamente,

alguns estudos revelam que na relação cognição-comportamento, os parceiros (especialmente se são mulheres) que fazem atribuições negativas das intenções do companheiro envolvem-se negativamente durante o processo de resolução de problemas e optam por uma atitude de menor apoio. Aqueles (sobretudo homens) que acreditam que os parceiros se guiam por crenças da relação irrealistas apresentam comportamentos negativos durante as discussões acerca de resolução de problemas (Bradbury & Fincham, 1993; *in* Metz & Epstein, 2002).

- As diferenças nos estilos de resolução de conflitos estão associadas com níveis de satisfação relacional no casamento (Christensen & Heavey, 1990; Gottman, 1994; Metz, Rosser & Strapko, 1994). Assim, a satisfação conjugal é moderada pelo processo de enfrentar e resolver os conflitos. Casais que resolvem os seus conflitos através de estilos construtivos (assertividade, cooperação, discussão calma de assuntos, etc.) e evitam estilos destrutivos (evitamento, agressão, etc.) e, ainda, que se revelam capazes de solucionar os seus conflitos equitativa e mutuamente, são mais satisfeitos com a sua relação e, provavelmente, menos propensos ao divórcio. Os estudos revelam que casais insatisfeitos são aqueles que se envolvem em agressões (verbais e não verbais como esbofetear, agarrar), evitamento um do outro; comportamentos de submissão ou de concordância fácil ou aquiescimento (Heavey *et al*, 1995; Lloyd, 1990; *in* Metz & Epstein, 2002).

- Nas relações conjugais insatisfeitas, parece haver uma diferença de géneros na forma de encarar os conflitos. As mulheres mais facilmente instigam os maridos com pedidos e exigências verbais quando o conflito ocorre e, por seu lado, os homens mais facilmente tendem a evitar ou retirar-se nas mesmas situações. Contudo, este padrão parece ocorrer sobretudo quando os temas dos conflitos são mais relevantes para as mulheres (intimidade, educação e cuidado dos filhos) e inverte-se (homens a instigar mulheres a evitar ou retirar-se) quando os temas são mais relevantes para os maridos, o que vem demonstrar a relevância dos estereótipos de género na compreensão dos conflitos conjugais mas, também, o padrão misto de funcionamento tanto de homens como de mulheres. Ou seja, independentemente das diferenças de

género que possam ainda existir, actualmente, temos de admitir que, devido a mudanças sequenciais e significativas ocorridas nos últimos anos na dinâmica relacional conjugal é menos provável encontrar esta diferenciação entre os sexos tão rígida e que, os casais com relações satisfeitas tendem a usar estilos similares na sua resolução de conflitos, em ordem a conciliar as suas diferenças e alcançar mutuamente formas aceitáveis de ultrapassar os seus conflitos (Metz & Epstein, 2002). Interessante é notar que a nível fisiológico as diferenças de género nas respostas ao conflito permanecem no sentido de que os homens reagem aos desacordos com taquicardia, respiração acelerada e alterações endócrinas, contrariamente às mulheres, ainda que um estudo de Kielgot-Glaser (1996; *in* Tophan & Holman, 2005) refira que perante certos conflitos hostis o sistema hormonal das mulheres também sofra alterações.

- Em contraste com estas explicações, as perspectivas feministas continuam a argumentar que as diferenças existentes entre sexos reflectem o diferencial de poder existente nas nossas sociedades entre homens e mulheres com repercussão directa no seu relacionamento íntimo (Julien, Arellano & Turgeon, 1997). Estas perspectivas defendem que os conflitos são o corolário natural de uma posição de inferioridade das mulheres ao nível dos recursos e que, por isso, tentam persuadir os homens em ordem a alterar este *status quo*; estes, por seu lado, tendem a evitar ou retirar-se dos conflitos em ordem a manter um *status quo* que os beneficia (*in* Metz & Epstein, 2002).

- Finalmente, no que concerne ao estudo do conflito nas relações conjugais e assumindo a dificuldade em aceder aos significados do mesmo para ambos os cônjuges, releva-se a importância da análise de histórias de vida para perceber a alteração das percepções do conflito ao longo do tempo. Considera-se, ainda, que futuros estudos devem privilegiar o significado que cada cônjuge confere ao conflito e a relação do conflito com outros episódios quotidianos e ainda que os conflitos conjugais devem ser estudados num contexto alargado em que se tenha em conta os conflitos de interesses, a orientação do conflito e os seus resultados (Ridley & Surra, 2001). De algum modo, cada vez mais se criticam desenhos metodológicos que não valorizem as vertentes referidas, sem no entanto esquecer que o conflito conjugal é

associado a imensos factores, nem sempre passíveis de serem destrinçadas de forma simplista.

- Deste modo, as recentes revisões acerca de estudos efectuados no domínio do conflito e satisfação conjugal aconselham os investigadores a adoptar modelos teóricos numa área que tradicionalmente se tem caracterizado por ser observadora e ateorética. Considera-se que abordagens teóricas aportarão maiores benefícios na compreensão do processo (o quando, como e quais as variáveis individuais que potencialmente conduzem à insatisfação na relação) (Bradbury, Fincham & Beach, 2000; Fincham & Beach, 1999; *in* Knee *et al*, 2004). Especificando, Knee e colegas (2004) referem que apesar dos diversos estudos existentes, ainda pouco se sabe acerca do grau em que o conflito é associado com o decréscimo da satisfação conjugal até porque em muitas relações, tem-se revelado que um certo grau de comportamentos negativos (de conflito) podem ser úteis e talvez mesmo necessários para o bem-estar conjugal (Berscheid & Reis, 1998; Fincham & Beach, 1999; *in* Knee *et al*, 2004).

Neste sentido, parece consensual a necessidade de se optarem progressivamente por diversos modelos teóricos explicativos, dos quais a literatura vem destacando o da teoria da Vinculação como sendo das mais promissoras no estudo dos processos subjacentes ao conflito conjugal. Desta forma, dar-lhe-emos especial ênfase neste trabalho.

Capítulo **2**

A VIOLÊNCIA NA CONJUGALIDADE

Este capítulo versa sobre violência conjugal e acerca dele começaremos por expor as dificuldades, confusões conceptuais e polémicas que habitualmente povoam este domínio de investigação da psicologia da Família. Seguidamente, apresentamos as variáveis que têm estado na base do estudo dos comportamentos e atitudes conducentes à violência entre casais, desde a consideração de variáveis individuais até modelos sistémicos de análise do fenómeno. Finalmente, procuramos relatar pontos de convergência entre conflito e violência para reflectir sobre o processo de escalada que eventualmente os associa. Terminamos com a referência a aspectos associados às dificuldades de investigação e questões de intervenção junto destes casais, mas também no que concerne aos casais em que o conflito, e não necessariamente a violência, é tido como problemático, e das ilações que lhe estão associadas, nomeadamente no domínio ético.

1. Introdução

Da mesma forma que os conflitos conjugais, ainda que com contornos significativamente distintos, a violência conjugal não é um fenómeno recente, embora o interesse da comunidade científica no mesmo se possa situar também na década de setenta. Deste modo, um conjunto de dados sociológicos que revelaram o aumento significativo de rupturas conjugais e, concomitantemente, o abuso de crianças e de outros elementos da família contribuíram para alterar a concepção de família enquanto lugar exclusivo de suporte emocional, de afecto e de transmissão de normas culturais. A constatação de que a violência familiar seria um problema de saúde pública surgiu, inicialmente, nos países de expressão anglo-saxónica, sobretudo nos Estados Unidos, muito por força dos movimentos feministas que em larga medida mediatizaram o fenómeno, pese embora as dificuldades em obter dados objectivos¹ neste domínio, por se tratar de um assunto relativo à esfera

¹ Acerca da objectividade desta matéria vamos falando ao longo do texto, muito em função de acesas polémicas que abundam nesta área.

do privado. Tratando-se de um conceito abrangente, a violência familiar inclui domínios diversificados como sejam a violência conjugal, a violência sobre as crianças, o incesto, a violação no casamento, bem como o abuso dos pais, de irmãos ou de outros familiares (Alexander, 1993; Emery & Laumann-Billings, 1998). Neste trabalho, contudo, falamos apenas (das percepções) de violência conjugal ainda que, em determinados momentos, façamos breves incursões por outras áreas da violência na família através da análise das relações existentes entre vários subsistemas familiares.

Se, de um modo geral, a violência na família é absolutamente intolerável (e por vezes inexplicável), especificamente, a violência entre cônjuges é alvo de um olhar incrédulo, na medida em que não seria de esperar que relações assentes nos afectos e no amor (decorrente da mudança de paradigma conjugal como referimos no capítulo anterior) possam enveredar por percursos diversos de agressão. Como anteriormente analisamos, os conflitos conjugais são inevitáveis, como de resto os conflitos entre as pessoas. Nem sempre, também, são solucionados de forma cordata e sabemos que existe um contínuo de estratégias que vão de formas construtivas a formas mais destrutivas de resposta aos conflitos, sendo a diferenciação entre estas últimas e alguns comportamentos tidos como violentos, difícil de concretizar. Contudo, a distância entre estas formas destrutivas, mas ainda passíveis de serem consideradas dentro das estratégias possíveis de resolução de conflitos, e a emergência de violência podem significar um passo de gigante na dinâmica conjugal ou, pelo contrário, serem quase imediatas.

Este tipo de distinção não é passível de ser feita sem polémica, na medida em que, já o dissemos, não há teoria explícita ou implícita que explique a existência de actos de violência entre familiares e, ainda, sem se fazer referência a alguma confusão conceptual. Contudo, defendem alguns autores, como Rybarik, Dosch, Gilmore e Krajewski (1995), este é um desmesurado paradoxo das relações de intimidade na medida em que nelas se pode assistir a actos cujos significados, se fossem cometidos por estranhos, seriam considerados actos de extrema gravidade. É então a intimidade que nos permite enveredar pelas estratégias destrutivas de resolução dos nossos

desacordos? Será porque nos sentimos protegidos que fazemos coisas que improvavelmente faríamos a estranhos? Ou será porque, ao conhecermo-nos melhor, atingimos o outro nos seus pontos mais frágeis?

Através de uma leitura, de algumas publicações neste domínio somos inevitavelmente confrontados com polémicas constantes. Desde logo, no que concerne à dimensão do fenómeno. Veremos, também que, para muitos, este é um problema das mulheres vitimas e os homens são sempre tidos como agressores. Assim, as discussões à volta de quem é mais violento têm sido comuns e constituem um debate aceso e permanente neste domínio (será que frutífero?). Em particular, assinalemos as posições de Archer (2000a) que numa meta análise realizada considera que ambos os géneros cometem agressão física. Este autor defende que, frequentemente, os dados expressos são de algum modo “viciados” pela sua proveniência, ou seja, são variáveis em função dos modelos teóricos subjacentes. Isto é, o autor constata que os defensores das perspectivas feministas suportam os seus resultados em amostras seleccionadas de homens com altos níveis de violência (homens encarcerados por terem cometido crimes graves) e de mulheres que vivem em asilos (mulheres batidas) e, por outro lado, os estudiosos do conflito familiar realizam estudos apenas com base em amostras de casais e de famílias da população global. Ou seja, tendem a comparar o que não é comparável, na medida em que estarão a falar de diferentes tipos de violência.

Assim sendo, será importante dirimir entre a existência dos “*common couple violence*” na comunidade em geral, referindo-se àqueles indivíduos que, ocasionalmente, perdem o controlo nas suas vidas quotidianas² não sendo, por isso, imunes ao envolvimento em estratégias de resolução de desacordos violentas e situações de outra gravidade Johnson (1995). Do mesmo modo,

² O mesmo autor refere que muitas vezes as estatísticas apresentadas nos estudos não são claras e apresentam números catastróficos, não se sabendo a que universo se referem. Também, Steinmetz (1987) considera que não foram os níveis de violência que aumentaram (provavelmente até poderá ter acontecido o inverso) mas que, isso sim, a atenção para tudo aquilo que é especialmente dramático se tornou mais eficaz e persistente.

Straus (1992) e Gelles (1995) falam-nos da *teoria catártica de violência* e da existência de uma *violência severa versus violência ordinária*. Este tipo de violência surgiria na continuidade da escalada (de que falaremos minuciosamente mais tarde) após os desacordos, surgindo ocasionalmente, e não se tratando de um padrão recorrente ou permanente nas famílias e nos casais. O processo de escalada, justamente, quer significar que a violência emerge como uma última estratégia de resolução de conflitos após a sequência de trocas hostis, agressivas e desesperadas entre os parceiros. Esta violência “menor” resultaria de variadas, prolongadas e infrutíferas tentativas em resolver os conflitos e afecta cerca de dois terços das famílias (nos Estados Unidos), e não se verificam praticamente diferenças de género na sua utilização, ocorrendo em média, uma vez de dois em dois meses (Straus, 1992; Gelles, 1998)³. Ainda assim, e considerando somente a denominada violência ordinária, as percentagens que diversos estudos apresentam são impressionantemente elevadas!

Outra questão, portanto, e bem diferente, é a que tem que ver com violência severa! A este nível referimo-nos à violência cujas dimensões são mais severas e brutais, que inclui comportamentos, de um indivíduo sobre o outro, como abusos sexuais, físicos, psicológicos – uso da coerção, do poder, da impossibilidade do outro usufruir da sua liberdade pessoal, ...até ao homicídio.

Dizíamos que estas distinções são fundamentais e, especificamente neste trabalho, elas impõem-se para clarificarmos o objecto do mesmo. Concretamente, procuramos avaliar a violência dita *moderada, comum, ocasional e ordinária* que pode acontecer entre cônjuges, ainda que fazendo obrigatoriamente alusões por outras expressões mais violentas das relações, dada a associação sistemática (diríamos melhor a não dissociação sistemática) dos dois tipos de violência na maior parte da literatura a que recorreremos.

³ Alguns estudos encontram fortes relações entre o uso deste tipo de violência e falta de competências sociais por parte daqueles que a utilizam (o que é muito discutido) (Margolin, 1989; O’Leary & Vivian, 1992) e ainda entre a sua utilização por casais que manifestam raiva e reciprocidade negativa na resolução dos seus desacordos.

Uma das razões da confusão nesta área reside justamente na indiferenciação entre as duas situações por parte de muitas investigações o que tornaria os números apresentados excessivamente dramáticos (Johnson, 1995), existindo uma imensidão de artigos em torno desta questão. Não queremos, com isto, afirmar que padecemos de uma ingenuidade amorfa e acrítica, mas, reconhecemos que em muitos estudos as estatísticas apresentadas efectivamente não esclarecem de que violência falam e parecem por vezes enquadrar todos os tipos de violência num só tipo, sem dirimir a severidade dos diferentes tipos ou, inclusivamente, falando de estratégias de gestão de conflitos mais extremadas como sinónimos de violência grave ou severa.

Situemo-nos perante outra confusão conceptual, que julgamos necessário tentar dirimir, ainda que justificada em determinados modelos teóricos, como sejam as perspectivas feministas. Assim, a maior parte dos investigadores nesta área parece defender a tese de que “os homens são o problema”, tornando-o no domínio preferencialmente estudado. Com efeito, constata-se habitualmente que homens e adolescentes que praticam actos violentos contra as mulheres têm em comum a aceitação da violência, atitudes negativas sobre as mulheres e competências deficitárias em áreas distintas (Greenfeld *et al*, 1998; *in* Barak, 2003). Contudo, existem estudos, ainda que com menor expressão, que revelam que as mulheres também usam a violência, e em muitos casos o mesmo tipo de violência, que os homens.

O reconhecimento de que as mulheres também podem ser violentas não tem sido fácil de assumir (é célebre, aliás, o episódio em que Murray Straus foi expulso pela audiência numa conferência quando referia que as mulheres cometem actos violentos...) mesmo quando se trata de analisar um fenómeno de um ponto de vista científico, para além da mera visibilidade das estatísticas. Com efeito, parece que de um modo geral, entre homens e mulheres existe *“...uma fonte de diferenças de poder que resulta do tamanho físico relativo de homens e mulheres, estando elas mais sujeitas a vários tipos de violência, quer no contexto de relações íntimas, quer no contexto mais vasto da sociedade. Para além disso, os actos de violência de homens relativamente às mulheres*

provocam, habitualmente, mais danos físicos do que os mesmos actos infligidos das mulheres para os homens. Investigação diversa revela que níveis elevados de violência masculina estão, também, associados a elevada violência feminina (Magdol, Moffin, Caspi, Newman, Fagan & Silva, 1997), a níveis superiores de conflito, a níveis reduzidos de qualidade conjugal percebida e a desequilíbrios de estatuto na relação (níveis superiores de estatuto sócio-económico ou de poder de tomada de decisão) (Babcock et al, 1993)."

Assim sendo, mesmo assumindo que os homens são mais violentos do que as mulheres, certo é que existem também mulheres violentas e, em última instância, relações violentas pelo que parece óbvio que as dinâmicas relacionais entre ambos sejam objecto de estudo, independentemente, de questões de natureza ética que podemos associar ao estudo deste fenómeno, que mais tarde assinalamos (Holtzwoth- Munroe e Stuart (1994). Frieze (2000) a este nível expressa que se deveria alterar a terminologia e em vez de *violência conjugal* se deveria dizer *violência nas relações íntimas* ou *violência íntima...*

De qualquer modo, se existe paradigma clássico do estudo da violência conjugal (e familiar) é o de que os homens são tidos como agressores e, por isso mais estudados, e as mulheres como vítimas. Deste modo, a violência conjugal é essencialmente encarada como um problema cuja magnitude afecta sobretudo as mulheres, quer estejam envolvidas em relações de namoro, de casamento ou de união de facto (Alexander, 1993; Warren & Lanning, 1992). De resto, parece existir um contínuo entre relações violentas de namoro e relações conjugais violentas, sendo este facto motivo de estudo e debate na medida em que a incidência de violência em relações de namoro e união de facto, parecer ser superior àquela que ocorre entre maridos e mulheres (Greenfeld et al, 1998; in Barak, 2003). Finalmente, e ainda que tanto homens como mulheres se envolvem em violência, parecem ser os homens a apresentar maiores níveis de violência ofensiva e as mulheres maiores níveis de violência defensiva. Nas relações de namoro, por vezes, os resultados não apontam diferenças significativas (Beyers, Leonard, Mays & Rosen, 2000).

Finalmente, os estudos realizados são maioritariamente de origem anglo saxónica (embora surjam, progressivamente mais estudos europeus, canadianos, australianos), alguns feitos com minorias étnicas em comparação com os autóctones (Coelho, 2005; Johnson & Bunge, 2001; Date & Ronan, 2000) e são prioritariamente efectuados com indivíduos de raça branca ou em comparação destes com indivíduos de raça negra. As investigações são basicamente efectuadas a partir dos relatos de amostras clínicas, se desta forma quisermos entender as mulheres hospitalizadas, a viver em abrigos, homens agressores que estejam prisioneiros e homens que estejam obrigatoriamente a participar em programas de reabilitação. Ainda que escassos, temos que afirmar que os estudos são maioritariamente feitos com base em questionários de *auto-relato* (neles também assentam a maior parte dos inquéritos nacionais que são dirigidos à população dita normal).

Assim, estima-se que cerca de 30% das mulheres são batidas pelos seus companheiros, sendo estes valores ainda superiores em amostras de mulheres hospitalizadas ou que vivem em asilos (Straus, 1992). Em média, 1,8 milhões de mulheres são batidas pelos seus parceiros e 50% dos assassinios de mulheres é cometida por homens com quem elas estão intimamente envolvidas (McKenny, 1993; Walker, 1979). Em Portugal, dados da Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres referem que 30% das utentes desta instituição são efectivamente vítimas de violência doméstica sendo, em 98% dos casos, o agressor o marido ou companheiro. A nível nacional, 19,3% das mulheres são vítimas deste tipo de mau trato.

Interpretem-se estes dados a luz das reservas anteriormente apresentadas.

2. Definições e clarificação de conceitos

Straus, Gelles e Steinmetz (1980) definem violência como um acto carregado de intenção e que pretende causar dor física ou injúria numa outra

pessoa⁴. Existe além desta, uma variedade de possíveis definições de violência, muitas vezes, nem sempre pacíficas. Concretamente, DeKeseredy (2000), critica o facto de alguns estudos falarem de violência física contra as mulheres, reportando-se apenas a violência física e/ou sexual, quando associadas estão, sempre, outros tipos de violência, nomeadamente a psicológica ou simbólica, tidos vulgarmente como sinónimos.

Com efeito, a existência de diferentes formas de violência ou abuso (vulgarmente tidos como sinónimos na literatura da especialidade ou, noutros casos, com tentativas de separação superficiais) torna mais complicada a tarefa de as definir, e de as dirimir, nomeadamente, aquelas que poderão ter um enquadramento subtil como a violência emocional ou o abuso verbal. Por norma, no entanto, no abuso ou violência emocional são incluídos os ataques verbais, a excessiva possessividade, o forçar o parceiro ao isolamento, a destruição de bens físicos e económicos (Alexander, 1993). Na violência sexual e física são imensos os comportamentos que a traduzem⁵. Frequentemente se assinala a impossibilidade em separar as diferentes formas de abuso: na violência física não estarão também presentes aspectos da violência simbólica ou psicológica? A negligência não será sentida por algumas pessoas como uma forma brutal de violência psicológica? Concretamente, no que concerne às formas de violência psicológica, porque mais aceitáveis em termos sociais, podem nem sequer ser consideradas estratégias de violência.

Qualquer que seja a definição de violência considerada, directa ou indirectamente, está implícita a *severidade* da mesma, conceito difícil de operacionalizar na medida em que é complicado distinguir alguma violência de muita violência. Deste modo, as escalas que tentam avaliar as estratégias de

⁴ Existem várias definições de mulher batida, desde alguém que sofre repetidos e severos ataques físicos por parte daquele que com ela vive (Scott, 1974); ou, como uma mulher que recebe deliberadamente severas e repetidas injúrias por parte do companheiro (Gayford, 1975).

⁵ A *Conflict Tactics Scale* (Strauss, 1993) pode considerar-se a escala clássica (e a mais célebre) de avaliação de violência entre os diversos sub sistemas familiares e contém, justamente, um conjunto de itens que pretende traduzir desde actos de violência psicológica a actos de violência física moderada e severa.

violência utilizadas pelos sujeitos são constituídas por itens que se vão agrupando numa ordem crescente de severidade. A distinção de severo ou menos severo torna implícitos os conceitos de aceitável ou não aceitável, por si só polémicos. Esta distinção significa apenas a assumpção de que a violência dita ordinária faz parte da vida das famílias, ainda que ocasionalmente. Da mesma forma, aliás, que os conceitos de normalidade e de desvio, até porque a gravidade da situação depende de inúmeras variáveis, quer sejam intra, inter-pessoais ou contextuais (a mesma pessoa pode reagir de forma diferente em situações diversas...) o que origina que o significado atribuído à violência pode variar. Tínhamos constatado algo similar na análise das situações de conflito conjugal.

Simultaneamente, a *frequência* e *intencionalidade* do abuso são constructos basilares mas de reconhecida complexidade, para se aceder ao significado do acto violento. Donde, as noções de *frequência*, *severidade* e *intencionalidade* devessem ser objecto de análise, na medida em que são fundamentais para perceber a forma e o tipo de violência. Destas noções será a de severidade, a mais visível devido às situações que implicam injúrias físicas, requerendo a prestação de cuidados médicos⁶. A dimensão da intencionalidade será a que, decisivamente, contribui para a avaliação de um comportamento como violento e é aquela que carrega mais subjectividades, porque mais escondida, e porque aquilo que é mais violento para um dos cônjuges pode não o ser para o outro, além de que as intenções não são objectiváveis. Assim, objectivar o conceito de violência é particularmente complexo, na medida em que a sua representação mental faz apelo ao conceito de força, seja física ou verbal, (Vale & Costa, 1994) e o facto de estas realidades não poderem ser observadas de outra forma que não seja através do relato dos intervenientes nas mesmas, acarreta possíveis e compreensíveis idiosincrasias próprias a cada situação particular. Aliás, em determinadas situações, a violência psicológica pode ser mais severa do que alguns tipos de violência física.

⁶ Sabemos que muitas vezes estas situações não são identificadas como consequência de actos violentos.

De qualquer modo, a intencionalidade parece ser a dimensão que melhor define violência ainda que necessariamente associada ao significado do acto em questão, ou seja, à forma como é percebido pelos cônjuges sendo ainda que determinada em grande parte por normas culturais que influenciam as percepções dos indivíduos e que não são estáticas; ou seja, existirão, porventura, significados de violência tão diversificados como as diferentes dinâmicas conjugais e/ou familiares que considerarmos, obviamente que dentro dos limites estipulados pela noção de severidade que apresentamos.

Apesar destes entraves, por definição, qualquer acto de violência ou abuso deverá ser deliberado e não ter acontecido acidentalmente; a intencionalidade está, por isso, ligada ao contínuo existente entre ataques verbais e violência física. Dobash e Dobash (1984), por exemplo, consideram que os homens começam muitas vezes por injuriar ou atacar emocionalmente a parceira com o intuito de as controlar através de diversos meios, entre os quais a violência física, mas, os mesmos autores, também referem que muitas vezes o processo é circular: as mulheres começam por injuriar os maridos e estes envolvem-se mais rapidamente em respostas que incluem violência física. (Este processo lembra-nos a questão da escolha das estratégias de resolução de conflitos, descrita no capítulo anterior).

Na literatura, geralmente, consideram-se abuso e violência como sinónimos (embora o primeiro termo seja preferencialmente usado quando se fala de crianças e de violência sexual e o segundo para significar violência entre iguais); querendo significar "*o uso de força física, verbal ou emocional, e dos ataques para controlar e manter o poder através da ameaça e da intimidação junto de alguém durante um determinado período de tempo*" (Levy, 1984, p.23; *in* Rybarik *et al*, 1995) e "*um modelo de controlo coercivo que uma pessoa exerce sobre a outra*" (Schechter, 1992); "*battering*" é tido como sinónimo de "*woman abuse*", assim como os termos abuso, violência e mulheres batidas, na maior parte dos casos (Rybarik *et al*, 1995). Finalmente, como referíamos anteriormente, para muitos dos investigadores este é um problema dos "homens agressores" contra as "mulheres vítimas", ao ponto de a

expressão violência doméstica ser abusivamente usada, exclusivamente, como sinónimo de violência contra as mulheres.⁷ Constatamos, portanto, que a confusão de conceitos neste domínio concreto da investigação é indiscutível e incontornável, porque é de relações humanas que falamos, necessariamente imbuídas de especificidades e ambiguidades.

Contrariamente ao que acontece para o estudo do conflito conjugal, os modelos explicativos da génese da violência conjugal são, pelo menos formalmente, mais fáceis de agrupar em modelos teóricos. Porventura, esta maior facilidade conceptual deveu-se ao facto de, inicialmente, a explicação para a ocorrência de violência ter sido aportada exclusivamente a variáveis individuais que indiciavam a presença de perturbações psicopatológicas nos indivíduos agressores. Desta forma, à medida que se foi constatando que nem todos os actos de violência se explicavam à luz deste racional simplista, outras variáveis foram sendo acrescentadas⁸ Paralelamente, o estudo da violência foi significativamente marcado pelos movimentos feministas o que, *a priori*, introduziu uma perspectiva teórica subjacente: a estrutural.

Assim, das teorias explicativas da génese da violência nas relações conjugais, destacaríamos, à parte as abordagens iniciais centradas na patologia individual, as perspectivas sociológicas, onde se inserem as perspectivas feministas estruturais e a da aprendizagem social, e as perspectivas sistémicas. Por vezes, contudo, parece-nos que estas teorias são estruturadas *a posteriori*, isto é, são uma forma de organização da informação, de lhe conferir estrutura, (o mesmo referimos acerca do estudo do conflito conjugal...), na medida em que na maior parte dos estudos revistos, nem sempre é possível apreender a perspectiva de base e, desta forma, delimitar claramente as fronteiras em que cada um se enquadra, parecendo-nos que as

⁷ Reconhece-se facilmente que este é um domínio altamente mediatizado, nos nossos dias., donde não ser de espantar que nos *mass-media* estas confusões abundem. Mais grave é quando o mesmo ocorre na literatura científica, segundo Rosenbaum (1988).

⁸ Julgamos que no caso do conflito conjugal, assumido como “natural” nas relações de intimidade foi sendo mais fácil encará-lo, desde sempre, como tendo uma lógica relacional. Contudo, a sua emergência como alvo de análise também se ficou a dever às estatísticas alarmantes sobre a violência entre casais.

conclusões dos mesmos atravessam diversos modelos teóricos explicativos deste problema. Porventura, este não é um factor negativo, na medida em que obriga a reflectir acerca da limitação de um ou outro modelo teórico exclusivo para explicar complexidades relacionais como a violência entre cônjuges. Ou seja, a violência conjugal não se compadece com explicações simplistas e será talvez necessário caminhar no sentido de modelos teóricos cada vez mais complexos e abrangentes (perspectiva ecléctica) para melhor compreender e intervir nestas situações.

Ainda assim, para além da perspectiva privilegiada podemos assumir a existência de centralidades ou factores comuns referenciados nos diversos estudos revistos, com maior ou menor ênfase em função do enfoque escolhido, a saber: as características dos abusadores e/ou das vítimas, a sua família de origem, as explicações estruturais, o que leva as mulheres batidas a permanecer na relação, as características existentes na relação conjugal que promovem ou impedem o aparecimento de violência, entre outras. Desta forma, parece-nos quase impossível não existirem aspectos que transversalmente vão sendo referidos ao longo de todo o capítulo, independentemente, de serem mais ou menos consistentes com modelos teóricos concretos.

3. Teorias centradas no perfil individual do agressor e da vítima

As teorias que inicialmente procuraram estudar os processos conducentes ao aparecimento de violência conjugal centraram-se nas características dos eventuais agressores apontando como causa a presença de eventual patologia individual. Assim, factores como o alcoolismo, as desordens de personalidade, psicoses, entre outros, são comumente referidos, na literatura, como justificação para o comportamento violento (Tahourdin, 1999). Contudo, um número significativo de estudos tem revelado que poucos agressores possuem este tipo de distúrbio de personalidade e são indistinguíveis dos seus pares. Nomeadamente, no que concerne ao consumo de álcool, há estudos que revelam que homens com problemas de alcoolismo

tendem a abusar das suas parceiras, estejam ou não sóbrios, e que existem homens que bebem e batem nas suas mulheres enquanto que outros, nas mesmas condições, não manifestam tal tipo de comportamento. Desta forma, parece ser necessário avaliar outras variáveis para perceber melhor esta associação entre alcoolismo e violência conjugal (Brown, 2003; Walker, 1984). Curiosamente, estudos mais recentes apontam para o facto de mulheres de maridos violentos terem maior probabilidade de consumos, entre os quais, o álcool (Barnett & Fagan, 1993).

Um estudo realizado por Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) tem-se revelado determinante para percebermos estas e outras diferenças. Com efeito, os autores, constataram a existência de diferentes tipos de agressores, tendo encontrado mais de quinze tipologias das quais destacaram três tipos ou grupos mais relevantes. (i) homens que agredem apenas elementos da família, (ii) homens com características de personalidade *borderline* e (iii) e homens anti sociais, sendo estes dois últimos grupos constituídos por indivíduos que se envolvem em violência de tipo extra-familiar e apresentam traços de perturbação psicopatológica e/ou problemas de abuso de substâncias diversas com carácter de severidade explícita (*in* Arriaga & Oskamp, 1999). Contrariamente, a primeira tipologia é constituída por homens que agredem apenas elementos da família, não se envolvem em comportamentos de violência noutros contextos ou género de problemas, possuem escassa evidência de doença mental ou traços de psicopatologia e não são necessariamente conservadores nas atitudes face às mulheres, por oposição ao que acontece com os homens das segunda e terceira tipologias.

Recentemente, um estudo de Waltz, Babcock, Jacobson & Gottman (2000) constatou a validação empírica desta tipologia tripartida acrescentando as dimensões da intensidade, extensão da violência e características de distúrbios de personalidade para melhor compreender o que acontece com estes indivíduos. Os resultados referem que violência na família de origem, os estilos de vinculação e as competências de comunicação diferenciam os três tipos de agressores dos restantes homens, em geral. Ou seja, adequando cada vez

mais variáveis vem-se confirmando que, dentro do universo dos agressores, existem diferentes tipos de agressores e de violência.

Neste sentido, outros estudos recentes continuam a apontar para a relação entre consumo de álcool e violência nos agressores, mas concluem que existem outras variáveis associadas como sejam variáveis demográficas, ter história prévia de violência, ter registo criminal (Jacobson, Gottman & Shortt, 1995; Torres & Han, 2003). Do mesmo modo, Barnett e Fagan (1993) concluem de uma investigação com 181 homens casados violentos e não violentos, que uma quantidade superior de consumo de álcool está associada a razões psicológicas, apontando a violência durante a infância e stress no dia a dia como as causas desses consumos. Curiosamente, as mulheres do grupo de agressores não diferem quanto ao consumo de álcool, mas bebem mais do que o outro grupo (consumo de álcool em resposta à agressão). Este abuso do consumo de substâncias também se verificou num estudo com reclusas que experienciam regularmente violência nas relações íntimas quer como vítimas quer como agressoras (Lucent, Fals-Stewart, Richards & Goscha, 2001). Aliás, já em 1980, Coleman, Weinman e Bartholomew consideravam que as mulheres agredidas estavam em relações cujos maridos tinham famílias de origem violentas, frequentes consumos de álcool associados a argumentação conjugal negativa e níveis educacionais baixos.

Por outro lado, quando são controladas as variáveis dependência de substâncias e estado da relação, as mulheres socialmente mais isoladas referem ter sido mais abusadas pelo seu companheiro e a dependência de substâncias não se verificou relacionada significativamente com a violência doméstica (Farries & Fenaughty, 2002). Ainda num outro estudo realizado por Hamberger e Hastings (1991) onde se pretendiam investigar diferenças ao nível da personalidade, da família de origem e do consumo de álcool, verificou-se que os homens violentos, sejam ou não alcoólicos, apresentam altos níveis de características *borderline* se comparados com os do grupo de controlo; e que os homens violentos da comunidade não apresentam diferenças significativas relativamente ao grupo não violento. Os homens violentos

alcoólicos parecem, ainda, ter experimentado e assistido, em conjunto, a situações de vitimação.

Finalmente, não é líquida a associação entre variáveis como o estatuto do emprego, consumo de álcool e violência na medida em que é possível que pessoas com um emprego e bem-estar social elevados, apresentam níveis mais elevados de risco à violência conjugal se forem consumidores de álcool. Ou seja, o factor álcool aumenta a probabilidade de violência familiar enquanto que o suporte social da família, a satisfação e as amizades a diminuem como denotam vários estudos (Rodriguez, Lasch, Chandra & Lee; 2001).

No que se refere a outro tipo de variável individual, concretamente, as perturbações do foro psiquiátrico, a sua associação com a emergência de violência tem sido controversa (Edleson, Miller & Stone, 1985)⁹. Ainda assim, os mesmos autores procuraram determinar que variáveis psicológicas estão associadas com o comportamento abusivo de homens convictamente agressores, junto de uma amostra de 75 sujeitos. Estes indivíduos eram semelhantes ao nível das características sociais e demográficas, raça, idade, estatuto sócio-económico e estatuto conjugal. Os resultados revelaram que estes homens manifestam uma tendência desinquietante que se manifesta num estilo competitivo e orientado para o conflito nas interacções com os outros, nomeadamente com as suas companheiras junto das quais manifestam comportamentos violentos.

Também Simoneti, Scott e Murphy (2000) referem da existência de sintomas dissociativos em homens agressores mas apenas para aqueles que na infância tiveram experiências de violência directa ou indirecta, pelo que a etiologia dos sintomas/comportamentos deve sempre ser considerada. Por seu lado, Barnett, Fagan e Booker (1991) constataam que os homens violentos contra as suas mulheres apresentam níveis de hostilidade superiores aos de outros grupos, e que a presença de um conjunto de características como raiva, inveja, sintomas traumáticos e organização borderline da personalidade

⁹ Ainda que alguns estudiosos apontem a falta de especificidade dos instrumentos clínicos de análise e a ausência de grupos de controlo como algumas das razões mais salientes que obstaculizam o estudo a este nível (Bersani, Chen, Pendleton & Denton, 1992).

representam um aumento de probabilidade do uso de comportamentos de abuso verbal e físico (Dutton, Saunders, Starzomski & Bartholomew, 1994).

Desta forma, parece que algumas relações violentas estão significativamente associadas com desordens do tipo stress pós-traumático nos agressores, sobretudo quando se trata de violência severa (Houskamp & Fox, 1991). Tolman e Bennett (1990) apontam, ainda, para características associadas aos agressores, como psicopatologias, deficits de comportamento, papéis sexuais rígidos e depressão, além de eventuais problemas com álcool e drogas. Um outro estudo de Hurlbert (1991) considera que os homens abusadores apresentam maiores problemas com consumo exagerado de bebidas, atitudes mais rígidas face às mulheres, menor satisfação conjugal e consideram as suas parceiras pouco atraentes se comparados com homens não agressores. Não existem, contudo, diferenças ao nível da auto-estima entre agressores e não agressores.

No que concerne às vítimas, mencionámos alguns estudos que avaliavam o uso de álcool por parte das mulheres, todos eles referindo que estas mulheres alcoólicas estão mais predispostas a experimentar situações de violência conjugal do que a população feminina em geral (Miller, 1990) e, ainda, que o consumo de álcool pode estar associado à existência de violência na família de origem, sobretudo se estas mulheres, enquanto crianças, foram alvos directos da mesma (Miller & Down, 1993). Desta forma, poderemos afirmar que o estigma associado à mulher alcoólica pode contribuir para a ocorrência de violência entre os parceiros, ou seja, ser um precursor de maior violência contra elas (Barnett & Fagan, 1993) também porque, como refere Walker (1984) as mulheres com problemas de álcool estão geralmente envolvidas em relações com homens que abusam igualmente desta substância, como vimos anteriormente.

Deste modo, parece que a relação entre variáveis como os problemas económicos, o desemprego, ciúme, problemas com as crianças, desigualdade de status no casal, podem estar relacionados com a emergência de violência conjugal, ou estarem eles próprios na origem do problema do abuso de álcool que, por sua vez, parece potenciar a probabilidade de violência entre cônjuges

(Byrne, Resnick, Kilpatrick, Best & Saunders, 1999).¹⁰ Assim, o uso de álcool não constitui uma causa linear para a emergência de violência (O'Leary & Jouriles, 1995) como provavelmente acontece com a maior parte das variáveis, se consideradas individualmente.

Ainda no que concerne ao perfil das potenciais vítimas, a depressão (e a ideação suicida que, por vezes, lhe está associada) tem sido frequentemente estudada (Mitchell & Hodson, 1983). Tendemos a pensar que as mulheres vítimas de violência passam por experiências comuns ou, pelo menos, bastante similares, contudo, nem todas apresentam depressão parecendo que, mais uma vez, outras variáveis, como a escassez de recursos e de apoio, o isolamento social, relações conjugais insatisfatórias, devam ser consideradas para explicar a génese de traços depressivos nestas mulheres (Rodriguez *et al*, 2001). Aqueles estudos que evidenciam um aumento dos sintomas depressivos e uma diminuição da auto-estima nestas mulheres salientam, de igual modo, que tal acontece para as que se culpabilizam pela situação (Cascardi & O'Leary, 1992).

Concretizando ainda mais esta relação, Sato e Heiby (1992) num estudo efectuado com uma amostra de 136 mulheres batidas - recolhidas voluntariamente de diversos grupos de mulheres e de abrigos - procuraram estudar que variáveis estão associadas à presença de depressão. Assim, os resultados sugerem que mulheres que apresentam fracas competências de auto-reforço, história de perdas, depressões anteriores e que estão conscientes, de forma realista, do que se passa com a sua relação, estão em maior risco de apresentarem sintomatologia depressiva. Contudo, este quadro nem sempre emerge, constatando-se, pelo contrário, que mulheres com uma percepção clara e realista da sua situação, estarão mais aptas a atribuir a agressão ao seu parceiro e a assumir a responsabilidade de deixar a relação,

¹⁰ De qualquer forma, existe uma clara associação entre alcoolismo e agressão física contra as mulheres em amostras clínicas e não clínicas (Kantor & Straus, 1987) e em cerca de 1/4 dos casos o uso de álcool é assumido por ambos os parceiros. Contudo, nestes casais, a maior parte dos episódios violentos aconteceu quando nenhum deles tinha bebido, parecendo estarem envolvidos outros factores como o ajustamento conjugal (Leonard & Blane, 1992).

por elas próprias, o que é inconsistente com outros resultados. Parece, assim, que algumas cognições destas mulheres não estão distorcidas, apenas reflectem o "*lado negativo da realidade*" (Krantz, 1985; *in* Sato & Heiby, 1992, 213). Se as ilusões têm, por vezes, um valor adaptativo em muitas circunstâncias, parece que em relações abusivas a sua função é contraproducente: podem proteger as mulheres da depressão mas não dos seus parceiros! Finalmente, se as mulheres batidas e deprimidas encaram o seu quotidiano de uma forma mais realista importaria avaliar em que medida estão mais ou menos preparadas para abandonar este tipo de relações do que outras mulheres e, é um facto, não existem estudos significativos nesta área. De resto, vimos no capítulo anterior o papel das percepções no aumento de sintomas depressivos.

Com efeito, Chistian, O'Leary e Vivian (1994), num estudo em que associam depressão e violência conjugal verificaram que existem correlações entre sintomatologia depressiva e a discórdia conjugal para ambos os sexos sendo, no caso dos homens, a baixa capacidade para resolução de problemas como principal causa da sintomatologia depressiva, e nas mulheres essas causas são a falta de assertividade, o desemprego e crenças disfuncionais acerca da relação. Por outro lado, a depressão parece ser, também, um factor que gera violência contra as mulheres, pela forma como os traços depressivos provocam o homem (Gayford, 1975; O'Leary, Curly & Rosenbaum, 1985; Rosenbaum & Leisring, 2003).

Finalmente, segundo Stith, Smith, Penn, Ward & Tritt (2003) constataam a partir de uma revisão de estudos, o abuso emocional, sexual, e consumo de drogas são factores de risco elevado na perpetuação da violência enquanto que a ideologia tradicional dos papéis de género, depressão, hostilidade, consumo de álcool e stress parecem ser factores de risco moderado para a emergência de violência conjugal.

4. As atribuições de agressores e de vítimas

No que concerne às variáveis individuais que tenderiam a encontrar um perfil para agressores e para vítimas, as atribuições parecem desempenhar um papel relevante. No entanto, e do mesmo modo que afirmamos no capítulo anterior, estas variáveis são consonantes com o que cada indivíduo pensa acerca de si, do outro, mas também da relação expandindo-se, cada vez mais, o nível de análise relativo à tentativa de explicar a génese da violência entre cônjuges. Ainda assim, os estudos sobre a relação entre variáveis cognitivas e a violência são inconclusivos como veremos seguidamente. De modo genérico, se há estudos que referem que as mulheres batidas percebem as suas vidas como sendo mais controladas por factores externos se comparadas com mulheres não agredidas (Brown, 2003). Outros não encontram diferenças entre elas (Long & Olson, 1986). E, outros, ainda, apontam para o facto de os agressores tenderem a atribuir o seu comportamento a causas externas projectando os seus efeitos negativos nos maus-tratos incutidos às mulheres ou procurando "desculpas" em factores contextuais e temporários. Por seu lado, as vítimas, mulheres, atribuem o abuso a defeitos delas próprias ou a causas situacionais que afectam os esposos. De qualquer forma, variáveis como a frequência, intensidade e duração do abuso, entre outras, influenciam o processo de atribuição (Overholser & Moll, 1990).¹¹

Vejamos um estudo em que se compararam percepções de factores de vida stressantes, consumo de álcool e percepção da qualidade na relação íntima de um grupo de homens que já abusou das mulheres e um grupo de homens sem historial de abusos, tendo-se verificado que existem diferenças relativamente às percepções dos factores de stress, percepção da qualidade

¹¹ Contrariamente, outro estudo refere que tanto homens como mulheres atribuem o comportamento violento destas ao homem - dado curioso, já que assume a existência de violência por parte das mulheres - e estas tendem a atribuir a responsabilidade dos actos violentos cometidos pelo companheiro ao próprio (Holtzworth-Munroe, Jacobson, Feherenbach & Fuzzetti, 1992). Será de acentuar a quase inexistência de estudos sobre a violência por parte das mulheres dentro do sub-sistema conjugal.

conjugal, raça e depressão. Assim, percepções negativas da relação íntima, ser da raça negra, e níveis elevados de depressão eram indicadores significativos da violência masculina sobre a companheira (Julian & McKenry, 1993).

Outros estudos, examinam a capacidade da seleção cognitiva e as medidas interpessoais de forma a diferenciar casais onde a mulher é agredida daqueles em que tal não acontece. Os resultados indicam uma associação entre um ajustamento conjugal baixo, elevados níveis de conflito conjugal e sobre os filhos, e percepção negativa de auto-controlo como fazendo parte dos maridos que se consideram violentos (Edleson, Eisikovits, Guttman & Sela-Amit, 1991).

Cantos, Neidig e O'Leary (1993) pretenderam estudar as atribuições de culpa no primeiro e último episódio de violência junto de uma amostra de 139 casais que foram referenciados para um programa de intervenção de violência doméstica. Os resultados revelaram padrões atribucionais mais complexos do que os referidos habitualmente na literatura. Assim, parece não haver consensos entre o casal acerca da atribuição da culpa. Ambos apresentam níveis elevados de atribuições de culpa ao companheiro pelos dois episódios de violência, mas os homens apresentam níveis mais baixos quando se trata de se culpabilizarem pelo último episódio de violência. Do mesmo modo, Byrne e Arias (1997) concluíram de um estudo junto de 66 casais que, para as mulheres, as atribuições de culpa moderam a relação entre a satisfação conjugal e a agressão (o que não acontece nos homens). Especificamente, a satisfação conjugal e a agressão física estão significativamente relacionadas com elevadas atribuições de culpa nas mulheres, mas não nos homens ou mulheres no caso de atribuições negativas. Também, Holtzworth-Munroe e Hutchinson, (1993) concluem que os maridos violentos tendem a atribuir intenções negativas, motivação egoísta e culpa à mulher aquando dos conflitos.

Com efeito, as atribuições possuem implicações em todas as dimensões das nossas vidas. Assim, Monson, Langhinrichsen-Rohling e Binderup (2000) num estudo realizado com 200 indivíduos, procuraram avaliar em que medida o

género influencia as percepções e atribuições dos sujeitos, numa situação hipotética em que se avaliava a probabilidade de ocorrência de uma violação sexual. Os resultados revelaram que os sujeitos consideram essa probabilidade é significativamente menor quanto maior o conhecimento (em termos relacionais) entre o agressor/violador e a vítima. Tal parece estar de acordo com um estudo que revela que o “efeito empático” com os agressores faz com que sejam atribuídos a factores do meio culpas referentes ao comportamento violento do companheiro (em vez de o atribuir às qualidades e características do mesmo), e que o mesmo “efeito empático” em relação à vítima faz com que as atribuições acerca do comportamento da vítima se direccionem para os factores situacionais (Skiffington, Parker, Richardson & Calhoun, 1984).

Na mesma ordem de ideias, Bergman e Brismar (1993) realizou um estudo em que compara homens agressores com homens batidos (o que constitui, desde logo, uma novidade), concluindo que ambos os grupos apresentam um "background" similar: problemas com álcool e drogas, pertença a classes baixas, presença de abuso conjugal e/ou parental na família de origem. Assim, o mesmo tipo de antecedente, associados a outros factores precipitantes, conduzem estes homens a serem agressores ou agredidos/vitimas, ou, mais provavelmente, a ambos. Finalmente, sujeitos com atitudes mais tradicionais em diversas áreas do seu relacionamento, tendem a culpabilizar a vítima em detrimento do agressor pelo episódio violento (Hillier & Foddy, 1993).

Eckhardt & Dye (2000) consideram que os processos cognitivos ajudam a explicar porque é que alguns homens reagem violentamente em algumas situações e outros, em situações idênticas, não o fazem. Tal acontece segundo os autores devido aos pensamentos elementares que os indivíduos têm acerca de si, dos outros e das relações. Desta forma, os homens agressores têm crenças que os levam a considerar aceitável a agressão no casamento e a atribuir às mulheres a culpa pelos conflitos, ao mesmo tempo, as mulheres percebem a agressão por parte dos maridos devido a factores internos.

Feldman (1997) num estudo sobre cognições em homens violentos constata que estes apresentam, por norma, maiores níveis de

disfuncionalidade de pensamento, de interpretação de situações o que conduz à agressão verbal e à física nos homens. Mas, ao mesmo tempo, estes homens provêm, mais que outros, de famílias onde foram expostos a violência e tendem a desenvolver um estilo de vinculação em adultos inseguro (Feldman, 1997). Assim em conclusão, traços internos de ansiedade, medo do abandono, e falhas de interpretação cognitivas estão positivamente relacionadas com o padrão de violência para alguns homens.

Ainda, Clements e Sawhney (2000) investigaram a influência dos julgamentos de controlo e dos estilos de *gestão* nas reacções à violência doméstica, tendo constatado que o aumento da disforia estava associada com elevados níveis de auto-culpabilização e estratégias de gestão evitante e baixos níveis de estratégias de gestão centradas no problema. O aumento das respostas de gestão centradas no problema está associado a um decréscimo da desesperança. Elevadas expectativas de controlo sobre situações futuras estão associadas a um aumento da disforia.

Finalmente, mesmo no que concerne às razões que determinam o desacordo entre os companheiros e ao seu decurso, Armstrong, Heideman, Corcoran e Fisher (2001) constataram que homens e mulheres se lembram da situação de maneira diferente, as mulheres recordam-na melhor do que os homens, ambos seleccionam aquilo que querem lembrar da mesma, e ambos se lembram daquilo que fizeram bem na situação de conflito mas não dos aspectos negativos. Saliente-se que, como na esmagadora maioria dos casos, este estudo não é efectuado com casais.

Gostaríamos de salientar a inexistência de estudos que atribuam a responsabilidade dos episódios violentos a causas próximas que tenham eventualmente despoletado o conflito, estando a investigação nesta matéria específica restrita à atribuição da responsabilidade entre os cônjuges. Vários estudos apontam, numa variabilidade enorme (de 20 a 80 %) que as mulheres batidas também cometeram, pelo menos uma vez, um acto violento contra o companheiro, quer seja ofensivo ou de natureza defensiva (Pagelow, 1992; Sanders & Hanusa, 1986). A forte correlação entre infligir e experimentar violência sugere, assim, que a vítima também agride nem que seja por defesa

pessoal e que o agressor é agredido neste contra-ataque (eventualmente, a força masculina leva a que os ataques dos homens sejam superiores). Parece, portanto, que as mulheres, tal como os homens, são capazes de escolher a violência física para resolver conflitos conjugais (Christensen *et al*, 1999)

Finalmente, julgamos poder concluir que os diversos estudos apontam para a não existência de um perfil psicológico ou sócio cultural pré-existente nas mulheres batidas (Carden, 1994; Rhodes, Sprenkle, 1992). Ou seja, não são confirmadas diferenças consistentes entre as mulheres vítimas ou não de violência, nem do ponto de vista da personalidade prévia, nem do contexto de pertença, nem da tipologia familiar de origem, sendo que, de um modo geral, o mesmo se pode afirmar relativamente aos agressores (Sagrestano, Paikoff, Holmbeck & Fendrich, 2003).

5. Diferenças de género e violência conjugal

Do mesmo modo que no estudo do conflito conjugal, as diferenças de género têm sido amplamente estudadas partindo de enfoques e perspectivas teóricas muito distintas, Ainda que, por isso mesmo, lhes façamos, inevitavelmente referência transversal ao longo de todo o trabalho, julgamos pertinente reflectir um pouco sobre o que a este propósito se tem escrito e debatido. Desde logo, relativamente à existência de violência e àqueles que a cometem, percebemos como esta é uma das questões, ou porventura a questão que mais polémicas transporta para o estudo específico desta área.

A este propósito, Ben-David (1993) considera a existência de diferenças no comportamento das mulheres em função da sua ocorrência nos domínios *público e privado*. Especificamente, o autor refere que será na intimidade da vida privada que as mulheres expressariam atitudes violentas, motivadas fundamentalmente por razões de ordem emocional e de grande impulsividade, tensão e solidão, na medida em que a relação e a qualidade de vida na família constituem as suas principais preocupações, de acordo com as expectativas sociais face ao papel de género. De resto, o mesmo autor postula que a inconsistência e dificuldade em encontrar mais estudos que assumam as

mulheres como violentas, se devem justamente ao facto de os seus comportamentos acontecerem no espaço privado mas, também, porque o tipo de violência que vulgarmente lhe é atribuído - violência simbólica, verbal, psicológica – é a de mais difícil operacionalização.

As perspectivas feministas, por seu lado, consideram que as diferenças de género são impostas por uma sociedade patriarcal em que a distribuição desigual de poder e riqueza, estrutura, sócio e politicamente, as nossas sociedades de forma a violentar mulheres e crianças considerando inclusivamente que o “poder” do homem é transversal aos domínios público e privado. Neste contexto, que acentua as diferenças de género como claramente prejudiciais para as mulheres, uma variedade de investigações têm sido efectuadas. Nestas, as hipóteses recorrentes são as de que é a discrepância do poder/controlo nas relações conjugais que constituem, o principal factor de risco na violência conjugal (Hearn, 1996; Mazurana & McKay, 2001; Schwebel & Chistie, 2001).

Outros autores constataam que a violência do marido em relação à mulher pode ser uma resposta compensatória das situações ou áreas da relação conjugal onde o homem não tem controlo/poder (Babcock *et al*, 1993). Porventura, deveriam generalizar-se os resultados encontrados no estudo de Smith, Ellis, e Benson (2001) que concluíram ser a assumpção de um papel de androginia por parte dos cônjuges nas relações, isto é, em que ambos os géneros tivessem características ditas “femininas” e “masculinas” que conduziria a um decréscimo da violência nas mesmas.

Neste contexto, um estudo de Harris e Miiller (2000), considerou as diferenças de género para avaliar as percepções de situações de perigo, de risco e os conselhos dados a uma potencial vítima. Os resultados vão de encontro aos estereótipos de uma maior agressividade por parte dos homens, maior receio nas mulheres e uma maior percepção de perigo por parte destas. Como era esperado, os sujeitos percebem maior perigo em relação aos outros do que a eles próprios, e em relação a estranhos (por oposição a pessoas conhecidas).

Ainda no que concerne aos papéis sexuais, controlo e isolamento social, as investigações sugerem que as mulheres batidas são tidas como mais femininas (no sentido tradicional) no seu papel sexual e mais tolerantes ao controlo externo (ou seja, mais aptas a submeterem-se a regras definidas por outrem, mesmo contra os seus desejos) do que outras mulheres (Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994). Parece, então, que as mulheres batidas são prejudicadas pela falta de traços ditos como masculinos na sua personalidade, isto é, teriam a beneficiar com qualidades instrumentais como a independência e a asserção (Warren & Lanning, 1992).

Em relações abusivas, parecem faltar o mútuo respeito, a veracidade e confiança, uma visão positiva do companheiro, bem como actividade sexual satisfatória, *self-disclosure* e tendência para resolver conflitos através da negociação (Waring *et al*, 1980). Tal deve-se, essencialmente porque os maridos afirmam a sua posição de dominância pelo uso da força não sendo a satisfação das mulheres considerada importante. Outros estudos evidenciam também que as mulheres abusadas apresentam menores níveis de intimidade e compatibilidade com os seus companheiros, assumem papéis sexuais de uma forma mais tradicional e uma disposição negativa face ao sexo. Contudo, algumas destas mulheres revelam ter maior frequência de interações sexuais do que as outras, eventualmente porque a tal são obrigadas (Apt & Hurlbert, 1993) ou porque possam eventualmente estar a vivenciar o período de "lua-de-mel" de que falaremos adiante, período que se caracteriza pela acalmia e pelo romance entre os cônjuges e que poderá predispor a este tipo de envolvimento sexual (Walker, 1979).

Recentemente alguns estudos vêm confirmar que as mulheres descrevem o abuso emocional como o aspecto mais ansiogénico da sua relação (Follingstad, Brennan, Hause, Polek & Rutledge, 1991), acompanhando frequentemente a violência física. Este tipo de abuso, que pela sua natureza é controlador, desempenha um papel central nos sentimentos de inferioridade e desespero existentes nas mulheres batidas o que, compreensivelmente, contribui para dificultar o fim da relação. Contudo, apesar de diferentes tipos de abuso co-ocorrerem, parece não existir homogeneidade no grupo das mulheres

vitimas relativamente aos seus níveis de auto-estima, sendo de destacar uma relação com outras variáveis como o *tipo de abuso*, a *periodicidade* do mesmo e *quando o abuso ocorre*. Outros factores como o suporte de amigos e familiares ou outro tipo de apoio como a procura de ajuda terapêutica parecem influenciar significativamente a auto-estima destas mulheres (*ibd.*).

Finalmente, reconhece-se que a frequência e severidade do abuso, bem como a previsibilidade e controlabilidade do mesmo são variáveis moderadoras dos efeitos do abuso. Assim, a frequência com que o abuso ocorre é um forte preditor do número e severidade dos sintomas; mulheres que conseguem prever o episódio violento apresentam mais sintomas (contrariamente ao que seria esperado) porventura, porque este período de espera pode prolongar-se por semanas de vigilância e ansiedade contrariamente ao que ocorre quando o abuso é súbito; que a presença concomitante de vários tipos de abuso e a adesão a papéis sexuais estereotipados conduzem à emergência de situações de violência com sintomatologia severa, tanto física como psíquica.

5.1. As perspectivas sociológicas

As perspectivas sociológicas, são vulgarmente designadas na literatura para significar um quadro conceptual alargado onde podem ser enquadrados modelos mais específicos da análise da violência conjugal. Referimo-nos, concretamente, às análises sócio-estruturais, às perspectivas feministas e à teoria da aprendizagem social.

No que concerne às análises estruturais, autores como Straus, Gelles e Steinmetz (2003), podem considerar-se clássicos nestas perspectivas que postulam que factores como o stress social, o estatuto sócio-económico e a pobreza são habitualmente associados a maiores níveis de violência conjugal ou estar na sua origem. Para as perspectivas feministas, por seu lado, independentemente do reconhecimento das variáveis estruturais, a ênfase não deve ser colocada nas classes sociais mas sim nas mulheres, qualquer que seja o seu nível sócio-económico e cultural, considerando, assim, que aquelas

condições contribuem para o abuso das mulheres mas não constituem as suas causas (Alexander, 1993; Walker, 1999)¹². Ou, como refere Carden (1994), a questão está em que muitas mulheres ainda não alcançaram a independência política, social e económica que lhes concederia o poder de abandonar relações disfuncionais e violentas. Desta forma, o papel social da mulher, e os estereótipos associados aos papéis de género são questões centrais na abordagem deste fenómeno (Tolan; Gorman-Smith & Henry, 2005).

Para que assim fosse, contudo, seria necessário que os mecanismos de apoio social fossem mais presentes e consistentes para estas mulheres, realidade que está longe de ser alcançada. Com efeito, alguns estudos têm evidenciado que as mulheres que deixam relações (de namoro) violentas possuem apoios sociais relevantes e percepção de alternativas consistentes. (Campbell & Soeken, 1999; Truman-Schram, Cann, Calhoun & Vanwallendael, 2000). De qualquer modo, porque se trata de relações de namoro, cremos que a decisão de lhes por um fim é menos complicada do que se tal ocorresse em relações conjugais, na medida em que o investimento e compromisso dos próprios e da sociedade, nas duas situações, é manifestamente diferente.

A teoria dos recursos de Goode (1971), ainda que com algumas décadas de conceptualização, continua a ser mencionada como uma das explicações mais consistentes acerca do abuso sobre as mulheres. Este modelo postula que a força física é um dos vários recursos que os maridos usam para exercer influência na família, assim como o poder económico e o prestígio social, mais proeminentes. Por outro lado, tal como acontece com o conflito conjugal, casais em que as mulheres possuem maiores recursos económicos que os maridos, possuem maior probabilidade de ter violência conjugal (*in* Walker, 1999); outros estudos porém, constataam ser os casamentos em que os maridos dominam que são mais violentos do que aqueles em que existe igualdade entre os sexos; e, ainda, apontam para uma

¹² Entre raça, classe social, género e o fenómeno da agressão às mulheres parece existir, com efeito, uma forte correlação (Cano & Vivian, 2001).

correlação positiva entre mulheres batidas e estatuto inferior das mesmas (Gelles & Straus, 1988; Ickes, 1993).

Em síntese, parece que casamentos ou relações em que os homens possuam menor poder do que as mulheres os torna abusivos contra as mesmas. Por isso, como referimos anteriormente, a violência poderá ser um comportamento compensador da falta de poder em algumas áreas do casamento (Babcock *et al*, 1993). Outros estudos, nomeadamente realizados em abrigos, revelam que dominância masculina, existência simultânea de diferentes tipos de abuso e conflito conjugal estão fortemente correlacionados com o abuso sobre as mulheres (Goldsmith, 1990). Ou, altos níveis de conflito conjugal e estatuto sócio-económico baixo emergem como os principais preditos de uma elevada existência de abuso contra as mulheres (Hotaling & Sugarman, 1990). Estas teorias revelam concordância com as análises feministas que assumem que as relações familiares se baseiam nas diferenças de poder e com o modelo de Hackler (1991) que associa a violência contra as mulheres com a situação de desigualdade em que vivem, encarando os factores económicos como muito relevantes na génese da violência e criticando, naturalmente, o fraco interesse concedido às razões estruturais, por muitos estudiosos e pela sociedade em geral. Suportando esta concepção, uma investigação realizada junto de jovens de diferentes países, revelou que os mesmos consideram o estabelecimento da igualdade sócio-económica entre os sexos como uma estratégia prioritária no combate ao fenómeno da violência doméstica (Shepard, 1992).

Acentuando ainda mais estas ideias, Hackler (1991) acentua a necessidade de se combater a ideia habitualmente veiculada de que a violência é pertença de um grupo específico de "más pessoas", esquecendo a restante população que "comete actos menores de violência de tempos em tempos" e Fortune (1993) chama a atenção para as normas culturais que tendem a promover e a perpetuar a existência de violência, nomeadamente pela romantização da mesma em alguns domínios das artes (nomeadamente, na televisão e no cinema).

Finalmente, as formulações da aprendizagem social, por seu lado, estão bem documentadas sobre a associação entre ter sido abusado em criança e agressão na vida adulta, continuam a ser um poderoso modelo para a etiologia da agressão. A teoria da aprendizagem social percebe a agressão como um *continuum* que se desenvolve desde as experiências de aprendizagem na infância, através de interações com outros significativos e através de influências sociais como aquelas patentes no poder dos *media* (Barnett *et al*, 1991).

Com efeito, será consensual considerar que, nas nossas sociedades, alguma violência e punição físicas são encaradas como legítimas (Gelles & Straus, 1988) ou desejáveis enquanto veículo legitimador de transmissão de determinadas aprendizagens. Para muitos este é um paradoxo, contudo diríamos que, novamente, teremos que considerar o objecto, os níveis e significados daquilo que falamos. Assim, as teorias da aprendizagem social postulam que a exposição à violência é o maior determinante da existência do uso de violência, através da observação de comportamentos violentos como meio de resolução de conflitos por parte dos pais - família de origem -, ou porque essa violência foi infligida em crianças conduzindo ao uso da violência em adultos. Contudo, como veremos, esta relação não é linear, o que se deduz da análise das investigações efectuadas.

Nesta perspectiva, a violência no seio da família constitui-se no primeiro modelo para o uso da violência fora de casa, parecendo que esta relação é mais evidente nos rapazes do que nas raparigas, que poderão apresentar maiores índices de vandalismo e delinquência e iniciar tais comportamentos mais precocemente (Anderson & Cramer-Benjamin, 1999). Concretamente, famílias em que o pai está desempregado tendem a ocorrer mais situações de abuso dos pais sobre os filhos rapazes (Cantrell, Carrico, Franklin & Grubb, 1990). Por outro lado, as mulheres tendem a fazer o mesmo que lhes fizeram, isto é, tendo sido abusadas na infância, manifestam o mesmo tipo de comportamento junto dos filhos, independentemente do sexo (Marshall & Rose, 1990).

A conexão entre violência na família e futura criminalidade, incluindo comportamentos violentos, tem sido suportado por vários estudos (Andrews, 1994; Cummings, Pepler & Moore, 1999; Hackler, 1991), embora a genética tenha um papel imprescindível na compreensão da transmissão de violência de uma geração para a outra, em casos mais graves de criminalidade (DiLalla & Gottman, 1991). Por seu lado, a violência contra as mães, associada a outros factores de risco como problemas de álcool, divórcio e prisão do pai contribuem para o aparecimento de problemas de comportamento, sobretudo nas raparigas (Spaccarelli, Sandler & Roosa, 1994) (note-se, que estamos ao nível das influências da violência conjugal na prole e não necessariamente na manifestação de violência entre cônjuges da família de origem).

Do mesmo modo, crianças que presenciam violência conjugal apresentam dificuldades ao nível do seu crescimento emocional, problemas educacionais, na relação com os outros e na participação na vida da comunidade, de uma forma geral (Afolayan, 1993). Finalmente, as crianças revelam-se mais perturbadas em famílias em período de divórcio que litigam a custódia dos filhos e onde a violência conjugal é mais severa e repetitiva e se perpetrada por homens em vez de mulheres (Johnson & Campbell 1993).¹³

Outros estudos revelam que os homens agressores estão mais predispostos a terem histórias de psicopatologia na família de origem, contudo, o ter sido abusado está directamente relacionado com o tornar-se agressor mas não com a presença de psicopatologia no próprio (Bickham & Fiese, 1997). A agressão física entre recém-casados está também correlacionada com a existência prévia de violência na família de origem e características de personalidade. Enquanto algumas investigações suportam estas premissas, outras revelam que a maior parte das mulheres batidas não são originárias de

¹³ A este propósito, recentemente Friedman (2004) critica o facto de os sistemas judiciais potenciarem e exacerbarem o conflito inerente ao divórcio e constata que além das questões estruturais que beneficiam os homens os conflitos nestes casos cabem aos dois e as dinâmicas relacionais tem que ser estudadas em benefício dos dois.

famílias violentas e que a maior parte dos homens batidos durante a infância não abusam em adultos das suas mulheres. Parece então que outras dimensões devem ser tidas em conta para perceber em que moldes a violência é transmitida de gerações em gerações (O'Leary, Malone & Tyree, 1994).

Concretamente, Dumas, Margolin e John, (1994) constataram num estudo longitudinal junto de 181 famílias que a transmissão intergeracional da agressão se pode efectuar ao longo de três gerações, tendo-se concluído que abuso infantil e violência conjugal na família de origem predizem abuso infantil de violência doméstica da segunda geração, que o abuso na família de origem prediz a agressão verificada na terceira geração e que o abuso infantil e violência conjugal na segunda geração predizem a agressão da terceira geração. Relativamente aos homens, a exposição à violência prediria o comportamento violento ao longo das três gerações. Para as mulheres, o único indicador significativo foi a agressão conjugal existente nas primeiras gerações.

Um outro estudo em que se avaliaram homens violentos que acabaram com a violência há cerca de dois anos e homens violentos que persistem em utilizar a violência, verificou-se que o estatuto económico e a violência na família de origem são os determinantes mais importantes para a prossecução da violência. E que níveis elevados de conflito conjugal e estatutos económicos baixos estavam associados não apenas com a ocorrência de violência como também com a continuidade da agressão ao longo do tempo (Aldarondo & Sugarman, 1996).

Vários estudos revelam que uma disciplina rígida durante a infância influencia comportamentos de violência contra o companheiro amoroso (Swinford, DeMaris, Cernkovich & Giordano, 2000), que crianças expostas a violência na família e na comunidade, apresentam risco acrescentado de virem a ser vítimas ou agressores, referindo o quadro de stress pós traumático como um modelo que pode descrever as experiências de quem assistiu a homicídios, guerra, assistir a violência familiar (Anderson & Cramer-Benjamin, 1999) Os resultados referem que o facto de ter sido sujeito a violência, aumenta os níveis de violência contra o companheiro amoroso. Encontrou-se também uma relação entre consumo de álcool e violência. Quando são retirados os efeitos

da violência, é o álcool que surge como um indicador importante da violência física (contra o cônjuge) (Merril, Hervig & Milner, 1996). De um modo geral, os homens parecem ser mais propensos a tornarem-se violentos quando observaram violência em crianças, do que as mulheres (Rosen, Bartle-Haring, & Stith, 2001),

Ainda Stith e Farley (1993) procuram testar um modelo preditivo da violência conjugal severa baseado na teoria da aprendizagem social e na análise que tinham efectuado sobre outras investigações. Os resultados encontrados, sugeriram que um papel sexual igualitário e a aprovação da violência conjugal têm um efeito directo no uso da violência conjugal. A violência conjugal tem um efeito negativo na auto-estima que, por seu lado, influencia o stress conjugal e os níveis de alcoolismo, e ambos têm efeitos na aprovação da violência conjugal. A observação, enquanto criança, de violência conjugal, tem um efeito directo na aprovação da violência e um efeito negativo na percepção de papéis de género igualitários.

5.2. A vítima e as suas reacções

Convém que nos demoremos um pouco num dos aspectos recorrentemente investigados quando se trata da violência em relações de intimidade conjugal. Com efeito, uma das questões centrais é a de saber porque permanecem as mulheres neste tipo de relacionamentos. Ainda que já tenhamos feito referência a explicações para este facto, tentemos aprofundar aqui outras razões explicativas, sintetizando-as.

Invariavelmente e apesar se serem quase sempre percebidas como vítimas, as mulheres nem sempre são tidas como inocentes ou indefesas neste processo e, em algumas situações, são encaradas com suspeição por parte de terceiros. Muitas vezes, os comentários vão no sentido de não se perceber o porquê da permanência destas mulheres em determinadas relações, sendo tal atribuído a traços de masoquismo. Outras vezes, refere-se que terão sido elas a provocar ou a incitar o outro ao comportamento

agressivo. Relembremos aqui algumas teorias que assentam na patologia da vítima - numa perspectiva fortemente psicodinâmica - e que postulam que as mulheres agredidas, de alguma forma, incitam ou provocam o abuso (Brannon, 1996), que as mulheres são masoquistas e adoram ser abusadas e, ainda, que têm predisposição para a violência. Ou seja, parece aplicar-se a estas mulheres o "rótulo" de codependentes assumindo-as como criaturas ainda mais perturbadas (mesmo com características de cariz psicopatológico) que os seus companheiros agressores (Carden, 1994). Ainda que se encontrem na literatura alguns laivos destas ideias, a maior parte dos estudos referencia outras causas para a permanência das mulheres vítimas de violência nestas relações (Campbell, Miller, Cardwell & Belknap, 1994).

Justamente, Strube (1991), faz uma tentativa de síntese da forma das razões que levam as mulheres a permanecer ou não nas relações abusivas do seguinte modo: (i) *impedimentos psicológicos* (a mulher permanece na relação devido a *handicaps* individuais), (ii) *modelo do abandono aprendido* ("*learned hopelessness*" significa que a mulher interioriza uma atitude de passividade e culpabiliza-se a si própria pelo que lhe acontece), (iii) *teoria da troca* (a mulher encontra-se perante o dilema entre continuar numa relação abusiva ou tornar-se num cidadão marginal, sem apoios pessoais e comunitários) e (iv) *teoria do comportamento planeado* – que significa que a decisão de abandonar ou permanecer numa relação abusiva segue regras precisas e que apesar de parecer que as mulheres permanecem na relação, interior e conscientemente, avaliam a forma mais adequada e o momento mais oportuno para abandonar o companheiro. Desta forma, muitas mulheres parecem estar envolvidas num processo de reflexão acerca da relação e dos apoios que podem obter em ordem a testar recursos internos e externos que lhes possibilitem a autonomia tratando-se, assim, de um processo de crescimento pessoal, que inclui um processo de luto acerca de um ideal de relação não concretizado (Sullivan, Basta, Tan, & Davidson, 1991).

Ainda o mesmo autor, (Strube, 1991) sugere a "*teoria da troca*" (*Exchange Theory*) para explicar que estas mulheres, por vezes, permanecem na relação porque a escolha que se lhes coloca consiste em optar entre um

violento e perigoso casamento e o desconhecido, o medo de uma educação monoparental, com dificuldades económicas (Gelles, 1993), tendo em conta a pobreza no feminino ainda existente. Roberts (1976; *in* Walker, 1999) diz tratar-se da escolha entre "*um casamento perigoso e a possibilidade de se tornar numa pessoa marginal*" (p.163). Ainda a este propósito, Kennedy, Ford, Smith e Dutton (1991) referem o isolamento dos amigos e dos familiares, sobretudo nas grandes cidades, e a inoperância da comunidade como as principais razões que conduzem as mulheres a adoptarem mecanismos para lidar com a violência e estratégias para a evitar. Ou seja, em vez de apelar a características individuais a ênfase é deslocada para as questões estruturais, de natureza sócio-política, que contribuem para perceber de forma mais adequada as reacções de algumas mulheres.

Como acabamos de referir, segundo a perspectiva teórica denominada de "abandono aprendido" (Walker, 1979) as mulheres batidas ou agredidas interiorizam uma atitude passiva, culpam-se a elas próprias e acomodam-se ao comportamento do parceiro; algumas reconhecem o perigo em que vivem mas são optimistas, esperando que o comportamento do marido se altere e permanecendo nesta situação ambígua que pode durar décadas.

A literatura sugere, aliás, que os casais violentos frequentemente passam por períodos de "lua-de-mel" (de três ou quatro meses) entre episódios violentos caracterizados pela sua ausência, mesmo sem intervenção terapêutica (Walker, 1979). Esta autora denomina este fenómeno de *ciclo da violência* composto pelas fases de *tensão*, *ocorrência de episódios violentos* e fase da *reconciliação ou lua-de-mel*, sendo a duração destes períodos variável em função do tempo de vitimação. Congruente com esta análise poderá estar o facto de apenas uma minoria de mulheres colocarem os maridos em tribunal e procurarem assistência legal, seja porque o período de lua-de-mel está a decorrer, seja porque exista a esperança da não repetição dos episódios de violência.

Outra variável que contribui para a compreensão da atitude destas mulheres, ou pelo menos de algumas, poderá ser o significado que elas atribuem à violência assim como o significado dos companheiros ou pela

comunidade em geral. Esta assume, por vezes, uma certa permissividade ao atribuir à violência um sentido quase educativo: alguma violência é permitida como estratégia disciplinadora, crença seguramente interiorizada por muitos homens e mulheres. Ademais, para algumas vítimas esta situação é marcada por sentimentos de vergonha devidos ao fracasso da sua relação e percebem-se a si próprias como tendo falhado na missão mais relevante das suas vidas: cuidar da família (Silva, 1995).

Existem, a nosso ver, dois estudos interessantes que corroboram a perspectiva acima descrita. O primeiro, realizado por Willis, Hallinan e Melby (1996) decorreu junto de estudantes universitários de ambos os sexos e pretendeu observar o papel dos estereótipos de género na atribuição de responsabilidades na violência conjugal (tendo para o efeito que avaliar uma situação em que o homem era o agressor). Os resultados, consistentes com estudos anteriores, revelaram que os sujeitos com uma visão tradicional dos papéis percebem os homens como menos abusivos, apresentam maior tendência a considerar que a violência ocorre pontualmente e tendem a desprezar os seus efeitos ou o seu grau de severidade, contrariamente aos sujeitos com uma visão igualitária dos papéis atribuídos aos géneros. Acresce ainda que, em casais efectivamente casados, estes sujeitos tradicionais tendem a considerar ainda menos que o homem é abusivo.

A outra investigação foi também realizada com uma amostra de estudantes universitários visando observar como os estereótipos de género e o poder se associam com as percepções dos papéis em casais violentos. Assim, os homens são habitualmente encarados como tendo *performances* elevadas em "actuação" (assertividade, motivação para tarefas de chefia e liderança) ao passo que as mulheres são encaradas como muito dotadas para a "comunhão" (acomodação e preocupação com os outros, excessivo altruísmo e vulnerabilidade). Este estudo expôs os sujeitos a duas condições (*i*) aquela em que o marido é violento contra a sua mulher e (*ii*) aquela em que a mulher é violenta contra o seu marido, invertendo o tradicional desequilíbrio de poder na relação. Os resultados revelam que tanto homens como mulheres violentos são percebidos como possuindo valores altos em "actuação" e baixos em

“comunhão”, alterando-se estes valores para as vítimas, homens ou mulheres, apesar destas serem percebidas como mais pobres em "actuação" do que os homens nas mesmas circunstâncias (igualmente abusados) (Gerber, 1991).

Outras razões poderão justificar a permanência das mulheres nestas relações: desde as preocupações com o sustento dos filhos, factores económicos, os factores emocionais e pessoais, a baixa auto-estima, a ausência de redes de apoio, quer pessoais quer comunitários e sociais, ao desejo de proteger o esposo e preservar a família unida. Além destas, parece que cerca de 50% dos maridos continuam a aterrorizar as suas mulheres após a separação. Pior, quando são assassinadas pelo seu parceiro, a maior parte delas encontra-se em processo de separação, ou seja, parece que o risco de serem vitimizadas aumenta ao separarem-se do agressor (Mallock & Webb, 1993). Estes crimes quando cometidos por mulheres são resultado de anos de violência psicológica e física e abuso sexual por parte dos companheiros (D'Ardenne & Balakrishna, 2001).

Baseado no modelo de Análise Transaccional de Berne, Bicehouse e Hawker (1993), definem diferentes níveis no comportamento de controlo dos homens e consequentes ou paralelos estádios na vitimação das mulheres. Assim, (i) o primeiro passo ocorre quando face a situações concretas o homem toma o controle das mesmas, usando estratégias aceites socialmente, (ii) recorre a ameaças e a estratégias de intimidação da companheira, nesta fase estas pedem muitas vezes ajuda junto de significativos mas apenas são encorajadas a serem melhores esposas e, (iii) finalmente, o homem torna-se violento, a mulher sente-se abandonada, transfere a raiva para si própria, diminui a sua auto-estima, deprime e surgem, por vezes, comportamentos de auto-mutilação. Contudo, vimos como este modelo é contestado por imensos estudos, alguns previamente referenciados.

Finalmente, Pelod e Edleson (1994) concluem de um estudo de âmbito nacional realizado nos Estados Unidos, da relevância de serviços comunitários e sociais de apoio às mulheres assim como de advogados para mulheres pela variedade de actividades que podem desenvolver em diferentes contextos, nomeadamente na pressão exercida junto de entidades governamentais para o

suporte e criação de serviços para mulheres batidas. Os autores destacam a importância do papel destes profissionais no apoio individual e na contribuição para a ocorrência de mudanças sociais, inclusive ao nível das mentalidades. Diríamos, em síntese, que existe algum consenso acerca de que as mulheres com recursos pessoais e comunitários são efectivamente mais capazes de abandonar a relação ou de encontrar meios para pôr fim à violência de que são alvo, mesmo não abandonando as relações, o que desde logo nos remete para a existência de outras dimensões presentes na compreensão da manutenção destas relações e para a circularidade das mesmas. Vejamos, então que contribuições podem dar as perspectivas sistémicas de análise da violência conjugal.

6. Da inevitabilidade dos conflitos à emergência de violência: que regularidades?

Temos vindo a constatar da necessidade de serem consideradas variáveis da relação não é possível aceder ao processo que conduz à emergência de violência moderada, seja física ou não física, nos casais. Para que estes processos relacionais fossem melhor compreendidos seria muito importante conseguir estudar efectivamente casais, contudo sobre as limitações e dificuldades que se colocam a este nível já nos referimos no primeiro capítulo e, por isso, apenas queríamos enfatizar que muitas vezes as conclusões evidenciadas pelos estudos são abusivas na medida em que as investigações são feitas com homens e mulheres e não com casais.

Ainda assim, à medida que fomos apresentando tipologias de casais, padrões comunicacionais, modelos de casamentos diferentes, formas de gerir conflitos distintas, entre outros processos, constatamos que existe (para além das polémicas, por vezes demasiado visíveis e contraproducentes) o reconhecimento progressivo da necessidade do estudo das variáveis relacionais nestes processos. E, ainda, que o envolvimento em estratégias de

conflito e de violência, nos moldes referidos, podem ser considerados num contínuo.

Neste âmbito, o constructo de *escalada* é prolífero e frequentemente utilizado por diversos autores mas nem sempre bem definido. Saliente-se que desde logo nele estão contidos diversos conceitos: por um lado, a ideia de que se parte de estratégias mais simples para outras de complexidade superior, a ideia de que o grau de severidade aumenta e diminui o controlo dos participantes e a ideia de que está implícito uma relação. Onde a escalada é, por natureza, relacional e processual porque depende da interação de, pelo menos, duas pessoas. Daí ser muitas vezes usada como sinónimo de *reciprocidade negativa*. Ou seja, finalmente, numa perspectiva sistémica de análise dos conflitos, a escalada insere-se nas relações simétricas (Christensen & Walczynsky, 1997).

Neste sentido, aliás, Revenstorf, Hahlweg, Schindker e Vogel (1984) consideram os seguintes tipos de estratégia utilizadas pelos casais em situações de conflito: *distanciamento* (que pode constituir uma alternativa para resposta negativas potencialmente geradoras de maiores níveis de conflito e estimulantes da violência); *aceitação* (encarar o conflito e procurar respostas positivas alternativas); *concordância* (considerar apenas respostas positivas) e, finalmente, *a escalada* (alternar entre a descrição recorrente do problema e as respostas negativas ao mesmo). Estes autores referem que a negatividade do processo de escalada consiste numa tendência que estes casais têm em ir procurar recorrentemente o passado (fenómeno de vingança) ou processo coercivo, nunca deixando que determinados acontecimentos morram de vez, nomeadamente os mais ameaçadores de acordo com a grelha de leitura que cada cônjuge faz da relação, estando sempre a ressuscitá-los morbidamente.

Por seu lado, Wile (1993) fala-nos de cinco níveis de ataque muito comuns entre os casais numa situação de escalada dos conflitos: o primeiro nível consiste em *criticar o comportamento do outro* (com frases do tipo “*nunca falas comigo*”); no segundo nível *criticam-se sentimentos* (dizer ao outro o que deve ou não sentir ou como deveria senti-lo); o terceiro nível corresponde a *criticar o carácter do outro* (chamar nomes, atribuir características negativas ao

parceiro); o nível quarto corresponde a *fazer interpretações acusatórias* (a sensação de estar sempre a psicanalizar o outro...) e, finalmente, o quinto e último nível corresponde à *crítica de intenções*. O que convém destacar é que cada passagem para o nível subsequente significa o aumento da frustração, dos sentimentos de mágoa, rejeição, abandono e ressentimento. Contudo, este autor é crítico quanto à capacidade de os casais fazerem apelo, ainda que o tentem, às regras da comunicação para impedir a escalada na medida em que as emoções e o calor adjacente a algumas situações conflituosas, o impediriam, assim, o processo de escalada só termina quando surge violência, ou através da retirada de afastamento intencional de um dos parceiros. Esta opção é, porém, também geradora de ansiedade na medida em que pressupõe para o outro, o afastamento e a indiferença face à tentativa de solucionar os conflitos por parte da pessoa que se considera mais próxima¹⁴.

Finalmente, Ridley e Feldman (2003), consideram que a escalada é inevitável nos casais (*i*) se os parceiros se fecham ou entram em posições do tipo “muro de pedra”, com padrões recíprocos de dominância e defensividade; (*ii*) se há uma imensa probabilidade de retaliação em ordem a prever futuros ataques, sobretudo quando o receptor acredita que o ataque inicial foi intencional e ilegítimo (*iii*) se está presente afecto negativo e fisiológico num dos parceiros (Gottman & Levenson, 1988). Constata-se, assim, que os argumentos utilizados pelos cônjuges contêm três níveis: o nível referente ao tema do conflito, o da personalidade de cada cônjuge e o da relação (que implica as especificidades e particularidades de cada casal) o que convenhamos complexifica o nível de análise.

Evidentemente, que cada casal será diferente de outros, como em todas as situações referentes aos comportamentos humanos. De qualquer modo, faríamos apelo a uma leitura dos modelos de Gottman que, apesar da sua

¹⁴ Evitar ou retirar-se dos conflitos é conotado de forma negativa para a relação a longo prazo porque os conflitos não resolvidos tendem a ficar mais carregados emocionalmente (de modo negativo...) com o tempo; como os temas não resolvidos se vão amontoando, é provável que os cônjuges comecem a ser menos tolerantes ou mais sensíveis a qualquer novo desacordo, ou seja, o limiar de tolerância decresce.

estonteante simplicidade, são prolíferos na quantidade de reflexões acerca da conjugalidade. Especificamente, sabemos que a estratégia de afastamento pode ser de extraordinária utilidade para conseguir impedir que a escalada tenha como consequência a violência, nomeadamente física. Porém, existem casais em que a escalada é frequente e mantida em níveis aceitáveis (apetece dizer politicamente correctos) para ambos os cônjuges e para a relação. Para alguns, aliás, parece ser a chama que os alimenta, de qualquer modo, nem sempre acesa, porque mais cedo ou mais tarde os conflitos profundos e não solucionados emergem de modo negativo. O mais intrigante, então, é tentar descortinar porque razões casais que discutem frequentemente nunca passam para uma fase mais grave e, por outro lado, nunca se saber verdadeiramente quando o abuso emocional pode anteceder o abuso físico.

Jacobson e Gottman, (1998)¹⁵ adiantam que os casais não violentos parecem possuir uma espécie de “*ritual de evitamento ou retirada*” que os leva a que em determinado ponto da escalada consigam parar e/ou reverter o seu modo de envolvimento no processo crescente de conflito ou de violência. Alguns destes casais fazem pausas, outros assumem compromissos, outros fazem as duas coisas. Nos casais onde há agressão física pelo contrário, os autores consideram que podem ocorrer duas situações distintas: a primeira consiste na retirada ou afastamento de um dos cônjuges; a segunda, consiste na capacidade, por norma das mulheres, de conseguirem parar de instigar o outro na medida em que os companheiros uma vez “activados” tendem a persistir nas situações e os episódios de violência acontecem. Parece inevitável voltar a falar das diferenças de género, uma vez que os autores assumem que são os homens que, tendencialmente ficam mais e mais agressivos, até ao ataque final (é destes autores a analogia deste tipo de homem com os cães “*Pit Bulls*”) e que constituem em cerca de 80% dos casos os agressores conjugais. Estes são homens que frequentemente no padrão

¹⁵ Estas constatações são como sabemos fruto de estudos longitudinais realizados com casais, onde os autores fazem uma série de anotações entre as quais as que concernem às discutíveis diferenças de reacção fisiológica de homens e de mulheres.

exigência-retirada se caracterizam por, ao mesmo tempo, assumir os dois papéis.

Outros estudos têm confirmado este duplo padrão por parte dos homens e a sua associação ao comportamento violento dos mesmos, concretamente, Berns, Jacobson e Gottman (1999a, b) constatam junto de 47 casais que os homens agressores são mais propensos a, simultaneamente, exigir e retirar-se das situações problemáticas que os outros homens não violentos. As mulheres vítimas também são diferentes, exigem mais dos maridos e estes não se retiram tanto do conflito como os maridos não agressivos. Parece deste modo inevitável a conclusão de que outros processos ou variáveis estão subjacentes.

Concretamente, quanto à questão do poder parece que em relações extremamente simétricas, os seus membros estão nela envolvidos de forma inflexível. Assim, os resultados podem ser associados a um jogo competitivo que, anexado às situações de conflito, implica a procura da culpa em doses iguais para ambos os cônjuges. Ainda que existam casos extremos em que é claro que um parceiro é mais responsável que o outro – os casos de violência são deste tipo – na maior parte das situações, Buss (1991) considera a inevitabilidade de se lidar com o conflito de forma sistémica e entender que existe uma responsabilidade partilhada.

Do mesmo modo, não é possível esquecer as variáveis individuais. Aliás, ainda o mesmo autor considera que a maior certeza decorrente de mais de cinco décadas de investigação neste domínio é a de que existem características de personalidade inevitavelmente associadas ao conflito entre as quais o autor realça os baixos níveis de agradabilidade e de instabilidade emocional como os mais determinantes para o aparecimento de abuso e negligência.

Um estudo de Sagrestano, Heavey e Christensen (1999) tornou-se num clássico porque, por um lado, estuda casais e, por outro, constata a existência de níveis semelhantes de violência entre géneros associados à percepção de poder e à resolução ineficaz de conflitos por parte dos cônjuges. De resto, os resultados deste estudo são os seguintes: baixos níveis de poder conjugal por parte do marido e elevado por parte das mulheres estão associados com a

agressão verbal e violência de ambos; o padrão de interação exigência/retirada parece associado a agressão verbal e violência de ambos quando é o marido que se afasta e, no caso em que são as mulheres que se afastam, só os maridos evidenciam comportamentos violentos.

Os mesmos autores, assinalam e reflectem sobre um conjunto de regularidades e continuidades mas também incongruências entre conflito e violência conjugais que nos parecem indispensáveis de referir:

- Constatam que existem padrões específicos de comunicação que podem constituir sinal de violência: abuso psicológico (muitas vezes designado de agressão verbal) e que este mesmo tipo de violência tem uma prevalência perto dos cem por cento em casais que revelam violência física. No entanto, nos casais que se assumem como violentos, a violência que prevalece é a violência psicológica (Follingstad, Brennan, Hause, Polek & Rutledge, 1990). Outros estudos referem que o uso de violência psicológica nos primeiros tempos do casamento prediz violência física mais tarde (Murphy & O`Leary, 1989).

- O padrão exigência/retirada tem sido revelado como um indicador de violência futura significativo (Babcock *et al*, 1993), com efeito, já vimos que o padrão tradicional mulher exigente/homem retirante é mais comum que o inverso e que o padrão oposto a este (e aquele em que os homens optam pelos dois tipos de comportamento) pode produzir mais violência entre os casais, contudo, tal parece ocorrer se associado ou mediado por outro tipo de factores (Holtzworth-Munroe *et al*, 2003). Tal poderá significar que este padrão pode servir de protector à violência, isto é, quando os homens se retiram ou afastam dos conflitos pretendem intencionalmente evitar o envolvimento no processo de escalada que conduz à violência (Babcock *et al*, 1993; Ridley & Feldman, 2003). Vimos contudo, como estas conclusões podem ser polémicas na medida em que muitos consideram que este afastamento é por parte do género masculino uma opção condizente com a manutenção de determinado estatuto que não pretendem perder.

- A questão do poder como causa da violência entre casais é de resto outra regularidade ou factor comum destas análises, não sendo também uma

questão pacífica por diversas razões. O poder enquanto constructo é considerado de diferentes formas (base, recurso, estratégias de influência, tomada de decisão), por outro lado, parece que a níveis diferentes de poder no casal estão associados maiores níveis de violência (Leonard & Senchak, 1996)

- Salienta-se igualmente a existência de variáveis contextuais, ineficientemente estudadas, mas que, ainda assim, são suficientemente esclarecedoras do papel que desempenham na génese da violência conjugal ou se preferirmos no contributo que concedem à compreensão de como os conflitos não solucionados podem fazer aparecer comportamentos mais severos entre pessoas envolvidas em relações de intimidade. Concretamente, diversos estudos referem que os agentes stressores da vida (especialmente violência na família de origem, aceitação da violência como estratégia usual de resolução de desentendimentos, consumo de substâncias, depressão e insatisfação conjugal como sendo os mais documentados na literatura) contribuem em cerca de 20% para o de aumento da violência conjugal e familiar; constatam ainda que as famílias estão mal preparadas ou equipadas para lidar com estes agentes de stress na medida em que cada vez mais são células isoladas e em que a sociedade não apresenta alternativas de apoio comunitário consistentes (Cano & Vivian, 2003). Os mesmos autores consideram também as variáveis estruturais como o aumento da pobreza, o desemprego, entre outros como fazendo parte dos factores provocadores de stress nas pessoas.

Finalmente, refira-se que existem estudos que apelam à influência de terceiros na forma como os casais resolvem os conflitos ou melhor dizendo na escolha de determinada estratégia. Estes terceiros conseguem influenciar, a forma como os oponentes encaram o conflito (por exemplo, as mulheres resolvem muitas vezes capitular ou adaptar-se a situações insatisfatórias por influência de outras mulheres que a tal as aconselham) Do mesmo modo, parece que, determinados comportamentos violentos perpetrados por homens ocorrem de modo mais natural, porque eles convivem com homens que recorrentemente, cometem este tipo de acto (Ridley & Feldman, 2003).

Por seu lado, Dobash & Dobash (2004) referem que a igualdade de papéis e de géneros a que se tem vindo a assistir nos casais provocou tantas mudanças para as mulheres como para os homens, embora estas sejam muito menos referenciadas. Assim, os autores consideram que os homens se confrontam inevitavelmente com mudanças ao nível da imagem a que estavam habituados e tal facto conduz, pelo menos para alguns homens, a problemas de auto estima, podendo emergir a tendência para a agressão e violência (...) *the sources of conflict leading to violent events reveal a great deal about the nature of relations between men and women, demands and expectations of wives, the prerogatives and power of husbands and cultural beliefs that support individual's attitudes of marital inequality*", p. 143).

Façamos ainda referência, para finalizar, a outro paradoxo do estudo das relações violentas e que é demonstrativo de que apenas modelos de análise globais ou sistémicos podem contribuir para a compreensão destes processos relacionais. Com efeito, alguns estudos constataam que a violência parece ser mais frequente em casais jovens, e ainda que muitos destes casais já viviam em relações de namoro violentas. Se, por um lado, estes resultados entram em contradição com aquelas que reconhecem que os primeiros anos de relação são anos protegidos do stress da vida quotidiana na medida em que a fase de lua-de-mel ainda persiste e o casal ainda não se confrontou com transições significativas; por outro, é consistente com o facto de a maior parte da dissolução das relações ocorrer entre os três e os cinco anos de casamento (Kurdeck, 1995).

Será que tal significa que é justamente a presença de violência ou da inabilidade em resolver conflitos que conduz à ruptura? E os casamentos que perduram são aqueles que nunca tiveram no seu seio violência ou os que aprenderam a lidar construtivamente com os seus desacordos? Apenas estudos longitudinais poderão responder a estas questões, seguramente, desafiantes (Hotaling & Sugarman, 1986; Martin, 1999; Ridley & Feldman, 2003).

Em síntese, concordamos com Martin (1999) quando ele refere que o estudo da violência (assim como o do conflito) conjugal tem necessariamente

de fazer apelo a um conjunto amplo e diversificado de variáveis: desde a cultura, com os seus valores e normas que determinam a assumpção de diferentes papéis; os processos de socialização de que todos somos alvo; a características estruturais, pessoais e familiares e relacionais que, conjuntamente, determinam as atitudes e interacções que emergem na gestão dos conflitos ou violência.

7. Constrangimentos da investigação e da intervenção em violência conjugal

Tal como acontece com o estudo do conflito conjugal, a investigação sobre percepções de violência é igualmente merecedora de constrangimentos diversos e aquilo que acontece ao nível da esmagadora maioria dos casais (e famílias), ainda é do domínio do privado, sendo praticamente impossível aceder a casais ou indivíduos violentos nas suas relações íntimas.

Assim, não é difícil perceber porque, embora a maior parte das investigações se proponha estudar a violência conjugal, raramente a relação conjugal é o objecto de análise sendo esta, em nossa opinião, a principal dificuldade com que nos deparamos, ou seja, pretendemos estudar as percepções de violência conjugal, mas são raríssimos os estudos efectuados com casais. Pelo contrário, muitas das conclusões generalizadas para estes são efectuadas com base em estudos realizados com indivíduos solteiros ou com casais de namorados e, nestes casos, não existe uma vivência efectiva de conjugalidade. Se apenas há uma década, esta questão parecia trivial, na medida em que casais de namorados, em união de facto e efectivamente casados obtinham resultados similares nas investigações (Fletcher, Fincham, Cramer & Hero, 1987; Dutton *et al*, 1994; Rosen & Bezold, 1996; Vivian, 1995), recentemente, temos vindo a encontrar alguns estudos que provam o contrário e que, tendencialmente, tendem a explorar as particularidades dessas diferenças (Rosen *et al*, 2001).

Outro constrangimento é o de que muitos estudos não explicitam claramente os critérios de definição das amostras e o processo de selecção das mesmas, tornando difíceis as generalizações de resultados. Por outro lado, a maior parte das investigações é efectuada junto de mulheres batidas que procuram apoio, seja em asilos, grupos terapêuticos ou hospitais; junto de homens agressores que frequentam grupos de apoio diversificados, em função do(s) seu(s) problema(s), por exemplo, grupos de alcoólicos ou como consequência da violência que cometeram; ou seja, são estudos feitos junto de amostras clínicas e muito centrados na procura da patologia individual em ordem à caracterização destes sujeitos - são as chamadas amostras de conveniência como refere Ben-David (1993). Quando efectivamente são realizadas com casais, as investigações parecem ter como objecto central de análise o relato individual, seja da vítima ou do agressor, existindo poucos estudos cujo objecto seja a violência relacional. Acresce que as perspectivas relatadas por cada um dos elementos do casal podem ser naturalmente divergentes o que complexifica, necessariamente, a análise das percepções conjugais acerca do episódio violento (mas porventura enriquece a nossa visão das dinâmicas relacionais subjacentes).

Fora deste contexto, são escassos os estudos efectuados junto de casais da população global e, os existentes, baseiam-se em medidas de auto-relato. Finalmente, e porque no início do capítulo dedicamos algum tempo a esta questão, escusamo-nos de repetir outros entraves apenas salientando que por vezes não sabemos em que terreno nos movemos quando falamos de violência (e esta é uma crítica feroz neste domínio), sendo os desenhos metodológicos enviesados *a priori* pela perspectiva teórica que se defende¹⁶, por isso, os resultados dos estudos não podem ser generalizados. Seriam, por fim, desejáveis mais estudos longitudinais mas, dada a transitoriedade e instabilidade de relações de maior violência, entre outros factores, a sua operacionalização temporal torna-se particularmente difícil.

¹⁶ Poderíamos contrapor que em todos os domínios da investigação isso acontece. Contudo, parece que no domínio da violência conjugal a investigação se torna cega em função de debates excessivamente calorosos e, por vezes, pouco consentâneos com a investigação científica.

Numa tentativa de síntese, vejamos as principais dificuldades assinaladas na literatura e confirmadas pelos profissionais que intervêm directamente neste domínio. Assim, (i) devido à vergonha social (ainda que tal pareça estar a decrescer) os casais podem ocultar ou suprimir informações significativas, intencionalmente (Edleson, 1996), e mesmo as mulheres tendem a omitir o que lhes acontece nas relações de intimidade, ainda que seja junto de profissionais especializados (Dunham & Senn, 2000); (ii) a literatura sugere que casais violentos vivenciam períodos de acalmia (o período de "lua de mel") (Walker, 1979), pelo que não sabemos em que momento da relação eles possam estar aquando da avaliação; (iii) os cônjuges podem atribuir diferentes significados à violência e, independentemente da dificuldade da sua operacionalização objectiva (a que já fizemos referência), as experiências vividas por cada indivíduo comportam sempre diferentes tonalidades, seja por diferenças individuais, ou relacionais, seja por influência de variáveis exteriores como a rede social de apoio ou, ainda, a influência da cultura; e, finalmente, (iv) a elevada taxa de divórcios entre casais violentos reporta ao risco do uso de informações deturpadas como meio de influenciar as autoridades na custódia dos filhos (Tutty, Bidgood & Rothery, 1993).

Apesar destas dificuldades, nas últimas décadas têm surgido uma série de métodos e programas para agir junto de homens e de mulheres, maioritariamente considerados como agressores e como vítimas, acompanhando o acréscimo do interesse pelo público e pela comunidade científica neste domínio.

São vários os autores que apelam à necessidade de intervenções na medida em que na sua ausência, as situações de abuso tendem a persistir e a tornar-se mais severas (Faulkner, Cogan, Nolder & Shooter, 1991). Concretamente, no que se refere às mulheres vítimas de abuso emocional e/ou físico tem emergido a necessidade de as capacitar com estratégias de capacitação ou conferir poder (*empowerment*), seja para desenvolver uma relação satisfatória, seja para abandonar a relação, parecendo que todos os intervenientes exteriores a este processo deverão ajudar a vítima (Webb, 1992).

Relativamente ao sucesso dos programas de intervenção, alguns estudos revelam que o uso de substâncias como álcool e drogas, tendências narcisistas, fracos rendimentos, história criminal, depressão, pessimismo e falta de assertividade estão associados a desistências bem como a reincidência, tanto no que se refere a mulheres como a homens (Hamberger & Hastings, 1991; Gondolf & Foster, 1991) revelando características idênticas às da população em geral, no que concerne ao finalizar as intervenções com sucesso. Em alguns casos, mesmo após tratamento, os homens tornam-se novamente ofensivos (Arriaga & Oskamp, 1999; Malloch & Webb, 1993). As investigações sugerem, ainda, que agressores que tenham assistido a violência na família de origem e que apresentam problemas de uso de álcool são mais propensos a serem reincidentes; e que os agressores que completam os tratamentos (independentemente da sua natureza) possuem maiores níveis educacionais, estão mais aptos a terem um emprego a tempo inteiro e embora tenham assistido a violência na família de origem não foram vítimas de abuso directo em crianças (embora a mera observação já seja abuso psicológico) (Shepard, 1992).

Outra variável que tem vindo a ser estudada prende-se com as políticas de intervenção junto dos agressores, das vítimas e da sua eventual eficácia. Assim, parece que as sanções (nomeadamente a prisão do agressor) parecem ter mais efeitos nos agressores com uma história de uso de violência incipiente, contrariamente aqueles que têm histórias severas (Fagan, 1989). Gelles (1993, 1994) assinala, justamente, a necessidade de a prisão do agressor fazer parte de intervenções mais alargadas porque tal medida, por si só, parece tender a incrementar a violência nos sujeitos.

No que se refere às intervenções propriamente ditas junto de mulheres batidas, verifica-se que elas englobam estratégias baseadas nos modelos cognitivos das quais destacaríamos a promoção da auto-estima, de competências de relacionamento, de competências de comunicação e de assertividade. A necessidade de intervir a este nível é suportada pela investigação, por exemplo, Henderson (1993), revela que as mulheres abusadas têm a percepção de que falham na resposta às necessidades dos

filhos, indiciando o facto de beneficiarem com o apoio de grupos de desenvolvimento em que aquelas questões, entre outras, sejam discutidas e trabalhadas.

A assertividade, competências de comunicação, resolução de problemas, problemas vocacionais e questões de imagem corporal são igualmente áreas muito desenvolvidas ao nível das diversas intervenções (Cox & Stoltenberg, 1991). Os mesmos autores, são também apologistas de um processo interventivo de cariz cognitivo que inclua identificação de objectivos, desenvolvimento de um plano de acção e estratégias de tratamento e avaliação, considerando que o processo terapêutico, quer seja individual, quer seja em grupo, torna as mulheres mais aptas a quebrar o ciclo da violência. Relativamente à intervenção junto dos homens agressores, as estratégias apontadas pela literatura são basicamente as utilizadas junto das mulheres (Shamai, 1996) embora se destaquem algumas áreas como essenciais na intervenção junto dos agressores, a saber: as competências de comunicação, de resolução de conflitos, capacidade de negociação e a tomada de perspectiva do outro (Eisikovits & Buchbinder, 1996).

Constatamos que as intervenções a que se faz referência na literatura acerca da violência conjugal raramente se referem a intervenções com casais conjuntamente. Quando tal acontece, são fortemente marcadas por questões do foro político e ético, nomeadamente no que concerne à atribuição de responsabilidade atribuída a um ou outro cônjuge, ou a ambos (Harway, 1994).

Com efeito, estas perspectivas têm sido motivo de controvérsia justamente porque trabalham com o casal, em conjunto, conceptualizando o problema como uma disfunção interactiva. Ainda assim, parece ser relativamente consensual que os avanços tidos nas perspectivas sistémicas conduzem ao aparecimento de estratégias mais adequadas para lidar para lidar e intervir junto dos casais, não significando deixar de atribuir a responsabilidade do abuso aquele que o comete (Jenkins, 1991).

Goldner (2003) refere que a violência conjugal ocorre sempre no contexto de uma relação a dois, pelo que parece ser razoável que se examinem as contribuições potenciais de ambos os parceiros para a interacção

violenta, ainda, porque apenas avaliando as dinâmicas relacionais, nos podemos aperceber da natureza do problema, mesmo quando (ou porque) ele é particularmente complexo.

Paralelamente, verificamos que as correntes feministas (entre outras de cariz marcadamente sociológico) consideram que o abuso das mulheres é uma consequência das políticas de intimidade, permitidas pela sociedade patriarcal. Assim, a terapia conjugal, por si só, pressupõe a existência de um problema relacional que, pela sua natureza, também culpabiliza a vítima. Contudo, Jacobson (1994) postula uma análise contextualista, ao defender que o comportamento humano é determinado por factores externos e, se se pretende estudar o abuso das mulheres, é efectivamente necessário estudar os factores que o circundam e que incluem a análise do comportamento das mesmas. Isto não significa, para o autor, que qualquer que tenha sido o comportamento da vítima ela tenha sido a responsável pelo acto de violência e que o agressor é inequivocamente responsável pelos seus actos de violência. Ou seja, tentar compreender quais as variáveis que conduzem ao aparecimento de violência nunca a justifica ou desculpabiliza, seja do ponto de vista ético, moral ou legal (Jacobson *et al*, 1995).

Finalmente, Holtzworth-Munroe, Meehan, Herron, Rehman & Stuart (2003) consideram que as intervenções com casais violentos apenas fazem sentido quando se trata de casais com violência moderada, tendo constatado que a existência de violência psicológica prediz violência física, por norma, cerca de um ano mais tarde, pelo que faz todo o sentido intervir junto de casais em que as manifestações de violência são ainda incipientes, do tipo de violência não física ou em casais em que se assiste ao recurso de estratégias inadequadas de resolução das suas desavenças. Constatamos, de resto, que a progressiva utilização de estratégias ineficazes ou destrutivas para a relação conduzem à reciprocidade negativa e, eventualmente ao aparecimento de violência mais severa.

Surge, desta forma, uma questão determinante nesta área: será que se pode intervir com casais violentos? Segundo Rosen e Bezold (1996) não existe grande evidência de melhoria no relacionamento conjugal se os níveis de

violência conjugal diminuem porque tal pressupõe a aceitação de algum tipo de violência nas relações conjugais, o que seria eticamente condenável. Dito de outro modo, os autores defendem que nenhuma violência é permitida e, se ela existe, a intervenção não faz sentido pelo menos com ambos os cônjuges em conjunto. Outros defendem que trabalhar conjuntamente com abusadores e vítimas dentro da perspectiva sistêmica, proporciona a análise da situação de abuso, das circunstâncias em que ocorreu contribuindo, desta forma, para um melhor entendimento do funcionamento familiar, podendo trabalhar-se em ordem a produzir alterações no mesmo, conduzindo à diminuição da possibilidade de ocorrência de futuras ameaças, concedendo, ainda, ao agressor a oportunidade de mudar os seus comportamentos (Dias, 2004; Robinson, Vivian-Byrne, Driscoll & Cordess, 1991; Dieckman & Eagly, 2000).

Reflictamos, ainda, sobre a intervenção ao nível da terapia familiar e sobre os perigos e questões éticas que ela possa englobar. Em primeiro lugar, se a terapia familiar considera o problema de forma interactiva, é gerada uma co-responsabilização entre os membros da família sobre o comportamento violento, em que ambos os cônjuges tomam parte, ignorando o facto de a sociedade, em si, atribuir mais poder (e, portanto, mais recursos) ao homem nesta relação (Avis, 1992; Serra, 1993; Walker, 2003).

Curiosamente, pensamos que é possível, em nossa opinião, estar de acordo com ambas as posições, com efeito, pensamos que se fala - e esta é a dificuldade paradigmática mais recorrente do estudo da violência conjugal - de situações diferentes! Naturalmente que graus severos de violência não são compatíveis com a terapia de casal, o que não é sinónimo da impossibilidade de outras intervenções, algumas apenas mencionadas neste capítulo, mas, se é de níveis moderados de violência que falamos (e não sejamos ingénuos enveredando por posições extremas que pressupõem da sua inexistência) e, ainda, se existe a possibilidade de podemos apoiar os casais, porque estes intencional e livremente procuraram ajuda, podemos e devemos falar de intervenção com casais no contexto da terapia de casal.

Ainda a propósito da questão da atribuição da responsabilidade sobre o abuso conjugal, verificamos que normalmente as perspectivas feministas

consideram os maridos agressores como únicos responsáveis pelo acto de violência e, os sistémicos, defendem que ambos os cônjuges estão envolvidos na interacção violenta, não querendo com isto significar que a atribuição de responsabilidade tenha que ser repartida por ambos (Gelles & Straus, 2003; McKeel & Sporkowski, 1993).

De qualquer forma, curiosamente, parece que aquilo que o terapeuta pensa acerca da capacidade do agressor em cessar ou não os comportamentos violentos influencia o sucesso da intervenção. Alguns autores pensam que o agressor nunca deixará de ser violento por oposição aos resultados revelados por investigações que avaliam a suposta eficácia das intervenções do sistema judicial e outros para pôr término ao abuso (Goldner, 1998, 2003; McKeel & Sporkowski, 1993). Existem, porventura, poucos estudos a este nível e confinados ao sistema norte-americano devendo os resultados ser lidos com cautela.

Ainda neste contexto, existem indicadores de que mais de dois terços da população que recorre à terapia familiar tenha sofrido de algum tipo de violência física no ano precedente aquele em que solicitam apoio e, apesar desta expressividade numérica, durante a intervenção nem sempre os terapeutas manifestam capacidade na identificação de violência conjugal junto dos seus clientes (O'Donohue & Crouch, 1996)¹⁷. Assim, existem certamente razões tanto por parte dos clientes como por parte dos terapeutas para esta ocorrência. Terminemos, pois, com a apresentação de algumas razões potencialmente justificativas para o facto de muitas pessoas não falarem dos seus comportamentos violentos ou dos comportamentos violentos do(a) parceiro(a), ainda que tal ocorra em contexto terapêutico.

Pelo lado dos clientes parece existir, (i) a percepção de que a violência física é trivial e aceitável e encarada como uma forma aceitável de resolução de conflitos; (ii) a possibilidade de encarar a violência como sintoma de algo

¹⁷ Tratando-se de um tema actual, é interessante verificar que revisões recentes da literatura, nomeadamente no domínio da terapia familiar, revelam que mais de metade dos casos que envolvem violência física não são detectados durante as entrevistas de rotina (Aldarondo & Straus, 1994).

mais problemático e não como o "real problema"; (iii) o medo de aumentar o risco de vitimação, na medida em que o(a) parceiro(a), por vingança, pode incrementar os comportamentos violentos¹⁸; (iv) o amor e consideração pelo parceiro, que parece afectar sobretudo as mulheres e que surge como impedimento ao reconhecimento da existência de violência, aliás, um dos maiores paradoxos sobre esta matéria é o de que violência e amor andam interligados (Gelles & Straus, 2003; Goldner, Penn, Sheinberg & Walker, 1990); (v) eventualmente, a pessoa pode não revelar situações de abuso se estiver face a técnicos do sexo oposto com medo de não ser compreendido (representação de que o profissional não poderá compreender a natureza das experiências vividas); (vi) problemas de interpretação de linguagem, tanto no que concerne às verbalizações dos clientes como dos terapeutas.

No que aos terapeutas diz respeito, parece que os mesmos se abstêm de obter informações sobre a violência por outras razões: (i) por vezes, não questionam as pessoas para não parecerem intrusivos ou (ii) porque consideram que não se deve impor uma "agenda" para a consulta pressupondo que os temas significativos emergem naturalmente (contudo, isto parece não ocorrer nos casos que envolvem violência); (iii) uso de linguagem inapropriada e que contribui para ocultar aquilo que efectivamente aconteceu, devido a dificuldades em concretizar e operacionalizar conceitos; (iv) o contexto em que estas questões devem ser colocadas e dúvidas sobre a qual dos cônjuges se deve colocar este tipo de questão nos casos de terapia de casal (Aldarondo & Straus, 1994). Naturalmente, existe muitas vezes a necessidade de complementar este tipo de intervenção com terapia individual tendo em conta que a violência está extremamente ligada com o desenvolvimento inter e intra pessoal de cada um dos cônjuges.

¹⁸ Com efeito, muitas mulheres assinalam esta variável, ou seja, afirmam ser mais perseguidas após a separação ou após terem formulado queixa da sua situação, por parte dos parceiros.

Em Síntese...

No sentido de perceber cada vez melhor a gênese da violência conjugal, têm sido progressivamente, desenvolvidos modelos explicativos que procuram envolver variáveis de ordem diversa e conjugam, por vezes, diferentes perspectivas teóricas. Trata-se de abordagens de cariz sistémico¹⁹.

Dado o interesse acrescido nos pressupostos ecológicos e na sua aplicação aos sistemas familiares, investigações recentes examinam a violência entre homem e mulher no contexto da interacção conjugal. Com efeito, parecem existir dados que constataam a forma como as variáveis interpessoais são úteis para distinguir casais violentos de casais não violentos, ademais, porque só analisando as dinâmicas conjugais será possível perceber o processo violento. Aliás, no capítulo sobre o conflito percebemos como o estudo do conflito ou, melhor dizendo, das estratégias de gestão do mesmo são o resultado de dinâmicas entre características pessoais, mas também, inevitavelmente, da relação.

Assim, entre outras dimensões, a qualidade da relação conjugal tem sido estudada em termos do ajustamento entre os parceiros, do seu nível de intimidade, e do prazer que obtêm na relação mas também da forma como lidam com os conflitos e com a emergência de situações, ainda que moderadas, de violência. Várias investigações indicam que problemas de ajustamento entre o casal, conflitos por causa da educação dos filhos, os papéis desempenhados na educação dos mesmos, a partilha de responsabilidades, entre outros, poderão estar associados ao abuso das mulheres (Edleson *et al*, 1996).

De facto, parece que a satisfação na relação está relacionada com os padrões de comunicação entre o casal e mulheres em relações violentas

¹⁹ Stith e Farley (1993) terão sido os percussores dos modelos sistémicos ao realizarem um estudo em que associavam diversos factores: ter observado violência na infância, níveis de stress elevados, aprovar violência, papéis sexuais tradicionais, alcoolismo e auto-estima. Note-se que, se considerarmos algumas destas variáveis isoladamente, os estudos se revelam inconclusivos.

apresentam, justamente, baixos níveis de satisfação conjugal, sendo que, em muitos casos, alguns homens já tinham demonstrado anteriormente, durante o período de namoro, um estilo comunicativo associado a agressão física (Follette & Alexander, 1992); as variáveis preditivas de agressão física em casais recentes variam das mulheres para os homens, isto é, as características que parecem prever futuros comportamentos violentos diferem entre os gêneros (O`Leary *et al*, 1994). Finalmente, o nível de angústia ou ansiedade na relação é uma variável significativa na mediação entre conflito e existência de violência na díade parental (Loyd, 1990).

Outra constatação habitual em investigações sobre a conjugalidade é a de que casais violentos exibem comunicação negativa, possuem expectativas irrealistas e criticismo verbal acentuado face ao parceiro ou aos seus significativos (Edleson *et al*, 1991; Margolin, John & Gleberman, 1988). Progressivamente, temos vindo a assistir pelo relato destes estudos à deslocação da ênfase das perspectivas individuais para a tentativa de tentar compreender as causas da violência conjugal usando os princípios da teoria geral dos sistemas que enfatizam o processo de interação dos diversos actores dentro da família, neste caso, da díade que compõe o casal. Destacaríamos, o *modelo circunplexo da violência conjugal* de Olson²⁰ (1981) que examina as características dos casais violentos em função de dimensões como a *coesão*, a *adaptabilidade* e a *comunicação* partindo do pressuposto de que a tendência para a emergência de violência num casal, ser marcado por regras de funcionamento rígidas.

Verificamos que, inevitavelmente, o conflito faz parte das relações conjugais e que a ineficácia em resolver estes conflitos é o maior contributo para que o processo de desafeição do outro se inicie e tenda a crescer. As estratégias de resolução de conflitos mais extremadas ou a emergência de violência repousam, deste modo, na dificuldade em resolver problemas, numa comunicação ineficaz caracterizada por poucas competências para verbalizar

²⁰ Neste capítulo optamos por não falar do Modelo de Gottman porque já foi previamente apresentado. Ainda assim, teremos oportunidade de voltar a ele e a muitos dos seus contributos para a explicação da violência entre cônjuges.

sentimentos, pensamentos e deficiente capacidade de escuta por parte de ambos os parceiros ou na ausência de comunicação e na relutância em assumir compromissos. Esta situação de insatisfação poderá conduzir, ocasionalmente, ao abandono emocional e mesmo físico da relação, e ser, ainda, pontuada por episódios de abuso emocional ou físico entre os membros do casal (Kayser, 1993).

Com efeito, a acumulação de conflitos não solucionados produz raiva, agressão e contribui para a tensão no casal (Gottman, 1979). Por outro lado, as atribuições mais comuns são relativas a factores exteriores à relação, ao *self* (auto-culpabilização) e ao parceiro, tendendo a distorcer a sua imagem e a torná-la progressivamente mais negativo, e menos a factores interactivos (Berger & Rolloff, 1982). Assim sendo, as causas dos conflitos são percebidos como estando fora do controle dos elementos do casal. Parece pois que, paralelamente ao que acontece em casais violentos, as causas para o processo de desafeição no casamento se prendem com dificuldades de interacção entre os parceiros, nomeadamente, falta de mutualidade, necessidades individuais insatisfeitas e acumulação de conflitos não resolvidos (Kayser, 1993).

Abordamos, também, neste capítulo, as dificuldades que se colocam aos investigadores no domínio da violência conjugal, e demo-nos conta de que a maior parte delas dizem respeito a questões metodológicas a que não são alheias a natureza "íntima" do assunto. Estes constrangimentos, relatados nos diversos estudos consultados, têm também implicações na intervenção junto de vítimas e agressores. Verificamos, com efeito, a dificuldade em aceder a esta temática mesmo quando o contexto é de privacidade absoluta como é o caso do contexto terapêutico.

A complexidade desta questão implica, parece-nos, a opção por modelos multidimensionais de análise e de intervenção, apesar de ser necessário uma atitude crítica e consciente das questões políticas e éticas que se colocam neste domínio, para que não contribuam para retirar conclusões enviesadas e a influenciar negativamente os resultados das investigações e as pessoas (Merry, 2001).

Finalmente, cada vez mais se afirma a necessidade de trabalhar com base em modelos multidimensionais no tratamento destas mulheres e homens, capacitando-os para a compreensão dos processos que estão na gênese dos episódios de violência, a lidar com as redes de apoio social e a reconstruir os laços na sua própria família (com o parceiro e/ou com os filhos, na maior parte dos casos) ou com a família alargada (Dutton, 1996). No mesmo sentido, cada vez mais se assinala a importância dos recursos comunitários em ordem a dar uma efectiva assistência legal e social de apoio a estas mulheres além da mera constituição de abrigos (Sullivan, Basta & Davidson, 1992; Heise, 1996). Apela-se, de facto, para a necessidade de as comunidades desenvolverem a capacidade de prevenção primária ao nível da violência doméstica seja através de suporte social, promoção de recursos familiares, ou de sanções legais mais adequadas (Andrews, 1994). Busch, Robertson & Lapsley, 1993), num estudo (realizado junto de polícias e juizes) sobre a eficácia do sistema de justiça acerca da violência doméstica, revela que existe um hiato entre a história vivida pelas mulheres e a trivialização que é feita das mesmas por parte das instâncias jurídicas e sociais²¹.

²¹ Kayser (1993) analisa a relação entre cliente e advogado em situações de violência doméstica referindo o autor que muitas vezes as dinâmicas patológicas que caracterizam as interações numa família com este tipo de problema, são transferidas pelos cônjuges para as relações mantidas com estes profissionais. Assim, a mulher batida tem tendência a ver o advogado como uma figura de autoridade e sente-se intimidada e ambivalente. O agressor pode tornar-se demasiado exigente e crítico relativamente ao trabalho do advogado, tendendo a resolver os problemas com ameaças e intimidações, a única estratégia de coping que eventualmente conhece. Kayser (1993) chama a atenção para o "conhecimento" destas situações em ordem à eficácia dos serviços prestados.

Capítulo **3**

VINCULAÇÃO, CONFLITO, VIOLÊNCIA NA CONJUGALIDADE

Neste capítulo apresentamos, de modo necessariamente breve, a evolução do estudo do casamento mencionando apenas as teorias que nos parecem ser essenciais sobre a conjugalidade. Com efeito, este capítulo serve, essencialmente, para destacar o modo como o conflito e a violência têm sido compreendidos no seio das perspectivas psicodinâmicas, da aprendizagem social e no seio da perspectiva da vinculação que, a nosso ver, constitui o modelo que melhores contributos apresenta para a compreensão das dinâmicas que constituem o objecto deste estudo e, por isso, constitui uma dimensão central de análise do mesmo. Por isso, apresentamo-la de forma mais aprofundada destacando as investigações que no seu âmbito têm vindo a ser conceptualizadas acerca do conflito e da violência, ainda que sejam relativamente escassas. Finalmente, porque consideramos o conflito e a violência como multifactoriais apresentamos o modelo ecológico desenvolvimental, apesar de as diferentes teorias cada vez mais se aproximarem de uma leitura das relações segundo um modelo ecológico do desenvolvimento humano.

1. Teorias da conjugalidade

Como constatamos no primeiro capítulo, desde as décadas de 50,60, altura em que emergem as terapias familiares, diversos têm sido os percursos percorridos na investigação e intervenção com as famílias e, conseqüentemente, com os casais. Por razões já mencionadas o estudo do casamento iniciou-se pela valorização dos aspectos negativos em detrimento dos positivos; verificando-se também uma mudança de paradigma na medida

em que se passou de uma ênfase nos processos intrapsíquicos para a ênfase em processos relacionais e nos processos sistémicos.

Concretizando, Karney e Bradbury (1995, 1997) sintetizam de modo sequencial e histórico, as mais proeminentes contribuições para o estudo da conjugalidade, com base nas quais se têm desenvolvido as investigações:

- *Teoria da troca*: postula que as relações de proximidade crescem, desenvolvem-se, deterioram-se e dissolvem-se em função das trocas entre os membros da relação; ainda que considerem também a relação entre os elementos do casal e outros subsistemas exteriores ao mesmo este modelo faz, sobretudo, apelo a custos e benefícios nas relações entre os cônjuges. Este tipo de formulação tem como principal limitação o facto de não explicar as mudanças nas relações (e.g. Holmes & Sussman, 1983; Rusbult, 1983).

- *Teorias comportamentais*: centram-se na análise das relações interpessoais no que concerne a comportamentos específicos. Os estudos centram-se na resolução de problemas, enfatizando o papel das cognições nestes processos. Do mesmo modo, estas perspectivas não explicitam o modo ou processo de mudança inerente às relações em função do tempo (e.g. Bradbury & Fincham, 1992; Markman, 1994).

- *Teorias de aprendizagem social*: possuem, como de resto tem sido patente nos capítulos anteriores, um papel primordial no estudo das relações familiares. Contudo, apesar de se reconhecer que a família de origem tem um papel considerável no modo como se lida com os conflitos não são muito frequentes os estudos específicos sobre a análise da conjugalidade efectuados com base nestes pressupostos. Ainda assim, é um facto que as experiências individuais ocorridas ao longo do desenvolvimento junto da família de origem emergem, de forma mais ou menos consciente, no período de namoro ou no casamento e desenvolvem-se na nova família nuclear, permanecendo esta influência para além do contacto com a família de origem. As premissas patentes nestas afirmações encontram-se igualmente nas teorias da aprendizagem social e na teoria da vinculação (Tophan & Holman, 2005).

- *Perspectivas sistémicas*: no âmbito destas teorias defende-se que a disfuncionalidade está para além das características individuais de um ou outro

cônjuge e das dinâmicas relacionais, uma vez que o sub sistema conjugal se relaciona com outros sistemas (apenas desta forma os conflitos podem ser entendidos, atendendo naturalmente à especificidade de cada cônjuge, mas considerando que eles são o corolário do sistema total e não apenas de um ou outro elemento). Nestas perspectivas, a família é percebida como um sistema aberto, pressupondo-se a existência de autonomia e interdependência entre os diversos sub-sistemas que a compõem. Justamente, no que ao casal diz respeito, uma das suas funções é manter o seu espaço de individualidade, desenvolvendo naturalmente limites e fronteiras que preservem o casal de outros elementos. Estes elementos tanto podem pertencer à própria família (a título meramente exemplificativo, refira-se a transição normativa que constitui o nascimento de um filho e que obriga o casal a um equilíbrio dinâmico de gestão de tempos diferenciados); ou externos e, concretamente, podemos referir-nos às relações com as respectivas famílias de origem, ou com amigos ou, ainda, com colegas de profissão. Desta forma, a teoria dos sistemas ao encarar a família como um sistema aberto zela, de igual modo, pela sua intimidade e privacidade essenciais ao desenvolvimento psicológico dos seus elementos.

- *Teoria da vinculação*: concede especial atenção ao papel da história pessoal de cada um dos elementos no casamento e ainda que seja considerada uma teoria desenvolvimental, na medida em que sugere ligações entre as experiências na infância e na idade adulta, não fornece uma visão desenvolvimental do casamento em si. Por si só, a teoria da vinculação também não explica como os casais mudam ao longo do tempo e como alguns casais se desenvolvem diferenciadamente de outros (e.g. Goldberger & Veroff, 1993; Karney & Bradbury, 1995). Contudo, é das teorias que mais se aproxima das sistémicas e a que daremos particular atenção, seguidamente.

Finalmente, e de modo transversal a estas diferentes perspectivas, a investigação tem procurado responder a duas questões básicas: o porquê de diferentes casais se desenvolverem de modo diferente e o modo como os sentimentos acerca da relação afectam esse mesmo desenvolvimento.

Crescimento, deterioração, manutenção, curso, são, portanto, palavras associadas ao casamento. Concretamente, quanto ao curso do casamento, é de destacar o aumento dos estudos longitudinais, constatando-se que o curso das relações se equipara a um padrão curvilíneo, existindo preferencialmente níveis elevados de satisfação nos primeiros anos de relação e surgindo depois um decréscimo de satisfação para, mais tarde, estabilizar.

Do mesmo modo, estas trajectórias mostram que casais menos satisfeitos no início do casamento tendencialmente terminam as relações precocemente comparativamente a outros, como verificamos na revisão da literatura, sendo, inclusivamente, o tempo da relação uma variável determinante para a escolha das amostras, concretamente, no que aos estudos longitudinais diz respeito (Andrews, 2001; Goldner, 2003). Vejamos, ainda de modo mais demorado, as mais relevantes perspectivas.

2. As perspectivas psicodinâmicas

As perspectivas dinâmicas têm-se debruçado sobre o porquê da escolha de um ou outro parceiro, em função das suas necessidades narcísicas, ou seja, em ordem a colmatar um *eu ideal* não atingido. O desenvolvimento psicosexual dos cônjuges é valorizado e associado a aspectos das relações primárias de objecto. Assim, neuroticismo, instabilidade emocional, entre outros, são conceitos habitualmente associados a relações conjugais disfuncionais.

Uma vez que as teorias psicodinâmicas valorizam acima de tudo o intrapsíquico, o mesmo acontece quando nos referimos ao casamento, sendo este percebido através de mecanismos como os da projecção ou identificação projectiva (o indivíduo relaciona-se com o outro não considerando este como uma pessoa separada mas antes como se se relacionasse consigo próprio); de fusão, de transferência; processos em tudo contrários ao

estabelecimento de relações de intimidade na medida em que estas se baseiam na diferenciação e na separação.

Neste modelo, as questões da separação e da intimidade, constituem-se numa dicotomia alvo de lutas constantes entre os casais. A razão porque tal acontece deve-se ao facto dos cônjuges se verem a si próprios como pessoas separadas (dimensão cognitiva) mas, ao mesmo tempo, paradoxalmente, vivenciam sentimentos avassaladores de desconforto, angustia e ansiedade quando percebem ou sentem que o outro é separado de si (dimensão emocional). Com base neste processo explicam-se muitos comportamentos de violência física e de abuso sexual na medida em que eles representariam o modo de lidar com a ansiedade reduzindo-a ou eliminando-a. Dito de outro modo, para estes indivíduos a separação do outro é sentido como uma ameaça, no fundo, são pessoas que não se casam ou vivem *na e para* a relação mas antes para a evitar, porque uma relação implica individualidade e esta é sentida, nestes casos, como insuportável (Holmberg & Veroff, 1996).

A génese das relações conflituosas e de violência (ou, no mínimo, das relações altamente disfuncionais) estaria no amor narcísico descrito por Freud e em processos iniciais (mal resolvidos) vividos na infância, como o medo da castração e a incapacidade de tolerar a castração. Como sabemos, a maior parte das críticas a esta perspectiva resultam do seu excessivo determinismo e do enfoque quase exclusivo no intrapsíquico ainda que muitos autores considerem que esta centralidade é mais aparente que real porque o intrapsíquico não existiria sem o exterior a representá-lo.

No casal, especificamente, o interpessoal é também construído a partir das fantasias de cada cônjuge e, este processo dinâmico existe, desde sempre, para todos os seres humanos. Sintetizando, as perspectivas psicodinâmicas valorizam a escolha do cônjuge através da procura com base na complementaridade¹ (estão aqui incluídas as características

¹ A importância da similaridade nos casais é objecto de estudo na literatura desde há 60 anos, sobretudo no seio das perspectivas psicodinâmicas parecendo que características, atitudes e traços semelhantes teriam um papel determinante na atracção conjugal sobretudo nos estádios iniciais da relação; esposos semelhantes seriam mais felizes, parecendo também existir menos conflitos e violência no seu relacionamento; contudo, progressivamente tem-se vindo a valorizar a complementaridade entre cônjuges.

psicopatológicas (como a neuroticidade); desenvolvimento psicosexual (que inclui a relação com a família de origem); e a questão da projecção e da transferência.

3. Teorias da Aprendizagem Social

As teorias da aprendizagem social defendem que a criança aprende um conjunto diversificado de comportamentos através da observação e modelagem. Deste modo, também no casamento, muito daquilo que consiste no comportamento conjugal, foi aprendido através da observação das interacções conjugais dos pais. Assim, um dos grandes desígnios destas perspectivas tem sido o de estudar a qualidade do relacionamento das famílias de origem em ordem a perceber efeitos na descendência e na forma como tal interfere na génese do seu próprio casamento. Marks (1986) refere que todos os indivíduos carregam consigo uma espécie de *paradigma conjugal* que mais não é do que um conjunto de orientações e crenças acerca do casamento, bem como a forma de equacionar os problemas deles decorrentes e de os solucionar. Esta é, pois, uma espécie de fundação a partir da qual subsequentes relações se vão formando (*in* Tophan & Holman, 2005).

Este paradigma conjugal tenderia a subsistir durante a adolescência e a exercer um papel determinante no processo de constituição de uma nova família. Deste modo, quando à criança não foi possível assistir a um modelo de interacção conjugal positiva por parte dos seus pais mas, pelo contrário, observou conflitos intensos, pode não ter aprendido competências de resolução positiva de problemas, de compromisso, de comunicação positiva e envolver-se em relações em que é patente o conflito hostil de que, por exemplo, Gottman (2001) fala (*vd.* capítulo 2).

De resto, os factores associados à família de origem parecem ter um papel importante para a compreensão das variáveis conjugais ao ponto de ser sugerido que casais que se envolvem em conflitos hostis podem ter vivido as

mesmas experiências na família de origem. Trata-se, então, da existência, por vezes oculta, do *paradigma conjugal* que os indivíduos apreenderam enquanto crianças e que serve de guia aquando da formação do seu próprio casamento, embora estas influências possam ser mais ou menos conscientes por parte dos elementos do casal.

Neste contexto, e porque as variáveis associadas à emergência do conflito são diversas, destacaríamos a qualidade da relação pai-criança (Holman & Brich, 2001) e a qualidade da disciplina parental (Parke & O'Neill, 1997) como das mais proeminentes para a transmissão de formas de lidar com o conflito. Com efeito, parece que comportamentos inconsistentes de parentalidade (pais que não justificam as suas opções de punição, que são inconsistentes, pouco claros, ansiosos na administração dos castigos,...) conduzem a que as crianças sejam mais impulsivas, possuam menor auto-estima, apresentem menores competências sociais e cognitivas e que esta menor inibição e maior impulsividade conduza ao envolvimento súbito (não reflectido) em conflitos hostis, sendo esta característica especialmente penosa para as mulheres (Gotmann, 1993).

A este propósito, um estudo de Sanders e colaboradores (1999) sugere que mulheres cujos pais se divorciaram apresentam níveis elevados de agressão psicológica e física e parecem dissolver os seus casamentos cerca de quatro anos mais tarde. Nos homens, os mesmos antecedentes parecem ter efeitos quando eles observaram raiva e abuso parental aumentando a probabilidade de cometer os mesmos comportamentos nas suas relações. Os resultados são consistentes com estudos anteriores em que o divórcio parental parece ter mais consequências para as mulheres nas suas futuras relações do que para os homens (Story *et al*, 2004). Do mesmo modo, Ségrin (2005) considera que o conflito na família de origem tende a predizer divórcio nos descendentes na medida em que são elaborados atitudes mais negativas face ao casamento.

Assim, a qualidade do contexto da família de origem é de enfatizar, dado que menor proximidade emocional e maiores níveis de conflito vividos na família de origem parecem conduzir a menor satisfação conjugal. Para além de

sofrerem influência das próprias famílias de origem, os cônjuges tendem a ser influenciados pelas experiências das famílias de origem dos parceiros. Deste modo, parece que os níveis de satisfação conjugal dos maridos estão relacionados com os níveis de conflito da família de origem das esposas e que, os níveis de qualidade conjugal destas são influenciados pelo nível de expressividade e de qualidade geral da família dos maridos (Wambolt & Weiss, 1989; *in* Tophan & Holman, 2005).

É, pois, relativamente consensual que experiências adversas na família de origem possuem efeitos na prole, e divórcio parental parece predizer uma maior probabilidade de divórcio na descendência, coabitação, e casamento em idades precoces (Amato, 1996). A agressão física e modos de interação conjugal marcados pelo afecto negativo e incapacidade de solucionar problemas parecem também ter muitas vezes as suas raízes na família de origem (O'Leary & Jouriles, 1995; Andrews, 1994), embora seja cada vez mais evidente que existem outros factores mediadores na transmissão generativa destes problemas tais como a comunicação, as questões estruturais, as variáveis individuais e relacionais, entre outras (Story *et al*, 2004).

A este propósito, Klein e Milardo (2000) defendem, justamente, a necessidade de mais estudos para analisar os factores contextuais e a forma como eles influenciam os parceiros nas suas relações com o conflito. Os autores, destacam o papel das redes sociais de apoio, incluindo a família mas também os amigos, como fontes importantes de validação das estratégias adoptadas pelos cônjuges aquando da resolução de conflitos, embora não seja claro em que sentido se opera essa validação. No entanto, parece que de um modo genérico, emerge mais uma diferença associada ao género, sendo que para os homens as ligações com a família estão positivamente correlacionadas com a satisfação conjugal ainda que eles sejam menos propensos a discutir aspectos particulares da sua relação com a família comparativamente às suas mulheres (Helms-Erikson, 2000).

No mesmo estudo, realizado com cerca de quatrocentos casais, os autores destacam as seguintes variáveis da família de origem como tendo um papel preponderante: qualidade da relação pais-criança, qualidade da

disciplina parental e qualidade do contexto social da família de origem, ainda que sejam sobretudo as mulheres as mais afectadas por estas relações. Segundo os autores, tal pode dever-se ao facto de, após o casamento, a família do elemento masculino se distanciar mais da nova díade enquanto que a família do cônjuge feminino tender a permanecer com um vínculo mais estreito fazendo lembrar constantemente e com maior premência o tipo de experiências e os vínculos formados durante a infância (acrescentaríamos que podem estar subjacentes questões de índole cultural na medida em que as mulheres são tidas como especialmente votadas para cuidar das relações, nomeadamente das ligações à família de origem).

Finalmente, apesar de no seu seio terem sido desenvolvidas muitas investigações, algumas referidas em capítulos anteriores, as perspectivas da aprendizagem social também não explicitam claramente o modo como se processa a dinâmica relacional, ainda que não ponhamos em causa a interferência das famílias de origem nas novas famílias na medida que, em termos práticos, se verifique que muitas das dificuldades dos casais se relacionam com o conseguir constituir uma nova identidade familiar no meio de um fogo cruzado de influências, por vezes, em momentos em que os elementos do casal ainda não conseguiram alcançar a sua diferenciação da família de origem. No entanto, existe seguramente uma panóplia diversa de outras variáveis que podem estar na génese de conflitos e de violência conjugal. A maior prova disso será a de que imensos estudos (como referimos no capítulo 2) constataam que muitos indivíduos provenientes de famílias de origem abusivas podem constituir novas famílias perfeitamente funcionais e em que tal abuso não acontece, ou seja, de novo, são fundamentais modelos abrangentes para perceber a especificidade de cada situação.

Aliás, as diversas teorias possuem ligações entre si, veremos seguidamente como a teoria da vinculação aporta um contributo importante para a compreensão do papel da família de origem na medida em que a qualidade da relação de intimidade adulta é fortemente influenciada pela relação de vinculação tida na infância (Tophan *et al*, 2002). Assim, adultos que experimentaram uma vinculação segura na infância são mais propensos a

terem relações adultas estáveis, sentem-se mais confortáveis e confiantes e tendem a ver o outro como confiável e altruísta, por outro lado, os indivíduos inseguros, em criança, tenderão a envolver-se em relações de conflito, nomeadamente conflito hostil (Collins & Read, 1990).

Vejamos, seguidamente, os contributos que a perspectiva da vinculação nos oferece, demorando-nos um pouco mais na sua apresentação, na medida em que alguns dos seus pressupostos constituem uma dimensão do nosso estudo.

4. A teoria da Vinculação

A teoria da vinculação baseia-se na necessidade universal do ser humano em ter figuras de referência, significativas, ou de vinculação, termo proposto por Bowlby (1962/1982) no seu modelo etológico. Assim, do mesmo modo que para outros seres vivos, o autor postula a existência de um sistema comportamental de vinculação que pressupõe estar o ser humano equipado com um conjunto de comportamentos que servem à sua protecção e à sobrevivência da espécie (chorar, por exemplo).

Este sistema comportamental tem uma função bem definida – garantir a protecção em face de situações adversas – e distingue-se claramente de outros sistemas, nomeadamente o sexual, na medida em que segundo Bowlby os laços emocionais não “não estão subordinados nem derivam da necessidade de sexo e de alimentação” (Matos, 2002, p.18). Deste modo, o comportamento de vinculação dos seres humanos consiste num conjunto diversificado de comportamentos que visam a manutenção junto de uma determinada pessoa (significativa) que é tida como mais experiente e capaz de lidar com constrangimentos e dificuldades de natureza diversa.

Esta necessidade universal de os indivíduos estabelecerem ligações afectivas de proximidade ocorre durante toda a vida em ordem a que os indivíduos possam alcançar a segurança que lhes permite explorar o *self*, os

outros e o *mundo* com confiança. Bowlby (*ibid.*) considera que este sistema comportamental regula esta predisposição inata para a formação de laços emocionais, sobretudo entre o bebé e a mãe², defendendo que estes laços estão na génese do funcionamento psicológico e que a sua ruptura pode estar na origem de perturbações psicológicas actuais ou futuras. Deste modo, a manutenção e a qualidade dos laços afectivos de proximidade ao longo da vida seriam determinantes da adaptação psicossocial para os sujeitos, em qualquer idade.

De qualquer modo, a regulação deste sistema de vinculação faz-se em articulação com outros sistemas comportamentais e, neste contexto, Ainsworth, Blehar, Waters e Wall`s (1978) vêm destacar, justamente, o sistema de exploração dos indivíduos. Assim, esta necessidade, a par da de vinculação, constituiria uma componente básica do ser humano sendo através do equilíbrio dinâmico de ambos os sistemas – o de vinculação e o de exploração - que surgem maiores benefícios para as pessoas e, concomitantemente, para o seu desenvolvimento psicológico.

Desta forma, as interacções que ocorrem entre a criança e as figuras de vinculação no decorrer dos primeiros anos de vida assumem especial destaque neste modelo como, de resto, na teoria psicanalítica (e do mesmo modo para outras teorias, embora os processos em destaque sejam claramente distintos). Estas experiências precoces conduzem ao desenvolvimento de um conjunto de expectativas acerca de si, dos outros e do mundo que Bowlby denominou, mais tarde, de *modelos internos dinâmicos* (Bartholomew & Horowitz, 1991; Fischer & Ayoub, 1996). No fundo, eles constituem uma espécie de grelha de leitura com a qual a criança interpreta o que a rodeia. Assim, a teoria da vinculação postula que a emergência (e o desenvolvimento) do sentido de confiança na criança nas suas respectivas figuras de vinculação depende, pelo menos, de duas dimensões; a percepção de si próprio enquanto ser merecedor de afecto, amor e atenção, a capacidade de despertar no outro a disponibilidade para responder às suas necessidades

² Bowlby considera que a criança possui uma espécie de predisposição inata que lhe permite ir-se orientando para aquele que a cuida, concretamente, refere-se aos estímulos auditivos (a voz humana) e visuais, entre outros, e que, recorrentemente, transitam entre bebé e figura cuidadora.

(*modelo de si próprio*); e a percepção de que os outros são capazes de dar protecção e apoio, são responsivos e acessíveis (*modelo do outro*).

Diríamos que este processo, ao ser realizado com sucesso na infância, contribui para a aquisição deste mesmo sentido de confiança nos jovens e nos adultos. Dito de outro modo, os modelos internos dinâmicos são representações cognitivas das experiências precoces de prestação de cuidados, e acredita-se que as diferenças individuais na qualidade desses modelos, reflectam o grau com que na primeira infância os cuidados providenciavam consistência e sensibilidade às necessidades da criança.

Com base nestes pressupostos três padrões de vinculação foram encontrados por Ainsworth e colaboradores (1978) (*in* Marchand, 2004) a partir dos seus estudos realizados com pares mãe – filho no decurso da célebre *situação estranha*. A autora pôde, então, observar e estudar as interacções entre mãe e criança construindo três estilos de vinculação, a saber:

- (i) o *seguro*, que se refere a indivíduos que usam as suas figuras de vinculação como base segura a partir das quais exploram o mundo mas às quais podem sempre recorrer em situações de crise e insegurança, sendo pessoas com níveis baixos de evitamento e de ansiedade de separação, ou seja, quando a mãe volta a criança facilmente é acalmada;

- (ii) o *ansioso-ambivalente*, que caracteriza os sujeitos que possuem níveis altos de ansiedade e baixos de evitamento, que mesmo com a mãe manifestam desconforto e após o seu regresso continuam desconfortáveis, que são inconsistentes nas suas tentativas de procurar conforto junto das figuras de vinculação; e,

- (iii) o *padrão evitante*, caracterizado por baixos níveis de ansiedade e altos níveis de evitamento, mesmo na presença da mãe, tratando-se de um padrão que aparentemente pode ser confundido com autonomia e segurança, mas que não encontram conforto e segurança junto das suas figuras de vinculação e optam por aliviar as suas emoções negativas através de esforços pessoais.

Uma assumpção básica desta teoria é a de que os modelos internos dinâmicos desenvolvidos na infância são altamente estáveis na transição para

a adolescência e idade adulta e servem, do mesmo modo que para as crianças, de guião ou grelha de leitura para compreender as expectativas, as percepções e os comportamentos dos indivíduos. Contudo, a mesma teoria também assume que estes modelos se podem alterar no decorrer de processos de acomodação e assimilação a novas experiências interpessoais sendo esta uma das grandes e recorrentes questões desta perspectiva: a da continuidade ou descontinuidade dos padrões de vinculação. Na continuidade desta perspectiva, Hazan e Shaver (1987) estudam a vinculação a outras figuras e vêm defender que o amor romântico deve ser visto numa perspectiva evolucionista, considerando que ele é antes de mais um processo biológico que possibilita e facilita a vinculação entre dois adultos para serem garantidas a continuidade do exercício da paternidade e maternidade.

Com efeito, no seguimento dos estudos de Hazan e Shaver, diversas investigações subsequentes têm indicado que os padrões de vinculação identificados para as crianças são paralelos aos que caracterizam a vida adulta; que as relações românticas e de envolvimento sexual constituem a vinculação relacional mais importante nesta fase do ciclo de vida; e que os padrões de vinculação dos adultos estão relacionados com uma série de dimensões nas relações íntimas e que incluem satisfação, confiança, comunicação e resolução de conflitos (Bartholomew, 1993; Hazan & Shaver, 1994; Dutton, Saunders, Starzomski & Bartholomew, 1994).

Simultaneamente, parece existir uma relação que poderemos considerar dialéctica entre dinâmicas relacionais e estilos de vinculação: se estes influenciam o tipo de atracção inicial também as dinâmicas relacionais influenciam o estilo de vinculação (Kirkpatrick *et al*, 1994). Assim, os estilos de vinculação têm um papel determinante na compreensão de diferenças individuais ao nível das cognições, emoções e comportamentos e no modo como elas se processam nas diversas relações estabelecidas pelos adultos que, contrariamente às crianças, têm múltiplos relacionamentos quer com membros da família, quer com parceiros românticos ou amigos, entre outros (Overall, Fletcher & Friesen, 2003).

Ainda a propósito da possível alteração do padrão de vinculação, alguns estudos suportam a premissa de Bowlby de que os padrões de vinculação podem mudar ao longo do tempo (apesar disso, permanece a questão acerca dos mecanismos que contribuem para essa mudança). Destaca-se, aliás, o casamento enquanto tempo de transição, sendo, tal como sugeriu Bowlby (1982) um tempo onde os modelos de vinculação estão abertos a revisão (e possível mudança). Por outro lado, as relações íntimas nos adultos, como o casamento, requerem processos de maior reciprocidade. Se na relação mãe-filho a dinâmica é unidireccional, sendo os pais os cuidadores e a criança a que requer atenção e que procura os seus cuidados, numa relação adulta, ambos os intervenientes devem exibir comportamentos de procura e de apoio além de que a vinculação insegura de um cônjuge vai afectar significativamente o ajustamento conjugal e o comportamento de vinculação não só no cônjuge inseguro mas também no outro (Treboux, Crowell & Waters, 2004).

No decurso da teoria da Vinculação, surgem então duas linhas significativas para a investigação, justamente, o estudo dos padrões de vinculação e o estudo das relações amorosas que passam a ser conceptualizadas como relações de vinculação entre adultos (Hazan & Shaver, 1987; Bartholomew, 1991).

Demoremo-nos um pouco mais no modelo proposto por Bartholomew (1990). Com base no modelo de Bowlby e voltando ao conceito dos modelos internos dinâmicos, a autora propõe uma abordagem prototípica (e não categorial) da vinculação assumindo deste modo que os individuos podem possuir diferentes estilos de vinculação, ainda que um seja o principal. Deste modo, podemos dizer que um indivíduo não é inteiramente seguro mas predominantemente seguro, por outro lado, as pessoas que categorizamos com o mesmo padrão de vinculação diferem entre si, em função da prevalência daquele que é o seu padrão secundário.

Este modelo baseia-se nos conceitos de *modelo de si* e *modelo do outro*, acima mencionados, propondo a autora a sua dicotomização em duas dimensões, positiva e negativa, sendo que através das suas conjugações dá

origem a quatro protótipos de vinculação de acordo com o célebre quadro, que apresentamos:

MODELO DE SI PRÓPRIO
(Dependência)

Positivo	Negativo
Seguro	Preocupado
Desinvestido	Amedrontado

Modelo de vinculação do adulto (Bartholomew & Horowitz, 1991)

Deste modo, os estilos ou padrões de vinculação continuam a definir-se como processos de regulação emocional e interpessoal na medida em que conjugam os *modelos de si* e os *modelos do outro*. Assim sendo, quando falamos de adultos podemos considerar, segundo Bartholomew (1991) a existência de:

- (i) indivíduos *seguros*; que apresentam modelos positivos de si e do outro e se caracterizam pela capacidade em manter relações de intimidade sem, no entanto, subverterem o sentido da sua unicidade e autonomia;

- (ii) indivíduos com padrão *desinvestido*; que representam os sujeitos que possuem modelos positivos de si e negativos do outro e que, compreensivelmente, não valorizam as relações de proximidade, antes fazendo alarde da sua independência e parecendo possuir fraca expressividade emocional;

- (iii) sujeitos com padrão *preocupado* que possuem imagem negativa de si mas positiva do outro possuindo baixa auto-estima, sobrevalorizam os outros e envolvem-se excessivamente nas relações das quais fazem depender a avaliação de si próprio;

- (iv) finalmente, sujeitos com padrão *amedrontado*, que possuem igualmente modelos negativos de si e do outro e, por isso, tendem a rejeitar qualquer relacionamento pelo medo de serem, eles próprios, rejeitados, são desconfiados e extremamente inseguros (Bartholomew, 1997).

No fundo, estas quatro categorias definem os estilos de vinculação em função da interacção com as representações positivas do *self* e do *outro*. Assim, pode dizer-se que o modelo de si reflecte o grau em que o individuo internalizou um sentido de preocupação de si, que pode ser negativo se está associado com excessiva ansiedade e dependência nas relações de proximidade e/ou nas relações intimas. O modelo do outro indica o grau em que os indivíduos esperam que os outros significativos sejam apoiantes e verdadeiros e, portanto, este modelo está relacionado com a tendência para procurar ou evitar intimidade nas relações de proximidade ou significativas.

Pensamos, ainda, ser importante considerarmos algumas particularidades acerca das condições familiares que poderão estar na génese destes quatro padrões propostos por Bartholomew, embora a própria autora considere que esta relação não pode ser entendida linearmente, isto é, não existe uma relação determinista entre as condições familiares e o padrão de vinculação do sujeito. De qualquer modo, a partir da (re)análise da situação estranha de Ainsworth, a autora destaca especial atenção os padrões denominados de evitantes e que são compostos pelos estilos desinvestidos e pelos amedrontados, contrariando a ideia de que estes sujeitos rejeitam a proximidade física.

Assim sendo, Bartholomew considera que a manifestação de evitamento destas crianças pode esconder outro tipo de respostas que o sujeito não ousa exprimir em ordem a manter a relação com a figura de vinculação. No caso dos sujeitos amedrontados tal acontece porque possuem uma história de interacções com figuras rejeitantes o que conduziu a criança a interiorizar a

imagem (modelo de si) como não merecedora de afectos e de cuidado. Ou seja, a criança não é verdadeiramente evitante no sentido expresso pelo termo, antes não se arrisca a provocar interacções, que pela sua experiência prévia, sabem poderem conduzir à perda da figura de vinculação ou à deterioração da relação com a mesma.

Quanto aos indivíduos desinvestidos, Bartholomew constata que eles possuem, de igual modo, uma história interactiva com figuras de vinculação marcadas pela rejeição ou pela incoerência de respostas. Mas, nestes casos, ao desenvolverem uma imagem positiva de si próprio, os desinvestidos auto proclamam-se como pessoas não vulneráveis a sentimentos negativos. Assim, contrariamente às figuras de vinculação dos sujeitos amedrontados, estamos agora perante figuras que intencionalmente proíbem e punem a expressão de emoções, agindo com efectivo distanciamento das crianças. Paralelamente, pode tratar-se de pessoas que tendem a valorizar aspectos sociais como sejam a realização académica em detrimento dos processos afectivos na família e fora dela. Deste modo, os desinvestidos tenderiam a centrar-se em aspectos como os profissionais dedicando-lhe, muitas vezes, exclusividade e não valorizando ou sequer considerando, os aspectos relacionais da sua vida.

Parece-nos que estas destrições no que concerne aos padrões amedrontado e desinvestido poderão ser importantes, na medida em que aquando da apresentação dos estudos nos confrontamos com resultados globais em que apenas se faz referência aos estilos de vinculação evitante, contudo, parece-nos óbvia a mais valia da diferenciação conceptual apresentada sobretudo para a análise das atitudes e comportamentos destas pessoas em situação de conflito e de violência, na medida em que ficam mais claros as razões dos seus procedimentos.

Ainda a propósito dos sujeitos com estilos de vinculação desinvestido é curioso pensar que ao temerem ou simplesmente não valorizarem as relações de intimidade, estes indivíduos não se envolvem nas mesmas o que não quer dizer que não estejam em relações em relações de compromisso, tidas aos olhos dos outros como relações felizes, contudo não se tratam de relações investidas, isto é pode trata-se de relações formais em que se *está* mas em

que não se é (Costa, 2005). Julgamos que este aspecto ajuda a explicar muitos dos resultados encontrados nas investigações. Finalmente, e porque falamos de estudos, veremos como a tipologia bi-dimensional proposta por Bartholomew tem sido largamente utilizada e confirmada.

Deste modo, parece-nos inquestionável que a perspectiva do *self* e do *outro* aporta contributos essenciais para o estudo e aprofundamento da forma como os indivíduos se comportam em diferentes relações de intimidade. Bowlby (1973) sugeria que os indivíduos poderiam construir múltiplos modelos internos dinâmicos do *self* e do outro porque o *self* e o outro se podem experienciar de modo diferente em relações diferentes. Parece estar implícito que se pode experimentar diferentes estilos de vinculação em diferentes tipos de relações íntimas (amigos, parentes, colegas de trabalho e esposos). Desta forma, os padrões de vinculação, conseqüentemente, também poderão ser alterados ao longo do tempo, fruto de acontecimentos esperados ou não, de transições de vida, de lutos, ou outros, contudo, reafirmamos, esta prevalece como uma das grandes questões da teoria da vinculação.

Ainda acerca do enfoque na perspectiva do *self* e do *outro* Kurdek (2003) destaca o facto de esta perspectiva permitir pensar acerca da interdependência relacional entre parceiros em diversas situações. O mesmo autor destaca o facto de Bowlby (1967) encarar os modelos internos dinâmicos, tanto da criança como do seu cuidador, como uma parceria com objectivos comuns, sendo esta parceria que os capacita, a ambos, para desenvolverem planos para alcançar esses mesmos objectivos (curiosamente, refere Kurdek, quando se fala da teoria da vinculação estes aspectos são menos veiculados). Deste modo, para alcançar a identidade de um e do outro, é necessário ser-se *um com o outro* e *para o outro*, ou seja, trata-se da possibilidade de, mutuamente, se alterarem comportamentos.

Assim, ao reconhecer objectivos comuns e individualidades distintas está criado o terreno para que esta parceria se constitua numa oportunidade única para a emergência do conflito (melhor dizendo para com ele aprender a lidar) dado que cada parceiro – note-se que falamos de adultos - tem uma oportunidade de desistir ou ajustar os seus objectivos para seguir os do outro.

Deste ponto de vista, as estratégias de resolução de conflitos e as estratégias para a manutenção e acomodação relacional podem ser encaradas como formas através das quais os modelos do *self* e do *outro*, de cada cônjuge, são calibrados dentro dos limites dos objectivos específicos e idiossincráticos de cada relacionamento.

Com efeito, apesar das críticas de que por vezes é alvo, o modelo teórico da vinculação tem sido largamente utilizado para aprofundar o tipo de relacionamento conjugal naquilo que ele tem de mais profundo. Assim, existe um conjunto de investigações acerca dos estilos de vinculação associando-os a diversas variáveis. Procuraremos referir aqueles que concernem às dimensões que constituem objecto deste trabalho, ainda que começando por apresentar estudos sobre a conjugalidade e, por isso, estudos onde os conceitos de satisfação, insatisfação, diferenças de género entre outros, são inevitáveis e recorrentes, sendo, a nosso ver, de difícil destrição o objecto central de cada investigação. Tendemos a apresentar, primordialmente, os estudos sobre estilos de vinculação, conflito e violência.

Recordemos que, conceptualizados desta forma, os modelos internos dinâmicos definem esquemas mentais sobre expectativas de como se comportar em relações de intimidade, bem como atitudes e atribuições no que concerne ao comportamento dos outros, tendo por isso um papel fundamental nas relações de intimidade. Na medida em que o conflito ameaça a segurança das relações, Kobak e Duemmler (1994) sugerem que as situações conflituosas são, por excelência, contextos em que emerge o sistema de vinculação e, portanto, ocasiões privilegiadas para a sua observação. Com efeito, diversos estudos revelam que padrões inseguros de vinculação, estão associados a estratégias menos construtivas de resolução de conflitos e a maior agressão verbal e afastamento entre cônjuges, como veremos seguidamente (Kobak & Hazan, 1991; Senchack & Leonard, 1992; *in* Marchand, 2004).

São diversos os estudos que avaliam a associação entre vinculação e a qualidade da relação amorosa. Destacam-se, a este nível, Hazan e Shaver (1987) Collins e Read (1990), Simpson (1990) concluindo estes autores que,

de um modo geral, indivíduos com estilos de vinculação seguros apresentam relativamente aos outros estilos, uma visão mais positiva de si próprios, do mundo e da natureza humana e visões mais românticas do amor e das relações amorosas, e ainda tratam-se de indivíduos mais interdependentes, apresentando maior compromisso e sendo mais confiantes nas suas relações amorosas.

Os estudos com casais também revelam suporte substancial para a relação entre vinculação segura e satisfação conjugal (Rholes *et al*, 1995; Davila *et al*, 1998, 1999; Mikulincer *et al*, 1998; Feeney *et al*, 1994, Koback & Hazan, 1991). De modo geral, os estudos com base no modelo teórico da vinculação constataam que a vinculação segura está associada a: (i) crenças positivas acerca da relação, (ii) formação de relações mais estáveis, (iii) satisfação no namoro e casamento, (iv) valores elevados de intimidade, compromisso e envolvimento emocional; (v) padrões positivos de comunicação, tanto em relações de namoro como de casamento.

Neste contexto, Mikulincer e colaboradores (2002) reconhecem que os estudos da vinculação nos adultos fornecem informações relevantes sobre o sentido de uma vinculação segura e sentimentos positivos acerca da relação conjugal. De um modo geral, diversos estudos apontam para que indivíduos inseguros no seu padrão de vinculação tendam a ser excessivamente dependentes da aprovação de outros para se validarem a si mesmos, hiper sensíveis e voláteis e habitualmente dominantes e exigentes nas relações amorosas. Consequentemente, têm um risco elevado em se envolver nos conflitos de forma hostil (Bartholomew, 1993; *in* Tophan & Holman, 2005).

A teoria da vinculação tem encontrado resultados consistentes acerca da forma como as pessoas se diferenciam nos estilos de vinculação e quanto à vulnerabilidade das relações face a eventuais separações³. Assim, indivíduos

³ Por outro lado, esta perspectiva oferece contributos importantes para perceber a dissolução ou continuidade das relações, assim, relações que terminam de forma amigável são aquelas em que a insatisfação conjugal foi acompanhada por mudanças concitáveis tanto no *self* como no parceiro; por seu lado, as que terminam de modo hostil são aquelas em que a insatisfação conjugal foi acompanhada por mudanças radicais no *self* ou, mais provavelmente, no parceiro. (Karney & Bradbury, 1997; Kurdek, 2003).

seguros comprometem-se seriamente nos relacionamentos e são menos vulneráveis ao divórcio do que as pessoas inseguras (também acontece para relações de namoro)⁴. Num estudo longitudinal realizado com mulheres, Klohnen & Bera (1998), constataram que as mulheres seguras com cerca de 50 anos de idade possuem efectivamente maior probabilidade de estarem casadas e de revelarem maior qualidade conjugal do que as mulheres inseguras com a mesma idade.

Contudo, nem todas as relações amorosas adultas são necessariamente relações de vinculação, ou seja, uma relação necessita de tempo e nem sempre os companheiros são figuras de vinculação um do outro (Ziefman & Hazan, 1997). Procurando clarificar um pouco mais este processo da relação de vinculação amorosa, Shaver e Brennan (1992) consideram que, da mesma forma que com as crianças, também os adultos exibem comportamentos destinados ao seu companheiro amoroso, cuja função principal é a de procurar proximidade física e emocional, parecendo que as dinâmicas subjacentes ao comportamento de vinculação são os mesmos em crianças e adultos e que a história de vinculação tida entre estes adultos e os seus pais influencia o processo amoroso actual (os modelos internos dinâmicos têm continuidade ao longo do ciclo vital?). Contudo, os autores reconhecem que ao longo do ciclo de vida os seres humanos têm oportunidade de reconstruir os modelos dinâmicos que foram elaborados na relação com os pais e, assim, as visões retrospectivas da família de origem podem ser influenciadas pelos modelos construídos nas relações actuais.

No que diz respeito à duração da relação e ao emparelhamento entre estilos de vinculação dos elementos do casal, as investigações revelam que relações de mulheres ansiosas com homens evitantes (que no primeiro momento de avaliação referem os índices mais negativos de satisfação) são

⁴ Também com estudantes universitários Hazan e Shaver (1987) confirmam a existência de uma associação entre modelos acerca do amor, de si próprio e dos outros, estilos de vinculação, história de vinculação segura na infância e que, os sujeitos seguros tendem a ter relações mais duradouras quando comparados sobretudo aos ansiosos/ambivalentes, facto confirmado por outros estudos (Collins & Read, 1990; Shaver & Brennan, 1992).

tão estáveis no tempo como as relações de indivíduos seguros. As relações com maiores taxas de dissolução são as existentes entre homens com padrões de vinculação ansiosos e de mulheres com padrões evitantes (Mikulincer & Florian, 1999).

Como vimos, outra questão recorrente na teoria da vinculação, nomeadamente desde que os relacionamentos adultos adquiriram um papel preponderante neste domínio, é a de saber se os estilos de vinculação mudam com o tempo e de que forma se processa essa mudança. No que concerne às relações de casamento, por exemplo, a questão não é pacífica. Enquanto que alguns estudos referem que os indivíduos tendem a ficar mais seguros com os anos de casamento e a temer menos a ideia do abandono (Davila, Karney & Bradbury, 1999), outros, postulam que esse mesmo efeito se deve ao factor acomodação e não tanto a um efeito da duração da relação nos estilos de vinculação. Contudo, aqueles autores constataram no seu estudo que uma vinculação insegura pode estar associada à permanência num casamento infeliz e, indivíduos que permanecem em relações deste tipo, quando comparados com os de casamentos felizes e com indivíduos divorciados, revelam níveis elevados de insegurança, quer no início do casamento quer ao longo do tempo. De qualquer modo, o que pode aqui estar em causa é o tempo da relação e não tanto o estilo de vinculação.

De resto, o casamento parece não constituir a oportunidade de ouro para que ao longo do tempo se revejam os modelos internos dinâmicos. Ainda que existam mudanças, saliente-se que o processo que lhe está subjacente é, necessariamente, um processo complexo que pode acontecer a muitos níveis e em resposta a imensas experiências intra e inter-pessoais, pelo que seria abusivo considerar que apenas o casamento seria condição suficiente para que tal ocorresse (Davila, Karney & Hammen, 1997). Curiosamente, a posição destes autores faz apelo à crítica que Levinger (1994) dedica à teoria da Vinculação e que repousa no facto de ela não considerar influências sociais de diversa ordem, ou seja, os contextos sociais mais alargados bem como as normas culturais e sociais.

Ainda assim, reconhece-se que pelo menos cerca de 30% da população muda os seus estilos de vinculação, e que, obviamente, o estilo de vinculação romântica pode mudar em função de aspectos do funcionamento relacional, nomeadamente, em função de experiências anteriores adversas. (Kirkpatrick & Hazan, 1994),

No que concerne aos padrões de vinculação, especificamente, os estudos acentuam que o melhor preditor de relações insatisfeitas para ambos os parceiros é, nos homens, o padrão de vinculação desinvestido e, nas mulheres, os padrões de vinculação preocupado e amedrontado (estes resultados parecem sugerir que, afinal, os homens não procuram mulheres dependentes mas antes fortes e seguras, o que contraria fortemente a visão tradicionalista imposta pelo duplo padrão – homens instrumentais e mulheres emotivas) (Bartholomew, 1997; Collins & Read, 1990; Simpson, 1990). No entanto, de acordo com o que vem sendo habitual, também os estudos efectuados com base no modelo teórico da vinculação não é avesso a resultados contraditórios⁵.

Numa investigação conduzida por Banes (2004) junto de 233 casais tendo em conta os quatro padrões de vinculação amorosa e a satisfação na relação, verificou-se que, habitualmente, um padrão seguro está relacionado com níveis mais elevados de satisfação conjugal por oposição ao padrão inseguro que apresenta níveis baixos de satisfação. No entanto, em determinadas configurações ou casais, os efeitos positivos do padrão seguro e os negativos do inseguro foram amplificados ou atenuados tendo em conta o padrão de vinculação do companheiro. Note-se que o padrão seguro tem sido correlacionado como positivo e o inseguro como negativo com a satisfação na relação e outros aspectos da qualidade da relação (e.g. Collins & Read; Simpson, 1990). Assim, fica assinalada a necessidade de investigar a relação entre a vinculação adulta e a satisfação conjugal usando uma metodologia que fosse suficientemente sensível na detecção de efeitos da vinculação nos

⁵ As diferentes medidas ou sistemas de avaliação da vinculação parecem, segundo os próprios investigadores ter uma influência significativa nos resultados dos estudos, nomeadamente no que diz respeito às diferenças de género.

indivíduos, vinculação do par amoroso e os efeitos da sua interacção diádica na satisfação conjugal.

Com efeito, os resultados deste estudo são interessantíssimos na medida em que se constata que a satisfação na relação conjugal está relacionada com a vinculação ao par amoroso, estilo de vinculação dos companheiros e à sua combinação. Donde, a satisfação conjugal é influenciada negativamente pelo padrão de vinculação ansioso-ambivalente da mulher (Collins & Read, 1990; Feeney, 1994; Simpson, 1990), do marido (Frasier *et al.*, 1996) ou de ambos (Gallo & Smith, 2001; Jones & Cunningham, 1996; Lussier *et al.*, 1997). O resultado mais interessante e sugestivo está, do nosso ponto de vista, no facto de os efeitos negativos da vinculação insegura na satisfação conjugal estarem pelo menos compensados pelos efeitos positivos de combinações específicas de estilos de vinculação inseguros. Apesar disso, o padrão preocupado do marido está relacionado com uma menor satisfação conjugal para ambos (marido e mulher), e não existe aparentemente nenhuma forma de compensação. Ou seja, quando os homens apresentam um estilo de vinculação preocupado a relação conjugal parece estar votada à insatisfação, independentemente da possibilidade de a mulher ter um estilo de vinculação seguro.

Um estudo de Broemer e Blumle (2003) procurou avaliar a relação entre os modelos do *self* (Bartholomew, 1990) e os diferentes estilos de vinculação confirmando que os participantes com um modelo negativo do *self* eram mais susceptíveis a variações sobre a avaliação da relação tendendo, sobretudo a sobrevalorizar as dimensões negativas da mesma, por seu lado, os participantes seguros e desinvestidos (que também têm um modelo positivo de si próprio) parecem ser mais estáveis na avaliação da relação.

Por sua vez, Grau e Doll, (2003) num estudo com estudantes universitários pretenderam relacionar a teoria da equidade e os estilos de vinculação: concluíram que os estilos de vinculação afectam a forma como os sujeitos percebem a sua relação como igualitária ou não. Assim, as pessoas seguras percebem a sua relação como igualitária e com altos níveis de trocas; curiosamente, os indivíduos evitantes também se percebem a ser

tratados com igualdade mas com baixos níveis de trocas na relação e, finalmente, os sujeitos ansiosos sentem-se prejudicados e não compreendidos nas suas relações.

Também Feenney, (2002) realizou uma investigação junto de 193 casais, tendo constatado que uma vinculação insegura estava mais associada a descrições menos favoráveis do comportamento do cônjuge. A relação entre uma vinculação segura e a satisfação conjugal foi moderada mas não mediada pela descrição do comportamento do cônjuge. Especificamente, indivíduos inseguros avaliam as suas relações de forma mais reactiva a comportamentos recentes do companheiro.

Um outro estudo junto de uma amostra de 352 participantes (não casados) avaliou as relações entre os modelos mentais, as atribuições que os casais românticos fazem dos seus companheiros e a qualidade da relação. Os resultados confirmam que indivíduos com estilos de vinculação segura revelam atribuições menos desadaptadas do que os indivíduos inseguros. O estudo também indica que o modelo do *self* (e não o do outro) tem um efeito directo e indirecto na satisfação conjugal (e é mediado pelas atribuições feitas ao comportamento negativo do companheiro). Assim, um modelo positivo do *self* promove atribuições adaptativas que por sua vez levam a um aumento dos níveis de satisfação e qualidade da relação (Sumer & Cozzarelli, 2004).

O modelo do *self* teve, desta forma, um efeito directo e significativo quer nas auto-atribuições quer na satisfação conjugal, e um efeito indirecto (através das atribuições) na satisfação conjugal. O modelo do outro apenas teve um efeito directo significativo na satisfação conjugal. Os resultados também sugerem que as expectativas negativas dos inseguros podem levar às atribuições negativas. Mikulincer (1998) encontrou que quer os indivíduos com um estilo de vinculação evitante quer os ansiosos apresentavam atribuições mais hostis acerca dos comportamentos dos seus companheiros (quando comparados com os indivíduos seguros).

À vinculação romântica ansiosa (que pode ser descrita pela insegurança, pela dependência emocional e pela procura obsessiva de amor nas relações) parecem estar associados factores interpessoais e relacionais fortemente

associados com as experiências que ocorreram durante a infância. Uma relação associada a este padrão de vinculação é uma vinculação insegura mãe-filho (e.g, Bartholomew & Horowitz, 1991; Brennan, Shaver & Tobey, 1991; Feeney & Noller, 1990; Hazan e Shaver, 1987; Kobak & Hazan, 1991; Pistole, 1989; Shaver & Hazan, 1988). Mais recentemente, também, Zeanah, Danis, Hirsberg, Benoit, Miller e Heller (1999) constataram que mães que experimentam violência mais séria por parte dos seus companheiros estão mais propensas a ter filhos com formas desorganizadas de afecto relativamente a elas.

Também Davila e Bradbury (2001), pretenderam estudar as associações entre vinculação insegura, satisfação conjugal e a dissolução conjugal numa amostra de 172 casais (recém-casados) durante os primeiros quatro anos de casamento. Os cônjuges foram categorizados como divorciados, casados e felizes e casados e infelizes. A hipótese de uma relação entre um padrão inseguro e preocupação acerca do possível abandono foi confirmada como estando relacionada com indivíduos que permanecem em casamentos infelizes. A insegurança faz com que experimentem um casamento infeliz mas que, ao mesmo tempo, permaneçam nele. No início do casamento também se verificaram algumas diferenças entre os grupos, tendo-se verificado que quem permanece em casamentos infelizes ao longo dos quatro anos, apresentava níveis mais elevados de insegurança nos primeiros seis meses de casamento.

Ou seja, na base de um casamento infeliz também podem estar estilos de vinculação inseguro que podem condicionar os cônjuges a permanecer nestas relações - o que parece acontecer também em relações de namoro segundo, Kirkpatrick e Davies, (1994). O padrão preocupado também está na base de uma determinada dependência relacional, caracteriza-se pelo medo do abandono e um enorme desejo de aprovação por parte dos outros. Curiosamente, estas formulações fazem apelo ao modelo da dependência de Drigotas e Rusbult (1992) que sugere que a decisão de permanecer ou deixar uma relação está baseada no nível de dependência da mesma.

Desta forma, a investigação confirma a hipótese de Bowlby (1969/1982) de que um padrão de vinculação seguro influencia de forma positiva as

relações. A segurança beneficia a satisfação, a comunicação, a resolução de problemas, e o apoio nas relações conjugais (e.g., Carnelley, Pietromonaco, & Jaffe, 1996; Fuller & Fincham, 1995; Gerlsma, Buunk, & Mutsaers, 1996; Kirkpatrick & Davis, 1994; Kirkpatrick & Hazan, 1994; Kobak & Hazan, 1991; Senchak & Leonard, 1992).

Ainda, Kirkpatrick e Davis (1994) num estudo realizado com 354 pares amorosos de jovens adultos, mais uma vez junto de casais de namorados, concluem que existe uma associação entre diferentes dimensões do funcionamento da relação e estilo de vinculação, destacando o papel do género. Deste modo, as mulheres ansiosas e as mulheres evitantes apresentam menores índices de satisfação, carinho e continuidade da relação, e maiores índices de conflito e ambivalência face às mulheres seguras. No que concerne aos homens, os que possuem estilos de vinculação evitantes referem menor satisfação, intimidade, carinho, compromisso e viabilidade da relação quando comparados aos homens com estilos de vinculação seguros e, quando comparados com os ansiosos, referem apresentar menor compromisso e sentimento de paixão na relação.

Deste modo, parecem existir diferenças de género na maneira como mulheres e homens evitantes se comportam. Uma explicação possível prende-se com a possibilidade de a orientação de papéis tradicional associada ao género (de novo a justificação de serem as mulheres vocacionadas para a manutenção das relações...) se sobrepor aos estilos de interacção que estão associadas a valores elevados de evitamento, sobretudo para mulheres evitantes que enfrentam situações que colocam a relação em causa.

Alguns estudos acerca dos preditores da qualidade conjugal têm sido obtidos pela importância dos comportamentos positivos ou negativos do companheiro. Contudo, este tipo de investigação têm produzido alguma controvérsia, por exemplo, é evidente que a confrontação dos problemas conjugais, incluindo a expressão de raiva, beneficia a satisfação a longo prazo, apesar do facto desta confrontação ter tonalidade negativa. Pelo contrário, outros estudos associam os comportamentos comunicacionais negativos, como a coerção com o declínio da satisfação (Julien, Markman, & Londahl,

1989; Noller, Feeney, Bonnell, & Callan, 1994). Estes resultados podem ser atribuídos às diferenças na forma como os constructos são medidos – note-se que a coerção, por exemplo, é uma forma de poder óbvia (Gill, Christensen, & Fincham, 1999). Apesar disto, parece que, de modo geral, a vinculação insegura pode estar na base dos comportamentos destrutivos. Ou seja os indivíduos com estilo de vinculação inseguro reagem de forma mais reactiva e expressiva aos comportamentos recentes do cônjuge. Mais uma vez, existe uma associação entre o padrão de vinculação seguro e uma maior satisfação conjugal.

No que concerne ao modo de lidar com os conflitos, alguma investigação tem encontrado associação entre ansiedade e medo de se ser abandonado e rejeitado associado a estilos de lidar com o conflito, pautados por estratégias de coerção e ataque, ou seja, actos de violência não física e física (Feeney, Noller, & Callan, 1994; Marchand, 2004). Ora, sabemos que em situações de perigo ou de desafio o sistema de vinculação é activado no sentido de encontrar segurança junto das pessoas significativas. Assim, os escassos estudos existentes, especificamente sobre estilos de vinculação e conflito, revelam que sujeitos com padrão de vinculação seguro se distinguem sempre dos restantes na medida em que apresentam maior capacidade de compromisso, são mais flexíveis e capazes de reciprocidade, de auto-revelação e, ainda, apresentam mais contacto físico, maior procura de apoio emocional (apoio que é também expresso verbalmente) assim como maior capacidade de o conceder (Kobak & Hazan, 1991; Simpson, Rholes & Nelligan, 1992).

Em contraste com o exposto, mas confirmando este padrão, um estudo de Marchand (2004) revela que as mulheres que apresentam mais comportamentos de ataque e de zanga apresentam menor satisfação conjugal e manifestam ansiedade e medo da rejeição e que homens com maiores níveis de depressão usam formas menos positivas de enfrentar os conflitos nos seus casamentos.

Finalmente, num outro estudo Simpson, Rholes e Phillips (1996) procuraram analisar em que medida as percepções do parceiro e da relação

contribuem para o estilo de vinculação dos sujeitos. Assim, reafirma-se nos resultados encontrados, que adultos com vinculação segura tendem a reagir a acontecimentos negativos com uma atitude positiva e contextualizando-os na história da relação, além disto percebem de forma menos negativa o seu parceiro, e a relação, do que aqueles que revelam um padrão ansioso/ambivalente e evitante. Estes últimos, se pertencentes ao sexo masculino, apresentam ainda mais comportamentos de evitamento, frieza e distanciamento sobretudo aquando das discussões dos problemas.

Pistole (1989) analisou de que forma os estilos de vinculação se relacionam com resolução de conflitos num estudo efectuado com jovens universitários envolvidos em relações amorosas, tendo verificado que os mais seguros apresentam estratégias de resolução de conflitos integradoras, isto é, abordam directamente o problema; apresentam mais estratégias de coesão e compromisso na resolução de conflitos e os ansiosos/ambivalentes apresentam mais estratégias de submissão aos desejos do companheiro. Note-se que o estudo não é feito com casais facto que, por si só, introduz outras variáveis. Ainda Pistole (1995) estudou o termino de relações amorosas junto de estudantes universitários constatando que os indivíduos seguros apresentam recordações mais positivas das relações do que os amedrontados e preocupados que se apresentam como mais confusos e tensos. Curiosamente, ou não, os sujeitos desinvestidos demonstram uma atitude mais favorável que os outros provavelmente porque se defendem das recordações de qualquer tipo de vinculação angustiante, em ordem a manter a sua auto estima elevada.

No pressuposto de que os comportamentos de vinculação são particularmente requeridos em situações de ansiedade ou dela geradoras, Simpson e colaboradores (1996) realizam também um estudo junto de 123 pares de namorados estudantes universitários (com uma relação estável há pelo menos seis meses), procurando averiguar em que medida uma situação de conflito se associa aos comportamentos de vinculação emitidos, à percepção da relação e à percepção do companheiro. Verificaram que os sujeitos com padrões ambivalentes apresentam maiores índices de ansiedade

e de stress durante a interacção conflituosa, revelam mais hostilidade e encaram de modo mais negativo o companheiro após a referida situação. No que concerne ao género, parecem ser os homens a não dar respostas de apoio ao passo que as mulheres o fazem de uma forma mais consistente, facto a que não é alheio o factor cultural que tradicionalmente impõe ao género feminino uma maior expressão de afecto e de apoio emocional.

Aliás, o género parece ser uma variável que influencia diferenciadamente a forma como o estilo de vinculação se associa com outras variáveis. Assim, as mulheres cujos companheiros se revelam mais confortavelmente com a proximidade emocional tendem a perceber a sua relação de forma mais positiva e satisfatória, nomeadamente, em dimensões como a comunicação, a capacidade de dar apoio e carinho do companheiro. Por seu lado, os homens cujas mulheres apresentam valores elevados de ansiedade, avaliam a relação de forma negativa em dimensões como a proximidade emocional, a comunicação, a confiança na companheira e apresentam valores mais elevados de conflito (Collins & Read, 1990; Simpson, 1990).

Ou seja, nas mulheres, a ansiedade relaciona-se com insatisfação e percepção negativa da relação por parte dos companheiros e, quando os homens se sentem confortáveis com a proximidade emocional, as companheiras mostram-se satisfeitas com a relação encarando-a, genericamente, de forma positiva. Curiosamente, estas constatações são coincidentes com resultados de estudos sobre satisfação conjugal baseados em outros modelos teóricos, que não o da vinculação, e que evidenciam o papel do processo de socialização de homens e mulheres tendencialmente, a valorizar a independência emocional nos primeiros e a proximidade emocional nas segundas (Davis & Oathout, 1983; Hatfield, 1983).

Estudos mais recentes revelam, ainda, o peso da cultura, concretamente na assumpção de papéis sexuais, ao constatarem a existência de maiores níveis de conflito e ambivalência, menor satisfação, compromisso e intimidade em homens envolvidos em relações amorosas com mulheres com estilo de vinculação ansioso na medida em que este padrão significa uma ameaça para a autonomia e independência masculinas tão caras ao género masculino

(Kirkpatrick & Davis, 1994). Contudo, este mesmo estudo revela que as mulheres cujos companheiros têm um padrão de vinculação evitante, percebem a sua relação tão positivamente como as que têm companheiros com padrões seguros e ansiosos (em contraste com estudos anteriormente referidos), ainda que em dimensões como as do conflito e ambivalência, os estilos de vinculação dos homens sejam uma variável que produz diferenças. Assim, mulheres com companheiros ansiosos apresentam maiores níveis de conflito e ambivalência do que as de companheiros com padrões de vinculação evitantes.

Verificamos, deste modo, que nem sempre as explicações baseadas nos papéis sexuais tradicionais servem para explicar resultados na medida em que nem as mulheres de homens com estilos de vinculação evitante (donde, pressupõe-se que mais distantes emocionalmente) avaliam a sua relação como menos satisfatória e, nem a presença de ansiedade nos homens (o que os tornaria, pelo menos teoricamente, mais frágeis e portanto com uma maior labilidade emocional...) as faz sentir mais satisfeitas.

Num outro estudo, desta vez de Gallo e Smith (2001) foram analisadas duas dimensões do funcionamento conjugal – apoio e conflito - partindo do pressuposto teórico de que, quando confrontados com uma situação de conflito, os sujeitos com padrões ansiosos apreciem os seus parceiros de modo mais negativo, e aqueles com padrões de vinculação evitantes não afectem as apreciações dos parceiros. Os autores sugerem que os sujeitos evitantes adoptam uma atitude de auto-protecção e estratégias de distanciamento quando encaram o stress relacional, designadamente para salvaguardar as percepções dos companheiros e da relação⁶. Os resultados constataram que maridos com vinculação ansiosa estão positivamente associados ao conflito conjugal e percepção negativa de apoio por parte das mulheres. Não foram encontradas relações para os estilos de vinculação evitante, como referimos anteriormente.

⁶ De acordo com outro estudo de Simpson, Rholes e Phillips de 1996, ainda que este tenha sido realizado com namorados, ainda que nem sempre os resultados que comparam estes dois tipos de amostra sejam coincidentes.

Novamente com casais de namorados, Simpson e colaboradores (1992) já haviam constatado que perante uma situação geradora de ansiedade os indivíduos seguros agem de modo diferente dos evitantes em termos de contacto físico, frases e esforços para dar e receber apoio emocional aos parceiros. Curiosamente, até o tipo de apoio concedido nomeadamente apoio emocional vs. apoio instrumental, parece divergir em função do estilo de vinculação. Assim, sujeitos seguros beneficiam de ambos os apoios e sujeitos evitantes parecem beneficiar apenas de apoio instrumental, na medida em que o apoio emocional faria pressupor interações mais próximas que eles tendem a evitar e, finalmente, sujeitos com estilos de vinculação ambivalente parecem ser alheios ao apoio emocional manifestando negatividade após terem recebido apoio instrumental, eventualmente porque tal facto os obriga a confrontar-se com a sua própria ineficácia pelo que a estratégia de evitamento desempenha um papel de auto-protecção (Mikulincer & Florian, 1997).

De forma consonante, um estudo de Mikulincer, (1998) vem demonstrar de que modo o estilo de vinculação adulto se relaciona com a experiência da raiva. Assim, de modo geral são os indivíduos com estilos de vinculação seguro que aparentam menores níveis de propensão para a raiva e respondem com afecto mais positivo a episódios de raiva do que os adultos com padrões inseguros. Para os indivíduos ambivalentes a experiência de raiva também inclui perda de controlo e os indivíduos evitantes manifestam elevada hostilidade e respostas de evasão. Deste modo, nas situações de conflito, os indivíduos com estilos de vinculação seguro falam abertamente com o parceiro dos temas conflituosos e também expressam abertamente os sentimentos de desagrado. Ou seja, a forma como os seguros lidam com a raiva é reveladora da forma construtiva com que encaram as dificuldades da vida e os conflitos. Por seu lado, os sujeitos com estilos de vinculação evitante experienciam de outro modo esta raiva: raiva dissociativa. Esta experiência leva estas pessoas a distanciar-se das situações problemáticas.

Na medida em que os conflitos são ocasiões particulares para a activação do sistema de vinculação, num estudo de Senchak e Leonard, (1992) constatou-se que os indivíduos com estilos de vinculação inseguro se

associam preferencialmente a comportamentos pouco construtivos de resolução de problemas em situação de conflito, e, ainda, que apresentam maiores níveis de agressão verbal e de evitamento no casamento.

Como verificamos nos capítulos anteriores o estudo do conflito e violência conjugais tem sido feito com base num conjunto de variáveis individuais e relacionais, entre outras. Das variáveis individuais, a depressão tem sido frequentemente estudada e associada tanto a mulheres como a homens nestas relações, na medida em que se reconhece o seu impacto na qualidade conjugal. Constatamos que a depressão tanto pode ser causa como efeito no que concerne aos relacionamentos conjugais, na medida em que os processos interpessoais (e o conflito conjugal não solucionado ou mal solucionado tem um papel neste sentido assim como a emergência de violência) complexos podem fazer emergir, reactivamente, sintomatologia depressiva (Marchand, 2004).

Num estudo mais abrangente, Carnelley e colaboradores, (1994) procuraram avaliar estilos de vinculação, sintomas depressivos, estratégias de resolução de conflito e qualidade conjugal em conjunto. Constataram que apenas os estilos de vinculação amorosa das mulheres predizem de modo significativo as estratégias de resolução de conflitos adoptadas e a satisfação conjugal; isto é, mulheres com estilos de vinculação insegura são menos capazes do que as seguras de usar estratégias de resolução de conflito construtivas e apresentam menor satisfação conjugal. Contudo, mais uma vez, estes resultados podem dever-se ao facto de as mulheres serem mais orientadas para as relações.

Ou seja, o facto de homens e mulheres se orientarem para a relação de forma diferente pode também influenciar resultados quanto ao estilo de vinculação, na medida em que se espera, por razões culturais e educacionais, que as mulheres estejam mais atentas às dinâmicas da relação. No estudo acima mencionado, as estratégias de resolução de conflitos usadas pelas esposas não medeiam a associação entre sintomas depressivos e satisfação conjugal mas antes medeiam a relação entre vinculação ansiosa e satisfação conjugal. Para os homens as estratégias possuem um efeito na relação entre

depressão e satisfação conjugal, apontando para a existência de outras variáveis mediadoras para além das consideradas pelos autores.

Suportando estudos anteriores, também o de Creasey (2002) ao avaliar relações entre estilos de vinculação e estratégias usadas na resolução do conflito, verificou que as mulheres seguras usam mais estratégias positivas que negativas na resolução de conflitos nas relações românticas. Ainda que os seguros se envolvam por vezes em comportamentos negativos durante os conflitos, parece claro que os sentimentos face ao parceiro são ainda assim preservados por uma positividade que subsiste no decorrer destes desacordos. Os indivíduos com estilos de vinculação desinvestidos e preocupados revelam mais problemas no lidar com o conflito. Note-se, de novo, que este estudo foi efectuado com casais de namorados.

De qualquer modo, parece indiscutível que as percepções de conflito são influenciadas pelo estilo de vinculação. Os indivíduos ansiosos percebem mais conflito das situações diárias, exageram os níveis desse conflito e apreciam as circunstâncias normais de vida em termos mais ameaçadores. Da mesma forma, são mais pessimistas face à sua relação e respondem de modo mais negativo aos parceiros. Ironicamente as acções coercivas e desconfiadas dos indivíduos ansiosos podem contribuir para aquilo que eles mais temem – eventual alienação dos parceiros e perda da relação (Campbell, Simpson, Boldry & Kashy, 2005).

Também baseados na teoria da vinculação Babcock, Jacobson, Gottman & Yerington, (2000) levaram a cabo um estudo de duas fases para verificar de que forma as percepções da relação baseadas no conflito e apoio estavam associadas com a satisfação, proximidade e a qualidade futura da relação. A primeira parte do estudo confirmou que os indivíduos mais ansiosos se envolvem mais em conflito do que os seus companheiros (nas interacções diárias) e acreditam que o conflito pode deteriorar a qualidade actual e futura da sua relação, ou seja, as percepções de conflito diário têm um impacto

negativo na percepção de satisfação e proximidade e na percepção do futuro da relação (no caso de indivíduos ansiosos).⁷

Finalmente, Sperling e Berman (1991) focam-se na associação entre o *amor desesperado* e a modificação da taxinomia dos estilos de vinculação de Ainsworth e colaboradores (1978), esperando os autores que a experiência de um amor desesperado ou vinculação fusional esteja positivamente associada com os padrões de vinculação dependente e ambivalente, sem quaisquer diferenças quanto ao género. As características deste estilo podem ser explicadas pela experiência de fusão com o companheiro amoroso, desejo e ansiedade de reciprocidade, idealização do companheiro, sentimentos de insegurança, ansiedade de separação e, entre outros, os extremos de felicidade vs. tristeza. Nas relações íntimas, este padrão pode ser caracterizado pela dificuldade em se separar da figura de vinculação e por uma variedade de reacções incluindo a depressão, fúria ou mesmo violência. Note-se que este estudo foi efectuado com jovens.

Os resultados apontam para uma relação positiva entre o *amor desesperado* e padrões de vinculação dependentes (sem diferenças de género). No entanto, para os homens, o amor desesperado parece ser uma experiência mais complexa. Por comparação à vinculação dependente, o amor desesperado está fortemente relacionado com padrões de vinculação que envolvam impulsos agressivos ou destrutivos – assim como estilos hostis e resistentes/ambivalentes. Perante estes resultados, poder-se-á especular que os factores causais deste tipo de amor incluem representações internas mais conflituosas, onde as mulheres revelam relações amorosas mais enredadas, e os homens apresentam maior agressividade.

De algum modo os resultados são consonantes com outros estudos em que indivíduos envolvidos em relações (de namoro) agressivas apresentam um padrão de vinculação mais preocupado e evitante, referindo ainda

⁷ Estes resultados estão de acordo com o modelo diádico de confiança (Holmes & Rempel, 1989), no qual se sustenta que indivíduos mais ansiosos se envolvem mais vezes no conflito e na sua escalada, fazem mais apelo a emoções negativas e acreditam que o conflito terá consequências mais negativas para o futuro da sua relação (*in* Campbell *et al*, 2005)

experimentar mais problemas interpessoais do que os indivíduos em relações não violentas. De qualquer modo, os resultados evidenciam uma correlação significativa entre a agressão e o padrão de vinculação preocupado (Bookwala & Zdaniuk, 1998).

Constatamos que as teorias psicodinâmicas, por vezes, surgem associadas às perspectivas da vinculação. Naturalmente, que o principal pressuposto comum é o de que a raiva interpessoal é o resultado de necessidades de vinculação frustradas, ideia suportada pela investigação relativa às crianças, que conclui serem as ameaças ou separações das figuras de vinculação experiências extremamente negativas que produzem nas mesmas sentimentos de terror, de luto e de raiva (Bowlby, 1969, 1973; Dutton *et al*, 1994). Esta frustração, ao devir crónica, pode originar adultos extremamente agressivos.

Diversos autores (Goldner, Penn, Sheinberg, & Walker, 1990) salientam a necessidade de modelos teóricos multidimensionais para se compreenderem as relações onde os homens são violentos contra as mulheres. Assim, as relações abusivas exemplificam, no seu extremo, estereótipos sexuais que estruturam a intimidade entre homens e mulheres, a presença de dilemas irresolúveis da relação que levam, muitas vezes, à violência além de variáveis individuais como as que têm vindo a ser descritas.

Finalmente, apresentamos a investigação de Dutton, Saunders, Starzomski & Bartholomew (1994) junto de 120 homens com padrões de vinculação ansiosos, raiva, ciúme, organização *borderline* de personalidade e sintomas traumáticos. Esta constelação de variáveis revelou-se, com excepção do padrão de vinculação, significativamente relacionado com um perfil de homem agressor, verbal e fisicamente.

Ou seja, este estudo, a violência dos homens contra as mulheres ocorre em relações de intimidade, sendo a agressão um sinal de que o processo de dissolução das relações é percebido como real ou com potencial elevado de vir a acontecer. Assim, os homens com estilos de vinculação ansioso, em particular os estilos evitante e preocupado, são mais propensos a cometer actos de violência contra as suas parceiras. Note-se que os dois estilos de

vinculação referidos se caracterizam por modelos de si negativos, por terem sido frustradas as suas necessidades de vinculação e por serem hipersensíveis. Igualmente, os resultados do estudo confirmaram que a vinculação ansiosa é associada a uma personalidade abusiva nas relações de intimidade e parece emergir como uma medida directa do abuso emocional. Ou seja, este estudo está de acordo com aquilo que a teoria da vinculação sugere quanto à génese da violência: eles significam por parte do agressor comportamentos de protesto face à figura de vinculação, sendo eventualmente precipitados pela existência de ameaças de separação (ou antecipando-as) ou de abandono por parte da companheira (Dutton *et al*, 1994; Zeifman & Hazan, 1997).

Uma outra investigação realizada por Wallace e Nosko (1993) junto de uma amostra de agressores assinala, justamente, a vergonha em assumir necessidades na esfera interpessoal como um factor precipitante da violência nestes homens, sugerindo que o abuso cometido sobre as mulheres será resultado do medo em serem abandonados.

Procurando articular as perspectivas psicodinâmicas e de vinculação, Pistole (1993) procurou estudar a ligação entre estilos de vinculação e a hostilidade em relações de intimidade junto de uma amostra de 62 homens agressores. Quatro estilos de vinculação foram encontrados em proporções similares às da população não-violenta. Surgiram diferenças significativas entre os estilos de vinculação de ressentimento, desconfiança, suspeição e culpa. Estes resultados sugerem que a violência ocorre em relações de intimidade nas quais os homens são descuidados ou negligentes, relativamente à sua figura de vinculação. Coerentemente, homens violentos possuem menos recursos adaptativos como competências de comunicação e assertividade, recorrem a estratégias violentas como uma forma de lidar (desadequadamente) com a situação (Holtzworth *et al*, 1997). Paralelamente, existem estudos que referem que altos níveis de satisfação, de intimidade, de confiança e de compromisso face ao parceiro e à relação com ele mantida estão associados a indivíduos com um estilo de vinculação seguro por

oposição ao estilo evitante (Bartholomew & Dutton, 1997; Kirkpatrick *et al*, 1994).

Baseados no modelo da vinculação, também Wekerle e Wolfe (1998) procuraram associar dois factores de risco relacionais (crianças mal tratadas e auto-percepção de um padrão inseguro em adolescentes), como indicadores das experiências de ofensas e vitimação em relações juvenis e estilos de vinculação. Os resultados revelaram que, apesar do estilo de vinculação não conseguir predizer o conflito relacional, o padrão evitante parece emergir como aquele que melhor prediz o abuso e vitimação da mulher. Os resultados também apontam para a teoria intergeracional da violência. Desta forma, agressores que tenham sido vítimas enquanto crianças parecem apresentar uma síndrome semelhante à do *stress* pós-traumático, mantendo-se permanentemente em alerta face às suas relações de vinculação (Van Der Kolk, 1988; *in* Zeifman & Hazan, 1997)⁸.

Finalmente, num estudo acerca dos padrões de vinculação de 63 mulheres vítimas de abuso e que actualmente se encontram separadas Henderson, Bartholomew & Dutton (1997), constataram que o estilo de vinculação preocupado se destaca dos restantes, ou seja, os padrões associados a um modelo de si negativos estão hiper representados (88% da amostra está nestas circunstâncias) e que tal facto contribui para a curta duração daquelas relações assim como para a existência de violência nas mesmas, ainda que o comportamento de vinculação face à figura punitiva persista e que o abuso, em si, sirva para manter e incrementar a força desse laço. Tal facto explicaria, por outro lado, a permanência das mulheres nestas relações dada a espécie de lealdade existente por parte destas mulheres face

⁸ Ainda dentro das perspectivas psicodinâmicas, Brandon (1976) postula que as mulheres agredidas, de alguma forma, incitam ou provocam o abuso. Outros, sugerem que as mulheres são masoquistas e adoram ser abusadas (Scutt, 1983) e, ainda, que as mulheres têm predisposição para a violência, foram expostas enquanto crianças a padrões inconsistentes que combinam amor e agressão e procuram em adultas um relacionamento similar de abuso e amor (Norwood, 1985; Pizzey & Shapiro, 1982). Mesmo que válida, parece-nos que esta teoria só se adequa junto de uma minoria de mulheres.

aos seus abusadores, acresce, ainda, que o abuso é intermitente e ocorre de forma inconsistente (relembremos os períodos de lua de mel a que Walker recorrentemente faz referência).

Finalmente, a teoria da vinculação não é alheia a críticas, como pontualmente assinalamos, nomeadamente a de que não explicita com clareza os processos de transição das vinculações primárias aos pais para a vinculação a um par amoroso. Por outro lado, a investigação no que concerne aos adultos centra-se normalmente na forma como o padrão de vinculação dos elementos do casal estão relacionados com variáveis relacionais em detrimento de outras - satisfação conjugal, por exemplo - (parecendo uma investigação excessivamente circular,,), ainda que o próprio modelo faça referência a alterações decorrentes da relação do indivíduo com os contextos de vida dos casais e das relações deste com outros sistemas), ainda que não as explicita.

Ainda assim, julgamos que estas críticas têm vindo, progressivamente, a perder força, na medida em que com base neste modelo se têm desenvolvido um conjunto de estudos longitudinais que revelam que o processo de organização da vinculação é, em si mesmo, dinâmico e operado ao longo do desenvolvimento dos indivíduos em função de um conjunto significativo de mudanças que se operam nos diversos contextos de vida dos mesmos.

Deste modo, como de resto já referimos, esta conceptualização pode considerar-se desenvolvimental e, como refere Bowlby (*in* Matos, 2002), a teoria da vinculação apenas fornece indicações não deterministas acerca de uma variedade de possíveis percursos desenhados, construídos e percorridos pelos indivíduos em função da sua participação em distintos contextos de vida, alguns, acrescentamos nós, mais propícios que outros à promoção do desenvolvimento humano. Deste modo, a teoria da vinculação também se baseia em princípios sistémicos, na medida em que considera que a relação de um indivíduo com o outro é sempre marcada por acontecimentos do presente, por acontecimentos do passado, da interacção, da relação com outros, e, ainda, passível de reorganizações, não apresentando, em última

instancia uma visão rígida e determinista dos processos de estabilidade e mudança do ser humano.

5. Modelos sistémicos de análise da conjugalidade

Pensamos que ficou patente a necessidade de se articularem modelos distintos para uma melhor compreensão das dinâmicas relacionais entre cônjuges, independentemente de falarmos de conflito, violência ou outras dimensões. Com efeito, verificamos que muitas investigações, ainda que se situem no âmbito exclusivo de uma ou outra teoria, fazem apelo a constructos oriundos de outros modelos conceptuais (e encontram resultados passíveis de serem lidos à luz de ambos, como constatamos neste capítulo mas também nos anteriores). Aliás, confirmaram-se neste capítulo algumas regularidades entre modelos psicodinâmicos, da vinculação e das teorias da aprendizagem social. A título meramente exemplificativo, refira-se que a própria teoria da vinculação ao considerar (no que é, de resto, uma das suas grandes e recorrentes questões) a continuidade ou descontinuidade dos padrões de vinculação tem subjacente o papel fundamental da família de origem na vida dos indivíduos.

Com efeito, as perspectivas mais recentes referem a inoperância de modelos exclusivamente comportamentalistas, ou psicodinâmicos ou que privilegiem apenas as desigualdades de *status* no casal, ou outros, porque, sem atender a uma imensa variedade de factores não se consegue apreender o processo relacional conjugal. Ainda assim, existem dimensões menos estudadas no âmbito das diversas teorias, referimo-nos, concretamente, às dimensões afectivas embora reconheçamos a dificuldade em estudá-las nomeadamente através dos procedimentos metodológicos maioritariamente utilizados.

No entanto, as emoções constituem uma das centralidades das relações de intimidade, e as perspectivas cognitivas, sobretudo, têm destacado o amor,

o ódio, a raiva e o ciúme como das mais significativas emoções associadas à conjugalidade. Vejamos, então, alguns estudos que abordam directamente esta dimensão da conjugalidade, menos abordada anteriormente mas múltiplas vezes mencionada, e as variáveis que lhe são associadas nomeadamente a emergência de violência.

Desde logo, lembremos que o papel das emoções é premente em todas as vivências do relacionamento, e mesmo em situações de conflito, casais que consigam fazer apelo aos bons momentos relacionais e a sentimentos de positividade da relação revelam ser capazes de lidar com os desacordos de forma construtiva (note-se que esta parece ser uma característica dos indivíduos com estilo de vinculação seguro) (Richard & Cross, 2003).

Assim, especificamente, os estudos efectuados com casais constataam a emergência do ódio e da raiva como as emoções negativas mais próximas sugerindo que os parceiros com menor poder na relação, menor poder de auto controlo e que percebem muitos obstáculos na relação, são aqueles que mais atribuem a si mesmo sentimentos de raiva e se envolvem em relações infelizes. De qualquer modo, parece natural que os casais possam ter sentimentos positivos e negativos acerca do seu casamento e em vários e distintos momentos do mesmo (Fincham & Linfield, 1997; Cummings, Pepler & Moore, 1999).

Curiosamente até ao nível das emoções, os estereótipos de género parecem desempenhar um papel diferencial, do seguinte modo: as mulheres surgem tendencialmente associadas a um padrão de maior expressão emocional e os homens a um padrão de maior racionalidade⁹. Assim, as mulheres seriam mais expressivas no que concerne a um conjunto de

⁹ Por outro lado, estudamos sempre percepções acerca das relações e dos sentimentos, e estas também são mediadas por outras variáveis, nomeadamente, as célebres diferenças entre homens e mulheres que seriam explicadas por processos de socialização que tendem a considerar as mulheres “as especialistas das relações” e da intimidade. É neste sentido que Sprecher e Felmlee (1997) interpretam o facto de ter encontrado num estudo homens que se percebem a si próprios como menos envolvidos emocionalmente nas relações, constatando os autores a dimensão cultural destes aspectos.

emoções como a felicidade, o medo e a surpresa, ainda que este padrão também possa variar em função de um contexto mais público ou privado, isto é, as mulheres revelam as emoções sobretudo no contexto familiar e os homens no contexto profissional. (Brannon, 1996) Contudo, importa destacar que as mulheres evidenciam o mesmo tipo de emoções que os homens se sentem protegidas pelo anonimato (domínio privado), tais como a expressão de raiva e de cólera cometendo, inclusivamente, actos de agressão física (Anselmi & Law, 1998).

Também Marcus e Swett (2003) procuram contrastar o papel das emoções positivas versus emoções negativas e o papel de protecção que elas eventualmente desempenhem em relações de intimidade. Assim, destacam a empatia, a intimidade como principais emoções positivas ao passo que a raiva, o ciúme, o sentimento de traição são as emoções negativas que aumentam significativamente a probabilidade de ocorrência de violência no casal. Curiosamente, este estudo compara estas dimensões em casais de namorados, casais em união de facto e efectivamente casados concluindo que os primeiros seriam os mais violentos.

Aries (1996), no seguimento de outros estudos, refere que muitas das inconsistências ou dados contraditórios das investigações se devem às diferenças entre o estilo revelado em sociedade e aquilo que acontece em família, onde as mulheres tendem a ser mais assertivas e competitivas ainda que no domínio público e social deixem ao homem o papel dominante, além de que a variável sexo é ofuscada pela interacção no casal e pelo tipo de casal que temos em conta (Burggraf & Sillars, 1987) e que, variáveis como a depressão, o poder na relação, a comunicação construtiva e o padrão exigência – retirada se associam entre si, na maior parte dos casos (Byrne & Carr, 2001). Ou seja, como recorrentemente afirmamos, são necessários modelos alargados para o estudo deste fenómeno.

Para finalizar, constatamos que, independentemente do modelo teórico subjacente ou prevalecente, muitos estudos se caracterizam por tentar obter modos de leitura da realidade baseados em conceptualizações diversas ou em constructos provenientes de modelos distintos. Necessariamente, caminha-se

para uma abordagem o mais sistémica possível da conjugalidade e, nomeadamente, acerca do conflito e da violência conjugal, não fazem qualquer sentido leituras rígidas e enquadradas apenas num ou noutra modelo teórico (Cupach, 2000).

Assim, os modelos sistémicos pretendem conciliar variáveis pessoais, variáveis decorrentes da relação, dos contextos mais restritos ou alargados, em que a díade conjugal se insere. A questão é ainda mais complexa porque o casal é constituído por duas individualidades distintas, sendo o processo de construção do *nós*, em si mesmo, complexo (e.g. capítulo 1). Também porque os cônjuges, sendo duas individualidades separadas possuem organizações ou grelhas de análise do mundo diversas, tornando-se necessários reajustamentos e/ou cedências que tornem possível a vivência a dois. Acresce, ainda, a ideia de que o processo de construção da identidade do *nós* não é estanque e está envolto num conjunto de mudanças e sistemas permanentemente em mudança, sendo a identidade do *nós* do casal também mutável ou plástica se preferirmos.

Contudo, esta plasticidade confere alguma insegurança aos indivíduos e conseqüentemente à relação, por isso, apenas um desenvolvimento psicossocial adulto é capaz de lidar com esta constelação de variáveis e, ainda assim, possuir um sentido de confiança em si. Visivelmente estão implícitos outros conceitos (como os do modelo de desenvolvimento psicopsocial de Erikson, autor não abordado neste trabalho mas cujos contributos são absolutamente indiscutíveis). Deste modo, é de integração de diferentes modelos que temos que falar quando postulamos que o desenvolvimento humano (onde se incluem os problemas com os quais, necessariamente, nos confrontamos de modo mais ou menos adaptativo) deve ser equacionado numa perspectiva desenvolvimental e ecológica.

Por outro lado, os contextos que envolvem os casais são diversos e de importância central nas suas vidas na medida em que eles não formam células isoladas na sociedade, antes são influenciados por outros sub sistemas ou por acontecimentos externos e internos às suas vidas. Do mesmo modo, o ciclo de vida do casal pressupõe a existência de acontecimentos de vida normativos e

não normativos, a eminência de crises, as influências geracionais, sociais, históricas, com pesos diferenciados e circunstanciados para cada caso.

O peso dos contextos é de facto considerável e, a nosso ver, merece ser realçado. Justamente, uma série de investigações recentes tem enfatizado o papel das redes sociais de apoio (onde podemos incluir amigos, famílias de origem, organizações, instituições...) nas percepções, crenças e atribuições dos cônjuges acerca das suas relações mas, também, no modo como interferem, efectivamente, em processos de tomada de decisão complexos e em momentos particularmente sensíveis das suas vidas. No caso de situações de violência (e não precisam ser necessariamente graves) cada vez mais é evidente que mulheres que tenham disponíveis apoios instrumentais e expressivos tomam as suas decisões de modo mais autónomo, consistente e consciente. Cremos que esta é uma linha de investigação a ser tida em conta, mas acima de tudo, há que considerar novas políticas em ordem a apoiar as pessoas em comunidade e a torna-las mais proactivas face às suas vidas (Date & Ronan, 2000).

Com efeito, “quando pretendemos aceder à complexidade da intimidade não podemos assumir uma atitude atemporal e estática, mas uma análise contextual alargada, histórica, cultural, social, política, individual e relacional, porque as relações constroem-se nesta amálgama de variáveis” (Costa, 2005, p. 109), assim sendo, e porque é de relações de intimidade que temos vindo a falar, não podemos restringir-nos a análises simplistas do fenómeno, do tipo causa efeito, para aceder à complexidade relacional em questão, ainda que se trate de relacionamentos marcados por processos complexos como a emergência de violência.

Em Síntese...

Verificamos neste capítulo a relevância, do nosso ponto de vista, das mais salientes perspectivas teóricas da conjugalidade. Assim, sucintamente, os

psicodinâmicos fazem depender a escolha do outro de características de cada um dos cônjuges, aliadas às relações primárias de objecto que tendem a ser continuadas nas relações de intimidade adultas. Vimos como constructos como os de instabilidade emocional, irritabilidade, tendências narcisistas, entre outras, parecem estar associados a relações conjugais disfuncionais ou pouco satisfatórias. Esta perspectiva, mesmo em termos interventivos situa-se ao nível da exploração e da compreensão das dinâmicas intra individuais, não colocando o acento em variáveis sistémicas ou do foro relacional.

Por seu lado, os modelos de aprendizagem social (mais estruturalistas) centram-se ora em questões relativas à compreensão dos comportamentos, especificamente os tidos como disfuncionais, e tendem a intervir em áreas como as da comunicação no casal, a capacidade de resolução de problemas a capacidade de *self-disclosure* ou a focagem nas questões relativas ao equilíbrio ou desequilíbrio de poder supostamente existente na relação (Klein & Johnson, 1997). Mas, essencialmente, é ao avaliar os padrões de transmissão intergeracional da violência e do conflito que, em nossa opinião, se revelam com contributos basilares para a compreensão deste fenómeno, do ponto de vista comportamental cognitivo e inclusivamente afectivo.

Dedicamos, finalmente, especial atenção à teoria da vinculação que apesar de se centrar em comportamentos de apoio e suporte, também possui contributos relevantes para a compreensão do conflito e violência conjugais. Assim, reconhece-se que os cônjuges tendem a experimentar emoções elevadas durante o conflito e este pode ser visto como uma ameaça à segurança na relação – activando o sistema de vinculação. De uma forma geral, um padrão inseguro está relacionado com insatisfação e pode ser um factor de risco para a deterioração da relação ao longo do tempo.

Bolwby, justamente, reconhecia que os factores – percepção de conflito e percepção de apoio na relação -, influenciam a forma como os indivíduos mais ansiosos se sentem em relação ao seu companheiro e que na base de uma relação baseada no conflito, sujeitos mais ansiosos encaram-no como algo de negativo para a sua relação, no entanto, para os seguros, ele surge como uma oportunidade de promoção da sua intimidade (sendo evidente quer o lado

negativo, quer o positivo do conflito). Quando o conflito aparece, os indivíduos mais ansiosos tendem a usar as suas emoções como estratégia de gestão para lidar com os seus efeitos negativos; accionam comportamentos de dominação e coerção e exibem mais comportamentos de hostilidade prejudiciais para a relação, especialmente quando lidam com ameaças à sua relação.

Os conflitos levam a sentimentos de preocupação acerca da perda e abandono em indivíduos ansiosos mas também impulsionam a hipervigilância, amplificam as emoções e aumentam comportamentos de interação disfuncionais. Levados ao extremo e associados a emoções profundas como a raiva dissociativa estas interações podem conduzir à violência relacional, embora os estudos, na perspectiva dinâmica e da vinculação, falem, sobretudo, de violência dos homens contra as mulheres.

De modo geral, constatamos que no que diz respeito à conjugalidade são maiores as semelhanças do que as diferenças entre as diversas perspectivas teóricas consideradas, aliás, verificamos como elas fazem apelo a componentes ou conceptualizações de umas e outras: assim todas valorizam a história de cada indivíduo (por exemplo, as perspectivas dinâmicas e da vinculação concedem uma importância particular aos primeiros anos de vida para a formulação dos seus edifícios conceptuais), ao desenvolvimento da relação e a comunicação no casal, nomeadamente no que concerne ao seu papel no conflito conjugal.

Finalmente, destacamos a necessidade de perspectivas integradoras acerca das dinâmicas conjugais na medida em que apenas com os contributos dos modelos psicodinâmicos, comportamentalistas, desenvolvimentais, da aprendizagem social, entre outros, e sistémicos se acede e intervém junto de casais.

Como referem Stith e colaboradores (2003) acerca dos riscos de se ser agressor, estes fenómenos apenas podem ser lidos se tomarmos em conta variáveis do próprio sujeito (por exemplo o uso de álcool, a ideologia face ao género, as expectativas face à relação) denominadas de variáveis *ontogénicas*

pelos autores; as variáveis do *microsistema*, de que são exemplo o ter sido vítima de violência em criança ou o grau de satisfação conjugal; e as variáveis do *exossistema* de que são exemplos o emprego, as instituições, a família alargada; sendo na interacção destes múltiplos factores que é possível compreender a génese de comportamentos violentos nuns indivíduos e não noutros. Independentemente de, neste caso, se tratar da emergência da violência, julgamos que este tipo de leitura pode e deve ser adaptada a outras dinâmicas relacionais.

Capítulo **4**

METODOLOGIA DO ESTUDO

Este capítulo e os seguintes destinam-se à apresentação e discussão de uma investigação empírica realizada com uma amostra de casais em Portugal com o objectivo de abordar e aprofundar algumas das questões enunciadas no decurso da revisão da literatura no domínio das percepções de conflito e violência conjugais. Concretamente, este capítulo visa apresentar os grandes objectivos do estudo, bem como as questões de investigação subjacentes à sua emergência e que serviram de base à constituição das principais hipóteses colocadas. Seguem-se a descrição do processo de recolha de dados e as informações relativas à amostra em que o estudo incidiu.

1. Objectivos do estudo e questões de investigação

O estudo empírico que seguidamente apresentamos decorre no âmbito da Psicologia da Família, concretamente no sub sistema conjugal, através da análise de duas dimensões específicas: as percepções de conflito e de violência conjugal. Habitualmente, estas dimensões têm sido estudadas em correlação com as da satisfação conjugal e/ou insatisfação conjugal, com as quais recorrentemente surgem associadas. Com efeito, o estudo do casamento (assim como da família, de modo geral) iniciou-se por um prisma ou enfoque de negatividade a que não foram alheios os dados relativos ao aumento de divórcios, entre outros. Ainda assim, o estudo das dimensões que constituem o objecto deste trabalho tem sido secundário na medida em que surgem associadas a outras dimensões consideradas centrais (a satisfação e insatisfação conjugais) e tendo em conta que se trata de dimensões votadas à privacidade das famílias e dos casais pelo que se têm constituído num desafio para os investigadores. Ou seja, é efectivamente difícil aceder aos casais e conseguir que as informações prestadas sobre assuntos da sua intimidade não sejam marcados pela desejabilidade social, por um lado, e, por outro, cremos

que aqueles cônjuges que efectivamente sejam mais violentos tenham dificuldade em admitir os seus próprios comportamentos e atitudes.

No estudo das diversas dimensões da conjugalidade e, especificamente acerca do estudo do conflito conjugal, e naturalmente do estudo dos processos relacionais humanos, constatou-se a necessidade de atender às noções de representação mental, de esquemas ou de percepções como processos inerentes às avaliações que fazemos dos nossos comportamentos, dos comportamentos dos outros e da relação (Showers & Zeigler-Hill, 2004).

Com efeito, a assunção de que estudamos apenas construções da realidade, sujeitas a idiosincrasias várias, revelou ser de especial relevância a investigação no domínio das percepções, cognições, em última instância, dos processos cognitivos. A esmagadora maioria das investigações atende, assim, aos processos cognitivos e comportamentais e, apenas recentemente, têm sido consideradas as emoções (Richards *et al*, 2003). Contudo, se a opção pela separação das relações conjugais em domínios mais específicos trouxe alguns avanços consideráveis em ordem a melhor entender e aprofundar um conjunto de processos, também veio confirmar a impossibilidade em separar dimensões que apenas funcionam articuladas. Referimo-nos, naturalmente, às dimensões cognitivas, comportamentais e afectivas que são inerentes à condição humana (Fitness & Fletcher, 1993).

Cada vez mais, portanto, a investigação neste domínio reconhece a necessidade de se adoptarem modelos ecológicos e holísticos consentâneos com uma visão abrangente do desenvolvimento humano e procurando não descurar alguns dos processos do seu funcionamento em detrimento de outros. (vd Capítulo 3).

Ainda que os princípios subjacentes ao estudo dos sistemas familiares se tenham alterado e alargado no contexto de uma perspectiva ecológico-desenvolvimental, as investigações no âmbito das relações conjugais continuam a sofrer de um conjunto de constrangimentos consideráveis em parte por se tratar, porventura, do domínio privado, por excelência, das nossas

vidas. Se tal acontece quando falamos de interações “normais”, mais complicado se torna quando procuramos aprofundar o estudo de dimensões negativas, como inicialmente se considerava o conflito mas, sobretudo, a violência no seio destas relações. Constatamos, deste modo, um conjunto de entraves nos capítulos precedentes que confirmam a dificuldade em trabalhar, efectivamente, com casais independentemente de se tratarem de amostras clínicas ou não. No entanto, este aspecto, por si só, remete para questões incontornáveis neste domínio, porque este tipo de amostra possui características incomparáveis (vd. Capítulo 2). Finalmente, o estudo do conflito e da violência mereceram atenção por razões diversas, na medida em que, ainda que ambos estejam associados à satisfação e/ou insatisfação conjugais, possuem contornos e visibilidades diferentes na opinião pública e na comunidade científica (Kurdeck, 2003b).

É nosso objectivo neste estudo associar as duas dimensões em ordem a perceber que tipo de estratégias de resolução de conflitos (além de outras de que falaremos posteriormente) podem ou não estar associadas à emergência de violência e esta centralidade prende-se com uma discussão recorrente na literatura da especialidade. Clarifiquemos, por isso, que falamos de um estudo realizado com base numa amostra de casais da população normal e, desta forma, pretendemos avaliar as percepções que estes casais possuem acerca das estratégias que utilizam para a resolução dos seus conflitos. Por isso, no que concerne à violência, esperamos encontrar níveis moderados de violência; ou seja, não falamos neste estudo de violência severa mas antes da “common couple violence” (Johnson, 1995, p. 283).

Relembremos que as estratégias de conflito conjugal têm sido estudadas a partir da existência de um contínuo de possibilidades desde as estratégias tidas como construtivas para lidar com o conflito e, desta forma, positivas para a relação, às estratégias conotadas negativamente e com efeitos nefastos para a relação. Do mesmo modo, a percepção de violência conjugal é estudada tendo em conta, pelo menos a presença de duas formas de resolução de conflitos ineficazes e que implicam o recurso a estratégias denominadas ora de

violência simbólica, ora psicológica, ora verbal (Straus (1992) considera os dois primeiros conceitos como sinónimos) e a violência física. Como constatamos anteriormente, também ao nível do estudo das percepções de violência, as diversas escalas ou questionários utilizados presumem a existência de um contínuo entre formas menos severas e mais severas de violência, quer se trate de um ou outro tipo de violência.

Verificamos, ainda assim, que as distinções entre alguns conceitos são efectivamente difíceis de operacionalizar sendo que em muitas escalas, senão em todas, é particularmente difícil assumir que não existem os dois tipos de violência nas dimensões consideradas, ou seja, – concretamente acreditamos que toda a violência física tem subjacente a denominada violência psicológica ou simbólica e, por vezes, existirão tipos de violência psicológica mais marcantes do que alguns tipos de violência física, é o caso da negligência, por exemplo. Dada a complexidade conceptual que caracteriza este domínio, optamos, neste trabalho, por falar de violência física e violência não física, referindo-nos ainda, sempre que possível, ao grau da sua severidade. Relembremos que os conceitos de violência psicológica, violência e/ou abuso verbal, violência simbólica surgem muitas vezes associados e indissociáveis nos mesmos estudos e, da mesma forma, pelos mesmos autores. O conceito de “common couple violence” (ibid), ou violência comum ou violência ordinária (Gelles) significam justamente que, e pese o risco, consciente, de nos estarmos a repetir, é importante enfatizar que independentemente da violência ser física ou não física, falamos de níveis de violência que, esperamos sejam na sua máxima expressão, moderados.

De resto, na maior parte das escalas que visam estudar conflitos e/ou violência, constatamos da existência de um contínuo entre estratégias de um e de outro tipo, embora tal não seja sempre assumido explicitamente. Concretamente, vejamos o que acontece com a escala mais emblemática do estudo da violência familiar: a Escala dos Conflitos Tácitos. A escala original, assim como a sua revisão, é estruturada a partir do pressuposto teórico da existência normativa de alguma violência dentro da família. A teoria catártica

postula pois que a libertação regular de alguma agressão constitui-se, para os indivíduos, num factor de protecção a outras formas de abuso tidas como mais violentas ou severas. Não sendo sobre este modelo teórico que aqui procuramos reflectir, destaquemos apenas que, na referida escala existem itens referentes à resolução de conflitos de modo construtivo (negociação), até aos referentes à utilização de violência física severa. Por outro lado, trata-se da única escala em que assumidamente está subjacente um modelo teórico da violência nas relações conjugais e familiares.

Com este exemplo concreto pretendemos, fundamentalmente, realçar que as estratégias de resolução de conflito e as estratégias de violência estão muitas vezes presentes no mesmo instrumento, embora nem sempre seja assumido pelos respectivos autores, o mesmo acontecendo para as medidas que avaliam o conflito, ainda que, neste caso, as posições mais extremadas possam ser referentes apenas a violência simbólica ou verbal, por nós denominado neste trabalho de violência não física. Queremos, portanto, sublinhar que se pode considerar a existência de uma continuidade entre estas dimensões frequentemente operacionalizadas em escalas de auto-retato independentes.

A opção pela utilização, no nosso estudo, de dois instrumentos diferentes para a avaliação de percepções de conflito e de percepções de violência conjugal, é intencional e serve o objectivo de tentar compreender como uma amostra de casais portugueses reage às mesmas mas, sobretudo, perceber a forma como conflito e violência se conjugam e, se em alguns casos, podemos inferir da existência de processos de escalada ou porventura, perceber se a existência de estratégias de resolução de conflitos inadequada é condição para a emergência de maiores níveis de violência. Dito de outro modo, assumimos a existência de uma relação entre o uso de estratégias de resolução de conflitos ineficazes, no sentido de que são destrutivas para a relação, e a emergência de violência, ainda que moderada, sendo este um dos principais objectivos do estudo. Obviamente que pretendemos associar outras variáveis em ordem a perceber quais delas estão mais associadas à

emergência de níveis moderados de violência física e não física. Finalmente, um dos constructos estudados é também o da violência associada ao álcool, embora o façamos com carácter exploratório. Com efeito, verificamos no capítulo 2 que esta é uma das variáveis mais estudadas, mas com resultados nem sempre consistentes; ainda assim têm vindo a emergir investigações recentes que consideram que o consumo de substâncias possui influência na emergência de comportamentos violentos, seja por parte de mulheres, mas, essencialmente, por parte de homens, ainda que sempre se conclua da necessidade da sua associação a outros factores (Barnett & Fagan, 1993; Barak, 2003).

Finalmente, e no que à escala de resolução de conflitos diz respeito julgamos que a possibilidade de cada participante poder responder acerca das estratégias utilizadas por si e pelo(a) companheiro(a) aporta informações relevantes acerca da congruência entre cônjuges, no que diz respeito ao modo como nos encaramos a nós próprios e como percebemos o outro.

Como fizemos referência na parte teórica deste trabalho, poucos domínios da investigação em Psicologia serão tão marcados pela confusão conceptual e discussão polémica acerca da clarificação de conceitos como aquele em que nos situamos nesta investigação. Escusamo-nos de recordar aqui todos os aspectos associados a esta questão (vd. Capítulo 2, essencialmente). Ainda assim, será importante, mais uma vez, que reconheçamos que a existência de conflitos ou desacordos entre cônjuges é inevitável, que o processo de escolha de uma ou outra estratégia de resolução de conflitos é dependente de uma vastíssima série de factores e, por isso, uma perspectiva sistémica será a que se pode aproximar melhor de uma leitura o mais fiável possível deste fenómeno.

Reconhece-se, também, que o processo de escalada do conflito pode conduzir à emergência de estratégias de violência nos casais. Deste modo, o principal objectivo deste estudo é perceber a relação conflito – violência mas não apenas, porque também procuramos perceber que tipo variáveis – como a idade, o tempo da relação, o nível socio-económico-cultural, a parentalidade, o

estilo de vinculação contribuem para esta associação ou para a emergência da escalada como veremos adiante.

Ainda assim e pese a dificuldade de investigação destes fenómenos, porque votados a um carácter de inevitável intimidade, de resto muito veiculada pelas próprias normas culturais e sociais que reportam à família o carácter de intimidade e privacidade como sendo apanágio da sua identidade, a revisão da literatura acerca das relações conjugais tem constatado um conjunto de variáveis que interferem na percepção de satisfação ou insatisfação para os cônjuges. Desde logo, as diferenças de género têm sido permanentemente estudadas, por vezes com resultados controversos, mas sempre influenciando as vivências conjugais. As diferenças de género ou mais especificamente os papéis de género (na medida em que o que aqui está em causa é a forma peculiar como cada elemento do casal assume o seu papel de género) têm sido relacionadas com o poder nas relações conjugais e com a emergência de conflito e violência (e.g., Steil, 1997). Não esqueçamos, porém, a ideia de que nas nossas sociedades assistimos a um conjunto bastante diversificado de famílias e, igualmente, de vivência da conjugalidade, pelo que é natural afirmar que o casamento é vivido de forma idiossincrática por cada casal considerado.

Também o nível sócio económico e cultural dos sujeitos é objecto recorrente de muitos estudos (e.g., Adams, Towns & Gavey, 2003; Canary & Emmers-Sommer, 1997), sobretudo os que se fundamentam nas perspectivas estruturais que, como vimos, possuem um papel preponderante, sobretudo na explicação da emergência dos comportamentos violentos e assinalam precisamente como variáveis mais determinantes a pobreza, o isolamento social, ainda as diferenças políticas e sociais existentes entre homens e mulheres (se pensarmos nas perspectivas feministas), entre outras.

Muitas destas investigações têm considerado serem este tipo de variáveis de interesse extraordinário ainda que, por vezes, nos mesmos estudos se considere que não se sabe se elas são causa ou efeito da emergência de violência; assim, à medida que se tem avançado numa perspectiva sistémica de análise deste fenómeno tem sido associada a outras

variáveis, das quais destacaríamos a do apoio social. Ainda assim, existem dados intrigantes que revelam que apesar do nível diferenciado de muitas pessoas, tal não significa que estejam imunes a situações de violência relacional íntima. Por outro lado, esta variável pode fazer a diferença se directamente associada a redes sociais de apoio mais consistentes (Story *et al*, 2004).

Por seu lado, a idade dos cônjuges é por norma associada à duração ou tempo da relação e, nesta medida, tem sido recentemente mais estudada dado que os estudos transversais e longitudinais se têm alargado (e.g., Clements, Cordoba, Markman & Laurenceau, 1997). É, ainda, estudada por comparação entre casais de idades distintas, aparecendo analisada essencialmente na relação com a satisfação e insatisfação conjugal (e.g., Acittelli & Young, 1996), e não directamente associada aos conflitos ou comportamentos violentos dos sujeitos com excepção dalguns que aprofundam os temas que estão na génese dos conflitos conjugais e que parecem alterar-se da relação de namoro para a relação de casamento (obviamente que esta mudança é, em si mesma, passível de transições significativas, para além do peso da variável idade). Ainda assim, os estudos longitudinais situam-se sobretudo nos primeiros anos de casamento até porque a maior taxa de dissolução das relações ocorre por volta dos quatro, cinco anos após o enlace (e.g., Kurdek, 2003).

Neste contexto, assumimos a análise da variável idade com carácter exploratório, parecendo-nos particularmente interessante o estudo de uma população efectivamente casada na medida em que a maior parte dos estudos é efectuada com casais de namorados ou com indivíduos não casados, isto é sem que a análise das questões relacionais, ainda que, como já mencionamos, pelo menos em algumas situações se façam generalizações de resultados abusivas (e.g., Goldner, 1998).

De igual modo, o tempo da relação é frequentemente associado à satisfação conjugal. Trata-se de um tema controverso porque a maior parte dos estudos assume que relações estáveis são relações mais duradouras e ainda que os estilos de vinculação seguros possuam uma correlação geralmente

positiva com a duração, existem outros que constataam que relações mais duradouras também podem ser sinónimo de acomodação dos cônjuges, de parceiros desinvestidos ou com estilos de vinculação ambivalente e/ou ansiosa (e.g. capítulo 3); e, ainda, de mulheres que vivem em relações pautadas por ciclos de violência (com os inerentes períodos de lua de mel e com histórias de abuso intermitente), de relações em que as alternativas a este tipo de casamento simplesmente não existem (sobretudo para as mulheres...).

Ou seja, parece que relações estáveis no tempo podem igualmente ser sinal de satisfação como de insatisfação conjugal (e.g., Karney & Bradbury, 1997). Pensamos que, no mínimo, não será arriscado afirmar que existem casais com relações duradouras apesar de serem casais insatisfeitos, independentemente de um ou outro factor referido, entre outros, ser mais notório (e.g., Gordon *et al*, 1999; Stith, 2001). Naturalmente, que o contrário também ocorre e será porventura o mais comum, isto é, a existência de relações duradouras mas satisfatórias e felizes, como de resto tem sido constatado por modelos teóricos diversos (desde os estudos longitudinais de Gottman aos centrados no modelo da vinculação). De qualquer modo, a este facto estão também associadas outras variáveis como as do domínio ético e moral, das ideologias das pessoas, das teorias acerca da relação, ou seja um conjunto diverso de factores que contribui seguramente para a manutenção ou não dos relacionamentos conjugais.

No nosso estudo, esta variável, surge inevitavelmente associada à idade dos sujeitos, mas também ao tempo da relação, e é igualmente analisada a título exploratório na medida em que os estudos não são muito consistentes. Contudo, sabemos que a nossa amostra possui a este respeito uma variabilidade de duração de tempo da relação muito larga, ou seja é efectivamente diferente estar casado há dois ou há trinta anos e, como tal, pretendemos apenas contribuir para o aprofundamento de algumas questões em função do tempo da relação.

Concretamente, será que com o tempo de relação ou com a idade dos cônjuges (sendo naturalmente duas questões distintas) existem diferenças no

que diz respeito ao maior ou menor uso de estratégias de conflito ineficazes ou estratégias de violência? E, ainda, será que a preocupação dos casais com os padrões conjugais se altera? Relembremos, também que existem dados que assumem da existência de relações de namoro violentas e de que a violência seria maior nas relações mais jovens (serão as que se dissolvem mais cedo?) Existe, pois, um conjunto diverso de questões em volta desta questão.

Nos últimos anos, o enfoque na teoria da vinculação – e, no caso, a vinculação ao par amoroso e ao pai e à mãe - é representativo da necessidade de estudar o que ocorre nos casais em função de uma perspectiva da relação que é influenciada por um processo de desenvolvimento histórico para cada um dos cônjuges e, portanto, pela vinculação aos pais, procurando avaliar continuidades e descontinuidades neste processo desenvolvimental. Com efeito, o modelo teórico da Vinculação tem conferido um contributo claro para perceber o impacto das experiências precoces nas relações de vinculação adultas, porque são desta natureza as relações de intimidade (Collins & Read, 1990). Como sabemos, este modelo defende que as crianças interiorizam as suas experiências com os prestadores de cuidados como um padrão para futuros relacionamentos fora da família mas, constatamos que a continuidade destes processos permanece uma das questões centrais deste modelo.

Deste modo, as relações românticas ou de intimidade parecem constituir para os indivíduos adultos as relações por excelência da sua existência, onde interferem um conjunto de processos que põem à prova a construção da sua identidade e intimidade, entre outros processos. O estilo de vinculação de cada indivíduo – ainda que, naturalmente, se possa alterar com o tempo e seja diferente em função da relação em causa – pode, no caso concreto das relações de intimidade, evidenciar um conjunto de características pessoais daquele sujeito que têm implicações na relação, existindo uma constelação de variáveis pessoais, relacionais e históricas que este constructo procura analisar. Por outro lado, estudos recentes têm insistido na teoria da vinculação como uma das mais consistentes para o entendimento dos processos de emergência de conflito e de violência (e.g., Gallo & Smith, 2001; Grau & Doll,

2003; Bartholomew & Dutton, 1999). Ainda, porque se trata de uma perspectiva que articula dimensões afectivas, cognitivas e comportamentais.

Finalmente, o estudo da vinculação na relação amorosa fornece indicadores, ainda que indirectos, sobre a dicotomia autonomia/independência tão em voga no estudo dos casais, sabemos com efeito que em função do estilo de vinculação do sujeito podemos inferir da sua forma de *ser* e *estar* na relação (Costa, 2005). Desta forma, a opção pela escolha deste modelo significa a assunção de que, numa área claramente marcada pela ausência de modelos teóricos, esta teoria emerge como a mais consistente e a que mais se aproxima de uma lógica desenvolvimental. Tal não significa, contudo, que todos os dados sejam discutidos e interpretados unicamente à luz deste modelo que, de resto, é também alvo de críticas diversas (vd. Capítulo 3). Constata-se, finalmente que a nossa opção de estudar a vinculação às figuras parentais é necessariamente arriscada na medida em que se solicita aos sujeitos uma visão retrospectiva das suas vivências (e as memórias possuem idiosincrasias várias) e, por outro lado, porque se discute que o estado actual da relação pode influenciar essa visão retrospectiva da relação com outros, neste caso com o pai e com a mãe.

Outra questão muito referenciada na literatura prende-se com os temas ou conteúdos dos conflitos e divergências entre os casais (e.g., Rusbult *et al*, 2002). A vivência a dois possui um lado pragmático: os casais confrontam-se com situações específicas às quais devem dar resposta, que implicam a cedência de um ou outro cônjuge, a ligação a outros contextos da vida, sejam a família, os amigos, o lazer, a profissão (no fundo, a confluência de diferentes papéis). Uma das questões mais comuns e levantadas pela investigação é justamente a crítica ao estudo preferencial dos processos de resolução dos conflitos em detrimento da avaliação dos conteúdos que podem ser mais ou menos profundos mas que, inevitavelmente, existem (Walker, 2003).

Em ordem a aprofundar os conteúdos e sobre o que gera os desacordos, julgamos pertinente incluir a análise dos padrões do casamento como uma das variáveis do estudo, uma vez que atendem às teorias locais da

relação de cada cônjuge e aos ideais (ou seja aquilo que eles pensam que a relação devia ser), sobre questões tão diversas como a parentalidade e questões menos habituais, como a religiosidade no casal. No fundo, trata-se de saber quais destes padrões geram mais insatisfação e são mais fonte de perturbação para o casal. Obviamente que não descuidamos as outras dimensões de igual relevância como sejam as do instrumento expressivo e que fazem apelo à afectividade e sexualidade no relacionamento conjugal, entre outras áreas.

Estas questões têm sido ampla e diversificadamente avaliadas na investigação através de instrumentos de auto-relato, além das entrevistas. No que às escalas de auto-relato concerne, tipo de instrumento que utilizamos, verificamos da existência de uma panóplia delas, embora os temas a que procuram fazer referência sejam basicamente os mesmos. De qualquer modo, todas pretendem chegar a uma operacionalização da satisfação conjugal e relacioná-la com as diversas áreas da conjugalidade. No caso específico da escala *Inventory of Specific Relationship Standards*, consideramos interessante o facto de intencionalmente fazer apelo aos processos cognitivos, por um lado, e, por outro, além do “tradicional” grau de satisfação possibilitar a identificação de uma medida de perturbação dos cônjuges. Além de que, os constructos teóricos subjacentes à escala fazem apelo ou encontram eco na vivência dos cônjuges.

Paralelamente, são constructos sobre os quais muitos modelos teóricos incidem, independentemente de serem designados diferenciadamente. Concretamente referimo-nos à delimitação de fronteiras e à dicotomia autonomia/independência (expressa nas dimensões fronteiras e controlo), à afectividade (através do investimento instrumental e investimento expressivo) – que fazendo apelo a áreas como a da afectividade e sexualidade, parece possibilitar o aprofundamento das diferenças entre homens e mulheres ao nível da sua forma de ser íntimo na relação conjugal. E, ainda, fazer apelo às emoções – porque a dissociação entre processos afectivos, cognitivos e emocionais – é fictícia. Concluindo, parece-nos uma escala que possibilita o

estudo de uma série de subtilezas passíveis de dirimir algumas diferenças estereotipadas.

Finalmente, de acordo com imensos estudos pretendemos analisar que estratégias de resolução de conflitos são mais utilizadas e em que medida se relacionam com outras variáveis, nomeadamente o género e o padrão de exigência-retirada ou se outros emergem, contribuindo para o aprofundamento desta questão (Heavey *et al*, 1995). Simultaneamente, tentar perceber se este ou aquele modo de encarar o conflito por parte dos cônjuges se relaciona especificamente com algum padrão conjugal em especial, ainda que tal não nos informe directamente acerca dos conteúdos directos que estão na génese dos desacordos conjugais e de outros processos relacionais (por exemplo, a comunicação entre cônjuges). Com efeito, constatamos que o padrão clássico acima referido parece alterar-se em função de relações mais ou menos violentas, do tipo de conteúdo dos conflitos, dos ideais da relação de cada cônjuge, do estatuto que cada um deles não pretende perder, não sendo, portanto, automaticamente associado ao género, veremos com curiosidade o que acontece com uma amostra mais diferenciada do que a média dos adultos portugueses (mais de metade da amostra possui o grau académico de licenciatura) e, ainda com uma amostra em que o nível sócio económico e cultural também é acima da média dos adultos portugueses.

Finalmente, tem sido substancialmente criticado o facto de se estudar preferencialmente o processo e menos o conteúdo do conflito conjugal. Para além de corroborarmos esta crítica, que anteriormente assinalamos, consideramos que as metodologias quantitativas possuem a este nível um *handicap* substancial.

No que concerne às estratégias de violência, reafirmamos que nos situamos numa vertente de investigação das percepções de violência moderada ainda que com incursões pontuais a episódios mais severos, esta é uma distinção importante para a discussão de resultados e para percebermos que tipo de estratégias, que padrões conjugais, que estratégias de resolução de conflitos do eu e do outro, em suma, que tipo de variáveis contribuem mais

para a sua emergência. Por último, há que assumir que a presente investigação tem um carácter eminentemente exploratório na medida em que associa conflito e violência e é realizado junto de uma população dita “normal” – e, neste âmbito, as conclusões de outras investigações, nomeadamente efectuadas em contextos clínicos não são necessariamente relevantes.

Deste modo, sintetizaríamos nas seguintes questões os grandes objectivos do nosso estudo:

- Quais os efeitos do género, da idade e do nível socio-económico-cultural nos estilos de vinculação, nas estratégias de resolução de conflito (próprias e do outro), nos comportamentos de violência do companheiro, nos padrões conjugais e na satisfação e perturbação com estes padrões?

- Quais os efeitos da parentalidade e da religiosidade nos estilos de vinculação, nas estratégias de resolução de conflito (próprias e do outro), nos comportamentos de violência do companheiro, nos padrões conjugais e na satisfação e perturbação com estes padrões?

- Quais os efeitos do tempo de duração de casamento nos estilos de vinculação, nas estratégias de resolução de conflito (próprias e do outro), nos comportamentos de violência do companheiro, nos padrões conjugais e na satisfação e perturbação com estes padrões?

- Quais as diferenças entre as percepções das estratégias de resolução de conflito próprias e as percepções das estratégias de resolução de conflito do outro?

- Como se organizam os indivíduos a partir dos estilos de vinculação ao par amoroso? Será que indivíduos com diferentes padrões de vinculação avaliam de forma diferente as estratégias de resolução de conflito (próprias e do outro), os comportamentos de violência do companheiro, os padrões conjugais e a satisfação e perturbação com estes padrões?

- Como se organizam os indivíduos a partir das percepções de violência do companheiro? Quais as variáveis (estilos de vinculação, estratégias de resolução de conflito, padrões conjugais, satisfação conjugal e perturbação conjugal) que melhor explicam as diferenças entre os grupos de indivíduos com percepções diferenciadas de violência?

- Em que medida os cônjuges diferem entre si nos estilos de vinculação, nas estratégias de resolução de conflito (próprias e do outro), nas percepções de violência do companheiro, nos padrões conjugais e na satisfação e perturbação com estes padrões? Serão estas diferenças intra-casal afectadas pela idade e nível socio-económico do casal? Pela parentalidade e pela religiosidade? E pelo tempo de duração da relação?

- Há congruência quanto à satisfação conjugal no casal? É possível identificar casais mais ou menos discrepantes a este nível e produzem estas diferenças nas estratégias de resolução de conflito (próprias e do outro), nas percepções de violência do companheiro e nos padrões conjugais?

- Como se organizam os casais a partir dos padrões de vinculação dos cônjuges ao par amoroso? Será que casais com diferentes constelações de padrões de vinculação avaliam de forma diferente as estratégias de resolução de conflito (próprias e do outro), os comportamentos de violência do companheiro, os padrões conjugais e a satisfação e perturbação com estes padrões?

- Como se organizam os casais a partir das percepções dos cônjuges sobre a violência do companheiro? Será que casais com diferentes constelações de violência avaliam de forma diferente as estratégias de resolução de conflito (próprias e do outro), os padrões conjugais e a satisfação e perturbação com estes padrões?

Deste modo, e de acordo com a investigação neste domínio, colocamos as seguintes *hipóteses* para a *amostra global*

- a) No que concerne ao género, esperamos que as mulheres apresentem maior utilização de estratégias de resolução de conflitos como o envolvimento negativo e a submissão (H1); e os homens apresentem sobretudo comportamentos de retirada (H2),
- b) De igual modo, esperamos que as mulheres se percepcionem como utilizando mais estratégias de violência não física e percepcionem os companheiros como utilizando mais estratégias de violência física e associada ao álcool (H 3);
- c) É ainda esperado que as mulheres se focalizem sobretudo nos padrões controlo e investimento expressivo e os homens nos padrões fronteiras e investimento instrumental (H 4);
- d) Quanto ao tempo da relação esperamos a existência de mais conflitos nos primeiros anos de casamento e que à medida que avança o tempo de duração da relação os indivíduos apresentem maior satisfação com a relação; (H 5)
- e) Quanto ao estilo de vinculação esperamos que: (i) sujeitos com estilo de vinculação seguro representem menor envolvimento em estratégias de resolução de conflitos negativas e ausência de estratégias violentas face aos inseguros; (ii) os indivíduos preocupados a manifestar expressamente maiores níveis de envolvimento negativo nos conflitos e eventualmente estratégias violentas (iii) maiores níveis de submissão nos sujeitos amedrontados (iv) dos desinvestidos esperaríamos valores mais elevados de retirada; (H6, H7; H8 e H9, respectivamente);
- f) Esperamos, ainda, uma diferença associada ao género no que concerne ao estilo de vinculação no sentido de as mulheres

serem mais preocupadas e os homens mais evitantes e desinvestidos (H10);

- g) De um modo geral, esperamos que os homens se percepcionem como mais satisfeitos do que as mulheres na relação conjugal (H11);.

Do mesmo modo, colocamos algumas *hipóteses* no que concerne aos *casais*:

- a) É esperado que casais congruentes quanto à satisfação conjugal exibam menores níveis de violência (ou ausência da mesma) e utilizem estratégias de resolução de conflito construtivas (H12);
- b) Esperamos que casais em que predominam as estratégias de resolução de conflitos como o envolvimento negativo, a submissão e a retirada exibam maiores níveis de violência moderada (H13);
- c) Espera-se, de acordo com a literatura, que o padrão homem retirante e mulher envolvida no conflito seja o mais comum e o mais associado a casais não violentos (H14);
- d) Esperamos, ainda, que casais com maiores percepções de controlo possuam menor satisfação conjugal e utilizem mais estratégias negativas de resolução de conflitos (H15);
- e) Do mesmo modo, associado aos níveis de satisfação conjugal nos casais esperamos encontrar associadas estratégias de resolução de conflito positivas e ausência de violência (H 16);
- f) Esperamos que casais em que exista congruência acerca da satisfação com os padrões conjugais apresentem menor perturbação na relação e, por isso, utilizem estratégias de resolução de conflito construtivas (H 17);

- g) Esperamos que a congruência acerca das percepções do uso de estratégias de violência diminua a satisfação conjugal dos casais e consequentemente aumente o nível de perturbação dos mesmos (H 18);
- h) Esperamos que casais seguros possuam maiores níveis de satisfação conjugal com recurso meramente pontual a estratégias de resolução de conflitos menos construtivas ou a comportamentos de violência (H 19);
- i) Espera-se que a existência de pelo menos um elemento do casal com um estilo de vinculação seguro seja determinante para a percepção de maior qualidade conjugal (H 20);

Finalmente, as variáveis nível sócio económico e cultural, a existência de filhos e ainda a religiosidade serão estudadas por nós a título exploratório, ainda que por razões diversas.

- (i) Assim, no que concerne à variável NSE, ainda que existam imensas investigações (vd. Capítulos 1 e 2) que assinalem esta variável (sobretudo no domínio das teorias estruturais, das teorias da aprendizagem social ou perspectivas feministas) em que se consideram a pobreza os problemas de desemprego, a falta de apoio social como determinantes para a emergência de violência, na nossa amostra não esperamos encontrar diferenças significativas na medida em que se trata de uma amostra diferenciada em relação à média dos adultos portugueses e, por outro lado, bastante homogénea (H 21);
- (ii) Quanto à existência de filhos não existem estudos que avaliem especificamente esta área da conjugalidade separadamente das outras, ainda assim, esperamos que casais com filhos façam maior uso de estratégias de conflito comparativamente aos outros e que, nos mesmos casais, o

uso de estratégias de violência seja menor. (H22 e H23, respectivamente).

- (iii) No que se refere à religiosidade, existem algumas investigações de carácter ainda incipiente que denotam efeitos positivos da mesma para a satisfação conjugal; por isso, esperamos que este tipo de casais apresentem maiores níveis de satisfação conjugal que os restantes (H24).
- (iv) A vinculação ao pai e à mãe é analisada a título exploratório, por um lado, porque os instrumentos utilizados foram concebidos para serem administrados junto de adolescentes e jovens adultos sendo esta uma amostra de adultos e existe um sentido retrospectivo na forma os sujeitos responderam às vivências parentais); ainda assim, esperamos que indivíduos em que as memórias da vivência na família de origem representam estilos seguros possuam igualmente padrões seguro no par amoroso (H 25) e que, casais em que estas percepções são convergentes possuam igualmente maior satisfação conjugal (H26)

2. Caracterização do processo de recolha de dados

No sentido de dar resposta às questões colocadas anteriormente, foi constituída uma amostra de casais, proveniente maioritariamente, mas não exclusivamente, da região do Grande Porto. A amostra é constituída por 250 casais (500 indivíduos) efectivamente casados ou vivendo em união de facto junto dos quais nos propusemos administrar um conjunto de instrumentos de auto-relato.

Tentando, o mais possível, que o grau de escolaridade e nível sócio-económico e cultural da amostra fosse diversificado, alargamos a área residencial da recolha dos protocolos, incluindo sujeitos da zona do Grande Porto mas recorrendo também a outras zonas interiores do nosso país, fosse através de contacto institucional ou pessoal, utilizando sempre conhecimentos pessoais e profissionais da autora deste trabalho.

Ainda assim, a amostra encontrada possui, como veremos, características de maior diferenciação face à média dos adultos portugueses. Tal prende-se, por um lado, com as técnicas de amostragem a que recorremos porque apesar da diversidade dos contactos efectuados¹, a maior parte dos protocolos recolhidos e validados provieram de instituições do ensino privado que mantêm um trabalho regular com pais, de grupos de casais que se reúnem periodicamente com fins de discussão de temas diversos, bem como através do efeito de bola de neve que funcionou especialmente com indivíduos mais diferenciados².

Por outro lado, a compreensão dos conteúdos de alguns dos questionários exigia alguma atenção e cuidado o que constituiu para nós uma preocupação adicional que procuramos ter em conta. Neste sentido, a recolha de alguns protocolos válidos não teria sido possível sem o recurso ao apoio dos profissionais mencionados especialmente junto de casais menos diferenciados: ainda assim, a percentagem de questionários eliminados adveio desta população o que contribuiu para o enviesamento estrutural da amostra. Por outro lado, fomos confrontados com um número ainda considerável de protocolos inválidos na medida em que apenas um dos elementos do casal aceitou colaborar (e muitas recusas também aconteceram com casais de níveis

¹ Tentamos que cada instituição contactada ou grupos de pessoas não contribuísse com mais de 10 a 15 casais, por razões de diversidade da amostra.

² Ou seja, falamos da técnica de amostragem por conveniência – tendo os sujeitos participantes que preencher os requisitos pedidos para a participação no estudo - e da bola de neve (snowball) (Mason, 1998) ambas frequentemente utilizadas no domínio das investigações em ciências humanas, nomeadamente quando a amostra é difícil de obter.

sócio-económicos elevados) o que conduziu à necessidade de alargar o período de recolha de dados. Porventura, esta ocorrência não constitui uma novidade na medida em que o estudo de casais implica a participação consentânea de duas pessoas, dificultando substancialmente este processo. Acresce, o carácter eventualmente íntimo do tema que pode ter ameaçado alguns dos potenciais participantes e estimular a sua desistência. Será que estudamos efectivamente o que pretendemos estudar?³

Finalmente, pensamos que é efectivamente difícil aceder aos casais em que a violência ou a utilização de estratégias de resolução negativas existam e, especificamente, com contornos mais severos pese embora a confidencialidade das informações prestadas.

No que concerne especificamente à administração dos questionários, refira-se que todos eles foram administrados separadamente aos cônjuges, sendo-lhes pedido que não comunicassem entre si no decurso do seu preenchimento não sendo imposto tempo limite para as respostas. Em algumas situações, pontuais, foram necessários esclarecimentos adicionais, expressos verbalmente pelo profissional que administrou os questionários de auto-relato, sobretudo acerca da escala dos padrões conjugais (*Inventory of Specific Relationship Standards - I.S.R.S*) dada a sua extensão e complexidade conceptual, naturalmente que tal aconteceu junto de pessoas menos diferenciadas que, ainda assim, não desistiram da participação no estudo. Finalmente, de modo a ultrapassar eventuais confusões de género, uma vez que ambos os membros do casal respondem separadamente às escalas, optamos, para todas elas, pela utilização de duas versões (versão masculina e versão feminina), não alterando, obviamente, os conteúdos dos itens.

³ Curiosamente, da nossa experiência no contexto terapêutico, sendo os casais a procurar espontaneamente apoio, constatamos a expressão de altos níveis de conflituosidade e inclusivamente violência física e não física por parte dos cônjuges.

3. A Amostra

A amostra deste estudo é constituída por 500 indivíduos formando 250 casais heterossexuais (Quadro 4.1. e Quadro 4.2.). Como já referimos, a amostra possui características acima da média da população portuguesa no que diz respeito ao grau de escolaridade (mais de metade da amostra é constituída por indivíduos que possuem no mínimo o grau de licenciatura - 61,1%) e apenas uma pequena margem de indivíduos possui a escolaridade básica (2,8%). O facto de se tratar de uma amostra com alto nível de diferenciação académica tem implicações ao nível do estatuto sócio-económico (sendo a profissão que melhor discrimina esta variável) verificando-se que mais de metade da amostra (54,3%) pertence ao nível médio-alto. Apesar destas características, parece-nos tratar-se de uma amostra variada em termos de actividade profissional estando representados diversos sectores sócio-profissionais da população portuguesa.

Constatamos que a esmagadora maioria das pessoas é casada (90,6% contra 9,2% que vivem em união de facto), sendo este o primeiro casamento para 90,8% dos sujeitos. Estão bem representados o número de anos de casamento (com um intervalo de 1 ano a 43 anos de relação) e os diferentes grupos de idade dos filhos. Curiosamente, praticamente metade da amostra (49,1%) tem filhos de relações anteriores à actual, ainda que do universo considerado de indivíduos com filhos de outras relações, apenas 28,6% dos sujeitos tenham estes filhos a viver consigo. A maior parte dos sujeitos trabalha a tempo inteiro (97,6%) e por conta de outrem (71,1%) Por outro lado, a esmagadora maioria dos casais não tem pessoas a seu cargo (90,8%) e mais de metade deles (57%) possuem como principal apoio nas tarefas domésticas empregada a tempo inteiro (o que se relaciona, seguramente, com o nível relativamente elevado da amostra).

No que concerne à religiosidade, pode considerar-se que a opção dominante e unicamente representada é a católica, mas apenas para menos de metade da amostra (41,2%), e com cerca de metade destes sujeitos a assumir-se praticantes (52,6%) mas não participantes em qualquer movimento específico (80,1%).

Finalmente, a maior parte dos sujeitos revela nunca ter tido acompanhamento psiquiátrico (88,8%), sendo a percentagem de sujeitos que beneficiou desse apoio na família de origem ligeiramente superior mas não significativa (13,6%) e nos casos em que tal acontece foram os pais que usufruíram do mesmo.

Creemos que da análise das características da amostra fica patente que existem algumas dimensões que pela sua fraca expressão tornam praticamente inviável o seu estudo. De qualquer modo, transmitem informações interessantes. Concretamente, verificamos que a existência de uma segunda relação é pouco significativa, ou seja, um segundo casamento é apenas representado por uma parcela diminuta de sujeitos da amostra, que quando existem filhos de outras relações na maior parte dos casos não coabitam com os respondentes, a quase inexistência de informações acerca de acompanhamento psiquiátrico de familiares e dos próprios, seja porque efectivamente assim acontece, seja porque se tratam de informações mais difíceis de assumir e transmitir a outrem. Ainda assim, o questionário de dados demográficos ao ser administrado a ambos os cônjuges possibilitou-nos confirmar a coerência da maior parte das informações prestadas.

Finalmente, é de realçar que algumas das características da amostra são representativas daquilo que acontece com a população portuguesa, concretamente a prevalência da religião católica em detrimento de outras expressões religiosas, a maior percentagem de casamentos comparativamente a uniões de facto, mas, noutros casos tal não acontece, nomeadamente com o nível diferenciado da amostra, como referimos.

Quadro 4.1.

Características da amostra face ao género, número e idade dos filhos

		Idade e sexo dos filhos				
		0	1	2	3	9
Idade pré-escolar	Filhos	79.8%	17.2%	2.8%	---	0.2%
	Filhas	77.2%	22.2%	0.4%	---	0.2%
Idade escolar até 16 anos	Filhos	75.0%	19.6%	5.2%	---	0.2%
	Filhas	69.0%	26.4%	4.0%	0.4%	0.2%
Mais de 16 anos	Filhos	80.4%	11.8%	7.0%	0.6%	0.2%
	Filhas	80.0%	15.8%	3.4%	0.6%	0.2%

Quadro 4.2.

Características da amostra

Variável	Categoria	F	%
Idade	Dos 23 aos 29 anos	33	6.7
	Dos 30 aos 39 anos	181	36.7
	Dos 40 aos 49 anos	201	40.8
	Dos 50 aos 59 anos	64	13.0
	Dos 60 aos 69 anos	14	2.8
Escolaridade	Até ao 4º ano	14	2.8
	Do 5º ao 6º	37	7.5
	Do 7º ao 9º	53	10.8
	Frequência de E. S.	79	16.0
	Cursos médios, politécnico, bacharelato	9	1.8
	Licenciatura e mais	301	61.1
Estatuto profissional	Alto	71	14.3
	Médio-alto	243	49.0
	Médio	109	22.0
	Médio-baixo	49	9.9
	Baixo	24	4.8
Tipo de trabalho	Trabalho a tempo inteiro	446	97.6
	Trabalho a tempo parcial	11	2.4
Estado civil	Casado	451	90.6
	União de Facto	47	9.4
Primeiro casamento	Sim	436	90.8
	Não	44	9.2
Duração do casamento	Até 5 anos	87	17.5
	De 5 anos a 10 anos	92	18.5
	De 10 anos a 20 anos	229	46.1
	Mais de 20 anos	89	17.9

Em Síntese...

Neste capítulo procuramos sistematizar as principais questões que conduziram à operacionalização desta investigação. Para tal, fizemos referência, necessariamente, repetindo algumas questões que, recorrentemente, estudadas na literatura neste domínio, e que da nossa leitura pessoal nos parecem merecedoras de destaque. Optamos, portanto por replicar algumas delas como objectivos centrais no nosso estudo e assumindo outras como tendo um carácter assumidamente exploratório, visando o seu aprofundamento e procurando associações, umas mais subtis que outras, concretamente na ligação entre estratégias de resolução de conflito inadequadas e emergência de comportamentos mais violentos.

Assim, com base nas principais questões e variáveis tidas em conta na investigação procuramos formular um conjunto de hipóteses em função das variáveis do nosso estudo, tanto para a amostra globalmente considerada (500 indivíduos) como para o conjunto dos 250 casais.

Finalmente, descrevemos o processo de recolha de dados assinalando um conjunto de dificuldades sentidas das quais voltamos a referir a dificuldade em encontrar casais que queiram participar neste tipo de estudo e a constatação de muitos protocolos inválidos na medida em que apenas um dos cônjuges acedia a preencher os questionários. Por fim, descrevemos as características da amostra, das quais se destaca o facto de ser constituída por casais de nível sócio-económico e cultural acima da média dos adultos portugueses.

Capítulo **5**

ANÁLISE DA QUALIDADE PSICOMÉTRICA DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Neste capítulo iremos descrever os instrumentos utilizados, no sentido de avaliar a sua utilidade, validade e fiabilidade para o estudo de algumas dimensões das relações conjugais e, portanto, para serem usados junto de indivíduos adultos, de expressão portuguesa. Alguns dos instrumentos, designadamente o *Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe* (QPVM; Matos e Costa, 2001) e o *Questionário de Vinculação Amorosa* (QVA; Matos e Costa, 2001) foram construídos para serem administrados junto de adolescentes e jovens adultos portugueses, pelo que a sua utilização junto de uma população adulta nos merece uma particular atenção e está investida de um carácter exploratório. Quanto aos restantes, apenas o *Inventory of Specific Relationship Standards-III* (ISRS; Baucom, Epstein, Rankin & Burnett, 1993) teve uma adaptação prévia em Portugal num estudo efectuado com uma amostra de casais adultos (Ribeiro, 2002). Finalmente, o *Conflict Resolution Inventory* (IRC; Kurdek, 1994), a *Non-Physical Abuse of Partner Scale* e a *Partner Abuse Scale* (NPAPS/PASPH; Garner & Hudson, 1997) são utilizados pela primeira vez num estudo junto da população portuguesa.

No sentido de determinar a validade destas medidas procedeu-se, junto da amostra total, à análise do poder discriminativo dos itens e da sua consistência interna através do cálculo do alfa de Cronbach e de análises factoriais confirmatórias. Como afirma Byrne (2001), a análise factorial confirmatória é “uma das mais rigorosas abordagens metodológicas para testar a validade de estruturas factoriais (...) [ou seja] em que medida um instrumento mede efectivamente o que é suposto medir” (p. 55-6). A excepção a este procedimento geral aconteceu com a adaptação da NPAPS/PASPH de Garner & Hudson (1997) que não tinha subjacente uma estrutura factorial; neste caso, como veremos, a opção foi de realizar uma análise factorial exploratória em ordem a identificar dimensões da escala, testando-se, depois, esta estrutura factorial emergente com uma análise factorial confirmatória.

Todas as análises foram realizadas com os programas SPSS 13.0 para Windows e AMOS 5. Note-se que nas análises factoriais confirmatórias serão utilizados três índices de ajustamento frequentemente referidos na literatura

(Bryant & Yarnold, 1996): o RMR (*Root Mean Square Residual*) cujo valor se deve aproximar de 0; o GFI (*Goodness of Fit Index*) que deve assumir um valor próximo de 1; e o RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*) cujo valor se deve aproximar de 0,05.

1. O Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe (QVPM; Matos & Costa, 2001b, versão revista)

Este questionário foi estruturado para avaliar as relações de vinculação ou relações afectivas de proximidade, tendo em conta as componentes da vinculação nos jovens e jovens adultos. Tem vindo a ser sujeito a refinamentos desde a sua concepção (Matos, 2002) chegando-se a uma versão que é constituída por 30 itens que expressam três factores: *Inibição da Exploração e da Individualidade*, *Qualidade do Laço Emocional* e *Ansiedade de Separação*. A primeira dimensão remete para atitudes parentais que obstaculizam a construção de uma identidade separada; a segunda salienta o papel dos pais enquanto figuras significativas de suporte emocional; e, a terceira destaca as dificuldades de separação e autonomia relativamente aos pais.

Este instrumento tem sido amplamente usado em estudos com adolescentes e jovens adultos, confirmando-se sempre a sua estrutura factorial (e.g., Matos, Barbosa, Almeida & Costa, 1999; Barbosa, 2001; Oliveira & Costa, 2000; Silva & Costa, 2005; Bastos & Costa, 2002; Moura & Bastos, 2005).

Tendo em conta a sua génese para a exploração da vinculação do jovem ao pai e à mãe, e uma vez que neste estudo se apostava na sua utilização junto de adultos de diferentes idades numa lógica retrospectiva, considerou-se pertinente proceder à alteração da forma verbal utilizada nos itens do QVPM (assim, em vez de “*Os meus pais impõem a maneira deles de ver as coisas*” alteramos para “*Os meus pais impunham a maneira deles de ver*”

as coisas”) sendo então solicitado aos sujeitos que assinalassem em que medida as diferentes afirmações exprimiam o modo como se sentiam com cada um dos seus pais durante o seu processo de crescimento (ver lista dos itens e das dimensões no Quadro 5.1.). Fazemos, assim, apelo a uma visão retrospectiva das relações com os pais, na medida em que é possível esperar que o estilo de vinculação aos pais constitua um determinante do estilo de vinculação actual, por exemplo ao par amoroso (Berman & Sperling, 1994).

Quadro 5.1

Dimensões e itens constituintes do QVPM

Dimensões	Itens
Inibição de exploração e individualidade	<p>1. Os meus pais estavam sempre a interferir em assuntos que só tinham a ver comigo.</p> <p>4. Os meus pais impunham a maneira deles de ver as coisas.</p> <p>7. Os meus pais desencorajavam-me quando queria experimentar uma coisa nova.</p> <p>10. Não valia muito a pena discutirmos, porque nem eu nem os meus pais dávamos o braço a torcer.</p> <p>13. Os meus pais preocupavam-se demasiado comigo e intrometiam-se onde não eram chamados.</p> <p>16. Em minha casa era problema eu ter gostos diferentes dos dos meus pais.</p> <p>19. Discutir assuntos com os meus pais era uma perda de tempo e não levava a lado nenhum.</p> <p>22. Os meus pais dificilmente me davam ouvidos.</p> <p>25. Os meus pais abafavam a minha verdadeira forma de ser.</p> <p>28. Os meus pais tinham a mania que sabiam sempre o que era melhor para mim.</p>
Qualidade do laço Emocional	<p>2. Tinha confiança que a minha relação com os meus pais se mantivesse no tempo.</p> <p>5. Apesar das minhas divergências com os meus pais, eles eram únicos para mim.</p> <p>8. Os meus pais conheciam-me bem.</p> <p>11. Confiava nos meus pais para me apoiarem em momentos difíceis da minha vida.</p> <p>14. Em muitas coisas eu admirava os meus pais.</p> <p>17. Apesar dos meus conflitos com os meus pais, tinha orgulho neles.</p> <p>20. Sei que podia contar com os meus pais sempre que precisasse deles.</p> <p>23. Os meus pais tiveram um papel importante no meu desenvolvimento.</p> <p>27. Os meus pais faziam-me sentir bem comigo próprio.</p> <p>30. Eu e os meus pais tínhamos uma relação de confiança.</p>
Ansiedade de separação	<p>3. Era fundamental para mim que os meus pais concordassem com aquilo que eu penso.</p> <p>6. Pensava constantemente que não poderia viver sem os meus pais.</p> <p>9. Só conseguia enfrentar coisas novas se os meus pais estivessem comigo.</p> <p>12. Estava sempre ansioso para estar com os meus pais.</p> <p>15. Eu e os meus pais era como se fôssemos um só.</p> <p>18. Os meus pais eram as únicas pessoas importantes na minha vida.</p> <p>21. Fazia tudo para agradar aos meus pais.</p> <p>24. Tinha medo de ficar sozinho se um dia perdesse os meus pais.</p> <p>26. Não era capaz de enfrentar situações difíceis sem os meus pais.</p> <p>29. Pensava que se tivesse de ir estudar para longe dos meus pais, sentir-me-ia perdido.</p>

O formato de resposta envolve uma escala tipo *Likert* de seis pontos (de “*concordo totalmente*” a “*discordo totalmente*”), com respostas separadas em colunas para o pai e para a mãe ou para as figuras significativas (não necessariamente pais biológicos) que as tivessem substituído.

A análise da distribuição de frequências em cada nível de cotação revela uma tendência a uma distribuição equilibrada das respostas, indiciando assim um bom poder discriminativo dos itens. No entanto, constata-se alguma tendência (aproximadamente 50%) à concentração de respostas nos níveis “*concordo moderadamente*” ou “*concordo totalmente*” para os itens relativos à sub-escala qualidade do laço emocional, tanto para o pai como para a mãe. Esta tendência explica-se pela própria natureza dos itens que remetem para uma imagem positiva das relações com os pais (*e.g.*, “*Os meus pais tiveram um papel importante no meu desenvolvimento*”), que constituirá, possivelmente, a experiência mais comum.

Uma vez que estamos perante um instrumento que reflecte uma teoria subjacente clara, apresentando três sub-escalas bem definidas, optamos por realizar a análise factorial confirmatória (AFC), tida de resto como um procedimento mais exigente. A AFC foi realizada separadamente para a Mãe e para o Pai, dado que os sujeitos responderam separadamente a cada item da escala para um e para outro.

a) AFC para a vinculação à mãe

Como se pode observar na Figura 5.1, o agrupamento de itens teoricamente definidos para a sub-escala de *inibição de exploração e individualidade* apresenta um bom nível de ajustamento com os dados do estudo.

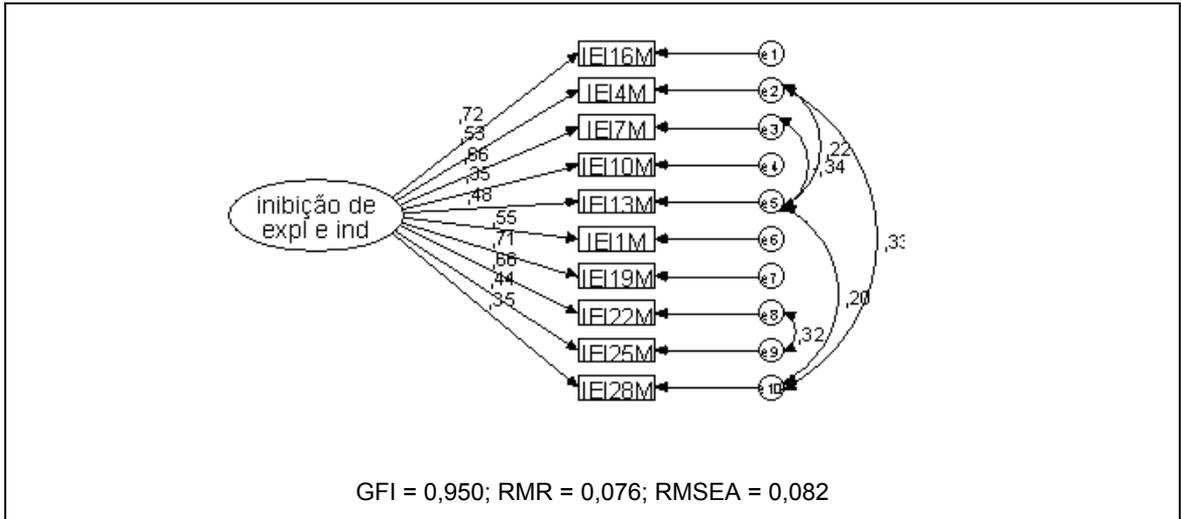


Figura 5.1

Análise factorial confirmatória para a sub-escala inibição da exploração e investimento à mãe, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Na Figura 5.2 pode-se constatar que o agrupamento de itens da sub-escala de *qualidade do laço emocional* também apresenta um bom nível de ajustamento com os dados do estudo.

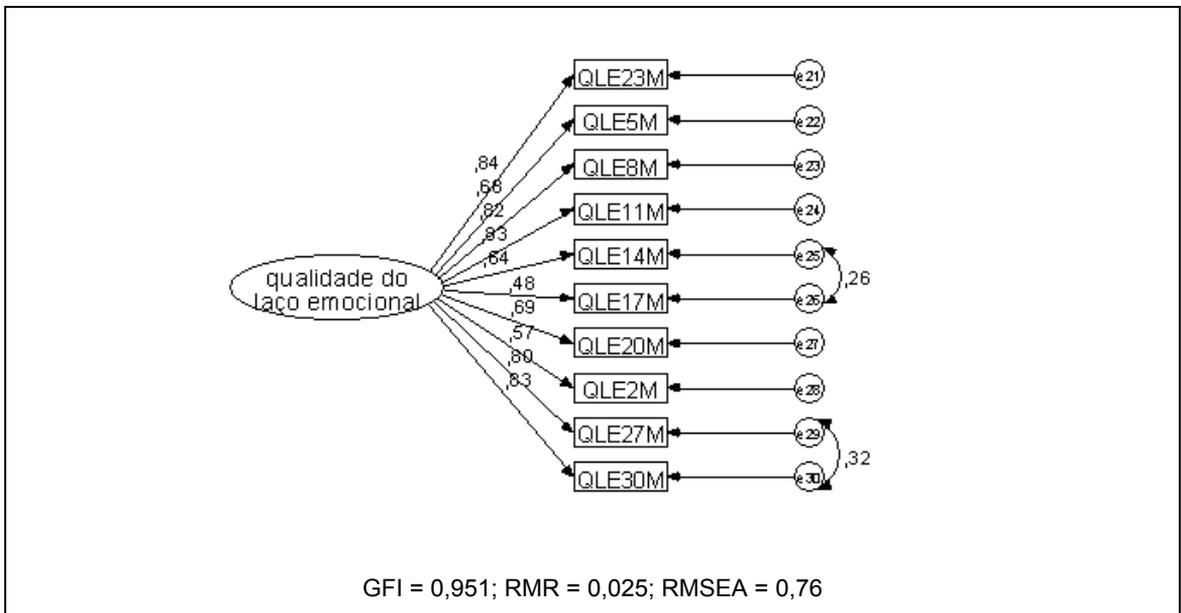


Figura 5.2

Análise factorial confirmatória para a sub-escala qualidade do laço emocional à mãe, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Como se pode constatar na Figura 5.3 os agrupamentos de itens relativos à sub-escala *ansiedade de separação* apresentam um bom nível de ajustamento com os dados do estudo.

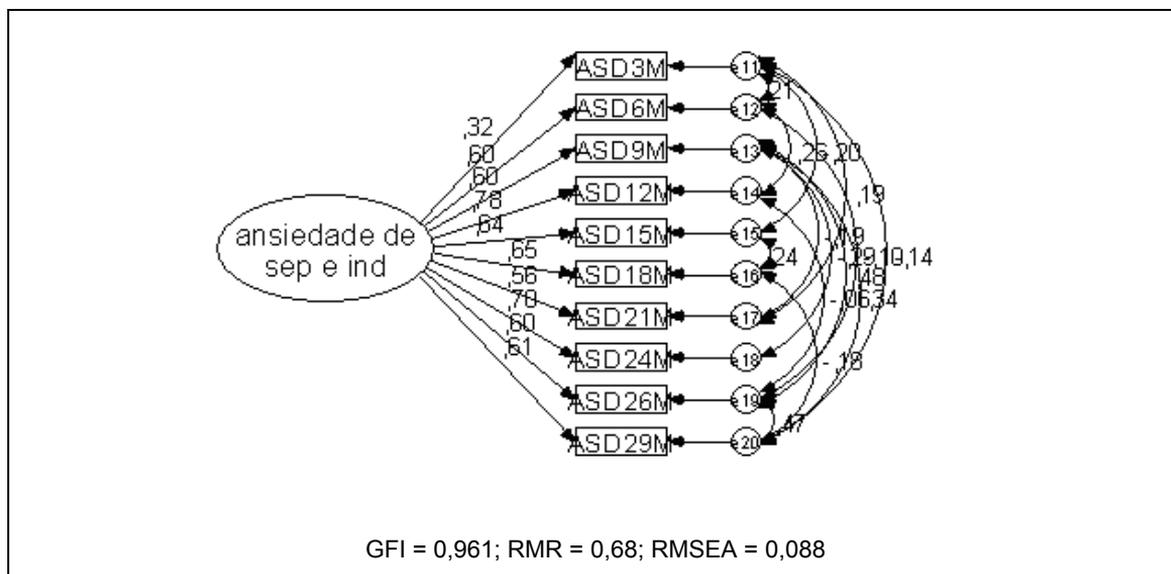


Figura 5.3

Análise factorial confirmatória para a sub-escala ansiedade de separação à mãe, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

O alfa de Cronbach, medida que avalia a consistência interna das escalas, apresenta valores muito elevados: 0.81, 0.92 e 0.86, respectivamente, para as escalas de *inibição de exploração e individualidade*, *qualidade do laço emocional* e *ansiedade de separação*. Deste modo, podemos concluir que as dimensões relativas à vinculação à mãe são fiáveis e consistentes.

b) AFC para a vinculação ao pai

Os mesmos procedimentos foram repetidos para as três sub-escalas, agora relativamente à figura paterna. Como se pode observar na Figura 5.4, o agrupamento de itens da sub-escala de *inibição de exploração e individualidade* apresenta um bom nível de ajustamento com os dados do estudo.

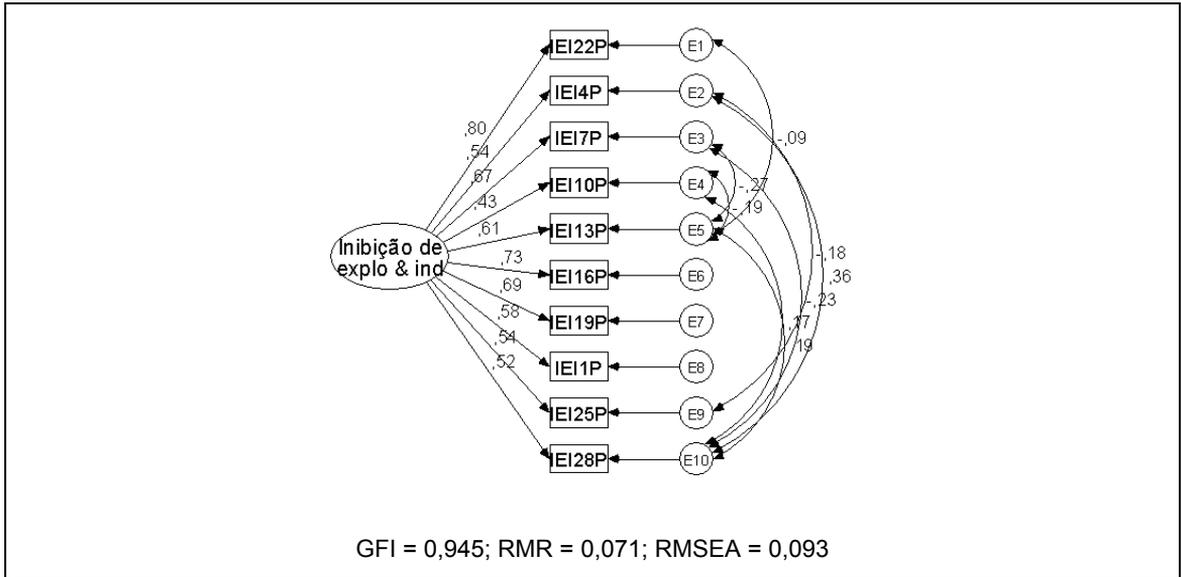


Figura 5.4

Análise factorial confirmatória para a sub-escala inibição da exploração e investimento ao pai, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Na Figura 5.5 pode-se registar que o agrupamento de itens da sub-escala de *qualidade do laço emocional* revela um bom nível de ajustamento com os dados do estudo.

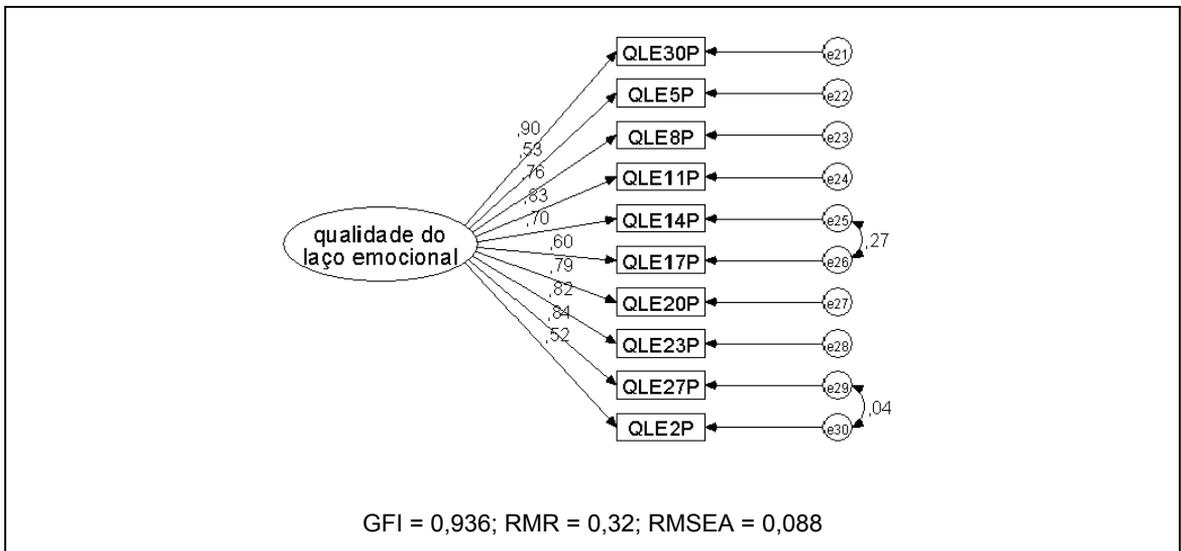


Figura 5.5

Análise factorial confirmatória para a sub-escala qualidade do laço emocional ao pai, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Finalmente, também é bom o nível de ajustamento do agrupamento de itens relativos à sub-escala *ansiedade de separação* (Figura 5.6).

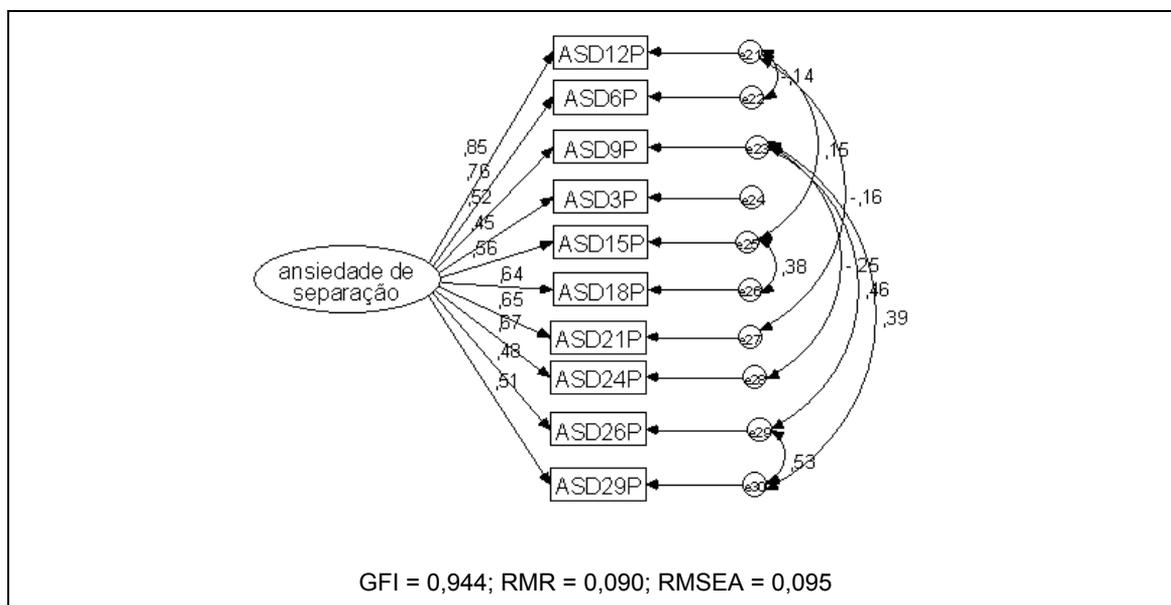


Figura 5.6

Análise factorial confirmatória para a sub-escala ansiedade de separação ao pai, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

O cálculo do alfa de Cronbach permite concluir pela consistência interna das escalas: 0.85, 0.92 e 0.85, respectivamente, para as escalas de *inibição de exploração e individualidade*, *qualidade do laço emocional* e *ansiedade de separação*. Tal como para a versão relativa à mãe, podemos concluir pela fiabilidade das dimensões relativas à vinculação ao pai.

2. O Questionário de Vinculação Amorosa (QVA; Matos & Costa, 2001a, versão revista)

A versão presentemente utilizada do Questionário de Vinculação Amorosa (QVA) é o corolário de uma série de estudos que têm sido realizados junto da população portuguesa – nomeadamente junto de adolescentes e de jovens adultos – e que têm vindo a aperfeiçoar a sua versão original. O QVA

pretende avaliar a relação amorosa, seja no adolescente seja no adulto, com base na teoria da vinculação, tendo em conta as contribuições dos seus principais autores como Bowlby (1980), Mary Ainsworth (1982;1991; Ainsworth & Bowlby, 1991) e o modelo bidimensional de Bartholomew (1990; Bartholomew & Horowitz, 1991). Nesta perspectiva, considera-se que as relações de vinculação são:

“aquelas relações que são únicas e exclusivas, que constituem importantes recursos na procura de conforto e de apoio, e cuja proximidade física e emocional é desejada sobretudo em situações consideradas ameaçadoras pelo sujeito. São, ainda, aquelas relações que implicam afectos intensos, particularmente em momentos de separação e de perda. Finalmente, são aquelas relações que funcionam como uma base segura, ou seja, que, de forma sustentada, incentivam o que poderíamos designar de ‘voo curioso e participado’ do sujeito por outros contextos da existência, permitindo-lhe envolver-se em movimentos exploratórios com confiança” (Matos, Barbosa & Costa, 2001, p. 97/98).

A escala é composta de 52 itens, organizados por quatro factores representativos do modelo teórico da vinculação. Através de estudos diversos com adolescentes e jovens adultos a estrutura factorial deste instrumento tem sido confirmada, apresentando uma elevada consistência interna (e.g., Andrade & Matos, 2005; Matos, Barbosa, & Costa, 2001; Barbosa, 2002; Barbosa, Costa & Matos, 2004; Bastos & Costa, 2002).

Assim, o primeiro factor, *Confiança*, refere-se às “percepções do sujeito relativamente à responsividade e à sensibilidade do companheiro para satisfazer as necessidades do sujeito” (Matos, Barbosa & Costa, 2001, p. 103) ou seja, o companheiro é tido como a base segura que possibilita e potencia a exploração por outros contextos. O segundo factor, *Dependência*, significa “a necessidade de proximidade física e emocional, a ansiedade de separação e o medo da perda” (p.103). O terceiro factor, *Evitamento*, é formado por itens que

representam “o papel secundário do companheiro amoroso no preenchimento de necessidades de vinculação, bem como a centração do sujeito na sua própria capacidade de resolução de problemas” (p. 103). Finalmente, o último e quarto factor, designado de *Ambivalência*, significa “a insegurança do sujeito, expressa, por um lado, numa forte irritabilidade perante situações imprevisíveis e, por outro lado, na dúvida relativamente ao papel que desempenha enquanto figura amorosa, bem como nas suas próprias emoções face ao companheiro” (p. 103) (Vd. Quadro 5. 2).

Quadro 5.2

Dimensões e itens constituintes do QVA

Dimensões	Itens
Confiança	1. A minha companheira respeita os meus sentimentos. 5. A minha companheira compreende-me. 12. Sei que posso contar com a minha companheira sempre que precisar dela. 14. Discutir assuntos com ela é uma perda de tempo e não leva a lado nenhum. 17. Desagrada-me a maneira de ser da minha companheira. 19. Ela dá-me coragem para enfrentar situações novas. 24. Não gosto de lhe pedir apoio, porque sei que nunca me compreenderia. 29. Confio nela para me apoiar em momentos difíceis da minha vida. 35. A minha companheira faz-me sentir bem comigo próprio. 37. As minhas conversas com ela não me trazem nada de novo. 42. Ela aceita-me como eu sou. 49. A minha companheira só pensa em si própria. 52. A minha companheira incentiva-me a fazer coisas diferentes.
Dependência	2. Fico muito nervoso, se não a consigo encontrar, quando preciso dela. 6. Só consigo enfrentar situações novas, se ela estiver comigo. 10. Não sei o que me vai acontecer se um dia a nossa relação terminar. 15. Quando não podemos estar juntos, sinto-me abandonado. 21. Eu e a minha companheira é como se fôssemos um só. 22. Fico muito nervoso ao pensar que posso perder a minha companheira. 25. Ela tem uma importância decisiva na minha maneira de ser. 32. Quando não podemos estar juntos, fico sem saber o que fazer, 33. Quando tenho um problema, só o facto de pensar nela põe-me mais calmo. 38. Quando vou a algum sítio desconhecido sinto-me melhor se ela for comigo. 43. Apesar de haver coisas que não gosto na minha companheira, no fundo eu gostaria de ser como ela. 47. Tenho medo de ficar sozinho se um dia perder a minha companheira. 50. É fundamental para mim que ela concorde com aquilo que eu penso.
Evitamento	3. O apoio dela não é muito importante para mim. Sei que sou capaz de resolver as coisas sozinho. 7. É-me indiferente quando ela prefere passar o tempo com outras pessoas. 11. Na minha vida pessoal, a minha relação amorosa é secundária. 16. Para me sentir bem comigo próprio, são mais importantes outras coisas do que a minha companheira. 18. Sei que, se a minha relação um dia terminar, isso não me vai afectar muito. 23. Prefiro que ela me deixe em paz e não esteja sempre preocupada comigo. 27. Sempre achei que, apesar de gostar da minha companheira, não vou sentir muito a falta dela, se a relação um dia terminar. 30. Quando tenho problemas, nem sempre gosto de procurar a minha companheira. 34. Não preciso dos cuidados da minha companheira. 40. Quando algo de grave acontece comigo, prefiro não estar perto dela. 44. Quando tenho um problema, prefiro ficar sozinho a procurar a minha companheira. 45. Não fico aborrecido se não pudermos fazer férias juntos. 51. Ela é apenas mais uma das pessoas com quem estou no dia-a-dia.

Dimensões	Itens
Ambivalência	4. Gostava de ser a pessoa mais importante para ela, mas não tenho a certeza se o sou. 8. Às vezes sinto admiração por ela, outras vezes não. 9. Fico irritado quando combinamos coisas juntos e ela não pode estar comigo. 13. Sinto-me posto de lado, quando ela decide passar o tempo com outras pessoas. 20. Fico furioso quando preciso de apoio e não posso contar com a minha companheira. 26. Tenho sempre a sensação de que a nossa relação um dia vai terminar. 28. Às vezes acho que ela é fundamental na minha vida, outras vezes não. 31. Tenho dúvidas se sou realmente importante para ela. 36. Ela desilude-me muitas vezes. 39. Apesar da minha relação ser importante, muitas vezes sinto-me sozinho. 41. Ela não me dá a atenção que eu gostaria. 46. Gostava que ela me ligasse mais. 48. As relações terminam sempre; mais vale eu não me envolver.

Ao respondente é solicitado que se centre na sua relação para, a partir dela, reflectir um conjunto de dimensões ora marcadas por características idiossincráticas do(a) companheiro(a) ou de características de índole relacional. Independentemente de se tratar da primeira relação ou não (e certos de que todo o passado vivencial influi nas percepções actuais do sujeito) é sobre a relação actual que é solicitada a resposta. A escala de resposta é igualmente de tipo *Likert* composta por seis pontos (de “*concordo totalmente*” a “*discordo totalmente*”).

A análise da distribuição de frequências em cada nível de cotação revela uma distribuição equilibrada das respostas, apontando um bom poder discriminativo dos itens; é possível, no entanto, registar alguma tendência (aproximadamente 60%) de concentração de respostas nos níveis “*discordo totalmente*” especialmente para os itens relativos à sub-escala do *evitamento* – o que pode, mais uma vez, ser explicado pela natureza dos próprios itens.

À semelhança do procedimento efectuado para a escala anterior e, tendo em conta a configuração clara e consistente do modelo teórico que sustenta o QVA, optamos pela realização da AFC para cada sub-escala, seguindo-se depois uma análise factorial para o conjunto das sub-escalas. Para este efeito, e tendo em conta que a dimensão da amostra não seria suficiente para estimar todos os parâmetros necessários, optamos por realizar a análise tomando como variáveis observadas as sub-escalas. Tal procedimento é equivalente à estratégia de parcelamento dos itens que

permite, exactamente, otimizar a proporção entre o número de inquéritos e o número de parâmetros a estimar na AFC (Hagtvet & Nasser, 2004; Hau & Marsch, 2004).

Os 13 itens referentes à sub escala *confiança*, organizam-se de acordo com o modelo proposto. A figura 5.7 apresenta os itens e respectivos conteúdos, bem como os valores de ajustamento que são aceitáveis.

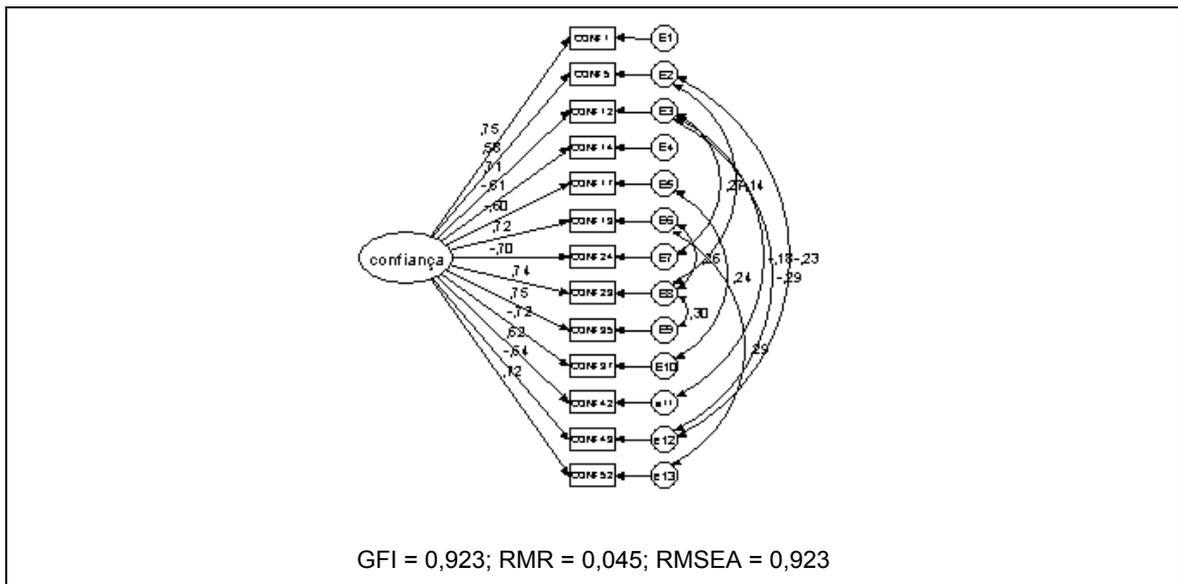


Figura 5.7

Análise factorial confirmatória para a sub-escala confiança, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Quanto à sub-escala *dependência* os respectivos 13 itens obedecem igualmente aos critérios estabelecidos, como se pode constatar na Figura 5.8, e apresentam valores de ajustamento razoáveis.

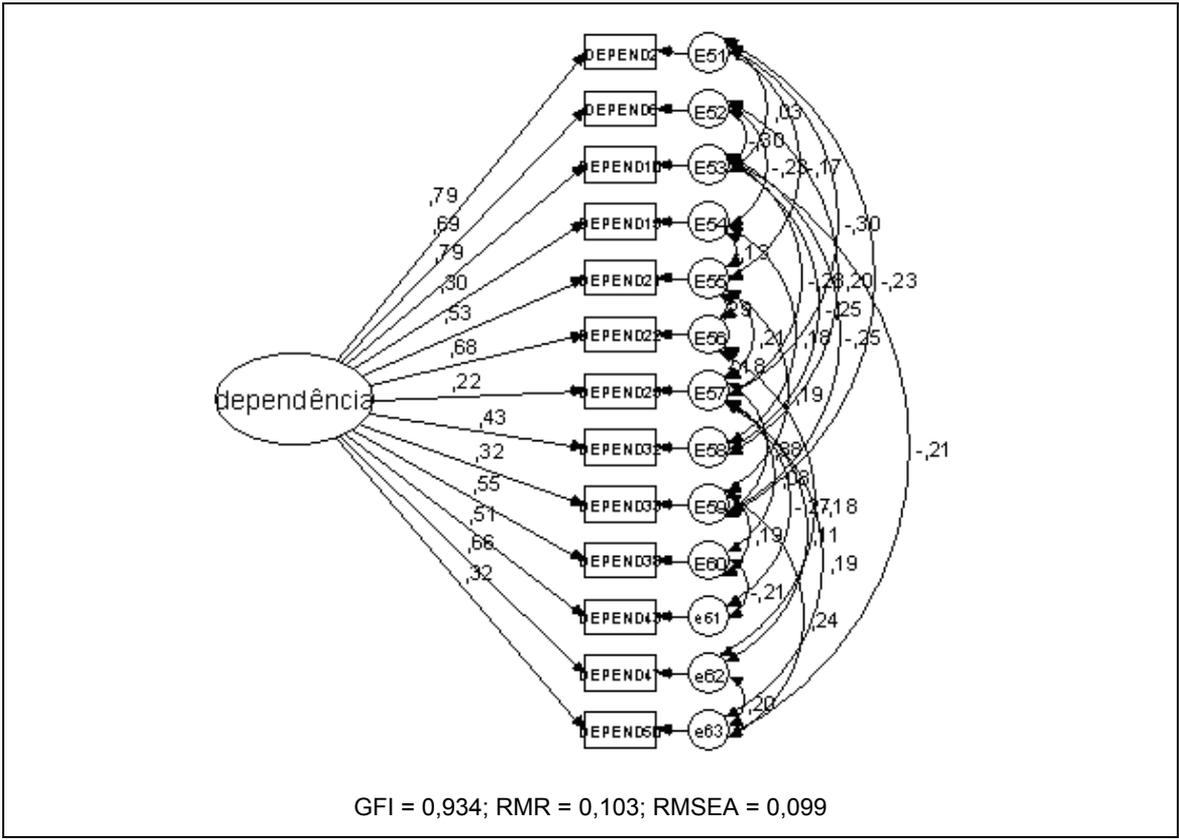


Figura 5.8

Análise factorial confirmatória para a sub-escala dependência, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

De forma similar, também os itens referentes à sub-escala ambivalência, obedecem aos critérios estabelecidos, revelando valores de ajustamento do modelo teórico aos dados aceitáveis (Figura 5.9).

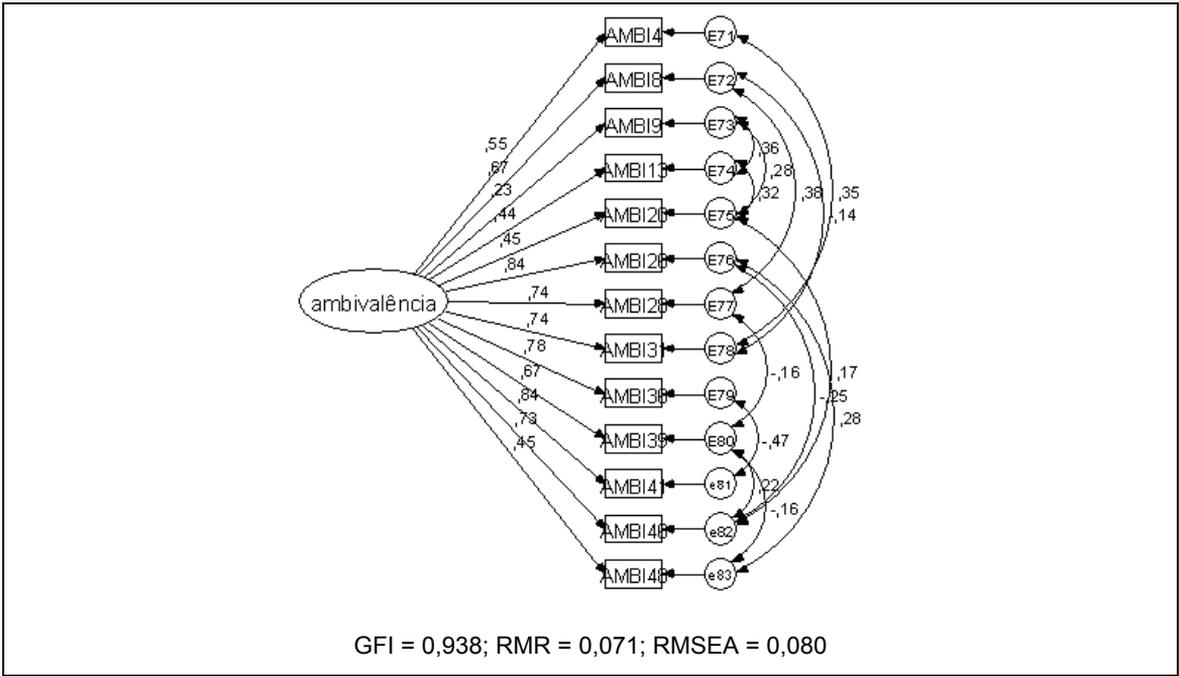


Figura 5.9

Análise factorial confirmatória para a sub-escala ambivalência, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Finalmente, para a sub-escala *evitamento* também foram encontrados valores de ajustamento do modelo teórico aos dados aceitáveis (Figura 5.10).

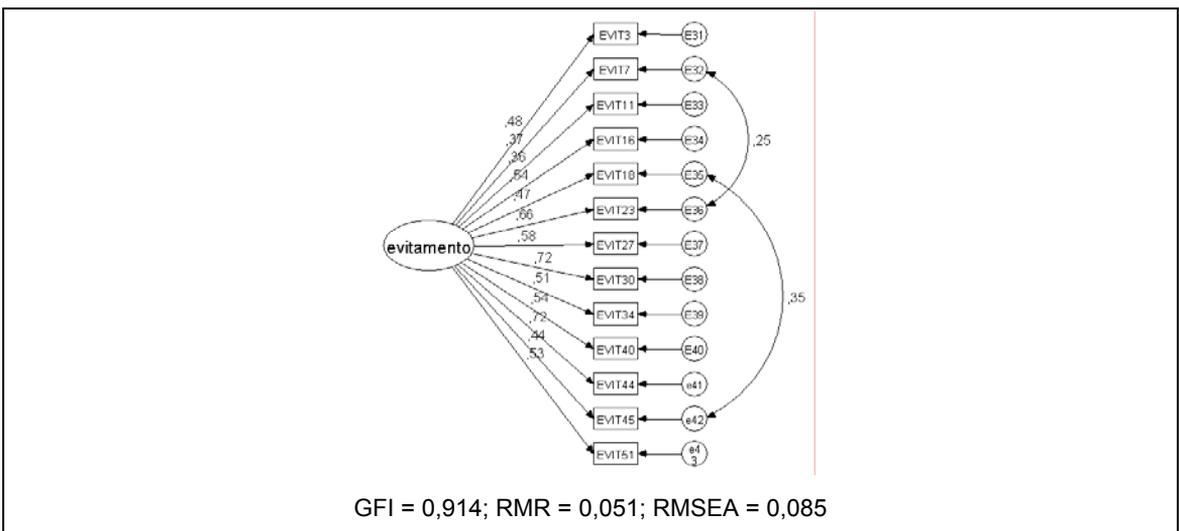


Figura 5.10

Análise factorial confirmatória para a sub-escala evitamento, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

O alfa de Cronbach, que avalia a consistência interna das escalas, apresenta valores muito elevados para as 4 sub-escalas: *confiança*, $\alpha=0.92$; *dependência*, $\alpha=0.83$; *evitamento*, $\alpha=0.83$; e *ambivalência*, $\alpha=0.90$. Deste modo, podemos concluir que a estrutura factorial do questionário é válida.

Procedeu-se, então, à AFC de segunda ordem dado que estas quatro dimensões avaliam o constructo vinculação ao par amoroso¹. Como se pode observar na Figura 5.11, os valores de ajustamento são aceitáveis e os valores de saturação são congruentes com o modelo teórico: positivos para a confiança e a dependência, e negativos para a ambivalência e o evitamento. Assim, é possível afirmar que este modelo teórico da vinculação ao par amoroso se ajusta aos dados empíricos deste estudo.

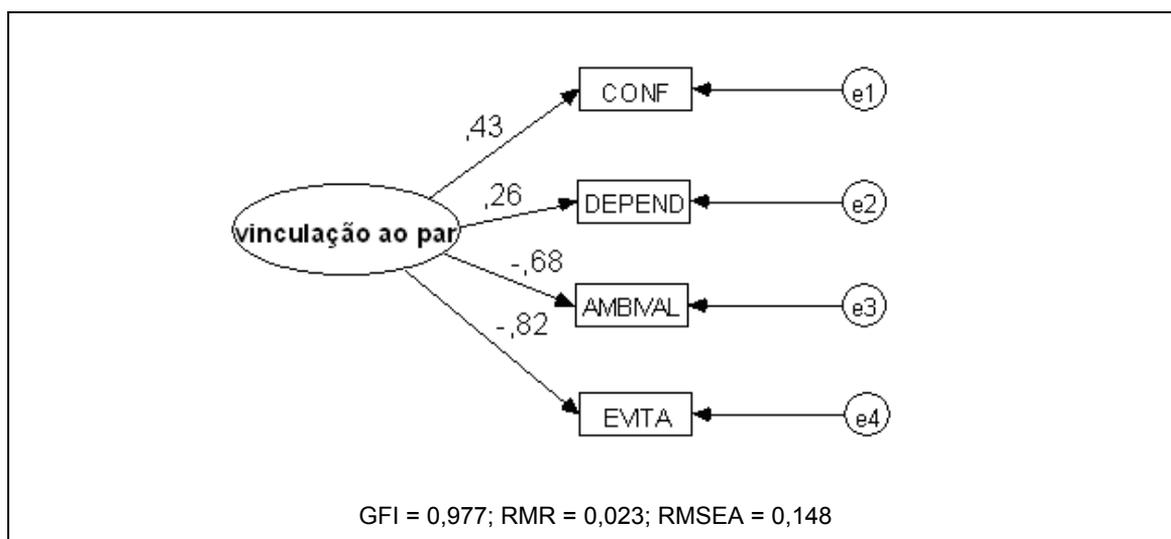


Figura 5.11

Análise factorial confirmatória para a vinculação ao par amoroso, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

¹ Seria defensável sugerir que esta estratégia fosse repetida para todos os instrumentos. No entanto, o QVA repousa fortemente num modelo teórico cuja consistência tem sido empiricamente suportada por múltiplos estudos. Assim, optamos por utilizar esta análise relativamente aos instrumentos que avaliam um constructo teórico único – a outra situação em que esta análise será utilizada é a do instrumento de avaliações dos padrões conjugais.

3. O Conflict Resolution Inventory (IRC; Kurdek, 1994)

A Escala de Resolução de Conflitos foi idealizada por Kurdek (1994) no sentido de avaliar o tipo de estratégias (ou estilos) de resolução de conflitos utilizadas por casais (sejam hetero ou homossexuais) aquando da presença de problemas entre eles. A escala é composta por 16 itens e pressupõe a existência de quatro factores, com quatro itens cada, a saber: *Envolvimento Negativo no Conflito*, *Resolução Positiva de Problemas*, *Retirada* e *Submissão* (Quadro 5.3). A cada sujeito respondente e, portanto, a ambos os cônjuges, é solicitado que avalie o seu tipo de resposta, mas também que avalie a resposta do seu/sua companheiro(a) (o *eu* e o *outro*) em situações de “tensão ou conflito” avaliando a frequência da sua utilização. A escala de resposta é composta por cinco pontos de “*Nunca*” a “*Sempre*”. Desta forma, a escala permite-nos a comparação das percepções relativamente a si próprio e ao cônjuge. Assim, é pedido ao respondente que avalie quantas vezes em situações de desacordo costuma “*atacar o meu companheiro*” e quantas vezes “*o meu companheiro me ataca*”.

Quadro 5.3

Dimensões e itens constituintes do CRI

Dimensões	Itens
Envolvimento Negativo no Conflito	Atacar o meu companheiro. Explodir e perder o controle. Ficar fora de mim e dizer coisas que não quero realmente dizer. Insultar e empurrar o meu companheiro.
Resolução Positiva de Problemas	Centrar-me no problema em causa. Sentar-me e conversar sobre as nossas diferenças. Procurar alternativas que sejam aceitáveis para ambos. Negociar e tentar chegar a um acordo.
Retirada	Permanecer calada por longos períodos de tempo. Recusar falar mais sobre o assunto. Desligar. Afastar-me e agir com distância e desinteresse.
Submissão	Desistir de defender a minha posição. Ser demasiado condescendente. Não defender a minha posição. Fazer poucas tentativas para apresentar o meu ponto de vista.

Ainda que sem um modelo teórico explícito subjacente à escala, pelo menos assumido pelo autor, a escala parece tentar avaliar um dos padrões

mais estudados no domínio do conflito conjugal nas últimas décadas. Referimo-nos, obviamente, ao padrão *Exigência-Retirada* ou *Pedido/Evitamento* onde estão patentes alguns dos comportamentos mais estudados no contexto da interacção conjugal conflituosa. De resto, o autor denomina os quatro factores da escala de forma exemplificativa disto mesmo (*conflict engagement, positive problem solving, withdrawal, avoidance*).

A escolha desta escala deveu-se a duas razões principais. Em primeiro lugar, a clareza na formulação dos itens que remetem para estratégias imediatamente reconhecidas como fazendo parte do nosso quotidiano relacional. Em segundo lugar, ao facto de permitir estudar as percepções que os cônjuges têm do seu comportamento e do comportamento do parceiro. A comparação destas percepções permite avaliar as “célebres” e recorrentemente evocadas diferenças de género entre homens e mulheres no que concerne às estratégias utilizadas na gestão dos conflitos. Temos ainda a oportunidade de verificar ou não essas diferenças no padrão *Exigência-Retirada* junto de uma amostra de casais portugueses, o que permite explorar diferenças de género em geral e intra-casal.

A análise da distribuição de frequências em cada nível de cotação revela uma distribuição equilibrada das respostas, apontando um bom poder discriminativo dos itens; apenas em 6 itens há concentrações superiores a 50% no nível “às vezes” ou “nunca”.

Tendo em conta este modelo conceptual deduzido da escala de Kurdek, decidimos efectuar uma AFC para testar a estrutura factorial em 4 sub-escalas. Na medida em que a escala é respondida por cada cônjuge em duas dimensões (“*dual concern model*”), na perspectiva do eu e na perspectiva do outro, efectuamos AFC em separado para as percepções das estratégias utilizadas pelo próprio (a percepção daquilo que eu faço) e para as percepções das estratégias utilizadas pelo outro (a percepção que eu tenho do que ele/a faz).

a) percepções das estratégias de resolução de conflito próprias

O agrupamento de itens da sub-escala *envolvimento negativo no conflito* revela índices de ajustamento razoáveis aos dados, como se pode observar na Figura 5.12.

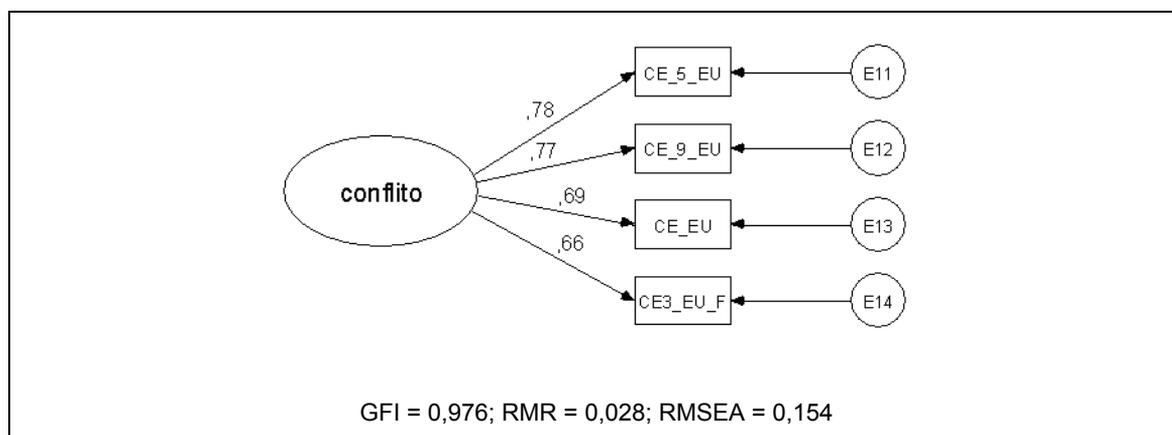


Figura 5.12

Análise factorial confirmatória para o envolvimento negativo no conflito, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Também é bom o nível de ajustamento do agrupamento dos 4 itens relativos à sub-escala *resolução positiva de problemas* (Figura 5.13).

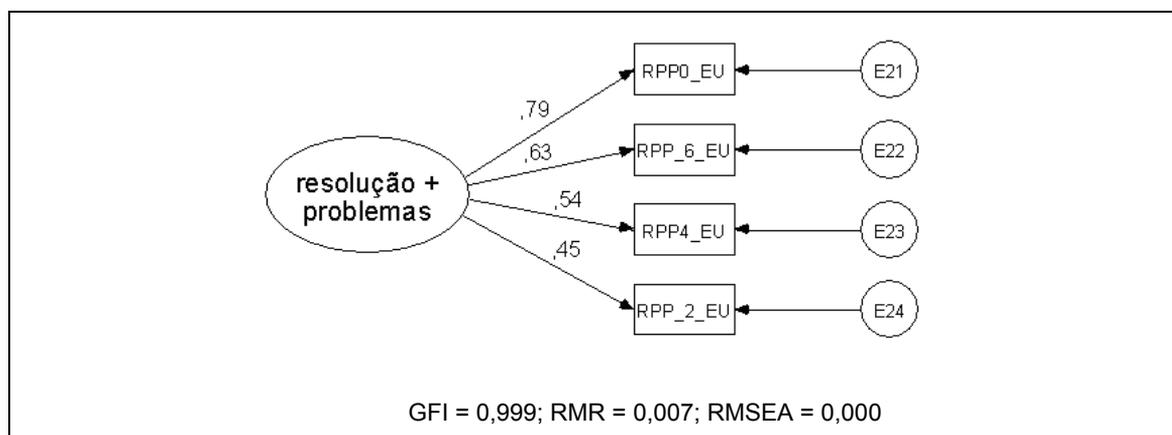


Figura 5.13

Análise factorial confirmatória para a resolução positiva de problemas, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Na Figura 5.14 apresentam-se os valores das saturações e os índices de ajustamento da sub-escala *retirada*, que sugerem um bom ajustamento aos dados.

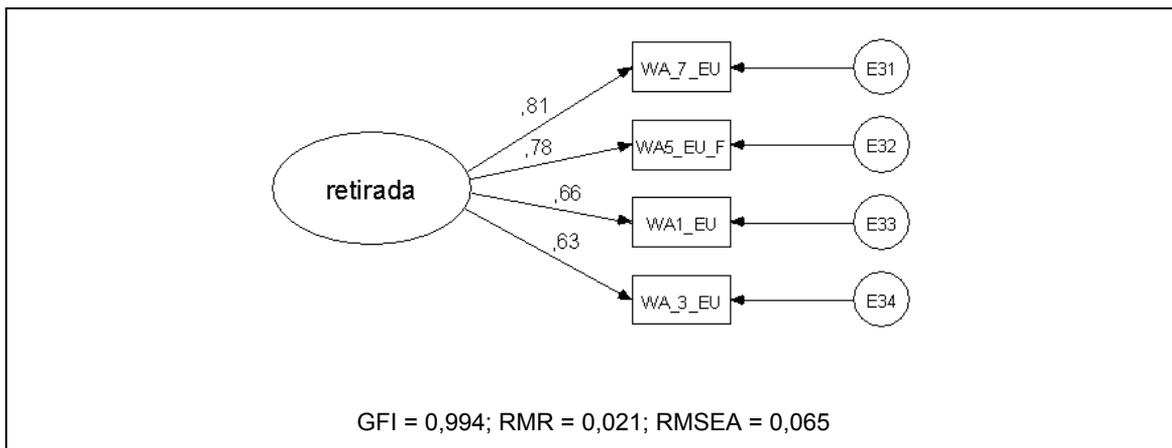


Figura 5.14

Análise factorial confirmatória para a retirada, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Finalmente, os 4 itens da sub-escala *submissão* revelam índices de ajustamento muito positivos (Figura 5.15).

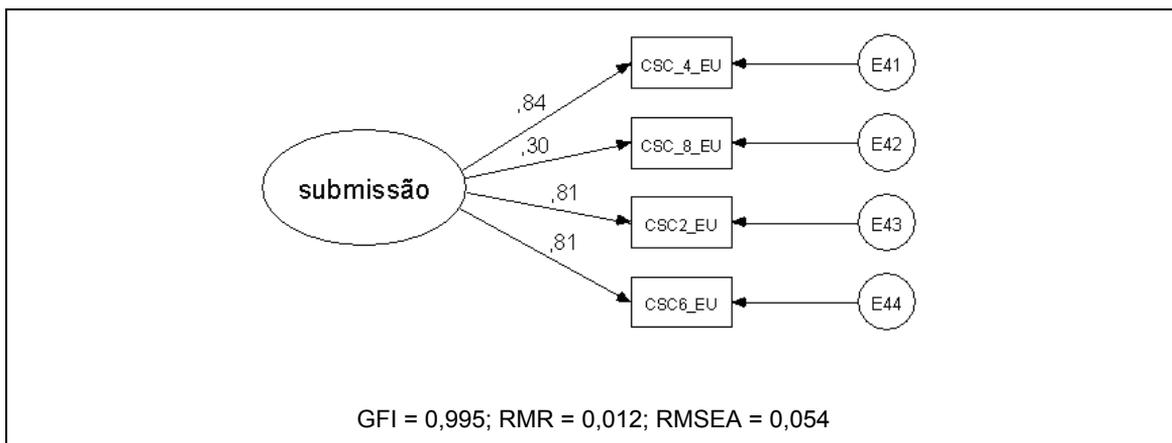


Figura 5.15

Análise factorial confirmatória para a submissão, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

A consistência interna das sub-escalas relativas às estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelo próprio apresenta os seguintes valores de alfa de Cronbach: *envolvimento no conflito*, $\alpha=0.81$; *resolução positiva de problemas*, $\alpha=0.69$; *retirada*, $\alpha=0.81$; e *submissão*, $\alpha=0.79$. De salientar que as sub-escalas são compostas por apenas 4 itens, e mesmo assim os valores do alfa de Cronbach são satisfatórios o que nos permite concluir da validade desta estrutura factorial.

Tendo em conta os dados destas análises, podemos afirmar que a CRI é uma escala válida para avaliar as estratégias de resolução de conflitos próprias.

b) percepções das estratégias de resolução de conflito do outro

De forma análoga, foram realizadas AFCs para as quatro sub-escalas do IRC na versão “outro”. Como se pode registar na Figura 5.16, os índices de ajustamento para a escala *envolvimento negativo no conflito* revelam um bom ajustamento aos dados.

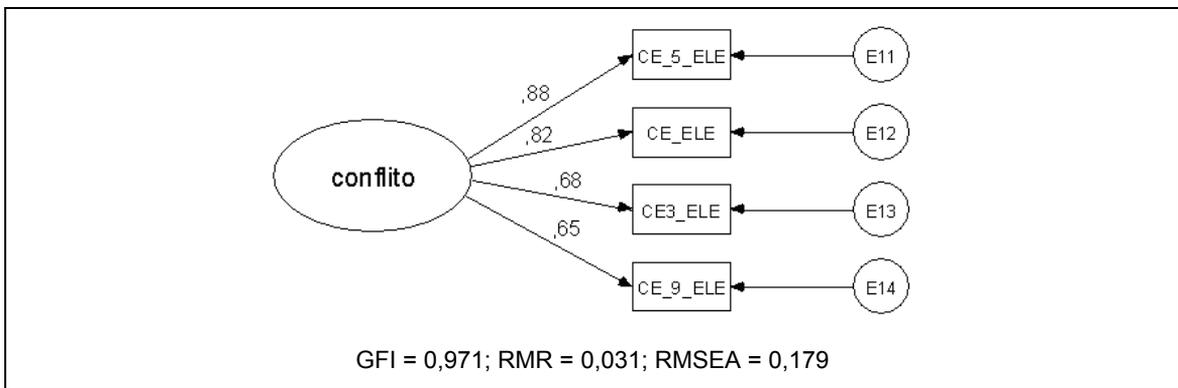


Figura 5.16

Análise factorial confirmatória para o envolvimento no conflito pelo outro, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

No que respeita à sub-escala de *resolução positiva de conflitos*, tendo em conta a percepção das estratégias do outro, os resultados revelam um bom ajustamento dos dados ao modelo teórico (Figura 5.17).

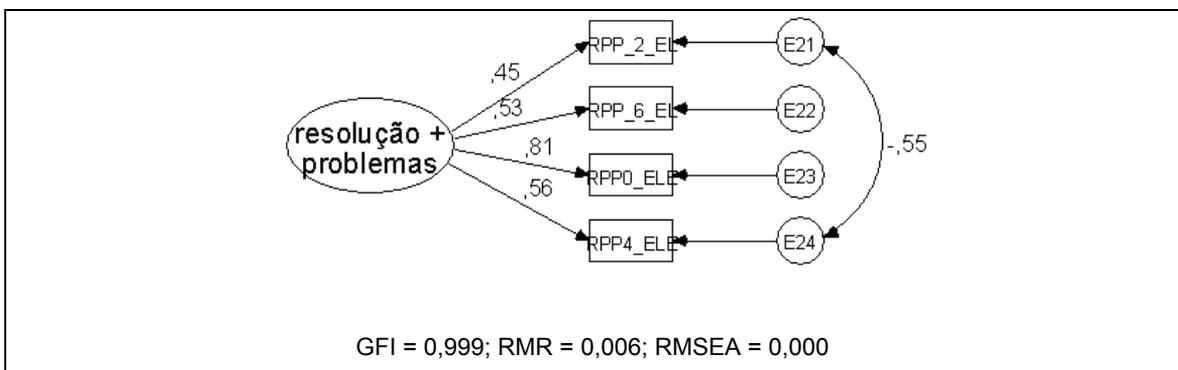


Figura 5.17

Análise factorial confirmatória para a resolução positiva de problemas pelo outro, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Os índices de ajustamento para a sub-escala *retirada* enquanto estratégia utilizada pelo outro revelam, também, uma forte adequação dos dados ao modelo, como se pode observar na Figura 5.18.

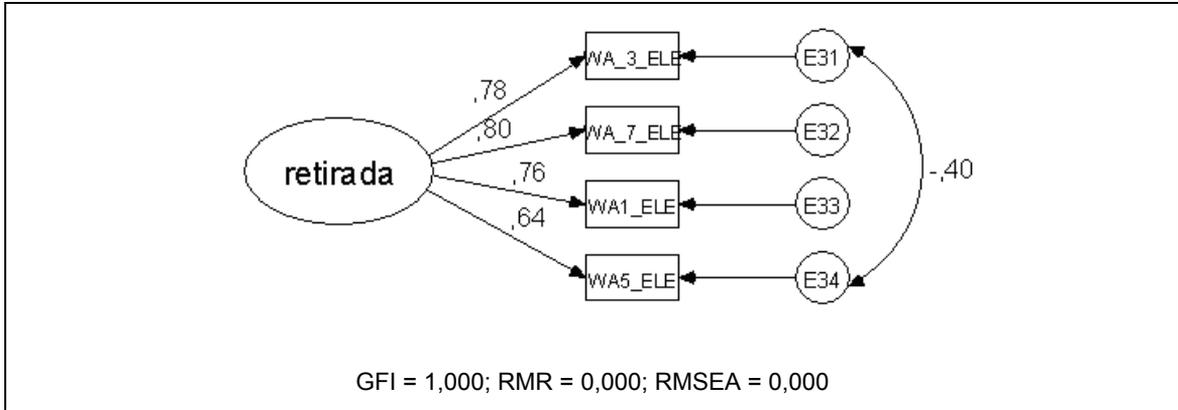


Figura 5.18

Análise factorial confirmatória para a retirada pelo outro, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Finalmente, como se observa na Figura 5.19, há um bom ajustamento do agrupamento de itens relativos à *submissão* enquanto estratégia do outro aos dados.

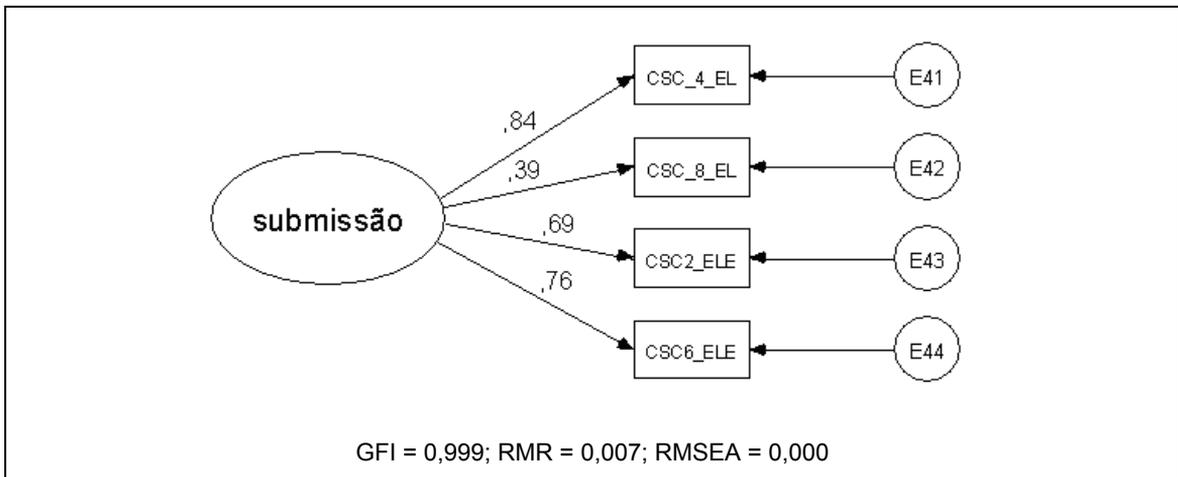


Figura 5.19

Análise factorial confirmatória para a submissão pelo outro, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Quanto à consistência interna das sub-escalas relativas às estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelo outro, os valores do alfa de Cronbach são também satisfatórios: *envolvimento no conflito*, $\alpha=0.85$; *resolução positiva de problemas*, $\alpha=0.58$; *retirada*, $\alpha=0.81$; e *submissão*, $\alpha=0.76$. Embora os valores de consistência interna da sub-escala resolução positiva de conflitos se situem no limiar de aceitação deste indicador, o conjunto das análises efectuadas permite-nos afirmar a validade da estrutura factorial deste questionário.

Desta forma, confirma-se, no nosso estudo, a organização da escala de resolução de conflitos estruturada de acordo com os quatro factores apresentados pelo autor, tanto relativamente às percepções das estratégias pessoais, como das estratégias utilizadas pelo outro.

4. *Non-Physical Abuse of Partner Scale e Partner Abuse Scale (NPAPS/PASPH; Garner & Hudson, 1997) – Escala da Violência*

A Escala da Violência por nós utilizada é uma forma adaptada do *Non-Physical Abuse of Partner Scale* e da *Partner Abuse Scale* (NPAPS/PASPH; Garner & Hudson, 1997), instrumentos concebidos para examinar as percepções que cada parceiro possui acerca do grau e da magnitude dos comportamentos de violência (física e não física) que o próprio inflige no parceiro e que o outro (o companheiro) lhe inflige a ele. Ou seja, estão concebidas para que cada respondente avalie os seus comportamentos e os do seu companheiro, com índices de consistência interna muito elevados ($\alpha \geq .90$). Estamos, portanto, perante a avaliação de dois tipos de percepção de violência distinta – a que o sujeito considera que inflige ao companheiro(a) e a que lhe é infligida pelo outro. Pensadas para serem usadas essencialmente em contextos de intervenção, esta dupla vertente de avaliação do comportamento próprio e do outro é, segundo os autores, um traço distintivo destas escalas,

podendo ser utilizadas por casais hetero e homossexuais, casados, não-casados ou em relações de namoro².

Apesar disto, a nossa opção foi a de administrar exclusivamente a escala no formato que permite ao sujeito avaliar a percepção que ele possui do tipo e grau de violência que o companheiro lhe inflige: assim, os sujeitos responderam apenas à escala considerando o que o companheiro faz (“*o meu companheiro dá-me pouco valor*”). Saliente-se que a escala utilizada para avaliar as estratégias de conflito já recorria a este mecanismo de auto e hetero-avaliação.

A escala da violência física contem 25 itens e, dada a natureza particularmente severa da maioria destes itens, tendo em conta que a iríamos administrar a casais da população dita “normal” (ou seja, não inseridos em amostras clínicas), optámos pela realização prévia de uma reflexão falada junto de indivíduos adultos. Este procedimento permitiu constatar a existência de um conjunto alargado de itens considerados redundantes ou particularmente intrusivos, que provocavam um intenso desconforto nos sujeitos e que apenas muito excepcionalmente corresponderiam à experiência vivida. Desta forma, restaram apenas oito itens que nos pareceram suficientemente elucidativos para avaliar da presença de violência física nos casais portugueses. De igual modo, estavam assegurados nos itens escolhidos, a nosso ver, os tipos de violência mais referenciados na literatura (ou seja, violência física, sexual e, ainda, alguns itens associados à violência relacionada com o consumo de álcool).

No que concerne aos 25 itens da Escala da Violência Não Física decidimos apenas pela eliminação de três, permanecendo os restantes 22, porque contêm subtilezas que permitem dirimir diversas questões no que concerne à violência psicológica: violência simbólica, prepotência, poder pelo

² De resto, reconhece-se que muitas escalas usadas na avaliação da violência conjugal (e familiar) foram estruturadas em contextos clínicos com o intuito de identificar esses comportamentos em ordem a serem trabalhadas as mudanças subsequentes.

estatuto, ... Do ponto de vista teórico, a inclusão deste itens parecia-nos ser uma oportunidade de verificar se, junto de uma amostra de casais portugueses da população normal, se podem, por um lado, constatar percepções que evidenciem a presença de violência e, por outro, perceber se a forma como as pessoas percebem a realidade nos permite contribuir para o aprofundamento da reflexão de um dos temas mais caros no domínio da violência conjugal e que é, justamente, o da necessidade de clareza conceptual e diferenciação entre diferentes tipos de violência.

Decidimos, ainda, associar as duas escalas numa só, e não as administrar separadamente como fazem os seus autores. Por diversas razões: a sua administração separada influenciava, de imediato, as respostas na medida em que ficava absolutamente clara a diferença do tipo de violência (física e não física); em segundo lugar, porque se tratava de escalas a avaliar constructos diferentes e com um número muito díspar de itens; finalmente, porque se assume, por norma, a existência de um contínuo entre violência psicológica e física pelo que fazia sentido que todos os itens constassem de uma só escala (Quadro 5.4).

Quadro 5.4

Dimensões e itens constituintes da Escala da Violência

Dimensões	Itens
Violência não física	1. O meu companheiro dá-me pouco valor. 2. O meu companheiro exige obediência aos seus caprichos. 3. O meu companheiro fica rude e zangado se digo que ele bebeu demais. 4. O meu companheiro pede-me que tenha actos sexuais de que não gosto. 5. O meu companheiro fica muito perturbado se o meu trabalho não está feito a tempo. 6. O meu companheiro não quer que eu tenha amigos homens. 7. O meu companheiro diz-me que sou feia e pouco atraente. 8. O meu companheiro diz-me que eu não sou capaz de tomar conta de mim sem ele. 9. O meu companheiro insulta-me ou envergonha-me em frente de outras pessoas. 10. O meu companheiro fica muito zangado se eu discordo dele. 11. O meu companheiro é mesquinho em dar-me dinheiro. 12. O meu companheiro desvaloriza-me intelectualmente. 13. O meu companheiro exige que eu fique em casa. 14. O meu companheiro acha que eu não deveria trabalhar ou estudar. 15. O meu companheiro não quer que eu saia com as minhas amigas. 16. O meu companheiro grita e berra comigo. 17. O meu companheiro grita e berra quando bebe em demasia. 18. O meu companheiro passa a vida a dar-me ordens. 19. O meu companheiro não tem respeito pelos meus sentimentos. 20. O meu companheiro assusta-me. 21. O meu companheiro é áspero e mal-educado comigo. 22. O meu companheiro trata-me como uma estúpida.

Dimensões	Itens
Violência física	23.O meu companheiro força-me a ter relações sexuais. 24.O meu companheiro empurra-me violentamente. 25.O meu companheiro bate-me tão violentamente que tenho que procurar ajuda médica. 26.O meu companheiro bate-me quando bebe. 27.O meu companheiro faz-me temer pela minha própria vida. 28. O meu companheiro atira-me ao chão e dá-me pontapés. 29.O meu companheiro atira objectos perigosos contra mim. 30.O meu companheiro magoa-me fortemente durante as relações sexuais

O formato de resposta da escala distribui-se por sete alternativas numa escala tipo Likert (de “nunca” a “sempre”). Como habitualmente, os cônjuges responderam separadamente à escala.

A análise da distribuição de frequências em cada nível de cotação revela, como seria de esperar, uma distribuição desequilibrada das respostas, em particular para os itens que se referem a comportamentos de violência severa. Por exemplo, 99% dos inquiridos respondem “nunca” ao item “o meu companheiro faz-me temer pela minha vida”. Ora, numa escala desta natureza, não seria de esperar outro tipo de resposta – mesmo admitindo que poderá haver aqui alguma interferência de factores de desejabilidade social.

No caso específico deste questionário, tendo em conta, por um lado, as modificações que efectuamos nas escalas originais propostas pelos autores e, em segundo lugar, porque não existe um modelo teórico apresentado pelos autores para esta escala³ ou pelos modelos teóricos que geralmente se debruçam sobre o estudo das percepções da violência conjugal, assumimos a dimensão exploratória deste estudo e do uso desta escala, pela primeira vez, no nosso país.

Deste modo, decidimos realizar uma análise factorial exploratória para o estudo da estrutura interna do instrumento. Foram testadas diferentes estruturas factoriais com rotação *varimax*, tendo em atenção a percentagem de variância explicada pelos diferentes factores. Optamos, finalmente, por uma análise factorial em 3 factores que explica 52% da variância dos dados, com o

³ Como de resto não existe para outras escalas e neste domínio de investigação a não ser que se possa extrapolar aquilo Murray Straus (1999) considera com a sua teoria catártica da violência, expressa na sobejamente conhecida Escala dos Conflitos Tácitos.

primeiro factor a explicar 37%, o segundo 8% e o terceiro 7% (Quadro 5.5). O primeiro factor agrega itens que remetem para comportamento de violência simbólica, como a desvalorização intelectual, o insulto, as limitações à liberdade pessoal; o segundo factor inclui itens de violência física (empurrar ou atirar ou chão) e associada à sexualidade (forçar a ter relações sexuais ou magoar durante a actividade sexual), embora havendo também itens relacionados com a violência simbólica (“*O meu companheiro diz-me que sou feia e pouco atraente*”); o terceiro factor inclui apenas 3 itens, dois dos quais associados ao consumo de álcool – ora, a questão da violência associada ao consumo de substâncias tem sido recorrentemente estudada, como vimos em capítulos anteriores; deste modo, a manutenção deste factor permite explorar esta dimensão na nossa amostra, apesar de conter apenas 3 itens, aos quais acrescentamos o item 26 (cujo conteúdo remete para esta questão, embora a sua saturação seja baixa).

Quadro 5.5.

Dimensões e itens constituintes da Escala da Violência

	Factor		
	1	2	3
8 capaz de tomar conta de mim	,825	,146	
18 ordens	,690	,247	
10 zangado discordo	,656		,194
12 desvalorizar intelectual	,623	,128	,233
11 dinheiro	,616	,284	,147
5 perturbado trabalho	,611	,138	
6 amigo homens	,582	,126	,347
2 caprichos	,569		,343
9 insulta-me	,553	,445	,305
22 estúpida	,544	,450	,472
15 não sair amigas	,532	,357	,141
19 não respeita sentimentos	,524	,398	,469
1 pouco valor	,520	,169	,467
13 fique em casa	,507	,224	
16 gritar e berrar	,461	,428	,380
28 atirar ao chão	,167	,788	
24 empurrar	,345	,740	,213
26 bater quando bebe		,649	,206
29 atirar objectos	,279	,613	
7 feia	,421	,535	
21 mal educado	,366	,525	,508
23 forçar sexo		,496	,206
30 magoar sexo		,389	
14 não trabalhar ou estudar	,339	,374	,188
4 sexo que não gosta	,217	,350	,197
27 temer pela vida		,268	,232
25 bater		,262	,144
20 assusta-me	,206	,216	,791
17 gritar e berrar quando bebe		,217	,760
3 bebe demais	,159	,155	,676

No sentido de obter indicações mais consistentes, optamos pela realização de AFCs testando esta estrutura em 3 factores, mas no sentido de clarificar algumas associações entre os itens: por exemplo, o factor da violência associada ao álcool incluía um item não directamente associado (“*O meu companheiro assusta-me*”) e não um outro (“*Bate-me quando bebe*”) que faria obviamente mais sentido ser incluído neste factor. Assim, a partir da análise do conteúdo dos itens e com o parecer de especialistas no domínio, foi testada com a AFC uma estrutura ligeiramente modificada a partir dos resultados da análise factorial exploratória, como se pode observar nas figuras seguintes.

No que respeita à sub-escala de *violência física*, os índices revelam que o agrupamento de 6 itens tem um bom ajustamento aos dados (Figura 5.20).

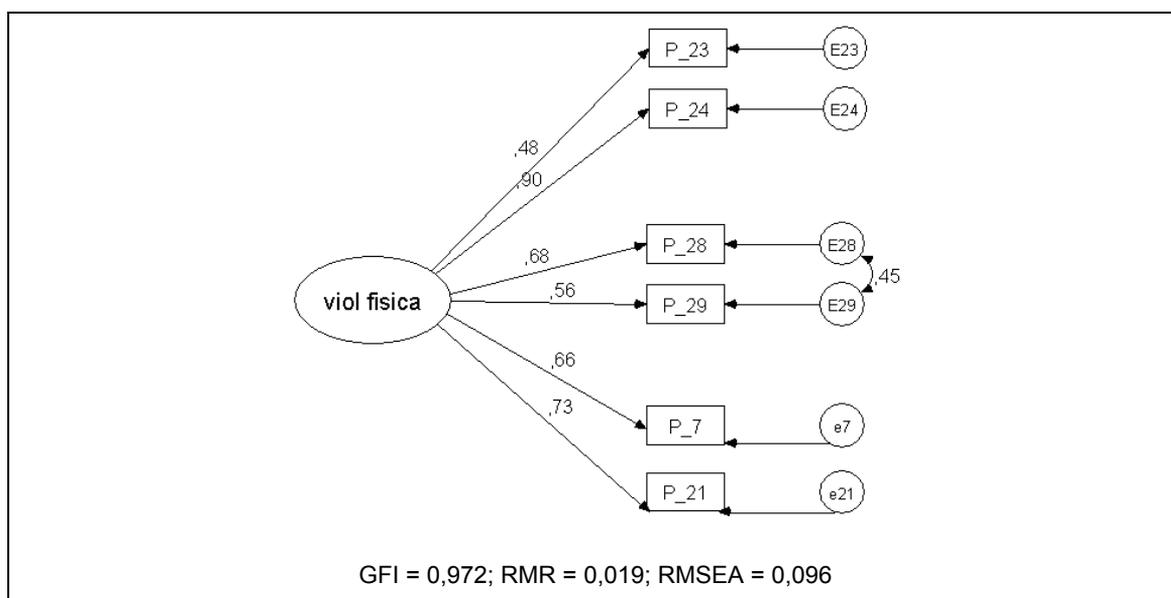


Figura 5.20

Análise factorial confirmatória para a violência física, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

No que concerne à sub-escala de *violência associada ao álcool*, o agrupamento de 4 itens também demonstra um bom ajustamento aos dados (Figura 5.21).

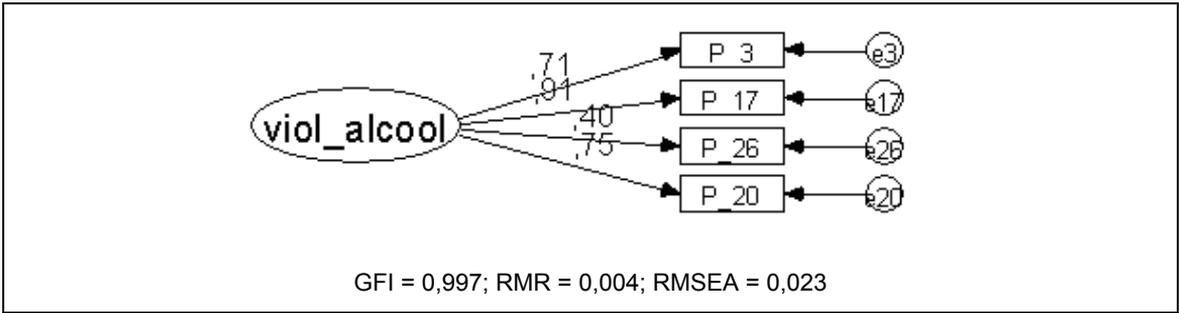


Figura 5.21

Análise factorial confirmatória para a violência associada ao álcool, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Finalmente, a sub-escala de *violência não física* agrupa 13 itens cujo ajustamento aos dados é adequado (Figura 5.22).

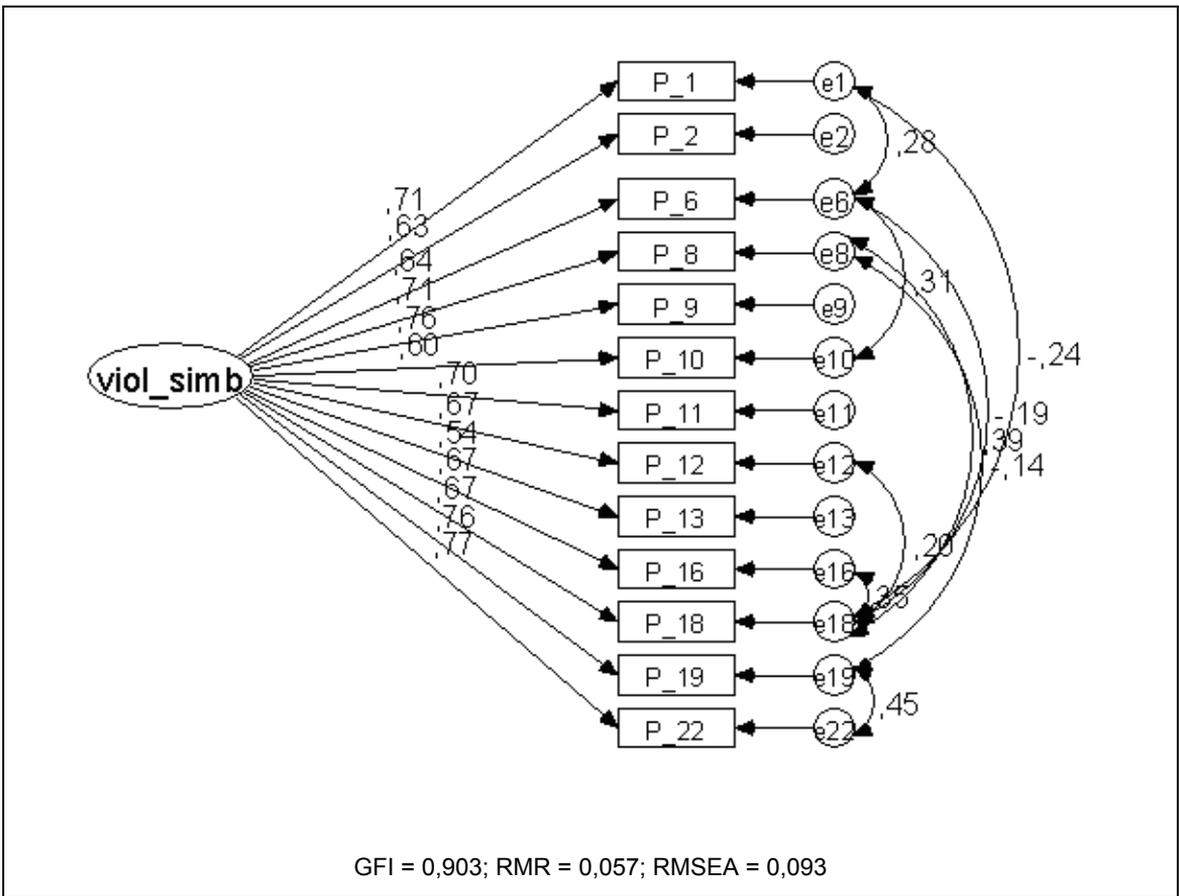


Figura 5.22

Análise factorial confirmatória para a violência não física, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

A análise da consistência interna destas sub-escalas relativas à violência revela valores do alfa de Cronbach satisfatórios: *violência física*, $\alpha=0.91$; *violência associada ao álcool*, $\alpha=0.83$; e *violência não física*, $\alpha=0.86$. Assim, o conjunto das análises efectuadas permite-nos afirmar a fiabilidade das dimensões deste questionário, que ademais se pode revestir de utilidade acrescida para a compreensão do fenómeno da violência conjugal.

5. *Inventory of Specific Relationship Standards-III (ISRS; Baucom, Epstein, Rankin & Burnett, 1993)*

O *Inventory of Specific Relationship Standards*⁴ de Baucom, Epstein, Rankin e Burnett (1993/1999) é uma escala que pretende basicamente avaliar as crenças subjacentes ao relacionamento conjugal, especificamente aquilo que os cônjuges consideram que a relação deveria ser. Enquadra-se deste modo num racional teórico que valoriza as cognições no seio das relações íntimas, na medida em que se reconhece a interferência das dimensões cognitivas, obviamente a par das afectivas e emocionais, para melhor compreender a complexidade da vida conjugal. Com efeito, dimensões como os padrões, as expectativas, as atribuições e os pressupostos, entre outros, são variáveis com uma influência considerável no funcionamento conjugal. O ISRS viria, assim, colmatar uma lacuna na investigação deste domínio: concretamente, os padrões conjugais parecem ter um efeito preponderante na manutenção de relações disfuncionais.

O ISRS é, portanto, uma escala de auto-relato sobre *padrões conjugais*, cuja estrutura pretende avaliar três dimensões centrais da conjugalidade: *fronteiras*, *poder/controlo* e *investimento (expressivo e instrumental)*. Os

⁴ Mantivemos as mesmas iniciais do Inventário (ISRS) mesmo aquando da sua administração junto dos sujeitos.

autores consideram que a escolha destas dimensões é decorrente da revisão teórica efectuada, da percepção constante da sua identificação pelos casais em contextos clínicos, da provável aplicabilidade dos seus constructos à prática, na medida em que se podem identificar um conjunto diverso de padrões conjugais passíveis de serem modificados terapêuticamente.

A primeira dimensão – *fronteiras* – refere-se ao tempo e actividades partilhadas do casal e ao espaço individual que cada cônjuge pode manter, constituindo-se numa dicotomia (independência vs. partilha) cujo equilíbrio dinâmico é difícil de ser conseguido para os casais. Falamos do tempo passado em conjunto, de actividades partilhadas. As fronteiras têm, de resto, sido alvo de estudo por diferentes modelos teóricos e revelam consequências divergentes: isto é, fronteiras mais rígidas favorecem o sentido de independência em determinados domínios mas diminuem o sentimento de interdependência, de auto-revelação e de partilha (por muitos, considerados os componentes essenciais da intimidade conjugal).

Por seu lado, a segunda dimensão considerada na escala – *poder/controlo* – refere-se justamente ao poder e controlo que os cônjuges pensam ser seu direito e dever exercer na sua relação. Na revisão da literatura podemos constatar, como estas dimensões do poder e do controlo são amplamente estudadas e associadas ao conflito, sendo igualmente dimensões frequentemente referenciadas na terapia conjugal (Greene & Bogo, 2002; Gottman & Silva, 2000) Concretamente, falamos do poder, partilhado ou não, do processo de tomada de decisões, e do eventual domínio de um dos cônjuges relativamente ao outro.

Finalmente, a terceira dimensão em causa – *investimento* – pode ser subdividido em duas dimensões: a que respeita ao *investimento expressivo* e a que concerne ao *investimento instrumental*. Pressupõe-se que este factor avalia o investimento na relação, que significa dar e receber, contribuir *para* a relação, no sentido de fazer com que ela funcione e tenha qualidade, cabendo esta tarefa a ambos os cônjuges. Estas dádivas podem adquirir um carácter de índole expressiva (o cuidado com o outro, a expressão de sentimentos,

positivos ou negativos) ou instrumental (o desempenho concreto de tarefas: o lado funcional e pragmático da relação). Este factor acabou por ser dividido em dois (independentemente da sua estrita relação) e actualmente considera-se que a escala é formada pelos factores: *Fronteiras*, *Controlo*, *Investimento Instrumental* e *Investimento Expressivo*.

A versão actual da escala é o fruto de ajustamentos anteriores realizados pelos autores que conduziram, por exemplo, à alteração das cinco dimensões iniciais (fronteiras, processo de controlo, controlo/poder, investimento instrumental e investimento expressivo) para as actuais quatro, em virtude de estudos de validação da escala terem considerado inadequada a consistência interna da sub-escala *Processo de Controlo* (Baucom *et al*, 1999). Utilizou-se, neste estudo, a versão portuguesa desenvolvida por Ribeiro (2002).

Assim, as três dimensões do ISRS expressam-se em 48 itens distribuídos igualmente por quatro sub-escalas com 12 itens cada, na medida em que a sub-escala *Investimento* se subdivide em duas (*Investimento Expressivo* e *Investimento Instrumental*). Tendo em conta, como referimos, os aspectos mais comuns do funcionamento conjugal, Baucom e colegas (1996) estruturaram o ISRS para avaliar doze áreas distintas: a comunicação negativa, a comunicação positiva, o relacionamento sexual, o relacionamento com família de origem, o relacionamento com amigos, a parentalidade, o investimento no trabalho/carreira, a religião, as tarefas domésticas, as finanças, o lazer e a afectividade conjugal. Em diversos estudos efectuados com esta escala, encontram-se alfas de Cronbach de 0.69 a 0.85 para os homens nas várias dimensões, e de 0.65 a 0.87 para as mulheres (Baucom *et al*, 1996; Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994).

A escala foi construída de forma a dar diversas informações numa só questão o que a torna particularmente complexa. Assim, cada membro do casal responde a três questões para cada item: inicialmente manifesta-se sobre aquilo que a sua relação deveria ser (padrão) numa escala tipo Likert (de “nunca” a “sempre”), seguidamente situa-se quanto à satisfação sobre se o padrão em causa está ou não a ser alcançado na sua relação (assinalando

“sim” ou “não”) e, finalmente, refere o seu grau de incómodo ou perturbação quando o padrão não é alcançado (assinalando três respostas possíveis: “nada”, “algo” e “muito”). Vejamos a título exemplificativo um dos itens:

Deveríamos gastar o dinheiro extra que temos em algo de que gostamos enquanto casal.

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

Desta forma, obtêm-se quatro padrões relacionais referentes a Fronteiras, Controlo, Investimento Instrumental e Investimento Expressivo, quatro graus de satisfação referentes às mesmas dimensões e quatro resultados de perturbação correspondentes aos mesmos padrões quando eles não são alcançados.

Para além de ser possível analisar se os padrões dos elementos do casal, referenciados às dimensões consideradas, são ou não extremos ou se existe convergência ou divergência entre eles, Baucom e colaboradores (1996) procuraram que o ISRS avaliasse ainda aspectos como a satisfação dos cônjuges e o impacto que o não cumprimento de determinados padrões possui nos mesmos. Pretende-se, ainda, avaliar com esta escala o tipo de padrões que são centralizados nas relações ou seja casais “que manifestassem muita partilha ou poucas fronteiras; papéis igualitários na tomada de decisões; níveis elevados de investimento expressivo e instrumental” (Baucom *et al*, 1996, p.76), aspecto curioso na medida em que se associa às teorias locais que cada parceiro possui da relação.

Em geral, os itens do ISRS relativos aos padrões da relação parecem revelar um bom poder discriminativo, muito embora haja a registar alguma tendência (aproximadamente 50%) de concentração de respostas em metade dos itens, nos níveis “habitualmente” ou “às vezes”. Embora tal possa estar

relacionado com a natureza dos próprios itens (“as nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas relativamente às coisas em que gastamos o nosso dinheiro”), note-se que este instrumento foi tendencialmente o último a ser preenchido o que pode ter gerado algum cansaço nos respondentes, na medida em que face aos anteriores era também o mais extenso.

Naturalmente, a natureza dos itens e do seu formato de cotação inibe a utilização de AFCs para todas as questões. Começaremos por apresentar os resultados para os vários padrões da relação, após o que – tal como fizemos para o QVA – procederemos a uma AFC de segunda ordem; com efeito, o ISRS avalia padrões da relação e as sub-escalas correspondem a dimensões desse constructo, tendo particular sentido avaliar se estes pressupostos teóricos se ajustam aos dados recolhidos.

Na Figura 5.23 regista-se que o agrupamento de itens da sub-escala *fronteiras* apresenta um bom nível de ajustamento com os dados do estudo.

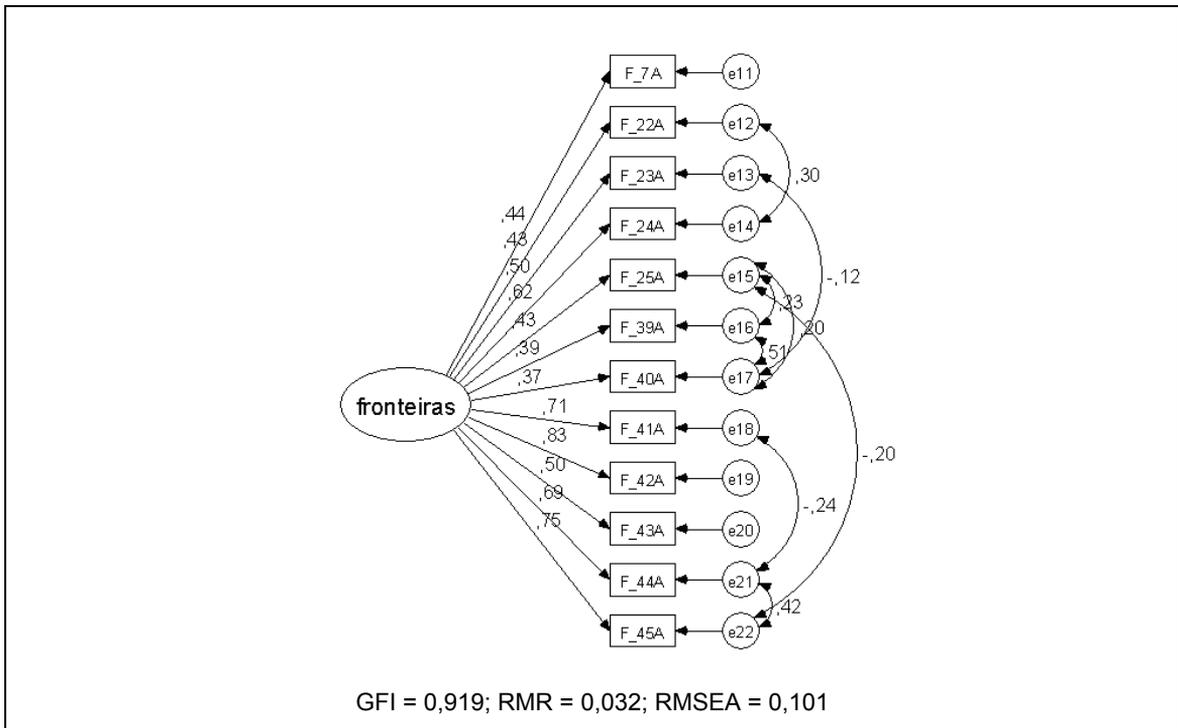


Figura 5.23

Análise factorial confirmatória para sub-escala *fronteiras*, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Como se pode observar na Figura 5.24 também a sub-escala *controlo* revela um bom nível de ajustamento com os dados do estudo.

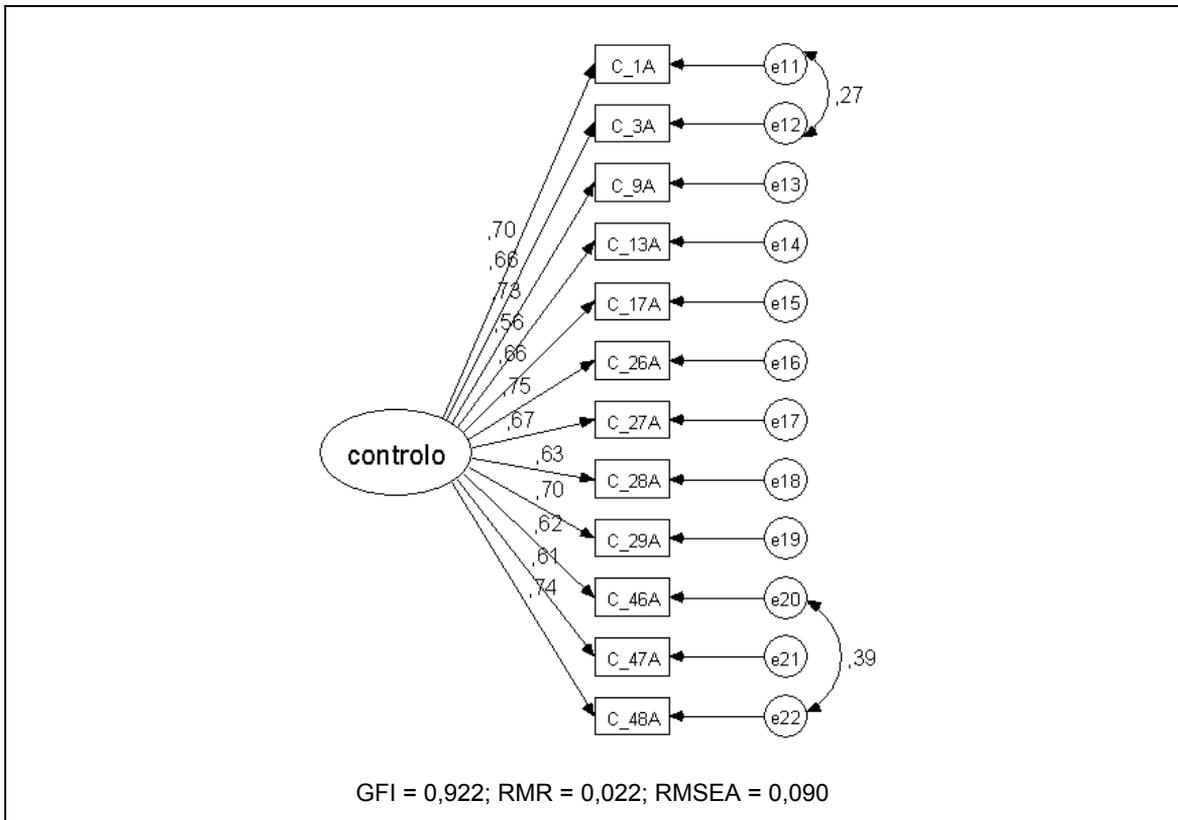


Figura 5.24

Análise factorial confirmatória para sub-escala controlo, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Os índices de ajustamento para as sub-escalas relativas ao *investimento instrumental* (Figura 5.25) e *investimento expressivo* (Figura 5.26) são igualmente bons, embora no caso do investimento expressivo tenha sido necessária a eliminação do item 2, que apresentava uma saturação muito baixa no factor (<.100).

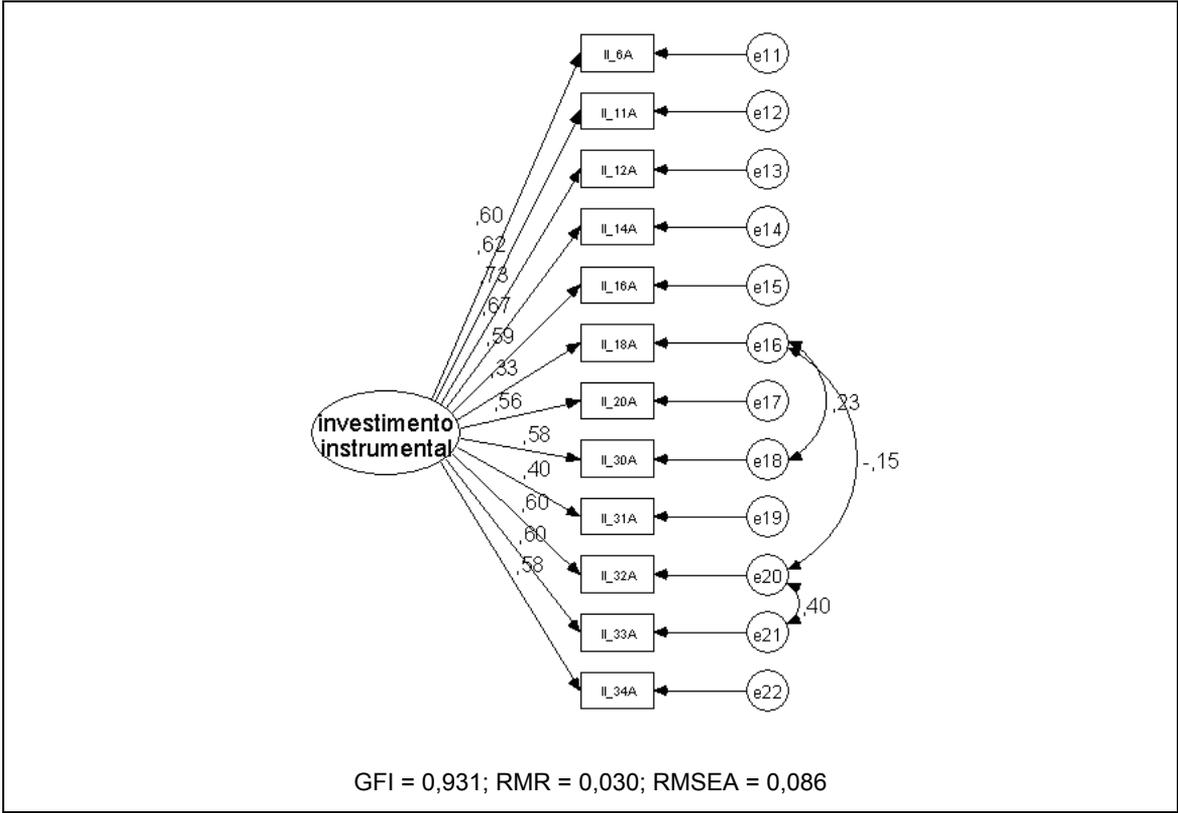


Figura 5.25

Análise factorial confirmatória para sub-escala investimento instrumental, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

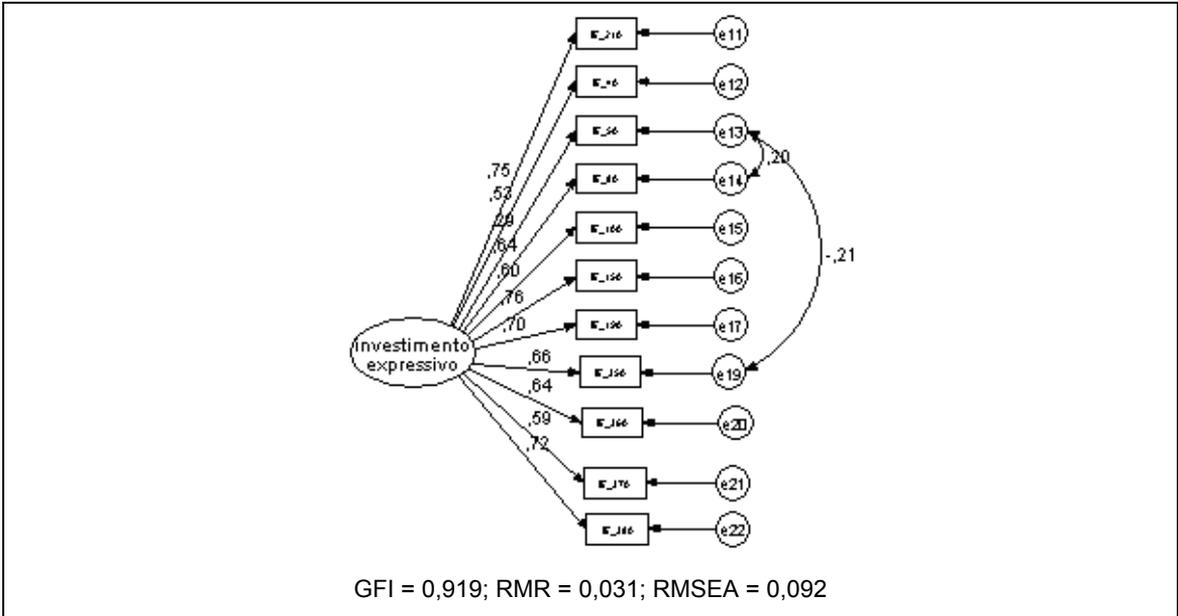


Figura 5.26

Análise factorial confirmatória para sub-escala investimento expressivo, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Finalmente, a análise factorial de segunda ordem viria a revelar, de forma análoga, um muito bom ajustamento do modelo teórico – que pressupõe que as quatro sub-escalas são dimensões dos padrões conjugais – aos dados.

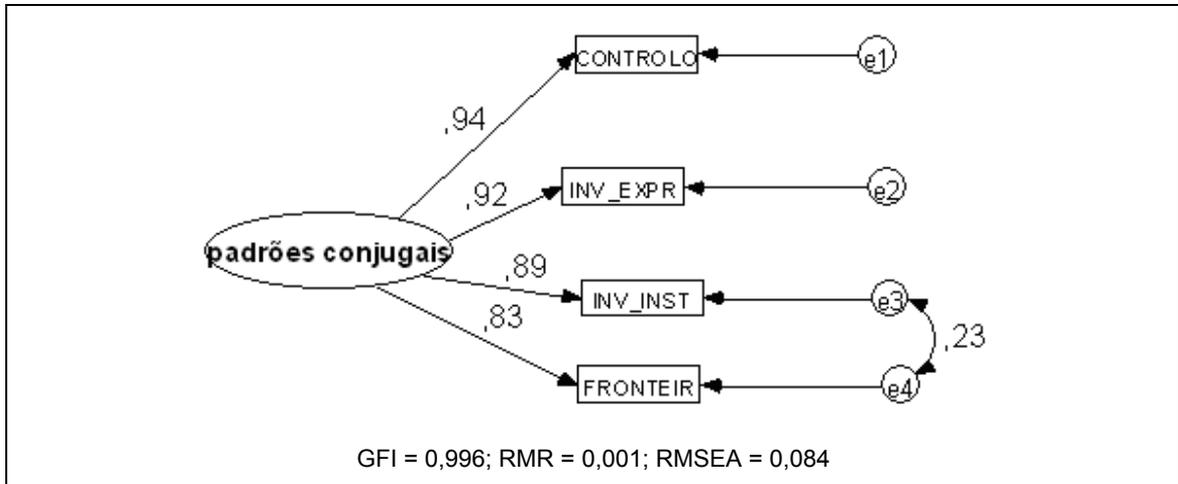


Figura 5.27

Análise factorial confirmatória para as sub-escalas dos padrões conjugais, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Os valores do alfa de Cronbach, enquanto indicadores da consistência interna das diferentes sub-escalas, são muito satisfatórios: fronteiras, $\alpha=0.85$; controlo, $\alpha=0.91$; investimento instrumental, $\alpha=0.85$; e investimento expressivo, $\alpha=0.86$. Na globalidade, portanto, as análises efectuadas validam não apenas a estrutura factorial da escala como também indiciam que as quatro dimensões remetem para um mesmo constructo de padrões conjugais. Embora a escala tenha sido já utilizada num outro estudo no nosso país (Ribeiro, 2002), esta é a primeira vez em que a sua estrutura factorial é validada.

Finalmente, realizamos análises factoriais confirmatórias para as dimensões de *Perturbação* que avaliam, para cada padrão de relação, o grau de desconforto emocional quando este não é atingido.

Na Figura 5.28 pode-se constatar que o agrupamento de itens da sub-escala *controlo* apresenta um bom nível de ajustamento com os dados do estudo relativamente às dimensões da *perturbação*.

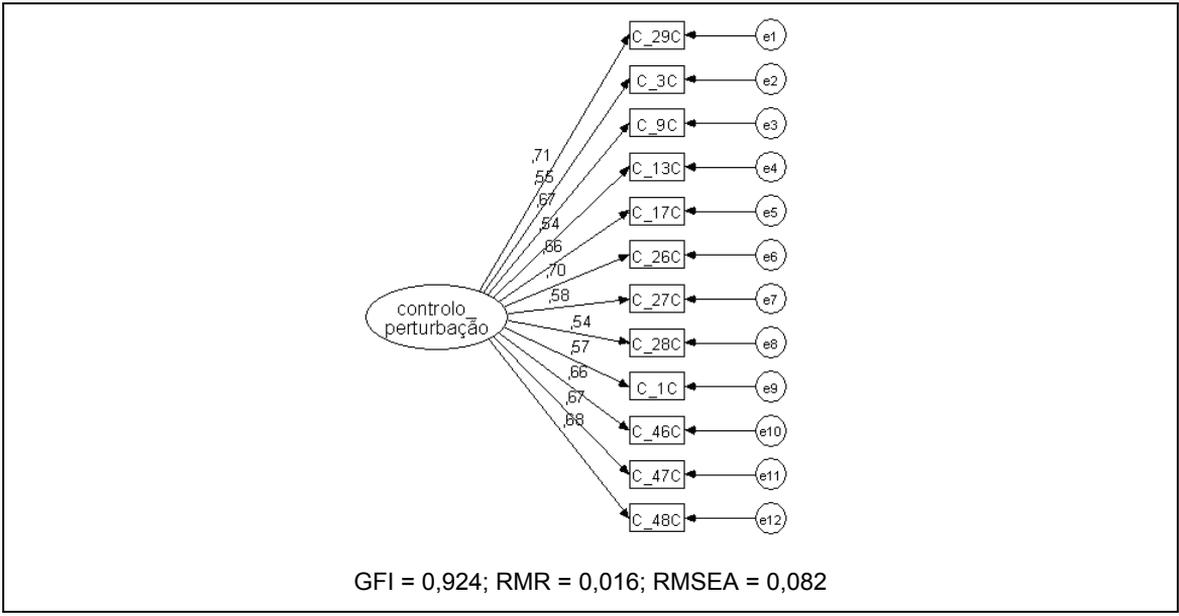


Figura 5.28

Análise factorial confirmatória para sub-escala controlo e dimensão perturbação, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Na Figura 5.29 o agrupamento de itens da sub-escala *fronteiras* apresenta igualmente um bom nível de ajustamento com os dados do estudo relativamente às dimensões da perturbação.

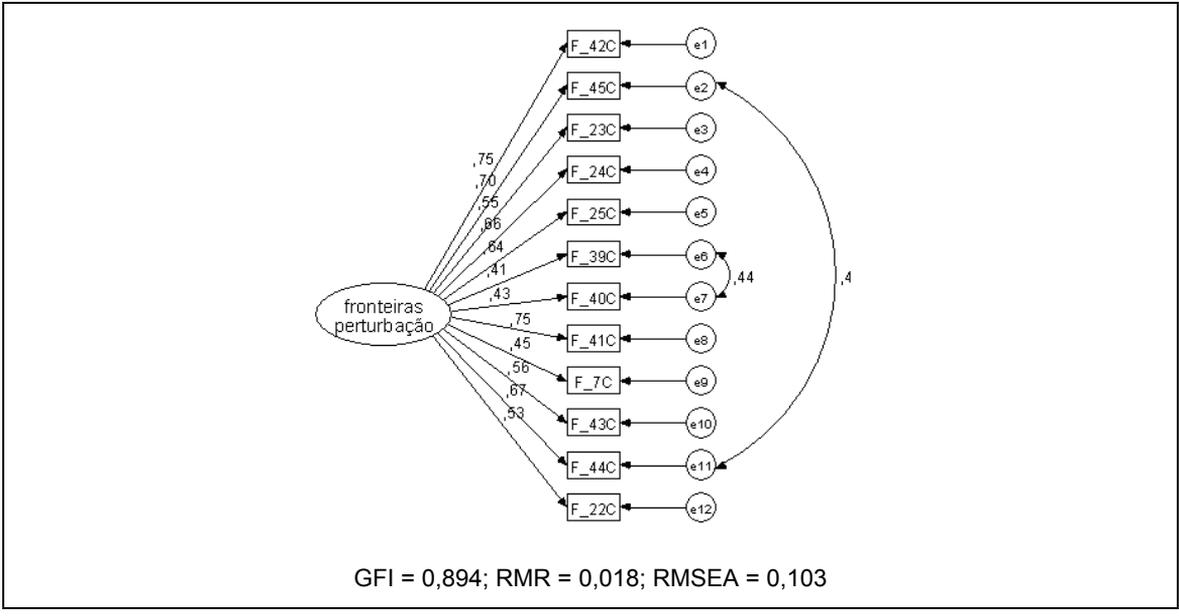


Figura 5.29

Análise factorial confirmatória para sub-escala fronteiras e dimensão perturbação, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Por fim, pela observação das Figuras 5.30 e 5.31 verifica-se que o agrupamento de itens das sub-escalas *investimento expressivo* e *investimento instrumental* apresentam bons níveis de ajustamento com os dados do estudo relativamente às dimensões da *perturbação*.

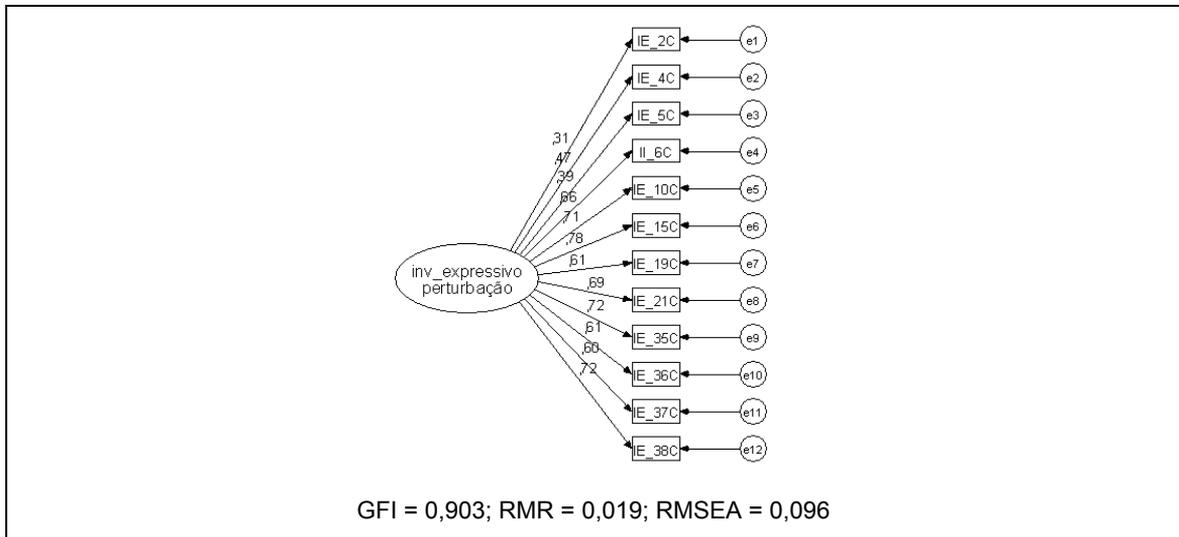


Figura 5.30

Análise factorial confirmatória para sub-escala investimento expressivo e dimensão perturbação, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

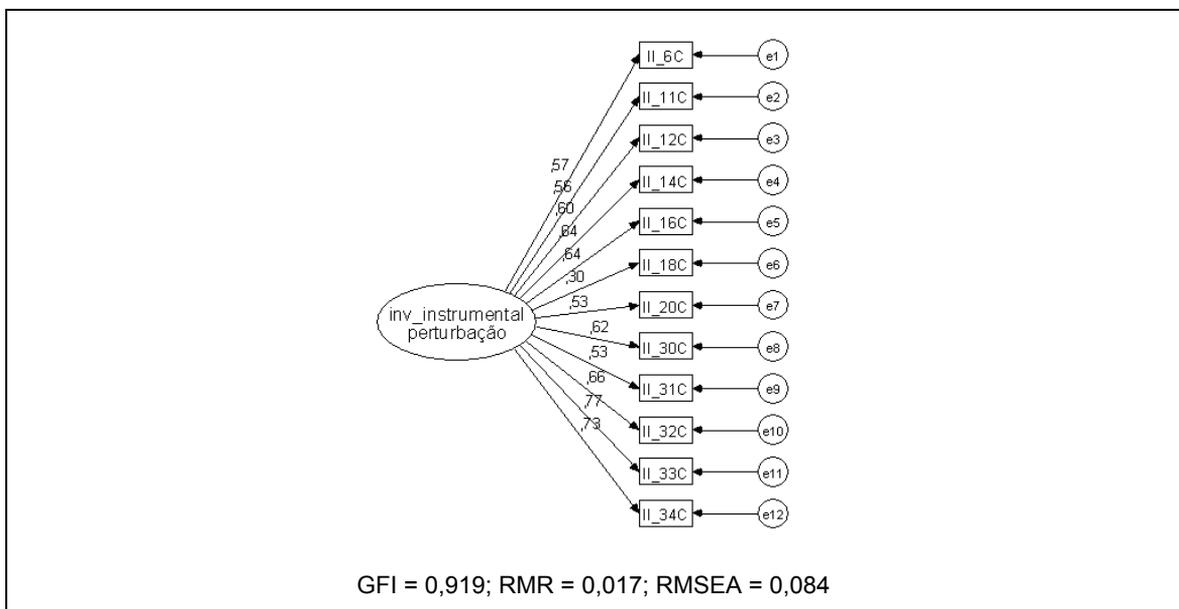


Figura 5.31

Análise factorial confirmatória para sub-escala investimento instrumental e dimensão perturbação, com os valores das saturações e os índices de ajustamento

Também para estas sub-escalas os indicadores da consistência interna são muito satisfatórios: fronteiras, $\alpha=0.87$; controlo, $\alpha=0.89$; investimento instrumental, $\alpha=0.87$; e investimento expressivo, $\alpha=0.88$.

Em Síntese ...

Neste capítulo procedemos à descrição e avaliação da qualidade dos instrumentos utilizados para analisar algumas dimensões relevantes para o estudo das relações conjugais. Especificamente, dois dos instrumentos construídos em Portugal – o QPVM (Matos & Costa, 2001b) e o QVA (Matos & Costa, 2001a) – nunca haviam sido utilizados com amostras de adultos. Um outro – o ISRS – havia sido objecto de uma adaptação a Portugal (Ribeiro, 2002), mas sem ver confirmada a sua estrutura factorial. Finalmente, dois outros instrumentos foram adaptados pela primeira vez à população portuguesa: o Inventário da Resolução de Conflitos (Kurdek, 1994), que permite auto e hetero-avaliar estratégias de resolução de conflitos no casal, e a Escala da Violência (Garner & Hudson, 1997), que resultou da conjugação de dois instrumentos desenvolvidos para avaliar comportamentos de violência física e não física.

Os resultados da análise do poder discriminativo dos itens, das análises factoriais confirmatórias (e exploratórias no caso da *Escala da Violência*), e da consistência interna permitem constatar um bom ajustamento dos agrupamentos de itens teoricamente previstos aos dados. Assim, e tendo em conta o nível de exigência das análises efectuadas, podemos afirmar que foi possível concluir pela fiabilidade das escalas usadas o que nos permite afirmar que estas escalas medem o que efectivamente pretendem medir.

Capítulo **6**

**PERCEPÇÕES DA VINCULAÇÃO, DO CONFLITO, DA
VIOLÊNCIA E DOS PADRÕES CONJUGAIS:
DIFERENÇAS INTER E INTRA-SUJEITOS**

Neste capítulo iremos analisar, para a amostra total (N=500), as diferenças inter-sujeito nas várias dimensões do estudo, a saber: a vinculação aos pais e ao par amoroso, as estratégias de resolução de conflitos, os comportamentos de violência e os padrões da relação. Consideraremos, ainda, as diferenças intra-sujeito nas percepções das estratégias de conflito utilizadas pelo próprio e pelo companheiro.

Com o objectivo de aprofundar a caracterização e o conhecimento da nossa amostra, começaremos por apresentar as médias e os desvios padrão para as diferentes dimensões em estudo.

Seguidamente, procederemos à análise das diferenças inter-sujeitos através de análises de variância uni e multivariada para a amostra total em função

- (a) do género, da idade e do nível sócio-económico,
- (b) do número de filhos e da religiosidade, e
- (c) do tempo de duração da relação,

variáveis que a literatura tem, como vimos nos capítulos teóricos, considerado relevantes para a compreensão do fenómeno do conflito e da violência conjugal. Todas as análises foram realizadas com o programa SPSS 13.0 para Windows. No sentido de não sobrecarregar o texto, na parte relativa às diferenças inter-sujeitos apenas são apresentados quadros com médias quando existem diferenças significativas.

Procederemos, ainda, a um conjunto de análises com vista a aprofundar o papel destas variáveis para a compreensão do fenómeno do conflito e da violência conjugal. Começaremos por realizar análises de *clusters* com base nos padrões de vinculação ao par amoroso e nos comportamentos de violência. A partir dos *clusters* identificados exploraremos as diferenças nas variáveis centrais do estudo.

Finalmente, e com base nos *clusters* relativos à violência percebida, será realizada uma análise discriminante com o objectivo de identificar as variáveis que mais contribuem para explicar as diferenças entre grupos de indivíduos que percebem diferencialmente os comportamentos de violência dos seus companheiros.

1. Caracterização da amostra nas diferentes dimensões do estudo

Como se pode observar no Quadro 6.1., e relativamente ao conjunto das dimensões em estudo nesta amostra, constatamos:

i. percepções de elevada qualidade do laço emocional e de reduzida inibição da exploração e individualidade, tanto na relação com o pai como com a mãe; para além disso, os participantes recordam níveis moderados de ansiedade de separação na relação com ambos os pais;

ii. na vinculação ao par amoroso, valores moderadamente elevados de confiança, seguidos de perto pela dependência; e valores mais baixos de ambivalência e reduzidos de evitamento;

iii. no que concerne às percepções de estratégias de gestão de conflitos usadas pelo próprio, destaca-se a resolução positiva de problemas com os valores mais elevados, seguida de, com valores similares, a retirada, a submissão e o envolvimento no conflito; o perfil de resposta é idêntico para as percepções de estratégias de gestão de conflitos utilizadas pelo outro;

iv. o registo de comportamento de violência é muito baixo, sendo apenas ligeiramente mais elevado (mas mesmo assim quase residual) para os comportamentos de violência não física;

v. finalmente, os diferentes padrões conjugais (fronteiras, controlo, investimento expressivo e instrumental) serem avaliados positivamente, de forma moderadamente elevada; a satisfação com a forma como estes padrões estão a ser atingidos na relação é igualmente elevada (de notar que a

satisfação resulta do somatório dos itens de tipo dicotômico “sim/não” para cada padrão, variando, assim, entre 0 e 12), o mesmo acontecendo para a perturbação experienciada quando estes padrões não são atingidos (e que varia, por sua vez, entre 1 e 3).

Quadro 6.1

Valores mínimo e máximo, média e desvio padrão para as diferentes dimensões do estudo (N=500)

Dimensões	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Vinculação aos pais				
Inibição da exploração_Pai	1,10	6,00	2,4647	,83972
Qualidade do laço emocional_Pai	2,20	6,00	5,2272	,75131
Ansiedade de separação_Pai	1,10	5,20	3,0954	,87017
Inibição da exploração_Mãe	1,20	5,50	2,5430	,76016
Qualidade do laço emocional_Mãe	2,40	6,00	5,3398	,68418
Ansiedade de separação_Mãe	1,10	5,30	3,2430	,87342
Vinculação ao par amoroso				
Confiança	2,54	4,62	3,8317	,28020
Dependência	1,62	6,00	3,5611	,74568
Evitamento	1,00	4,23	1,7978	,55441
Ambivalência	1,00	5,38	2,4040	,83021
Resolução de conflitos				
Envolvimento no conflito_eu	1,00	4,50	2,2740	,72714
Resolução positiva problemas_eu	2,00	5,00	3,4375	,56777
Retirada_eu	1,00	5,00	2,2990	,87758
Submissão_eu	1,00	4,75	2,2790	,71111
Envolvimento no conflito_outro	1,00	5,00	2,2110	,80313
Resolução positiva problemas_outro	1,25	5,00	3,3818	,50205
Retirada_outro	1,00	4,75	2,2925	,90261
Submissão_outro	1,00	4,50	2,1290	,67807
Violência				
Violência física	1,00	3,33	1,2917	,45527
Violência não física	1,00	4,77	1,9316	,77297
Violência associada ao álcool	1,00	5,00	1,3550	,58043
Padrões conjugais				
Fronteiras	1,58	5,00	3,6468	,44660
Controlo	1,58	5,00	3,8948	,49330
Investimento Expressivo	1,67	5,00	3,7228	,48751
Investimento Instrumental	1,50	5,00	3,6205	,46883
Satisfação com as Fronteiras	0,00	12,00	10,91	1,743
Satisfação com o Controlo	0,00	12,00	10,94	1,775
Satisfação com o Investimento Expressivo	0,00	12,00	10,57	2,131
Satisfação com o Investimento Instrumental	0,00	12,00	10,79	1,841
Perturbação com as Fronteiras	1,00	3,00	1,9670	,36544
Perturbação com o Controlo	1,00	3,00	2,0642	,38380
Perturbação com o Investimento Expressivo	1,00	3,00	1,9512	,37293
Perturbação com o Investimento Instrumental	1,00	3,00	2,0053	,36963

2. Diferenças em função do género, da idade e do nível sócio-económico-cultural

Para a análise das diferenças em função do género, da idade e do nível sócio-económico-cultural procedeu-se a uma MANOVA (2x2x4) para as cinco dimensões do estudo.

a) diferenças na vinculação aos pais

A MANOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do género [F(6, 468)= 8.190; p< .001] responsável pelas diferenças nas dimensões *inibição da exploração e individualidade* ao pai e na *qualidade do laço emocional* ao pai. Os homens representam maior *inibição da exploração e da individualidade* na relação com o pai e menor *qualidade do laço emocional* com o pai (Quadros 6.2 e 6.3). Para além disso, foi observado um efeito principal do nível socio-económico-cultural [F(18, 1410)= 1,880; p<.050] na dimensão da *qualidade do laço emocional* à mãe. Os participantes do nível médio apresentam valores inferiores de qualidade do laço emocional com a mãe comparativamente com os participantes do nível médio-alto. Não foram observadas diferenças significativas em função da idade, nem foram assinalados quaisquer efeitos de interacção entre as variáveis género, nível socio-económico-cultural e idade.

Quadro 6.2

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as dimensões da vinculação aos pais

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
género	Inibição da exploração _Pai	6,507	1	6,507	9,520	,002
	Qualidade do laço emocional _Pai	2,903	1	2,903	5,262	,022
	Ansiedade de separação _Pai	,539	1	,539	,727	,394
	Inibição da exploração _Mãe	,258	1	,258	,451	,502
	Qualidade laço emocional _Mãe	,785	1	,785	1,767	,184
	Ansiedade de separação _Mãe	2,068	1	2,068	2,780	,096
nsec	Inibição da exploração _Pai	2,168	3	,723	1,057	,367
	Qualidade do laço emocional _Pai	1,828	3	,609	1,105	,347
	Ansiedade de separação _Pai	4,609	3	1,536	2,071	,103
	Inibição da exploração _Mãe	3,500	3	1,167	2,038	,108
	Qualidade laço emocional _Mãe	5,539	3	1,846	4,159	,006
	Ansiedade de separação _Mãe	1,919	3	,640	,860	,462

Quadro 6.3

Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação aos pais em que há diferenças

Variável dependente	Fonte	Categoria	Média	Erro padrão
Inibição da exploração _Pai	Gênero	feminino	2,312	,063
		masculino	2,582	,061
Qualidade do laço emocional _Pai		feminino	5,315	,057
		masculino	5,134	,055
Qualidade laço emocional _Mãe	NSEC	baixo	5,374	,080
		médio	5,139	,064
		médio-alto	5,395	,044
		alto	5,422	,087

b) diferenças na vinculação ao par amoroso

Foi observado um efeito principal do *gênero* [$F(4, 470) = 13.725$; $p < .001$] responsável pelas diferenças observadas na dimensões do *evitamento*. Os homens apresentam valores superiores de *evitamento* relativamente às mulheres (Quadros 6.4 e 6.5). Foi igualmente encontrado um efeito principal do *nível socio-económico-cultural* [$F(12, 1416) = 2.094$; $p < .050$] nas dimensões da *confiança* e da *ambivalência*. Note-se, porém que a dimensão *evitamento* apresenta um valor muito próximo da significância estatística ($p = .055$). Testes *post-hoc* para a avaliação do sentido das diferenças não confirmaram, porém, as diferenças para a dimensão da *confiança*. Quanto à *ambivalência*, os participantes de nível socio-económico-cultural médio apresentam valores superiores de *ambivalência* comparativamente com os participantes do nível socio-económico-cultural baixo, médio-alto e alto. Não se registaram efeitos significativos da idade, nem quaisquer interações entre gênero, idade e nível socio-económico-cultural.

Quadro 6.4

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as dimensões da vinculação ao par amoroso

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
gênero	Desconfiança	,001	1	,001	,018	,894
	Dependência	1,379	1	1,379	2,474	,116
	Evitamento	8,506	1	8,506	29,235	,000
	Ambivalência	,580	1	,580	,870	,351
nsec	Desconfiança	,660	3	,220	2,837	,038
	Dependência	,990	3	,330	,592	,621
	Evitamento	2,229	3	,743	2,554	,055
	Ambivalência	10,986	3	3,662	5,490	,001

Quadro 6.5

Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação ao par amoroso em que há diferenças

Variável dependente	Fonte	Categoria	Média	Erro padrão
Evitamento	género	feminino	1,634	,041
		masculino	1,944	,040
Confiança	nsec	baixo	3,872	,033
		médio	3,763	,027
		médio-alto	3,844	,018
		alto	3,818	,036
Ambivalência		baixo	2,353	,098
		médio	2,692	,079
		médio-alto	2,335	,054
		alto	2,283	,107

c) diferenças nas estratégias de resolução de conflitos

A Manova (traço de Pillai) revelou um efeito principal do *género* [$F(8, 466)=10.067$; $p<.000$] responsável pelas diferenças nas dimensões *envolvimento negativo no conflito do eu*, *resolução positiva dos problemas do outro*, *retirada do eu* e *retirada do outro* (Quadros 6.6 e 6.7). Quanto ao sentido das diferenças, constatamos que as mulheres se percebem como mais envolvidas nos conflitos (ainda que de forma negativa) e percebem os seus companheiros como recorrendo mais a estratégias de retirada. Os homens, por seu lado, consideram que recorrem mais a estratégias de retirada e que as suas companheiras se envolvem mais na resolução positiva dos problemas. É curioso constatar a congruência das percepções eu-outro no que diz respeito à retirada como estratégia mais frequente dos homens. Para além disso foi observado um efeito principal da *idade* [$F(8, 466)=2,210$; $p<.050$] responsável pelas diferenças observadas nas dimensões *envolvimento no conflito* e *retirada do eu*, com os participantes mais novos a perceberem-se com valores superiores de retirada do que os participantes mais velhos, acontecendo o contrário com o *envolvimento no conflito*. Observa-se, ainda, um efeito principal do *nível sócio-económico-cultural* [$F(24, 1404)= 1,677$; $p<.050$] que não é, no entanto, confirmado pelos testes univariados. Finalmente, não existem

quaisquer efeitos de interacção entre as variáveis género, nível socio-económico-cultural e idade.

Quadro 6.6

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflitos próprias e do outro

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
género	Envolvimento no conflito _eu	5,507	1	5,507	10,769	,001
	Envolvimento no conflito _outro	,651	1	,651	,990	,320
	Resolução pos. problemas _eu	,933	1	,933	2,870	,091
	Resolução pos. problemas outro	2,116	1	2,116	8,503	,004
	Retirada _eu	3,419	1	3,419	4,640	,032
	Retirada _outro	21,362	1	21,362	28,487	,000
	Submissão _eu	,234	1	,234	,467	,495
	Submissão _outro	,018	1	,018	,039	,843
idade	Envolvimento no conflito _eu	2,052	1	2,052	4,013	,046
	Envolvimento no conflito _outro	,251	1	,251	,381	,537
	Resolução pos. problemas _eu	,058	1	,058	,178	,673
	Resolução pos. problemas outro	,009	1	,009	,034	,853
	Retirada _eu	3,162	1	3,162	4,290	,039
	Retirada _outro	1,844	1	1,844	2,459	,118
	Submissão _eu	,190	1	,190	,379	,539
	Submissão _outro	,021	1	,021	,044	,834
nsec	Envolvimento no conflito _eu	3,224	3	1,075	2,101	,099
	Envolvimento no conflito _outro	,164	3	,055	,083	,969
	Resolução pos. problemas _eu	1,839	3	,613	1,885	,131
	Resolução pos. problemas outro	1,760	3	,587	2,358	,071
	Retirada _eu	2,200	3	,733	,995	,395
	Retirada _outro	,218	3	,073	,097	,962
	Submissão _eu	2,244	3	,748	1,494	,215
	Submissão _outro	2,413	3	,804	1,723	,161

Quadro 6.7

Médias e erros padrão para as dimensões das estratégias de resolução de conflito em que há diferenças

Variável dependente	Fonte	Categoria	Média	Erro padrão
Envolvimento no conflito _eu	género	feminino	2,360	,055
		masculino	2,110	,053
Resolução pos. problemas outro		feminino	3,328	,038
		masculino	3,482	,037
Retirada _eu		feminino	2,222	,066
		masculino	2,418	,063
Retirada _outro		feminino	2,530	,066
		masculino	2,039	,064
Envolvimento no conflito _eu	idade	até 40 anos	2,159	,055
		mais de 40 anos	2,311	,052

Retirada eu	até 40 anos	2,414	,044
	mais de 40 anos	2,225	,042

d) diferenças nos comportamentos de violência percebida

Foi observado um efeito principal do gênero [$F(3, 471) = 37,036$; $p < .001$] responsável pelas diferenças observadas nas dimensões da *violência não física* e da *violência associada ao álcool* (Quadros 6.8 e 6.9). Assim, os homens percebem maior violência não física por parte das suas companheiras e as mulheres percebem maior violência associada ao álcool por parte dos seus companheiros. Note-se que não foram observadas diferenças significativas em função da idade, nem foram assinalados quaisquer efeitos de interação entre as variáveis gênero, nível socio-económico-cultural e idade.

Quadro 6.8

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os comportamentos de violência

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
gênero	violência física	,034	1	,034	,161	,689
	violência não física	2,327	1	2,327	3,977	,047
	violência associada ao álcool	14,286	1	14,286	47,272	,000
idade	violência física	5,63E-005	1	5,63E-005	,000	,987
	violência não física	,764	1	,764	1,306	,254
	violência associada ao álcool	,206	1	,206	,683	,409
nsec	violência física	,152	3	,051	,239	,869
	violência não física	2,244	3	,748	1,278	,281
	violência associada ao álcool	1,536	3	,512	1,694	,167

Quadro 6.9

Médias e erros padrão para os comportamentos de violência em que há diferenças

Variável dependente	Fonte	Categoria	Média	Erro padrão
violência não física	gênero	feminino	1,858	,058
		masculino	2,020	,056
violência associada ao álcool		feminino	1,550	,042
		masculino	1,149	,041

e) diferenças nos padrões conjugais

Foram apenas observadas diferenças em função do *género* [$F(4, 470) = 2,704$; $p < .050$] nas dimensões do *controlo* e do *investimento expressivo* (Quadros 6.10 e 6.11), com as mulheres a revelarem níveis superiores de controlo e de investimento expressivo relativamente aos homens. Não se encontraram efeitos principais da idade e do nível socio-económico-cultural, nem efeitos de interacção.

Quadro 6.10

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
género	Controlo	1,651	1	1,651	6,851	,009
	Inv Expressivo	1,830	1	1,830	7,626	,006
	Inv Instrumental	,506	1	,506	2,276	,132
	Fronteiras	,541	1	,541	2,683	,102
idade	Controlo	,413	1	,413	1,715	,191
	Inv Expressivo	,067	1	,067	,280	,597
	Inv Instrumental	,263	1	,263	1,184	,277
	Fronteiras	,130	1	,130	,644	,423
nsec	Controlo	,191	3	,064	,264	,851
	Inv Expressivo	,125	3	,042	,174	,914
	Inv Instrumental	,067	3	,022	,101	,959
	Fronteiras	,356	3	,119	,588	,623

Quadro 6.11

Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças

Variável dependente	Fonte	Categoria	Média	Erro padrão
Controlo	género	feminino	3,968	,037
		masculino	3,832	,036
Inv_Expressivo		feminino	3,799	,037
		masculino	3,655	,036

Relativamente às dimensões de satisfação, também se registaram diferenças em função do *género* [$F(4, 470) = 5,467$; $p < .001$] mas que não são confirmadas nos testes univariados (Quadro 6.12). Quanto à *perturbação*, há diferenças de género [$F(4, 470) = 2,500$; $p < .050$] e de nível socio-económico-cultural [$F(12, 1416) = 2,180$; $p < .001$] (Quadros 6.13 e 6.14); as mulheres

apresentam sempre valores superiores de perturbação nos padrões de controlo, investimento instrumental e fronteiras; os sujeitos de nível alto apresentam valores inferiores de perturbação face aos de nível médio para o investimento instrumental e expressivo, e face aos de nível baixo e médio para as fronteiras.

Quadro 6.12

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para a satisfação com os padrões conjugais

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
género	Controlo	7,051	1	7,051	2,244	,135
	Inv Expressivo	7,334	1	7,334	1,653	,199
	Inv Instrumental	11,036	1	11,036	3,317	,069
	Fronteiras	,962	1	,962	,314	,575
idade	Controlo	1,313	1	1,313	,418	,518
	Inv Expressivo	2,369	1	2,369	,534	,465
	Inv Instrumental	,403	1	,403	,121	,728
	Fronteiras	,585	1	,585	,191	,662
nsec	Controlo	24,343	3	8,114	2,583	,053
	Inv Expressivo	34,732	3	11,577	2,609	,051
	Inv Instrumental	26,495	3	8,832	2,655	,048
	Fronteiras	16,701	3	5,567	1,818	,143

Quadro 6.13

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para a perturbação com os padrões conjugais

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
género	Controlo	,770	1	,770	5,250	,022
	Inv Expressivo	,684	1	,684	5,105	,024
	Inv Instrumental	,190	1	,190	1,411	,235
	Fronteiras	,510	1	,510	3,926	,048
idade	Controlo	,005	1	,005	,034	,854
	Inv Expressivo	,001	1	,001	,005	,942
	Inv Instrumental	,003	1	,003	,022	,882
	Fronteiras	,004	1	,004	,029	,866
nsec	Controlo	,864	3	,288	1,962	,119
	Inv Expressivo	1,475	3	,492	3,673	,012
	Inv Instrumental	1,138	3	,379	2,823	,038
	Fronteiras	1,668	3	,556	4,282	,005

Quadro 6.14

Médias e erros padrão para a perturbação com os padrões conjugais em que há diferenças

Variável dependente	Fonte	Categoria	Média	Erro padrão
Controlo	<i>género</i>	feminino	2,110	,029
		masculino	2,017	,028
Inv_Instrumental		feminino	2,023	,028
		masculino	1,976	,027
Fronteiras		feminino	2,001	,028
		masculino	1,925	,027
Inv_Expressivo	<i>nsec</i>	baixo	1,966	,044
		médio	2,031	,035
		médio-alto	1,937	,024
		alto	1,840	,048
Inv_Instrumental		baixo	2,021	,044
		médio	2,074	,035
		médio-alto	2,000	,024
		alto	1,903	,048
Fronteiras		baixo	2,030	,043
		médio	2,029	,035
		médio-alto	1,953	,024
		alto	1,840	,047

3. Diferenças em função da parentalidade e da religiosidade

Para a análise das diferenças em função da parentalidade e da religiosidade procedeu-se a uma MANOVA (2x2) para as cinco dimensões do estudo; o género, a idade e o nível sócio-económico foram introduzidos como co-variantes quando apropriado (ou seja, quando estas variáveis revelaram efeitos significativos nas análises anteriores).

a) diferenças na vinculação aos pais

Não se registaram efeitos significativos em função da existência de filhos e da religiosidade nas dimensões da vinculação aos pais.

b) diferenças na vinculação ao par amoroso

Observa-se um efeito de interacção entre a parentalidade e a religiosidade [$F(4, 483) = 2.556$; $p < .05$] na confiança (Quadros 6.15 e 6.16),

sendo que apenas entre os sujeitos que não têm filhos [$F(4, 51) = 2.072$; $p < .05$] há diferenças em função da religiosidade, com os sujeitos que não têm religião a revelarem níveis mais elevados de vinculação ao par amoroso.

Quadro 6.15

Testes dos efeitos principais e de interação inter-sujeitos para a vinculação ao par amoroso

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
filhos	Confiança	,092	1	,092	1,176	,279
	Dependência	,444	1	,444	,795	,373
	Evitamento	,002	1	,002	,006	,939
	Ambivalência	,180	1	,180	,265	,607
religião	Confiança	,142	1	,142	1,823	,178
	Dependência	,866	1	,866	1,549	,214
	Evitamento	,149	1	,149	,503	,478
	Ambivalência	,771	1	,771	1,139	,286
filhos * religião	Confiança	,684	1	,684	8,750	,003
	Dependência	,256	1	,256	,457	,499
	Evitamento	,581	1	,581	1,966	,162
	Ambivalência	1,505	1	1,505	2,223	,137

Quadro 6.16

Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação ao par amoroso em que há diferenças

Variável dependente	Fonte 1	Categorias	Fonte 2	Categoria	Média	Erro padrão
Confiança	Tem filhos	sim	tem religião	sim	3,868	,022
				não	3,805	,019
	não	sim	sem religião	sim	3,724	,043
				não	3,871	,032

c) diferenças nas estratégias de resolução de conflitos

Não se registaram efeitos significativos da parentalidade e da religiosidade nas dimensões do conflito.

d) diferenças nos comportamentos de violência

Também não foram encontrados efeitos significativos da parentalidade e da religiosidade nos comportamentos de violência.

e) diferenças nos padrões conjugais

Foram encontrados efeitos significativos da *religiosidade* [$F(4, 476) = 4.421$; $p < .05$] nos padrões conjugais de *controlo*, *investimento expressivo* e *investimento instrumental*, com resultados superiores para os sujeitos que têm religião em comparação com os outros (Quadros 6.17 e 6.18). Registam-se, ainda, efeitos de interação entre a parentalidade e a religiosidade [$F(4, 476) = 2.704$; $p < .05$] que, no entanto, não se confirmam nos testes univariados. Não há diferenças em função destas variáveis na satisfação ou na perturbação com os padrões conjugais.

Quadro 6.17

Testes dos efeitos principais e de interação inter-sujeitos para os padrões conjugais

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
filhos	Controlo	,506	1	,506	2,191	,140
	Inv_Expressivo	1,068	1	1,068	4,695	,031
	Inv_Instrumental	,959	1	,959	4,493	,035
	Fronteiras	,131	1	,131	,670	,413
religião	Controlo	2,231	1	2,231	9,652	,002
	Inv_Expressivo	2,737	1	2,737	12,033	,001
	Inv_Instrumental	1,842	1	1,842	8,631	,003
	Fronteiras	,337	1	,337	1,719	,190
filhos * religião	Controlo	,083	1	,083	,357	,550
	Inv_Expressivo	,471	1	,471	2,071	,151
	Inv_Instrumental	,269	1	,269	1,261	,262
	Fronteiras	,089	1	,089	,455	,500

Quadro 6.18

Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças

Variável dependente	Fonte	Categoria	Média	Erro padrão
Controlo	tem religião	sim	4,060	,055
		não	3,844	,042
Inv_Expressivo		sim	3,917	,055
		não	3,678	,042
Inv_Instrumental		sim	3,786	,053
		não	3,590	,041

4. Diferenças em função do tempo de duração do casamento

Para a análise das diferenças em função do tempo de duração do casamento procedeu-se a uma ANOVA para as cinco dimensões do estudo; tal como na análise anterior, o género, a idade e o nível sócio-económico foram introduzidos como co-variantes quando apropriado.

a) diferenças na vinculação aos pais

Não se registaram efeitos significativos da duração do casamento nas dimensões da vinculação aos pais.

b) diferenças na vinculação ao par amoroso

Não se registaram efeitos significativos duração do casamento nas dimensões da vinculação amorosa.

c) diferenças nas estratégias de resolução de conflitos

Há efeitos significativos da *duração do casamento* [$F(24, 1422) = 1.973$; $p < .05$] nas dimensões de *envolvimento no conflito do outro*, *retirada do eu* e do *outro* e *submissão do eu* (Quadros 6.19 e 6.20). Os testes *post-hoc* revelam que são os sujeitos casados há 10 anos ou mais que avaliam o companheiro como recorrendo a estratégias de envolvimento no conflito de forma superior aos que estão casados até 5 anos; estes últimos também se diferenciam dos que estão casados entre 6 e 10 anos, com menor reconhecimento do recurso a estratégias de retirada pelo eu e pelo companheiro e de submissão pelo eu. Considerando que a literatura sugere que este período inicial de casamento é determinante para a continuidade da relação, parece que as estratégias dos casais mais velhos (note-se que as médias dos indivíduos casados há mais tempo são sempre mais elevadas, embora não de forma significativa; vd. Quadro 6.20) parecem repousar mais na retirada e na submissão do próprio.

Quadro 6.19

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de resolução de conflitos

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Duração	Envolvimento conflito _eu	3,960	3	1,320	2,572	,054
	Envolvimento conflito _outro	10,593	3	3,531	5,621	,001
	Resolução problemas _eu	,679	3	,226	,705	,549
	Resolução problemas outro	1,118	3	,373	1,521	,208
	Retirada _eu	10,956	3	3,652	5,007	,002
	Retirada _outro	7,224	3	2,408	3,303	,020
	Submissão _eu	4,573	3	1,524	3,014	,030
	Submissão _outro	1,418	3	,473	1,014	,386

Quadro 6.20

Médias e erros padrão para as estratégias de resolução de conflitos em que há diferenças

Variável dependente	Duração do casamento	Média	Erro padrão
Envolvimento no conflito _outro	até 5 anos	1,871	,094
	de 5 a 10 anos	2,126	,088
	de 10 a 20 anos	2,305	,053
	mais de 20 anos	2,379	,095
Retirada _eu	até 5 anos	1,978	,101
	de 5 a 10 anos	2,454	,095
	de 10 a 20 anos	2,348	,058
	mais de 20 anos	2,273	,103
Retirada _outro	até 5 anos	2,083	,101
	de 5 a 10 anos	2,477	,095
	de 10 a 20 anos	2,327	,058
	mais de 20 anos	2,236	,103
Submissão _eu	até 5 anos	2,050	,084
	de 5 a 10 anos	2,342	,079
	de 10 a 20 anos	2,305	,048
	mais de 20 anos	2,350	,086

d) diferenças nos comportamentos de violência

Também não foram encontrados efeitos significativos da duração do casamento nos comportamentos de violência.

e) diferenças nos padrões conjugais

Há efeitos significativos da *duração do casamento* [F(12, 1434)= 1.856; p<.05] em todos os padrões da relação (Quadros 6.21 e 6.22), sempre no

sentido de que são os sujeitos casados há menos tempo (até 5 anos) que avaliam a importância do controlo, do investimento expressivo e instrumental e das fronteiras como mais elevada do que os indivíduos casados há mais tempo (10 anos ou mais).

Quadro 6.21

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Duração	Controlo	2,294	3	,765	3,221	,023
	Inv_Expressivo	2,346	3	,782	3,354	,019
	Inv_Instrumental	4,231	3	1,410	6,604	,000
	Fronteiras	2,084	3	,695	3,528	,015

Quadro 6.22

Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças

Variável dependente	Duração do casamento	Média	Erro padrão
Controlo	até 5 anos	4,061	,058
	de 5 a 10 anos	3,900	,054
	de 10 a 20 anos	3,861	,033
	mais de 20 anos	3,822	,059
Inv_Expressivo	até 5 anos	3,889	,057
	de 5 a 10 anos	3,730	,054
	de 10 a 20 anos	3,694	,033
	mais de 20 anos	3,634	,058
Inv_Instrumental	até 5 anos	3,838	,055
	de 5 a 10 anos	3,656	,051
	de 10 a 20 anos	3,580	,031
	mais de 20 anos	3,485	,056
Fronteiras	até 5 anos	3,802	,053
	de 5 a 10 anos	3,671	,049
	de 10 a 20 anos	3,623	,030
	mais de 20 anos	3,552	,053

Finalmente, não há efeitos significativos da *duração do casamento* na satisfação conjugal nem na perturbação com os padrões.

5. Diferenças intra-sujeito nas percepções das estratégias de resolução de conflitos próprias e do outro

Nas estratégias de resolução de conflitos foi pedido aos sujeitos para avaliarem as suas próprias estratégias e as do companheiro/a, o que permite comparar as diferenças intra-sujeito. Para este efeito, realizamos análise de variância em medidas repetidas tomando o género, a idade e o nível sócio-económico como factores de diferenciação inter-sujeitos, no sentido de analisar a sua interacção com o factor intra-sujeito, detectando assim se a diferença na auto e hetero-avaliação é influenciada por estas variáveis.

Relativamente à dimensão envolvimento no conflito apenas se verificam diferenças resultantes da *interacção do factor intra-sujeito com o género* [$F(1, 473) = 12.376$; $p < .001$]. Como se pode observar no Gráfico 6.1, homens e mulheres apresentam um padrão de avaliação eu-outro em sentido oposto – relevando alguma congruência de percepções, na medida em que as mulheres se reconhecem – e são como tal avaliadas pelos homens – como mais envolvidas no conflito.

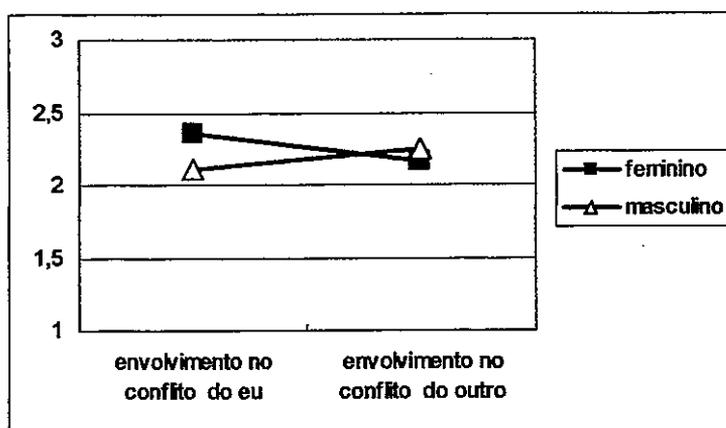


Gráfico 6.1

Médias do envolvimento no conflito do eu e do outro para homens e mulheres

Quanto à dimensão resolução positiva de problemas verificam-se também efeitos na *interacção do factor intra-sujeito com o género* [$F(1, 473) = 15.160$; $p < .001$]. Também aqui homens e mulheres apresentam um padrão de avaliação eu-outro em sentido oposto (Gráfico 6.2), e novamente com

congruência de percepções, com homens e mulheres a avaliarem as mulheres como recorrendo mais à resolução positiva de problemas.

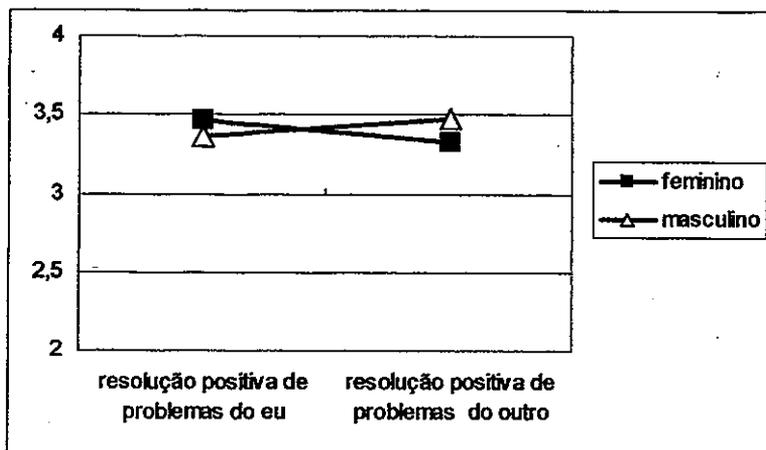


Gráfico 6.2

Médias da resolução positiva de problemas do eu e do outro para homens e mulheres

Constatam-se, ainda, diferenças na *interacção do factor intra-sujeito com o NSEC* [$F(3, 473) = 6.121; p < .001$], que se traduzem num padrão de maior reconhecimento de estratégias de resolução positiva de problemas do eu em relação ao outro para os NSECs médio e médio-alto, verificando-se o oposto no NSECs baixo e alto (Gráfico 6.3).

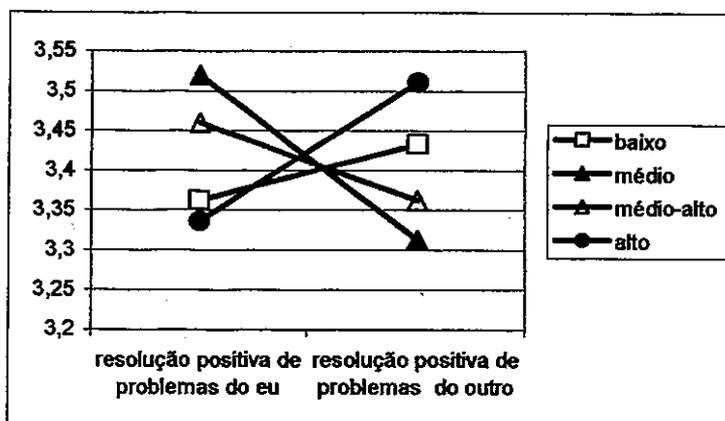


Gráfico 6.3

Médias da resolução positiva de problemas do eu e do outro para os diferentes NSEC

A estratégia de retirada também sofre uma *interacção do factor intra-sujeito com o género* [$F(1, 473) = 34.287; p < .001$]. Novamente, homens e mulheres apresentam um padrão de avaliação eu-outro em sentido oposto

(Gráfico 6.4), e mais uma vez havendo congruência de percepções, com homens e mulheres a avaliarem os homens como recorrendo mais à retirada.

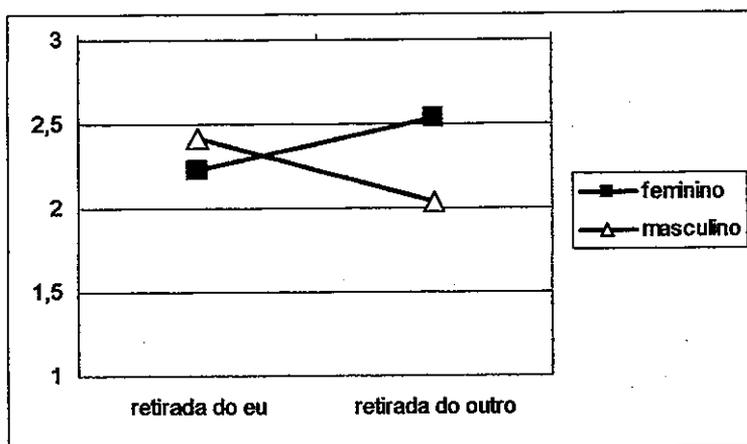


Gráfico 6.4
Médias da retirada do eu e do outro para homens e mulheres

Finalmente, a estratégia de submissão sofre um efeito principal do factor *intra-sujeito* [$F(1, 473) = 11.220; p < .001$], com um reconhecimento do recurso à submissão pelo próprio significativamente mais intenso do que pelo companheiro (Gráfico 6.5).

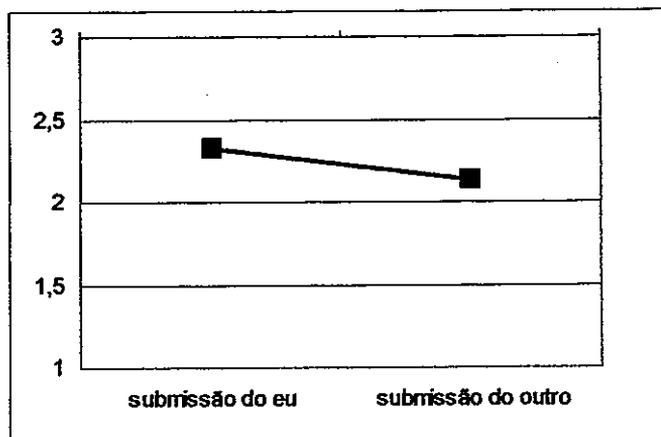


Gráfico 6.5
Médias da submissão pelo eu e pelo outro

6. Análise de clusters para a vinculação ao par amoroso

No sentido de avaliar a existência de configurações específicas na organização das dimensões, foram realizados procedimentos estatísticos de análise de *clusters* (combinação do método hierárquico e não hierárquico, *K-Means* e *Simple Euclidian Distance*). Pretendemos com este procedimento, testar se os padrões de resultados que definiriam os diferentes *clusters* de indivíduos seriam consistentes com o modelo de Bartholomew (1994). Esperávamos que os valores nas dimensões avaliadas pelo instrumento se organizassem de forma a evidenciar os quatro protótipos de vinculação – o seguro, o preocupado, o amedrontado e o desinvestido. Após determinação das soluções, realizaram-se igualmente análises de variância multivariada para observar a variabilidade de cada uma das dimensões em função dos *clusters* de pertença e legitimar a especificidade de cada configuração, introduzindo-se, de novo, o género como covariante. Refira-se o efeito multivariado do *cluster* [$F(12, 1485) = 141.724; p < .001$] observável em todas as dimensões da vinculação ao par amoroso, *confiança* [$F(3, 496) = 100.761; p < .001$], *dependência* [$F(3, 496) = 309.384; p < .001$], *evitamento* [$F(3, 496) = 135.366; p < .001$] e *ambivalência* [$F(3, 496) = 178.361; p < .001$]. Todos os grupos apresentam diferenças estatisticamente significativas entre si e em todas as dimensões, com as excepções do contraste entre os *clusters* 2 e 3 no evitamento e na ambivalência.

Os critérios de interpretabilidade apoiaram efectivamente uma solução em quatro *clusters*. Os resultados observados (Quadro 6.23 e Gráfico 6.6) permitem ler as estruturas configuracionais à luz do modelo de vinculação de Bartholomew (1990; Bartholomew & Horowitz, 1991). O primeiro *cluster* é caracterizado pelos valores mais baixos de evitamento e ambivalência, e os mais elevados de confiança comparativamente com todos os grupos, e valores de dependência superiores ao *cluster* 4 (supostamente o desinvestido) e inferiores aos *clusters* 2 e 3 (supostamente o amedrontado e o preocupado) evidenciando, assim, o grupo seguro. Num sentido diferente, o *cluster* 4 apresenta os valores superiores de evitamento e de ambivalência e inferiores

de dependência relativamente aos restantes grupos, revelando o grupo desinvestido. O segundo *cluster* apresenta os valores mais baixos de confiança relativamente a todos os grupos, mas simultaneamente mais elevados de dependência comparativamente com o *cluster* 1 (seguro) e o *cluster* 4 (desinvestido), configurando o padrão amedrontado. Finalmente, o terceiro *cluster* remete para o grupo preocupado, com os valores mais elevados de dependência comparativamente a todos os grupos e mais elevados de ambivalência relativamente aos *clusters* 1 e 2 (seguro e amedrontado, respectivamente).

Quadro 6.23

Notas z para os clusters da vinculação ao par amoroso

	Cluster 1 Seguro (n=133)	Cluster 2 Amedrontado (n=102)	Cluster 3 Preocupado (n=105)	Cluster 4 Desinvestido (n=160)
Confiança	,83612	-,83393	,26073	-,33449
Dependência	-,41814	-,03336	1,51114	-,62284
Evitamento	-,70467	-,39712	-,14808	,93610
Ambivalência	-,88137	-,23958	-,11802	,96282

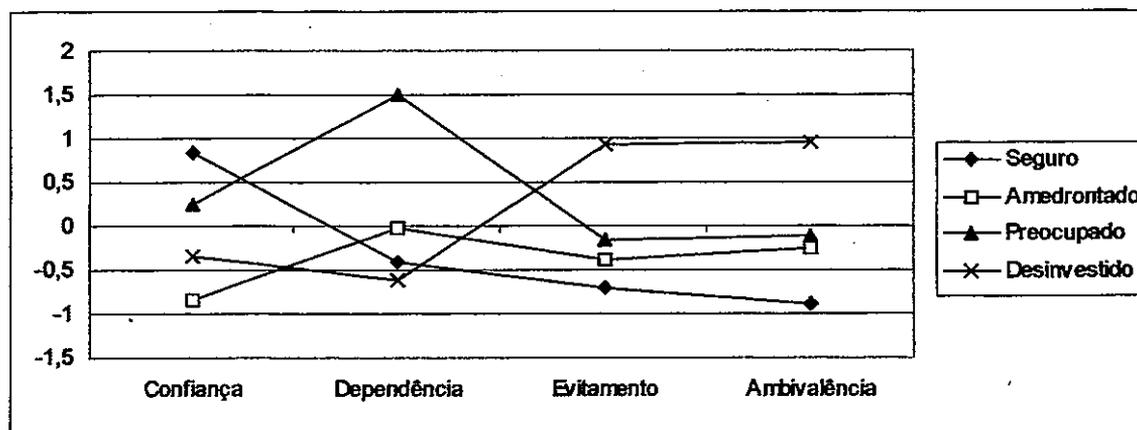


Gráfico 6.6

Clusters da vinculação ao par amoroso

A distribuição destes *clusters* da vinculação romântica em função do género (Quadro 6.24) apresenta diferenças estatisticamente significativas, conforme revela uma análise de qui-quadrado ($\chi^2(3) = 9,655; p < .010$). Os

homens apresentam uma maior prevalência no padrão desinvestido (embora o valor dos seguros seja quase o mesmo) sendo igualmente o padrão desinvestido o que obtém valores superiores para as mulheres, embora o seu valor se distancie dos restantes grupos. Nos padrões amedrontado e desinvestido, a distância entre o número de mulheres e homens não é pronunciada, e observa-se em segundo lugar, um maior número de homens seguros e de mulheres preocupadas.

Quadro 6.24

Distribuição dos clusters da vinculação romântica em função do género

Vinculação amorosa	Clusters			
	Seguro	Preocupado	Amedrontado	Desinvestido
Mulheres	58	63	46	83
Homens	75	39	59	77
Total	133	102	105	160

Quanto à relação entre o padrão da vinculação e o *tempo de duração da relação*, uma ANCOVA com os *clusters* como variável independente, o tempo da duração da relação como variável contínua dependente e o género como covariante não revelou um efeito significativo desta variável [$F(18,1476) = 11,914, p = 0.01$].

6.1. Diferenças em função dos padrões de vinculação romântica

Para a análise das diferenças em função do padrão de vinculação romântica, efectuaram-se análises de variância multivariada separadamente para as diferentes variáveis dependentes, tendo-se controlado a variável género, introduzindo-a como covariante (MANCOVA).

- a) na vinculação aos pais

Foi observado em efeito multivariado do *cluster* da vinculação [$F(18,1476) = 11,914, p = 0.01$] responsável pelas diferenças encontradas em todas as

dimensões conforme indica o Quadro 6.25. No que diz respeito à *inibição da exploração e da individualidade*, os participantes do padrão seguro recordam menor inibição da exploração e individualidade na relação com ambas as figuras parentais comparativamente com os participantes de todos os restantes padrões (Quadro 6.26). Quanto à *qualidade do laço emocional* com o pai e com a mãe os participantes do padrão desinvestido apresentam valores inferiores a todos os outros padrões. Para além disso, na relação com a mãe os participantes do padrão amedrontado apresentam valores inferiores de qualidade do laço emocional comparativamente com os do padrão seguro. Finalmente, no que toca à *ansiedade de separação* à mãe e ao pai os participantes do padrão seguro revelam recordar menor ansiedade de separação comparativamente com o padrão amedrontado e preocupado, mas não se diferenciam do padrão desinvestido. Para além disto, os participantes do padrão amedrontado e preocupado apresentam valores superiores relativamente aos do padrão desinvestido.

Quadro 6.25

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para a vinculação aos pais

Fonte	Variável	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters da vinculação	Inibição _Pai	25,093	3	8,364	13,079	,000
	Qualidade _Pai	27,118	3	9,039	17,916	,000
	Ansiedade _Pai	63,199	3	21,066	33,290	,000
	Inibição _Mãe	28,386	3	9,462	18,033	,000
	Qualidade _Mãe	32,680	3	10,893	27,018	,000
	Ansiedade _Mãe	45,913	3	15,304	22,772	,000

Quadro 6.26

Médias e erros padrão para os estilos de vinculação aos pais em que há diferenças

Variável dependente	Clusters da vinculação	Média	Erro padrão
Inibição da exploração _Pai	1	2,104	,069
	2	2,563	,080
	3	2,516	,078
	4	2,668	,063
Qualidade do laço emocional _Pai	1	5,516	,062
	2	5,273	,071
	3	5,290	,069
	4	4,916	,056
Ansiedade de separação _Pai	1	2,713	,069
	2	3,507	,079
	3	3,519	,078
	4	2,873	,063
Inibição da exploração _Mãe	1	2,163	,063
	2	2,648	,072
	3	2,581	,071
	4	2,767	,057
Qualidade do laço emocional _Mãe	1	5,703	,055
	2	5,422	,063
	3	5,245	,062
	4	5,048	,050
Ansiedade de separação _Mãe	1	2,966	,071
	2	3,693	,082
	3	3,502	,080
	4	3,017	,065

b) nas estratégias de resolução do conflito

Começando pelas estratégias do conflito próprias, a MANCOVA revelou um efeito multivariado do *cluster* [$F(12, 1482) = 9.036, p < 0.01$] responsável pelas diferenças nas dimensões da *resolução positiva dos conflitos*, da *retirada* e da *submissão* (Quadro 6.27). Quanto ao sentido das diferenças (Quadro 6.28), os indivíduos seguros apresentam valores superiores de *resolução positiva de problemas* comparativamente aos dos padrões preocupados e desinvestido; valores inferiores de *retirada* comparativamente aos padrões amedrontado e desinvestido e valores superiores de *retirada* relativamente ao preocupado e, ainda, valores inferiores de *submissão* quando comparados aos outros padrões com exceção do padrão preocupado. Por sua vez, os sujeitos amedrontados apresentam valores superiores de *submissão* comparativamente

com os preocupados e, finalmente, os sujeitos preocupados apresentam valores inferiores comparativamente com os desinvestidos.

Quadro 6.27

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflito próprias

Fonte	Variável	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters da vinculação	Envolvimento no conflito	2,389	3	,796	1,542	,203
	Resolução positiva	5,216	3	1,739	5,558	,001
	Retirada	45,572	3	15,191	22,411	,000
	Submissão	17,874	3	5,958	12,579	,000

Quadro 6.28

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflito próprias

Variável dependente	Clusters da vinculação	Média	Erro padrão
Envolvimento no conflito	1	2,272	,062
	2	2,144	,072
	3	2,336	,070
	4	2,318	,057
Resolução pos. problemas	1	3,594	,049
	2	3,406	,056
	3	3,308	,055
	4	3,412	,044
Retirada	1	2,136	,072
	2	2,457	,082
	3	1,841	,080
	4	2,634	,065
Submissão	1	2,103	,060
	2	2,569	,069
	3	2,079	,067
	4	2,371	,054

No que diz respeito às estratégias do conflito que os participantes consideram ser utilizadas pelos companheiros, foi também detectado um efeito multivariado [$F(12,1482)=12,255$; $p<.001$] desta vez observável nas quatro dimensões que compõem o instrumento (Quadro 6.29 e 6.30). Quanto ao *envolvimento negativo no conflito*, comparativamente com os do padrão amedrontado e desinvestido, os sujeitos de padrão seguro consideram que os companheiros se envolvem menos negativamente nos conflitos. Por sua vez, os do padrão amedrontado percebem que os seus companheiros se envolvem mais negativamente nos conflitos comparativamente com os do

padrão preocupado. Note-se ainda que, estes últimos percebem menor envolvimento negativo do outro comparativamente com os desinvestidos.

No que se refere à *resolução positiva de problemas*, os sujeitos do padrão seguro percebem que os companheiros resolvem mais positivamente os conflitos do que os amedrontados e os desinvestidos. Por sua vez, os sujeitos do padrão preocupado percebem uma resolução mais positiva de problemas por parte dos seus companheiros comparativamente com os do padrão amedrontado e desinvestido. No que à *retirada* diz respeito, verifica-se que os participantes do padrão preocupado se diferenciam de todos os outros por representarem menor retirada dos seus companheiros. Finalmente, quanto à *submissão*, os participantes do padrão seguro representam os seus companheiros como mais submissos comparativamente com os do amedrontado e desinvestido; e, ainda, os participantes do padrão preocupado avaliam os seus companheiros como mais submissos comparativamente com os participantes do padrão amedrontado e desinvestido.

Quadro 6.29

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflito do outro

Fonte	Variável	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters da vinculação	Envolvimento no conflito	33,773	3	11,258	19,380	,000
	Resolução positiva	8,245	3	2,748	11,868	,000
	Retirada	22,285	3	7,428	10,610	,000
	Submissão	15,432	3	5,144	11,903	,000

Quadro 6.30

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflito do outro

Variável dependente	Clusters da vinculação	Média	Erro padrão
Envolvimento no conflito	1	1,957	,066
	2	2,335	,076
	3	1,933	,075
	4	2,526	,060
Resolução pos. problemas	1	3,477	,042
	2	3,303	,048
	3	3,556	,047
	4	3,238	,038
Retirada	1	2,228	,073
	2	2,473	,083
	3	1,931	,082
	4	2,469	,066
Submissão	1	2,365	,057
	2	1,918	,065
	3	2,230	,064
	4	2,000	,052

(c) diferenças na violência

A MANCOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do *cluster* [$F(9, 1470) = 14,155, p < 0.001$] responsável pelas diferenças observadas nas dimensões da *violência física*, *violência não física* e *associada ao álcool* (Quadros 6.31 e 6.32). Os participantes do padrão seguro percebem menor uso de *violência não física* e de *violência associada ao álcool* por parte dos companheiros comparativamente com os do padrão desinvestido e do padrão preocupado. Por sua vez, na perspectiva dos participantes do padrão amedrontado, os seus companheiros apresentam valores inferiores de *violência não física* relativamente aos do padrão desinvestido. Quanto à *violência associada ao álcool*, verifica-se que os participantes do padrão preocupado percebem menor uso destes comportamentos por parte dos seus companheiros comparativamente com os do padrão amedrontado. Finalmente, no que toca à *violência física*, e na perspectiva dos participantes seguros por comparação com os desinvestidos, os companheiros recorrem

menos à violência física, sendo que também os companheiros dos sujeitos preocupados são percebidos por estes como sendo menos violentos fisicamente, comparativamente com os amedrontados.

Quadro 6.31

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os comportamentos de violência

Fonte	Variável	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters da vinculação	Violência não-física	31,500	3	10,500	19,614	,000
	Violência álcool	15,840	3	5,280	19,618	,000
	Violência física	9,628	3	3,209	16,842	,000

Quadro 6.32

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os comportamentos de violência

Variável dependente	Clusters da vinculação	Média	Erro padrão
Violência não-física	1	1,601	,064
	2	1,894	,074
	3	1,908	,072
	4	2,258	,058
Violência álcool	1	1,290	,045
	2	1,388	,052
	3	1,079	,051
	4	1,570	,041
Violência física	1	1,183	,038
	2	1,334	,044
	3	1,126	,043
	4	1,471	,035

(d) diferenças nos padrões conjugais

A MANCOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do *cluster* da vinculação [$F(12,1482) = 12,765, p < 0.001$] responsável pelas diferenças observadas em todas as dimensões dos padrões conjugais (Quadro 6.33 e 6.34). No que concerne ao padrão *controle*, os indivíduos seguros apresentam valores superiores comparativamente aos indivíduos amedrontados e desinvestidos, mas valores inferiores, se comparados com os preocupados. Por sua vez, os participantes do padrão preocupado possuem valores superiores de *investimento expressivo* e *investimento instrumental* comparativamente a todos os restantes. Finalmente, no padrão *fronteiras*, os

participantes preocupados apresentam valores superiores quando comparados com todos os outros.

Quadro 6.33

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais

Fonte	Variável	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters da vinculação	Controlo	16,437	3	5,479	26,398	,000
	Inv_Expressivo	16,371	3	5,457	27,018	,000
	Inv_Instrumental	18,815	3	6,272	34,407	,000
	Fronteiras	23,745	3	7,915	51,972	,000

Quadro 6.34

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais

Variável dependente	Clusters da vinculação	Média	Erro padrão
Controlo	1	3,922	,040
	2	3,836	,045
	3	4,208	,045
	4	3,704	,036
Inv_Expressivo	1	3,745	,039
	2	3,680	,045
	3	4,034	,044
	4	3,528	,036
Inv_Instrumental	1	3,616	,037
	2	3,637	,043
	3	3,945	,042
	4	3,400	,034
Fronteiras	1	3,706	,034
	2	3,650	,039
	3	3,980	,038
	4	3,377	,031

(e) diferenças na satisfação conjugal

Mais uma vez, a MANCOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do *cluster* [$F(12,1482) = 8,475, p < 0.001$] responsável pelas diferenças da satisfação observadas em todos os padrões conjugais (Quadro 6.35 e 6.36). Os indivíduos do padrão seguro apresentam níveis mais elevados de satisfação em todos os padrões considerados comparativamente a todos os outros. Os participantes amedrontados apresentam níveis superiores de satisfação no investimento instrumental comparativamente aos sujeitos

desinvestidos. Os desinvestidos, por sua vez, são os participantes que apresentam níveis inferiores de satisfação em todas as dimensões consideradas.

Quadro 6.35

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para a satisfação com os padrões conjugais

Fonte	Variável	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters da vinculação	Satisfação Controlo	179,324	3	59,775	21,364	,000
	Satisfação Inv_Expressivo	306,215	3	102,072	25,971	,000
	Satisfação Inv_Instrumental	259,421	3	86,474	30,295	,000
	Satisfação Fronteiras	209,107	3	69,702	26,436	,000

Quadro 6.36

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para a satisfação com os padrões conjugais

Variável dependente	Clusters da vinculação	Média	Erro padrão
Satisfação Controlo	1	11,507	,145
	2	11,060	,167
	3	11,379	,164
	4	10,091	,132
Satisfação Inv_Expressivo	1	11,399	,172
	2	10,497	,197
	3	11,176	,194
	4	9,517	,157
Satisfação Inv_Instrumental	1	11,507	,147
	2	10,898	,168
	3	11,305	,165
	4	9,781	,134
Satisfação Fronteiras	1	11,379	,141
	2	11,119	,162
	3	11,534	,159
	4	9,991	,128

7. Análise de clusters para as percepções da violência do companheiro

Como forma de identificar grupos contrastantes relativamente às dimensões contempladas na escala da violência decidimos recorrer à análise de *clusters* usando uma conjugação dos métodos hierárquico e não-hierárquico (Hair *et al.*, 1998). Na medida em que não existe, neste caso, um modelo teórico pré-determinado (como acontecia para a vinculação ao par amoroso)

procuramos uma configuração que não fosse muito desequilibrada quanto à distribuição dos sujeitos pelos grupos, mantendo um potencial interpretativo.

A aplicação destes critérios suportou a opção por uma solução em três *clusters* que designamos de grupo com companheiros não-violentos, grupo com companheiros com violência ligeira e grupo com companheiros com violência moderada (Quadro 6.37). Como seria de esperar, a distribuição dos sujeitos pelos grupos é desigual, com a grande maioria a situar-se no grupo com companheiros não violentos ou apenas com índices de violência ligeira.

Quadro 6.37

Notas z para os clusters da percepção de violência do companheiro

	Cluster 1 (n=291)	Cluster 2 (n=158)	Cluster 3 (n=46)
Violência não física	-,63782	,62190	1,91673
Violência álcool	-,41572	,18850	1,97957
Violência física	-,46713	,13949	2,52376

A relação entre género e distribuição dos *clusters* revelou-se estatisticamente significativa conforme uma análise de qui-quadrado ($\chi^2(2) = 6,757$; $p < .050$) (Quadro 6.38). Comparativamente com as frequências esperadas pelo acaso, as mulheres apresentam uma maior prevalência nos grupos 1 e 3, ou seja tanto no grupo em que percebem a existência de não violência por parte do companheiro, como no grupo em que percebem violência moderada por parte do companheiro. Por sua vez, têm uma menor representação no grupo 2 comparativamente com os homens.

Quadro 6.38

Distribuição dos clusters da vinculação romântica em função do género

Vinculação amorosa	Clusters		
	Não violência	Violência ligeira	Violência moderada
Mulheres	152	68	29
Homens	139	90	17
Total	291	158	46

7. 1. Que variáveis contribuem mais para explicar as diferenças entre grupos de indivíduos com companheiros mais ou menos violentos?

Na sequência desta análise de *clusters* e no sentido de determinar as variáveis que mais contribuem para explicar as diferenças entre estes grupos de indivíduos optamos por realizar uma análise discriminante, procedimento que permite justamente perceber que variáveis “contribuem mais para a separação dos grupos e quais são irrelevantes?” (Silva & Stam, 1995, p. 282). A opção foi a de utilizar uma análise discriminante canónica que identifica combinações de variáveis relevantes, as funções discriminantes canónicas. De salientar que o número destas funções é igual ao número de grupos menos 1, dependendo a sua selecção (i) da percentagem da variância explicada, (ii) do nível de significância calculado a partir do λ de Wilks, e (iii) dos valores da correlação canónica ($\geq .300$) (Menezes, 1998).

Optamos por considerar um conjunto de variáveis que teoricamente seriam mais relevantes, a saber: as dimensões da vinculação ao par amoroso, as percepções sobre as estratégias próprias de gestão de conflitos¹, e os padrões conjugais com as respectivas satisfação e perturbação. Os testes multivariados tomando os *clusters* como factor de diferenciação revelam diferenças significativas [$F(44, 944) = 7,214$; $p < .000$], indicando que as médias para aquelas variáveis são significativamente diferentes (Quadro 6.39).

¹ Saliente-se que as percepções de violência com base nas quais os *clusters* foram construídos se centram no companheiro, pelo que nos pareceu redundante incluir aqui as estratégias de resolução de conflitos do outro.

Quadro 6.39

Médias e desvios padrão para as diferentes dimensões em função dos clusters de violência do companheiro

Cluster		N	Média	Desvio Padrão
1	Envolvimento no conflito	291	2,2036	,73812
	Resolução positiva de problemas	291	3,6022	,51284
	Retirada	291	2,1074	,83399
	Submissão	291	2,0919	,63035
	Padrões conjugais	291	3,8536	,38708
	Satisfação com os padrões	291	11,3024	1,05047
	Perturbação com os padrões	291	2,0570	,35700
	Confiança	291	3,8840	,25975
	Dependência	291	3,6064	,76540
	Evitamento	291	1,6693	,51718
	Ambivalência	291	2,1837	,72969
2	Envolvimento no conflito	158	2,3085	,63231
	Resolução positiva de problemas	158	3,2184	,57532
	Retirada	158	2,5016	,76159
	Submissão	158	2,4747	,64479
	Padrões conjugais	158	3,5904	,36618
	Satisfação com os padrões	158	10,4541	1,78788
	Perturbação com os padrões	158	1,9363	,30737
	Confiança	158	3,7887	,27404
	Dependência	158	3,5516	,72806
	Evitamento	158	1,9557	,49437
	Ambivalência	158	2,6593	,83179
3	Envolvimento no conflito	46	2,6467	,85566
	Resolução positiva de problemas	46	3,0761	,40780
	Retirada	46	2,8370	1,13066
	Submissão	46	2,7717	,97443
	Padrões conjugais	46	3,3200	,58364
	Satisfação com os padrões	46	8,7228	2,89695
	Perturbação com os padrões	46	1,8253	,37295
	Confiança	46	3,6656	,33948
	Dependência	46	3,3462	,61661
	Evitamento	46	2,0903	,71360
	Ambivalência	46	2,9599	,92985

As duas funções discriminantes canônicas são significativas, sendo que a 1ª função explica 91,8% de variância e a 2ª função 8,2% (Quadro 6.40), pelo que se consideram ambas na análise, embora reconhecendo o muito maior poder explicativo da 1ª função.

Quadro 6.40

Funções discriminantes canônicas

Função	Valores próprios	% Variância	%	Correlação Canônica	λ de Wilks	χ^2	GL	Sig.
1	,504	91,8	91,8	,579	,636	220,232	22	,000
2	,045	8,2	100,0	,207	,957	21,400	10	,018

A interpretação das funções depende da análise conjunta dos coeficientes discriminantes estandarizados e das correlações entre as variáveis e as funções, estas últimas essenciais para entender o contributo de cada variável e inferir do significado da função; neste caso, optamos por atender essencialmente às variáveis com correlações elevadas ou moderadamente elevadas (ou, em todo o caso, sempre acima de $\geq .300$).

Como se pode observar nos quadros seguintes (6.41 e 6.42), a 1ª função caracteriza-se, no pólo positivo, pela satisfação, os padrões conjugais e a resolução positiva de problemas e, no pólo negativo, pela ambivalência e evitamento e pelo recurso a estratégias negativas de gestão de conflitos (retirada e envolvimento no conflito). A 2ª função apresenta uma correlação negativa com estratégias de submissão.

Quadro 6.41

Coefficientes discriminantes estandarizados

	Função	
	1	2
Envolvimento no conflito	-,130	-,393
Resolução positiva de problemas	,451	-,450
Retirada	,015	-,035
Submissão	-,282	,034
Padrões conjugais	,310	-,213
Satisfação com os padrões	,451	,838
Perturbação com os padrões	-,039	-,116
Confiança	,042	,315
Dependência	-,003	,173
Evitamento	-,181	,109
Ambivalência	-,037	,662

Quadro 6.42

Matriz estrutural

	Função	
	1	2
Satisfação com os padrões	,675	,532
Padrões conjugais	,615	,014
Resolução positiva de problemas	,545	-,438
Ambivalência	-,500	,214
Envolvimento no conflito	-,492	,123
Evitamento	-,418	,273
Retirada	-,415	,068
Confiança	,356	,095
per	,319	-,028
Submissão	-,233	-,306
Dependência	,129	,192

A análise das médias dos *clusters* para as funções (Quadro 6.43 e Gráfico 6.7) permite concluir que a distribuição dos grupos pela 1ª função vai no sentido de quanto maior a violência maior a aproximação ao pólo negativo da função. Neste caso, isto parece significar que os indivíduos do *cluster* não violento – isto é, com companheiros percebidos como não violentos – se caracterizam por elevada satisfação, padrões conjugais positivos e recurso a estratégias de resolução positiva de problemas; a ênfase nestas dimensões é negativa nos outros dois *clusters* que se caracterizam por uma maior ambivalência e evitamento e pelo maior recurso a estratégias negativas de gestão de conflitos. A distribuição na 2ª função é menos linear, com os indivíduos do *cluster* ligeiramente violento a perceberem-se menos submissos e os do *cluster* moderadamente violento a perceberem-se os mais submissos.

Quadro 6.43

Médias dos grupos (centroides) nas duas funções

Cluster	Função	
	1	2
1	,541	-,072
2	-,529	,265
3	-1,605	-,454

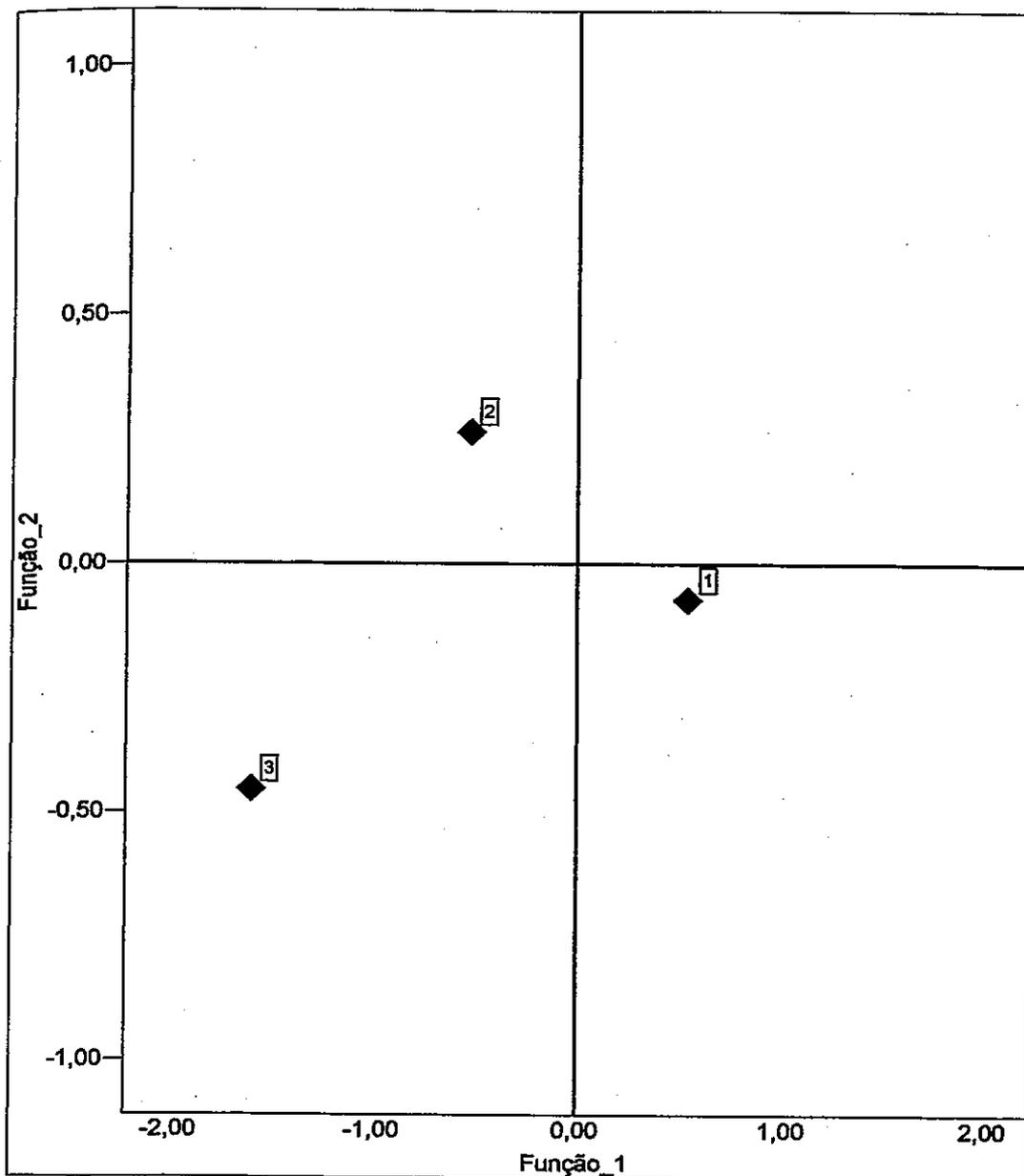


Gráfico 6.7

Distribuição dos clusters pelas duas funções discriminantes canônicas

Em Síntese...

Neste capítulo analisamos para a amostra total, as diferenças inter-sujeito nas várias dimensões do estudo em função do género, da idade e do nível sócio-económico-cultural, do número de filhos e da religiosidade, e do tempo de duração da relação nas dimensões do estudo, a saber: a vinculação

aos pais e ao par amoroso, as estratégias de resolução de conflitos, os comportamentos de violência e os padrões da relação. Consideramos, igualmente, as diferenças intra-sujeito nas percepções das estratégias de conflito utilizadas pelo próprio e pelo companheiro em ordem a detectar diferenças na auto e hetero-avaliação.

Deste modo, além de análises de variância uni e multivariadas procedemos à análise de *clusters* no sentido de testar se os padrões de resultados que definiriam os diferentes *clusters* de indivíduos seriam consistentes com o modelo de Bartholomew (1994) e, também tentando identificar grupos contrastantes relativamente às dimensões contempladas na *escala da violência* ainda que não existisse, neste caso, um modelo teórico pré-determinado (como acontecia para a vinculação ao par amoroso). Ainda assim, cremos ter encontrado uma configuração em três grupos que nos permite a interpretabilidade dos dados, naturalmente com uma distribuição desigual dos sujeitos, tendo em conta que estamos a trabalhar com índices de violência ligeira ou moderada.

Finalmente, a análise discriminante efectuada a partir da análise de *clusters* revelou que os indivíduos com companheiros percebidos como não violentos se caracterizam por elevada satisfação, padrões conjugais positivos e recurso a estratégias de resolução positiva de problemas; sendo de destacar que o enfoque nestas dimensões é negativo nos outros dois *clusters*.

Capítulo 7

**PERCEPÇÕES DA VINCULAÇÃO, DO CONFLITO, DA VIOLÊNCIA E DOS
PADRÕES CONJUGAIS:
DIFERENÇAS INTRA-CASAL**

Uma vez concluída no capítulo anterior a exploração das diferenças inter-sujeito nas várias dimensões do estudo para a amostra total (N=500), há agora que considerar as continuidades e descontinuidades intra-casal (N=250).

Para este efeito, começaremos por proceder a análises de variância em medidas repetidas, tomando as percepções de cada cônjuge como dimensões do factor intra-casal, e considerando o nível sócio-económico do casal e o tempo de duração da relação como factores de diferenciação inter-casais.

Seguidamente, e a partir dos clusters construídos para a vinculação ao par amoroso no capítulo 6, serão identificados grupos de casais caracterizados em função do estilo de vinculação dos cônjuges. Esta tipologia de casais com estilos de vinculação diferente estará na base da exploração das diferenças inter-casais através de análises de variância uni e multivariada para as várias dimensões do estudo.

Finalmente, e também a partir dos clusters construídos, no capítulo anterior, para as percepções de violência do companheiro, serão criados grupos de casais com percepções diferenciadas de violência. Novamente, a análise discriminante será utilizada para detectar as variáveis – relativas ao casal e aos estilos de vinculação dos conjugues – que melhor diferenciam estes grupos.

1. Continuidades e descontinuidades intra-casal

No sentido de explorar as semelhanças e diferenças nas percepções dos conjugues foram realizadas análises de variância em medidas repetidas tomando o nível sócio-económico-cultural do casal e a duração da relação como factores de diferenciação inter-casais. Embora as análises sejam realizadas para cada sub-escala separadamente, apresentar-se-ão quadros conjuntos organizados em função das dimensões do estudo, tal como aconteceu nos capítulos anteriores

a) diferenças na vinculação aos pais

A análise do valor do traço de Pillai para as várias dimensões da vinculação aos pais permite constatar que:

- i. não existem diferenças entre os cônjuges nas percepções de *inibição da exploração e investimento da mãe*, nem qualquer efeito de interacção com o nível sócio-económico ou a duração da relação;
- ii. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 17.582$; $p < .001$] nas percepções dos cônjuges sobre a *inibição da exploração e investimento do pai*, com valores mais elevados para os maridos; não há efeitos de interacção do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.1);
- iii. não há diferenças significativas nas percepções dos cônjuges sobre a *qualidade do laço emocional à mãe*; há efeitos de interacção do factor intra-casal com o nível sócio-económico [$F(2, 234) = 3.980$; $p < .050$], sendo que apenas nos casais de nível baixo há diferenças entre cônjuges favorecendo as mulheres; não há efeitos de interacção do factor intra-casal com a duração da relação (Quadro 7.1);
- iv. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 14.119$; $p < .001$] nas percepções dos cônjuges sobre a *qualidade do laço emocional ao pai*, favorecendo as mulheres; há efeitos de interacção do factor intra-casal com o nível sócio-económico [$F(2, 234) = 4.444$; $p < .050$], sendo que este padrão de diferença não é confirmado nos casais de nível alto; não há efeitos de interacção do factor intra-casal com a duração da relação (Quadro 7.1);
- v. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 5.029$; $p < .050$] nas percepções dos cônjuges sobre a *ansiedade de separação e dependência à mãe*, com valores mais elevados para as mulheres; não se verificam efeitos de interacção com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.1);

vi. não existem diferenças entre os cônjuges nas percepções de *ansiedade de separação e dependência ao pai*, nem qualquer efeito de interação com o nível sócio-económico ou a duração da relação.

Quadro 7.1

Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação aos pais em que há diferenças

Factor	Casal	Média	Erro padrão
<i>Inibição da Exploração e Investimento_Pai</i>			
	Mulher	2,317	,052
	Marido	2,638	,073
<i>Qualidade do Laço Emocional_Pai</i>			
	Mulher	5,364	,057
	Marido	5,152	,056
NSE			
baixo	Mulher	5,541	,112
	Marido	5,115	,110
médio	Mulher	5,288	,084
	Marido	5,067	,083
alto	Mulher	5,262	,100
	Marido	5,273	,098
<i>Qualidade do Laço Emocional_Mãe</i>			
baixo	Mulher	5,538	,114
	Marido	5,191	,087
médio	Mulher	5,377	,086
	Marido	5,286	,065
alto	Mulher	5,346	,102
	Marido	5,451	,077
<i>Ansiedade de Separação e Dependência_Mãe</i>			
	Mulher	3,394	,068
	Marido	3,225	,064

No geral, quando se verificam diferenças, estas parecem favorecer as mulheres relativamente aos maridos: são elas que registam percepções de maior qualidade do laço emocional tanto ao pai como à mãe, e experienciaram menos inibição da exploração por parte do pai; no entanto, os níveis de ansiedade de separação à mãe são, também, mais elevados. De notar alguns resultados interessantes na interação com o nível sócio-económico do casal.

b) diferenças na vinculação ao par amoroso

Para a vinculação ao par amoroso, a análise do valor do traço de Pillai permite registrar que:

- i. não existem diferenças entre os cônjuges na *confiança*, nem qualquer efeito de interacção com o nível sócio-económico ou a duração da relação;
- ii. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 35.865$; $p < .001$] no *evitamento*, com valores mais elevados para os maridos; não se verificam efeitos de interacção com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.2);
- iii. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 7.642$; $p < .050$] na *ambivalência*, com valores mais elevados para as mulheres; não se verificam efeitos de interacção com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.2);
- iv. não existem diferenças entre os cônjuges na *dependência*, nem qualquer efeito de interacção com o nível sócio-económico ou a duração da relação.

Quadro 7.2

Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação ao par amoroso em que há diferenças

	Casal	Média	Erro padrão
Evitamento			
	Mulher	1,623	,035
	Marido	1,889	,046
Ambivalência			
	Mulher	2,446	,069
	Marido	2,308	,056

Parece-nos de registrar a inexistência de interacções com os factores nível sócio-económico e duração da relação, bem como a congruência intra-casal na confiança e na dependência (Gráfico 7.1.).

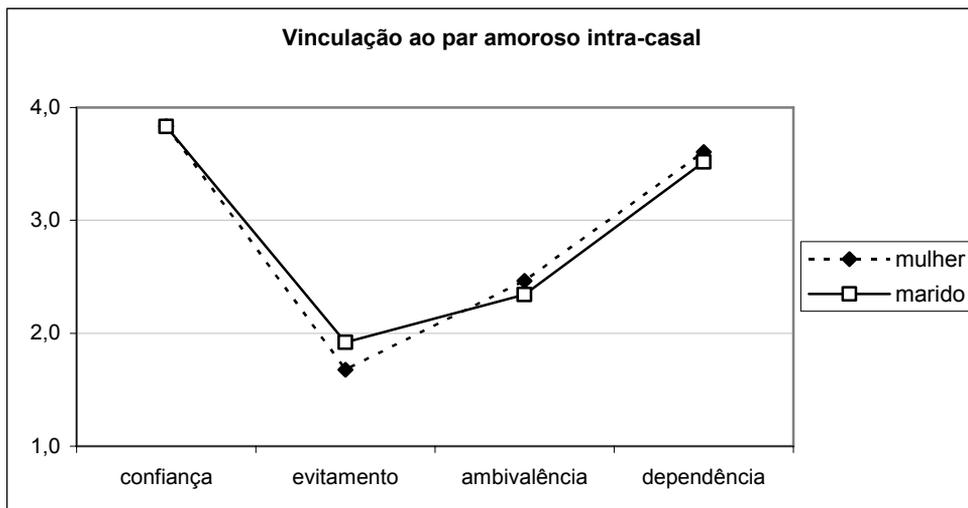


Gráfico 7.1

Médias intra-casal para as dimensões da vinculação ao par amoroso

c) diferenças nas estratégias de resolução de conflitos

Na sequência de análises de variância em medidas repetidas, o valor do traço de Pillai permite verificar que:

- i. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 13.080$; $p < .001$] no *envolvimento no conflito do próprio*, com valores mais elevados para as mulheres; não se verificam efeitos de interação com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.3);
- ii. não existem diferenças entre os cônjuges no *envolvimento no conflito do outro*, nem qualquer efeito de interação com o nível sócio-económico ou a duração da relação;
- iii. não existem diferenças entre os cônjuges na *resolução positiva de problemas do próprio*, nem qualquer efeito de interação com o nível sócio-económico ou a duração da relação;
- iv. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 7.271$; $p < .050$] na *resolução positiva de problemas do outro*, com valores mais elevados para os

maridos; não se verificam efeitos de interacção com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.3);

v. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 7.271$; $p < .050$] na *retirada do próprio*, com valores mais elevados para os maridos; não se verificam efeitos de interacção com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.3);

vi. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 38.078$; $p < .000$] na *retirada do outro*, com valores mais elevados para as mulheres; não se verificam efeitos de interacção com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.3);

vii. não existem diferenças entre os cônjuges na *submissão do próprio*, nem qualquer efeito de interacção com o nível sócio-económico ou a duração da relação;

viii. não existem diferenças entre os cônjuges na *submissão do outro*, nem qualquer efeito de interacção com o nível sócio-económico ou a duração da relação.

Quadro 7.3

Médias e erros padrão para as dimensões das estratégias de resolução de conflito em que há diferenças

Casal	Média	Erro padrão
Envolvimento no conflito do eu		
Mulher	2,381	,051
Marido	2,129	,058
Resolução positiva de problemas do outro		
Mulher	3,327	,040
Marido	3,461	,035
Retirada do eu		
Mulher	2,159	,064
Marido	2,405	,067
Retirada do outro		
Mulher	2,564	,072
Marido	2,000	,056

É interessante constatar que os maridos reconhecem as companheiras como mais positivamente envolvidas na resolução de conflitos e que a opção dos maridos pela retirada é reconhecida pelos próprios e pelas companheiras.

d) diferenças nos comportamentos de violência percebida

A análise do valor do traço de Pillai para as percepções dos comportamentos de violência permite constatar que:

- i. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 10.013$; $p < .050$] nas percepções sobre a *violência não-física do cônjuge*, favorecendo as mulheres; há efeitos de interação do factor intra-casal com o nível sócio-económico [$F(2, 234) = 3.554$; $p < .050$], sendo que este padrão de diferença não é confirmado nos casais de nível médio; não há efeitos de interação do factor intra-casal com a duração da relação (Quadro 7.4);
- ii. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 10.013$; $p < .050$] nas percepções sobre a *violência associada ao álcool do cônjuge*, favorecendo as mulheres; não há efeitos de interação com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.4);
- iii. não existem diferenças entre os cônjuges nas percepções de *violência física*, nem qualquer efeito de interação com o nível sócio-económico ou a duração da relação.

Quadro 7.4
Médias e erros padrão para os comportamentos de violência em que há diferenças

	Casal	Média	Erro padrão
Violência não física			
	Mulher	1,839	,062
	Marido	2,004	,054
NSE do casal			
baixo	Mulher	1,661	,121
	Marido	2,020	,106
médio	Mulher	2,040	,092

	Marido	2,082	,080
alto	Mulher	1,815	,108
	Marido	1,909	,094
Violência associada ao álcool			
	Mulher	1,547	,056
	Marido	1,158	,019

É de registar a inexistência de diferenças intra-casal na violência física, e o padrão dissemelhante das diferenças entre os cônjuges na violência não física, mais saliente para os maridos, e associada ao álcool, mais registada pelas mulheres (Gráfico 7.2).

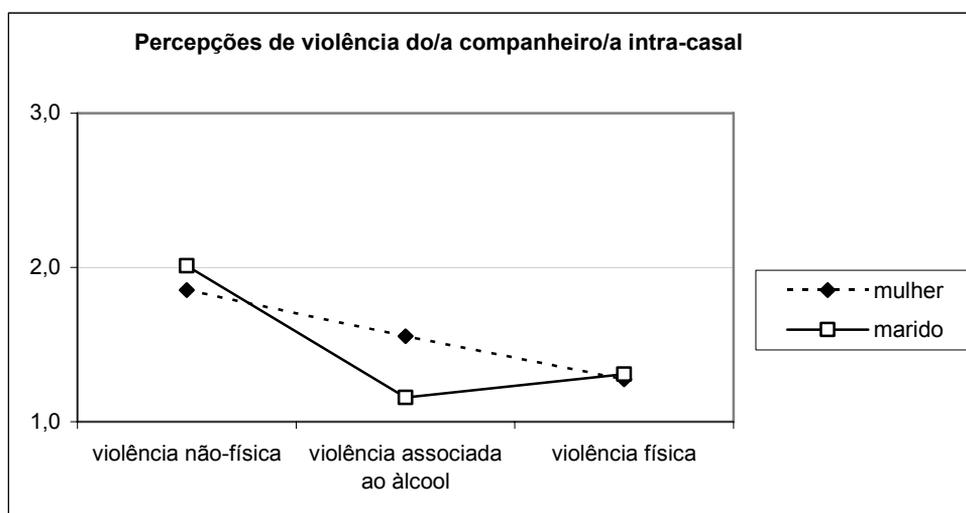


Gráfico 7.2

Médias intra-casal para as dimensões violência percebida

e) diferenças nos padrões conjugais

Finalmente, os valores do traço de Pillai para os padrões conjugais permite destacar que:

- i. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 20.030$; $p < .001$] nas percepções de *controlo*, favorecendo as mulheres; não há efeitos de interacção do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.5);

- ii. há diferenças significativas [$F(1, 234)= 16.148$; $p < .001$] nas percepções de *investimento expressivo*, favorecendo as mulheres; não há efeitos de interação do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.5);
- iii. há diferenças significativas [$F(1, 234)= 7.122$; $p < .050$] nas percepções de *investimento instrumental*, favorecendo as mulheres; não há efeitos de interação do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.5);
- iv. há diferenças significativas [$F(1, 234)= 5.023$; $p < .050$] nas percepções de *fronteiras*, favorecendo as mulheres; não há efeitos de interação do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.5).

Quadro 7.5

Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças

Casal	Média	Erro padrão
Controlo		
Mulher	3,980	,039
Marido	3,813	,035
Investimento Expressivo		
Mulher	3,788	,038
Marido	3,642	,034
Investimento Instrumental		
Mulher	3,675	,036
Marido	3,587	,034
Fronteiras		
Mulher	3,686	,036
Marido	3,614	,031

No que se refere à *satisfação* com estes padrões conjugais, a análise dos valores do traço de Pillai permite perceber que:

- i. não há diferenças significativas na *satisfação com o controlo*, nem efeitos de interação do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação;

- ii. há diferenças significativas [$F(1, 234)= 6.374$; $p < .050$] na *satisfação com o investimento expressivo*, favorecendo os maridos; não há efeitos de interacção do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.5);
- iii. não há diferenças significativas na *satisfação com o investimento instrumental*, nem efeitos de interacção do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação;
- iv. não há diferenças significativas na *satisfação com as fronteiras*, nem efeitos de interacção do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação.

Quadro 7.6

Médias e erros padrão para a satisfação com os padrões conjugais em que há diferenças

Casal	Média	Erro padrão
Satisfação com o Investimento Expressivo		
Mulher	10,611	,155
Marido	10,969	,121

Finalmente, e para a *perturbação* quando estes padrões conjugais não são atingidos, os valores do traço de Pillai permitem destacar que:

- i. há diferenças significativas [$F(1, 234)= 9.391$; $p < .050$] na *perturbação com o controlo*, com valores mais elevados para as mulheres; não há efeitos de interacção do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.7);
- ii. não há diferenças significativas na *perturbação com o investimento expressivo*, nem efeitos de interacção do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação;
- iii. há diferenças significativas [$F(1, 234)= 7.607$; $p < .050$] na *perturbação com o investimento instrumental*, com valores mais elevados para as mulheres; não há efeitos de interacção do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.7);

iv. há diferenças significativas [$F(1, 234) = 7.818$; $p < .050$] na *perturbação com as fronteiras*, com valores mais elevados para as mulheres; não há efeitos de interacção do factor intra-casal com o nível sócio-económico ou a duração da relação (Quadro 7.7).

Quadro 7.7

Médias e erros padrão para a perturbação com os padrões conjugais em que há diferenças

Casal	Média	Erro padrão
Controlo		
Mulher	2,124	,031
Marido	2,050	,027
Investimento Instrumental		
Mulher	2,000	,031
Marido	1,927	,025
Fronteiras		
Mulher	2,009	,029
Marido	1,945	,026

É interessante constatar que as mulheres parecem atribuir maior importância aos padrões conjugais, o que se traduz numa maior perturbação quando estes não são atingidos. No entanto, não há diferenças na maior parte destes padrões no que concerne à satisfação – excepção para o investimento expressivo em que são os maridos os mais satisfeitos (Gráficos 7.3, 7.4 e 7.5).

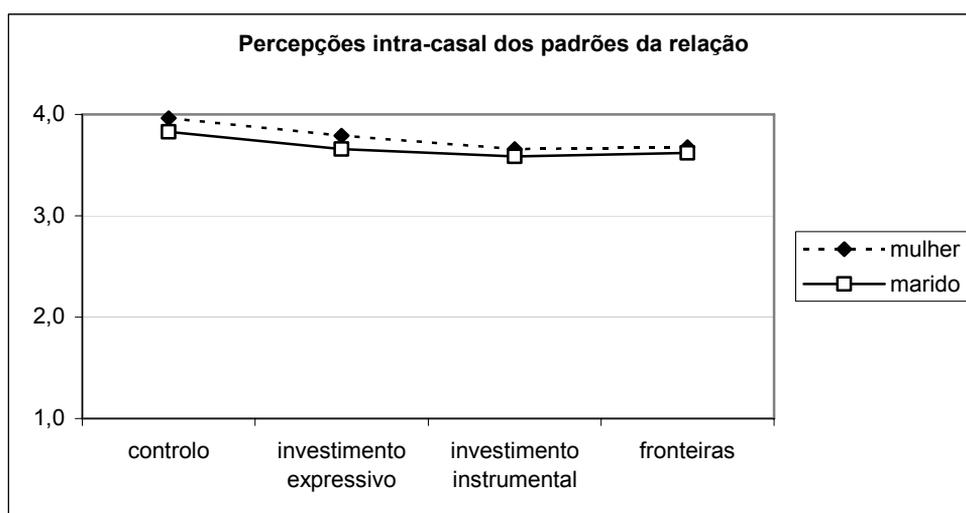


Gráfico 7.3

Médias intra-casal para as dimensões dos padrões conjugais

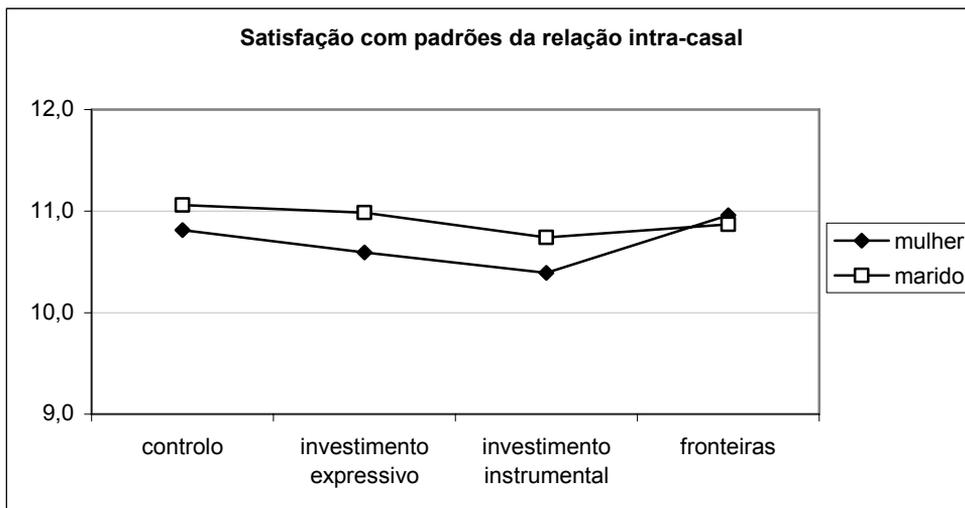


Gráfico 7.4

Médias intra-casal para a satisfação com os padrões conjugais

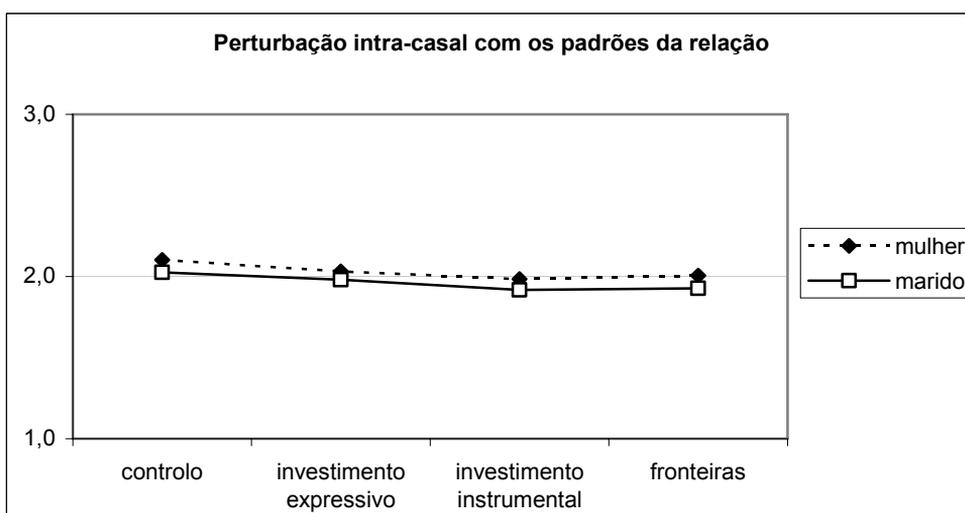


Gráfico 7.5

Médias intra-casal para a perturbação com os padrões conjugais

2. Grupos de casais para a vinculação ao par amoroso

Com base no *cluster* encontrado para cada cônjuge (ver Capítulo 6), optamos por agrupar cada casal em função do seu estilo de vinculação, do seguinte modo: consideramos que casais em que ambos os cônjuges teriam padrões de vinculação segura seriam denominados de *casais seguros*; casais em que um dos cônjuges é seguro e o outro é inseguro foram denominados como *casais mistos*; aqueles em que ambos os cônjuges são inseguros são

denominados de *casais inseguros*; e, finalmente, casais em que ambos os elementos são desinvestidos constituem os *casais desinvestidos*. Diversas razões conduziram a que tivéssemos optado por esta organização: em primeiro lugar, a maior percentagem de casais desinvestidos (24,8%); em segundo lugar justamente por os desinvestidos apresentarem regularidades particulares do ponto de vista das estratégias de regulação emocional e do comportamento interpessoal ainda pouco claras, que interessa aprofundar.

Com base nesta tipologia, procedemos a um conjunto de análises variância multivariadas, tomando o tipo de casal como factor de diferenciação inter-casal.

a) diferenças na vinculação ao pai e à mãe

A MANOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal da organização da vinculação no casal ($F(36, 711) = 7,667, p < 0.001$) responsável pelas diferenças em todas as dimensões da vinculação ao pai e da vinculação à mãe (Quadros 7.8. e 7.9).

Quadro 7.8

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as dimensões da vinculação aos pais

Fonte	Variável Dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
vincasal2	Inibição da exploração_MãeF*	21,626	3	7,209	13,855	,000
	Inibição da exploração_PaiF	10,838	3	3,613	8,682	,000
	Qualidade do laço emoc._PaiF	12,308	3	4,103	7,748	,000
	Qualidade do laço emoc._MãeF	17,348	3	5,783	11,027	,000
	Ansiedade de separação_PaiF	18,071	3	6,024	7,810	,000
	Ansiedade de separação_MãeF	11,468	3	3,823	4,858	,003
	Inibição da exploração_MãeM*	23,196	3	7,732	16,495	,000
	Inibição da exploração_PaiM	42,457	3	14,152	18,717	,000
	Qualidade do laço emoc._PaiM	25,186	3	8,395	18,928	,000
	Qualidade do laço emoc._MãeM	19,409	3	6,470	23,936	,000
	Ansiedade de separação_PaiM	37,266	3	12,422	23,262	,000
	Ansiedade de separação_MãeM	24,520	3	8,173	13,492	,000

* Assinalam-se com F e M, respectivamente, as dimensões relativas aos elementos femininos e masculinos dos casais, em todos os quadros.

Quadro 7.9

Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação aos pais em que há diferenças

Vinc_casal		Média	DP	N
Inibição da exploração_MãeF	1	2,2220	,65365	41
	2	2,3569	,62040	51
	3	2,5094	,62139	96
	4	3,0452	,94932	62
Inibição da exploração_PaiF	1	2,0415	,76517	41
	2	2,4118	,65746	51
	3	2,1979	,47815	96
	4	2,6258	,76414	62
Qualidade do laçoemoc._PaiF	1	5,5732	,75731	41
	2	5,2686	,67335	51
	3	5,4740	,66050	96
	4	4,9774	,84163	62
Qualidade do laçoemoc._MãeF	1	5,7732	,21216	41
	2	5,5706	,46100	51
	3	5,3885	,86205	96
	4	4,9952	,86828	62
Ansiedade de separação_PaiF	1	2,5902	,72554	41
	2	3,1922	,65752	51
	3	3,3802	,97458	96
	4	3,1226	,96520	62
Ansiedade de separação_MãeF	1	2,8927	,74746	41
	2	3,5510	,76246	51
	3	3,4083	,94185	96
	4	3,2258	,97408	62
Inibição da exploração_MãeM	1	1,9707	,51877	41
	2	2,2824	,66082	51
	3	2,7656	,71566	96
	4	2,7065	,74721	62
Inibição da exploração_PaiM	1	1,8098	,46250	41
	2	2,3608	,68588	51
	3	2,8601	,84427	96
	4	2,9468	1,18884	62
Qualidade do laçoemoc._PaiM	1	5,6683	,20909	41
	2	5,3510	,61004	51
	3	5,0406	,59957	96
	4	4,7274	,94612	62
Qualidade do laçoemoc._MãeM	1	5,7732	,16435	41
	2	5,5333	,52026	51
	3	5,1008	,58745	96
	4	5,0565	,55946	62

Vinc_casal		Média	DP	N
Ansiedade de separação_PaiM	1	2,6146	,65290	41
	2	2,8843	,63004	51
	3	3,5199	,72783	96
	4	2,7161	,85069	62
Ansiedade de separação_MãeM	1	2,7659	,73743	41
	2	3,0725	,51578	51
	3	3,5573	,73524	96
	4	2,9516	1,01315	62

Deste modo, no que às mulheres diz respeito verifica-se que as mulheres provenientes de relações desinvestidas recordam maior inibição da exploração e individualidade na relação com a mãe e na relação com o pai, comparativamente com os três restantes grupos. Este padrão replica na relação com o pai com excepção da diferença entre casais mistos e desinvestidos.

Do mesmo modo, as mulheres inseridas em casais desinvestidos apresentam valores inferiores de qualidade do laço à mãe e ao pai comparativamente com os restantes grupos (mais uma vez com uma excepção que consiste na inexistência de diferenças entre casais mistos e desinvestidos). Além disso, as mulheres de casais seguros apresentam maior qualidade do laço emocional à mãe comparativamente com as mulheres de casais inseguros.

No que toca à ansiedade de separação as mulheres de casais seguros recordam menor ansiedade de separação na relação com os pais quando comparadas com as mulheres dos restantes grupos, excepção feita na relação com a mãe à diferença entre casais seguros e desinvestidos.

Olhando para as diferenças nas representações dos homens verifica-se que os homens de casais seguros recordam menor inibição na relação com a mãe comparativamente com os casais inseguros e os casais desinvestidos. Por sua vez, os homens oriundos de casais mistos também recordam menor inibição comparativamente com os casais inseguros e casais desinvestidos. Na relação com o pai todas as diferenças entre grupos são significativas com

excepção da diferença entre os casais inseguros e os casais desinvestidos. Note-se que são os homens de casais seguros que apresentam os valores inferiores de inibição seguidos dos casais mistos, dos casais inseguros e, finalmente dos casais desinvestidos.

Quanto à qualidade do laço emocional, o padrão de representação da relação com o pai e com a mãe é próximo, com pequenas excepções: os homens de casais desinvestidos apresentam os valores mais baixos de qualidade do laço comparativamente com todos os outros grupos (exceptuando o contraste com os homens dos casais inseguros, que não é significativo na relação com o pai).

Além disso, os homens de casais seguros apresentam valores superiores de qualidade do laço com ambas as figuras parentais comparativamente com os homens de casais inseguros; e na relação com a mãe os homens de casais mistos apresentam valores superiores face aos de casamentos inseguros.

Finalmente, no que concerne à ansiedade de separação, verifica-se que os homens de casais inseguros recordam mais ansiedade de separação face ao pai e à mãe, comparativamente com todos os restantes grupos. Por sua vez os homens de casais mistos recordam menor ansiedade comparativamente com homens de casais inseguros.

b) diferenças relativamente às estratégias de conflito

Relativamente às estratégias de conflito próprias, a MANOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do *cluster* ($F(24.723) = 4,383, p < 0.001$) responsável pelas diferenças observadas no envolvimento negativo nos conflitos, retirada e submissão por parte das mulheres; e, nas dimensões envolvimento negativo do conflito, retirada e resolução positiva de problemas por parte dos homens (Quadros 7.10. e 7.11).

Quadro 7.10

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflitos próprias

Fonte	Variável Dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
vincasal2	Envolvimento no conflito_euF	17,946	3	5,982	10,175	,000
	Resolução positiva de problemas_euF	4,171	3	1,390	5,482	,001
	Retirada_euF	10,264	3	3,421	3,838	,010
	Submissão_euF	7,198	3	2,399	4,789	,003
	Envolvimento no conflito_euM	3,609	3	1,203	1,907	,129
	Resolução positiva de problemas_euM	3,671	3	1,224	5,718	,001
	Submissão_euM	8,331	3	2,777	7,544	,000
	Retirada_euM	18,547	3	6,182	12,596	,000

Quadro 7.11

Médias e erros padrão para as estratégias de resolução de conflito próprias em que há diferenças

	vincasal2	Média	Desvio Padrão
Envolvimento no conflito_euF	1	1,8110	,60410
	2	2,1814	,71428
	3	2,0599	,81495
	4	2,6008	,82415
Resolução positiva de problemas_euF	1	3,3659	,56208
	2	3,2696	,41786
	3	3,4288	,50998
	4	3,1048	,51722
Retirada_euF	1	2,3720	,91706
	2	2,8039	1,13833
	3	2,3880	,92542
	4	2,7782	,80483
Submissão_euF	1	2,4451	,84134
	2	2,1912	,94682
	3	2,1328	,61017
	4	1,9113	,49194
Resolução positiva de problemas_euM	1	3,6707	,40093
	2	3,5539	,48814
	3	3,3984	,41450
	4	3,3306	,54279
Submissão_euM	1	1,939	,5471
	2	2,353	,6767
	3	1,958	,5327
	4	2,286	,6863
Retirada_euM	1	1,7073	,62476
	2	2,2059	,79010
	3	1,8099	,55576
	4	2,3911	,85486

Assim as mulheres de relações seguras, apresentam valores inferiores de retirada comparativamente às mulheres de todos os outros padrões conjugais considerados. O mesmo acontece na estratégia de submissão, importando apenas realçar que as mulheres de relações desinvestidas apresentam valores mais elevados de submissão do que as mulheres de relações inseguras. Finalmente, as mulheres de relações mistas apresentam valores mais elevados de submissão do que as mulheres de relações inseguras.

Relativamente aos homens, aqueles que estão envolvidos em relações seguras apresentam valores mais elevados de resolução positiva de problemas do que homens de relações inseguras; homens de relações desinvestidas apresentam valores superiores de envolvimento negativo nos conflitos comparativamente aos homens de relações seguras e de relações mistas. Finalmente, os homens de relações desinvestidas apresentam valores superiores de retirada face àqueles que estão em relações inseguras e relações do tipo misto.

No que se refere às estratégias de conflito do outro, a MANOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do *cluster* ($F(24.723) = 4,592, p < 0.001$) responsável pelas diferenças em todas as dimensões exceptuando no envolvimento negativo para os homens (Quadros 7.12. e 7.13).

Quadro 7.12

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflitos do outro

Fonte	Variável Dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
vincasal2	Envolvimento no conflito_outroF	17,946	3	5,982	10,175	,000
	Resolução positiva de problemas_outroF	4,171	3	1,390	5,482	,001
	Retirada_outroF	10,264	3	3,421	3,838	,010
	Submissão_outroF	7,198	3	2,399	4,789	,003
	Envolvimento no conflito_outroM	3,609	3	1,203	1,907	,129
	Resolução positiva de problemas_outroM	3,671	3	1,224	5,718	,001
	Submissão_outroM	8,331	3	2,777	7,544	,000
	Retirada_outroM	18,547	3	6,182	12,596	,000

Quadro 7.13

Médias e erros padrão para as estratégias de resolução de conflito do outro em que há diferenças

		vincasal2	Média	Desvio Padrão
Envolvimento no conflito_outroF	1,00	1,8110	,60410	41
	2,00	2,1814	,71428	51
	3,00	2,0599	,81495	96
	4,00	2,6008	,82415	62
Resolução positiva de problemas_outroF	1,00	3,3659	,56208	41
	2,00	3,2696	,41786	51
	3,00	3,4288	,50998	96
	4,00	3,1048	,51722	62
Retirada_outroF	1,00	2,3720	,91706	41
	2,00	2,8039	1,13833	51
	3,00	2,3880	,92542	96
	4,00	2,7782	,80483	62
Submissão_outroF	1,00	2,4451	,84134	41
	2,00	2,1912	,94682	51
	3,00	2,1328	,61017	96
	4,00	1,9113	,49194	62
Resolução positiva de problemas_outroM	1,00	3,6707	,40093	41
	2,00	3,5539	,48814	51
	3,00	3,3984	,41450	96
	4,00	3,3306	,54279	62
Submissão_outroM	1,00	1,939	,5471	41
	2,00	2,353	,6767	51
	3,00	1,958	,5327	96
	4,00	2,286	,6863	62
Retirada_outroM	1,00	1,7073	,62476	41
	2,00	2,2059	,79010	51
	3,00	1,8099	,55576	96
	4,00	2,3911	,85486	62

Assim, verificamos que as mulheres de relações desinvestidas percebem nos seus companheiros valores mais elevados de envolvimento negativo nos conflitos do que as mulheres de todos os outros padrões; por sua vez, as mulheres envolvidas em relações inseguras, percebem valores mais elevados de resolução positiva de problemas por parte dos seus companheiros quando comparadas com mulheres de relações desinvestidas. Finalmente, mulheres envolvidas em relações seguras percebem valores mais elevados de submissão dos companheiros face a mulheres de relações desinvestidas.

Os homens de relações seguras percebem valores mais elevados de resolução positiva de problemas das suas companheiras do que homens de relações inseguras e relações desinvestidas. Os mesmos homens de relações seguras consideram que as suas companheiras usam menos estratégias de submissão e de retirada do que os homens de relações desinvestidas e homens de relações do tipo misto. Finalmente, os homens de relações desinvestidas percebem valores superiores de submissão e retirada por parte das companheiras comparativamente aos homens de relações inseguras. Estes, apresentam igualmente percepções inferiores de submissão e retirada por parte das suas companheiras quando comparado com os homens de relações em que um é seguro e o outro é inseguro.

c) diferenças relativamente à violência

A MANOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do *cluster* ($F(18,729) = 6,190, p < 0.001$) responsável pelas diferenças observadas em todas as dimensões (Quadros 7.14 e 7.15).

Quadro 7.14

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as dimensões da violência

Fonte	Variável Dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
vincasal2	viol_ não física F	33,602	3	11,201	20,268	,000
	viol_ alcool F	18,509	3	6,170	13,186	,000
	viol_ física F	5,055	3	1,685	9,195	,000
	viol_ não física M	12,243	3	4,081	8,858	,000
	viol_ alcool M	1,213	3	,404	7,270	,000
	viol_ física M	2,456	3	,819	3,971	,009

Quadro 7.15

Médias e erros padrão para as dimensões da violência em que há diferenças

vincasal2		Média	Desvio Padrão	N
viol_ não física F	1,00	1,4991	,40890	41
	2,00	1,7873	,69155	51
	3,00	1,6404	,64305	96
	4,00	2,4739	1,04066	62
viol_ alcool F	1,00	1,4024	,42895	41
	2,00	1,5931	,57654	51
	3,00	1,3125	,56312	96
	4,00	1,9919	,99997	62

vincasal2		Média	Desvio Padrão	N
viol_ física F	1,00	1,1179	,23642	41
	2,00	1,2451	,35016	51
	3,00	1,2049	,42542	96
	4,00	1,5134	,56564	62
viol_ não física M	1,00	1,6734	,52497	41
	2,00	1,8044	,52786	51
	3,00	2,0777	,66402	96
	4,00	2,2940	,87301	62
viol_ alcool IM	1,00	1,2073	,28995	41
	2,00	1,1078	,18878	51
	3,00	1,0964	,20638	96
	4,00	1,2581	,27149	62
viol_ física M	1,00	1,2276	,28323	41
	2,00	1,2386	,31315	51
	3,00	1,2694	,43747	96
	4,00	1,4785	,63266	62

Relativamente às percepções de violência não física as mulheres de casamentos seguros apresentam valores inferiores quando comparadas com as mulheres de todos os outros grupos, a saber, casais em que um dos elementos é seguro e o outro inseguro, casais inseguros e casais desinvestidos. O mesmo acontece relativamente à violência associada ao álcool e à violência física.

No que diz respeito aos homens, o padrão parece ser o inverso, isto é, os homens de relações seguras apresentam valores mais elevados de violência não física que os homens de relações inseguras e desinvestidas; e os homens que pertencem a relações do tipo misto também apresentam níveis mais elevados do que os de relações desinvestidas.

Na violência associada ao álcool, os homens que pertencem a relações em que ambos são desinvestidos apresentam valores inferiores se comparados aos homens de relações inseguras e aos casais em que um é seguro e o outro inseguro. Finalmente, na violência física encontramos uma diferença entre homens de relações desinvestidas e homens de relações inseguras, apresentando estes valores superiores.

d) diferenças quanto aos padrões conjugais

A MANOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do *cluster* ($F(24,723) = 5,855, p < 0.001$) responsável pelas diferenças encontradas em todos os padrões conjugais(Quadros 7.16. e 7.17).

Quadro 7.16

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais

Fonte	Variável Dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
vincasal2	ControloF	6,646	3	2,215	9,086	,000
	Inv_ExpressivoF	6,613	3	2,204	9,490	,000
	Inv_InstrumentalF	11,077	3	3,692	19,351	,000
	FronteirasF	11,376	3	3,792	20,793	,000
	ControloM	5,126	3	1,709	8,864	,000
	Inv_ExpressivoM	6,847	3	2,282	12,274	,000
	Inv_InstrumentalM	7,308	3	2,436	13,706	,000
	FronteirasM	7,092	3	2,364	16,245	,000

Quadro 7.17

Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças

Variável Dependente		vincasal2	Média	Desvio Padrão
ControloF	1	3,9472	,32046	41
	2	3,8693	,36334	51
	3	4,1525	,49276	96
	4	3,7527	,65547	62
Inv_ExpressivoF	1	3,7785	,31766	41
	2	3,8203	,36945	51
	3	3,9467	,50382	96
	4	3,5296	,60283	62
Inv_InstrumentalF	1	3,6519	,32561	41
	2	3,5850	,31732	51
	3	3,8898	,46492	96
	4	3,3562	,52988	62
FronteirasF	1	3,7400	,28655	41
	2	3,6970	,31784	51
	3	3,8637	,40576	96
	4	3,3212	,58515	62
ControloM	1	3,8415	,31002	41
	2	3,9080	,47501	51
	3	3,9361	,44486	96
	4	3,5847	,47031	62
Inv_ExpressivoM	1	3,7114	,24374	41
	2	3,6193	,41575	51
	3	3,8181	,50365	96
	4	3,3978	,41746	62
Inv_InstrumentalM	1	3,5711	,23612	41
	2	3,5915	,41841	51
	3	3,7587	,46930	96
	4	3,3185	,44006	62
FronteirasM	1	3,6870	,19876	41
	2	3,6533	,42350	51
	3	3,7553	,40324	96
	4	3,3333	,40093	62

Verificamos que, no padrão controlo, as mulheres de casais mistos, apresentam valores inferiores comparativamente às mulheres de casais inseguros, no entanto, estas mulheres apresentam valores superiores quando comparadas às mulheres de casais desinvestidos. No que diz respeito às mulheres de casais seguros possuem valores superiores no investimento instrumental comparativamente às mulheres de casais desinvestidos, mas inferiores quando comparadas com mulheres em relações inseguras. Finalmente, as mulheres de relações inseguras possuem valores mais elevados de investimento instrumental e expressivo comparativamente às mulheres de relações desinvestidas.

No que concerne ao investimento expressivo verifica-se ainda que mulheres de casais mistos, possuem valores mais elevados do que mulheres de relações desinvestidas. De igual modo as mulheres de casamentos inseguros apresentam valores superiores relativamente às mulheres de casais desinvestidos. Por fim, as mulheres envolvidas em relações seguras apresentam níveis mais elevados no padrão fronteiras comparativamente a todas as outras.

Relativamente aos homens, verificamos que quando fazem parte de casamentos em que ambos os elementos são seguros apresentam sempre valores mais elevados em todas as dimensões dos padrões conjugais comparativamente aos casais desinvestidos, inseguros e mistos.

3. Grupos de casais para as percepções de violência

A conjugação da análise de *clusters* realizada para os indivíduos relativas às percepções de comportamentos violentos permitiu identificar 3 grupos de casais que percebem diferencialmente os comportamentos dos seus parceiros: violência moderada, quando um ou ambos dos cônjuges percebem níveis de violência moderada, violência ligeira, quando um ou ambos dos

cônjuges percebem níveis de violência ligeira, e sem violência, quando não há registos de violência por nenhum dos cônjuges (Quadro 7.18).

Quadro 7.18

Distribuição dos casais do estudo em função das percepções de violência do cônjuge (N=250)

		Frequência	%
Clusters	1 sem violência	107	42,8
	2 violência ligeira	69	27,6
	3 violência moderada	70	28,0
	Omissos	4	1,6
Total		250	100,0

Com base nesta tipologia de casais mais ou menos violentos, procedemos a um conjunto de variância análises multivariadas, tomando o tipo de casal como factor de diferenciação inter-casal.

a) diferenças na vinculação ao pai e à mãe

A MANOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do cluster ($F(24, 454) = 3,760, p < 0.001$) responsável pelas diferenças na maioria das dimensões da vinculação às figuras paternas tanto para homens como para mulheres com excepção da ansiedade de separação ao pai e à mãe para as mulheres e da inibição da exploração e investimento da mãe e da qualidade do laço emocional à mãe por parte dos homens (Quadros 7.19 e 7.20).

Quadro 7.19

Testes dos efeitos principais inter-casais para as dimensões da vinculação aos pais

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters de violência no casal	Inibição exploração _Mãe F	20,281	2	10,140	19,138	,000
	Inibição exploração _Pai F	7,197	2	3,599	8,143	,000
	Qualidade laçoemoc._Pai F	8,609	2	4,304	7,760	,001
	Qualidade laçoemoc._Mãe F	8,303	2	4,152	7,189	,001
	Ansiedade separação _Pai F	,474	2	,237	,292	,747
	Ansiedade separação _Mãe F	1,949	2	,974	1,211	,300
	Inibição exploração _Mãe M	2,353	2	1,176	2,181	,115
	Inibição exploração _Pai M	13,080	2	6,540	7,534	,001
	Qualidade laçoemoc._Pai M	3,996	2	1,998	3,735	,025
	Qualidade laçoemoc._Mãe M	,253	2	,126	,370	,691
	Ansiedade separação _Pai M	5,841	2	2,921	4,422	,013
	Ansiedade separação _Mãe M	5,703	2	2,851	4,151	,017

Quadro 7.20

Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação aos pais em que há diferenças

Variável dependente	Fonte	Média	Erro padrão
Inibição da exploração _Mãe F	1	2,398	,071
	2	2,352	,089
	3	3,018	,087
Inibição da exploração _Pai F	1	2,263	,065
	2	2,144	,081
	3	2,582	,079
Qualidade do laço emocional _Pai F	1	5,292	,073
	2	5,594	,091
	3	5,096	,089
Qualidade do laço emocional _Mãe F	1	5,331	,074
	2	5,669	,093
	3	5,191	,091
Inibição da exploração _Pai M	1	2,382	,091
	2	2,640	,114
	3	2,939	,111
Qualidade do laço emocional _Pai M	1	5,245	,071
	2	5,152	,089
	3	4,938	,087
Ansiedade de separação _Pai M	1	2,881	,079
	2	3,257	,099
	3	3,070	,097
Ansiedade de separação _Mãe M	1	3,003	,081
	2	3,312	,101
	3	3,315	,099

Relativamente às mulheres, para a dimensão inibição da mãe constatamos que as mulheres de casais moderadamente violentos recordam valores superiores quando comparadas com as restantes; o mesmo padrão de diferenças acontece na inibição do pai. Na qualidade do laço emocional tanto ao pai como à mãe destacam-se as mulheres de casais com violência ligeira.

Quanto aos homens, os maridos de casais moderadamente violentos registam mais inibição do pai e maior ansiedade de separação à mãe do que os oriundos de casais não violentos; o padrão oposto é verificado na qualidade do laço emocional ao pai. Finalmente, na ansiedade de separação ao pai são os maridos de casais ligeiramente violentos que apresentam valores mais elevados face aos de casais nada violentos.

b) diferenças na vinculação ao par amoroso

A MANOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do cluster ($F(16, 462) = 6,799, p < 0.001$) responsável pelas diferenças em todas as dimensões de vinculação ao par amoroso com exceção da confiança nos homens (Quadros 7.21 e 7.22).

Quadro 7.21

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as dimensões da vinculação ao par amoroso

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters de violência no casal	Confiança _ F	1,281	2	,640	7,894	,000
	Dependência _ F	10,573	2	5,287	14,710	,000
	Evitamento _ F	3,775	2	1,888	9,225	,000
	Ambivalência _ F	33,208	2	16,604	23,981	,000
	Confiança _ M	,123	2	,061	,841	,432
	Dependência _ M	15,186	2	7,593	11,955	,000
	Evitamento _ M	7,165	2	3,583	10,725	,000
	Ambivalência _ M	17,607	2	8,804	18,184	,000

Quadro 7.22

Médias e erros padrão para as dimensões da vinculação ao par amoroso em que há diferenças

Variável dependente	violência casal	Média	Erro padrão
Confiança _ F	1	3,901	,028
	2	3,828	,035
	3	3,727	,034
Dependência _ F	1	3,516	,059
	2	3,929	,073
	3	3,406	,072
Evitamento _ F	1	1,657	,044
	2	1,524	,055
	3	1,853	,054
Ambivalência _ F	1	2,280	,081
	2	2,183	,102
	3	3,055	,099
Dependência _ M	1	3,537	,078
	2	3,835	,098
	3	3,170	,095
Evitamento _ M	1	1,748	,056
	2	1,917	,071
	3	2,161	,069
Ambivalência _ M	1	2,107	,068
	2	2,270	,085
	3	2,748	,083

Assim, mulheres de relações nada violentas apresentam valores mais elevados de confiança relativamente às mulheres de casais, ligeira ou moderadamente violentos. As mulheres de relações com índices de violência moderados apresentam valores significativamente mais elevados de evitamento e de ambivalência. Finalmente, mulheres de relações com violência ligeira apresentam valores superiores de dependência face às restantes.

No que aos homens diz respeito, verificamos que os homens de relações nada ou ligeiramente violentas apresentam valores superiores de dependência quando comparados com os homens de relações com índices de violência moderada. Estes, por sua vez, apresentam valores superiores de evitamento e ambivalência comparativamente aos restantes.

c) estratégias de resolução de conflitos

A MANOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do cluster ($F(16, 462) = 8,449, p < 0.001$) responsável pelas diferenças encontradas nas estratégias próprias, com excepção das dimensões de envolvimento negativo no conflito das mulheres e da submissão dos homens (Quadros 7.23 e 7.24). Quanto às mulheres, as mulheres de casais moderadamente violentos apresentam valores inferiores de resolução positiva de problemas face às de casais não violentos e ligeiramente violentos; o inverso acontece para as estratégias de submissão e de retirada. No que diz respeito aos homens, verificamos que os provenientes de casais não violentos apresentam valores superiores de resolução positiva de problemas em comparação com os de casais ligeiramente violentos ou moderadamente violentos; estes últimos destacam-se tanto no envolvimento no conflito como na retirada.

Quadro 7.23

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflitos próprias

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters de violência no casal	Envolvimento no conflito _eu F	,811	2	,406	,897	,409
	Resolução pos. problemas _eu F	4,464	2	2,232	9,990	,000
	Retirada _eu F	21,837	2	10,919	16,755	,000
	Submissão _eu F	27,105	2	13,553	33,499	,000

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
	Envolvimento no conflito _eu M	13,502	2	6,751	12,780	,000
	Resolução pos. problemas _eu M	16,736	2	8,368	26,907	,000
	Retirada _eu M	17,554	2	8,777	11,892	,000
	Submissão _eu M	,492	2	,246	,483	,618

Quadro 7.24

Médias e erros padrão para as estratégias de resolução de conflito próprias em que há diferenças

Variável dependente	violência casal	Média	Erro padrão
Resolução pos. problemas _eu F	1	3,579	,046
	2	3,491	,058
	3	3,255	,057
Retirada _eu F	1	1,995	,079
	2	2,107	,099
	3	2,694	,097
Submissão _eu F	1	2,030	,062
	2	2,156	,078
	3	2,809	,076
Envolvimento no conflito _eu M	1	1,937	,071
	2	2,211	,089
	3	2,503	,087
Resolução pos. problemas _eu M	1	3,680	,054
	2	3,099	,068
	3	3,207	,067
Retirada _eu M	1	2,166	,084
	2	2,313	,105
	3	2,802	,103

A MANOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal do cluster ($F(16, 462) = 8,219, p < 0.001$) responsável pelas diferenças encontradas nas estratégias do companheiro, com exceção das dimensões de submissão das mulheres (Quadros 7.25 e 7.26). Os padrões de diferenças são similares para homens e mulheres: se oriundos de casais moderadamente violentos percebem os/as companheiros/as como recorrendo significativamente mais ao envolvimento no conflito e à retirada, do que oriundos de casais não ou ligeiramente violentos; inversamente, estes/as últimos/as percebem os/as companheiros/as como utilizando menos a resolução positiva de problemas. Na estratégia de submissão apenas há diferenças para os homens que em casais não violentos percebem as companheiras como menos submissas do que os restantes.

Quadro 7.25

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para as estratégias de conflitos próprias e do outro

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters de violência no casal	Envolvimento no conflito _outro F	22,933	2	11,466	20,629	,000
	Resolução pos. problemas _outro F	9,174	2	4,587	20,586	,000
	Retirada _outro F	29,700	2	14,850	18,166	,000
	Submissão _outro F	,062	2	,031	,059	,943
	Envolvimento no conflito _outro M	6,195	2	3,098	5,113	,007
	Resolução pos. problemas _outro M	2,179	2	1,090	5,193	,006
	Retirada _outro M	25,732	2	12,866	27,838	,000
	Submissão _outro M	13,961	2	6,980	20,176	,000

Quadro 7.26

Médias e erros padrão para as dimensões das estratégias de resolução de conflito em que há diferenças

Variável dependente	violência casal	Média	Erro padrão
Envolvimento no conflito _outroF	1	1,943	,073
	2	2,091	,091
	3	2,666	,089
Resolução pos. problemas _outroF	1	3,421	,046
	2	3,401	,058
	3	2,984	,056
Retirada _outroF	1	2,343	,088
	2	2,388	,111
	3	3,132	,108
Envolvimento no conflito _outroM	1	2,180	,076
	2	2,134	,095
	3	2,513	,093
Resolução pos. problemas _outroM	1	3,526	,045
	2	3,500	,056
	3	3,308	,055
Retirada _outroM	1	1,745	,066
	2	1,927	,083
	3	2,517	,081
Submissão _outroM	1	1,863	,057
	2	2,205	,072
	3	2,427	,070

Note-se que tanto para homens como para mulheres existe quase que uma linearidade na utilização das estratégias de resolução de conflitos aqui consideradas, no sentido de que à medida aumenta a violência, maior é a prevalência das estratégias de resolução de conflitos negativas, tanto do próprio como do outro.

d) diferenças nos padrões conjugais

A MANOVA (traço de Pillai) revelou um efeito principal ($F(16, 462) = 10,331$ $p < 0.001$) responsável pelas diferenças das percepções do casal em todas as dimensões dos padrões conjugais (Quadro 7.27 e 7.28). O padrão de diferenças é similar para homens e mulheres em todas as dimensões: os cônjuges de casais não violentos ou ligeiramente violentos apresentam valores superiores aos cônjuges de casais moderadamente violentos. Para os homens, nas dimensões investimento instrumental e expressivo, este padrão sofre uma ligeira alteração com a emergência de diferenças significativas entre homens de casais não violentos e ligeiramente violentos.

Quadro 7.27

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para os padrões conjugais

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters de violência no casal	Controlo_F	8,756	2	4,378	19,482	,000
	Inv_Expressivo_F	10,254	2	5,127	25,001	,000
	Inv_Instrumental_F	5,707	2	2,854	14,448	,000
	Fronteiras_F	6,766	2	3,383	17,366	,000
	Controlo_M	9,784	2	4,892	28,944	,000
	Inv_Expressivo_M	12,512	2	6,256	40,785	,000
	Inv_Instrumental_M	9,973	2	4,987	32,376	,000
	Fronteiras_M	4,995	2	2,497	16,735	,000

Quadro 7.28

Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças

Variável dependente	violência casal	Média	Erro padrão
ControloF	1	4,104	,046
	2	4,009	,058
	3	3,656	,057
Inv_ExpressivoF	1	3,944	,044
	2	3,831	,055
	3	3,458	,054
Inv_InstrumentalF	1	3,778	,043
	2	3,686	,054
	3	3,413	,053
FronteirasF	1	3,759	,043
	2	3,795	,054
	3	3,405	,053
ControloM	1	4,012	,040
	2	3,812	,050
	3	3,529	,049

Variável dependente	violência casal	Média	Erro padrão
Inv_ExpressivoM	1	3,862	,038
	2	3,634	,048
	3	3,316	,047
Inv_InstrumentalM	1	3,788	,038
	2	3,501	,048
	3	3,311	,047
FronteirasM	1	3,722	,038
	2	3,669	,047
	3	3,388	,046

Finalmente, no que concerne à satisfação global e à perturbação global com os padrões, a MANOVA (traço de Pillai) também revelou um efeito principal ($F(8, 470) = 8,410$ $p < 0.001$) responsável pelas diferenças das percepções do casal (Quadro 7.29 e 7.30). O padrão de diferenças é análogo ao dos padrões para homens e mulheres: os cônjuges de casais não violentos ou ligeiramente violentos apresentam valores superiores de satisfação e perturbação aos cônjuges de casais moderadamente violentos.

Quadro 7.29

Testes dos efeitos principais inter-sujeitos para a satisfação e a perturbação com os padrões conjugais

Fonte	Variável dependente	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	Sig.
Clusters de violência no casal	Satisfação _F	238,958	2	119,479	49,285	,000
	Satisfação _M	134,756	2	67,378	33,061	,000
	Perturbação _F	1,461	2	,730	5,296	,006
	Perturbação _M	3,305	2	1,652	18,351	,000

Quadro 7.30

Médias e erros padrão para os padrões conjugais em que há diferenças

Variável dependente	violência casal	Média	Erro padrão
Satisfação _F	1	11,277	,152
	2	11,296	,191
	3	9,091	,186
Satisfação _M	1	11,362	,139
	2	11,375	,175
	3	9,720	,171
Perturbação _F	1	2,069	,036
	2	2,077	,045
	3	1,901	,044
Perturbação _M	1	2,048	,029
	2	2,004	,037
	3	1,776	,036

4. Correlações entre as díades

Apresentam-se de seguida um conjunto de análises de correlações de Pearson, que permitem evidenciar de que forma as percepções do casal se associam entre si, no que diz respeito à relação entre as percepções de violência e as restantes variáveis em estudo. Recorde-se que o instrumento da violência solicita aos participantes que indiquem os comportamentos que ocorrem por parte dos companheiros, ou seja trata-se da percepção da violência exercida pelo(a) companheiro(a).

a) vinculação aos pais

Da observação do Quadro 7.31 constatamos a existência de algumas correlações diádicas significativas entre as percepções da violência e a *vinculação ao pai*, quer quando cruzamos as percepções das mulheres quanto à violência exercida pelos companheiros e a vinculação ao pai dos homens, quer quando cruzamos as percepções dos homens quanto à violência exercida pelas companheiras e as percepções das mulheres quanto à vinculação ao pai. Note-se, porém, que apenas a *inibição da exploração e individualidade* aparece correlacionada com todas as dimensões da violência, assistindo-se, porém, a algumas diferenças para homens e mulheres. Assim, exemplificando, a recordação dos homens da *inibição da exploração e individualidade* na relação com o pai encontra-se correlacionada a um valor mais elevado ($r=,306$) com a percepção das mulheres relativamente à violência não física quando comparada com o cruzamento oposto ($r=,204$). Aliás, é a dimensão da percepção da inibição da exploração e da individualidade na relação com o pai, na perspectiva dos homens, que mais se correlaciona quando cruzada com a percepção de todos os tipos de violência por parte das mulheres. De destacar, ainda, que a percepção de *qualidade do laço emocional ao pai* por parte dos homens se correlaciona no sentido negativo com a percepção de violência não física por parte das mulheres, ou seja, quanto melhor a qualidade do laço emocional aos pais dos homens, tanto menor a violência não física relatada

pelas mulheres. Repare-se, no entanto que este cruzamento não é significativo para as mulheres, isto é, a qualidade do laço emocional com o pai não se associa à percepção dos homens sobre a violência não física, mas associa-se, ainda que com uma magnitude baixa, à violência associada ao álcool percebida pelos companheiros. Por sua vez, quanto mais *ansiedade de separação* nas mulheres recordam na relação com o pai, mais violência física da parte delas é percebida pelos maridos.

Quadro 7.31

Correlações de Pearson nas díades entre a percepção da violência e a vinculação ao pai

Percepções das mulheres						
	Violência não física	Violência - álcool	Violência física	Inibição da exploração e individualidade	Qualidade do laço emocional	Ansiedade de separação
Percepções dos homens						
Violência não física				,204**	-,022	,030
Violência - álcool				,180**	-,148*	-,047
Violência física				,253**	-,032	,136*
Inibição da exploração e individualidade	,306**	,295**	,140*			
Qualidade do laço emocional	-,261**	-,030	,011			
Ansiedade de separação	,093	,074	,120			

Nota. * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$.

Quando observamos a *vinculação à mãe*, verificamos que para as mulheres, o padrão é na generalidade idêntico ao da vinculação ao pai, ainda que com a exceção relativa à qualidade do laço emocional que, desta vez, não se associa à percepção de violência do companheiro (Quadro 7.32). Para os homens, no entanto, o padrão é distinto, sendo que a *ansiedade de separação à mãe* se associa, embora com magnitudes baixas, às percepções das mulheres quanto à violência física e não física exercida pelos homens. Por outro lado, é de realçar que a *inibição da exploração e da individualidade* na relação com a *mãe* apenas se associa à percepção de violência física das mulheres e já não às restantes dimensões da violência.

Quadro 7.32*Correlações de Pearson nas díades entre a percepção da violência e a vinculação à mãe*

Percepções das mulheres						
	Violência não física	Violência - álcool	Violência física	Inibição da exploração e individualidade	Qualidade do laço emocional	Ansiedade de separação
Percepções dos homens						
Violência não física				,321**	-,097	-,005
Violência - álcool				,218**	-,124	-,026
Violência física				,397**	-,017	,165**
Inibição da exploração e individualidade	,146	,092	,135*			
Qualidade do laço emocional	-,060	,102	,104			
Ansiedade de separação	,210**	,108	,145*			

Nota. * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$.

b) vinculação ao par amoroso

Como podemos observar através do Quadro 7.33, existem bastantes correlações diádicas entre as percepções da violência e os padrões conjugais, embora as magnitudes sejam na generalidade baixas. Ainda assim, vejamos as diferenças respeitantes a estas associações. Todas as dimensões da vinculação ao par amoroso do homem se correlacionam a valores mais elevados quando consideramos as percepções dos homens nestas dimensões e as cruzamos com as percepções das mulheres sobre a violência, nomeadamente no que concerne à percepção de violência não física. Ou seja, quanto mais evitantes e ambivalentes e quanto menos confiantes e dependentes são os homens, tanto mais são percebidos pelas mulheres como exercendo vários tipos de violência. Note-se, no entanto, que a ambivalência é a dimensão que obtém uma magnitude superior. Curioso é igualmente verificar que a dependência parece ter um significado diferente para os homens e para as mulheres, na medida em que o sentido da correlação é inverso. Enquanto que a dependência dos homens está positivamente associada com ausência de violência percebida pelas mulheres, na

dependência das mulheres assiste-se ao contrário. Embora a magnitude seja baixa, quanto mais dependentes as mulheres forem, mais violência não física é percebida pelos homens. Repare-se que para a violência física e a associada ao álcool, o padrão das correlações já é idêntico aos dos homens, ou seja quanto menos dependentes as mulheres forem, maior é a violência percebida pelos homens.

Quadro 7.33

Correlações de Pearson nas díades entre a percepção da violência e vinculação ao par amoroso

		Percepções das mulheres						
		Viol. não física	Violência álcool	Violência física	Confiança	Dependência	Evitamento	Ambivalência
Percepções dos homens								
Violência não física					-,058	,176**	,059	,304**
Violência - álcool					-,100	-,184**	,149*	,237**
Violência física					-,237**	-,180**	,197**	,337**
Confiança		-,143*	-,185**	-,111				
Dependência		-,262**	-,364**	-,230**				
Evitamento		,360**	,323**	,245**				
Ambivalência		,438**	,225**	,214**				

Nota. * p<0.05; ** p < 0.01.

c) percepções das estratégias de conflito próprias

Através da análise do quadro Quadro 7.34, verificamos que a maioria das correlações diádicas entre as percepções da violência e as estratégias de resolução de conflito do próprio são significativas, quer quando cruzamos as percepções das mulheres quanto à violência exercida pelos companheiros e as percepções dos homens das estratégias de resolução de conflito por eles usadas, quer quando cruzamos as percepções dos homens quanto à violência exercida pelas companheiras e as estratégias de resolução de conflitos usadas pelas mulheres. Vejamos, no entanto, mais uma vez quais as diferenças a que se assiste nestas associações. O primeiro aspecto que se salienta é o facto da submissão nas mulheres estar correlacionada com a percepção da violência

por parte dos homens, mas o contrário já não se observar. Ou seja, quanto mais submissas as mulheres, tanto mais os homens as percebem como violentas nos três domínios avaliados pelos questionário. Por sua vez, é o envolvimento negativo no conflito dos homens que mais se associa às percepções das mulheres do comportamento violento destes. Finalmente, a retirada e a resolução positiva de conflitos associam-se com as percepções da violência de forma significativa e na direcção esperada, para ambos os cruzamentos. Isto é, menor retirada e maior resolução positiva de conflitos estão associados a percepções de comportamentos menos violentos.

Quadro 7.34

Correlações de Pearson nas díades entre a percepção da violência e as estratégias de conflito (na perspectiva do eu)

	<i>Percepções das mulheres</i>						
	Violência não física	Violência - álcool	Violência física	Envolv. no conflito	Retirada	Resolução de conflitos	Submissão
Percepções dos homens							
Violência não física				,074	,233**	-,171**	,387**
Violência - álcool				,186**	,222**	-,220**	,269**
Violência física				,115	,392**	-,242**	,432**
Envolvimento no conflito	,426**	,369**	,377**				
Retirada	,345**	,290**	,214**				
Resolução conflitos	-,181**	-,214**	-,212**				
Submissão	,041	-,024	-,029				

Nota. * p<0.05; ** p < 0.01.

d) padrões conjugais

Finalmente todas as correlações diádicas entre as percepções da violência e os padrões conjugais são significativas (Quadro 7.35) para ambos os cruzamentos. No entanto, mais uma vez assiste-se a algumas diferenças nestas associações, designadamente as seguintes: As dimensões dos padrões conjugais correlacionam-se todas a valores mais elevados quando consideramos as percepções dos homens nestas dimensões e as cruzamos com as percepções das mulheres sobre a violência. Excepção é feita à

percepção da violência física, em que são as percepções das mulheres quanto aos padrões conjugais que se correlacionam de forma mais elevada com a percepção dos homens da violência exercida por elas. A título de exemplo note-se a percepção dos homens quanto à dimensão do controlo na relação que se encontra correlacionada a um valor de $r = -,502$ com a percepção das mulheres relativamente à violência não física. Ou seja, quanto mais os homens percebem controlo nas suas relações, menos as suas companheiras os percebem como sendo violentos do ponto de vista não físico. No entanto, note-se que para as mulheres esta dimensão do controlo não parece ser tão significativa, na medida em que se correlaciona apenas a $r = -,238$ com as percepções dos seus companheiros acerca da violência não física exercida por elas.

Quadro 7.35

Correlações de Pearson nas díades entre a percepção da violência e os padrões conjugais

	<i>Percepções das mulheres</i>						
	Viol. não física	Violência álcool	Violência física	Controlo	Invest. Expressivo	Invest. Instrumental	Fronteiras
<i>Percepções dos homens</i>							
Violência não física	,624**	,516**	,613**	-,238	-,260	-,224	-,173
Violência - álcool	,432**	,316**	,443**	-,325	-,375	-,249	-,270
Violência física	,644**	,683**	,781**	-,500	-,540	-,386	-,438
Controlo	-,502	-,395	-,404				
Inv_Expressivo	-,536	-,450	-,403				
Inv_Instrumental	-,475	-,455	-,370				
Fronteiras	-,365	-,367	-,302				

Nota. Todas as correlações são significativas $p < 0.01$.

5. Que variáveis contribuem mais para explicar as diferenças entre casais mais ou menos violentos?

Tal como no capítulo anterior, também aqui recorreremos à análise discriminante para perceber que variáveis contribuem mais para as diferenças entre estes grupos. A opção foi a de utilizar variáveis que remetem para as percepções do casal, construídas a partir das percepções de cada cônjuge, tomadas assim como indicadores parcelares da percepção conjugal – procedimento sugerido por (Nauta & Kluwer, 2004) quando a unidade de análise é a díade. Adicionalmente, foram também usadas as variáveis da vinculação ao par amoroso, considerando aqui que não faria sentido fazer uma síntese de uma estrutura, por definição, idiossincrática. As variáveis do casal são as seguintes: as percepções do casal sobre os padrões conjugais, a satisfação com os padrões e a perturbação com os padrões, e as percepções do casal sobre as estratégias de gestão dos conflitos do homem e da mulher (resultantes, portanto, da médias das percepções do próprio e do cônjuge). As médias de todas as variáveis para os *clusters* constam do Quadro 7.36.

Quadro 7. 36

Médias e desvios padrões para as várias dimensões nos vários clusters da violência (N=250)

Clusters	Dimensões	Média	Desvio Padrão	N
1	Satisfação do casal	11,3458	,83351	107
	Padrões do casal	3,8782	,33168	107
	Perturbação do casal	2,0606	,34214	107
	Envolvimento no conflito da mulher	2,2336	,70126	107
	Envolvimento no conflito do homem	1,9229	,65957	107
	Resolução de problemas da mulher	3,5631	,44720	107
	Resolução de problemas do homem	3,5580	,46587	107
	Retirada da mulher	1,8762	,54120	107
	Retirada do homem	2,2465	,77674	107
	Submissão da mulher	1,9428	,42659	107
	Submissão do homem	2,1857	,68624	107
	Confiança da mulher	3,9044	,25770	107
	Evitamento da mulher	1,6671	,50073	107
	Ambivalência da mulher	2,2788	,73145	107
	Dependência da mulher	3,5140	,60639	107
	Confiança do homem	3,8634	,27560	107

Clusters	Dimensões	Média	Desvio Padrão	N
	Evitamento do homem	1,7556	,52106	107
	Ambivalência do homem	2,1152	,68838	107
	Dependência do homem	3,5421	,86407	107
2	Satisfação do casal	11,3297	,79288	69
	Padrões do casal	3,7513	,32191	69
	Perturbação do casal	2,0469	,27282	69
	Envolvimento no conflito da mulher	2,2844	,50041	69
	Envolvimento no conflito do homem	2,1504	,56903	69
	Resolução de problemas da mulher	3,4928	,33683	69
	Resolução de problemas do homem	3,2536	,38585	69
	Retirada da mulher	2,0109	,71767	69
	Retirada do homem	2,3297	,76395	69
	Submissão da mulher	2,1848	,49101	69
	Submissão do homem	2,1938	,58298	69
	Confiança da mulher	3,8339	,29161	69
	Evitamento da mulher	1,5240	,44017	69
	Ambivalência da mulher	2,1839	,76597	69
	Dependência da mulher	3,9465	,74045	69
	Confiança do homem	3,8138	,21573	69
	Evitamento do homem	1,9287	,53283	69
	Ambivalência do homem	2,2834	,65294	69
	Dependência do homem	3,8428	,73492	69
3	Satisfação do casal	9,4054	1,95064	70
	Padrões do casal	3,4317	,36444	70
	Perturbação do casal	1,8368	,28301	70
	Envolvimento no conflito da mulher	2,4786	,73689	70
	Envolvimento no conflito do homem	2,5893	,81792	70
	Resolução de problemas da mulher	3,2839	,34178	70
	Resolução de problemas do homem	3,0964	,36625	70
	Retirada da mulher	2,6036	,72262	70
	Retirada do homem	2,9661	,92419	70
	Submissão da mulher	2,6179	,68462	70
	Submissão do homem	2,2625	,70619	70
	Confiança da mulher	3,7275	,31313	70
	Evitamento da mulher	1,8538	,38587	70
	Ambivalência da mulher	3,0516	1,02031	70
	Dependência da mulher	3,4033	,41236	70
	Confiança do homem	3,8111	,30657	70
	Evitamento do homem	2,1626	,70981	70
	Ambivalência do homem	2,7440	,75525	70
	Dependência do homem	3,1681	,76333	70

Os testes univariados tomando os *clusters* como factor de diferenciação revelam diferenças significativas para a maioria destas variáveis, indicando que as médias para aquelas variáveis são significativamente diferentes, com exceção do envolvimento no conflito da mulher, da submissão do homem e da confiança do homem (Quadro 7.37).

Quadro 7. 37

Médias e desvios padrões para as várias dimensões nos vários clusters da violência (N=250)

	λ de Wilks'	F	GL1	GL2	Sig.
Satisfação do casal	,669	60,073	2	243	,000
Padrões do casal	,765	37,318	2	243	,000
Perturbação do casal	,906	12,674	2	243	,000
Envolvimento no conflito da mulher	,976	3,013	2	243	,051
Envolvimento no conflito do homem	,858	20,045	2	243	,000
Resolução de problemas da mulher	,916	11,098	2	243	,000
Resolução de problemas do homem	,813	27,958	2	243	,000
Retirada da mulher	,813	28,027	2	243	,000
Retirada do homem	,872	17,880	2	243	,000
Submissão da mulher	,779	34,503	2	243	,000
Submissão do homem	,997	,310	2	243	,734
Confiança da mulher	,937	8,215	2	243	,000
Evitamento da mulher	,929	9,261	2	243	,000
Ambivalência da mulher	,835	23,977	2	243	,000
Dependência da mulher	,882	16,265	2	243	,000
Confiança do homem	,991	1,080	2	243	,341
Evitamento do homem	,922	10,294	2	243	,000
Ambivalência do homem	,874	17,471	2	243	,000
Dependência do homem	,907	12,385	2	243	,000

As duas funções discriminantes canónicas são significativas, sendo que a 1ª função explica 75,1% de variância e a 2ª função 24,9% (Quadro 7.38), pelo que se consideram ambas na análise, embora reconhecendo o maior poder explicativo da 1ª função.

Quadro 7.38

Funções discriminantes canónicas

Função	Valores próprios	% Variância	%	Correlação Canónica	λ de Wilks	χ^2	GL	Sig.
1	,962	75,1	75,1	,700	,387	222,421	38	,000
2	,318	24,9	100,0	,491	,759	64,658	18	,000

A interpretação das funções, a partir da análise dos coeficientes discriminantes estandarizados e das correlações entre as variáveis e as funções, revela, como se pode observar nos quadros seguintes (7.39 e 7.40) que a 1ª função se caracteriza, no pólo positivo, pela satisfação, os padrões conjugais e a resolução positiva de problemas do homem e, no pólo negativo, pela ambivalência da mulher, pela submissão e retirada da mulher e pelo envolvimento no conflito do homem. A 2ª função apresenta uma correlação positiva com a dependência, tanto do homem como da mulher.

Quadro 7.39

Coefficientes discriminantes estandarizados

	Função	
	1	2
Satisfação do casal	,630	,552
Padrões do casal	,280	-,557
Perturbação do casal	-,001	,218
Envolvimento no conflito da mulher	-,264	,223
Envolvimento no conflito do homem	,179	-,033
Resolução de problemas da mulher	-,047	,268
Resolução de problemas do homem	,402	-,390
Retirada da mulher	-,361	,134
Retirada do homem	-,047	,175
Submissão da mulher	-,165	,287
Submissão do homem	,033	-,334
Confiança da mulher	,096	,010
Evitamento da mulher	,024	,011
Ambivalência da mulher	,567	-,473
Dependência da mulher	-,079	,653
Confiança do homem	-,252	-,254
Evitamento do homem	,072	-,134
Ambivalência do homem	-,552	,290
Dependência do homem	,197	,276

Quadro 7.40

Matriz estrutural

	Função	
	1	2
Satisfação do casal	,690(*)	,338
Padrões do casal	,565(*)	-,003
Submissão da mulher	-,541(*)	,078
Retirada da mulher	-,487(*)	-,086
Resolução de problemas do homem	,450(*)	-,332
Ambivalência da mulher	-,419(*)	-,298
Envolvimento no conflito do homem I	-,413(*)	,046
Ambivalência do homem	-,386(*)	-,010
Retirada do homem	-,385(*)	-,116
Perturbação do casal	,321(*)	,127
Resolução de problemas da mulher	,308(*)	,017
Evitamento do homem	-,293(*)	,080
Confiança da mulher	,263(*)	-,058
Envolvimento no conflito da mulher	-,160(*)	-,022
submissão do homem	-,051(*)	-,016
Dependência da mulher	,122	,613(*)
Dependência do homem	,229	,403(*)
Evitamento da mulher	-,201	-,343(*)
Confiança do homem	,076	-,103(*)

A análise das médias dos *clusters* para as funções (Quadro 7.41 e Gráfico 7.6) permite concluir que a distribuição dos grupos pela 1ª função vai no sentido de quanto maior a violência maior a aproximação ao pólo negativo da função. Neste caso, isto parece significar que os casais do *cluster* não violento – isto é, com cônjuges que percebem mutuamente os companheiros como não violentos – se caracterizam por elevada satisfação, padrões conjugais positivos e recurso pelos homens a estratégias de resolução positiva de problemas; a ênfase nestas dimensões é próxima de zero no grupo de violência ligeira e claramente negativa no *cluster* de violência moderada, que se caracteriza por uma maior ambivalência da mulher e pelo maior recurso da mulher a estratégias de submissão e retirada. A distribuição na 2ª função é não

linear, com maior dependência dos casais do *cluster 2*, mas com os casais não violentos e moderadamente violentos a revelarem valores negativos.

Quadro 7.41

Médias dos grupos (centroides) nas duas funções

Cluster	Função	
	1	2
1	,848	-,413
2	,191	,891
3	-1,485	-,247

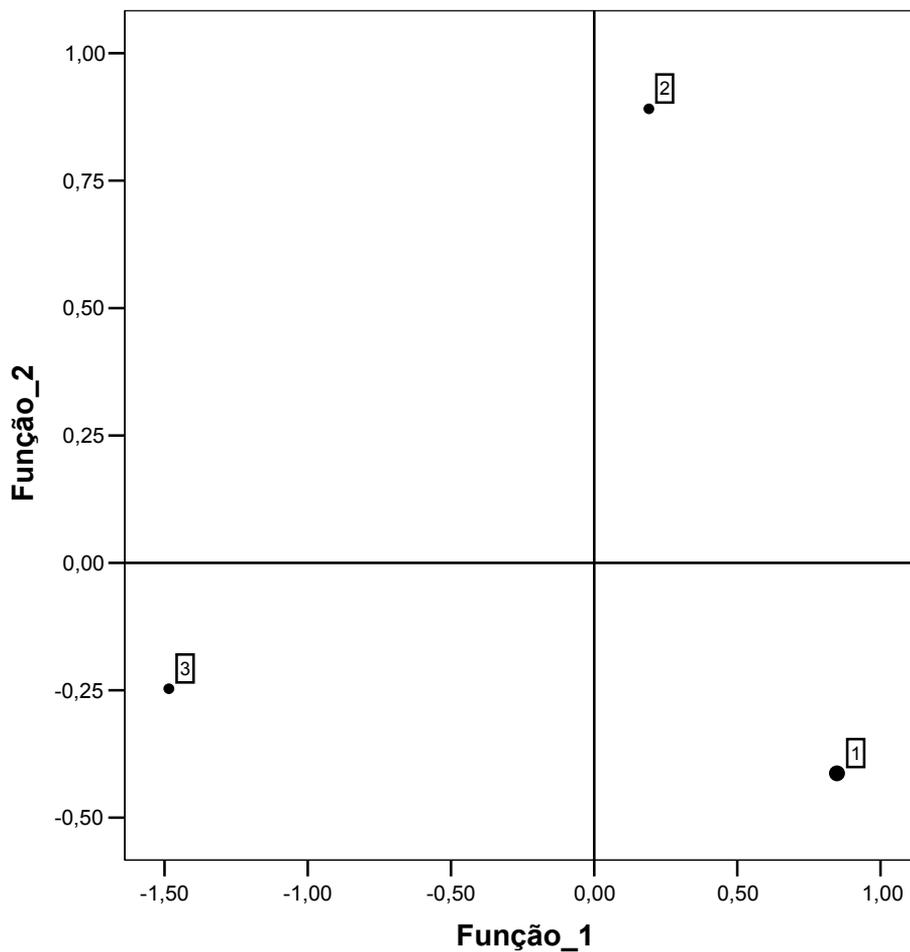


Gráfico 7.6

Distribuição dos clusters pelas duas funções discriminantes canônicas

É, desde logo, interessante constatar a semelhança entre os resultados para esta análise e os apresentados no capítulo anterior para explicar as

diferenças entre indivíduos. Em ambos os casos, as dimensões da satisfação, dos padrões e da resolução positiva de problemas emergem no pólo positivo da função discriminante que explica maior variância dos resultados, e a ambivalência e a retirada no pólo negativo. No entanto, esta análise tem características particulares que potenciam a sua validade para explicar um fenómeno diádico e relacional como é a violência, na medida em que partimos não das percepções individuais, mas das percepções do casal sobre significativas dimensões como os padrões conjugais e a satisfação que lhes está associada e as estratégias de resolução de conflitos dos cônjuges. Finalmente, o que esta análise sugere, é que casais onde se verifica alguma violência conjugal – embora estejamos a falar de níveis moderados de violência “comum” (Gelles, 1994) – se caracterizam por menores níveis de satisfação e de padrões conjugais, menos recurso pelos homens a estratégias positivas de resolução de conflitos (e lembre-se que esta avaliação de estratégias é o resultado das percepções conjuntas do homem e da mulher) e por maiores níveis de submissão e retirada das mulheres, maior ambivalência das mulheres e maior envolvimento negativo no conflito pelos homens.

Em Síntese...

Neste capítulo efectuamos uma série de análises em ordem a perceber as continuidades e descontinuidades intra-casal do nosso estudo. Para tal, e tomando as percepções de cada cônjuge como dimensões do factor intra-casal e o nível sócio económico e cultural e o tempo de duração da relação como factores de diferenciação inter-casais, procedemos a análises de variância em medidas repetidas. Ainda, com base nos *clusters* para a vinculação ao par amoroso, procuramos identificar uma tipologia de casais caracterizados a partir do padrão de vinculação dos cônjuges procedendo à análise das diferenças inter-casais efectuando análises uni e multivariadas para as dimensões consideradas no estudo.

Por seu lado, as análises de correlações de Pearson, permitiram-nos avaliar a relação entre as percepções de violência e as restantes variáveis em estudo. Finalmente, e do mesmo modo que no capítulo anterior, recorreremos à análise discriminante obtendo, curiosamente, elementos para análise consonantes com os do capítulo 6 e em que se destaca serem as dimensões da satisfação, os padrões e a resolução positiva de problemas que explicam, no pólo positivo, maior variância dos resultados, e a ambivalência e a retirada no pólo negativo.

Capítulo **8**

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Procedemos, neste último capítulo, à discussão dos principais resultados encontrados no estudo empírico que acabamos de apresentar. Procuraremos, sempre que possível, avançar com explicações consistentes para os mesmos, ainda que naturalmente alguns resultados sejam mais consonantes do que outros com o que tem sido reiterado pela investigação neste domínio. Ainda assim, não deixaremos de avançar com algumas explicações que nos pareçam plausíveis e consistentes para compreender os resultados encontrados, também em função, julgamos, das características da nossa amostra. Do mesmo modo, paralelamente, vamos indicando em que medida as nossas hipóteses foram ou não confirmadas. Finalmente, organizamos a discussão dos resultados em função das principais dimensões avaliadas no nosso estudo, agrupando os resultados relativos à amostra global e de casais, para cada uma delas, porque tal nos parece possibilitar uma leitura mais coerente dos mesmos.

a) Percepções de Vinculação aos Pais

Uma das dimensões centrais do nosso estudo diz respeito à **vinculação aos pais**, tendo-se constatado serem os homens que apresentam maior inibição da exploração e individualidade e menor qualidade do laço emocional na relação com a figura paterna. Não existem para a idade adulta estudos sobre esta dimensão para podermos referir se está ou não de acordo com a literatura, de qualquer modo relembremos que esta relação (de igual modo para a figura materna) é avaliada no nosso estudo de modo retrospectivo e, por ambas as razões, estudado com carácter exploratório. Cremos, no entanto, que este resultado pode ser lido à luz de questões de índole cultural. Com efeito, na nossa sociedade a figura paterna é marcada por um carácter de autoridade e de um certo distanciamento durante o período de infância (sabemos que tem cabido às mulheres uma maior responsabilidade e proximidade aos filhos, nomeadamente no que concerne ao tempo que lhes disponibilizam e interferindo os pais, tradicionalmente quando se trata de tomar decisões de

maior responsabilidade). Desta forma, parece-nos que nesta visão retrospectiva dos sujeitos o pai pode ser visto como uma figura tendencialmente mais autoritária e exterior. Note-se, ainda, que por se tratar de uma análise retrospectiva da relação com as figuras parentais os sujeitos da nossa amostra respondem relativamente a acontecimentos passados pelo que esta divisão tradicional de papéis poderia ainda fazer mais sentido.

Finalmente, a nossa amostra é maioritariamente constituída por sujeitos compreendidas entre os 30 e os 50 anos o que pode significar que estes indivíduos tiveram pais que vivenciaram modificações sócio-culturais significativas no nosso país, cuja magnitude afectou os período de infância e de adolescência dos participantes no nosso estudo; mudanças salientes sobretudo para as mulheres que foram as mães dos nossos sujeitos. Cremos que esta análise pode ser significativa para a leitura de alguns resultados obtidos.

É interessante constatar que não encontramos diferenças significativas para as mulheres nas dimensões da vinculação aos pais. Estes resultados, porque não esperados, ainda que as questões de ordem cultural acima mencionadas possam sustentar uma explicação para os mesmos, precisariam de estudos adicionais para melhor descrever as percepções de vinculação aos pais em idades adultas.

No que respeita ao nível sócio económico e cultural, a única diferença encontrada é a de serem os indivíduos do nível médio a apresentar níveis inferiores de qualidade do laço emocional à mãe. Ora, na nossa amostra os sujeitos de nível médio perfazem 22% da mesma (contra apenas, 4,8% de sujeitos da classe baixa e 63,3% das classes média-alta e alta). Por isso, se trata de uma amostra claramente diferenciada e acima do nível médio dos adultos portugueses. Assim sendo, talvez este resultado seja o corolário desta situação, por um lado, e, por outro, manifeste que estes indivíduos possuam uma visão retrospectiva da relação com a figura materna influenciada pelo tipo de vida actual. Ou seja, as mulheres podem ter uma vida de dupla carreira, isto é, trabalharem fora de casa e ainda terem a seu cargo as tarefas domésticas. Este padrão pode inclusivamente estar a repetir o que aconteceu com as suas mães (que podem ter sido das primeiras mulheres a trabalhar fora de casa em

ordem a melhorar o seu nível de vida e em consequência da autonomia das mulheres). Finalmente, considere-se a possibilidade de estas mulheres e homens terem tido menores informações acerca da importância das questões relacionais para o desenvolvimento psicológico dos filhos. Note-se, para finalizar que tradicionalmente são as mulheres aquelas a quem cabe a tarefa mais desagradável de impor regras e de transmissão de algumas normas daí não ser surpreendente que estes sujeitos representem menor ligação emocional à mãe devido, justamente, a esta presença quotidiana e excessivamente impositiva (Saunders *et al*, 2005; Tophan & Holman, 2005). Curiosamente, não se verificam diferenças no que diz respeito aos pais, talvez esta não diferenciação se deva ao facto de o papel dos pais não ter mudado tanto como o das mães na nossa sociedade.

Ao considerarmos o **padrão de vinculação de cada indivíduo**, sem diferenciação de género, verificamos serem os indivíduos do **padrão seguro** que apresentam recordações de **menor** inibição da exploração e individualidade na relação com ambas as figuras parentais face a todos os outros padrões, e os desinvestidos são os que apresentam menor qualidade do laço emocional com o pai face a todos os outros padrões, o que é de resto absolutamente consonante com a investigação no domínio (Zeanah *et al*, 1997). Do mesmo modo, podem ser lidos os dados que referem que na relação com a mãe, os sujeitos do estilo amedrontado recordam menor qualidade do laço emocional do que os seguros; no que concerne à ansiedade de separação; os seguros possuem menores valores com os outros padrões mas não se diferenciam dos desinvestidos; são os homens que referem valores mais elevados de inibição da exploração e individualidade ao pai; as mulheres revelam maior qualidade do laço emocional ao pai e ansiedade de separação e dependência à mãe, o que também é consonante com explicações de natureza sócio-cultural. Estes resultados são absolutamente consonantes com a literatura e estão igualmente de acordo com a definição dos próprios estilos de vinculação (Bartholomew, 1991; Cassidy & Berlin, 1994).

Ou seja, quando diferenciamos os sujeitos em função do género, no geral, os resultados parecem favorecer as mulheres relativamente aos homens: são elas que registam percepções de maior qualidade do laço emocional tanto

ao pai como à mãe, e experienciaram menos inibição da exploração por parte do pai; no entanto, os níveis de ansiedade de separação à mãe são, também, mais elevados. Aliás, o mesmo sugerem alguns estudos relativos à influência da família de origem no que concerne às mulheres (Ségrin et al, 2005; Story e tal, 2004).

Quando consideramos a **tipologia do casal no que concerne ao padrão de vinculação dos cônjuges**, destacamos que são as mulheres de relações desinvestidas que recordam maior inibição da exploração e individualidade na relação com ambas as figuras parentais. (Relembremos que nesta tipologia, ambos os cônjuges são desinvestidos). Do mesmo modo, estas mulheres apresentam valores inferiores de qualidade do laço emocional à mãe e ao pai e, finalmente, as mulheres de casais seguros apresentam maior qualidade do laço emocional à mãe e menor ansiedade de separação na relação com os pais. De igual modo, os resultados estão de acordo como que seria esperado no contexto da teoria da vinculação (Dutton *et al*, 1994; Carnelley *et al*, 1996).

No que concerne aos homens é de destacar serem os oriundos de casais seguros que recordam menor inibição na relação com a mãe comparativamente com os casais inseguros e os casais desinvestidos. Note-se, ainda, que são os homens de casais seguros que apresentam os valores inferiores de inibição seguidos dos casais mistos e dos casais inseguros e, finalmente dos casais desinvestidos; resultados consensuais, mais uma vez, com a investigação no domínio (Henderson *et al*, 1999; Treboux *et al*, 2004). Além disso, os homens de casais seguros apresentam valores superiores de qualidade do laço com ambas as figuras parentais comparativamente com os homens de casais inseguros; e na relação com a mãe os homens de casais mistos apresentam valores superiores face aos de casamentos inseguros. Ou seja, estas relações são de tal modo coincidentes com o esperado que podemos hipotetizar ser a relação actual determinante para a visão que os sujeitos possuem da relação com os pais. Isto é, existe uma manutenção do estilo de vinculação? E, por outro lado, não serão, antes, os modelos internos dinâmicos construídos na relação com as figuras parentais que determinam a escolha de determinados(as) parceiros(as)? (Costa, 2005). E, ainda, por outro

lado, o estado da relação amorosa actual interfere nessa visão retrospectiva? Ainda, visto noutra sentença, podemos afirmar que o estilo de vinculação tido em criança na relação estabelecida com os pais transita para a vida adulta, existindo desta forma uma continuidade do estilo de vinculação? (Collins & Read, 1992; Mikulincer, 1998, Backock *et al*, 2000). Julgamos que os dados tornam possíveis argumentar neste sentido, ainda que fossem necessárias outras condições (estudos longitudinais, por exemplo) para poderem ser mais afirmativos ou conclusivos.

Finalmente, no que concerne à ansiedade de separação, verifica-se que os homens de casais inseguros recordam mais ansiedade de separação face ao pai e à mãe o que parece confirmar a hipótese de que os modelos internos construídos na relação com as figuras parentais possuem um papel preponderante nestes processos. Por sua vez os homens de casais mistos recordam menor ansiedade comparativamente com homens de casais inseguros; o que poderá significar que o facto de existir um elemento no casal com um padrão de vinculação seguro influencia a visão retrospectiva da relação com as figuras parentais. Este dado parece-nos também de extraordinário interesse porque está de acordo com alguma investigação produzida a este nível (Treboux *et al*, 2004).

Finalmente, se consideramos os **casais quanto ao tipo de violência** constatamos que, tanto mulheres como maridos, de casais moderadamente violentos (que constituem o expoente máximo de violência na nossa amostra) recordam valores superiores de inibição às figuras paternas, que homens de relações moderadamente violentas registam maior ansiedade de separação à mãe do que os oriundos de casais não violentos; o padrão oposto é verificado na qualidade do laço emocional ao pai. Finalmente, na ansiedade de separação ao pai são os maridos de casais ligeiramente violentos (violência média) que apresentam valores mais elevados face aos de casais nada violentos (Brown, 2003).

Note-se que estamos a falar de níveis moderadíssimos de violência ou se preferirmos, níveis quase incipientes. Ora, assim sendo, mais curioso se torna verificar que é mantido um padrão linear que aponta para a existência de

maior violência quando as ligações com as figuras paternas são de menor qualidade. Desta forma, estes resultados são consonantes com diversas formulações teóricas tanto no domínio da teoria da vinculação (Pistole, 1996) como nas de aprendizagem social (Amato, 1996; Andrews, 1994).

Finalmente, ao **cruzar as percepções de violência com estilos de vinculação ao pai e à mãe**, apenas a inibição da exploração e individualidade aparece correlacionada com todas as dimensões da violência, assistindo-se, porém, a algumas diferenças para homens e mulheres, ou seja, quanto melhor a qualidade do laço emocional aos pais dos homens, tanto menor a violência não física relatada pelas mulheres, sendo este resultado significativo para os homens e não para as mulheres. Por sua vez, quanto mais ansiedade de separação as mulheres recordam na relação com o pai, mais violência física da parte delas é percebida pelos maridos. Note-se que pode existir a manutenção de uma relação desconfortável com a figura masculina por parte destas mulheres não se sabendo também se é a relação actual que interfere nesta visão ou, mais uma vez, os modelos internos dinâmicos construídos na infância servem de guião à escolha de determinados(as) parceiros (as).

Se, por um lado se trata de dados consensuais com o que havíamos exposto, por outro entram um pouco em contradição com a investigação de que são as mulheres as mais afectadas pelo que ocorre na família de origem (Klein & Milardo, 2000; Weger, 2005). Contudo, cremos que seriam necessários mais estudos para clarificar a questão.

Quando observamos a vinculação à mãe para os homens, a ansiedade de separação à mãe associa-se às percepções das mulheres quanto à violência física e não física exercida pelos homens. Por outro lado, é de realçar que a inibição da exploração e da individualidade na relação com a mãe apenas se associa à percepção de violência física das mulheres e já não às restantes dimensões da violência. Ou seja, de novo estes dados podem querer significar uma relação ansiosa com a figura materna que se mantém num padrão ansioso face à companheira actual e se traduz em maiores níveis de violência (Goldner *et al*, 1990; Wallace & Nosko, 1998).

b) Percepções de Vinculação ao Par Amoroso

No nosso estudo pudemos confirmar, a través da análise de *clusters ao par amoroso* o modelo de padrões de vinculação proposto por Bartholomew (1990) sendo a sua organização exactamente consonante com a literatura. No entanto, a distribuição encontrada a partir dos sujeitos da nossa amostra não revela diferenças no género quanto ao padrão mais representativo: o desinvestido; isto é, encontramos valores superiores do padrão desinvestido tanto para homens como para mulheres e em segundo lugar, um maior número de mulheres preocupadas. Recomendamos, contudo uma análise demorada dos valores encontrados para destacar que estas diferenças são por vezes mínimas e, por outro lado, a maior prevalência de desinvestidos é praticamente idêntica à dos seguros, nos homens, tal pode ter que ver com questões culturais,

O facto de termos mais indivíduos desinvestidos poderá eventualmente relacionar-se com as mudanças sócio culturais das últimas décadas a que fizemos referência inicialmente, e no que concerne às relações de intimidade produziram mudanças significativas para as mulheres que passaram ter um papel mais activo o que eventualmente se relacionará com a emergência de um modelo positivo de si. Por outro lado, a sociedade tornou-se mais individualista e desconfiada face aos outros. Estas explicações, hipotéticas, necessitam de mais estudos para serem eventualmente confirmadas.

No que concerne à **vinculação ao par amoroso** as únicas diferenças encontradas foram as de que os homens possuem valores superiores de evitamento relativamente às mulheres o que está de resto de acordo com o esperado (Leonard & Senchak, 1998); as diferenças quanto ao nível sócio económico revelam que os sujeitos de nível médio possuem níveis superiores de ambivalência comparativamente a todos os outros, sendo este resultado, do nosso ponto de vista, concordante com a explicação que anteriormente avançamos (22% da amostra é de nível médio contra apenas 4,8 % de nível baixo e 63,3 dos restantes, sendo que estes últimos possuem apoios

consistentes na sua vida diária) e ainda com o facto de terem uma maior representação do que os sujeitos de níveis baixos (4,8%); ou seja, trabalham mais, possuem dupla carga o que pode reflectir-se em sentimentos de ambivalência face ao desejo de estar com o outro mas ao mesmo tempo não o poderem fazer. Seria, no entanto, interessante percebermos qual o nível sócio económico das suas famílias de origem bem como os valores educacionais das mesmas (por considerarmos que viveram um período de transição histórico no nosso país).

Quando consideramos **a tipologia dos casais no que concerne à violência** verificamos que mulheres de relações nada violentas apresentam valores mais elevados de confiança relativamente às mulheres de casais, ligeira e moderadamente violentos e que mulheres de relações com índices de violência moderados apresentam valores significativamente mais elevados de evitamento e de ambivalência. Finalmente, mulheres de relações com violência ligeira apresentam valores superiores de dependência face às restantes. Curiosamente, repete-se o padrão que acima referenciávamos, isto é, apesar de falarmos apenas de indícios moderados de violência, o padrão encontrado é consensual com alguns estudos que corroboram a ideia de que as mulheres que estão em relações violentas apresentam maiores níveis de dependência face aos seus parceiros (Dutton, 1999, Walker, 2003). Ou seja, uma das duas situações seguintes pode ocorrer: ou as mulheres são mais dependentes e, por isso, não deixam a relação ou a maior dependência aumenta a tensão relacional e portanto é maior a violência (Adams, Towns & Gavey, 2003).

No que aos homens diz respeito, verificamos que os homens de relações nada ou ligeiramente violentas apresentam valores superiores de dependência quando comparados com os homens de relações com índices de violência moderada. Estes, com violência moderada, por sua vez, apresentam valores superiores de evitamento e ambivalência comparativamente aos restantes, o que também é consensual na literatura (Grou & Doll, 2002). Curiosamente, este dado não é excluído de investigações recentes que colocam em causa os tradicionais papéis de género, nomeadamente um estudo de Marchand (2004) que revela que mulheres com maridos mais próximos emocionalmente se sentem mais satisfeitas.

Finalmente, parece que quanto mais evitantes e ambivalentes e quanto menos confiantes e dependentes são os homens, tanto mais são percebidos pelas mulheres como exercendo vários tipos de violência. Curioso é, igualmente, verificar que a dependência parece ter um significado diferente para os homens e para as mulheres, na medida em que o sentido da correlação é inverso. Enquanto que a dependência dos homens está positivamente associada com ausência de violência percebida pelas mulheres, na dependência das mulheres assiste-se ao contrário. Embora a magnitude seja baixa, quanto mais dependentes as mulheres forem, mais violência não física é percebida pelos homens. Repare-se que para a violência física e a associada ao álcool quanto menos dependentes as mulheres forem, maior é a violência percebida pelos homens.

Este padrão também é consensual com alguns estudos que apontam para as diferenças de género. neste sentido pouco usual (Simpson, 2000) e que, no fundo, expressam que os padrões de masculinidade e feminilidade se podem estar a alterar ou que pelo menos a visão tradicional das diferenças não basta para ler todos os resultados. Aqui acontece que, por um lado, os homens parecem não se sentir confortáveis com mulheres dependentes, e, por sua vez as mulheres parecem gostar de homens dependentes, o que, além do significado que se pode atribuir a dependência, pode querer significar que nestas situações as mulheres têm mais poder (isto é cultural?) (Bookwala & Zdaniuk, 1998).

Contudo, estes resultados levantam uma questão deveras interessante e que tem que ver com o significado que se atribui à dependência pelo menos para as mulheres, na nossa cultura. Explicitando mais, interrogamo-nos se a dependência não será lida e percebida como maior proximidade e, por isso, coma maior satisfação para a relação conjugal. Portanto, será esta dependência masculina encontrada na nossa amostra passível de ser lida do mesmo modo devido a questões culturais?

c) Percepções das Estratégias de Resolução de Conflito

De acordo com a maior parte da literatura, os homens tendem a utilizar preferencialmente mais do que as mulheres a retirada como uma estratégia de resolução de conflitos. Deste modo, os resultados encontrados não são surpreendentes até porque surgem associados ao reconhecimento de que as mulheres se envolvem mais na resolução positiva dos problemas. Estas, por seu lado, também se percebem a si próprias como mais envolvidas (ainda que negativamente) no conflito por oposição aos homens e consideram que estes se retiram mais dos conflitos. Acresce, desta forma, nos nossos resultados, esta percepção congruente entre homens e mulheres, no que concerne à utilização da retirada como estratégia de resolução de conflito (Eldridge & Christensen, 2002; Heavey & Christensen, 2003).

Curiosamente, observamos um efeito da idade com os participantes mais novos a considerarem-se mais retirantes das situações de conflito e os mais velhos a perceberem-se como mais envolvidos (negativamente) no conflito. Querá isto dizer que, com o tempo, as pessoas se conhecem melhor, têm mais confiança umas nas outras, por isso, mais à-vontade e trocam acusações nos pontos mais íntimos de um e de outro? Ou querá significar que existem padrões recorrentes de funcionamento para os indivíduos ou seja este padrão já poderia existir? Ou, ainda, que poderão existir assuntos irresolúveis e que permanecem com o tempo? Julgamos que poderão acontecer todas estas possibilidades..., além das que se referem às mudanças sócio-culturais previamente avançadas e que se prendem com o facto de termos mais sujeitos do padrão desinvestido.

Quanto ao facto de os participantes mais novos se perceberem como mais retirantes do conflito, avançamos ainda com uma outra possível explicação e que pode, a nosso ver, ser sinónimo de menor maturidade psicológica. Contudo, será que em determinadas ocasiões o retirar-se do conflito não será fazer mais pela relação do que o envolver-se no sentido da escalada? Por outro lado, será este um sinal de menor investimento nas relações, pressupondo que aos primeiros sinais de desacordo as novas gerações desistem...? São obviamente questões que necessitam de mais

estudos para serem exploradas e, paralelamente há que atender à especificidade de cada história conjugal, época e cultura

Outras questões poderiam ser levantadas: há ou não mudança com o tempo de casamento? Mesmo os escassos estudos longitudinais não são claros nesta matéria porque não se explicita se o que está em causa são padrões de vinculação, mudanças da relação e das teorias que os sujeitos têm acerca da mesma (Knee *et al*, 2004); se se trata do factor acomodação que conduz à permanência em relações infelizes mas estáveis; se, por outro lado relações duradouras são aquelas em que se utilizam estratégias de resolução de conflitos construtivas...o que parece não acontecer na nossa amostra, Acreditamos que serão sobretudo necessários mais estudos com metodologia qualitativa, e idealmente longitudinais para aprofundar esta questão.

Também, quando nos debruçamos sobre os resultados encontrados ao nível das diferenças intra-sujeito constatamos que as mulheres se reconhecem mais envolvidas nos conflitos e como tal são percebidas pelos homens, de resto, este dado confirma que as mulheres são ainda as mantensoras das relações e, eventualmente, pode considerar-se que sendo o seu poder objectivo menor, tendam a usar outras estratégias de influência do qual o envolvimento negativo no conflito poderá fazer parte. Falamos, portanto de uma questão recorrente na literatura e que se prende com o facto de um dos cônjuges querer mudar situações dentro das relações, sendo que tal desígnio caberia essencialmente às mulheres (intenção de mudar o *status quo* que os homens tendem a querer manter inalterado). Seria interessante, e esta é desde logo uma crítica ao nosso estudo, perceber se este tipo de envolvimento negativo no conflito está relacionado com alguns temas específicos e, ainda, se é contínuo ao longo do tempo...(Steil, 1997).

Creemos, aliás que este dado só deve ser lido em complementaridade com outros, nomeadamente o facto de os homens perceberem que as mulheres se envolvem mais positivamente na resolução de problemas do que eles e de novo com congruência de percepções. Ou seja, se as mulheres se envolvem mais negativamente no conflito também parece ser verdade, e consensual entre esposos, que são elas que mais se envolvem na resolução

positiva dos mesmos e, do nosso ponto de vista, aquilo que *a priori* poderia parecer um paradoxo talvez não o seja. Isto é, parecem ser as mulheres que mais se expõem nos envolvimento íntimos, correndo todos os riscos necessários à manutenção mas também à clarificação da natureza das relações (são sobretudo elas que cedem, que mais lutam pela relação pelo menos de forma directa, segundo Showers e Zeigler-Hill, 2004); será porque são elas “as especialistas das relações”? (Helme & Spretche, 2002).

Finalmente, os indivíduos de nível sócio económico superior consideram que resolvem os problemas de modo positivo em comparação com os outros; pensamos que este resultado se pode dever ao facto de a nossa amostra ser pouco diferenciada e representativa, como temos vindo a repetir, e, por outro lado, tal pode dever-se a questões culturais (ou de desejabilidade social?) e, ainda, acreditamos, dever-se ao facto de ser uma amostra diferenciada ao ponto de ter apoios substanciais que permitem a estes sujeitos o não ter de se preocupar com questões pragmáticas que são muitas vezes a causa dos desacordos conjugais

Ainda relativamente à retirada e à submissão encontramos um padrão de avaliação das percepções eu-outro congruente, na medida em que ambos consideram que os homens utilizam mais o recurso a estratégias de retirada e cada um se reconhece como sendo mais submisso do que o outro: este resultado parece-nos extraordinariamente interessante porque vem de acordo com investigações que revelam que os cônjuges recordam da situação de conflito apenas a parte em que se comportaram positivamente e em ordem à sua resolução e não naquilo que ele teve de negativo, por outras palavras este resultado pode significar uma percepção do tipo (“eu não tive culpa, ou eu até cedi, porque me submeti, ou ainda “não foi por minha causa), ao mesmo tempo, isto é revelador da existência de uma percepção negativa do outro em detrimento do eu (isto no pressuposto de que a submissão é entendida como uma boa estratégia para a resolução do conflito, ou seja, inserida nas teorias locais da relação ou no modelo da boa comunicação de Fletcher, ou no de acomodação de Rusbult (Fletcher, 1999; Metz & Epstein, 2002).

Quanto às **estratégias de resolução de conflito e ao padrão de vinculação**, constatamos que os indivíduos seguros percebem utilizar mais estratégias de resolução positiva de problemas face aos outros estilos; valores inferiores de retirada face aos preocupados e de submissão face a todos os outros estilos de vinculação, excepto o preocupado. Ora, parece-nos que estes resultados estão absolutamente de acordo com o esperado na medida em que está de acordo com a própria definição dos estilos de vinculação – recorde-se que os preocupados possuem um modelo de si negativo e, portanto, tudo fazem para obter a valorização do outro); ainda é consonante com estudos que revelam que os indivíduos com padrão seguro são mais positivos, enfrentam directamente os problemas e ainda que sejam negativos em algumas situações não deixam que tal afecte o clima de positividade da relação (Campbell *et al*, 2005). Do mesmo modo, podem ser interpretados os resultados que concernem às estratégias de resolução de conflito que os sujeitos consideram serem usadas pelos seus companheiros, Assim, verificamos que os sujeitos do padrão seguro consideram que os seus companheiros resolvem mais positivamente os problemas e se envolvem menos negativamente no conflito mas consideram que os companheiros se submetem mais do que os dos padrões amedrontado e desinvestido, o que está de acordo com a definição dos estilos.

Os sujeitos do estilo preocupado, por sua vez, percebem menor envolvimento negativo do conflito do outro do que os sujeitos do padrão desinvestido o que se explica devido ao facto de os primeiros terem um modelo negativo de si e positivo do outro, padrão que se inverte com os desinvestidos, ainda, os preocupados, consideram que são mais submissos e que os seus companheiros se retiram menos dos conflitos quando comparados aos outros padrões. De qualquer modo os padrões são também consonantes com a investigação (Campbell *et al*, 2005)

Quanto à **vinculação em função da tipologia do casal**, verificamos que, as mulheres de relações seguras, apresentam valores inferiores de retirada, de submissão, importando apenas realçar que as mulheres de relações desinvestidas apresentam valores mais elevados de submissão do que as mulheres de relações inseguras.

Este último dado referente aos casais desinvestidos é interessante porque como sabemos os desinvestidos possuem um modelo positivo de si, e não seria esperado que se submetessem na relação, no entanto, poderá ser a submissão uma estratégia de não envolvimento e, portanto de não valorização da relação? Será que, por exemplo as mulheres o fazem por razões culturais? Finalmente, as mulheres de relações mistas apresentam valores mais elevados de submissão do que as mulheres de relações inseguras, o que também poderá ser lido à luz da influência que a presença de um dos elementos com estilo de vinculação segura pode ter nas relações. No que concerne às mulheres seguras os resultados são absolutamente de acordo com o esperado (Creasey, 2002; Noller *et al*, 1999).

Relativamente aos homens, aqueles que estão envolvidos em relações seguras apresentam valores mais elevados de resolução positiva de problemas mas homens de relações desinvestidas apresentam valores superiores de envolvimento negativo nos conflitos (talvez por isso as mulheres se submetem) comparativamente aos homens de relações seguras e mistas, sendo ainda de destacar que os amedrontados apresentam os maiores níveis de submissão. (Esta não poderá ser para este suma forma de não envolvimento?) Relembremos que as relações desinvestidas, ambos são desinvestidos não querem significar que os cônjuges não invistam na relação, quer apenas dizer que se tem uma imagem negativa do outro e positiva de si, por isso o não envolvimento pode significar que estes parceiros simplesmente acham que o outro não é suficientemente bom para satisfazer as suas necessidades (Banes, 2004; Lussier *et al*, 1997; Hazan, 1997). Por outro lado, a prevalência de sujeitos desinvestidos, que possuem um modelo positivo de si e negativo do outro, pode querer significar que possuem relações baseadas no compromisso e não no investimento e que valorizem sobretudo dimensões de valorização social e estereotipadas das suas vidas (como será o caso do estatuto social).

Finalmente, quanto aos amedrontados não esqueçamos que possuem modelo de si e do outro negativos e portanto estes resultados não são surpreendentes (Hazan & Shaver, 1994; Mikulincer & Florian, 1997; Simpson *et al*, 1996).

Assim, verificamos que as mulheres de relações desinvestidas percebem nos seus companheiros valores mais elevados de envolvimento negativo nos conflitos do que as mulheres de todos os outros padrões; por sua vez, as mulheres envolvidas em relações inseguras, percebem valores mais elevados de resolução positiva de problemas por parte dos seus companheiros quando comparadas com mulheres de relações desinvestidas. Finalmente, mulheres envolvidas em relações seguras percebem valores mais elevados de submissão dos companheiros face a mulheres de relações desinvestidas, consensual de novo com a literatura no domínio (*ibid.*)

Os homens de relações seguras percebem valores mais elevados de resolução positiva de problemas das suas companheiras do que homens de relações inseguras e relações desinvestidas. Os mesmos homens de relações seguras consideram que as suas companheiras usam menos estratégias de submissão e de retirada do que os homens de relações desinvestidas e homens de relações do tipo misto. Finalmente, os homens de relações desinvestidas percebem valores superiores de submissão e de retirada por parte das companheiras comparativamente aos homens de relações inseguras. Estes apresentam igualmente percepções inferiores de submissão e retirada por parte das suas companheiras quando comparado com os homens de relações em que um é seguro e o outro é inseguro. Além, de estarem de acordo com a investigação estes dados revelam que os padrões de vinculação acerca das estratégias de resolução de conflitos de homens e mulheres, no fundo, são idênticos ou congruentes (Davila & Bradbury, 2001).

Finalmente, é de salientar que a submissão nas mulheres está correlacionada com a percepção da violência por parte dos homens, mas o contrário já não se observa. Ou seja, quanto mais submissas as mulheres, tanto mais os homens as percebem como violentas nos três domínios avaliados pelos questionários. Será então, que a submissão pode ser encarada como uma forma de violência? Por sua vez, é o envolvimento negativo no conflito dos homens que mais se associa às percepções das mulheres do comportamento violento destes. Finalmente, menor retirada e maior resolução positiva de conflitos estão associados a percepções de comportamentos menos violentos, o que é absolutamente claro e consonante com a investigação

realizada no âmbito de diferentes modelos teóricos. (Caughlin & Vangelisti, 2000; Heavey *et al*, 2001). Ainda no que concerne à submissão, estes dados fazem apelo ao modelo de Rusbult (1991) e relembram a questão daqueles que não têm voz, ou seja, o ser-se excessivamente submisso pode significar que não se está na relação, que não se investe ou que existem níveis excessivos de acomodação ou sacrifício nem sempre bem vistos pelo parceiro.

d) Percepções de Violência

Quanto à violência não física constatamos, como esperado, que os homens percebem maiores níveis daquela por parte das mulheres e estas percebem maior violência associada ao álcool por parte dos homens. De resto estes são, de novo, resultados absolutamente concordantes com a maior parte da literatura (Goldner, 1999; Walker, 2003), destacamos o facto de falarmos de níveis moderados de violência (ou se preferirmos a violência *ordinária* e *comum* de que Gelles e Johnson falam, respectivamente).

Mais uma vez, sem surpresas, os sujeitos do padrão seguro percebem os seus companheiros como usando menor violência não física, associada ao álcool e violência física face aos do padrão desinvestido e preocupado; por sua vez os do padrão amedrontado consideram que os seus companheiros apresentam menores níveis de violência não física face aos do padrão desinvestido. Quanto à violência associada ao álcool, constatamos que os sujeitos do padrão preocupado percebem menor uso destes comportamentos por parte dos seus companheiros face aos do padrão amedrontado; ainda no que toca à violência física é de destacar que são os desinvestidos aqueles que percebem maior violência não física por parte dos companheiros e os amedrontados são os que percebem maior violência física por parte dos companheiros. Estes resultados explicam-se à luz do modelo do eu e do outro, no entanto, ainda que consonantes com diversas investigações salientam que os indivíduos seguros se caracterizam sempre por uma abordagem positiva dos conflitos (Rodriguez *et al*, 2001; Simpson, 1990).

Assim, os homens consideram as suas mulheres como mais violentas do ponto de vista não físico e elas percebem os maridos com maiores níveis de violência associada ao álcool (Byrne & Árias, 1997).

Relativamente às percepções de todos os tipos de violência, as mulheres de casamentos seguros apresentam valores inferiores quando comparadas com as mulheres de todos os outros grupos. No que diz respeito aos homens, o padrão parece ser o inverso, isto é, os homens de relações seguras apresentam valores mais elevados de violência não física que os homens de relações inseguras e desinvestidas; e os homens que pertencem a relações do tipo misto também apresentam níveis mais elevados do que os de relações desinvestidas. Neste caso, será porque a relação é segura que existe permissão para se ser mais violento? Existem aqui questões culturais? Note-se com efeito, que na nossa sociedade e portanto nas relações tidas como funcionais e seguras, é esperado que a teoria da relação subjacente seja a de que os homens possuam o poder ou se preferirmos trata-se da normalidade da prepotência do homem latino em relações seguras...

Contudo, não esqueçamos que falamos de níveis moderados de violência, que neste trabalho constituem o maior grau de violência e, deste modo, somos concordantes com autores diversos como Johnson, Gelles, Straus, que reconhecem (que é contrário de defender!) a existência deste tipo de violência comum. Ainda assim, atrevemo-nos a afirmar que os níveis de violência de que falamos são inferiores aos mencionados por eles nos seus estudos.

Na violência associada ao álcool, os homens que pertencem a relações em que ambos são desinvestidos apresentam valores inferiores se comparados aos homens de relações inseguras e aos casais em que um é seguro e o outro inseguro. Finalmente, na violência física encontramos uma diferença entre homens de relações desinvestidas e homens de relações inseguras, apresentando estes valores superiores. De novo, estes resultados são compreensíveis tendo em conta que os desinvestidos por vezes, se ausentam das questões relacionais e, quando o casal é inseguro existe maior tensão e portanto eventualmente maiores indícios de violência. É de notar que a

insegurança tende ao aumento da violência, mesmo que seja moderada (Cobb, Vines & Bradbury, 2003; Simpson, 1996).

Finalmente, as mulheres de casais moderadamente violentos apresentam valores inferiores de resolução positiva de problemas face às de casais não violentos e ligeiramente violentos; o inverso acontece para as estratégias de submissão e de retirada. Ou seja, se as relações são violentas parece que tanto a retirada como a submissão são estratégias de manutenção da relação ou pelo menos de evitar a escalada (como reconhece Gottman, (2001), sendo segundo o mesmo autor, preferencialmente, utilizadas pelas mulheres, nestas situações. No que diz respeito aos homens, verificamos que os provenientes de casais não violentos apresentam valores superiores de resolução positiva de problemas em comparação com os de casais ligeiramente violentos ou moderadamente violentos; estes últimos destacam-se tanto no envolvimento negativo no conflito como na retirada. Julgamos que este último dado é curioso na medida em que vem revelar que os homens também se envolvem negativamente no conflito (do mesmo modo que as mulheres, como vimos anteriormente, também se retiram), o que parece acontecer, no entanto, em circunstâncias diversas. Tal poderá dever-se ainda a questões referentes ao poder nas relações que pode muitas vezes não ser simétrico (Ariés, 2003; Ben - David, 1995)

Os padrões de diferenças são similares para homens e mulheres: se oriundos de casais moderadamente violentos percebem os/as companheiros/as como recorrendo significativamente mais ao envolvimento no conflito e à retirada, do que oriundos de casais não ou ligeiramente violentos; inversamente, estes/as últimos/as percebem os/as companheiros/as como utilizando menos a resolução positiva de problemas. Na estratégia de submissão apenas há diferenças para os homens que em casais não violentos percebem as companheiras como menos submissas do que os restantes.

Finalmente, tanto para homens como para mulheres existe quase que uma linearidade na utilização das estratégias de resolução de conflitos aqui consideradas, no sentido de que à medida que aumenta a violência, maior é a

prevalência das estratégias de resolução de conflitos negativas, tanto do próprio como do outro. Ou seja, estamos claramente na presença do fenómeno da escalada ou da reciprocidade negativa, podendo assim concluir-se que entre estratégias de conflito e emergência de violência existe efectivamente um contínuo.

e) Percepções de Padrões Conjugais

Encontramos no nosso estudo resultados extraordinariamente consistentes com a literatura que aponta para a inequívoca expressão das diferenças de género. Assim, no que concerne aos padrões conjugais (e repetimos que se trata de conjugar as diversas áreas do relacionamento conjugal), constatamos que as mulheres apresentam maiores valores de controlo e de investimento expressivo o que claramente parece significar serem as mulheres, ainda, as principais responsáveis pela manutenção da relação. Com efeito, apesar das mudanças a que temos assistido nas últimas décadas, parecem ainda existir resquícios – do nosso ponto de vista impostos pelo processo de socialização que afecta gerações, e que levam outras gerações a modificar-se – das diferenças de género!

Finalmente, como que a confirmar o que acabamos de referir, verificamos que as mulheres também apresentam valores mais elevados de insatisfação (perturbação) nos padrões conjugais controlo, fronteiras e investimento instrumental parecendo ser consensual admitir que as mulheres têm a seu cargo a relação ou, por outro lado, que os homens lidam de modo mais pragmático com as questões relacionais.

Quanto à diferença encontrada no nível sócio económico e cultural, verificamos serem os indivíduos de nível alto que apresentam menores valores de perturbação em todos os padrões conjugais, ou seja apresentam maior satisfação nas dimensões do investimento instrumental e expressivo, face aos de nível médio e, no padrão fronteiras face aos de nível baixo e médio. Consideramos que uma explicação provável se deve ao facto de os participantes de nível alto possuírem, como já referimos, apoios que lhes

possibilitam uma certa despreocupação acerca das questões instrumentais da relação e, desta forma, as razões do desacordo e discórdia para inúmeros casais não emergirem nestes indivíduos.

Voltemos, assim, às questões pragmáticas do apoio social, que parecem estar presente nos sujeitos de nível médio alto e alto, mas não nos restantes níveis sócio económico cultural. Finalmente, o apoio social tem sido das variáveis mais estudados nos tempos recentes (e negligenciada no nosso estudo!) parecendo ter um papel predominante na forma como os casais resolvem alguns dos seus conflitos contribuindo para a satisfação conjugal, ainda que indirectamente (Perrone & Worthington, Jr, 2001).

As diferenças encontradas no padrão fronteiras também poderão relacionar-se com questões culturais na medida em que tendo melhores condições de vida os sujeitos tenham as fronteiras melhor definidas. Finalmente, relembremos, evidentemente, que vivemos num mundo em que as transformações sócio-culturais a que os casais e as famílias têm sido sujeitas não são, nem têm sido, homogêneas e, mesmo não nos reportando a outras culturas, na sociedade ocidental existem vários ritmos e vários modelos de conjugalidade.

Da análise dos **padrões de vinculação e padrões conjugais** é de realçar que os indivíduos seguros apresentam níveis superiores de controlo face aos amedrontados e desinvestidos mas não face aos preocupados. Estes também revelam maiores níveis de investimento instrumental e expressivo e fronteiras face a todos os outros. Diríamos que este aspecto é absolutamente consonante com a investigação, com efeito os preocupados são indivíduos com um modelo negativo de si e positivo do outro e, portanto, tendencialmente centrados de forma ansiosa na relação.

Constatamos, ainda a existência de diferenças significativas nas percepções de todos os padrões conjugais *controlo; investimento expressivo; investimento instrumental, fronteiras*, favorecendo sempre as mulheres; o que é consensual com o referido anteriormente. Do mesmo modo, são os homens os mais satisfeitos com a relação: nomeadamente na *satisfação com o investimento expressivo*, por seu lado, as mulheres apresentam valores superiores de *perturbação com o controlo*, no investimento instrumental e nas

fronteiras o que parece indicar que o maior peso das tarefas da família estão sobre os ombros das mulheres e que não se vive ainda em relações absolutamente igualitárias. (Steil, 1997)

É interessante constatar que as mulheres parecem atribuir maior importância aos padrões conjugais, o que se traduz numa maior perturbação quando estes não são atingidos. No entanto, não há diferenças na maior parte destes padrões no que concerne à satisfação – excepção para o investimento expressivo em que são os maridos os mais satisfeitos.

Verificamos que, no padrão controlo, as mulheres de casais mistos, apresentam valores inferiores comparativamente às mulheres de casais inseguros, no entanto, estas mulheres apresentam valores superiores quando comparadas às mulheres de casais desinvestidos (note-se que nestes casais ambos os elementos possuem modelo positivo de si e negativo do outro). No que diz respeito às mulheres de casais seguros possuem valores superiores no investimento instrumental comparativamente às mulheres de casais desinvestidos, mas inferiores quando comparadas com mulheres em relações inseguras. Finalmente, as mulheres de relações inseguras possuem valores mais elevados de investimento instrumental e expressivo comparativamente às mulheres de relações desinvestidas. Deste modo, parece que a insegurança pode conduzir a uma maior preocupação com a relação quer no sentido positivo quer no negativo.

No que concerne ao investimento expressivo verifica-se ainda que mulheres de casais mistos, possuem valores mais elevados do que mulheres de relações desinvestidas. De igual modo as mulheres de casamentos inseguros apresentam valores superiores relativamente às mulheres de casais desinvestidos. Por fim, as mulheres envolvidas em relações seguras apresentam níveis mais elevados no padrão fronteiras, comparativamente a todas as outras. Ou seja, à medida que existe pelo menos um elemento com padrão seguro, a relação torna-se mais gratificante em termos afectivos o que indica a questão da influência da relação em função da vinculação de um dos elementos, sobretudo se o seguro é a mulher. Por outro lado, relações em que

ambos são seguros parecem ser caracterizados por interdependência (Conaghy *et al*, 2003)

Relativamente aos homens, verificamos que quando fazem parte de casamentos em que ambos os elementos são seguros apresentam sempre valores mais elevados em todas as dimensões dos padrões conjugais comparativamente aos casais desinvestidos, inseguros e mistos. Encontramos também diferenças das percepções do casal em todas as dimensões dos padrões conjugais. O padrão de diferenças é similar para homens e mulheres em todas as dimensões: os cônjuges de casais não violentos ou ligeiramente violentos apresentam valores superiores de satisfação aos cônjuges de casais moderadamente violentos.

Finalmente, o padrão de diferenças é análogo ao dos padrões para homens e mulheres: os cônjuges de casais não violentos ou ligeiramente violentos apresentam valores superiores de satisfação e menores de perturbação face aos cônjuges de casais moderadamente violentos. De realçar, ainda, que, quanto mais os homens percebem controlo nas suas relações, menos as suas companheiras os percebem como sendo violentos do ponto de vista não físico. No entanto, para as mulheres esta dimensão do controlo não parece ser tão significativa (Walker, 2003).

f) Papel da Religião, Parentalidade e do Tempo da Relação

Verificamos que apenas os sujeitos sem filhos e que não têm religião possuem maiores valores de segurança na vinculação ao par amoroso, podendo compreender-se este resultado pela proximidade e exclusividade relacional destes casais. Assim, será de esperar que estes sujeitos passem mais tempo juntos pelo que também se percebe os efeitos significativos da religiosidade encontrados nos padrões conjugais de controlo, investimento expressivo e investimento instrumental para os indivíduos que têm religião. Naturalmente, que a religião possui implicações ao nível da ideologia destas

peçoas, ao ponto de os tornar mais dispostos a discutir os temas da relação, e da intimidade relacional. Curiosamente, um estudo recente de Fiese e Tomcho, (2001), a que ainda não fizemos referência reconhece que os efeitos da religião na satisfação conjugal são proximais e distais. Os proximais referem-se à forma como os casais organizam as suas actividades neste domínio, ou seja à forma como expressam a sua religiosidade. Trata-se de oportunidades que os casais possuem de participar em conjunto em rituais familiares relevantes, por si só, muito importantes porque além das rotinas que indiciam existem os seus significados adjacentes, ou seja, os significados simbólicos e constituem um compromisso de gerações. As variáveis distais referem-se àquilo que é mais distante como sejam os conceitos de religiosidade e de monogamia; parecendo serem os primeiros que mais interferem na satisfação conjugal, ou seja, é a prática dos rituais em conjunto que faz a diferença¹.

No nosso estudo constatamos, também que os indivíduos casados há mais de dez anos, avaliam o companheiro como recorrendo mais à estratégia de envolvimento no conflito comparativamente aos que estão casados há apenas cinco anos, e estes também se percebem como menos submissos ou retirantes (de resto, nesta última estratégia consideram igualmente que os seus companheiros se retiram menos). Estes resultados parecem sugerir que, com o aumento da duração da relação, existe uma maior confiança no outro ao ponto de, como já referimos, o atacar nos “pontos mais frágeis”.

Finalmente, e também devido ao efeito geracional poderemos especular que as relações recentes assentam, efectivamente, em princípios mais igualitários. Ou, mesmo que se trate de segundos casamentos, haverá no início de uma relação uma outra predisposição para enfrentar os conflitos e estes, ainda, poderão ser menores e menos profundos porque, como é referenciado pela literatura, os casamentos nos seus primeiros anos (sendo referenciado um

¹ O estudo também aponta para a existência de diferenças de género, com as mulheres a revelarem maior satisfação conjugal com o factor religião, porventura explicadas pelo facto de as mulheres, tidas como mais orientadas para as relações, serem as responsáveis principais por criar e manter os rituais (Gottman, 1994).

período variável de três, quatro anos) são marcados pelo efeito de lua-de-mel, que protege os cônjuges do peso da vida relacional nos seus aspectos potencialmente negativos (Kurdeck, 2002)

Encontramos também, no nosso estudo, efeitos significativos da duração do casamento em todos os padrões conjugais percebidos como mais importantes para os indivíduos que estão casados há menos tempo. Ora tal pode significar, a nosso ver, que no início da relação tudo está em jogo, isto é que os cônjuges se encontram na fase de ajustamento um ao outro em todos os níveis da sua relação: seja na delimitação de fronteiras entre si e com a família de origem; seja nas questões mais relevantes para a intimidade, onde o investimento expressivo desempenha um papel de relevo, seja na gestão das tarefas quotidianas (gestão igualitária, distribuição de tarefas;...); portanto todos os temas estão em debate ou em “cima da mesa” numa relação que está ainda no início do processo da construção da sua identidade *a dois* e em que são, obviamente, necessários ajustamentos e cedências. Deste modo, é compreensível que casais com mais tempo de relação tenham já construído esses ajustamentos e estas questões não estejam permanentemente a ser requeridas para análise. Quase que nos atrevemos a dizer que com o tempo (a relação vai simplesmente acontecendo...) a preocupação com a relação se desvanece, com o que tal implica de positivo e negativo para a mesma.

Em Síntese...

Que variáveis contribuem mais para explicar as diferenças entre casais mais ou menos violentos?

As variáveis consideradas são as seguintes: as percepções do casal sobre os padrões conjugais, a satisfação com os padrões e a perturbação com os padrões, e as percepções do casal sobre as estratégias de gestão dos conflitos do homem e da mulher. Encontramos diferenças significativas para a

maioria destas variáveis, com exceção do envolvimento no conflito da mulher, da submissão do homem e da confiança do homem.

As dimensões da satisfação, dos padrões conjugais e da resolução positiva de problemas emergem associadas a relações não violentas e com estratégias adequadas de resolução de problemas. Finalmente, em conclusão, parece que casais onde se verifica alguma violência conjugal – embora estejamos a falar de níveis moderados de violência “comum” (Gelles, 1994) – se caracterizam por menores níveis de satisfação nos padrões conjugais, menos recurso pelos homens a estratégias positivas de resolução de conflitos e por maiores níveis de submissão e retirada das mulheres, maior ambivalência das mulheres e maior envolvimento negativo no conflito pelos homens.

Referências Bibliográficas

- Abrahams, N. (2001). Intimate Violence. In D. J. Christie, R.V. Wagner & D.D. Winter (Eds.), *Peace, conflict, and violence. Peace Psychology for the 21st Century* (pp.). New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- Acitelli, L.K., & Antonucci, T. (1994). Gender differences in the link between marital support and satisfaction in older couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67 (4), 688-698.
- Acitelli, L.K., & Young, A.M. (1996). Gender and thought in relationships. In G. Fletcher & J. Fitness (Eds.), *Knowledge structures in close relationships* (pp. 147-168). Mahawah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Adams, P.J., Towns, A., & Gavey, N. (2003). Dominancia e legitimidad: la retórica que usan los hombres en su discurso sobre su violencia hacia las mujeres. *Revista de Psicoterapia*, 14, 54/55, 23-44.
- Afolayan, J.A. (1993). Consequences of domestic violence on elementary school education. *Child and Family Behaviour Therapy*, 15, 3, 55-58.
- Aguilar, R.J., & Nightingale, N.N. (1994). The impact of specific battering experiences on the self-esteem of abused women. *Journal of Family Violence*, 9, 1, 35-45.
- Aida, Y., & Falbo, T. (1991). Relationships between marital satisfaction, resources, and power strategies. *Sex Roles*, 24, 43-56.
- Ainsworth, M.D.S. (1982). Attachment: Retrospect and prospect. In C.M. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The place of attachment in human behaviour*. New York: Basic Books.
- Ainsworth, M.D.S. (1991). Attachments and other affectional bonds across the life circle. In C.M. Parkes, J. Stevenson-Hinde & P. Marris (Eds.), *Attachment across the life cycle* (pp. 33-51). London, N.Y.: Routledge.
- Ainsworth, M.D.S., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situations*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Ainsworth, M.D.S., & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American Psychologist*, 46, 331-341.
- Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Aldarondo, E., & Straus, M.A. (1994). Screening for physical violence in couple therapy: Methodological, practical, and ethical considerations. *Family Process*, 33, 425-439.
- Aldarondo, E., & Sugarman, D.B. (1996). Risk marker analysis of the cessation and persistence of wide

assault. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 5, 1010-1019.

Alexander, R. (1993). Wife-battering. An Australian Perspective. *Journal of Family Violence*, 8, 3, 229-251.

Amato, P.R. (1996). Explaining the intergenerational transmission of divorce. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 628-640.

Anderson, M.A., Gillig, P.M., Sitaker, M., McCloskey, K., Malloy, K., & Grigsby, N. (2003). "Why doesn't she just leave?": A descriptive study of victim reported impediments to her safety. *Journal of Family Violence*, 18, 3, 151-155.

Anderson, S.A., & Cramer-Benjamin, D.B. (1999). The impact of couple violence on parenting and children: An Overview and clinical implications. *The American Journal of Family Therapy*, 27, 1/9, 1-19.

Andrews, A.B. (1994). Developing community systems for the primary prevention of family violence. *Family and Community Health*, 16, 4, 1-9.

Anson, O., & Sagy, S. (1995). Marital Violence: Comparing Women in violent and nonviolent unions. *Human Relations*, 48, 3, 285-305.

Apt, C., & Hulbert, D.F. (1993). The sexuality of women in physically abusive marriages: a comparative study. *Journal of Family Violence*, 8, 1, 57-69.

Archer, C. (2000a). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126, 651-680.

Archer, C. (2000b). Sex differences in physical aggression to partners: A reply to Frieze (2000), O'Leary (2000), and White, Smith, Koss, and Figueiredo (2000). *Psychological Bulletin*, 126, 5, 697-702.

Archer, C. (2002). Sex differences in physically aggressive acts between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behaviour*, 7, 313-351.

Arellano, C., & Markman, H. (1995). The managing affect and differences Scale (MADS): A self-report measure assessing conflict management in couples. *Journal of Family Psychology*, 9 (3), 319-334.

Aries, E. (1998). The interaction of men and women. In D.J. Canary & K. Dindia (Eds.), *Sex Differences in communication*. Mahawah: Erlbaum.

Armstrong, T.G., Heideman, G., Corcoran, K.J., & Fisher, B. (2001). Disagreement about the occurrence of male-to-female intimate partner violence: A qualitative study. *Family and Community Health*, 24,

1, 55-75.

Arriaga, X.B., & Oskamp, S. (1999). *Violence in intimate relationships*. London: Sage Publications.

Attridge, M., Berscheid, E., & Simpson, J. (1995). Predicting relationship stability from both patterns versus one. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69 (2), 254-268.

Avis, J.M. (1992). Where are all the family therapists? Abuse and violence within families and family therapy's response. *Journal of Marital and Family Therapy*, 18, 3, 225-232.

Babcock, J.C., Jacobson, N.S., Gottman, J.M., & Timothy, P.Y. (2000). Attachment, Emotional Regulation, and the function of Marital Violence: differences between secure, preoccupied, and dismissing violent and dismissing violent and non-violent husbands. *Journal of Family Violence*, 15, 4, 391-408.

Babcock, J.C., Waltz, J., Jacobson, N.S., & Gottman, J.M. (1993). Power and violence: The relation between communication patterns, power, discrepancies, and domestic violence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61, 1, 40-50.

Babcock, J.C., Waltz, J., Jacobson, N.S., & Gottman, J.M. (2000). Testing a typology of batterers. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68, 4, 658-669.

Badinter, E. (1989). *Um é o Outro*. Lisboa: Relógio d'Água.

Banise, R. (2004). Adult attachment and marital satisfaction: Evidence for dyadic configuration effects. *Journal of Social and Personal Relationships*, 21, 2, 273-282.

Barak, G. (2003). *Violence and Nonviolence: Pathways to understanding*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Barbosa, R. (2001). *A vinculação aos pais e a imagem corporal de adolescentes e jovens*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Barnett, O.W., & Fagan, R.W. (1993). Alcohol use in male spouse abusers and their female partners. *Journal of Family*, 8, 1, 1-25.

Barnett, O.W., Fagan, R.W., & Booker, J.M. (1991). Hostility and stress as mediators of aggression in violent men. *Journal of Family Violence*, 6, 3, 217-240.

Bartholomew, K. (1990). Avoidance of intimacy: an attachment perspective. *Journal of Social and Personal Relationships*, 7, 147-178.

- Bartholomew, K. (1994). Assessment of individual differences in adult attachment. *Psychological Inquiry*, 5, 1, 23-27.
- Bartholomew, K. (1997). Adult attachment processes: Individual and couple perspectives. *British Journal of Medical Psychology*, 70, 249-263.
- Bartholomew, K., & Horowitz, L.M. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a Four-Category Model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 2, 226-244.
- Baucom, D.H., & Epstein, N. (1989). The role of cognitions in marital relationships: definitional, methodological, and conceptual issues. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 1, 31-38.
- Baucom, D.H., & Epstein, N. (1990). Cognitive behavioral marital therapy. New York: Brunner/Mazel.
- Baucom, D.H., & Epstein, N. (1991). Will the real cognitive-behavioral marital therapy please stand up? *Journal of Family Psychology*, 4, 4, 394-401.
- Baucom, D., Epstein, N., Daiuto, A., Carels, R., & Burnett, C. (1996). Cognitions in marriage: The relationship between standards and attributions. *Journal of Family Psychology*, 10, 2, 209-222.
- Baucom, D.H., Epstein, N., Rankin, L.A., & Burnett, C.K. (1996). Assessing relationships standards: The inventory of specific relationship standards. *Journal of Family Psychology*, 10, 1, 72-88.
- Baucom, D.H., Epstein, N., Rankin, D.A., & Burnett, C.K. (1999). *Inventory of Specific Relationship Standards-III. Scoring Instructions*. Comunicação escrita.
- Baucom, D.H., Epstein, N., Sayers, S., & Sher, T.G. (1989). The role of cognitions in marital relationships: Definitional, methodological, and conceptual issues. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 31-38.
- Baxter, L.A., & West, L. (2003). Couple perceptions of their similarities and differences: A dialectical perspective. *Journal of Social and Personal Relationships*, 20, 4, 491-514.
- Ben-David, S. (1993). The two faces of female violence: The public and the domestic domains. *Journal of Family Violence*, 8, 4, 345-359.
- Benin, M. H., & Agostinelli, J. (1988). Husbands and wives satisfaction with division of labor. *Journal of Marriage and the Family*, 50, 349-362.
- Bergman, B., & Brismar, B. (1993). Assaultants and victims: a comparative study of male wife-battered males. *Journal of Addictive Diseases*, 12, 4, 1-10.

- Berman, W.H., & Sperling, M.B. (1994). The structure and function of adult attachment. In M.B. Sperling & W.H. Berman (Eds.), *Attachment in adults: Clinical and developmental perspectives* (pp. 3-28). New York: Guilford Press.
- Berns, S.B., Jacobson, N.S., & Gottman, J.M. (1999a). Demand-Withdraw Interaction in Couples With a Violent Husband. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 67*(5), 666-674.
- Berns, S.B., Jacobson, N.S., & Gottman, J.M. (1999b). Demand-Withdraw interaction patterns between different types of batterers end their spouses. *Journal of Marital & Family Therapy, 25*, 3, 337-347.
- Bersani, C.A., Chen, H.T., Pendleton, B.F., & Denton, R. (1992). Personality traits of convicted male batterers. *Journal of Family Violence, 7*, 2, 123-134.
- Berscheid, E., & Walster, E. (1974). A little bit about love. In T.L. Huston (Ed.), *Foundations of Interpersonal Attraction* (pp. 356-381). New York: Academic Press.
- Beyers, J.M., Leonard, J.M., Mays, V.K., & Rosen, L.A. (2000). Gender differences in the perception of courtship abuse. *Journal of Interpersonal Violence, 15*, 5, 451-466.
- Bicehouse, T., & Hawker, L. (1993). Degrees of games: an application to the understanding of domestic violence. *Transactional Analysis Journal, 23*, 4, 195-200.
- Bickham, N.L., & Fiese, B.H. (1997). Extension of the children's perceptions of interparental conflict scale for use with late adolescents. *Journal of Family Psychology, 11*, 2, 246-250.
- Biernat, M., & Wortman, C.B. (1991). Sharing of home responsibilities between professionally employed women and their husbands. *Journal of Personality and Social Psychology, 60*, 844-86.
- Blair, S.L., & Johnson, M.P. (1992). Wives' perceptions of the fairness of the division of household labor: The intersection of housework and ideology. *Journal of Marriage and the Family, 54*, 570-581.
- Blanchard-Fields, F., Chen, Y., & Hebert, C. (1997). Inter role conflict as a function of life stage, gender and gender-related personality attributes. *Sex Roles, 37*, 155-174.
- Blanton, P.W., & Vandergriff-Avery, M. (2001). Marital therapy and marital power. Constructing narratives of sharing relational and positional power. *Contemporary*

Family Therapy, 23, 3, 295-308.

Bodin, A.M. (1996). Relationship conflict – Verbal and Physical: Conceptualizing an inventory for assessing process and content. In F.W. Kaslow (Ed.), *Handbook of Relational Diagnosis and Dysfunctional Family Patterns* (pp. 371-393). New York: John Wiley & Sons, Inc.

Bookwala, J., & Zdaniuk, B. (1998). Adult attachment styles and aggressive behaviour within dating relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 15, 2, 175-190.

Bouchard, G., Wright, J., & Richer, C. (1998). Predictive validity of coping strategies on marital satisfaction: Cross-sectional and longitudinal evidence. *Journal of Family Psychology*, 12, 1, 112-131.

Bowlby, J. (1969/1991). *Attachment and loss*, Vol.1: *Attachment*. Londres: Hogarth Press (1ª Edição 1969).

Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss*, Vol.2: *Separation, anxiety and anger*. New York: Basic Books.

Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss*, Vol.3: *Loss, sadness and depression*. New York: Basic Books.

Bowlby, J. (1982). Epilogue. In C. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The palce of attachment in human behaviour*. London: Tavistock Publications.

Bradbury, T.N., Campbell, S., & Fincham, F.D. (1995). Longitudinal and behavioral analysis of masculinity and femininity in marriage. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68 (2), 328-341.

Bradbury, T.N., & Fincham, F.D. (1990). Attributions in marriage: Review and critique. *Psychological Bulletin*, 107, 1, 3-33.

Bradbury, T.N., & Fincham, F.D. (1992). Attributions and behaviour in marital interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63(4), 613-628.

Bradbury, T.N., Fincham, F.D., & Beach, S.R.H. (2000). Research on the nature and determinants of marital satisfaction: a decade in review. *Journal of Marriage & the Family*, 62, 4, 964-981.

Branden, N. (1988). A vision of romantic love. In R. Sternberg, & M. Barnes (Eds.), *The Psychology of love* (pp. 218-231). New York: Yale University.

Brannon, L. (1996). *Gender – psychological perspectives*. Boston: Allyn and Bacon.

Brennan, K.A., Shaver, P.R., & Tobey, A.E. (1991).

Attachment styles, gender and parental problem drinking. *Journal of Social and Personal Relationships*, 8, 451-466.

Broderick, J.B., & O'Leary, K.D. (1986). Contributions of effect, attitudes, and behaviour to marital satisfaction. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54, 514-517.

Broemer, P., & Blümle, M. (2003). Self-views in close relationships: The influence of attachment styles. *British Journal of Social Psychology*, 42, 445-460.

Brooks-Gunn, J., Cox, M.J., & Paley, B. (1999). Perspectives on Conflict and Cohesion in Families. In J. Brooks-Gunn & M.J. Cox (Eds), *Conflict and Cohesion in Families: Causes and Consequences* (pp. 321-336). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Brown, J. (2003). Shame and domestic violence: Treatment perspective for perpetrators from self psychology and affect theory. *Sexual and Relationship Therapy*, 19, 1, 39-56.

Brunstein, J.C., Dangelmayer, G., & Schultheiss, O.C. (1996). Personal goals and social support in close relationships: Effects on relationship mood and marital satisfaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 5, 1006-1019.

Busch, R., Robertson, N., & Lapsley, H. (1993). Domestic violence and the justice system: A study of breaches of protection orders. *Community Mental Health in New Zealand*, 7, 2, 26-44.

Buss, D.M. (1991). Conflict in married couples: Personality predictors of anger and upset. *Journal of Personality*, 59, 663-688.

Buysse, A., De Clercq, A., Verhofstadt, L., Heene, E., Roeyers, H., & Van Oost, P. (2000). Dealing with relational conflict: A picture in milliseconds. *Journal of Social and Personal Relationships*, 17, 4-5, 574-597.

Byrne, C.A., Arias, I. (1997). Marital satisfaction and marital violence: Moderating effects of attributional processes. *Journal of Family Psychology*, 11, 2, 188-195.

Byrne, M., & Carr, A. (2000). Depression and power in marriage. *Journal of Family Therapy*, 22, 408-427.

Byrne, C.A., Resnick, H.S., Kilpatrick, D.G., Best, C.L., & Saunders, B.E. (1999). The socioeconomic impact of interpersonal violence on women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 67, 3, 362-366.

Caillé, P. (1991). *Un et un font trios: Le couple révélé à lui-même*. Paris: ESF.

Caillé, P. (2001). Le destin des couples – Avatars et

- métamorphoses de la passion. *Thérapie Familiale*, 22(4), 361-369.
- Campbell, L.C., Miller, P., Cardwell, M.M., & Belknap, R.A. (1994). Relationship status of battered women over time. *Journal of Family Violence*, 9, 2, 99-111.
- Campbell, L.C., Simpson, J.A., Boldry, J., & Kashy, D.A. (2005). Perceptions of conflict and support in romantic relationships: The role of attachment anxiety. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88, 3, 510-531.
- Campbell, L.C., Simpson, J.A., Kashy, D.A., & Fletcher, G.J.O. (2001). Ideal standards, the self, and flexibility of ideals in close relationships. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27, 4, 447-462.
- Campbell, L.C., & Soeken, K. L. (1999). Women's responses to battering. A test of the model. *Research in Nursing & Health*, 22, 49-58.
- Canary, D.J., Cupach, W.R., & Messman, S.J. (1995). *Relationship conflict: Conflict in parent-child, friendship, and romantic relationships*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Canary, D.J., & Emmers-Sommer, T.M. (1997). *Sex and gender differences in personal relationships*. New York: The Guilford Press.
- Cancian, F. (1987). *Love in America: gender and self-development*. New-York: Cambridge University Press.
- Cano, A., & Vivian, D. (2001). Life stressors and husband-to-wife violence. *Aggression and Violent Behaviour*, 6, 459-480.
- Cano, A., & Vivian, D. (2003). Are life stressors associated with marital violence? *Journal of Family Psychology*, 17, 3, 302-314.
- Cantos, A.L., Neidig, P.H., & O'Leary, K.D. (1993). Men and Women's attributions of blame for domestic violence. *Journal of Family Violence*, 8, 4, 289-301.
- Cantrell, P.J., Carrico, M.F., Franklin, J.N., & Grubb, H.J. (1990). Violent tactics in family conflict relative to familial and economic factors. *Psychological Reports*, 66, 3, 823-828.
- Carden, A.D. (1994). Wife abuse and wife Abuser: review and recommendations. *The Counseling Psychologist*, 22, 539-582.
- Carnevale, P.J., & Pruitt, D.G. (1992). Negotiation and mediation. *Annual Reviews of Psychology*, 43, 531-582.
- Carrère, S., Buehlman, K., Gottman, J., Coan, J., & Ruckstuhl, L. (2000). Predicting marital stability and divorce in newlywed couples. *Journal of Family Psychology*, 14 (1), 42-58.

- Cascardi, M., & O'Leary, D. (1992). Depressive symptomatology, self-esteem, and self-blame in battered women. *Journal of Family Violence*, 7, 4, 249-259.
- Cassidy, J., & Berlin, L.J. (1994). The insecure/ambivalent pattern of attachment: Theory and research. *Child development*, 65, 971-991.
- Cataldi, A.E., & Reardon, R. (1996). Gender, interpersonal orientation, and manipulation tactic in close relationships. *Sex Roles*, 35, 205-218.
- Caughlin, J.P., & Vangelisti, A.L. (2000). An individual difference explanation of why married couples engage in the demand/withdraw pattern of conflict. *Journal of Social and Personal Relationships*, 17, 523-551.
- Christensen, A., & Heavey, C. (1990). Gender and social structure in the demand/withdraw pattern of marriage conflict. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59 (1), 73-81.
- Christensen, A., & Shenk, J.L. (1991). Communication, conflict, and psychological distance in nondistressed, clinic, and divorcing couples. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59, 3, 458-463.
- Christensen, A., & Walczynsky, P.T. (1997). Conflict and satisfaction in couples. In R.J. Sternberg & M. Hojjat (Eds.), *Satisfaction in Close Relationships* (pp. 249-274). New York: The Guilford Press.
- Christian, J.L., O'Leary, K.D., & Vivian, D. (1994). Depressive symptomatology in maritally discordant women and men: The role of individual and relationship variables. *Journal of Family Psychology*, 8, 32-42.
- Clark, M.S., & Reis, H.T. (1988). Interpersonal processes in close relationships. *Annual Review of Psychology*, 39, 609-672.
- Clements, M.L., Cordova, A.D., Markman, H.J., & Laurenceau, J.P. (1997). The erosion of marital satisfaction over time and how to prevent it. In R.J. Sternberg & M. Hojjat (Eds.), *Satisfaction in Close Relationships* (pp. 335-354). New York: The Guilford Press.
- Clements, C.M., & Sawhney, D. K. (2000). Coping with domestic violence: Control attributions, dysphoria, and hopelessness. *Journal of Traumatic Stress*, 13, 2, 219-235.
- Cobb, R.J., & Bradbury, T.N. (2003). Implications of adult attachment for preventing adverse marital outcomes. In S.M. Johnson & V.E. Whiffen (Eds.), *Attachment processes in couple and family therapy* (pp. 258-280). New York: The Guilford Press.

- Cobb, R.J., Davila, J., & Bradbury, T.N. (2001). Attachment security and marital satisfaction: The role of positive perceptions and social support. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27, 9, 1131-1143.
- Coelho, P. (2005). Violência Conjugal: violência física conjugal nas mulheres que recorrem aos cuidados de saúde primários. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 21, 343-351.
- Coleman, K.H., Weinman, M.L. & Bartholomew, P. (1980). Factors affecting conjugal violence. *Journal of Psychology*, 105, 197-202.
- Collins, N.L., & Read, S.J. (1990). Adult attachment, working models, and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 644-663.
- Collins, N.L., & Read, S.J. (1994). Cognitive representations of attachment: The structure and function of working models. In K. Bartholomew & D. Perlman (Eds.), *Attachment processes in adulthood*, Vol.5 (pp. 53-92). London: Jessica Kingsley Publ.
- Corcoran, K., & Fischer, J. (2001). *Measures for clinical practice: A sourcebook* (vol. 1). New York: The Free Press.
- Corsi, J. (1999). Treatment for men who batter women in Latin America. *American Psychologist*, 54(1), 64.
- Costa, M.E. (1994). *Intervenção psicológica em transições familiares: divórcio, monoparentalidade e recasamento*. Porto: Edições Asa.
- Costa, M.E. (1999). *Novos encontros de amor*. Porto: Edinter.
- Costa, M.E. (2005). *À procura da intimidade*. Porto: Edições Asa.
- Cox, C.L., Drigotas, S.M., Lange, P., & Rusbult, C.E. (1997). Willingness to sacrifice in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72 (6), 1373-1395.
- Cox, J.W., & Stoltenberg, C.D. (1991). Evaluation of a treatment program for battered wives. *Journal of Family Violence*, 6, 4, 395-412.
- Coyne, J.C., Thompson, R., & Palmer, S.C. (2002). Marital quality, coping with conflict, marital complaints, and affection in couples with a depressed wife. *Journal of Family Psychology*, 16, 1, 26-37.
- Cramer, D. (2002). Relationship satisfaction and conflict over minor and major issues in romantic relationships. *Journal of Psychology*, 136, 75-82.
- Crawford, D.W., Houts, R.M., Huston, T.L., & George, J. (2002). Compatibility leisure and satisfaction in marital relationships. *Journal of Marriage and the*

family, 64, 2, 433-450.

Creasey, G. (2002). Associations between working models of attachment and conflict management behaviour in romantic couples. *Journal of Counseling Psychology*, 49, 3, 365-375.

Crohan, S.E. (1992). Marital happiness and spousal consensus on beliefs about marital conflict: A longitudinal investigation. *Journal of Social and Personal Relationships*, 9(1), 89-102.

Crohan, S.E. (1996). Marital quality and conflict across the transition to parenthood in african american and white couples. *Journal of Marriage & Family*, 58, 4, 933-944.

Cross, S., & Levant, M. (1997). Models of the self: Self construals and gender. *Psychological Bulletin*, 122 (1), 5-37.

Crowell, J.A., Treboux, D., & Waters E. (2002). Stability of attachment representations: The transition to marriage. *Developmental Psychology*, 38, 4, 467-479.

Cummings, J.G., Pepler, D.J., & Moore, T.E. (1999). Behavior Problems in Children Exposed to Wife Abuse: Gender Differences. *Journal of Family Violence*, 14, 2, 133-156.

Cupach, W.R. (2000). Advancing understanding about relational conflict. *Journal of Social and Personal Relationships*, 17, 697-703.

Cupach, W.R., & Canary, D.J. (1995). Managing conflict and anger: Investigating the sex stereotype hypothesis. In P.J. Kalbfleisch & M.J. Cody (Eds.), *Gender, power, and communication in human relationships* (pp. 233-252). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

D'Ardenne, P., & Balakrishna, J. (2001). Domestic violence and intimacy: What the relationship therapist needs to know. *Sexual and Relationship Therapy*, 16, 3, 229-246.

Date, A.L., & Ronan, G.F. (2000). An examination of attitudes and behaviours presumed to mediate partner abuse: A rural incarcerated sample. *Journal of Interpersonal Violence*, 15, 1140-1155.

Davila, J., & Bradbury, T. (2001). Attachment insecurity and the distinction between unhappy spouses who do and do not divorce. *Journal of Family Psychology*, 15 (3), 371-393.

Davila, J., Burge, D., & Hammen, C. (1997). Why does attachment style change?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 4, 826-838.

Davila, J., Karney, B., & Bradbury, T. (1999). Attachment change process in the early years of

marriage. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 5, 783-802.

Davis, M.H., Capobianco, S., & Kraus, L.A. (2004). Measuring conflict-related behaviours: reliability and validity evidence regarding the conflict dynamics profile. *Educational and Psychological Measurement*, 64, 4, 707-731.

Davis, M.H., Oathout, H.A. (1987). Maintenance of satisfaction in romantic relationships: Empathy and relational competence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 397-410.

DeKeseredy, W.S. (2000). Current controversies on defining nonlethal violence against women in intimate heterosexual relationships. *Violence Against Women*, 6, 7, 728-146.

Delsol, C., & Margolin, G. (2004). The role of family-of-origin violence in men's marital violence perpetration. *Clinical Psychology Review*, 24, 99-122.

Deutsch, M. (1969). Socially relevant science: reflections on some studies of interpersonal conflict. *American Psychologist*, 24(12), 1076-92.

Dias, I. (2004). *Violência na família: uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

Dieckman, A., & Eagly, A. (2000). Stereotypes as dynamic constructs: women and men of the past, present, and future. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26 (10), 1171-1188.

DiLalla, L.F., & Gottman, I.I. (1991). Biological and genetic contributors to violence: widom's untold tale. *Psychological Bulletin*, 109, 1, 125-129.

Dobash, R.P., & Dobash, R.E. (2004). Women's violence to men in intimate relationships. *British Journal of Criminology*, 44, 3, 324-349.

Doerner, W.G., & Lab, S.P. (1995). *Victimology*. Anderson Publishing Co.

Doumas, D., Margolin, G., & John, R.S. (1994). The intergenerational transmission of aggression across three generations. *Journal of Family Violence*, 9, 2, 157-175.

Downey, G., Feldman, S., & Ayduk, O. (2000). Rejection sensitivity and male violence in romantic relationships. *Journal Relationships*, 7, 45-61.

Doyle, J., & Paludi, M. (1995). *Sex and gender – The human experience*. New York: Brown & Benchmark.

Drigotas, S. M., & Rusbult, C.E. (1992). Should I stay or should I go? A dependence model of breakups. *Journal of personality and Social Psychology*, 62,1, 62-87.

- Driver, J.L., & Gottman, J.M. (2004). Daily marital interactions and positive affect during marital conflict among newlywed couples. *Family Process*, 43, 3, 301-314.
- Duck, S. & Wright, P.H. (1993). Reexamining gender differences in friendship: A close look at two kinds of data. *Sex Roles*, 28, 709-727.
- Dudley, M.G., & Kosinski, F.A. (1990). Religiosity and marital satisfaction: A research note. *Review of Religious Research*, 32, 1.
- Dunham, K., & Senn, C.Y. (2000). Minimizing negative experiences: women's disclosure of partner abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 15, 3, 251-261.
- Dutton, M.A. (1996). Battered women's strategic response to violence: the role of context. In J.L. Edelson & Z.C. Eisikovits (Eds.), *Future interventions with battered women and their families* (pp. ???). London: Sage Publications.
- Dutton, D.G., Saunders, K., Starzomski, A., & Bartholomew, K. (1994). Intimacy-anger and insecure attachment as precursors of abuse in intimate relationships. *Journal of Applied Social Psychology*, 24, 15, 1367-1386.
- Eagly, A.H. (1998). On comparing women and men. In D. Anselmi & A. Law (Eds.), *Questions of gender – perspectives and paradoxes* (pp. 93-98). New York: McGraw-Hill.
- Eckhardt, C. I., & Dye, M. L. (2000). The cognitive characteristics of martially violent men. Theory and evidence. *Cognitive Therapy and Research*, 24, 2, 139-158.
- Edleson, J.L. (1996). Controversy and change in batterer's programs. In J.L. Edelson & Z.C. Eisikovits (Eds.), *Future interventions with battered women and their families* (pp. 154-169). London: Sage Publications.
- Edleson, J.L., Eisikovits, Z.C., Guttman, E. & Sela-Amit, M. (1991). Cognitive and interpersonal factors in woman abuse. *Journal of Family Violence*, 6, 2, 167-181.
- Eisikovits, Z.N., & Buchbinder, E. (1996). Toward a phenomenological intervention with violence in intimate relationships. In J.L. Edelson & Z.C. Eisikovits (Eds.), *Future interventions with battered women and their families* (pp. 186-200). London: Sage Publications.
- Eldridge, K.A., & Christensen, A. (2002). Demand-withdraw communication during couple conflict: A

review and analysis. In P. Noller & J.A. Feeney (Eds.), *Understanding marriage: Developments in the study of couple interaction* (pp. 289-322). New York: Cambridge University Press.

Emery, R.E., & Laumann-Billings, L. (1998). An overview of the nature, causes, and consequences of abusive family relationships. *American Psychological Association, 53*, 2, 121-135.

Epstein, N., Baucom, D.H., & Rankin, L.A. (1993). Treatment of marital conflict: A cognitive-behavioral approach. *Clinical Psychology Review, 13*(1), 45-57.

Erbert, L.A., & Duck, S.W. (1997). Rethinking satisfaction in personal relationships. In R.J. Sternberg, & M. Hojjat (Eds.), *Satisfaction in Close Relationships* (pp. 190-218). New York: The Guilford Press.

Fagan, J. (1989). Cessation of family violence: Deterrence and dissuasion. In L. Ohlin & M. Tonry (Eds.), *Family violence* (pp. 377-425). Chicago: University of Chicago Press.

Farris, C.A., & Fenaughty, A.M. (2002). Social isolation and domestic violence among female drug users. *American Journal of Drug Alcohol Abuse, 28*, 2, 339-351.

Faulkner, K.K., Cogan, R., Nolder, M., & Shooter, G. (1991). Characteristics of men and women completing cognitive/behavioural spouse abuse treatment. *Journal of Family Violence, 6*, 3, 243-254.

Feather, N.T. (1996). Domestic violence, gender, and perceptions of justice. *Sex Roles, 35*, 507-519.

Feeney, J.A. (1994). Attachment style, communication patterns and satisfaction across the life cycle of marriage. *Personal Relationships, 1*, 333-348.

Feeney, J.A. (2002). Attachment, marital interaction, and relationship satisfaction: A diary study. *Personal Relationships, 9*, 39-55.

Feeney, J.A., & Noller, P. (1990). Attachment style as a predictor of adult romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology, 58*, 281-291.

Feeney, J.A., & Noller, P. (1991). Attachment style and verbal descriptions of romantic partners. *Journal of Social and Personal Relationships, 8*, 187-215.

Feeney, J.A., Noller, P., & Callan, V.J. (1994). Attachment style, communication and satisfaction in the early years of marriage. In K. Bartholomew & D. Perlman (Eds.), *Advances in Personal Relationships, Vol.5*, 269-308.

Feldman, C.M., & Ridley, C.A. (2000). The role of conflict-based communication responses and

outcomes in male domestic violence toward female partners. *Journal of Social & Personal Relationships*, 17, 4/5, 552-574.

Fiese, B.H., & Tomcho, T.J. (2001). Finding meaning in religious practices: The relation between holiday rituals and marital satisfaction. *Journal of Family Psychology*, 4, 597-609.

Fincham, F.D., & Beach, S.R.H. (1999). Conflict in marriage: Implications for working with couples. *Annual Review of Psychology*, 50, 47-77.

Fincham, F.D., Beach, S.R.H., & Davila, J. (2004). Forgiveness and conflict resolution in marriage. *Journal of Family Psychology*, 18, 1, 72-81.

Fincham, F.D., & Bradbury, T. (1987). Cognitive processes and conflict in close relationships. An attribution-efficacy model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 6, 1106-1118.

Fincham, F.D., & Bradbury, T., Arias, I., Byrne, C.A., & Karney, B.R. (1997). Marital Violence, Marital Distress, and Attributions. *Journal of Family Psychology*, 11, 3, 367-372.

Fincham, F.D., & Grych, J.H. (1991). Explanation for family events in distressed and nondistressed couples: Is one type of explanation used consistently? *Journal of Family Psychology*, 4, 3, 341-353.

Fincham, F.D., Harold, G., & Gano-Phillips, S. (2000). The longitudinal association between attributions and marital satisfaction: Direction of effects and role of efficacy expectations. *Journal of Family Psychology*, 14 (2), 267-285.

Fincham, F.D., & Linfield, K (1997). A new look at marital quality: Can spouses feel positive and negative about their marriage? *Journal of Family Psychology*, 11,4, 489-502.

Fischer, K.W., & Ayoub, C. (1996). Analyzing development of working models of close relationships: Illustration with a case of vulnerability and violence. In G.G. Noam & K.W. Fischer (Eds.), *Development and vulnerability in close relationships* (pp. 173-199). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Fiske, S.T. (1993). Controlling other people: The impact of power on stereotyping: *American Psychologist*, 48, 621-628.

Fiske, S.T., & Stevens, L. (1998). What's so special about sex? Gender Stereotyping and discrimination. In D. Anselmi & A. Law (Eds.), *Questions of gender-perspectives and paradoxes* (pp. 232-246). New York: McGraw-Hill.

Fitness, J., & Fletcher, G.J.O. (1993). Love, hate, anger, and jealousy in close relationships. A prototype

- and cognitive appraisal analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 5, 942-958.
- Fitzpatrick, M.A. (1988). *Between Husbands and Wives: Communication in Marriage*. Newbury Park: Sage Publications.
- Fitzpatrick, M.A., Fey, J., Segrin, C., & Schaff, J. (1993). Internal working models of relationships and marital communication. *Journal of Language and Social Psychology*, 12, 1, 2, 103-131.
- Fitzsimons, G.M., & Bargh, J.A. (2003). Thinking of You: Nonconscious Pursuit of Interpersonal Goals Associated With Relationship Partners. *Journal of Personality & Social Psychology*, 84, 1, 148-164.
- Fletcher, G. (2002). *The new science of intimate relationships*. Oxford: Blackwell Publisher.
- Fletcher, G.J.O., Fincham, F.D., Cramer, L., & Heron, N. (1987). The role of attributions in the development of dating relationships, *Journal of Social and Personal Relationships*, 53, 3, 481-489.
- Fletcher, G.J.O., Simpson, J.A., & Thomas, G. (2000). The measurement of perceived relationship quality components. A confirmatory factor analytic Approach. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 3, 340-354.
- Fletcher, G.J.O., Simpson, J. A., Thomas, G., & Giles, L. (1999). Ideals in intimate relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 1, 72-89.
- Fletcher, G.J.O., & Thomas, G. (2000). Behaviour and on-line cognition in marital interaction. *Journal Relationships*, 7, 111-130.
- Fletcher, G.J.O., Thomas, G., & Durrant, R. (1999). Cognitive and behavioral accommodation in close relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 16, 6, 705-730.
- Follette, V.M., Alexander, P.C. (1992). Dating violence: current and historical correlates. *Behavioral Assessment*, 14, 1, 39-52.
- Follingstad, D.R., Brennan, A.F., Hause, E.S., Polek, D.S., & Rutledge, L.L. (1991). Factors moderating physical and psychological symptoms of battered women. *Journal of Family Violence*, 6, 1, 81-95.
- Fortune, M.M. (1993). The nature of Abuse. *Pastoral Psychology*, 41, 5, 275-288.
- Fowers, B. (1998). Psychology and the good marriage. *American Behavioral Scientist*, 41, 4, 516-541.
- Friedman, M. (2004). The so-called high-conflict couple: A closer look. *The American Journal of Family Therapy*, 32, 101-117.

Frieze, I.H. (2000). Violence in close relationships - Development of a research area: Comment on Archer (2000). *Psychological Bulletin*, 126, 5, 681-684.

Gallo, L.C., & Smith, T.W. (2001). Attachment style in marriage: Adjustment and responses to interaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18, 2, 263-289.

Garfield, R. (2004). The therapeutic alliance in couples therapy: Clinical considerations. *Family Processes*, 43, 4, 457-465.

Gayford, J.J. (1975). Wife battering: a preliminary survey of 100 cases. *British Medical Journal*, 25, 194-197.

Gehring, T.M., Debry, M., & Smith, P.K. (2001). *The family system test (FAST): theory and application*. New York: Brunner-Routledge.

Gelles, R.J. (1993). Constrains against family violence: how well do they work? Special issue: the impact of arrest on domestic assault. *American Behavioral Scientist*, 36, 5, 575-586.

Gelles, R.J. (1994). Research and advocacy: Can one wear two hats? *Family Process*, 33, 93-95.

Gelles, R.J. (1995). Family violence and abuse. In R.J. Gelles (Ed.), *Contemporary Families – A sociological view* (pp. 449-483). London: Sage Publications.

Gelles, R.J., & Straus, M.A. (1988). *Intimate violence*. New York: Simon & Schuster.

Gerber, G.L. (1991). Gender stereotypes and power: perceptions of the roles in violent marriages. *Sex Roles*, 24, 7-8, 439-458.

Glass, D.D. (1995). *All my fault: why women don't leave abusive men*. London: Virago Press.

Glenn, N.D. (2001). Is the current concern about American marriage warranted? *Virginia Journal of Social Policy and the Law* (in press).

Gold, L. (1992). *Between love and hate: A guide to civilized divorce*. New York: Plenum Press.

Goldberger, N.R., & Veroff, J.B. (1995). *The culture and psychology reader*. New York: New York University Press.

Goldner, V. (1998). The treatment of violence and victimization in intimate relationships. *Family Process*, 37, 3, 263-321.

Goldner, V. (2003). El tratamiento de la violencia y la victimización en las relaciones íntimas. *Psicoterapia*, 14, 54/55, 45-76.

Goldner, V., Penn, P., Sheinberg, M., & Walker, G. (1990). Love and violence: Gender paradoxes in

volatile attachments. *Family Process*, 29, 4, 343-363.

Goldsmith, H.R. (1990). Men who abuse their spouses: an approach to assessing future risk. *Journal of Offender Counseling, Services and Rehabilitation*, 15, 1, 45-56.

Gondolf, E.W., & Foster, R.A. (1991). Pre-program attrition in batterer programs. *Journal of Family Violence*, 6, 4, 337-349.

Gordon, K.C., Baucom, D.H., Epstein, N., Burnett, C.K., & Rankin, L.A. (1999). The interaction between marital standards and communication patterns: How does it contribute to marital adjustment? *Journal of Marital and Family Therapy*, 25, 2, 211-223.

Gottman, J.M. (1979). *Marital Interaction: Experimental Investigations*. New York: Academic Press.

Gottman, J.M. (1991). Predicting the longitudinal course of marriages. *Journal of Marital and Family Therapy*, 17, 1, 3-7.

Gottman, J.M. (1993 a). A theory of marital dissolution and stability. *Journal of Marital Psychology*, 7, 1, 57-75.

Gottman, J.M. (1993 b). The roles of conflict engagement, escalation, and avoidance in marital interaction. A longitudinal view of five types of couples. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61, 1, 6-15.

Gottman, J.M. (1998). Psychology and the study of marital process. *Annual Review Psychology*, 49, 169-197.

Gottman, J.M. (2001). Crime, hostility, wife battering, and the heart. On the Meehan et al. (2001) failure to replicate the Gottman et al. (1995) typology. *Journal of Family Psychology*, 15, 3, 409-414.

Gottman, J.M., Coan, J., Carrere, S., & Swanson, C. (1998). Predicting marital happiness and stability from newlywed interactions. *Journal of Marriage and the Family*, 60, 5-22.

Gottman, J.M., & Krokoff, L. (1989). Marital interaction and satisfaction: A longitudinal view. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 47-52.

Gottman, J.M., & Levenson, R.W. (1988). The social psychophysiology of marriage. In P. Noller & M.A. Fitzpatrick (Eds.), *Perspective on marital interaction* (pp. 182-200). Clevedon, UK: Multilingual Matters.

Gottman, J.M., & Levenson, R.W. (1999a). How stable is marital interaction over time? *Family Process*, 38, 2, 159-165.

Gottman, J.M., & Levenson, R.W. (1999b). What predicts change in marital interaction over time? A

- study of alternative models. *Family Process*, 38, 2, 143-158.
- Gottman, J.M., & Levenson, R.W. (2002a). A Two-Factor Model for Predicting When a Couple Will Divorce: Exploratory Analyses Using 14-Year Longitudinal Data. *Family Process*, 41, 1, 83-97.
- Gottman, J.M., & Levenson, R.W. (2002b). Generating Hypotheses After 14 Years of Marital Follow-up; Or, How Should One Speculate? A Reply to DeKay, Greeno, and Houck. *Family Process*, 41, 1, 105-111.
- Gottman, J.M., Markman, H., & Notarius, C. (1977). The topography of marital conflict: A sequential analysis of verbal and nonverbal behaviour. *Journal of Marriage and the Family*, 39, 461-477.
- Gottman, J.M., & Notarius, C. I. (2002). Marital Research in the 20th century and a research agenda for the 21st century. *Family Process*, 41, 2, 159-197.
- Gottman, J.M., & Silver, N. (1999/2000). *Les couples heureux ont leurs secrets* (trad.). Paris: JCLattés.
- Gottman, J.M., Swanson, C, & Murray, J. (1999). The mathematics of marital conflict. Dynamic mathematical nonlinear modelling of newlywed marital interaction. *Journal of Family Psychology*, 13, 1, 3-19.
- Grant, J., & Crawley, J. (2001). The self in the couple relationship: part 1. *Psychodynamic Counselling*, 7.4, 445-459.
- Grau, I., & Doll, J. (2003). Effects of attachment styles on the experience of equity in heterosexual couples relationships. *Experimental Psychology*, 50 (4), 298-310.
- Gray-Little, B., & Burks, N. (1983). Power and satisfaction in marriage: A review and critique. *Psychological Bulletin*, 93, 3, 513-538.
- Greeff, A.P., & Bruyne, T. (2000). Conflict management style and marital satisfaction. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 26, 321-334.
- Greeff, A., & Malherbe, H.L. (2001). Intimacy and marital satisfaction in spouses. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 27, 247-257.
- Greene, K., & Bogo, M. (2002). The different faces of intimate violence: implications for assessment and treatment. *Journal of Marital and Family Therapy*, 28, 4, 455-466.
- Greenstein, T.N. (1996). Husband`s participation in domestic labor: Interactive effects of wives`and husbands`gender ideologies. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 585-595.
- Griffin, W. (1993). Transitions from negative affect

during marital interaction: Husband and wife differences. *Journal of Family Psychology*, 6, 3, 230-244.

Griffin, W., & Bartholomew, K. (1994). Models of the self and other: Fundamental dimensions underlying measures of adult attachment. *Journal of personality and Social Psychology*, 67, 3, 430-445.

Hackler, J. (1991). The reduction of violent crime through economic equality for women. *Journal of Family Violence*, 6, 2, 199-215.

Haddock, S.A., Zimmerman, T.S., & MacPhee, D. (2000). The power equity guide: Attending to gender in family therapy. *Journal of Marital and Family Therapy*, 26, 2, 153-170.

Hage, S.M. (2000). The role of counselling psychology in preventing male violence against female intimates. *Counseling Psychologist*, 28, 6, 797-828.

Hahlweg, K., & Jacobson, N.S. (1984). *Marital interaction: Analysis and modification*. New York: The Guilford Press.

Halford, W.K., Kelly, A., & Markman, H.J. (1997). The concept of a healthy marriage. In W.K. Halford & H.J. Markman (Eds.), *Clinical Handbook of Marriage and Couples Intervention* (pp. 3-12). England: Wiley.

Hamberger, L.K., & Hastings, J.E. (1991). Personality correlates of men who batter and non-violent men: some continuities and discontinuities. *Journal of Family Violence*, 6, 2, 131-147.

Harris, R., Hoekstra, S.J., Scott, C.L., Sanborn, F.W., Karafa, J.A., & Brandenburg, J.D. (2000). Young men's and women's different autobiographical memories of the experience of seeing frightening movies on a date. *Media Psychology*, 2, 3, 245-268.

Harris, M.B., & Miller, K.C. (2000). Gender and perceptions of danger. *Sex Roles*, 43, 843-863.

Harway, M. (1994). "Marriage and family therapists working with family violence: strained belfellows or compatible partners? A commentary on Avis, Kaufman, and Bograd": comment. *Journal of Marital and Family Therapy*, 20, 2, 204-205.

Hatfield, E. (1988). Passionate and companionate love. In R. Sternberg & M. Barnes (Eds.), *The Psychology of Love* (pp. 191-217). New York: Yale University.

Hatfield, E., & Rapson, R. (1993). *Love, sex and intimacy – Their psychology, biology and history*. New

York: Harper Collins College Publishers.

Hazan, C. (2003). The essential nature of couple relationship. In S.M. Johnson & V.E. Whiffen (Eds.), *Attachment Processes in Couple and Family therapy* (pp. 43-63). New York: Guilford Press.

Hazan, C., & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 3, 511-524.

Hearn, J. (1996). Men's violence to know women: Historical, everyday and theoretical constructions by men. In B. Fawcett, B. Featherstone, J. Hearn & C. Toft (Eds.), *Violence and Gender Relations: Theories and interventions* (pp. 22-37). London: Sage Publications.

Heaton, T.B., & Albrecht, S.L. (1991). Stable unhappy marriages. *Journal of Marriage and the Family*, 53, 747-758.

Heavey, C.L., Christensen, A., & Malamuth, N. M. (1995). The longitudinal impact of demand and withdrawal during marital conflict. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63, 5, 797-801.

Heise, L.L. (1996). Violence against women: global organizing for change. In J.L. Edleson & Z.C. Eisikovits (Eds.), *Future interventions with battered women and their families* (pp. 7-33). London: Sage Publications.

Helms-Erikson, H., Tanner, J., Crouter, A., & McHale, S. (2000). Do women's provider-role attitudes moderate the link between work and family? *Journal of Family Psychology*, 14 (4), 658-670.

Henderson, A.D. (1993). Abused women's perceptions of their children's experiences. *Canada Mental Health*, 41, 1, 7-11.

Henderson, A.J.Z., Bartholomew, K., & Dutton, D.G. (1997). He loves me; he loves me not: Attachment and separation resolution of abused women. *Journal of Family Violence*, 12, 2, 169-191.

Hendrick, S.S. (1981). Self-disclosure and marital satisfaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 1150-1159.

Henggeler, S.W., Edwards, J.J., Hanson, C.L., & Okwumabua, T.M (1998). The psychosocial functioning of wife-dominant families. *Journal of Family Psychology*, 2, 2, 188-211.

Henning, K., & Feder, L. (2004). A comparison of man and women arrested for domestic violence: Who presents the greater threat? *Journal of Family Violence*, 19, 2, 69-80.

Hillier, L., & Foddy, M. (1993). The role of observer

attitudes in judgments of blame in cases of wife assault. *Sex Roles*, 29, 9-10, 629-644.

Hinde, R.A. (1984). Why do the sexes behave differently in close relationships? *Journal of Social and Personal Relationships*, 1, 471-501.

Hindy, C.G., & Schwarz, J.C. (1994). Anxious romantic attachment in adult relationships. In M.B. Sperling & W.H. Berman (Eds.), *Attachment in adults: Clinical and developmental perspectives* (pp. 179-203). New York: Guilford Press.

Holmberg, D., & Veroff, J. (1996). Rewriting relationship memories: the effects of courtship and wedding scripts. In G.J.O. Fletcher & J. Fitness (Eds.), *Knowledge structures in close relationships: A social psychology approach* (pp. 345-368). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Holtzworth-Munroe, A., & Hutchinson, G. (1993). Attributing negative intent to wife behaviour: The attributions of martially violent versus non-violent men. *Journal of Abnormal Psychology*, 102, 2, 206-211.

Holtzworth-Munroe, A., Jacobson, N.S., Fehrenbach, P.A., & Fruzzetti, A. (1992). Violent married couples attributions for violent and non-violent self and partner behaviours. *Behavioral Assessment*, 14, 1, 1-13.

Holtzworth-Munroe, A., Meehan, J.C., Herron, K., Rehman, U., & Stuart, G.L. (2003). Do subtypes of martially violent men continue to differ over time? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71, 4, 728-740.

Holtzworth-Munroe, A., & Stuart, G.L. (1994). The relationship standards and assumptions of violent versus non-violent husbands. *Cognitive Therapy and Research*, 18, 2, 87-103.

Hotaling, G.T. (1986). An analysis of risk markers in husband to wife violence: the current state of knowledge. *Violence and Victims*, 1(2), 101-124.

Hotaling, G.T., & Sugarman, D.B. (1990). A risk maker analysis of assaulted wives. *Journal of Family Violence*, 5, 1, 1-13.

Housekamp, B.M, & Fox, D.W. (1991). The assessment of posttraumatic stress disorder in battered women. *Journal of Interpersonal Violence*, 6, 3, 367-375.

Hudson, W.W. (1981). Index of spouse abuse. *Journal of Marriage and the Family*, 43, 873-885.

Hudson, W.W. (1997). *The WALMYR Assessment Scales Scoring Manual*. Tallahassee, FL: WALMYR Publishing Company.

- Ickes, W. (1993). Traditional gender roles: Do they make, and then break, our relationship? *Journal of Social Issues*, 49 (3), 71-85.
- Instone, D., Major, B., & Bunker, B. (1983). Gender, self confidence, and social influence strategies: An organizational simulation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 322-333.
- Jacobson, N.S. (1994). Rewards and dangers in researching domestic violence. *Family Process*, 33, 81-85.
- Jacobson, N.S., & Christensen, A. (1996). *Integrative couple therapy: Promoting acceptance and change*. New York: W.W. Norton & Co, Inc.
- Jacobson, N.S., & Gottman, J.M. (1998). Anatomy of a violent relationship. *Psychology Today*, March /April.
- Jacobson, N.S., Gottman, J.M., & Shortt, J.W. (1995). The distinction between type 1 and type 2 batterers – further considerations: reply to Ornduff et al. (1995), Margolin et al. (1995), and Walker (1995). *Journal of Family Psychology*, 9, 3, 272-279.
- Jenkins, A. (1991). Intervention with violence and abuse in families: the inadvertent perpetuation of responsible behaviour. Australian and New Zealand. *Journal of Family Therapy*, 12, 4, 186-195.
- Johnson, H., & Bunge, V.P. (2001). Prevalence and consequences of spousal assault in Canada. *Canadian Journal of Criminology*, 43, 1, 27-45.
- Johnson, J.R., & Campbell, E. (1993). Parent-child relationships in domestic violence families disputing custody. *Family and Conciliation Courts Review*, 31, 3, 282-298.
- Johnson, M.P. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: two forms of violence against women. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 283-294.
- Johnson, M.P., & Ferraro, K.J. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: Making Distinctions. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 948-963.
- Johnson, K.L., & Roloff, M.E. (2000). Correlates of the perceived resolvability and relational consequences of serial arguing in dating relationships: Argumentative features and the use of coping strategies. *Journal of Social & Personal Relationships*, 17, 4/5, 676-687.
- Jouriles, E.N., Murphy, C.M., & O'Leary, K.D. (1989). Interspousal aggression, marital discord, and child problems. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57(3), 453-455.

Julian, T.W., & McKenry, P.C. (1993). Mediators of male toward female intimates. *Journal of Family Violence*, 8, 1, 39-55.

Julien, D., Arellano, C., & Turgeon, L. (1997). Gender issues in heterosexual, gay and lesbian couples. In W.K. Halford & H.J. Markman (Eds.), *Clinical handbook of marriage and couples interventions* (pp. 107-127). New Jersey: John Wiley & Sons.

Kapinus, C.A., & Johnson, M.P. (2003). The Utility of Family Life Cycle as a Theoretical and Empirical Tool. *Journal of Family Issues*, 24, 2, 155-184.

Karney, B.L., & Bradbury, T.N. (1995). The longitudinal course of marital quality and stability: A review of theory, method and research. *Psychological Bulletin*, 118, 1, 3-34.

Karney, B.L., & Bradbury, T.N. (1997). Neuroticism, marital interaction, and the trajectory of marital satisfaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 1075-1092.

Karney, B.L., McNulty, J.K., & Bradbury, T.N. (2001). Cognition and the development of close relationships. In G.J.O. Fletcher & M.S. Clark (Eds.), *Blackwell Handbook of Social Psychology: Interpersonal Processes*, Vol.2, (pp. 32-59). Malden, MA: Blackwell Publishers Inc.

Kayser, K. (1993). *When love dies: The process of marital disaffection*. New York: The Guilford Press.

Kennedy, L.W., Forde, D.R., Smith, M.D, & Dutton, D.G. (1991). Knowledge of spouse abuse in the community: A comparison across locations. *Journal of Family Violence*, 6, 3, 303-318.

Kenny, D.A., & Acitelli, L. (1994). Measuring similarity in couples. *Journal of Family Psychology*, 8, 417-431.

Kiecolt-Glaser, J.K., & Newton, T.L. (2001). Marriage and health: his and hers. *Psychological Bulletin*, 127, 4, 472-504.

Kierski, W. (2002). Female violence: can we therapists face up to it? *Counseling and Psychotherapy Journal CPJ*, December.

Kirkpatrick, L.A., & Davis, K.E. (1994). Attachment style, gender and relationships stability: Alongitudinal analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66 (3), 502-512.

Kirkpatrick, L.A., & Hazan, C. (1994). Attachment styles and close relationships. A four-year prospective study. *Personal Relationships*, 1, 123-142.

Kirshnan, S.P., Hilbert, J.C., & Pase, M. (2001). An examination in intimate partner violence in rural

communities: Results from a hospital emergency department study from southwest United States. *Family and Community Health*, 24, 1, 1-14.

Klein, R.C.A., & Johnson, M.P. (1997). Strategies of Couple Conflict. In S. Duck (Ed.), *Handbook of personal relationships* (pp. 469-486). New York: John Wiley & Sons Ltd.

Klein, R.C.A., & Milardo, R.M. (2000). The social context of couple conflict: Support and criticism from informal third parties. *Journal of Social and Personal Relationships*, 17, 4-5, 618-637.

Kluwer, E.S., Heesink, J. A. M., & Van de Vliert, E. (1996). Marital conflict about the division of household labor and paid work. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 958-969.

Knee, C.R., Patrick, H., Victor, N.A., & Neighbors, C. (2004). Implicit theories of relationships: Moderators of the link between conflict and commitment. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30, 5, 617-628.

Knudson, R.M., Sommeres, A.A., & Golding, S.L. (1980). Interpersonal perception and mode of resolution in marital conflict. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 751-763.

Kobak, R.R., & Duemmler, S. (1994). Attachment and conversation: Toward a discourse analysis of adolescent and adult security. In K. Bartolomew & D. Perlman (Eds.), *Advances in Personal Relationships*, Vol. 5 (pp. 121-149). London: Kingsley.

Kobak, R.R., Hazan, C. (1991). Attachment in marriage: Effects of security and accuracy of working models. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 861-869.

Koren, P., & Carlton, K. (1980). Marital conflict: Relations among behaviours, outcomes and distress. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 48, 4, 460-468.

Krebs, D.L., Denton, K., Wark, G., Couch, R., Racine, T., & Krebs D.L. (2002). Interpersonal moral conflicts between couples: Effects of type of dilemma, role, and partner's judgments on level of moral reasoning and probability of resolution. *Journal of Adult Development*, 9, 4, 307-316.

Kruttschmith, C., & Dornfeld, M. (1993). Exposure to family violence: as partial explanation for initial and subsequent levels of delinquency? *Criminal Behaviour and Mental Health*, 3, 2, 61-75.

Kurdek, L.A. (1991). Predictors of increases in marital distress in newlywed couples. A 3-year prospective longitudinal study. *Developmental Psychology*, 27, 4,

627-636.

Kurdek, L.A. (1993 a). Nature and predicting of changes in marital quality for first-time parent and nonparent husbands and wives. *Journal of Family Psychology*, 6, 3, 255-265.

Kurdek, L.A. (1993 b). Predicting marital dissolution: A 5-year prospective longitudinal study of newlywed couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 2, 221-242.

Kurdek, L.A. (1994). Conflict resolution styles in gay, lesbian, heterosexual nonparent, and heterosexual parent couples. *Journal of the Marriage and the Family*, 56, 705-702.

Kurdek, L.A. (1995). Predicting change in marital satisfaction from husbands' and wives' conflict resolution styles. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 153-164.

Kurdek, L.A. (1998). The nature and predictors of the trajectory of change in marital quality over the first 4 years of marriage for first-married husbands and wives. *Journal of Family Psychology*, 12, 4, 494-510.

Kurdek, L.A. (1999). More differences about gender differences in marriage. A reply to Beach, Davey, and Fincham. *Journal of Family Psychology*, 13, 4, 669-674.

Kurdek, L.A. (2001). Differences between heterosexual-nonparent couples and gay, lesbian, and heterosexual-parent couples. *Journal of Family Issues*, 22, 6, 728-755.

Kurdek, L.A. (2003 a). Negative representations of the self/spouse and marital distress. *Personal Relationships*, 10, 511-534.

Kurdek, L.A. (2003 b). Methodological issues in growth-curve analysis with married couples. *Personal Relationships*, 10, 235-266.

Kurdek, L.A., & Kennedy, C. (2001). Differences between couples who end their marriage by fault or no-fault legal procedures. *Journal of Family Psychology*, 15, 2, 241-253.

Kurdek, L.A., & Schmitt, J.P. (1986). Relationships quality of partners in heterosexual married, heterosexual cohabiting, and gay and lesbian relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 4, 711-720.

Lange, A., Van der Wall, C., & Emmelkamp, P. (2000). Time-out and writing in distress couples: an experimental trial into the effects of a short treatment. *Journal of Family Therapy*, 22, 394-407.

Langhinrichsen-Rohling, J., Neidig, P., & Thorn, G. (1995). Violent Marriages: Gender differences in

levels of current violence and past abuse. *Journal of Family Violence*, 10, 2, 159-175.

Larson, J. H., Hammond, C.H., & Harper, J.M. (1998). Perceived equity and intimacy in marriage. *Journal of Marital and Family Therapy*, 24, 4, 487-506.

Laurenceau, J.P., Troy, A.B., & Carver, C.S. (2005). Two distinct emotional experiences in romantic relationships: Effects of perceptions regarding approach of intimacy and avoidance of conflict. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31, 8, 1123-1133.

Lavee, Y., & Katz, R. (2001). Division of labor, perceived fairness, and marital quality: the effect of gender. *Journal of Marriage and the Family*, 64, 1, 27-39.

Lavin, T. (1987). Divergence and convergence in the causal attributions of married couples. *Journal of the Marriage and the Family*, 49, 71-80.

Lebow, J.L. (2000). What does the research tell us about couple and family therapies? *Psychotherapy in practice*, 56, 8, 1083-1094.

Lee, L.A. (1973). *The colours of love*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Leonard, K.E., & Senchak, M. (1996). Prospective Prediction of Husband Marital Aggression Within Newlywed Couples. *Journal of Abnormal Psychology*, 105(3), 369-380.

Leslie, L.A., & Anderson, E.A. (1988). Men's and women's participation in domestic roles: Impact on quality of life and marital adjustment. *Journal of Family Psychology*, 2, 2, 212-226.

Levenson, R., Carstensen, L., & Gottman, J. (1994). The influence of age and gender on affect, physiology, and their interrelations: A study of long-term marriages. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(1), 56-68.

Levy, M.B., & Davis, K.E. (1988). Lovestyles and attachment styles compared: Their relations to each other and to various relationship characteristics. *Journal of Social and Personal Relationships*, 5, 439-471.

Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). Violência contra as mulheres. *Cadernos Condição Feminina*, 48.

Lown, E.A., & Vega, W.A. (2001). Prevalence and predictors of physical partner abuse among Mexican American women. *American Journal of Public Health*, 91, 3, 441-445.

- Loyd, S.A. (1990). Conflict types strategies in violent Marriages. *Journal of Family Violence*, 5, 4, 269-284.
- Lucent, S.W., Fals-Stewart, W., Richards, H.J., & Goscha, J. (2001). Factor structure and reliability of the revised conflict tactics scales for incarcerated female substance abusers. *Journal of Family Violence*, 16, 4, 437-450.
- Magdol, L., Moffin, T., Caspi, P., Newman, D., Fagan, J., & Silva, P. (1997). Gender differences in partner violence in a birth cohort of 21-year-olds: Bridging the gap between clinical and epidemiological approaches. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 237-243.
- Malloch, M.S., & Webb, S.A. (1993). Intervening with male batterers: a study of social workers perceptions of domestic violence. *Social Work and Social Sciences Review*, 4, 2, 119-147.
- Marchand, J.F. (2004). Husbands' and wives' marital quality: The role of adult attachment orientations, depressive symptoms, and conflict resolution behaviors. *Attachment & Human Development*, 6, 1, 99-112.
- Marcus, R.F., & Swett, B. (2003). Violence in close relationships. The role of emotion. *Aggression and Violent Behaviour*, 8, 313-327.
- Margolin, G., & Fernandez, V. (1985). Marital dysfunction. In M. Harson & A.S. Bellack (Eds.), *Handbook of clinical behaviour. Therapy with adults* (pp. 693-725). New York: Plenum Press.
- Margolin, G., & Fernandez, V. (1987). The 'spontaneous' cessation of marital violence: Three case examples. *Journal of Marital & Family Therapy*, 13(3), 241-250.
- Margolin, G., John, R.S., & Gleberman, L. (1988). Affective response to conflictual discussion in violent and nonviolent couples. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56, 23-37.
- Markman, H.J. (1992). Marital and family psychology: Burning issues. *Journal of Family Psychology*, 5, 264-275.
- Markman, H., & Kraft, S. (1989). Men and women in marriage: Dealing with gender differences in marital therapy. *Behaviour Therapist*, 12, 3, 51-56.
- Markman, H.J., Renik, M.J., Floyd, F.J., Stanley, S.M., & Clements, M. (1993). Preventing marital distress through communication and conflict management training: A four-and five-year follow up. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61, 70-77.

- Marshall, L.L., & Rose, P. (1990). Premarital violence: the impact of family of origin violence, stress, and reciprocity. *Violence and Victims*, 5, 1, 51-64.
- Martín, F.M. (1999). La violencia en la pareja. *Public Health*, 5, 4-5, 245-258.
- Mason, J. (1998). *Qualitative Researching*. London: Sage Publications.
- Matos, P.M., Barbosa, S., Almeida, H.M., & Costa, M.E. (1999). Parental attachment and identity in Portuguese late adolescents. *Journal of Adolescence*, 22, 805-818.
- Matos, P.M., Barbosa, S., & Costa, M.E. (2000). A propósito da avaliação psicológica da identidade: Estudo sobre o EOMEIS-2. *Psychologica*, 25, 45-66.
- .
- Mazurana, D., & McKay, S. (2001). Women, girls, and structural violence: A global analysis. In D.J. Christie, R.V. Wagner, D.H. Winter & S.R. Upper (Eds.), *Peace, Conflict, and Violence: Peace psychology for the 21st century* (pp. 130-138). New Jersey: Prentice Hall.
- McConaghy, J.S. (2003). La perspectiva sistémica de la violencia: una perspectiva ética. *Psicoterapia*, 14, 54/55, 5-22.
- McCullough, M.E. (2000). Forgiveness as human strength: Theory, measurement, and links to well being. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 19, 1, 43-55.
- McKeel, A.J., & Sporkowski, M.J. (1993). How shelter counselors' views about responsibility for wife abuse relate to services they provide to battered women. *Journal of Family Violence*, 8, 2, 101-112.
- Merrill, L.L., Hervig, L.K., & Milner, J.S. (1996). Childhood parenting experiences, intimate partner conflict resolution, and adult risk for child physical abuse. *Child Abuse & Neglect*, 20, 11, 1049-1065.
- Merry, S.E. (2001). Spatial governmentality and the new urban social order: Controlling gender violence through law. *American Anthropologist*, 103, 1, 16.
- Metz, M.E., & Epstein, N. (2002). Assessing the role of relationship conflict in sexual dysfunction. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 28, 139-164.
- Metz, M.E., Rosser, B.R.S., & Strapko, N. (1994). Differences in Conflict-Resolution Styles Among Heterosexual, Gay, and Lesbian Couples. *Journal of Sex Research*, 31, 4, 293-308.
- Mikulincer, M. (1998). Adult attachment style and individual differences in functional versus dysfunctional experiences of anger. *Journal of*

Personality and Social Psychology, 74, 2, 513-524.

Mikulincer, M., & Florian, V. (1998). The relationship between adult attachment styles and emotional and cognitive reactions to stressful events. In J.A. Simpson & W.S. Rhodes (Eds.). *Attachment theory and close relationships* (pp.143-165). New-York: Guilford.

Mikulincer, M., & Florian, V., Cowan, P.A., & Cowan, C.P. (2002). Attachment security in couple relationships: A systematic model and its implications for family dynamics. *Family Process*, 41, 3, 405-434.

Miller, B. (1986). *Family research methods*. Beverley Hills: Sage Publications.

Miller, B.A., & Down, W.R. (1993). The impact of family violence on the use of alcohol by women. Special issue: alcohol, aggression, and injury. *Alcohol Health and Research World*, 17, 2, 137-142.

Miller, P.C., Lefcourt, H.M., Holmes, J.G., Ware, E.E., & Saleh, W.E. (1986). Marital locus of control and marital problem solving. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1, 161-169.

Miller, P.J.E., & Rempel, J.K. (2004). Trust and partner-enhancing attributions in close relationships. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30, 6, 695-705.

Monson, C.M., Langhinrichsen-Rohling, J., & Binderup, T. (2000). Does “no” really mean “no” after you say “yes”? Attributions about date and marital rape. *Journal of Interpersonal Violence*, 15, 11, 1156-1174.

Moore, D. (1987). Parent-Adolescent separation: The construction of adulthood by late adolescents. *Developmental Psychology*, 23, 298-307.

Murphy, C.M., & O'Leary, K.D. (1989). Psychological Aggression Predicts Physical Aggression in Early Marriage. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57(5), 579-582.

Narciso, I. (1994). Metamorfoses do amor e da satisfação conjugal. *Trabalho síntese no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade crítica científica* (não publicado), F.P.C.E.U.L.

Narciso, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas – À procura do padrão que liga*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Narciso, I., & Costa, E. (2001/2002). Percursos de mudança na qualidade conjugal: fragmentos de um estudo sobre conjugalidades satisfeitas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 181-196.

- Neff, K.D., & Harter, S. (2002). The authenticity of conflict resolutions among adult couples: Does women's other-oriented behaviour reflect their true selves? *Sex Roles*, 47, 9/10, 403-417.
- Neff, K.D., & Harter, S. (2003). Relationship styles of self-focused autonomy, other-focused connectedness, and mutuality across multiple relationship contexts. *Journal of Social & Personal Relationships*, 20, 1, 81-100.
- Neff, L.A., & Karney, B.R. (2003). The dynamic structure of relationship perceptions: Differential importance as a strategy of relationship maintenance. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29, 11, 1433-1446.
- Neff, L.A., & Karney, B.R. (2004). How does context affect intimate relationships? Linking external stress and cognitive processes within marriage. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30, 2, 134-148.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violências na intimidade: uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, 36, 15-32.
- Noller, P., Beach, S., & Osgarby, S. (1997). Cognitive and affective processes in marriage. In W. Halford & H. Markman (Eds.), *Clinical Handbook of marriage and couples intervention*. (pp.43-71). Chichester: John Wiley and Sons, Ltd.
- Noller, P., Feeney, J., Bonnell, D., & Callan, V. (1994). A longitudinal study of conflict in early marriage. *Journal of Social and Personal Relationships*, 11, 233-252.
- Noller, P., Feeney, J.A., & Sheehan, G. (2000). Marital conflict patterns: Links with family conflict and family members' perceptions of one another. *Personal Relationships*, 7(1), 79-94.
- Notarius, C.I., Lashley, S.L., & Sullivan, D.J. (1997). Angry at your partner? Think again. In R. J. Sternberg & M. Hojjat (Eds.), *Satisfaction in Close Relationships* (219-248). New York: The Guilford Press.
- O'Donohue, W., & Crouch, J.L. (1996). Marital therapy and gender-linked factors in communication. *Journal of Marital and Family Therapy*, 22, 1, 87-101.
- O'Leary, K.D. (2000) Are women really more aggressive than men in intimate relationships? Comment on Archer (2000). *Psychological Bulletin*, 126, 685-690.
- O'Leary, K.D., Malone, J., & Tyree, A. (1994). Physical Aggression in early marriage: Prerelationship and relationship effects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 62, 3, 594-602.

Olson, C.L. (1976). On Choosing a test statistic in multivariate analysis of variance. *Psychological Bulletin*, 83, 579-586.

Olson, D.H. (1981). Family typologies: Bridging family research and family therapy. In E.E. Filsinger & R.A. Lewis (Eds.), *Assessing marriage: New behavioural approaches* (pp. 74-89). Beverley Hills, CA: Sage.

Overall, N.C., Fletcher, G.J.O., & Friesen, M.D. (2003). Mapping the intimate relationship mind. Comparison between three models of attachment representations. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29, 12, 1479-1493.

Overholser, J.C., & Moll, S.H. (1990). Who's to blame: attributions causality in spouse abuse. *Behavioral Sciences and the Law*, 8, 2, 107-120.

Owen, M.T., & Cox, M.J. (1997). Marital conflict and the development of infant-parent attachment relationships. *Journal of Family Psychology*, 11, 2, 152-164.

Pan, H.S., Neidig, P.H., & O'Leary, K.D. (1994). Male-Female and aggressor-victim differences in the factor structure of the Modified Conflict Tactics Scale. *Journal of Interpersonal Violence*, 9 (3), 366-382.

Pasch, L.A., & Bradbury, T.N. (1998). Social support, conflict, and the development of marital dysfunction. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 66, 2, 219-230.

Pasley, K., Kerpelman, J., & Guilbert, D. E. (2001). Gendered conflict, identity disruption, and marital instability. Expanding Gottman's model. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18 (1), 5-27.

Pelod, E., & Edleson, J.L. (1994). Advocacy for battered women: a national survey. *Journal of Family Violence*, 9, 3, 285-296.

Perrone, K.M., & Worthington, E.L. (2001). Factors influencing ratings of marital quality by individuals within dual-career marriages: A conceptual model. *Journal of Counseling Psychology*, 48, 1, 3-9.

Philpot, C.L., Brooks, G.R., Lusteran, D.D., & Nutt, R. (1997). *Bringing separate gender worlds*. Washington: American Psychological Association.

Pina, D.L., & Bengston, V.L. (1993). The division of household labor and wives' happiness. Ideology, employment, and perceptions of support. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 901-912.

Pinsof, W.M. (1992). Toward a scientific paradigm for family psychology: The integrative process of systems perspective. *Journal of Family Psychology*, 5 (3-4), 432-447.

- Pistole, C. (1989). Attachment in adult romantic relationships: Style of conflict resolution and relationship satisfaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 6, 505-510.
- Pistole, C. (1994). Adult attachment styles: some thoughts on closeness-distance struggles. *Family Process*, 33, 147-159.
- Pistole, M., & Tarrant, N. (1993). Attachment style and aggression in male batterers. *Family Therapy*, 20, 3, 165-173.
- Rankin-Esquer, L.A., Burnett, C.K., Baucom, D.H., & Epstein, N. (1997). Autonomy and relatedness in marital functioning. *Journal of Marital and Family Therapy*, 23 (2), 175-190.
- Regan, P., & Sprecher, S (1995). Gender differences in the value of contributions to intimate relationships: egalitarian relationships are not always perceived to be equitable. *Sex Roles*, 33, 221-238.
- Reichert, E. (1991). Perceptions of domestic violence against women: a cross-cultural survey of international students. *Response to the Victimization of Women and children*, 14, 1, 13-18.
- Relvas, A.P. (1996). *O ciclo vital da família – Perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Retzinger, S.M (1991). Shame, Anger, and Conflict: Case Study of Emotional Violence. *Journal of Family Violence*, 6, 1, 37-59.
- Revenstorff, D. (1984). The role of attribution of marital distress in therapy. In K. Hahlweg & N.S. Jacobson (Eds.), *Marital Interaction: Analysis and modification* (pp. 325-336). New York: Guilford Press.
- Revenstorff, D., Hahlweg, K., Schindler, L., & Vogel, B. (1984). Interaction analysis of marital conflict. In K. Hahlweg & N.S. Jacobson (Eds.), *Marital Interaction: Analysis and modification* (pp. 159-181). New York: Guilford Press.
- Rhodes, N.R. (1992). Comparison of MMPI psychopathic deviant scores of battered and non-battered women. *Journal of Family Violence*, 7, 297-307.
- Ribeiro, M.T., & Costa, E. (2001/2002). Estilos de vinculação, papéis sexuais, género e satisfação conjugal: um estudo com casais portugueses. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 197-214.
- Richards, J.M., Butler, E.A., & Gross, J.J. (2003). Emotion regulation in romantic relationships: The cognitive consequences of concealing feelings. *Journal of Social and Personal Relationships*, 20 (5), 599-620.
- Richardson, D.R., Hammock, G., Lubben, T., &

- Mickler, S. (1989). The relationship between love attitudes and conflict responses. *Journal of Social and Clinical Psychology, 8*, 4, 430-441.
- Ridley, C.A., & Feldman, C.M. (2003). Female domestic violence toward male partners. Exploring conflict responses and outcomes. *Journal of Family Violence, 18*, 3, 157-170.
- Ridley, C.A., & Surra, C.A. (2001). Married couples' conflict responses and marital quality. *Journal of Social and Personal Relationships, 18* (4), 517-534.
- Riggs, D.S., Caulfield, M.B., & Street, A.E. (2000). Risk for domestic violence: Factors associated with perpetration and victimization. *Journal of Clinical Psychology, 56*, 10, 1289-1316.
- Roberts, L.J. (2000). Fire and ice in marital communication: Hostile and distancing behaviours as predictors of marital distress. *Journal of Marriage and the Family, 62*, 3, 693-708.
- Roberts, N., & Noller, P. (1998). The associations between adult attachment and couple violence: The role of communication patterns and *relationship satisfaction*. In J.A. Simpson & W.S. Rholes (Eds.), *Attachment theory and close relationships* (pp. 317-352). New York: Guilford Press.
- Robinson, S., Vivian-Byrne, S., Driscoll, R., & Cordess, C. (1991). Family work with victims and offenders in a secure unit. *Journal of Family Therapy, 13*, 1, 105-116.
- Rodriguez, E., Lasch, K.E., Chandra, P., & Lee, J. (2001). Family violence, employment status, welfare benefits, and alcohol drinking in the United States: What is the relation? *Journal of Epidemiology and Community Health, 55*, 3, 172.
- Rogge, R.D., & Bradbury, T.N. (1999). Till violence does us part: The differing roles of communication and aggression in predicting adverse marital outcomes. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 67*, 3, 340-351.
- Ronan, G. F., Dreer, L. E., Dollard, K. M., & Ronan, D. W. (2004). Violent couples: Coping and communication skills. *Journal of Family Violence, 19*, 2, 131-137.
- Rosch, E. (1973). Natural categories. *Cognitive Psychology, 7*, 573-605.
- Rosen, I. (1991). Self-esteem as a factor in social and domestic violence. *British Journal of Psychiatry, 158*, 18-23.
- Rosen, K.H., Bartle-Haring, S., & Stith, S.M. (2001). Using Bowen theory to enhance understanding of the intergenerational transmission of dating violence.

- Journal of Family Issues*, 22, 1, 124-142.
- Rosen, K.H., & Bezold, A. (1996). Dating violence prevention: A didactic support group for young women. *Journal of Counseling & Development*, 74, 521, 525.
- Rosenbaum, A. (1988). Methodological issues in marital violence research. *Journal of Family Violence*, 3, 2, 91-103.
- Rubin, G.E. (1995). Settlements and peace-the inevitable conflict. *Christian Science Monitor*, 87, 36, 19.
- Rusbult, C.E. (1983). A longitudinal test of the investment model: the development (and) deterioration of satisfaction and commitment in heterosexual involvements. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 101-117.
- Rusbult, C.E. (1987). Responses to dissatisfaction In close relationships: The Exit-Voice-Loyalty-Neglect Model. In D. Perlman & S. Duck (Eds.), *Intimate Relationships-Development, Dynamics, and Deterioration* (pp. 209-238). Newbury Park: Sage Publication.
- Rusbult, C.E., Arriaga, X.B., & Agnew, C.R. (2000). Interdependence in close relationships. In G. Fletcher & M.S. Clark (Eds.), *Blackwell Handbook of Social Psychology: Interpersonal Processes* (359-387). London: Blackwell.
- Rusbult, C.E., & Buunk, B.P. (1993). Commitment processes in close relationships: An interdependence analysis. *Journal of Social and Personal Relationships*, 10, 175-204.
- Rusbult, C.E., Verette, J., Whitney, G.A., Slovick, L.F., & Lipkus, I. (1991). Accommodation processes in close relationships: Theory and preliminary empirical evidence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60 (1), 53-78.
- Rusbult, C.E., Yovetich, N., & Verette, J. (1996). An interdependence analysis of accommodation process. In C.J. Fletcher & J. Fitness (Eds.), *Knowledge Structures in Close Relationships – A social Psychological Approach* (pp. 63-90). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Rybarik, M.F., Dosch, M.F., Gilmore, G.D., & Krajewski, S.S. (1995). Violence in relationships: A seventh grade inventory of knowledge and attitudes. *Journal of Family Violence*, 10, 2, 223-251.
- Rynerson, B.C., & Fishel, A.H. (1993). Domestic violence prevention training: Participant characteristics and treatment outcomes. *Journal of Family Violence*, 8, 3, 253-266.

- Sabatelli, R.M., & Bartle-Haring, S. (2003). Family-of-Origin Experiences and Adjustment in Married Couples. *Journal of Marriage & Family*, 65, 1, 159-169.
- Sagrestano, L., Heavey, C., & Christensen, A. (1998). Theoretical approaches to understanding sex differences and similarities in conflict behaviour. In D. Canary & K. Dindia (Eds.) *Sex differences and Similarities in Communication – Critical Essays and Investigations of Sex and Gender in Interaction* (287-302). London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Sagrestano, L.M., Heavey, C.L., & Christensen, A. (1999). Perceived power and physical violence in marital conflict. *Journal of Social Issues*, 55, 1, 65-79.
- Sanders, M.R., Halford, W.K., & Behrens, B.C. (1999). Parental divorce and premarital couple communication. *Journal of Family Psychology*, 13 (1), 60-74.
- Sanson, A., & Brethereton, D. (2001). Conflict resolution: Theoretical and practical issues. In D.J. Christie, R.V. Wagner, D.H. Winter & S.R. Upper (Eds.), *Peace, Conflict, and Violence: Peace psychology for the 21st century* (pp. 193-209). New Jersey: Prentice Hall.
- Satir, V.M. (1965). The family as a treatment unit. *Confinia Psychiatrica*, 10, 37-42.
- Sato, R.A., & Heiby, E.M. (1992). Correlates of depressive symptoms among battered women. *Journal of Family Violence*, 7, 3, 229-244.
- Sayers, S.L., & Baucom, D.H. (1991). Role of femininity and masculinity in distressed couple's communication. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61(4), 641-647.
- Sayers, S.L., & Baucom, D.H. (1993). Multidimensional scaling of spouses' attributions for marital conflicts. *Cognitive Therapy and Research*, 19, 6, 667-693.
- Sayers, S.L., Kohn, C.S., Fresco, D.M., Bellack, A.S., & Sarwer, D.B. (2001). Marital cognitions and depression in the context of marital discord. *Cognitive Therapy and Research*, 25, 6, 713-732.
- Scanzoni, J., Polonko, K., Teachman, J., & Thompson, L. (1989). *The sexual bond-rethinking families and close relationships*. Newbury Park: Sage Publications.
- Schneewind, K.A., & Gerhard, A.K. (2002). Relationships personality, conflict resolution, and marital satisfaction in the first 5 years of marriage. *Family Relations*, 51, 1, 63-72

- Schwebel, M. & Christie, D. J. (2001). Children and Structural Violence. In D.J. Christie, R.V. Wagner, D.H. Winter & S.R. Upper (Eds.), *Peace, Conflict, and Violence: Peace psychology for the 21st century* (pp. 120-129). New Jersey: Prentice Hall.
- Segrin, C., Melissa, E.T., & Altman, J. (2005). Social cognitive mediators and relational outcomes associated with parental divorce. *Journal of Social and Personal Relationships*, 22 (3), 361-377.
- Senècal, C., Vallerand, R., & Guay, F. (2001). Antecedents and outcomes of work-family conflict: toward a motivational model. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27 (2), 176-186.
- Serra, P. (1993). Physical violence in the couple relationship: A contribution toward the analysis of the context. *Family Process*, 32, 21-33.
- Shamai, M. (1996). Couple therapy with battered women and abusive men: does it have a future? In J.L. Edelson & Z.C. Eisikovits (Eds.), *Future interventions with battered women and their families* (pp. 201-215). London: Sage Publications.
- Shaver, P.R., & Brennan, K.A. (1992). Attachment styles and the big five personality traits: their connections with each other and with romantic relationship outcomes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18, 536-545.
- Shaver, P.R., Hazan, C., & Bradshaw, D. (1988). Love as attachment: The integration of three behavioral systems. In R.J. Sternberg & M. Barnes (Eds.), *The anatomy of love*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Shepard, M. (1992). Predicting batterer recidivism five years after community intervention. *Journal of Family Violence*, 10, 2, 177-202.
- Showers, C.J., & Zeigler-Hill, V. (2004). Organization of partner knowledge: Relationship outcomes and longitudinal change. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30, 9, 1198-1210.
- Sillars, A.L. (1998). (Mis)understanding. In B.H. Spitzberg & W.R. Cupach (Eds.), *The dark side of close relationships* (pp. 73-102). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Sillars, A., Leonard, K.E., & Roberts, L.J. (2002). Cognition and communication during marital conflict: How alcohol affects subjective coding of interaction in aggressive and non-aggressive couples. In P. Noller & J.A. Feeney (Eds.), *Understanding marriage: Developments in the study of couple interaction* (pp. 85-112). New York: Cambridge University Press.

- Sillars, A., Roberts, L.J., Leonard, K.E., & Dun, T. (2000). Cognition during marital conflict: The relationship of thought and talk. *Journal of Social and Personal Relationships*, 17, 4-5, 479-502.
- Silva, L.F. (1995). *Entre marido e mulher alguém meta a colher*. A Bolina Editores, Lda.
- Silva, M.G., & Costa, M.E. (2005). Vinculação aos pais e ansiedade em jovens adultos. *Psicologia*, vol. XVIII, 2, 9-32.
- Simonet, S., Scott, E.C., & Murphy, C.M. (2000). Dissociative experiences in partner-assaultive men. *Journal of Interpersonal Violence*, 15, 12, 1262-1283.
- Simpson, J.A. (1990). Influence of attachment styles on romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 971-980.
- Simpson, J.A., Rholes, W.S., & Nelligan, J.S. (1992). Support seeking and support giving within couples in an anxiety-provoking situation: The role of attachment styles. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, 3, 434-446.
- Simpson, J.A., Rholes, W.S., & Philips, D. (1996). Conflict in close relationships: an attachment perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71 (5), 899-914.
- Skiffington, S.T., Parker, J.B., Richardson, D., & Calhaun, J.F. (1984). The applicability of the empathic set effect to modify perceptions of domestic violence. *Social Behaviour and Personality*, 12, 1, 39-43.
- Smith, S.C., Ellis, J.B., & Benson, T.A. (2001). Gender, gender roles and attitudes towards violence: Are view points changing? *Social behaviour and Personality*, 29, 1, 43.
- Smith, J.P., & Williams, J.G. (1992). From abusive household to dating violence. *Journal of Family Violence*, 7, 2, 153-165.
- Snyder, D.K., Castellani, A.M. & Whisman, M. A. (2005). Current status and future directions in couple therapy. *Annual Review Psychology*, 57, 1.1-1.28.
- Spacarelli, S., Sandler, I.N., & Roosa, M. (1994). History of spouse violence against mother: correlated risks and unique effects in child mental health. *Journal of Family Violence*, 9, 1, 79-98.
- Sperling, M.B., & Berman, W.H. (1991). An attachment classification of desperate love. *Journal of Personality Assessment*, 56, 1, 45-55.
- Sprecher, S., & Felmlee, D. (1997). The balance of power in romantic heterosexual couples over time from "his" and "her" perspectives. *Sex roles*, 37, 5/6, 361-380.
- Sprecher, S., Felmlee, D., Metts, S., Fehr, B., &

- Vanni, D. (1998). Factors associated with distress following the breakup of a close relationship. *Journal of Social and Personal Relationships*, 15 (6), 791-809.
- Sprenkle, D.H. (1992). Violence: the dark metaphors and domestic violence. *Family Process*, 33, 1, 1-2.
- Stafford, L., Kline, S.L., & Rankin, C.T. (2004). Married individuals, cohabiters, and cohabiters who marry: A longitudinal study of relational and individual well-being. *Journal of Social and Personal Relationship*, 21, 2, 231-248.
- Steil, J.M. (1997). *Marital Equality – Its relationship to the well-being of husbands and wives*. London: Sage Publications Publications.
- Steil, J.M., & Turetsky, B.A. (1997). Es equal better? The relationship between marital equality and psychological symptomatology. In S. Oskamp (Ed.). *Family Processes and Problems: Social Psychology Aspects* (73-97). Newbury Park: Sage Publications.
- Steinmetz, S.K. (1987). Family violence. Past, present, and future. In M.B. Sussman & S.K. Steinmetz (pp. 725-765), *Handbook of Marriage and the Family*. New York: Plenum Press.
- Sternberg, R.J. (1986). A triangular theory of love. *Psychological Review*, 93(2), 119-135.
- Stets, J.E. (1990). Verbal and physical aggression in marriage. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 501-514.
- Stith, S.M. (1990). Police response to domestic violence: the influence of individual and familial factors. *Violence and Victims*, 5, 1, 37-49.
- Stith, S.M., & Farley, S.C. (1993). A predictive model of male spousal violence. *Journal of Family Violence*, 8, 2, 183-199.
- Stith, S.M., Smith, D.B., Penn, C.E., Ward, D.B., & Tritt, D. (2003). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behaviour*, 10, 65-98.
- Stohs, J.H. (1995). Predictors of conflict over the household division of labor among women employed full-time. *Sex Roles*, 33 (3/4), 257-275.
- Storaasli, R., & Markman, H. (1990). Relationship problems in the early stages of marriage: A longitudinal investigation. *Journal of Family Psychology*, 4 (1), 80-98.
- Story, L.B., Karney, B.R., Lawrence, E., & Bradbury, T.N. (2004). Interpersonal mediators in the intergenerational transmission of marital dysfunction. *Journal of Family Psychology*, 18, 3, 519-529.
- Straus, M.A. (1992). Sociological research and social

- policy: the case of family violence. *Sociological Forum*, 7, 2, 211-237.
- Straus, M.A., Gelles, R.J., & Steinmetz, S.K. (2003). The marriage license as a hitting license. In M. Silberman & S.R. Upper (Eds.), *Violence and society: A reader* (pp. 125-135). New Jearsey: Prentice Hall.
- Strube, M.J. (1991). A rational decision making approach to abusive relationships. *Revista Intercontinental de Psicologia y Educacion*, 4, 1, 105-120.
- Sullivan, C.M., Basta, J., Tan, C., & Davidson, W.S. (1992). Alter the crisis: A need assessment of women leaving a domestic violence shelter. *Violence and Victims*, 7, 3, 267-275.
- Sümer, N., & Cozzarelli, C. (2004). The impact of adult attachment on partner and self-attributions and relationship quality. *Personal Relationships*, 11, 355-371.
- Swinford, S.P., DeMaris, A., Cernkovich, S.A., & Giordano, P.C. (2000). Harsh physical discipline in childhood and violence in later romantic involvements: The mediating role of problem behaviours. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 2, 508-519.
- Szinovacz, M. (1996). Couples' employment/retirement patterns and perceptions of marital quality. *Research on Aging*, 18, 2, 243-269.
- Tannen, D. (1990). *You just don't understand: Women and men in conversation*. New York: William Morrow.
- Testa, M., & Leonard, K.E. (2001). The impact of marital aggression on women's psychological and marital functioning in a newlywed sample. *Journal of Family Violence*, 16, 2, 115-130.
- Thompson, L., & Walker, A.J. (1989). Gender in families: Women and men in marriage, work and parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 845-871.
- Tolan, P., Gorman-Smith, D., & Henry, D. (2005). Family Violence. *Annual Review Psychology*, 57, 16.1-16.27.
- Tolman, R.M., & Bennett, L.W. (1990). A review of quantitative research on men who batter. *Journal of Interpersonal Violence*, 15, 1, 87-118.
- Tophan, G. L., Larson, J. H., & Holman, T. B. (2005). Family-of-origin predictors of hostile conflict in early marriage. *Contemporary Family Therapy*, 27, 1, 101-121.
- Torres, S., & Han, H. (2003). Women's perceptions of their male batterers' characteristics and level of violence. *Issues in Mental Health Nursing*, 24, 667-

679.

Treboux, D., Crowell, J.A., & Waters, E. (2004). When "new" meets "old": Configurations of adult attachment representations and their implications for marital functioning. *Developmental Psychology, 40*, 2, 295-314.

Truman-Schram, D., Cann, A., Calhoun, L., & Vanwallendael, L. (2000). Leaving an abusive dating relationship: An investment model comparison of women who stay versus women who leave. *Journal of Social and Clinical Psychology, 19*, 2, 161-183.

Turgeon, L., Julien, D., & Dion, E. (1998). Temporal linkages between wives' withdrawal during marital conflict. *Family Process, 37*, 323-334.

Tutty, L.M., Bidgood, B.A., & Rothery, M.A. (1993). Support groups for battered women: Research on their efficacy. *Journal of Family Violence, 8*, 4, 325-343.

Twiggs, J.E., McQuillan, J., & Ferree, M.M. (1999). Meaning and measurement: reconceptualizing measures of the division of household labor. *Journal of Marriage and the Family, 61*, 712-724.

Unger, R.K. (1979). Toward a redefinition of sex and gender. *American Psychologist, 34*, 1085-1094.

Vale, D., & Costa, M.E. (1994). A violência nos jovens contextualizada nas escolas. *Inovação, 7*, 255-288.

Van Lange, P.A.M., Drigotas, S.M., Rusbult, C.E., Arriaga, X.B., Witcher, B.S., & Cox, C.L. (1997). Willingness to sacrifice in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology, 72*, 6, 1373-1395.

Verhofstadt, L.L., Buysse, A., Clercq, A., & Goodwin, R. (2005). Emotional arousal and negative affect in marital conflict: The influence of gender, conflict structure, and demand-withdrawal. *European Journal of Social Psychology, 35*, 449-467.

Vivian, D., & Langhinrichsen-Rohling, J. (1994). Are bi-directionally couples mutually victimized? A gender-sensitive comparison. *Violence and Victims, 9* (2), 107-124.

Voydanoff, P., & Donneelly, B. (1999). The intersection of time in activities perceived unfairness in relation to psychological distress and marital quality. *Journal of Marriage and the Family, 61*, 739-751.

Wagner, C.C., Kiesler, D.J., & Schmidt, J.A. (1995). Assessing the interpersonal transaction cycle: Convergence of action and reaction interpersonal circumplex measures. *Journal of Personality and*

- Social Psychology*, 69, 5, 938-949.
- Wainryb, C., & Turiel, E. (1994). Dominance, Subordination, and Concepts of Personal Entitlements in Cultural Contexts. *Child Development*, 65, 6, 1701-1722.
- Walker, L.E. (1979). *The battered woman*. New York: Harper & Row.
- Walker, L.E. (1999). Psychology and domestic violence around the world. *American Psychologist*, 54, 1, 21-29.
- Walker, L.E. (2003). Terapia para supervivientes con mujeres golpeadas. *Psicoterapia*, 14, 54/55, 77-90.
- Walsh, V., Baucom, D., Tyler, S., & Sayers, S. (1993). Impact of message valence, focus, expressive style, and gender on communication patterns among maritally distress couples. *Journal of Family Psychology*, 7 (2), 163-175.
- Waltz, J., Babcock, J.C., Jacobson, N.S., & Gottman, J.M. (2000). Testing a typology of batterers. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68, 4, 658-669.
- Warren, J., & Lanning, W. (1992). Sex role beliefs, control, and social isolation of battered women. *Journal of Family Violence*, 7, 1, 1-8.
- Watzlawick, P., Beavin, J., & Jackson, D. (1967/1981). *Pragmática da comunicação humana – um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação* (trad. bras.). São Paulo: Cultrix.
- Webb, W. (1992). Treatment issues and cognitive behaviour techniques with battered women. *Journal of Family Violence*, 7, 3, 205-215.
- Weger, H. (2005). Disconfirming communication and self-verification in marriage: Associations among the demand/withdraw interaction pattern, feeling understood, and marital satisfaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 22 (1), 19-31.
- Weiss, R.L., & Heyman, R.E. (1997). A clinical-reaserch overview of couple interactions. In W.K. Halford, & H.J. Markman (Eds.), *Clinical Handbook of Marriage and Couples Intervention* (pp. 13-41). England: Wiley.
- Werkerle, C., & Wolfe, D.A. (1998). The role of child maltreatment and attachment style in adolescent relationship violence. *Development and psychopathology*, 10, 571-586.
- Wile, D.B. (1993). *After the fight: Using your disagreements to build a stronger relationship*. New York: The Guilford Press.
- Willis, C.E., Hallinan, M.N., & Melby, J. (1996). Effects of sex role stereotyping among European and American students on domestic violence culpability

attributions. *Sex Roles*, 34, 475-491.

Whisman, M.A., & Delinsky, S.S. (2002). Marital Satisfaction and an information-processing measure of partner-schemas. *Cognitive Therapy and Research*, 26, 5, 617-627.

Whisman, M.A., & Snyder, D.K. (1999). Affective and developmental considerations in couple therapy. Introduction to the special series. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 6, 4, 345-347.

Young, M.E., & Long, L.L. (1998). *Counseling and therapy for couples* (pp. 178-200). Pacific Grove: Brooks/Cole Publishing Company.

Zeanah, C.H., Danis, B., Hirshberg, L., Benoit, D., Miller, D., & Heller, S.S. (1999). Disorganized attachment associated with partner violence: A research note. *Infant Mental Health Journal*, 20, 1, 77-86.

Zeifman, D., & Hazan, C. (1997). A process model of adult attachment formation. In S. Duck (Ed.), *Handbook of Personal Relationships. Theory, research and interventions* (pp. 179-195). New York: John Wiley & Sons.

Zietlow, P.H., & Vanlear, Jr. C.A. (1991). Marriage duration and relational control: A study of developmental patterns. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 870-878.

Zvonkovic, A.M., Greaves, K.M., Schmiede, C.J., & Hall, L.D. (1996). The marital construction of gender through work and family decisions: A qualitative analysis. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 91-100.

ANEXOS

Código: _____

QUESTIONÁRIO DE DADOS DEMOGRÁFICOS

Dados pessoais	
Idade: _____ anos	Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F
Nível de escolaridade: _____	

Profissão	
Profissão: _____	
Estatuto ocupacional: <input type="checkbox"/> Trabalha a tempo inteiro <input type="checkbox"/> Trabalha a tempo parcial <input type="checkbox"/> Trabalha por conta de outrem <input type="checkbox"/> Trabalha por conta própria <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Reformado	Rendimento mensal líquido individual: <input type="checkbox"/> Menos de 500 euros <input type="checkbox"/> Entre 500 e 1000 euros <input type="checkbox"/> Entre 1000 e 1500 euros <input type="checkbox"/> Mais de 1500 euros

Dados relativos à relação
Estado civil: <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> União de facto
É o seu primeiro casamento? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Tempo de casamento: _____

Filhos					
Tem filhos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
Se tem filhos, quantos, de que idades e de que sexo?					
Idade pré-escolar	<table border="1"><thead><tr><th>Masculino</th><th>Feminino</th></tr></thead><tbody><tr><td></td><td></td></tr></tbody></table>	Masculino	Feminino		
Masculino	Feminino				
Idade escolar até 16 anos	<table border="1"><tbody><tr><td></td><td></td></tr></tbody></table>				
Mais de 16 anos	<table border="1"><tbody><tr><td></td><td></td></tr></tbody></table>				
No caso de ser divorciado tem filhos de relações anteriores? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
Coabitam consigo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					

Tem outras pessoas a viver com a sua família e a seu encargo?

- Sim Quais: _____
 Não

Apoio Familiar

(quem ajuda nas tarefas domésticas do dia a dia)

- Empregada doméstica**
Horas/semana: _____
- Baby-sitter**
Horas/semana: _____
- Família alargada** (avós ou tios, p.e.)
Quem? _____
- Amigos
- Vizinhos
- Outros

Religião

Tem religião?

- Sim Não

Qual? _____

É praticante? _____

Participa em algum grupo ou movimento da sua religião? _____

Acompanhamento psiquiátrico

Já alguma vez teve acompanhamento psiquiátrico?

- Sim Não

Na sua família de origem algum elemento tinha acompanhamento psiquiátrico?

- Sim Não

Se sim, quem? Qual (quais) o(s) motivo(s)? _____

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

QVPM
(Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe)

Paula Mena Matos & Maria Emília Costa, 2001

QVPM

Código: _____

Neste questionário vai encontrar um conjunto de afirmações sobre as relações familiares. Leia atentamente e assinale com um círculo qual as respostas que melhor exprimem o modo como se sentia com cada um dos seus pais. Ainda que os seus pais sejam vivos, pedimos-lhe que se reporte sobretudo ao tempo em que vivia com eles. Responda em colunas separadas para o pai e para a mãe, tendo em conta as seis alternativas que se seguem e assinalando com um círculo a sua opção:

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo moderadamente	Concordo Moderadamente	Concordo	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5	6

PAI

MÃE

1. Os meus pais estavam sempre a interferir em assuntos que só tinham a ver comigo 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
2. Tinha confiança que a minha relação com os meus pais se mantivesse no tempo. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
3. Era fundamental para mim que os meus pais concordassem com aquilo que eu penso. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
4. Os meus pais impunham a maneira deles de ver as coisas. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
5. Apesar das minhas divergências com os meus pais, eles eram únicos para mim 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
6. Pensava constantemente que não poderia viver sem os meus pais. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
7. Os meus pais desencorajavam-me quando queria experimentar uma coisa nova. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
8. Os meus pais conheciam-me bem. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
9. Só conseguia enfrentar coisas novas se os meus pais estivessem comigo. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
10. Não valia muito a pena discutirmos, porque nem eu nem os meus pais dávamos o braço a torcer. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
11. Confiava nos meus pais para me apoiarem em momentos difíceis da minha vida. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
12. Estava sempre ansioso para estar com os meus pais. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6

13. Os meus pais preocupavam-se demasiado comigo e intrometiam-se onde não eram chamados. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
14. Em muitas coisas eu admirava os meus pais. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
15. Eu e os meus pais era como se fôssemos um só. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
16. Em minha casa era problema eu ter gostos diferentes dos dos meus pais. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
17. Apesar dos meus conflitos com os meus pais, tinha orgulho neles. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
18. Os meus pais eram as únicas pessoas importantes na minha vida. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
19. Discutir assuntos com os meus pais era uma perda de tempo e não levava a lado nenhum. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
20. Sei que podia contar com os meus pais sempre que precisasse deles. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
21. Fazia tudo para agradar aos meus pais. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
22. Os meus pais dificilmente me davam ouvidos. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
23. Os meus pais tiveram um papel importante no meu desenvolvimento. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
24. Tinha medo de ficar sozinho se um dia perdesse os meus pais. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
25. Os meus pais abafavam a minha verdadeira forma de ser. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
26. Não era capaz de enfrentar situações difíceis sem os meus pais. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
27. Os meus pais faziam-me sentir bem comigo próprio. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
28. Os meus pais tinham a mania que sabiam sempre o que era melhor para mim. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
29. Pensava que se tivesse de ir estudar para longe dos meus pais, sentir-me-ia perdido. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6
30. Eu e os meus pais tínhamos uma relação de confiança. 1 2 3 4 5 6 1 2 3 4 5 6

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

QVA
(Questionário de Vinculação Amorosa)

Paula Mena Matos & Maria Emília Costa, 2001

Código: _____

**QVA
(Versão Masculina)**

Este questionário descreve diferentes maneiras das pessoas viverem as relações amorosas. Leia atentamente cada uma das frases e assinale na coluna ao lado, com um círculo, o modo como se sente na relação com a sua companheira, tendo em conta as seis alternativas que se seguem.

Discordo Totalmente 1	Discordo 2	Discordo moderadamente 3	Concordo moderadamente 4	Concordo 5	Concordo Totalmente 6
--------------------------	---------------	-----------------------------	-----------------------------	---------------	--------------------------

- | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. A minha companheira respeita os meus sentimentos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 2. Fico muito nervoso, se não a consigo encontrar, quando preciso dela. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 3. O apoio dela não é muito importante para mim. Sei que sou capaz de resolver as coisas sozinho. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 4. Gostava de ser a pessoa mais importante para ela, mas não tenho a certeza se o sou. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 5. A minha companheira compreende-me. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 6. Só consigo enfrentar situações novas, se ela estiver comigo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 7. É-me indiferente quando ela prefere passar o tempo com outras pessoas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 8. Às vezes sinto admiração por ela, outras vezes não. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 9. Fico irritado quando combinamos coisas juntos e ela não pode estar comigo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 10. Não sei o que me vai acontecer se a nossa relação um dia terminar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 11. Na minha vida pessoal, a minha relação amorosa é secundária. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 12. Sei que posso contar com a minha companheira sempre que precisar dela. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 13. Sinto-me posto de lado, quando ela decide passar o tempo com outras pessoas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 14. Discutir assuntos com ela é uma perda de tempo e não leva a lado nenhum. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 15. Quando não podemos estar juntos, sinto-me abandonado. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 16. Para me sentir bem comigo próprio, são mais importantes outras coisas do que a minha companheira. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

17. Desagrada-me a maneira de ser da minha companheira. 1 2 3 4 5 6
18. Sei que, se a minha relação um dia terminar, isso não me vai afectar muito. 1 2 3 4 5 6
19. Ela dá-me coragem para enfrentar situações novas. 1 2 3 4 5 6
20. Fico furioso quando preciso de apoio e não posso contar com a minha companheira. 1 2 3 4 5 6
21. Eu e a minha companheira é como se fôssemos um só. 1 2 3 4 5 6
22. Fico muito nervoso ao pensar que posso perder a minha companheira. 1 2 3 4 5 6
23. Prefiro que ela me deixe em paz e não esteja sempre preocupada comigo. 1 2 3 4 5 6
24. Não gosto de lhe pedir apoio, porque sei que nunca me compreenderia. 1 2 3 4 5 6
25. Ela tem uma importância decisiva na minha maneira de ser. 1 2 3 4 5 6
26. Tenho sempre a sensação de que a nossa relação um dia vai terminar. 1 2 3 4 5 6
27. Sempre achei que, apesar de gostar da minha companheira, não vou sentir muito a falta dela, se a relação um dia terminar. 1 2 3 4 5 6
28. Às vezes acho que ela é fundamental na minha vida, outras vezes não. 1 2 3 4 5 6
29. Confio nela para me apoiar em momentos difíceis da minha vida. 1 2 3 4 5 6
30. Quando tenho problemas, nem sempre gosto de procurar a minha companheira. 1 2 3 4 5 6
31. Tenho dúvidas se sou realmente importante para ela. 1 2 3 4 5 6
32. Quando não podemos estar juntos, fico sem saber o que fazer. 1 2 3 4 5 6
33. Quando tenho um problema, só o facto de pensar nela põe-me mais calmo. 1 2 3 4 5 6
34. Não preciso dos cuidados da minha companheira. 1 2 3 4 5 6
35. A minha companheira faz-me sentir bem comigo próprio. 1 2 3 4 5 6
36. Ela desilude-me muitas vezes. 1 2 3 4 5 6
37. As minhas conversas com ela não me trazem nada de novo. 1 2 3 4 5 6
38. Quando vou a algum sítio desconhecido, sinto-me melhor se ela for comigo. 1 2 3 4 5 6
39. Apesar da minha relação ser importante, muitas vezes sinto-me sozinho. 1 2 3 4 5 6

40. Quando algo de grave acontece comigo, prefiro não estar perto dela. 1 2 3 4 5 6
41. Ela não me dá a atenção que eu gostaria. 1 2 3 4 5 6
42. Ela aceita-me como eu sou. 1 2 3 4 5 6
43. Apesar de haver coisas que não gosto na minha companheira, no fundo eu gostaria de ser como ela. 1 2 3 4 5 6
44. Quando tenho um problema, prefiro ficar sozinho a procurar a minha companheira. 1 2 3 4 5 6
45. Não fico aborrecido se não pudermos fazer férias juntos. 1 2 3 4 5 6
46. Gostava que ela me ligasse mais. 1 2 3 4 5 6
47. Tenho medo de ficar sozinho, se um dia perder a minha companheira. 1 2 3 4 5 6
48. As relações terminam sempre; mais vale eu não me envolver. 1 2 3 4 5 6
49. A minha companheira só pensa em si própria. 1 2 3 4 5 6
50. É fundamental para mim que ela concorde com aquilo que eu penso. 1 2 3 4 5 6
51. Ela é apenas mais uma das pessoas com quem estou no dia-a-dia. 1 2 3 4 5 6
52. A minha companheira incentiva-me a fazer coisas diferentes. 1 2 3 4 5 6

Conflict Resolution Inventory
IRC
(Inventário de Resolução de Conflitos)

Kurdek, L.A. (1994)

Código: _____

IRC
(Versão Masculina)

Pense na maneira como costuma reagir em situações de conflito ou discussão com a sua companheira e em função da escala apresentada assinale (com um círculo) a frequência com que usa as estratégias apresentadas. Note que lhe pedimos que assinale as suas atitudes para com a sua companheira mas também as dela para consigo.

Nunca 1	Raramente 2	Às vezes 3	Frequentemente 4	Sempre 5
------------	----------------	---------------	---------------------	-------------

Quando eu e a minha companheira discutimos, estamos em tensão ou em conflito, **EU** costumo: .

- | | |
|--|-----------|
| 1. Atacar a minha companheira. | 1 2 3 4 5 |
| 2. Centrar-me no problema em causa. | 1 2 3 4 5 |
| 3. Permanecer calado por longos períodos de tempo. | 1 2 3 4 5 |
| 4. Desistir de defender a minha posição. | 1 2 3 4 5 |
| 5. Explodir e perder o controle. | 1 2 3 4 5 |
| 6. Sentar-me e conversar sobre as nossas diferenças. | 1 2 3 4 5 |
| 7. Recusar falar mais sobre o assunto. | 1 2 3 4 5 |
| 8. Ser demasiado condescendente. | 1 2 3 4 5 |
| 9. Ficar fora de mim e dizer coisas que não quero realmente dizer. | 1 2 3 4 5 |
| 10. Procurar alternativas que sejam aceitáveis para ambos. | 1 2 3 4 5 |
| 11. Desligar. | 1 2 3 4 5 |
| 12. Não defender a minha posição. | 1 2 3 4 5 |
| 13. Insultar e empurrar a minha companheira. | 1 2 3 4 5 |
| 14. Negociar e tentar chegar a um acordo. | 1 2 3 4 5 |
| 15. Afastar-me e agir com distância e desinteresse. | 1 2 3 4 5 |
| 16. Fazer poucas tentativas para apresentar o meu ponto de vista. | 1 2 3 4 5 |

Quando eu e a minha companheira discutimos, estamos em tensão ou em conflito,
ELA costuma:

- | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|
| 1. Atacar-me. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Centrar-se no problema em causa. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Permanecer calada por longos períodos de tempo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4. Desistir de defender a sua posição. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5. Explodir e perder o controle. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6. Sentar-se e conversar sobre as nossas diferenças. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7. Recusar falar mais sobre o assunto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8. Ser demasiado condescendente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9. Ficar fora de si e dizer coisas que não quer realmente dizer. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10. Procurar alternativas que sejam aceitáveis para ambos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 11. Desligar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 12. Não defender a sua posição. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 13. Insultar-me e empurrar-me. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 14. Negociar e tentar chegar a um acordo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 15. Afasta-me e age com distância e desinteresse. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 16. Fazer poucas tentativas para apresentar o ponto de vista dela. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

Non-Physical Abuse of Partner Scale (NPAPS)

And

Partner Abuse Scale: Physical (PASPH)

(Escala da Violência)

Hudson, W.W. (1997)

Código: _____

PASNP
(Versão Masculina)

Neste questionário apresentamos uma lista de estratégias que os casais podem usar para tentar resolver as suas divergências e conflitos. Assinale, para cada um dos itens, com um círculo quantas vezes a sua companheira utilizou cada uma delas durante o último ano.

- 1 = Nunca
- 2 = Raramente
- 3 = Poucas vezes
- 4 = Algumas vezes
- 5 = A maior parte das vezes
- 6 = Muitas vezes
- 7 = Sempre

- | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. A minha companheira dá-me pouco valor. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 2. A minha companheira exige obediência aos seus caprichos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 3. A minha companheira fica rude e zangado se digo que ele bebeu demais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 4. A minha companheira pede-me que tenha actos sexuais de que não gosto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 5. A minha companheira fica muito perturbada se o meu trabalho não está feito a tempo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 6. A minha companheira não quer que eu tenha amigos homens. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 7. A minha companheira diz-me que sou feia e pouco atraente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 8. A minha companheira diz-me que eu não sou capaz de tomar conta de mim sem ele. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 9. A minha companheira insulta-me ou envergonha-me em frente de outras pessoas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 10. A minha companheira fica muito zangada se eu discordo dele. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 11. A minha companheira é mesquinho em dar-me dinheiro. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 12. A minha companheira desvaloriza-me intelectualmente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 13. A minha companheira exige que eu fique em casa. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 14. A minha companheira acha que eu não deveria trabalhar ou estudar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 15. A minha companheira não quer que eu saia com as minhas amigas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 16. A minha companheira grita e berra comigo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 17. A minha companheira grita e berra quando bebe em demasia. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 18. A minha companheira passa a vida a dar-me ordens. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 19. A minha companheira não tem respeito pelos meus sentimentos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 20. A minha companheira assusta-me. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 21. A minha companheira é áspera e mal-educada comigo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

- | | |
|--|---------------|
| 22. A minha companheira trata-me como uma estúpida. | 1 2 3 4 5 6 7 |
| 23. A minha companheira força-me a ter relações sexuais. | 1 2 3 4 5 6 7 |
| 24. A minha companheira empurra-me violentamente. | 1 2 3 4 5 6 7 |
| 25. A minha companheira bate-me tão violentamente que tenho que procurar ajuda médica. | 1 2 3 4 5 6 7 |
| 26. A minha companheira bate-me quando bebe. | 1 2 3 4 5 6 7 |
| 27. A minha companheira faz-me temer pela minha própria vida. | 1 2 3 4 5 6 7 |
| 28. A minha companheira atira-me ao chão e dá-me pontapés. | 1 2 3 4 5 6 7 |
| 29. A minha companheira atira objectos perigosos contra mim. | 1 2 3 4 5 6 7 |
| 30. A minha companheira magoa-me fortemente durante as relações sexuais. | 1 2 3 4 5 6 7 |

Inventory of Specific Relationship Standards
(Escala dos Padrões Conjugais)

Baucom, D.H., Epstein, N., Rankin, D.A., & Burnett, C.K. (1999)

I.S.R.S. – III
(Versão Masculina)

Este questionário é sobre os padrões relativos ao seu casamento, ou como pensa que o seu casamento **deveria ser**. O que pensa que o seu casamento deveria ser poderá ser diferente daquilo que efectivamente é. Lembre-se, estamos interessados no que pensa que o seu casamento **deveria ser**. A seguir encontra 48 afirmações que descrevem padrões que as pessoas podem ter sobre as suas relações. Cada questão tem três partes:

Parte 1: Por favor indique com que frequência pensa que você e o seu cônjuge deveriam proceder um com o outro, conforme descrito nas seguintes afirmações. Tem cinco alternativas:

Nunca	Raramente	Algumas Vezes	Habitualmente	Sempre
1	2	3	4	5

Coloque um círculo no número que corresponde ao que pensa. Alguns dos itens referem-se à parentalidade e à educação dos filhos. Mesmo que não tenha filhos, responda por favor a esses itens com base no modo como pensa que os filhos devem ser educados.

Parte 2: Por favor indique se está satisfeito(a) com o modo como o padrão está a ser alcançado na sua relação. Coloque um círculo no S para “Sim” ou no N para “Não”.

Parte 3: Por favor indique quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado na sua relação. Tem três alternativas:

Nada Perturbador	Algo Perturbador	Muito Perturbador
1	2	3

Nota: Mesmo se está actualmente satisfeito(a) com o modo como determinado padrão está a ser alcançado na sua relação, esta questão questiona-o acerca de quão perturbador é para si quando este padrão não é realizado.

EXEMPLO: Considere o item “*Nós deveríamos jantar juntos*”. Se pensa que deveriam fazer isso a maior parte das vezes, coloque um círculo no **4** para **Habitualmente**. Depois, se não está satisfeito(a) com este aspecto na sua relação coloque um círculo em **N** para **Não**. Finalmente, se acha que é um tanto perturbador quando o seu padrão para jantarem juntos não é alcançado, marque **2** para **Algo Perturbador**. Nós refere-se sempre a si e ao seu cônjuge.

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Habitualmente	Sempre	Sim	Não	Nada perturbador	Algo perturbador	Muito perturbador
1. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas quando conversamos sobre sentimentos e pensamentos positivos acerca da nossa relação.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
2. Deveríamos gastar o dinheiro extra que temos em algo de que gostamos enquanto casal.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
3. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas relativamente aos tipos de actividades de tempos livres que temos juntos.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
4. Nós deveríamos tentar fazer com que o outro se sentisse melhor quando um de nós tivesse um problema com os filhos.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
5. Deveríamos mostrar ao nosso cônjuge o nosso cuidado e investimento ao juntarmo-nos com a família dele, mesmo se o não queremos.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Habitualmente	Sempre	Sim	Não	Nada perturbador	Algo perturbador	Muito perturbador
6. Deveríamos gastar muito tempo e energia a expressar fisicamente afecto um pelo outro.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
7. Nós deveríamos ter as mesmas ideias sobre os valores que transmitimos aos nossos filhos.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
8. Nós deveríamos mostrar interesse pelas actividades de lazer um do outro, como forma de demonstrar que nos importamos um com o outro.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
9. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas relativamente a sentimentos e pensamentos negativos que temos sobre a nossa relação.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
10. Expressar amor e investimento um pelo outro deveria ser o nosso principal objectivo quando temos relações sexuais	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Habitualmente	Sempre	Sim	Não	Nada perturbador	Algo perturbador	Muito perturbador
11. Cada um de nós deveria esforçar-se para construir boas relações com os amigos do cônjuge.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
12. Nós deveríamos interromper o que estamos a fazer se o outro quer discutir alguns sentimentos e pensamentos positivos.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
13. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas relativamente às coisas em que gastamos o nosso dinheiro.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
14. O nosso tempo de lazer e divertimento juntos deveria ser uma grande prioridade na nossa relação.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
15. Deveríamos partilhar um com o outro os nossos bons sentimentos acerca da nossa relação, de modo a mostrar o nosso interesse e investimento um pelo outro.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Habitualmente	Sempre	Sim	Não	Nada perturbador	Algo perturbador	Muito perturbador
16. Deveríamos estar dispostos a sacrificar tempo de outras áreas da nossa vida (por exemplo fazer trabalho doméstico, fazer trabalho para o emprego) de modo a tornar satisfatória a nossa vida sexual.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
17. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas nas decisões que necessitamos de tomar relativamente aos amigos.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
18. Deveríamos ter vontade de fazer outros sacrifícios de modo a assegurar um futuro económico estável para nós como casal.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
19. Deveríamos ajudar o nosso cônjuge nas tarefas de casa como forma de mostrar que nos importamos um com o outro.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
20. Deveríamos estar dispostos a sacrificar objectivos individuais para dedicar mais tempo e energia a educar conjuntamente os nossos filhos.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Habitualmente	Sempre	Sim	Não	Nada perturbador	Algo perturbador	Muito perturbador
21. Independentemente de como nos estamos a sentir, deveríamos apoiar o nosso cônjuge quando ele(a) tem um problema com o seu emprego ou com tarefas diárias.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
22. Deveríamos ter as mesmas ideias sobre como passar os nossos tempos livres juntos.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
23. Deveríamos ter as mesmas ideias sobre como o trabalho doméstico deve ser feito.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
24. Deveríamos valorizar as mesmas qualidades num amigo.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
25. Os nossos valores religiosos ou filosóficos deveriam ser semelhantes.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3

Nunca
Raramente
Algumas vezes
Habitualmente
Sempre
Sim
Não
Nada perturbador
Algo perturbador
Muito perturbador

26. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas nas decisões relativas a tarefas diárias ou emprego que afectem a nossa relação.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

27. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas nas decisões que tomamos relativamente às nossas famílias (tais como quando visitar, emprestar dinheiro, etc.).

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

28. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas relativamente à forma como os nossos filhos são educados.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

29. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas sobre o modo como a gestão da casa deve ser feita.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

30. Cada um de nós deveria empenhar-se nas relações que tem com a família do cônjuge.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Habitualmente	Sempre	Sim	Não	Nada perturbador	Algo perturbador	Muito perturbador
31. Compreender as crenças religiosas ou filosóficas do nosso cônjuge deveria tornar-se uma grande prioridade na nossa relação.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
32. Com o objectivo de ajudar a nossa relação a evoluir, cada um de nós deveria dedicar tempo e energia nas responsabilidades da casa, como por exemplo limpá-la.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
33. Cada um de nós deveria estar disposto a dedicar tempo e energia para falar dos problemas ou preocupações da nossa relação.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
34. Para que a nossa relação evolua, deveríamos limitar o tempo e energia que despendemos no nosso emprego e tarefas diárias.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3
35. Deveríamos ouvir as queixas ou críticas de cada um relativamente a nós para mostrarmos que nos importamos com os sentimentos um do outro.	1	2	3	4	5					
Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?						S	N			
Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?								1	2	3

Nunca Raramente Algumas vezes Habitualmente Sempre Sim Não Nada perturbador Algo perturbador Muito perturbador

36. Como forma de expressar cuidado e investimento um pelo outro, deveríamos respeitar as diferentes crenças religiosas ou filosóficas um do outro.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

37. Deveríamos mostrar empenho e investimento com o nosso cônjuge associando-nos aos amigos dele.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

38. Expressar amor e investimento um pelo outro deveria ser o nosso principal objectivo quando somos afectuosos fisicamente (por exemplo dar as mãos ou sentar-se junto um do outro).

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

39. Os nossos hábitos de despesa deveriam ser semelhantes.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

40. Deveríamos ter valores semelhantes sobre os nossos empregos ou tarefas diárias (p.e., a mesma ambição, objectivos futuros, etc.).

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

Nunca
Raramente
Algumas vezes
Habitualmente
Sempre
Sim
Não
Nada perturbador
Algo perturbador
Muito perturbador

41. Deveríamos ter a mesma atitude relativamente a partilhar os sentimentos e pensamentos negativos que temos sobre a nossa relação.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

42. Deveríamos ter valores e atitudes semelhantes acerca da nossa vida sexual.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

43. Quando o nosso cônjuge vai visitar a sua família deveríamos ir com ele.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

44. As nossas ideias sobre como partilhar fisicamente afecto deveriam ser semelhantes.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

45. Deveríamos estar de acordo sobre como partilhar os nossos sentimentos positivos acerca da nossa relação.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

Nunca
Raramente
Algumas vezes
Habitualmente
Sempre
Sim
Não
Nada perturbador
Algo perturbador
Muito perturbador

46. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas sobre quando e onde demonstrar fisicamente afecto um ao outro.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

47. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas sobre as actividades em que tomamos parte juntos e que são relacionadas com as nossas crenças religiosas ou filosóficas.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3

48. As nossas opiniões deveriam ser igualmente consideradas relativamente aos comportamentos sexuais que partilhamos.

1 2 3 4 5

Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?

S N

Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?

1 2 3